Achegas à construção do Pensamento Jornalístico Português

Jorge Pedro Sousa (Coord.)
Eduardo Zilles Borba
Liliana Mesquita Machado
Nair Silva
Patrícia Teixeira

LabCom 2011

Livro produzido no âmbito do projecto "Teorização do Jornalismo em Portugal: Das Origens a Abril de 1974", referência PTDC/CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP 01-0124-FEDER-009078, financiado por fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE) e por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Achegas à construção do Pensamento Jornalístico Português

Jorge Pedro Sousa (Coord.), Eduardo Zilles Borba,
Liliana Mesquita Machado, Nair Silva e Patrícia Teixiera

LabCom 2011

Livros LabCom
www.livroslabcom.ubi.pt

Série: Estudos em Comunicação
Direcção: António Fidalgo
Coordenação e Edição: Jorge Pedro Sousa
Design da Capa: Eduardo Zilles Borba
Paginação: Jorge Pedro Sousa e Eduardo Zilles Borba
Covilhã, Portugal, 2011.

ISBN: 978-989-654-076-0

Título: *Achegas à construção do Pensamento Jornalístico Português*

Copyright ® Jorge Pedro Sousa, Eduardo Zilles Borba,
Liliana Mesquita Machado, Nair Silva e Patrícia Teixeira

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação deve ser reproduzida, alojada em sistemas de troca de dados, ou transmitida, em qualquer formato ou por qualquer motivo, eletrônica, mecânica, fotocópia, gravação, e demais, sem a autorização dos autores.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Fernando Pessoa pelo apoio logístico
e financeiro concedido a este projecto.

Ao Centro de Investigação Media e Jornalismo, nossa
unidade de investigação, pelo enquadramento dado a toda a equipa.

Ao LabCom da UBI e ao seu director, Professor Doutor
António Fidalgo, pela colaboração editorial e pela confiança.





















Índice

PROLOGO **1**

CAPÍTULO 1: O Pensamento Jornalístico Português nos alvores dos anos 40: o contributo do Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas (1941-1945) **3**

CAPÍTULO 2: Discurso metajornalístico em Jornalismo, o Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas (1967-1971) **145**

CAPÍTULO 3: Discurso metajornalístico na Gazeta Literária: um jornal de jornalistas para jornalistas do Porto **357**

CAPÍTULO 4: Informação, Cultura Popular e Turismo (1970-1973), revista do Gabinete Técnico da Secretaria de Estado da Informação e Turismo **422**

CAPÍTULO 5: Os Boletins da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses e do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa como fonte para os estudos jornalísticos **569**

PRÓLOGO

A investigação que conduziu à publicação dos dois volumes do livro *O Pensamento Jornalístico Português: Das Origens a Abril de 1974* (editado pelos Livros LabCom, em 2010) incidiu apenas sobre os livros sobre jornalismo publicados em Portugal até ao ano da Revolução de Abril. Excluíram-se da pesquisa as publicações sindicais e associativas dos jornalistas, entre outras. Neste livro, elas constituem, pelo contrário, o objecto de estudo. Procurou-se, assim, localizar, recuperar, conectar e enquadrar as contribuições de jornalistas, homens de letras e de outros intelectuais patentes nas publicações sindicais e associativas dos jornalistas portugueses e direccionadas para a reflexão teórica e para a investigação empírica do jornalismo.

A investigação, englobada no projecto "Teorização do Jornalismo em Portugal: Das Origens a Abril de 1974", incidiu sobre o *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas,* sobre o periódico sindical *Jornalismo*, deste mesmo sindicato; sobre a *Gazeta Literária*, órgão da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto; sobre a primeira revista científica portuguesa no campo da comunicação, a *Informação, Cultura Popular e Turismo*; e ainda sobre os boletins do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa e da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses. Neste livro, em textos autónomos, são apresentados os resultados das investigações sobre cada uma dessas publicações, tendo em vista alcançar o objectivo fundamental do referido projecto – identificar e explicar as linhas de força que estruturaram o Pensamento Jornalístico em Portugal até 25 de Abril de 1974.

Jorge Pedro Sousa
Investigador responsável pelo projecto

CAPÍTULO 1

O Pensamento Jornalístico Português nos alvores dos anos 40: o contributo do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* (1941-1945)[1]

Jorge Pedro Sousa[2], Eduardo Zilles Borba[3], Liliana Mesquita Machado[4] e Patrícia Teixeira[5]

O Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ), instituído pelo Estado Novo, foi a primeira entidade sindical representativa de todos os jornalistas portugueses. Publicou um *Boletim*, do qual saíram, somente, cinco números, entre 1941 e 1945. Estudar esse *Boletim* afigura-se relevante não só para se perceberem quais os problemas enfrentados pelos jornalistas portugueses de então, num período marcado

[1] Pesquisa produzida no âmbito do projecto Teorização do Jornalismo em Portugal: Das Origens a Abril de 1974, referência PTDC/CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP-010124-FEDER-009078, apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) e com co-financiamento da União Europeia através do QREN, programa COMPETE, fundos FEDER.

[2] Professor catedrático da Universidade Fernando Pessoa e pesquisador do Centro de Investigação Media e Jornalismo. Agregado (livre-docente), pós-doutor e doutor em Jornalismo. E-mail: jorgepedrosousa@gmail.com

[3] Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa. Doutorando em Ciências da Informação na Universidade Fernando Pessoa. Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

[4] Mestre em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa. Doutoranda em Jornalismo na Universidade Fernando Pessoa. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

[5] Mestre em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa. Doutoranda em Jornalismo na Universidade Fernando Pessoa. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

por uma guerra mundial e pela ditadura e censura do Estado Novo, mas também para se apurar como contribuíram os redactores do periódico para a construção do Pensamento Jornalístico Português. Este trabalho teve assim por objectivo descrever formalmente o referido *Boletim* e, através de uma análise quantitativa e qualitativa do discurso, determinar quais os temas que abordou e os enquadramentos que para eles sugeriu. Concluiu-se que três grandes assuntos preocupavam o SNJ nesse tempo: a carteira profissional; o contrato colectivo de trabalho; e o curso de formação jornalística. Aliás, correlatamente, os redactores do *Boletim* do SNJ procuraram traçar as fronteiras conceptuais da profissão de jornalista e lutaram, simbolicamente, para demonstrar a dificuldade, mas também o poder, da profissão, como forma de a dignificar. A história do jornalismo, importante para dotar os profissionais da noção identitária de que a sua profissão é uma profissão com tradição histórica, também foi relevantemente abordada pelo *Boletim* do SNJ.

Palavras-chave: Jornalismo; jornalistas; sindicalismo jornalístico; Portugal; Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Introdução

Embora anteriormente, em Portugal, tenham ocorrido tentativas de agregação dos que se consideravam jornalistas em organizações profissionais[6] e mesmo num Sindicato dos Profissionais da Imprensa[7] (de

[6] Alfredo da Cunha (1941a, p. 34) referencia as seguintes: Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, 1880; Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1882; Associação dos Jornalistas (de Lisboa), 1896; Associação da Imprensa Portuguesa, 1897; Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa (de Lisboa), 1904; (2ª) Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, 1907; Casa dos Jornalistas, 1921; Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, 1924; Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1934. Diz o mesmo autor que tiveram existência efémera ou não passaram da fase de congeminação a Associação dos Escritores e Jornalistas Portugueses (1925), a Sociedade de Homens de Letras, de 1870, a Sociedade dos Escritores Portugueses, de 1926, e outras associações que também admitiam jornalistas. O Governo também tinha permitido a criação de um Sindicato da Pequena Imprensa e Imprensa Regional, renomeado Sindicato da Imprensa Portuguesa por alvará de 19 de Maio de 1932 e posteriormente extinto.

[7] O Sindicato dos Profissionais da Imprensa (de Lisboa) foi formalmente criado em 1924, embora seja herdeiro da Associação dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa (que tinha objectivos sindicais, mas também mutualistas), que data de 1904. "Limitava o acesso aos

Lisboa), foi a instituição do Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ)[8] pelo Estado Novo, em 1934, que, embora polémica[9], dotou a classe, ao nível nacional, de um organismo sindical representativo, ainda que domado.

Com sede em Lisboa, o Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ) propunha-se abranger "na sua esfera de acção, jurisdição e competência todo o território nacional", podendo, estatutariamente, criar secções nas cidades sedes de distrito; poderia, ainda, fazer equiparar eventuais sindicatos de jornalistas que viessem a ser constituídos nas colónias às sedes distritais, desde que a lei não dispusesse de outra maneira (Art.º 1º dos *Estatutos* do SNJ de 1934). Na revisão estatutária de 1940, porém, já

'profissionais da imprensa' (jornalistas, repórteres, informadores, desenhadores, revisores), permitindo apenas no seu seio trabalhadores da imprensa diária e que pela profissão auferissem todos ou uma parte importante dos seus proventos" (CUNHA, 1941a, p. 30). Nos finais de 1933, o Sindicato dos Profissionais da Imprensa foi dissolvido, por incompatibilidade dos seus estatutos – que os membros não quiseram alterar (cf. VALENTE, 1998, pp. 75-78) – com o Estatuto do Trabalho Nacional, de 23 de Setembro de 1933. Este diploma legal substituía a legislação de 1891 (promulgada ainda sob o regime monárquico) e impunha aos organismos sindicais e de classe um prazo até ao final do ano para adequarem os seus estatutos à nova legislação e a ficarem enquadrados pela ordem política corporativa do Estado Novo salazarista, sob pena de dissolução. Alguns jornalistas da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, dando seguimento a uma vontade antiga, também a quiseram transformar em organização sindical para os jornalistas portuenses, à luz da nova legislação, mas as suas ideias não vingaram, pois eram contrárias às dos que desejavam que a organização continuasse a ser, essencialmente, uma associação cultural que reunisse não apenas jornalistas mas também vultos da vida cultural e literária (SALGADO, 1952/1954).

[8] O alvará data de 26 de Fevereiro de 1934. Entre Dezembro de 1934 e Março de 1937, o presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas foi António Ferro, que acumulava as funções com a direcção do Secretariado da Propaganda Nacional, organismo de propaganda do regime, e que, por inerência do cargo sindical, tinha assento na Câmara Corporativa. É fácil constatar, assim, que o Sindicato Nacional de Jornalistas, fomentado pelo regime ao abrigo do Estatuto do Trabalho Nacional (de 23 de Setembro de 1933), de ideologia corporativa, era uma estrutura perfeitamente integrada na ordem política criada pelo Estado Novo idealizado por Salazar.

[9] O Sindicato Nacional dos Jornalistas é criado com base num abaixo-assinado com cerca de cem assinaturas de indivíduos integrados na ordem política do Estado Novo que se auto-assumem como representantes da classe dos jornalistas (um dos promotores do Sindicato e seu primeiro presidente seria mesmo o director do Secretariado da Propaganda Nacional, António Ferro). Helena Ângelo Veríssimo (2003, p. 44-45) refere várias críticas de jornalistas à forma como o Sindicato se constituiu e à alegada falta de representatividade dos cem indivíduos que propuseram a criação do novo Sindicato. O Sindicato dos Profissionais da Imprensa (de Lisboa), que poderia minar a representatividade do SNJ, tinha, entretanto, sido dissolvido pelo Estado Novo e os jornalistas do Porto que queriam transformar a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto num sindicato de jornalistas, ainda que integrado, também, no regime corporativo, não conseguiram levar a sua ideia avante (SALGADO, 1953/1954). De qualquer modo, o Sindicato dos Profissionais da Imprensa (de Lisboa) também não se pode considerar uma pura estrutura sindical de jornalistas.

se explicita que o seu âmbito se restringia aos "jornalistas do continente e ilhas adjacentes" (Art.º 1º), mantendo o Sindicato a sua sede em Lisboa (Art.º 2º) e podendo criar secções nas localidades em geral (art.º s 43º e 46º). No entanto, o âmbito nacional do SNJ só viria a ser oficialmente estabelecido pelo decreto-lei n.º 41231, de 14 de Agosto de 1957 e acabaria por ser estendido às províncias ultramarinas (ex-colónias) pela portaria n.º 18097, de 3 de Dezembro de 1960.

Em 1941, passados sete anos sobre a sua fundação, o Sindicato Nacional dos Jornalistas começou a editar uma primeira série do seu *Boletim*, que duraria até 1945 (embora o último número abarque um período de quatro anos, de 1942 a 1945), tendo a sua publicação sido descontinuada, possivelmente, por força de um despacho do subsecretário de Estado das Corporações, datado de 21 de Janeiro de 1943, que suspendia os órgãos de imprensa dos sindicatos (certamente difíceis de controlar na sua totalidade) e conjecturava sobre a possibilidade de publicação de um jornal diário aberto à colaboração dos diversos sindicatos.

Segundo o "editorial" de apresentação, com o *Boletim*, o Sindicato tinha por objectivo "corresponder à necessidade verificada de uma estreita comunicação do Sindicato com a classe"[10]. Esse *Boletim* é um objecto de estudo relevante para se compreenderem as ideias e sentimentos dos jornalistas portugueses em plena II Guerra Mundial, num tempo em que o Estado Novo de Salazar se consolidava, a censura à imprensa[11] florescia e em que o panorama jornalístico nacional era dominado pela cultura do impresso[12].

Este trabalho tem, assim, por objecto o *discurso metajornalístico* do *Boletim* do Sindicato Nacional dos Jornalistas, entendido como discurso auto-referencial sobre o jornalismo feito por jornalistas numa publicação cujo público-alvo era, também ele, constituído por jornalistas.

[10] [Editorial], *Boletim* do Sindicato Nacional de Jornalistas, n.º 1, Março de 1941, pp. 3-4.

[11] A censura provoca, nas palavras de Marcio Castilho (2011), um "défice de autonomia interpretativa do jornalista". Nahuel Ribke (2011) afirma que a censura resulta de um processo interpretativo desenvolvido por censores sobre determinados enunciados. Essas interpretações são, de alguma forma, negociadas com os jornalistas.

[12] Só após o 25 de Abril de 1974 é que os jornalistas de rádio, televisão e cinema e ainda os jornalistas em regime livre e os correspondentes da imprensa estrangeira passaram a poder aderir ao Sindicato, desde que o jornalismo fosse a sua ocupação principal efectiva, permanente e remunerada.

O objectivo geral desta pesquisa é descrever a forma e os conteúdos do *Boletim*, prestando especial atenção ao enquadramento discursivo dado ao jornalismo e ao exercício da actividade jornalística, num contexto histórico marcado pela ditadura do Estado Novo (1933-1974). Ou seja, pretende apurar-se *do que fala* e *como fala* o *Boletim* do Sindicato Nacional daquilo de que fala, e em especial *do que fala* e *como fala* quando o assunto é o jornalismo. A hipótese a testar é a de que o *Boletim* do SNJ, para além de, enquanto órgão sindical, ter atentado nos problemas e dilemas dos jornalistas e do jornalismo em Portugal na primeira metade da década de 40, também contribuiu para a teorização nacional do jornalismo, tendo, em particular, abordado os temas estruturantes do Pensamento Jornalístico Português anterior a 1974: liberdade de imprensa; necessidade ou não de formação específica em jornalismo e da instituição de cursos de jornalismo; conjuntura jornalística e vida profissional; história do jornalismo; e teoria do jornalismo, incluindo a clarificação e delimitação do conceito de "jornalista profissional" (SOUSA, coord. *et al*, 2010).

Tentou-se responder, ao longo da pesquisa, às seguintes perguntas de investigação:

> 1) Quais os temas abordados pelo *Boletim* do SNJ?
> 2) Qual o peso das matérias metajornalísticas no *Boletim* do SNJ?
> 3) Quais os temas específicos do discurso metajornalístico do *Boletim* do SNJ?
> 4) Quais os enquadramentos sugeridos pelo *Boletim* do SNJ no seu discurso metajornalístico? Ou seja, como olharam os redactores do *Boletim* do SNJ para o jornalismo? Há concórdia ou discórdia entre eles? O *Boletim* do SNJ era suficientemente aberto e polifacetado para dar espaço a opiniões divergentes?
> 5) Que conexões poderão hipoteticamente ser estabelecidas entre o contexto da época, os temas abordados pelo *Boletim* do SNJ e a maneira como este os abordava?

Para dar resposta a essas perguntas de investigação, recorreu-se à análise do discurso, quantitativa (ou análise de conteúdo) e qualitativa, na linha apontada por Sousa (2006, pp. 343-376). Assim, para apuração dos dados quantitativos pedidos pelas perguntas de investigação 1, 2 e

3, procedeu-se à definição de categorias *a priori*, contabilizando-se as matérias (unidades de análise) nessas mesmas categorias. A unidade usada foi, assim, a matéria individual, considerando-se, para classificação, o tema dominante da peça, independentemente do pretexto para a mesma (portanto, por exemplo, uma conferência na sobre o "ensino do jornalismo" seria contabilizada na categoria "ensino do jornalismo" e não na categoria "Solenidades e outros eventos"). Não houve lugar a procedimentos amostrais, pois a análise abrangeu todo o universo (ou seja, todos os números da publicação em causa). As categorias criadas são expressas na tabela 1.

Tabela 1
Categorias criadas para análise de conteúdo do *Boletim* do SNJ

Perguntas de investigação **1) Quais os temas abordados pelo *Boletim* do SNJ?** **2) Qual o peso das matérias metajornalísticas no *Boletim* do SNJ?**	
Categorias	**Descrição**
Jornalismo e Jornalistas	Todas as matérias relacionadas preponderantemente com o jornalismo: biografias de jornalistas; antologias de jornalistas; matérias sobre história do jornalismo; matérias sobre dilemas e problemas profissionais; questionamento da liberdade de imprensa, peças sobre direitos de autor, etc. Matérias sobre as actividades e actuação do Sindicato Nacional de Jornalistas em áreas relacionadas com o jornalismo.
Cultura, conhecimento e actualidade	Matérias relacionadas preponderantemente com a cultura em geral (artes, literatura, textos literários, etc.). Peças destinadas à promoção em geral do conhecimento (história, geopolítica, etnografia, ciências e tecnologia, humanidades, etc.). Matérias sobre as actividades e actuação do Sindicato Nacional dos Jornalistas nas áreas da cultura e do conhecimento. Peças sobre a actualidade política e económica nacional e internacional.
Outros assuntos	Todas as restantes peças. Textos literários em poesia ou prosa.
Pergunta de investigação **3) Quais os temas específicos do discurso metajornalístico no *Boletim* do SNJ?**	

Categorias	Descrição
Ética, direito e deontologia do jornalismo, liberdade de imprensa e opinião pública	A ética, o direito e a deontologia do jornalismo correlacionam-se intrinsecamente entre si, na medida em que regulam a actividade jornalística. Por seu turno, a liberdade de imprensa emerge das leis e códigos deontológicos e é regulada por eles, ainda que a reflexão sobre ela se possa fazer filosoficamente, sem se abarcarem as questões legais. As discussões sobre a influência da imprensa sobre a sociedade e em particular sobre a opinião pública, repousam também, amiúde, sobre o princípio da liberdade de imprensa. Daí que esta categoria abarque todos esses assuntos e ainda as questões do jornalismo e da verdade quando associadas à liberdade ou à falta dela (o que ocorria no Estado Novo, período durante o qual houve censura institucionalizada em Portugal).
Ensino do jornalismo	Peças que abordam a necessidade, ou não, de formação específica para jornalistas; peças sobre o ensino superior do jornalismo, sobre a estrutura de cursos de jornalismo, sobre a fundação e organização de escolas de jornalismo e ainda sobre a pedagogia do ensino do jornalismo.
Antologias jornalísticas	Peças de apresentação ou evocação, crítica ou não, de textos jornalísticos elaborados por jornalistas, com valor histórico e desde que o tema não se insira melhor noutra categoria. Apresentação noticiosa de livros sobre jornalismo sem resenha aprofundada dos mesmos.
Biografias e memórias de jornalistas	Biografias de jornalistas. Memórias de jornalistas enquanto profissionais do jornalismo. Evocações da vida boémia, mundana ou cultural dos jornalistas e das suas confraternizações em tempos idos.
História do jornalismo	Matérias que incidem sobre a história do jornalismo, a nível internacional, nacional ou local, sobre a história das agremiações profissionais e ainda sobre a história dos órgãos jornalísticos e das tecnologias de apoio ao jornalismo. Excluíram-se as peças antológicas e biográficas, que se consideraram enquanto categorias próprias.
Vida profissional, conjuntura jornalística e relações jornalísticas internacionais	Peças sobre quem é "verdadeiramente" jornalista. Matérias sobre a profissão, o seu dia-a-dia e os dilemas e ambições profissionais desde a óptica do jornalista. Peças sobre a conjuntura jornalística, o mercado, os leitores ou ouvintes, o jornalismo nos países estrangeiros, etc. Peças sobre os sindicatos, os grémios profissionais dos jornalistas e outros profissionais da imprensa (desde que não sejam feitos na perspectiva histórica ou conjuntural).Matérias sobre a vida interna e acção do Sindicato

	Nacional de Jornalistas em temas de interesse para o quotidiano profissional da classe. Peças sobre as relações internacionais dos jornalistas portugueses e do Sindicato Nacional de Jornalistas em particular. Matérias sobre o mercado, problemas e dilemas da imprensa regional e local e os seus jornalistas. Matérias sobre congressos de jornalistas. Peças sobre direitos de autor dos jornalistas (e não só).
Teoria do jornalismo	Peças que teorizam sobre jornalismo e a sua interacção e influência sobre a sociedade e a cultura desde o ponto de vista académico, filosófico ou mesmo científico (sociológico), com excepção das matérias melhor inseridas noutras categorias. Matérias que teorizam sobre as técnicas, géneros e estilos jornalísticos nos diversos meios de comunicação. Peças sobre jornalismo, desenvolvimento e progresso. Matérias sobre jornalismo especializado. Reflexões, em geral, sobre jornalismo que não caibam noutras categorias. Textos sobre comunicação que incluem o jornalismo.
Solenidades e outros eventos e prémios	Peças sobre solenidades como entregas de prémios a jornalistas, comemorações dos aniversários do Sindicato Nacional dos Jornalistas e outros eventos, desde que o tema dominante não justifique a melhor inserção das peças noutra categoria. Anúncios de prémios para jornalistas.
Outros temas jornalísticos	Peças sobre jornalismo não enquadráveis nos temas anteriores e matérias em que não existe um tema jornalístico que se possa considerar predominante.

A apuração de dados qualitativos sobre o discurso do *Boletim* do SNJ restringiu-se à inventariação, anotação e descrição dos principais enquadramentos discursivamente sugeridos para o jornalismo e à tentativa de clarificação das intenções dos respectivos enunciadores. Tendo em conta a vastidão do universo sobre o qual incidiu a análise, criou-se, tal como aconselha Sousa (2006, pp. 352-374), uma grelha de assuntos abordados pelo *Boletim*, para o caso baseada nas categorias da análise de conteúdo. Seguidamente, lendo-se o periódico em causa, procuraram-se determinar e registar exemplos dos principais enquadramentos sugeridos para esses assuntos, atentando-se nos dispositivos de enunciação usados para o efeito. Em acréscimo, prestou-se atenção a eventuais consonâncias e dissonâncias nos enquadramentos dos assuntos sugeridos pelos diferentes redactores do *Boletim* do SNJ.

1. Jornalistas e jornalismo em Portugal no início da década de 1940

Quem era considerado jornalista em Portugal no início da década de quarenta do século XX? Desde um ponto de vista conceptual e identitário, as opiniões entre os que, à época, se diziam jornalistas não eram unânimes. Respostas a questões como "quem deve ser verdadeiramente considerado jornalista?" ou "o que verdadeiramente faz um jornalista?" desafiavam o imaginário identitário de muitos dos que se consideravam jornalistas – profissionais ou amadores. Embora escrevendo na década seguinte, o jornalista Acúrcio Pereira (1959, p. 11), por exemplo, ainda considerava que o jornalismo seria um ramo da literatura, mesmo que o jornalista *profissional* do seu tempo já não pudesse ser confundido com o jornalista doutrinador nem com o repórter aventureiro do passado[13]:

[13] A literatura sobre jornalismo publicada em Portugal até 1974 documenta a forma como se conceptualizou a profissão de jornalista no país ao longo do tempo. De uma forma geral, pode dizer-se que nos primeiros textos eram elogiadas as competências literárias e a capacidade retórica e persuasiva dos polemistas e políticos que por escreverem em jornais ou por os manterem se intitulavam jornalistas e assim eram considerados pelos seus pares (FONSECA, 1874; ANSELMO, 1882; ARANHA, 1886; PEREIRA, 1890; CUNHA, 1891; ARANHA, 1907/1908; SAMPAIO BRUNO, 1906; VELOSO, 1910/1911; CARVALHO, 1924; SARMENTO, 1937; PORTELA, 1943; 1953; CABRAL, 1949; DACIANO, 1958; PEREIRA, 1960). Um pouco mais tarde, as memórias de jornalistas acentuavam o espírito boémio e mundano, aventureiro e improvisador, mas também solidário, dos repórteres (ABREU, 1927; BRAMÃO, 1936; PORTELA, 1943; FERREIRA, 1945; SCHWALBACH, 1946; CABRAL, 1949; PORTELA, 1956; VIEIRA, 1960). Quando o jornalista doutrinário ou literato deu lugar ao repórter profissional, a lógica, densidade e estilo do argumento deixaram de ser a meta dos jornalistas. Livros de memórias de jornalistas como Jorge de Abreu (1927), Bramão (1936) e Rafael Ferreira (1945) mostram que a obtenção de informação exclusiva em primeira-mão se tornou, ao invés, a demonstração mais clara de competência e valor de um indivíduo como jornalista. Passam a ser elogiadas as capacidades de improviso, de adaptação e resolução dos problemas e de recurso aos mais diversos expedientes para obtenção de informações. Bater a concorrência já não significava ser-se mais persuasivo nem tecer discursos políticos no melhor estilo, mas sim ter-se a informação que mais ninguém tinha. Também transparecem desses textos de memórias (ABREU, 1927; BRAMÃO, 1936; FERREIRA, 1945) as cumplicidades dos membros da "tribo jornalística", como lhes chama Nelson Traquina (2004), unidos pela vida (boémia) que levavam, pela profissão comum e pelos valores profissionais (admiração pelas "cachas", respeito pela qualidade da expressão, apreço pela capacidade de socialização e convivência, sentido de missão...). Numa terceira fase, os textos começam a acentuar o profissionalismo jornalístico (SINDICATO DOS JORNALISTAS, 1971; FREIRE, 1936; QUADROS, 1949). Observa-se, nesses livros, uma evolução no conceito do que é ser-se jornalista em Portugal: em termos simples, o político polemista ou o literato dá lugar ao repórter boémio e este dá lugar ao jornalista profissional. José Manuel Tengarrinha (1965, p. 155) esclarece, no mesmo sentido, que se assiste a uma separação entre os territórios do jornalismo

> O jornalista não é (…) na actualidade (…) aquele plumitivo que nele se refugiava quando verificava que não tinha jeito para qualquer outra profissão, nem o boémio transviado que corria em busca de aventuras emotivas. O jornalismo é uma profissão, é, quer queiram, quer não, uma modalidade – e que difícil modalidade – da literatura. (…) Escrever nos jornais é muito diferente de todos os outros aspectos da literatura e, todavia, é também literatura (…) de acção directa, com o seu estilo próprio (…).

Nos anos quarenta, o jornalismo português dava, efectivamente, passos largos rumo à profissionalização e à separação entre o jornalismo profissional, com direitos e deveres estipulados pela lei e por códigos profissionais, e o jornalismo amador, feito por "escritores de jornal" que, por vezes, se consideravam a si mesmos jornalistas. Ainda assim, vários problemas se punham. Um deles era o da contratação. Em 1963, a propósito da negociação de um novo contrato colectivo de trabalho, um jornalista anónimo, na *Gazeta Literária*, jornal da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, ainda necessitava de defender, em nome da dignidade da profissão, mais exigência na contratação de jornalistas:

e da literatura a partir de meados de oitocentos. Joaquim Salgado (1945, p. 61-62) explica que a profissionalização dos jornalistas portugueses radica na sua "proletarização", provocada pela industrialização da imprensa. Nuno Rosado (1966, p. 19-23), vê no jornalista um *profissional*, um *repórter*, frequentemente *especializado*. A distinção entre a figura do repórter profissional e do "escritor de jornal" já é para esse autor, que escreve em 1966, um facto. Assim, acompanhando um lento mas constante processo de profissionalização dos jornalistas portugueses, transparece dos livros referenciados uma mudança na concepção do jornalismo. Se primeiro a actividade é vista, predominantemente (não na totalidade, pois vários dos jornalistas doutrinários de oitocentos já viveram exclusivamente do jornalismo, como aconteceu com António Rodrigues Sampaio – cf. SOUSA *et al.*, 2011), como uma *ocupação* ou um *ofício* de "escritores de jornal" e polemistas políticos, que usam as suas capacidades retóricas e literárias para persuadir um reduzido número de leitores e que, frequentemente, nem sequer auferem qualquer remuneração, progressivamente passa a ser vista como *profissão* informativa, remunerada, auto-regulada por uma *deontologia* própria onde se espelham os valores profissionais, com competências profissionais específicas (como o domínio das técnicas da notícia, da entrevista e da reportagem – tal como é documentado pelas propostas de cursos de formação de jornalistas) que podem ser *ensinadas e aprendidas*. O jornalismo emerge dessas reflexões como *arte liberal*, ainda que nem todos se revejam no conceito de "profissão liberal". De qualquer modo, em cada momento da história, de certa forma, foi jornalista quem assim foi considerado pelos seus pares. A evolução do conceito de jornalista não significa, por exemplo, que um jornalista doutrinário oitocentista, "sacerdote" de uma causa, não possa ser considerado jornalista por não se enquadrar nos cânones que actualmente definem a profissão – alguém como António Rodrigues Sampaio era jornalista porque viveu do jornalismo e para o jornalismo e assim foi considerado pelos seus pares na sua própria época.

> Como se vê, estamos na presença duma reforma (…) em que o problema do profissionalismo tem de ser encarado (…) a fim de que o acesso à profissão não dependa de um capricho (…), mas sim de um direito conquistado pelo estudo, pela vocação, pela competência, por um diploma em forma. Vem a propósito dizer que o Sindicato defendia (…) que nenhum indivíduo poderia ingressar na profissão sem ter o 2º ciclo liceal. Exigência modestíssima (…). Com essa cláusula, pretendia-se dignificar a profissão, eximindo-a (…) ao (…) regime de "porta aberta" (…). É evidente que o jornalismo não pode, não deve, ser um "gancho", um "expediente de vida", um "recurso de emergência", mas sim uma profissão. (ANÓNIMO, 1963, p. 2)

Sintoma da acentuada profissionalização e industrialização que o jornalismo nacional atravessou nas décadas no miolo do século passado, a negociação de um (novo) contrato colectivo de trabalho para os jornalistas, motivou, nos anos 50, a continuação do debate sobre se se poderia considerar o jornalismo uma *profissão liberal* ou não. Para vários jornalistas, considerar o jornalismo uma profissão liberal equivaleria a encará-lo como uma actividade que poderia, contraproducentemente, ser exercida por amadores. Repare-se, por exemplo, na argumentação do jornalista Alfredo Gândara (1955, p. 16-18), evocando a transição do jornalismo boémio dos finais do século XIX e inícios do século XX para o jornalismo profissional:

> Desde que o jornal deixou de ser uma aventura política e literária e se converteu em instrumento de exploração industrial com grandes capitais, conselhos de administração, chefes e subchefes (…), o jornalista teve de deixar a boémia que caracterizava a sua actividade e de submeter-se a uma disciplina inevitável – tão inevitável que gostaria de ver no posto de director (…) ou de chefe de redacção alguns dos últimos abencerragens do jornalismo-profissão liberal.

A definição do território do jornalismo profissional não era, efectivamente, consensual. O jornalista Artur Maciel (1953, p. 129-130), por exemplo, criticava os jornalistas portugueses que preferiam diluir-se na designação "profissionais da imprensa", então muito em voga, em vez de se afirmarem como jornalistas profissionais. Também aproveitava

para relembrar a precária situação sócio-económica de uma classe que lutava pela dignificação da sua profissão:

> O jornalista (…) diminuiu-se impensadamente quando deu em preferir a designação de profissional da imprensa. De elemento formativo de uma profissão livre, dotada de uma deontologia própria e com qualificação técnica diferenciada (…), reduziu-se como que a uma mera classe de empregados por conta de outrem. (…) Dentro da empresa, (…) o jornalista, uma vez classificado profissional da imprensa, passou a ser considerado como factor de trabalho idêntico e confundível com todos os outros profissionais (…). O desvirtuamento, gerando uma falsa igualdade, faz alastrar a confusão. (…) Se o jornalista (…) passou a merecer humanamente menos cuidado e profissionalmente menos consideração (…), se à defesa da sua saúde e do seu trabalho se vota menos atenção do que à conservação de uma máquina (…), eu pergunto que espécie de jornalismo haverá dentro em breve em Portugal?

Também um elogio ao jornalista profissional surge da pena do jornalista Jaime Brasil (1953, p. 220), numa guerra de palavras com o académico César Nogueira, a propósito da história da imprensa operária em Portugal. O artigo não apenas demonstra o orgulho de se ser profissional do jornalismo e a antipatia para com os amadores que ocupavam lugares de profissionais, como também, colateralmente, diagnostica os entraves à progressão na carreira entre os jornalistas profissionais:

> Só talvez os jornalistas profissionais entenderão bem o que quer dizer a expressão (…) de "jornal no qual se faz jornalismo". Assim como "nem tudo que reluz é ouro", nem em tudo a que chamam jornais se faz jornalismo. Esta é uma profissão (…). Quem não é jornalista não pode, não sabe, fazer jornais. O sr. César Nogueira declara, com ufania, não ser jornalista profissional, nunca ter recebido um centavo por um artigo e não ter a sua pena alugada. (…) Como uma confidência, porém, pede outra, declaro, com muita ufania, que sou jornalista profissional, recebo salário pelo meu trabalho e tenho a minha pena alugada ao serviço dos leitores, pois são eles que me pagam por intermédio dum patrão (…). (…) Pois é isso: por mim, considero uma indignidade trabalhar *de graça* numa profissão que não é a sua e na qual há trabalhadores

> desempregados. É por haver desses amadores, desses intrusos, (…) que usurpam os lugares que nos competem que o jornalismo desceu tanto em Portugal. (…) Os profissionais da imprensa estão (…) à mercê de qualquer pretensioso que *de graça* queira exibir o seu nome nos jornais (…). Esses intrusos não nos substituem nas obscuras tarefas do expediente, ou das províncias, da reportagem ou do estrangeiro, em primeiro lugar porque não sabem e, se soubessem, isso não daria lustro aos seus nomes. O que lhes interessa são os "artigos de fundo" (…) para dar ao público a impressão de serem eles quem *faz* o jornal. (…) Se as empresas jornalísticas têm de graça (…) colaboradores (…), não precisam de pagar condignamente aos jornalistas profissionais (…). Confinam-nos, portanto, nas tais tarefas obscuras. Não lhes facilitam o acesso aos superiores escalões da profissão, nem lhes dão os estímulos tanto morais como materiais a que têm direito.

O Sindicato Nacional de Jornalistas, de algum modo, deu a sua resposta sobre quem "verdadeiramente" deveria ser considerado jornalista *profissional*, numa tentativa de destrinça-lo daqueles que do jornalismo faziam, essencialmente, uma *ocupação amadora*. No art.º 2 dos estatutos do SNJ de 1934, por exemplo, lê-se que "A categoria profissional é constituída pelo exercício continuado de uma actividade remunerada, incluindo os trabalhos de informação (reportagem), nas publicações periódicas", sendo, no entanto, essa classificação restrita, nos termos do mesmo artigo, aos "redactores, repórteres, colaboradores, correspondentes dos jornais estrangeiros, chefes-de-redacção, directores ou subdirectores" que trabalhassem nessas publicações.

Os estatutos do SNJ de 1940 são um pouco mais restritivos. Nos termos do art.º 8º dos estatutos, só poderiam ser sócios efectivos do Sindicato, e consequentemente, serem considerados jornalistas profissionais:

> 1º Os indivíduos que há mais de um ano exerçam de forma efectiva, permanente e remunerada, em jornais diários, as funções de: a) chefe e subchefe de redacção; b) redactor; c) repórter; e d) fotógrafo, e por esse facto estejam sujeitos ao pagamento do imposto profissional.
>
> 2º Os indivíduos que há mais de um ano exerçam por forma efectiva, permanente e remunerada, em agências telegráficas noticiosas, nacionais

> ou estrangeiras, as funções de correspondente e redactor, traduzidas no envio de reportagem de Portugal para o estrangeiro, e por esse facto estejam sujeitos ao pagamento do imposto profissional.

Nos termos da mesma revisão estatutária de 1940, o SNJ também admitia como sócios estagiários os jornalistas profissionais que tivessem "mais de seis meses e menos de um ano de exercício profissional" (art.º 9º) e sócios correspondentes os indivíduos que há mais de três anos:

> 1º Colaborem por forma efectiva, em quaisquer publicações periódicas;
>
> 2º Sejam correspondentes de jornais portugueses nas colónias ou estrangeiro;
>
> 3º Sejam correspondentes de jornais coloniais ou estrangeiros em Portugal (…). (Art.º 10º)

Os sócios correspondentes, portanto, seriam os que estavam numa espécie de limbo, a meio caminho do jornalismo profissional sem serem verdadeiramente reconhecidos pelos jornalistas profissionais como seus "verdadeiros" pares.

Os regulamentos do título profissional de jornalista de 1934, 1936 e 1941[14] (tema que, entre muitos outros, é abordado no *Boletim* do SNJ) reforçam a interpretação sindical sobre quem deveria ser considerado jornalista profissional e ter, por conseguinte, direito ao documento.

Assim, o decreto n.º 24006 do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, de 13 de Junho de 1934, criava a carteira de identidade de jornalista, reconhecendo-a como título profissional. Teriam direito à carteira de identidade:

[14] Existiu, anteriormente, uma carteira de identidade de profissional da imprensa, reivindicada pelo Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa e restrita aos "profissionais da imprensa" da mesma cidade, que, sobretudo, dava aos titulares a faculdade de livre-trânsito (decreto n.º 10401, dos Serviços da Segurança Pública do Ministério do Interior, de 22 de Dezembro de 1924). Existiu, também, um bilhete de identidade dos jornalistas da pequena imprensa e da imprensa regional, estatuído pelo decreto n.º 19493 da Intendência Geral da Segurança Pública do Ministério do Interior, de 23 de Março de 1931, destinado aos directores e redactores de periódicos publicados com periodicidade inferior a mensal.

> 1º Todas as pessoas que como directores, subdirectores, chefes-de-redacção, redactores e repórteres exercem nas publicações periódicas de frequência não inferior a semanal uma actividade permanente e remunerada e dela fazem sua profissão dominante;
>
> 2º Todas as pessoas que colaboram com carácter de efectividade e mediante remuneração nas publicações periódicas acima previstas, desde que os seus trabalhos no jornalismo constituam a sua principal e mais regular actividade profissional;
>
> 3º Os correspondentes dos jornais e agências de informação estrangeiras;
>
> 4º Os directores ou subdirectores das publicações diárias (…) enquanto exercem os respectivos cargos.

O decreto-lei n.º 26474, do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, de 30 de Março de 1936, restringe a atribuição da carteira de identidade de jornalista a:

> 1º Todas as pessoas que como directores, subdirectores, chefes de redacção, redactores e repórteres exerçam em jornais diários uma actividade permanente e remunerada;
>
> 2º Todas as pessoas que há mais de um ano exerçam funções directivas, e mediante remuneração, em jornais de frequência não superior a semanal, de carácter noticioso, literário ou político, e cujos trabalhos de jornalistas tenham carácter essencialmente profissional;
>
> 3º Os colaboradores efectivos de jornais diários de reconhecida actividade jornalística;
>
> 4º Os directores e correspondentes de agências e jornais de informação do estrangeiro que estejam nas condições dos números anteriores;
>
> 5º Os directores ou subdirectores dos jornais diários não abrangidos no n.º 1º, mas somente enquanto exercem os respectivos cargos.

Finalmente, o decreto-lei n.º 31119, de 30 de Janeiro de 1941 (cuja regulamentação foi publicada no n.º 3 do *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho*, de 15 de Fevereiro de 1941), igualmente emanado do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, cria a

carteira profissional dos jornalistas, "título indispensável ao exercício da profissão" (Art.º 1º) e dava, entre outros direitos, o livre-trânsito nos lugares onde tivessem de exercer a sua profissão (art.º 4º) e licença de porte de arma (art.º 4.º). Teriam direito à carteira profissional, nos termos do art.º 2º desse decreto:

> 1º Os indivíduos que há mais de um ano exerçam por forma efectiva, permanente e remunerada, em jornais diários, as funções de:
> a) Chefe e subchefe de redacção;
> b) Redactor;
> c) Repórter;
> d) Fotógrafo
> e por esse facto estejam sujeitos ao pagamento do imposto profissional.
>
> 2º Os indivíduos que há mais de um ano exerçam por forma efectiva, permanente e remunerada, em agências telegráficas noticiosas, nacionais ou estrangeiras, as funções de correspondente e redactor, traduzidas no envio de reportagem de Portugal para o estrangeiro, e por esse facto estejam sujeitos ao pagamento do imposto profissional.

Nos termos da lei e dos estatutos sindicais, não se consideravam jornalistas *profissionais*, portanto, não apenas muitos dos que se encarariam a si mesmos como jornalistas, nem que o fossem somente por serem "escritores de jornal", mas também os repórteres de rádio, de cinema e, futuramente, de televisão, que só teriam lugar no Sindicato após a revolução de 25 de Abril de 1974, apesar do decreto-lei n.º 49064, de 19 de Junho de 1969 (nunca regulamentado) assim o prever. Jornalista profissional em Portugal, nos anos 40 do século passado, era apenas aquele que exercia a sua profissão num jornal diário ou numa agência noticiosa.

O despacho do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social publicado no *Diário do Governo* n.º 15, II Série, de 19 de Janeiro de 1943, eu fixava os ordenados mínimos dos jornalistas[15], refere, em

[15] Os ordenados variavam entre três mil escudos (chefe-de-redacção num diário de expansão geral de classe A) e 600 escudos (repórter informador num diário de expansão geral de classe C). Um estagiário receberia entre 600 escudos (jornal de expansão geral de classe A) e 400 escudos (jornal de expansão geral de classe C). Nos jornais de expansão local, um chefe-de-redacção receberia um mínimo de 800 escudos; um redactor, 600 escudos; e um repórter 400 escudos (únicas categorias previstas na grelha salarial).

acréscimo, as seguintes categorias de jornalistas: chefe-de-redacção, "jornalista que em contacto directo com todas as secções da redacção, dirige e coordena de maneira efectiva os serviços redactoriais do jornal"; subchefe-de-redacção, "jornalista que coadjuva e substitui o chefe-de-redacção no exercício das funções que lhe são designadas"; redactor, "jornalista que, trabalhando na redacção ou fora dela, redige, com carácter definitivo, artigos, crónicas, reportagens e noticiário interno ou internacional"; repórter, "jornalista que, trabalhando na redacção ou fora dela, sem a responsabilidade inerente à categoria anterior, faz reportagens e redige notícias ou outras locais"; o repórter-fotográfico é "o jornalista exclusivamente incumbido da reportagem fotográfica"; repórter-informador é "o jornalista auxiliar da redacção que, não pertencendo a qualquer das (…) categorias anteriores, colhe informações e as transmite de qualquer modo ao jornal, redigindo notícias ou outras locais sem responsabilidade de forma definitiva". A criação da categoria de estagiários, por seu turno, evitaria que as empresas admitissem pessoas que revelassem "não possuir as condições necessárias para o exercício da profissão e (…) arcarem com as responsabilidades das categorias profissionais que de início lhe foram atribuídas".

Que jornalismo existia em Portugal nos anos trinta e quarenta, cujos intérpretes – os jornalistas – eram instados a aderirem ao sindicato corporativo?

Primeiro, era um jornalismo praticado por poucas centenas de profissionais, esmagadoramente homens[16], concentrados, principalmente, nos jornais diários de expansão geral de Lisboa e do Porto, alguns de primeira categoria, ou categoria A, na designação oficial (casos, por exemplo, do *Século* e do *Diário de Notícias*), outros de categoria B (como os diários portuenses *O Primeiro de Janeiro*, *O Comércio do Porto* e *Jornal de Notícias*) e ainda outros de categoria C (como o *Novidades* ou *A Voz*). Helena Ângelo Veríssimo (2003, p. 67), baseada na liquidação do imposto profissional, aponta para 214 jornalistas inscritos no SNJ em 1935; 282 jornalistas em 1940 (mas dos quais apenas 154 eram sócios do SNJ); 243 em 1941 (165 deles sócios do SNJ) e 301 em 1942 (entre os

[16] Sobreira (2003, p. 30) refere somente 1,8% de mulheres entre os sócios do SNJ em 1941 e coloca até a hipótese de várias das sócias nem sequer exercerem efectivamente a actividade jornalística.

quais quais 225 sócios do SNJ). Analisando, por seu turno, os quadros de pessoal que as empresas jornalísticas enviavam, a partir de 1940, para o SNJ, Sobreira (2003, p. 27) apura a existência de 280 jornalistas em 1940 e de 295 em 1945. O facto de serem poucos e urbanos e, em acréscimo, trabalharem próximos uns dos outros (os diários estavam concentrados em Lisboa e no Porto), principalmente na capital, trazia consequências para os jornalistas portugueses das décadas de 30 e 40 do século passado:

> As estratégias de cooperação entre jornalistas pertencentes aos diferentes jornais sobrepunham-se à disputa ou rivalidade competitivas. O reduzido número de profissionais e a concentração geográfica da maioria dos principais diários (em Lisboa, praticamente todos estavam no Bairro Alto, com excepção do *Diário de Notícias* (…)), com a consequente partilha de espaços de lazer e convívio (…) transportavam para as relações profissionais um clima *familiar* que estruturava e moldava as relações de trabalho em torno de afectos e cumplicidades. (CORREIA e BAPTISTA, 2007, p. 55)

Uma segunda característica que pode ser apontada ao jornalismo português das décadas de trinta e quarenta do século passado é de que era um jornalismo moldado pela cultura do impresso, isto é, era essencialmente um *jornalismo de jornais*. De facto, as emissões de rádio em Portugal tinham começado em 1924, mas só nos anos trinta é que se consolidaram, graças ao Rádio Clube Português (1931), privado, à Emissora Nacional (1935), estatal, e à Rádio Renascença (1936), da Igreja Católica. Nos primeiros anos da rádio, contudo, a informação quase se limitava à leitura de notícias divulgadas pela imprensa ou pelas agências, misturadas com palestras e crónicas sobre assuntos de actualidade (que cumpriam a missão do comentário dos *opinion makers* na actualidade). O *Diário de Notícias*, por exemplo, associou-se aos emissores CT1DE e CT1BO, em 1930, para transmitir um noticiário construído a partir da leitura de notícias do próprio DN, iniciativa continuada, a partir de 1932, com o *Rádio-Jornal*, emitido pelo emissor CT1DH. A reportagem radiofónica em Portugal começou pelos relatos de futebol e das corridas de touros em directo, em 1930, no emissor

CT1DE, com apoio do *Diário de Notícias*. Contudo, só a partir dos anos quarenta, em parte por causa da II Guerra Mundial e do impacto que tiveram as emissões em português da BBC, é que as rádios portuguesas (as principais eram a Emissora Nacional, estatal; a Rádio Renascença, da Igreja Católica; e o Rádio Clube Português, privado e comercial) começaram a apostar mais na produção própria de informação. Mas os profissionais da informação da rádio somente foram considerados jornalistas e puderam agregar-se ao Sindicato de Jornalistas após o 25 de Abril de 1974.

Por outro lado, não havendo televisão em Portugal nas décadas de 1930/1940, as actualidades cinematográficas eram o único exemplo de informação audiovisual consumida no país e quase se resumiram ao *Jornal Português*, dirigido, entre 1938 e 1951, pelo cineasta António Lopes Ribeiro. Idealizado pelo propagandista-mor do regime, António Ferro (primeiro presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas, entre 1934 e 1937), e promovido e financiado pelo Secretariado da Propaganda Nacional, o *Jornal Português* era, em consequência, mais propaganda do que jornalismo. De qualquer modo, os profissionais do cinejornalismo, tal como os seus colegas da rádio, não eram reconhecidos como jornalistas e só puderam juntar-se ao Sindicato dos Jornalistas após a Revolução de 1974.

Como terceiro ponto da caracterização do jornalismo português nos anos quarenta, pode dizer-se que era um jornalismo censurado e controlado. As restrições à liberdade de imprensa eram uma realidade, embora a censura não tivesse sido uma invenção do Estado Novo, vindo directamente da I República[17]. Ao descreverem a forma como a censura

[17] Portugal beneficiou de grande liberdade de imprensa durante quase toda a segunda metade do século XIX, até à queda da Monarquia, em 1910, apesar da legislação restritiva da liberdade de imprensa de João Franco (11 de Abril de 1907). O regime republicano, ao contrário do que tinha prometido, endureceu a repressão à imprensa. A entrada de Portugal na I Guerra Mundial, acalentada pelo Governo republicano, deu uma excelente desculpa para a instituição da censura prévia (Lei n.º 495, de 28 de Março de 1916), apesar de o seu âmbito ter sido restrito ao noticiário de guerra pela Lei 815, de 6 de Setembro de 1917. A ditadura sidonista envereda pelo mesmo caminho (Decreto n.º 4436, de 17 de Junho de 1918) e a situação manter-se-á até à derrota da Monarquia do Norte, a 28 de Fevereiro de 1919. Nessa altura, a censura abrandou e passou a incidir apenas sobre os assuntos relacionados com a ordem pública e as actividades militares (GOMES, 2006, p. 18) – mas não desapareceu. O golpe militar de 28 de Maio de 1926 e a imposição da Ditadura Militar levou a uma nova intensificação da censura prévia à

afectava as rotinas produtivas no jornalismo português anterior a 1950, Fernando Correia e Carla Baptista (2007, p. 57-60) contam o seguinte:

> A rotina era em grande parte pontuada pelo ritual do envio diário das provas para a censura, a espera pela sua devolução, a eventual "negociação" entre o chefe-de-redacção e os censores, a integração dos cortes, se tivessem sido feitos, a substituição, à ultima hora por outras peças quando a matéria tinha sido demasiado adulterada ou mesmo totalmente cortada. Este desarranjo permanente dos jornais explica também a sua relativa anarquia gráfica, com contornos mal definidos ou mesmo inexistentes entre as várias componentes noticiosas. (…) A pesada interferência da censura na actividade jornalística e a imposição de uma agenda de acontecimentos com limites bem definidos homogeneizava as escolhas dos temas, definia externamente os interditos e desencorajava o encetar de estratégias de busca de diferença ou procura da originalidade. O jornalismo praticava-se, em grande parte, num quadro de funcionalismo público, que dispensava – salvo casos excepcionais – grandes correrias para a *cacha* e propiciava ambientes de redacção tranquilos, onde o maior desassossego era o cumprimento da hora de fecho, condicionada pelos horários dos comboios.

Como quarto elemento caracterizador do jornalismo português no início dos anos quarenta, pode dizer-se que era um jornalismo que o Estado Novo desejava abrir à sua propaganda política. O decreto-lei n.º 33545, de 23 de Fevereiro de 1944, por exemplo, reconhecia, ao mesmo tempo com temor e reconhecimento das suas potencialidades propagandísticas, que "a imprensa (…) é o mais poderoso e eficaz meio de propaganda". Era-lhe, assim, cometida, no mesmo decreto, "uma complexa e elevada missão social", mas também se refere, no referido documento, que a imprensa teria "iniludíveis deveres em relação ao Estado". Portanto, no Estado Novo a imprensa teria de assumir um papel político consonante com a ideologia oficial. Desse modo, o jornalismo português dos anos 30 e 40 do século passado, além de ser sujeito à vigilância dos serviços

imprensa, o que ganha contorno legal com a publicação do Decreto-Lei n.º 22469, de 11 de Abril de 1933, que vinha preencher a exigência do ponto 2 do art.º 8º da Constituição do Estado Novo, de 1933, relativa às leis especiais de regulação do exercício da liberdade de expressão do pensamento, para "impedir, preventiva ou repressivamente, a perversão da opinião pública (…) e salvaguardar a integridade moral dos cidadãos".

de censura e da polícia política (PVDE, depois redenominada PIDE e DGS), era aberto à propaganda do regime, dirigida pelo Secretariado da Propaganda Nacional, transformado em Secretariado Nacional de Informação, em 1944 (decreto n.º 34133, de 24 de Novembro de 1944), para, entre outras funções, "assegurar as relações do Governo com a imprensa, as estações de radiodifusão e as agências noticiosas e os correspondentes de jornais estrangeiros" e ainda "orientar as actividades que influem na formação da opinião pública" (art.º 3º). Na mesma data, pelo decreto n.º 34134, foi criado o Conselho de Imprensa, órgão de contacto entre os dirigentes da imprensa jornalística e o Governo, para que este melhor pudesse controlar aquela. Não se pode, em conclusão, falar em informação livre num estado totalitário, repressivo e controleiro. Os próprios jornalistas foram, de algum modo, compelidos a agregarem-se ao Sindicato Nacional dos Jornalistas, criado em 1934, no âmbito da política de unificação sindical e corporativa defendida pelo Estado Novo de Salazar, mesmo que alguns resistissem ao controlo, à propaganda e à censura. Como? Segundo Helena Ângelo Veríssimo (2003, p. 32) recorrendo a "uma linguagem própria, feita de metáforas e símbolos". (VERÍSSIMO, 2003, p. 32).

Por outro lado, é possível afirmar-se que nos anos quarenta, tempo em que a identidade tradicional do jornalista em Portugal, o seu universo de valores e o seu imaginário eram desafiados quer pela ideologia e prática do Estado Novo quer por uma definição sindical e legal mais restritiva da profissão de jornalista, alguns temas dividiam opiniões entre os jornalistas portugueses. As lealdades políticas, desde logo, eram um campo óbvio de discórdia. Não se pense, de facto, que todos os jornalistas eram opositores ao regime, apesar de este constranger a imprensa e pretender torna-la um veículo da sua propaganda. Muitos dos jornalistas da época apoiavam o Estado Novo salazarista[18] – o primeiro presidente do SNJ foi inclusivamente, o ideólogo da propaganda do regime, António Ferro. Mas, ainda assim, segundo Helena Ângelo Veríssimo (2003, p. 32), "No

[18] Segundo Diana Andringa (2008, pp. 7-8), o jornalista José Estêvão Santos Jorge, decano dos jornalistas portugueses aquando da realização das entrevistas para o projecto Perfil Sociológico do Jornalista Português, disse sobre os jornalistas de *A Voz*: "Em *A Voz*, julgo que não afectos à Situação éramos eu e o César Afonso. (…) Tirando os dois nomes que referi, todos estavam de acordo com o regime."

pós-guerra aparecerá (…) uma oposição mais organizada (…), à qual não são alheios os jornalistas, (…) pela sua função social".

A divisão entre os jornalistas portugueses da década de 1940 estendia-se das questões políticas a alguns assuntos profissionais. Um tema que, por exemplo, suscitava divisões entre os 1940 era o do ensino do jornalismo[19]. O Sindicato Nacional dos Jornalistas chegou mesmo a propor ao Governo um plano para a criação de um curso de jornalismo, logo em 1941 (nunca concretizado). Para alguns jornalistas, a criação de uma escola de jornalismo era efectivamente uma necessidade, ainda que reconhecessem a importância da vocação pessoal para o exercício da profissão:

> Se para ser jornalista a condição primacial é uma decidida vocação, nem por isso o exercício desta profissão dispensa certos requisitos que só raramente os indivíduos podem adquirir pelo esforço próprio. Lá fora já o problema foi encarado de há muito com sentido inteligente e prático, com a criação de escolas de jornalismo. (…) Para nós, torna-se evidente que uma escola de jornalismo se recomenda (…) não apenas como elemento de cultura geral indispensável a todos aqueles que praticam a profissão, mas como aprendizagem para todos os aspectos técnicos que ela abarca (…), convindo quanto a nós dar ao curso um carácter prático (…), não significando tal critério a dispensa de (…) tudo aquilo que possa constituir um cabedal de cultura que valorize as qualidades naturais de vocação que o jornalista porventura possua. Se todas as profissões exigem aprendizagem – o jornalismo não a pode dispensar. (ANÓNIMO, 1952, p. 26)

Outros jornalistas, pelo contrário, consideravam que uma escola de jornalismo seria desnecessária, porque um "verdadeiro" jornalista se imporia pela sua vocação pessoal, pela capacidade de trabalho e improviso, pela cultura geral (auto-adquirida) e pela sua capacidade

[19] Essa questão arrastava-se desde o final do século XIX. Autores como Trindade Coelho (1897, pp. 10-11) e Quadros (1949), por exemplo, defenderam a necessidade do ensino do jornalismo, inclusivamente a nível superior; outros, como Bramão (1899), Veloso (1910/1911) e Bento Carqueja (*cit. in* Cunha, 1941, p. 31) bradaram contra ela. Numa posição conciliatória, Alfredo da Cunha (1941a, p. 32), Freire (1936) e Figueiredo (1957) sugerem que a formação específica dos jornalistas, eventualmente ao nível do ensino superior, deveria ser vista como útil mas não obrigatória.

retórica e literária, inata ou desenvolvida pela escola regular ou autodidactismo. O jornalista Juliano Ribeiro (1953, p. 101), por exemplo, interrogava-se: "O jornalismo será uma profissão técnica que se aprende?". E a sua resposta a esta questão retórica foi a seguinte:

> Volta a falar-se numa Escola de Jornalismo ou de jornalistas (…). Citam-se os exemplos da Argentina, da Espanha e do Brasil, mas não se diz nada sobre os resultados obtidos. Reconhece-se que sem vocação, não é possível "obter" um bom redactor ou um diligente repórter. A vocação acima de tudo, bem entendido. O resto – a escola – viria por acréscimo. (…) Cultura, muita cultura, insistimos. O conhecimento e a prática (…) de uma ou duas das grandes línguas europeias (…). Muita geografia e um pouco de história. O hábito de boas, escolhidas leituras. Tudo isto está certo (…). Quanto à Escola de Jornalistas – que se pronunciem os repórteres do Porto que alheios à escola tão boa conta dão de si!

Não surpreende, tendo em conta os constrangimentos à imprensa e a resistência de parte da classe à formação específica, que o jornalista Miguel Urbano Rodrigues (*cit. in* ANÓNIMO, 1957, p. 71-72) reconhecesse que o jornalismo português dos primeiros quarenta anos do século XX tinha sido medíocre, embora outras razões que não a censura, a vigilância policial, a falta de escolas de jornalismo ou o controlo propagandístico pudessem ser aduzidas para justificar essa falta de qualidade:

> Nós (…) jornalistas portugueses (…) conhecemos as razões profundas e complexas que entravam o progresso da imprensa entre nós (…). A verdade indesmentível e triste é que os nossos jornais, de um modo geral, suportam desvantajosamente a comparação com a maior parte dos quotidianos europeus, de idênticas possibilidades financeiras. Menos espírito de iniciativa, menos imaginação, nível gráfico inferior, excesso de prosas apologéticas e (…) menor personalidade. E o profissional de imprensa médio carecia, entre nós, até há bem poucos anos, daquele mínimo de formação e cultura essencial ao digno exercício das suas funções. A inexistência de toda e qualquer ideia de competição, os mil entraves internos e externos e o nível baixíssimo dos salários estão, sem dúvida, na origem do longo período de hibernação que a nossa imprensa atravessou. Por doloroso que seja confessá-lo, a condição de jornalista

> em Portugal, nos primeiros quarenta anos deste século, nada teve de brilhante (…).

E da mesma forma, o jornalista Acúrcio Pereira (1959, p. 11), chefe-de-redacção de *O Século*, que exercia a profissão desde o início do século XX, escrevia, comparando os jornais portugueses do final da década de 1950 com os do passado:

> Comparando os jornais desses tempos com os de agora, podem (…) medir a distância não direi de aspecto gráfico – que é enorme – mas de estilo jornalístico. (…) O jornal de hoje pede agilidade, simplicidade, pulcritude, equilíbrio, linguagem fácil sem deixar de ser elegante, e, ainda, o ímpeto sincero e vigoroso. Hoje escrever em jornais deve ser conversar com o leitor. A notícia convém seja simples e sintética porque a prolixidade, o barroquismo, o estilo rebuscado é sempre prejudicial. (…). Uma notícia simples e clara tem possibilidade de ser entendida (…).

Já em 1992, o jornalista Jacinto Baptista (1992, p. 12), evocando a sua vivência profissional, iniciada, quando tinha menos de vinte anos, em 1948, no diário *A Voz*, afirma que, no tempo em que iniciou a profissão, a função principal do jornalista era agenciar notícias. Fernando Correia e Carla Baptista (2007, p. 57-58) explicam o porquê do predomínio das notícias nos jornais portugueses das décadas de trinta e quarenta do século XX:

> Nos géneros jornalísticos dominava a notícia. Após a implantação do regime de censura, em 1926, a entrevista e a reportagem perderam a importância que tinham tido com o rejuvenescimento do jornalismo verificado na década de 20 e simbolizado pelo aparecimento, em 1921, do *Diário de Lisboa*. O mesmo aconteceu com os "artigos de fundo" (…). Predominava (…) um "noticiarismo" pouco criativo, rotineiro, praticado por profissionais geralmente acomodados, muitas vezes medíocres, com uma escolaridade baixa, quase sempre obrigados (…) a desdobrar-se em tarefas e empregos para poderem auferir um salário condigno.

Ao desfiar as suas memórias, Jacinto Baptista (1992, p. 12-38) relembra, salientando a "estonteante aceleração experimentada durante

os últimos anos na prática do jornalismo" (p. 13), que quando ele se iniciou no jornalismo, no final da década de 40 do século passado, ainda se escrevia com aparo e tinteiro (e depois com canetas de tinta permanente) em algumas redacções. Mas rapidamente se evoluiu para a utilização de esferográficas e máquinas de escrever (!).

O antigo jornalista enfatiza, também, no seu texto memorialista, a informalidade pouco profissional do processo de socialização dos neófitos nas redacções (aos quais não era exigida formação específica), o peso das rotinas na produção informativa e a fraca aposta na produção própria e diferenciadora por parte dos jornais comuns na década de 1940. Mas desde um ponto de vista positivo, relembra, igualmente, a perseguição da *cacha*, da informação exclusiva em primeira-mão, por parte dos repórteres, afastando-se, um pouco, da descrição de Fernando Correia e Carla Baptista (2007, p. 60) já referida:

> Por meados do século actual, altura em que cheguei à profissão, os neófitos eram instruídos, mãos do que com conhecimento práticos úteis, com o anedotário do ofício. Era o tempo entediante do "Realizou-se ontem…", do jornalismo de tesoura e cola, do telefonema da leitora que, de madrugada, indagava ao redactor de piquete do *Diário de Notícias* que havia de fazer de um pombo que lhe entrara pela janela, e a quem o irascível Oldemito César (ou era o bonacheirão Belo Redondo?; a tanto monta…) respondia, enfadado (ou jocoso): "Um pombo? Olhe, minha santa, coma-o com arroz. Ou com ervilhas."
>
> Para os repórteres era, sobretudo, o frenesim da cacha, numa época em que a competição acerba entre os jornais de informação levava, nas secretárias das redacções rivais, a medições rigorosas das prosas produzidas e copiosas, indispensavelmente enchumaçadas, com nomes de "individualidades" e "personalidades", muitos, muitos nomes, a propósito e despropósito. E, ao passo que as chefias mandavam esticar os relatos, se o assunto valia a pormenorização, a censura, por seu turno, mandava encolhê-los e, para que não houvesse dúvidas, até estipulava (pelo menos no meu tempo de repórter) o máximo de 75 linhas para um crime – e 75 linhas enxutas de pormenores escabrosos, já se deixa ver. (BAPTISTA, 1992, p. 19)

Aliás, Fernando Correia e Carla Baptista (2007, p. 55) também

reconhecem que apesar da proximidade entre os jornalistas, acentuada pela frequência dos mesmos espaços sociais, as cumplicidades e a cooperação só iam até um determinado ponto, pois quando os acontecimentos eram "importantes" havia competição pela informação:

> Seria um erro pensar que a concorrência entre jornais e a própria competição entre jornalistas (…) não existiam. Ela faz parte da própria essência do jornalismo industrial (…). As (…) "estratégias de cooperação" funcionavam (…) em relação a acontecimentos (…) rotineiros. Quando se tratava de acontecimentos importantes, a situação assumia (…) outros contornos.

Ao tempo, como também salientam Correia e Baptista (2007, p. 58), os jornalistas recebiam pouco e, normalmente, acumulavam o exercício da profissão com outras actividades profissionais ou até um trabalho num matutino com outro num vespertino, em jornadas diárias extenuantes:

> A esmagadora maioria, a arraia-miúda do jornalismo era constituída por pobretanas que, para sobreviverem, careciam de completar o magro salário com segundos e até terceiros empregos, não raro em repartições do Estado ou no magistério, quando não noutros mais humildes mesteres suplementares. (BAPTISTA, 1992, p. 8)

Fernando Correia e Carla Baptista (2007, p. 52 e p. 54), acentuam, por seu turno, a própria informalidade dos processos de recrutamento dos jornalistas dos anos 40:

> As formas de acesso à profissão eram fechadas e quase sempre sujeitas à existência de contactos (…) entre os candidatos a jornalistas e pessoas que já trabalhavam nos jornais. (…) Uma forma de acesso eram as colaborações esporádicas, nomeadamente nas secções de desporto dos diários e na imprensa regional, que podiam eventualmente conduzir a uma oportunidade de emprego. A renovação dos quadros fez-se lentamente, o tempo de permanência no mesmo jornal era longo e escassa a rotação de pessoas entre diferentes jornais. (…) As relações de trabalho entre os mais velhos e os mais novos, nomeadamente no que respeita ao treino e integração dos estagiários (…) na cultura da redacção (…) decorria espontaneamente e sem procedimentos fixos, sujeita a um código de

> conduta mais adequado à gestão de relações paternais e filiais do que profissionais.

A acumulação de estudos com o jornalismo também não seria bem-vista. Jacinto Baptista (1992, p. 23-24), continuando a relatar as suas memórias, relembra o que sucedeu com ele mesmo:

> Acúrcio Pereira, que chefiava (…) o matutino [*O Século*] (…) explicou-me que o propósito de ser, ao mesmo tempo, estudante e jornalista (…) não resultava (…). Vi assim rechaçada a minha pretensão [de integrar a redacção do jornal], do mesmo modo que, anos mais tarde, quando, no *Primeiro de Janeiro*, ao solicitar a promoção de repórter-informador a repórter, alegando, verazmente e sem falsa modéstia, que até redigia "em definitivo", condição exigida no contrato colectivo de então para se ser redactor, mais até do que repórter, tive o desgosto de ver indeferida a minha reivindicação porque o meu chefe directo, Pinto Quartim, fazendo-se eco de um preconceito generalizado, acompanhara o meu pedido com uma informação desfavorável: "…é certo que cumpre; porém, é estudante."

Na versão de Jacinto Baptista (1992, p. 28-29), todavia, algumas coisas também havia de boas no jornalismo português do início da década de 1940. Uma delas seria o hábito de leitura de jornais e outra a diversidade de jornais existentes, vespertinos e matutinos. Efectivamente, teria alguma razão, pois só entre os diários do país, em 1940, contavam-se os seguintes títulos: *Diário de Notícias*, *O Século*, *República*, *Diário de Lisboa*, *Novidades*, *A Voz*, *Jornal do Comércio*, *Diário da Manhã*, *O Primeiro de Janeiro*, *Jornal de Notícias*, *O Comércio do Porto*, *Diário de Coimbra*, *Diário do Minho*, *Correio do Minho*, *Diário do Alentejo*, *Diário da Madeira*, *Diário dos Açores*, *Diário de Notícias do Funchal*, *O Jornal*, *A Ilha*, *A Pátria*, *A União*, *Correio da Horta* e *Correio dos Açores*.

2. O Sindicato Nacional dos Jornalistas no início da década de 1940

O Sindicato Nacional dos Jornalistas surge a 24 de Fevereiro de 1934. Os seus primeiros estatutos foram aprovados por alvará do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Pedro Teotónio Pereira, de 26 de Fevereiro de 1934. Tratava-se, à luz desses estatutos, de uma estrutura sindical perfeitamente integrada na ordem corporativa e nacionalista do Estado Novo. O art.º 3º desses estatutos, por exemplo, enuncia, à luz da ideologia do regime, que a independência dos jornalistas ficaria subordinada "ao superior interesse nacional":

> O Sindicato reconhece a função eminentemente social da imprensa e, por consequência, reclama para ela as garantias eficazes de uma austera probidade intelectual e moralidade por parte dos que a exercem, quer como empresários, quer como jornalistas, e defendendo a independência mental dos seus profissionais, subordinada (…) ao superior interesse nacional, como factor activo do progresso moral que na orientação da opinião pública cumpre guardar e promover.

O art.º 5º desses estatutos declara, em acréscimo, a plena integração do sindicato na ordem corporativa, destinada a reduzir a conflitualidade social ao substituir a luta de classes pela cooperação dentro das corporações:

> O Sindicato subordina toda a sua actividade ao interesse superior da colectividade nacional e reconhece-se factor de cooperação activa e leal com todos os outros factores da organização corporativa da Nação, em consequência do que repudia o princípio da luta de classes e toda a manifestação interna ou externa contrária aos interesses nacionais.

Assim sendo, qual o papel que estatutariamente o Sindicato Nacional dos Jornalistas reservava para si? O art.º 4º dos estatutos oferece a resposta, em várias alíneas – incluindo na alínea c o desígnio estatutário que viabilizará a edição do *Boletim*, em 1941. A resposta estatutária do Sindicato é, contudo, problemática em alguns pontos, pois fortalece as

bases do controlo político dos jornalistas com o argumento da defesa da "dignidade da imprensa" (alínea b):

> a) Garantir e defender a independência moral e económica dos jornalistas, os seus direitos e legítimos interesses;
>
> b) Pugnar pela dignidade da imprensa e dos seus profissionais, em termos de eliminar processos subreptícios usados para criar ambiente a desígnios ocultos, desvirtuando factos ou sendo um instrumento de interesses privados;
>
> c) Promover o aperfeiçoamento cultural dos sócios, criando cursos, bibliotecas, museus, realizando conferências, editando publicações, estabelecendo bolsas de estudo, subsidiando viagens e organizando congressos;
>
> d) Desenvolver a cultura física dos sócios em desportos adequados à profissão;
>
> e) Criar institutos de previdência ou participar noutros, com o fim de garantir os sócios na doença, na invalidez, na velhice e no desemprego involuntário;
>
> f) Fundar institutos privativos de assistência social, tais como as casas de saúde, clínicas, preventórios, casas de repouso e de tratamento, messes, cooperativas, caixas económicas e de crédito, e outros (…);
>
> g) Intervir nos conflitos entre sócios e entre estes e as empresas, defendendo em juízo e fora dele os seus direitos e interesses profissionais, mantendo, para o efeito, um serviço de consulta jurídica;
>
> h) Elaborar as bases para os contratos colectivos de trabalho a ajustar com o Grémio das Empresas Jornalísticas (…);
>
> i) Fiscalizar o cumprimento das disposições legais que regulam o trabalho e as que forem esclarecidas nos contratos colectivos e ainda as que vigorem em relação aos contratos privados;
>
> j) Organizar um serviço de colocação de desempregados;
>
> k) Representar a profissão nos organismos corporativos de grau superior e perante o Estado e as autarquias locais, bem como desempenhar as funções públicas e políticas que por lei lhe forem cometidas;

> l) Representar o país, com prévia autorização do Governo, nos congressos ou outras reuniões internacionais da especialidade;
>
> m) Intensificar as relações entre os sócios, criando na sua sede e nas secções ou delegações o ambiente adequado a uma frequência permanente e a uma actividade intelectual, por meio de reuniões e de festas de confraternização em cooperação com elementos intelectuais;
>
> n) Fazer observar as regras deontológicas da profissão, definidas num Código que será aprovado pela Assembleia Geral e posto em vigor após a sanção do Governo, ficando a fazer parte integrante destes estatutos;
>
> o) Organizar e manter um registo profissional dos jornalistas, nos termos que vierem a ser aprovados pelo Governo, como base dos direitos inerentes à profissão.

O SNJ era, portanto, e voltando a uma expressão já usada, um sindicato domado e perfeitamente integrado na ordem corporativa do Estado Novo, mas, ainda assim, evidenciava, tal como definido nos estatutos, preocupações que se estendiam da protecção social à promoção cultural dos jornalistas e da regulação do trabalho destes profissionais à deontologia, prevendo já, inclusivamente, a promulgação de um código deontológico[20] que, de certa forma, permitiria encarar o jornalismo como *arte liberal* ou mesmo como *profissão liberal*[21]. O SNJ foi, assim, uma peça importante na definição do território do jornalismo profissional em Portugal.

Entre 1937 e 1939, o Sindicato Nacional dos Jornalistas atravessou um período de instabilidade directiva e financeira que obrigou, sob proposta do

[20] Na verdade, o primeiro Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses só viria a ser aprovado em 1975.

[21] A ideia de que o jornalismo seria uma *profissão liberal*, à semelhança da advocacia, da medicina, da engenharia, da farmácia, da enfermagem e de outras profissões similares, levou, ao longo do tempo, vários jornalistas a pugnarem por uma Ordem Profissional, de cariz deontológico. Alfredo da Cunha (1941, p. 36-37), por exemplo, levanta a possibilidade logo em 1941, referindo até que a ideia teria sido sugerida pelo próprio Salazar, numa entrevista concedida, em 1938, a António Ferro. No entanto, a questão, que obviamente mexe com o estatuto conceptual dos jornalistas, nunca foi resolvida. Em 1992, por exemplo, um grupo de jornalistas promoveu um referendo à classe sobre a criação da Ordem dos Jornalistas, ideia rejeitada por uma larga maioria dos seus camaradas, representados no slogan "Sou jornalista, não me metam na Ordem!".

próprio Sindicato, o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência a nomear, em Fevereiro de 1940, uma comissão[22] que zelasse pela administração do organismo e promovesse uma reforma estatutária (VERÍSSIMO, 2003, p. 55-64). A reforma dos estatutos foi aprovada por alvará do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social a 16 de Outubro de 1940. Ela depurava os estatutos originais e restringia o direito de admissão de sócios, afunilando o critério que permitia a classificação como jornalista profissional. O Sindicato, nos termos dos novos estatutos, passou a ter como primeira linha de acção, representar "todos os jornalistas, estejam ou não nele inscritos" (Art.º 4º dos *Estatutos* do SNJ de 1940). Os fins do Sindicato Nacional dos Jornalistas, segundo o art.º 3º dos novos estatutos, passaram a ser os seguintes:

> 1º Dar parecer sobre assuntos da sua especialidade acerca dos quais for consultado pelos organismos corporativos de grau superior ou pelo Estado, especificamente sobre:
> a) Situação, condições e necessidades da respectiva profissão e modo de conseguir o seu aperfeiçoamento ou suprir as insuficiências;
> b) Condições económicas e sociais dos associados;
> c) Higiene e segurança dos locais de trabalho;
>
> 2º Velar pelo cumprimento das leis de protecção ao trabalho, sobretudo na parte respeitante à duração máxima, ordenados, descanso semanal e reparação dos desastres de natureza profissional;
>
> 3º Criar instituições sindicais de previdência compatíveis com as suas possibilidades económicas, destinadas a proteger os associados na doença, invalidez e velhice;
>
> 4º Cuidar do aperfeiçoamento moral, intelectual e profissional dos associados, organizando, dentro do Sindicato, círculos de cultura apropriados.

[22] A comissão seria dirigida pelo jornalista Luiz Teixeira, até 1943, tendo sido ele a impulsionar a 1ª série do *Boletim* do SNJ. O mesmo jornalista presidiu a uma segunda comissão administrativa, entre 1943 e 1945. Com a sua renúncia, em 1945, deixou, também, de publicar-se o *Boletim*. O SNJ, contudo, continuaria a atravessar crises sucessivas de direcção, até 1969. Aliás, ainda seria uma comissão administrativa, constituída pelos jornalistas Alfredo Gândara (presidente), Joaquim Salgado (secretário) e Afonso Serra (tesoureiro) a lograr a assinatura do primeiro Contrato Colectivo de Trabalho dos Jornalistas Portugueses, velha aspiração da classe, em 1951.

No art.º 4º dos novos estatutos, explicitava-se, ainda, que o Sindicato, ao representar legalmente todos os jornalistas, teria entre as suas competências estatutárias "ajustar contratos colectivos de trabalho". Assim sendo, a Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas apresentou, em 1941, ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, um projecto de Contrato Colectivo de Trabalho, mas o Grémio Nacional da Imprensa Diária emitiu um parecer[23] em que se alegava a incompatibilidade da proposta com a realidade das empresas jornalísticas, em especial num momento de crise internacional (II Guerra Mundial) em o que país precisaria de "trabalho aturado".[24] Por causa das objecções do Grémio, entre outras razões, o Contrato Colectivo de Trabalho para os jornalistas só viria a celebrar-se em 1951.

Outro dos baluartes do Sindicato Nacional dos Jornalistas nos anos quarenta foi, em consonância com os seus estatutos de 1940, a

[23] Parecer do Grémio Nacional da Imprensa Diária: "(…) E, por estas premissas, não pode este Grémio deixar de reconhecer que o Contrato Colectivo em referência aparece em momento particularmente difícil para a indústria do jornal. Não pode deixar de atender-se às dificuldades com que lutam habitualmente, em sua grande maioria, as empresas proprietárias de jornais. Essas dificuldades, porém, sobem de ponto no momento internacional que passa. Ninguém ignora, com efeito, que a publicação dos jornais depende essencialmente (além de outros elementos e de matérias primas indispensáveis), do papel – artigo primacial que para o efeito é importado do estrangeiro. Desde o início da guerra fecharam-se para Portugal, como para o resto do mundo (excluídos os países nórdicos europeus, a Alemanha, a Itália e os países ocupados militarmente), os grandes centros produtores de papel escandinavos e finlandeses, de que se fornecia Imprensa portuguesa e grande parte dos jornais de todo o mundo. (…) Entende este Grémio que devem ser revistas atentamente algumas disposições do projecto do contrato, por serem absolutamente incomportáveis para as empresas nos termos em que se encontram formuladas. Estão neste caso as disposições referentes às indemnizações pelo despedimento dos jornalistas sem justa causa; as respeitantes ao horário de trabalho, à remuneração e classificações dos jornalistas e à matéria que trata da previdência. É dever deste Grémio acentuar que a maioria das empresas jornalísticas portuguesas não vive, vegeta dificilmente. As próprias empresas proprietárias dos chamados jornais de grande expansão encontram-se assoberbadas com encargos e responsabilidades de tal natureza que tornam difícil e perigosa a respectiva gestão, para mais sujeita às contingências actuais. A ruína ou a paralisação de uma destas empresas representaria um verdadeiro drama social, não só pelas consequências resultantes da perda de grandes capitais e créditos nelas investidos, como pelas legiões de empregados (representando muitas centenas de famílias) que seriam arremessados para o desemprego. Isto deve dizer-se para os jornalistas, os compositores (…), etc., etc., (…), não continuem a viver na perigosa ilusão de que podem exagerar nas suas reivindicações, sem o risco de matarem a galinha dos ovos de ouro! Afigura-se-nos também contra-indicado, num momento em que os superiores interesses do País recomendam trabalho aturado, economia e intensificação de produção, a proposta de horário correspondente a trinta horas semanais." (**Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 2, Junho de 1941, pp. 23-25).

[24] **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 2, Junho de 1941, p. 23-25.

reivindicação de um curso de formação de jornalistas[25]. Efectivamente, os estatutos do SNJ, na versão de 1940, impunham-lhe "cuidar do aperfeiçoamento moral, intelectual e profissional dos associados, organizando dentro do Sindicato círculos de cultura apropriados" (Art.º 3º). Assim, logo no primeiro número do *Boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas* foi divulgado um ofício enviado ao ministro da Educação Nacional pelo presidente da Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas[26]. Nesse ofício o Sindicato expõe a necessidade de formação dos jornalistas para a "dignificação da imprensa em Portugal", revelando que as contratações se fazem por "tentativas de experiência, incertas e pouco seguras" e que, apesar de a "carreira profissional do jornalistas começar com base em indícios nítidos de vocação", é necessário o "encaminhamento que oriente e aproveite para uma finalidade justa o esforço do autodidacta". Enfatiza o mesmo ofício que "em muitas capitais estrangeiras preencheu-se essa falta com as escolas de jornalismo". O Sindicato Nacional dos Jornalistas entende, no mesmo documento, que o curso de formação é um "instrumento de cultura" que contribuiria "para melhorar o nível intelectual dos trabalhadores da Imprensa". Mas também se depreende que para os líderes sindicais, o jornalismo seria uma profissão técnica, uma *arte liberal* (ou mesmo uma profissão liberal) passível de ser aprendida e ensinada, já que exigiria conhecimentos e competências específicos que poderiam ser obtidos através da formação. Eis a totalidade do ofício:

> *Senhor Ministro da Educação Nacional,*
> *Excelência:*
> No intuito de promover de maneira decisiva a valorização profissional dos jornalistas e elevar o seu nível de cultura até os limites exigidos pela missão que desempenham na vida portuguesa, resolveu a Comissão Administrativa deste Sindicato Nacional solicitar a atenção do Governo para um problema que interessa não só os destinos desta classe, mas

[25] Os estatutos do Sindicato dos Profissionais da Imprensa (de Lisboa), de 1924, também previam a criação de uma escola de jornalismo (art.º 4º, alínea b), mas esta nunca chegou a concretizar-se, talvez por divergências internas, pois, tal como disse o director do *Comércio do Porto*, numa conferência realizada no próprio SPI, "tal como não há escolas de poesia, também as não pode haver de formação de jornalistas" (CUNHA, 1941a, pp. 30-31).
[26] **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 1, Maio de 1941, pp. 5-19.

também, e principalmente, a dignificação da Imprensa no nosso País.
O recrutamento do pessoal dos quadros redactoriais dos nossos diários faz-se, geralmente, por tentativas de experiência, incertas e pouco seguras nos seus resultados. A carreira profissional do jornalista começa com base em indícios nítidos de vocação e tendência natural e desenvolve-se sempre ao sabor da revelação de espontâneas qualidades pessoais. Reconhecemos que falta o encaminhamento necessário que oriente e aproveite para uma finalidade justa o esforço do autodidacta que faz do jornalismo o seu modo de vida e põe ao seu serviço as melhores energias intelectuais, quase sempre com apaixonante dedicação. Em muitas capitais estrangeiras preencheu-se essa falta com as Escolas de Jornalismo.
Este Sindicato, ao mesmo tempo que procura com a negociação de um contrato colectivo de trabalho assegurar as condições morais e materiais julgadas indispensáveis para o exercício efectivo do jornalismo em Portugal, empenha-se pela criação de um instrumento de cultura que em obediência às realidades do nosso meio contribua eficazmente para melhorar o nível intelectual dos trabalhadores da Imprensa entre nós.
Sindicato Nacional de uma classe relativamente reduzida, não temos possibilidades para a realização desse empreendimento. Por isso e confiados inteiramente no alto espírito de V. Ex.ª, que não deixará de reconhecer a importância da nossa missão na campanha de ideias indispensável para a renovação da mentalidade – objectivo constante da Revolução Nacional – vimos submeter ao seu superior critério o programa para o funcionamento na nossa sede de um curso de formação jornalística.
Aspiração que por si própria se define, julgamos desnecessário defendê-la perante quem tão profundamente conhece os problemas nacionais na agudeza da sua revelação e nas causas que os determinam.
Mais do que o patrocínio e apoio com que antecipamos contamos, ousamos esperar de V. Ex.ª, pelo interesse que esta iniciativa lhe merecer, a concessão de condições indispensáveis para que ela se concretize numa admirável realidade.
Com as mais respeitosas saudações apresento a V. Ex.ª os protestos da nossa profunda consideração.
A Bem da Nação
Lisboa, 8 de Fevereiro de 1941
O Presidente da Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas
Luiz Teixeira

O ofício do SNJ ao ministro da Educação é acompanhado de um plano para o curso. Este teria o objectivo de preparar "através do ensino teórico e prático, o exercício da profissão de jornalista" e obrigava, já, a que os candidatos tivessem, pelo menos, o 5º ano do liceu ou já exercessem a profissão há mais de um ano. A intenção seria, nos termos do próprio projecto, levar os jornais diários, por intermédio do Grémio da Imprensa Diária, a apenas contratar como estagiários os indivíduos habilitados com o curso, que teria doze meses de duração, repartidos por dois anos lectivos (seis meses por ano, portanto). Esse curso aliaria cadeiras teóricas (A Formação Profissional do Jornalista; A Educação Política e Histórica do Jornalista; Os Estados Modernos e o Direito Internacional Público; Os Grandes Problemas Económicos Actuais; História Geral da Imprensa; Formação e Evolução do Jornalismo Profissional em Portugal; Legislação da Imprensa) leccionadas por académicos a cursos práticos de português, francês e estenografia. Englobaria, também, conferências, exercícios práticos a visitas de estudo a jornais e a uma oficina gráfica. Deve dizer-se, no entanto, que o curso de formação de jornalistas apresentado ao ministro da Educação em 1941 nunca saiu do plano de intenções.

3. O *Boletim* do Sindicato Nacional dos Jornalistas (1941/1945)

O primeiro Boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas foi editado em Maio 1941, com a publicação, nesse ano, de quatro números, sob a direcção de Luís Teixeira, presidente da comissão administrativa do SNJ. O editor era António Tinoco, tesoureiro dessa mesma comissão. Os dois primeiros números são mensais (seria esta, presumivelmente, a vontade do Sindicato Nacional dos Jornalistas), mas depois, sem motivo aparente, o *Boletim* passa a ser trimestral (números de Julho/Agosto e Setembro e de Outubro/Novembro e Dezembro). O quarto número tem a particularidade de evocar as comemorações do tricentenário do primeiro periódico português, a *Gazeta* "da Restauração". O quinto e último número respeita aos anos de 1942 a 1945.

O boletim apresenta-se sob a forma de livro, de formato sensivelmente A5 (14,8 cm de largura por 21 cm de altura, isto é, cerca de 311 cm^2 por página). As capas dos boletins do SNJ apresentam todas o mesmo formato e o mesmo grafismo: título, número, os meses correspondentes ao número e ano de edição. Na linha do modernismo, há uma hábil utilização gráfica dos espaços em branco no *Boletim*, pelo que o seu design é algo despido. Nota-se em todas as capas a ausência de fotografias ou gravuras, surgindo apenas ao centro da capa o símbolo do Sindicato Nacional dos Jornalistas, com as iniciais SNJ. Todos os números trazem, na contracapa, a omnipresente declaração "Visado pela Comissão de Censura".

Fig. 1
Capa do primeiro número do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*

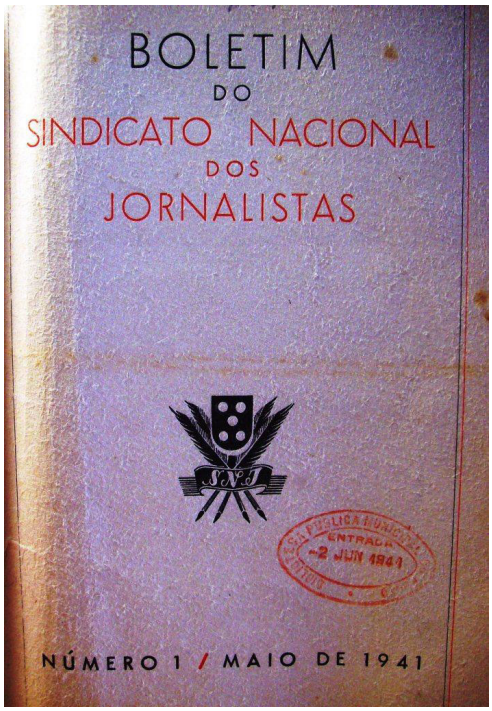
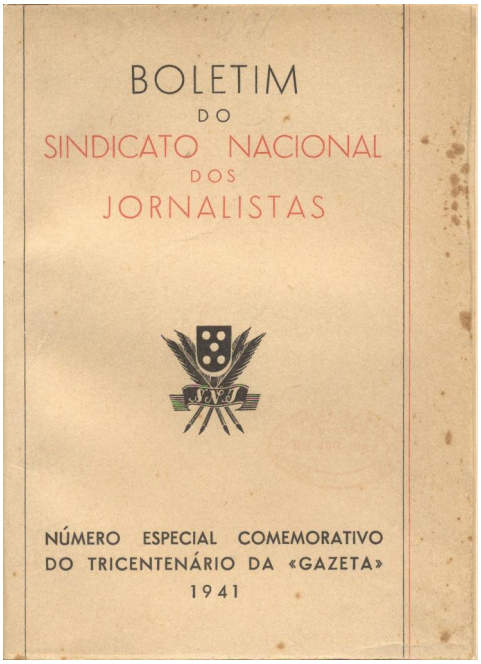
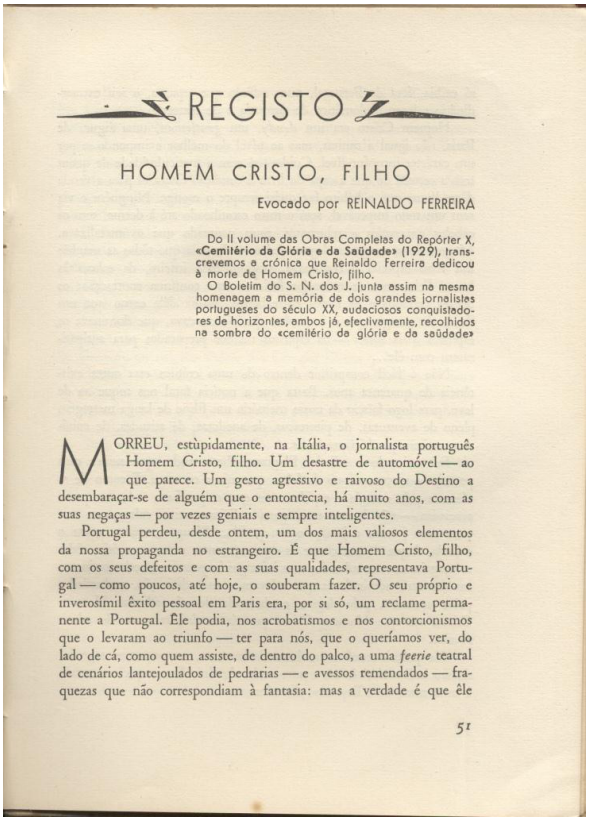


Fig. 2
Capa do quarto número do *Boletim do Sindicato*, comemorativo do centenário da *Gazeta* "da Restauração"



O interior do *Boletim* é paginado a uma coluna. São raras as fotografias adicionadas ao texto (somente no quarto número surge uma fotografia de jornalistas, de importância histórica, e no quinto aparecem fotos informativas de actos solenes da vida sindical). As gravuras são mais frequentes (são publicadas, por exemplo, caricaturas de jornalistas e no quarto número são incluídas várias reproduções de capas de jornais históricos portugueses). Alguns conteúdos são segmentados por secções. Duas delas são permanentes no *Boletim*: "Registo" e "Vida Sindical". Na secção "Registo" encontram-se textos sobre história do jornalismo, actualidades, ideias sobre a profissão, entre outros. Na secção "Vida Sindical", o SNJ aproveitava o espaço para informar sobre as diversas acções e projectos do Sindicato e publicitar relatórios de actividades e contas.

Fig. 3
Interior do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* (secção "Registo")



REGISTO

HOMEM CRISTO, FILHO

Evocado por REINALDO FERREIRA

Do II volume das Obras Completas do Repórter X, **«Cemitério da Glória e da Saüdade» (1929)**, transcrevemos a crónica que Reinaldo Ferreira dedicou à morte de Homem Cristo, filho.

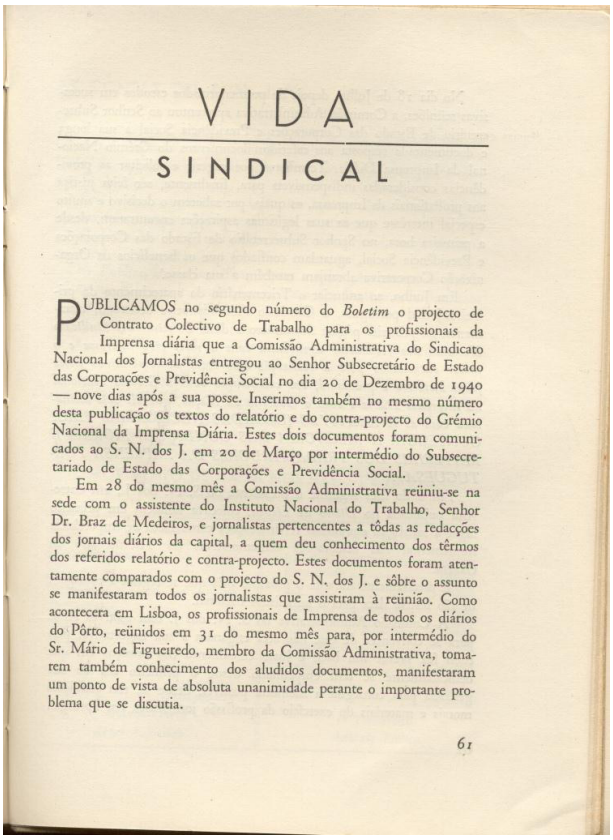
O Boletim do S. N. dos J. junta assim na mesma homenagem a memória de dois grandes jornalistas portugueses do século XX, audaciosos conquistadores de horizontes, ambos já, efectivamente, recolhidos na sombra do «cemitério da glória e da saüdade»

MORREU, estùpidamente, na Itália, o jornalista português Homem Cristo, filho. Um desastre de automóvel — ao que parece. Um gesto agressivo e raivoso do Destino a desembaraçar-se de alguém que o entontecia, há muito anos, com as suas negaças — por vezes geniais e sempre inteligentes.

Portugal perdeu, desde ontem, um dos mais valiosos elementos da nossa propaganda no estrangeiro. É que Homem Cristo, filho, com os seus defeitos e com as suas qualidades, representava Portugal — como poucos, até hoje, o souberam fazer. O seu próprio e inverosímil êxito pessoal em Paris era, por si só, um reclame permanente a Portugal. Êle podia, nos acrobatismos e nos contorcionismos que o levaram ao triunfo — ter para nós, que o queríamos ver, do lado de cá, como quem assiste, de dentro do palco, a uma *feerie* teatral de cenários lantejoulados de pedrarias — e avessos remendados — fraquezas que não correspondiam à fantasia: mas a verdade é que êle

51

Fig. 4
Interior do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* (secção "Vida Sindical")



VIDA

SINDICAL

PUBLICÁMOS no segundo número do *Boletim* o projecto de Contrato Colectivo de Trabalho para os profissionais da Imprensa diária que a Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas entregou ao Senhor Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social no dia 20 de Dezembro de 1940 — nove dias após a sua posse. Inserimos também no mesmo número desta publicação os textos do relatório e do contra-projecto do Grémio Nacional da Imprensa Diária. Estes dois documentos foram comunicados ao S. N. dos J. em 20 de Março por intermédio do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social.

Em 28 do mesmo mês a Comissão Administrativa reüniu-se na sede com o assistente do Instituto Nacional do Trabalho, Senhor Dr. Braz de Medeiros, e jornalistas pertencentes a tôdas as redacções dos jornais diários da capital, a quem deu conhecimento dos têrmos dos referidos relatório e contra-projecto. Estes documentos foram atentamente comparados com o projecto do S. N. dos J. e sôbre o assunto se manifestaram todos os jornalistas que assistiram à reünião. Como acontecera em Lisboa, os profissionais de Imprensa de todos os diários do Pôrto, reünidos em 31 do mesmo mês para, por intermédio do Sr. Mário de Figueiredo, membro da Comissão Administrativa, tomarem também conhecimento dos aludidos documentos, manifestaram um ponto de vista de absoluta unanimidade perante o importante problema que se discutia.

61

Fig. 5
A primeira fotografia publicada no *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* é uma reprodução de uma foto histórica do século XIX


Uma reportagem há 57 anos. Grupo de enviados de jornais de Lisboa e Porto, no Bom Jesus do Monte, durante a viagem do Rei D. Luiz I ao Norte do País. Da esquerda para a direita: no primeiro plano, sentados no chão: Augusto Lobato, Eduardo Schwalbach e João Chagas. No segundo plano, sentados: João Baptista Borges, Luís de Araújo, Eugénio de Castilho, José Parreira e Fernando Maia. No terceiro plano, de pé: António José Alves, Firmino Pereira e o aguarelista Casanova

(Página gravada e impressa em Necgravure Lda)

Fig. 6
Exemplo da publicação ocasional de fotografias com interesse noticioso no *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*



Posse da comissão técnica nomeada para estudar a situação dos profissionais da Imprensa

Posse da comisão administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas

O *Boletim* admitia publicidade. Esta, normalmente, surge no final de cada volume do *Boletim*. É aliás curioso verificar que o papel (um bem escasso e caro numa Europa ensanguentada pela guerra e onde o comércio era difícil) era fornecido gratuitamente pela Companhia de Papel do Prado em troca de publicidade.

No primeiro número do *Boletim* foi publicado o propósito da publicação[27]: corresponder "à necessidade (…) de uma estreita comunicação do Sindicato com a classe". No mesmo documento, o Sindicato – talvez desnecessariamente – frisa o seu enquadramento no ordenamento político do Estado Novo e acentua, um pouco em contradição com o que os seus próprios estatutos determinavam, que o Sindicato não abrangia "apenas os profissionais do jornalismo diário, mas também todos os que colaboram nele ou em quaisquer publicações periódicas".

O *Boletim*, cujo número de páginas[28] varia entre 47 (primeiro número) e 304 (quinto número), aborda, sobretudo, quatro pontos das actividades do Sindicato Nacional dos Jornalistas: celebração de um contrato colectivo de trabalho; criação de um curso de formação jornalística; instituição de uma nova carteira profissional; e instituição do prémio "Sindicato Nacional dos Jornalistas", na sequência da comemoração do

[27] Eis o texto completo: "A iniciativa de publicar um Boletim mensal corresponde à necessidade verificada de uma estreita comunicação do Sindicato com a classe. No presente número trata-se quase exclusivamente de assuntos sindicais de interesse para todos os trabalhadores do jornalismo efectivo entre nós. De futuro o Boletim continuará a ocupar-se, pormenorizadamente, da vida do Sindicato, da sua acção e das suas iniciativas, mas publicará também colaboração especial dos melhores nomes do jornalismo português. Pretendemos desenvolver nestas páginas opiniões, críticas, ensaios e estudos sobre os problemas e aspectos da vida jornalística, técnica profissional, tudo o que possa relacionar-se com o trabalho, a cultura e os interesses morais ou materiais dos homens da Imprensa. Acentuamos que o nosso Sindicato não abrange apenas os profissionais do jornalismo diário, mas também todos os que colaboram nele ou em quaisquer publicações periódicas. O Boletim procurará ser o indispensável instrumento coordenador das dedicações e possibilidades que servem o jornalismo português nas suas diferentes formas de expressão. Organismo definido e regulado por disposições legais estabelecidas, o Sindicato Nacional dos Jornalistas empenha-se com verdadeiro entusiasmo pelo seu robustecimento como realidade social dentro do quadro da Ordem Corporativa e ao serviço da Nação. Ao publicar o primeiro número do nosso Boletim saudamos o sr. Dr. Joaquim Trigo de Negreiros, ilustre Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, confiados na sua acção a favor de quantos dedicam ao jornalismo, apaixonadamente, as suas melhores energias numa tarefa contínua, esgotante e ingrata." (**Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 1, Março de 1941, p. 3).

[28] N.º 1: 47 páginas; n.º 2: 88 páginas; n.º 3: 71 páginas; n.º 4: 241 páginas; e n.º 5: 304 páginas.

tricentenário do primeiro jornal português: a *Gazeta* "da Restauração". Mas um outro assunto é abordado nos números de 1941 do *Boletim* do SNJ: o desenvolvimento de relações entre os jornalistas portugueses e os brasileiros. No âmbito de uma troca de mensagens entre a Associação Brasileira de Imprensa e o Sindicato Nacional dos Jornalistas surge a proposta, por parte de António Ferro, em nome do SNJ, da realização, em Lisboa, do Primeiro Congresso Luso-Brasileiro de Imprensa. Em consequência, pode dizer-se que a publicação serviu, primordialmente, para mostrar aos jornalistas as acções desenvolvidas pelo seu sindicato.

O quarto número indica, na capa, tratar-se, conforme já se referiu, de um "Número Especial Comemorativo do Tricentenário da *Gazeta*". Nele escrevem autores reconhecidos ao tempo. Júlio Dantas, por exemplo, escreve sobre "Os jornais manuscritos do século XVIII"; Alfredo da Cunha intitula o seu texto "Relances sobre os três séculos do jornalismo português"*;* Rocha Júnior redige sobre "Os bastidores da entrevista", entre outras contribuições. Este número inventaria, ainda, os jornais e outras publicações existentes em Novembro de 1941 e insere gravuras dos jornais mais relevantes da história do jornalismo português.

O estilo dominante no *Boletim* é informativo, como ocorre no exemplo a seguir inserido, pois o fim da publicação era, principalmente, informar os sócios da acção do SNJ, esperando-se eventualmente com isso mobilizar a classe para as causas profissionais mas também suscitar a sua adesão aos eventos culturais e aos prémios promovidos pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas:

> O Sindicato Nacional dos Jornalistas resolveu incluir no programa das comemorações do Tricentenário do Primeiro Jornal Português a inauguração do curso de cultura e formação jornalística; publicar uma edição fac-similada da *Gazeta* de Novembro de 1641; solicitar do excelentíssimo director da Biblioteca Nacional de Lisboa que este estabelecimento promova, nas suas salas, uma exposição retrospectiva da imprensa portuguesa; pedir ao Grupo "Amigos de Lisboa" (…) para com a Câmara Municipal de Lisboa promover nas salas do Palácio Galveias a realização de uma exposição da obra literária dos jornalistas portugueses que exerceram ou exercem a sua actividade no periodismo da capital durante o século XIX e até à actualidade; reunir os elementos de colaboração necessários para que possa fazer-se uma exposição de reportagem gráfica seleccionada no nosso jornalismo desde

1800 até aos nossos dias (…).[29]

Por vezes, porém, o tom do *Boletim* é moderadamente reivindicativo mas sempre fundamentado. E por vezes as reivindicações são escoradas nas próprias leis do Estado Português. É assim que no quinto número do *Boletim* se transcreve um texto publicado no *Diário da Manhã* relativo a um despacho do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social que institui uma comissão para estudar e propor uma solução para resolver "anomalias que se verificam nas empresas proprietárias de jornais diários, nomeadamente em matéria de vencimentos e horário de trabalho dos jornalistas":

> É que a actividade jornalística difere de todas as outras: a Imprensa periódica é, simultaneamente, de natureza privada, pelos capitais nela investidos, e pública pela sua função de orientadora de opinião, reconhecida na Constituição como "elemento fundamental da política e administração do País", pelo que ao Estado "incumbe defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum".[30]

Um outro exemplo de texto moderadamente argumentativo, para o caso em favor da liberdade de imprensa, pode ser igualmente dado, sendo de notar, de novo, a fundamentação jurídica, baseada na transcrição de uma sentença do Tribunal da Relação de Lisboa. O jornalista colocou nas palavras do juiz aquilo que possivelmente ele próprio gostaria de ter dito:

> Num processo de pretenso abuso de liberdade de Imprensa, movido em 1942 contra um correspondente do diário *O Século* e contra o Sr. João Pereira da Rosa, director daquele jornal, que com o mesmo correspondente se solidarizou, o Tribunal da Relação de Lisboa proferiu uma decisão declarando a acção improcedente. Do notabilíssimo acórdão reproduzimos, para que fique, como merece, arquivado nas páginas deste *Boletim*, o seguinte passo:
> "É que a Imprensa que 'exerce uma função de carácter público' (artigo 23.º da Constituição Política da República Portuguesa), que tem uma

[29] *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, n.º 2, Junho de 1941, p. 6.
[30] *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, n.º 5, 1942/1945, p. 15-16.

> larga e primacial missão educativa e de orientação, não pode, sob pena de não poder atingir esses fins, estar dependente da maior ou menor susceptibilidade das pessoas a quem se refira. Tem que ter liberdade de expressão, embora condicionada a uma maior responsabilidade quando se exceda, ou se afaste propositada e intencionalmente da sua função e do respeito à honra e consideração de alguém, respeito esse que aquela Constituição garante (ponto 2.º do seu artigo 8.º) e que o Código Civil já protegia (artigos 359.º e 360.º).[31]

O *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* não caiu no esquecimento entre a classe. Por exemplo, é possível ler no n.º 1 da edição de Abril de 1967 do boletim *Jornalismo*, do Sindicato Nacional dos Jornalistas, uma breve resenha do primeiro *Boletim*[32], na qual se reconhece a sua importância documental e testemunhal para a história do sindicalismo jornalístico português e para a busca das "condições morais

[31] **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 5, 1945, p. 169.

[32] "O primeiro Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas nasceu no mês de Maio de 1941. Foi seu director Luís Teixeira, ao tempo presidente da comissão administrativa do Sindicato, e seu editor António Tinoco, que faleceu há meses. Saíram apenas cinco números, dos quais só os dois primeiros corresponderam aos períodos previstos – Maio e Junho; o terceiro incluiu Julho, Agosto e Setembro; o quarto – número especial dedicado ao tricentenário da *Gazeta* – abrangeu os meses de Outubro, Novembro e Dezembro; e o último, os anos de 1942 a 1945. A irregularidade da publicação do Boletim do SNJ – que se projectava mensal e no entanto não saiu mais do que cinco vezes em cinco anos – não diminuiu em nada o valor da iniciativa, cujo interesse, à distância, se evidencia cada vez que folheamos esses volumes desiguais no número de páginas, mas unânimes quanto à fidelidade e ao espírito que levou a editá-los, bem como na defesa intransigente dos interesses morais e materiais dos jornalistas e no brilho da colaboração que lhe dispensaram muitos dos mais ilustres profissionais da Imprensa portuguesa: Fernando de Sousa, Joaquim Manso, Norberto de Araújo, Matos Sequeira, Adelino Mendes, Rocha Júnior, Norberto Lopes, Eduardo Schwalbach, Augusto de Castro, padre Miguel de Oliveira, José Ribeiro dos Santos, Dutra Faria, Luís Teixeira, Oldemiro César, Hugo Rocha e tantos outros. Se o número especialmente dedicado ao tricentenário da *Gazeta* é verdadeiramente notável pela vasta e valiosa colaboração que insere, os outros quatro volumes do Boletim do SNJ têm inegável interesse por constituírem os anais da actividade sindical dos jornalistas, quer dizer, os primeiros passos para assegurar as condições morais e materiais indispensáveis ao exercício da profissão. E não poderá dizer-se que os pioneiros não sabiam o que queriam. O Boletim n.º1 abre precisamente com um ofício dirigido ao ministro da Educação Nacional de então, em que se propunha a criação do Curso de Formação Jornalística, aspiração que o Sindicato não transformou numa admirável realidade somente por carência de meios materiais – e do auxílio oficial que se justificava plenamente. Valeu bem o esforço daqueles que precederam. A primeira fase do *Boletim* do SNJ se outros méritos não tivesse – e tem-nos de sobejo! – demonstra sem sombra de dúvida que os jornalistas portugueses sabem equacionar e resolver os seus problemas. Continuemos!" (ANÓNIMO, O primeiro boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 1).

e materiais indispensáveis ao exercício da profissão".

4. Discurso *metajornalístico* no *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*

Em valores absolutos, contabilizaram-se, após análise do conteúdo do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, um total de 134 peças, de dimensão variável, publicadas ao longo dos cinco números[33]. Conforme se referiu na introdução, classificaram-se as peças em três macro-categorias (jornalismo e jornalistas; cultura, conhecimento e actualidade; e outros assuntos). Os resultados constam da tabela 1.

Tabela 1
Conteúdos do *Boletim* do SNJ 1941/1945 (em percentagem)

	No total dos números (%)
Jornalismo e jornalistas	84
Cultura, conhecimento e actualidade	14
Outros assuntos	2

A tabela 1 documenta que o *Boletim* do SNJ privilegiou as matérias sobre jornalismo e jornalistas. Sendo um periódico sindical direccionado para os jornalistas – e eventualmente também para outros agentes do processo jornalístico, como os empresários dos media – seria surpreendente que assim não fosse. Mesmo as matérias classificadas na categoria "Cultura, conhecimento e actualidade" dizem respeito, maioritariamente, às actividades culturais do Sindicato, ficando quase de fora do leque de preocupações do *Boletim*, por exemplo, a promoção da "cultura geral" dos jornalistas em campos alheios ao jornalismo. Em "Outros assuntos" foram classificadas peças como uma notícia sobre dois escritores que receberam prémios literários e uma notícia sobre um encontro cultural luso-brasileiro. As relações luso-brasileiras – especialmente no jornalismo, mas também na cultura – estiveram, aliás, sempre em destaque no *Boletim*, sinal de que os dois povos irmãos se procuravam reorientar um para o outro, tanto mais que, ao tempo, tanto Portugal, sob Salazar, como o Brasil, sob Getúlio

[33] N.º 1: 13 peças; n.º2: 5 peças; n.º 3: 14 peças; n.º 4: 43 peças; n.º 5: 59 peças.

Vargas, partilhavam regimes autoritários, curiosamente denominados, em sintonia, Estado Novo.

A tabela 2 traduz as categorias em que foram classificadas as peças sobre "Jornalismo e Jornalistas" publicadas no *Boletim* do SNJ e na qual se englobaram, entre outras, matérias sobre as iniciativas do SNJ em prol da definição da profissão de jornalista, do estabelecimento de salários mínimos e da protecção social aos jornalistas profissionais; peças sobre a história do jornalismo e dos órgãos jornalísticos; memórias e biografias de jornalistas; matérias sobre o ensino do jornalismo, etc. Os dados expostos na referida tabela permitem dar resposta à terceira questão de investigação, sobre os temas específicos do discurso metajornalístico do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*.

Tabela 2
Conteúdos metajornalísticos do *Boletim* do SNJ 1941/1945 (em percentagem)

Temas dos conteúdos		**%**
Ética, direito e deontologia do jornalismo, liberdade de imprensa e opinião pública		1
Ensino do jornalismo		2
Antologias jornalísticas		1
Biografias e memórias de jornalistas		14
História do jornalismo		8
Vida profissional, conjuntura jornalística e relações jornalísticas internacionais	**Transcrições simples ou anotadas de diplomas legais**	2
	Carteira profissional	2
	Contrato colectivo de trabalho	2
	Protecção social dos jornalistas	8
	Vida sindical (estatutos, relatórios de contas, etc.)	5
	Relações internacionais do SNJ	5
Teoria do jornalismo		37
Solenidades e outros eventos e prémios		10
Outros temas jornalísticos		3

A tabela 2 documenta que os editores do *Boletim* não se preocuparam somente com a vida sindical, apesar de as peças associáveis à mesma (leis que afectavam os jornalistas, carteira profissional, contrato colectivo de trabalho, protecção social dos jornalistas, relações internacionais do SNJ) atingirem 24% do total de matérias do referido periódico. Efectivamente, os editores do *Boletim* evidenciaram, igualmente, uma grande preocupação pela teorização do jornalismo – 37% das peças podem enquadrar-se nesta categoria. Esse resultado, conforme se poderá observar na análise qualitativa do discurso do *Boletim* do SNJ, deve-se ao facto de os jornalistas portugueses estarem a definir a sua identidade profissional, necessitando, portanto, de delimitar as fronteiras da sua profissão – distinguindo-a, em especial, do amadorismo jornalístico.

Os 2% de matérias dedicadas ao ensino do jornalismo decorrem da proposta de criação de um curso de jornalismo lançada pelo SNJ. Essas peças estão igualmente correlacionadas com a busca identitária dos jornalistas profissionais portugueses, que colocavam a si mesmo questões como: Deverá a formação específica ser considerada a via de acesso à profissão de jornalista, em detrimento de uma alegada "vocação"? Será o jornalismo uma profissão que se pode ensinar e aprender e que tal como as profissões liberais deverá obrigar à frequência de um curso específico?

Uma profissão necessita de modelos. Os 14% de matérias dedicadas às biografias e memórias de jornalistas (a que se podem acrescentar as matérias antológicas – 1%) permitem perceber que os jornalistas profissionais portugueses procuravam esses modelos. Buscavam os seus *heróis* profissionais, aqueles que adquiriam uma espécie de *imortalidade simbólica*. No mesmo sentido, as solenidades e prémios (10% das matérias), além de celebrarem e, consequentemente, dignificarem a profissão de jornalista e o jornalismo, também visavam recompensar os que, por alguma razão, eram considerados modelos a seguir. Essas matérias alimentam, no entanto, um *mito* – o mito de que o jornalismo depende do talento e capacidade de indivíduos mais do que do trabalho de um colectivo de indivíduos num contexto organizacional, social e cultural. Esta interpretação não exclui que o talento, o mérito, a criatividade, em suma, a capacidade individual de certos jornalistas, ou

seja, a sua *acção pessoal* sobre o jornalismo, não contribua para moldar a actividade, ou diferenciar os vários jornalismos que se fazem. Mas o jornalismo faz-se, em grande medida, no colectivo – e daí o peso dos constrangimentos organizacionais e sociais, das rotinas e doutros factores na configuração do produto jornalístico (cf., por exemplo, a revisão de SOUSA, 2006, p. 107-162).

Com alguma surpresa (ou talvez não, dadas as circunstâncias da época), a percentagem de matérias dedicadas à ética, direito e deontologia do jornalismo, liberdade de imprensa e opinião pública atinge somente 1% no *Boletim do SNJ*, embora – conforme se verá – algumas das matérias classificadas na categoria "Teoria do Jornalismo" abordem colateralmente a questão, ainda que dela não façam tema predominante.

As peças que abordam a história do jornalismo perfazem 10% das matérias sobre "Jornalismo e Jornalistas" publicadas no *Boletim* do SNJ. São textos que, de algum modo, contribuem para a criação do universo simbólico da profissão de jornalista, ao darem-lhe referentes identitários e sentido de *perenidade histórica*. É de facto com orgulho que um jornalista se pode sentir herdeiro de uma profissão cujas origens culturais profundas remontarão à pré-história e cuja génese directa remonta ao período entre o final do século XVI e meados do século XVII em que as publicações noticiosas adquiriram periodicidade até se chegar ao *diário.* Por isso os jornalistas portugueses, conforme o *Boletim* do SNJ dá conta (o quarto número é até evocativo desse acontecimento), celebraram condignamente o tricentenário do início da publicação do primeiro periódico noticioso português, a *Gazeta* "da Restauração", em 1941.

Finalmente, como fala o *Boletim do Sindicato dos Jornalistas* quando o assunto é jornalismo? Isto é, retomando as últimas perguntas de investigação, quais os enquadramentos sugeridos para o jornalismo pelo *Boletim* do SNJ?

4.1 Os jornalistas no discurso do *Boletim do SNJ*

Sobre os jornalistas, o que diz o *Boletim* do SNJ e que significados sugere para aquilo que diz?

Primeiro, cumprindo a "obrigação" sindical, o *Boletim* apela à unidade

dos jornalistas portugueses em prol da melhoria das condições "materiais e morais" (como então se dizia) da classe. Em 1943, por exemplo, o presidente da comissão administrativa do SNJ, Luís Teixeira, cita um discurso de Alfredo da Cunha realizado em 1902 para apelar à união dos profissionais do jornalismo e, ao mesmo tempo, relembrar quão antiga era a tentativa de congregar os jornalistas portugueses numa organização representativa (ambição à qual o Sindicato viria dar resposta):

> Porque é que nós (…) homens da Imprensa, que ensinamos, que fazemos propaganda, que escrevemos para ilustração e convencimento do público, que fazemos um apostolado de todos os dias e quase todas as horas, não havemos de, por honra e proveito da nossa própria classe, imitar o exemplo de classes menos favorecidas da fortuna e mais desprevenidas de influência, estreitando, como elas, os laços de mútua camaradagem, convencidos de que, se dispersos e isolados podemos tanto, unidos e associados poderíamos tudo?[34]

Apesar do apelo de Luís Teixeira ser dirigido aos jornalistas, na verdade a questão sobre o que efectivamente caracterizaria um jornalista não tinha resposta unânime. Prova disso, o mesmo Luís Teixeira (1945, p. 135-141) reage, no *Boletim* do SNJ, a um artigo do escritor Júlio Dantas[35] (publicado n'*O Primeiro de Janeiro* de 20 de Fevereiro de 1945), sintomaticamente intitulado "Que é ser jornalista?". No texto, Luís Teixeira (1945, p. 135-141) vê-se obrigado, em primeiro lugar, a distinguir entre jornalista profissional, redactor da imprensa diária com direito a carteira profissional, e colaborador, que também podia ser sócio do SNJ mas não como sócio efectivo:

> Que é ser jornalista? – pergunta o eminente escritor Sr. Dr. Júlio Dantas (…). E acrescenta: "toda a gente o sabe – dir-se-á. Não é tanto assim. Creio mesmo, que poucas profissões se apresentam tão difíceis de

[34] **Boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas**, n.º 5, 1942/1945, p. 52.

[35] Médico, político, diplomata e escritor português. Seguidista dos vários regimes (foi deputado monárquico, ministro republicano e embaixador de Portugal no Brasil em pleno Estado Novo), tendo adaptado a sua produção literária (em especial, dramatúrgica) aos ventos que se sucediam na política, foi pelo menos constante no seu anticlericalismo. Colaborador assíduo de vários jornais, foi acusado de ser retrógrado pelo modernista Almada Negreiros, no seu *Manifesto Anti-Dantas*. O prestígio literário de que beneficiou em vida decaiu acentuadamente após a sua morte.

precisar quanto à natureza e ao âmbito da sua função."
A interrogação não terá, talvez, resposta idêntica em todos os países.
É que o jornalismo, pode dizer-se, é uma profissão nova (…) e a sua regulamentação não atingiu ainda, em toda a parte, o mesmo grau de aperfeiçoamento e a mesma robustez de apetrechamento legal que a defenda. (…) Quando, em 1928, o Bureau Internacional do Trabalho (BIT) dirigiu às organizações profissionais de todo o mundo o seu inquérito sobre as condições de trabalho e de vida dos jornalistas, o que se revelou acerca da organização profissional, dos horários de trabalho, dos ordenados, dos problemas de desemprego e da previdência da classe, etc., era já tão suficientemente expressivo que (…) o referido organismo concluiu (…): – "O jornalista moderno é de todos os trabalhadores intelectuais aquele cujo trabalho (…) tem carácter mais rígido e mais regular." (…) O Sr. Dr. Júlio Dantas (…) põe no seu (…) artigo as seguintes questões (…): I) – serviu durante quase toda a vida o jornalismo e ainda hoje mantém, com regularidade pontual, as suas colaborações na imprensa e, no entanto, julga que perante o estatuto em vigor não é considerado jornalista; II) – pergunta se haverá realmente (no caso das colaborações antigas, regulares, permanentes, genéricas e remuneradas) grande diferença entre o colaborador e o jornalista profissional; senão serão ambos, afinal de contas, verdadeiros profissionais do jornalismo.
No primeiro caso a suposição não tem fundamento. Houve em Lisboa, há cinquenta anos, uma Associação de Jornalistas cujos estatutos, redigidos por Trindade Coelho e aprovados por alvará de 24 de Setembro de 1896, determinavam que dela podiam fazer parte também os "escritores com tirocínio na Imprensa periódica, quer façam ou não do jornalismo a sua ocupação habitual e exclusiva". Foi seu presidente o (…) Dr. Alfredo da Cunha, que muitos e muitos anos depois veio a ser sócio do actual Sindicato Nacional dos Jornalistas. É que este organismo corporativo não reúne somente os profissionais mas também os colaboradores, seguindo assim, como se vê, uma tradição do jornalismo local. Os primeiros são, é claro, considerados sócios efectivos e para eles se criou a respectiva carteira profissional; os segundos são sócios correspondentes com direito ao cartão que os identifica como jornalistas e sócios do Sindicato, mas não substitui a carteira, que é exclusivamente destinada aos profissionais da imprensa. (…) A esta categoria pertencerá (…) o Sr. Dr. Júlio Dantas (…) que até à data nunca (…) foi indicado ao Sindicato Nacional como redactor de qualquer dos jornais diários que honra com os seus artigos.

Luís Teixeira (1945, p. 135-136), na sequência do raciocínio anterior, também tenta destrinçar entre jornalista e escritor, para ele conceitos bastante diferentes. Definir o território da profissão foi, aliás, na versão do director do *Boletim do Sindicato Nacional dos* Jornalistas, um passo fundamental para a organização dos profissionais, que se aprofundou com o decorrer do tempo e levantou, além da questão sindical, outras questões, como a do ensino do jornalismo:

> O escritor não escreve para o público mas para ele próprio (…). No jornalismo, (…) os conceitos de existência, de definição e de função são outros bem diferentes. É nessa lei fundamental a predominância da actualidade; nosso motivo essencial de trabalho é o contacto com o público; nossa preocupação persistente e permanente a melhoria de condições morais e materiais de vida como membros de uma corporação que mais acentuadamente consegue caminhar na realização daquelas aspirações quanto mais se define e se organiza. Não foi difícil ao BIT verificar que o momento crítico na história da imprensa surgiu quando, ao fim da primeira década deste século, apareceram os grandes jornais modernos. O jornalismo fixou-se como um modo de vida, mas os seus trabalhadores estavam então "desarmados ou impotentes em face da força cega que a imprensa começava a ser". Esse foi o choque. A guerra – a primeira grande guerra – fez o resto: com o agravamento das dificuldades económicas dos jornalistas – assinala o relatório do BIT – precipitou-se a evolução.
>
> Parece-me inútil indicar o modo como a organização da classe jornalística evoluiu no sentido de uma sindicalização muito aproximada das dos trabalhadores da indústria em geral. Não é, porém, desnecessário salientar o acerto das conclusões do inquérito quando nelas se afirma que paralelamente ao desenvolvimento da grande imprensa diária se constituiu um jornalismo profissional acentuadamente definido e que as associações de imprensa, que a princípio eram puramente idealistas, se deixaram penetrar gradualmente por um espírito de solidariedade profissional que, sob a influência de crescentes dificuldades materiais, se transformou numa clara determinação de luta pelos seus interesses. (…) Distanciando os jornalistas dos escritores, chegou mesmo a citar-se o facto de o nosso "ofício" servir, em quase todo o mundo, de matéria para ensino sistemático, acentuando-se assim a circunstância exacta de a profissão deixar de se manter ao sabor do acaso das vocações individuais.

> Volto a referir-me ao relatório do BIT (…). Segundo ele as associações de imprensa, que noutros tempos admitiam sem dificuldade, lado a lado com os jornalistas profissionais, muitas outras pessoas – literatos, professores, etc. – que apenas ocasionalmente estavam relacionadas com os jornais, revelavam, já em 1928, nítida tendência para se reconstruírem numa base estritamente profissional.

As associações profissionais de jornalistas foram, assim, de acordo com Luís Teixeira (1945, p. 138-140), as primeiras organizações com actividade sindical. Elas lutaram, afirma o autor, contra problemas comuns aos jornalistas de vários países (como os baixos salários, que instigavam ao duplo emprego – e estes a jornadas duplas de trabalho diário) e abriram caminho aos verdadeiros sindicatos jornalísticos[36]:

> Através delas começou o combate dos jornalistas contra o sistema da múltipla colaboração, considerado causa determinante dos ordenados baixos, ao mesmo tempo que procuravam obter ocupação permanente e suficientemente retribuída para evitar a necessidade de procurar trabalho noutros jornais. Na Áustria, por exemplo, em virtude dos esforços da organização da Imprensa de Viena, o jornalismo é considerado ocupação permanente e o recurso a pessoas que exercem outra profissão (…) foi abandonado, excepto para os assuntos que exigem conhecimentos especiais, como crónicas médicas e jurídicas, etc. Em França, a campanha dos jornalistas contra os que pertencendo a outras profissões, procuravam no jornalismo uma remuneração do seu tempo disponível e contra a tendência para fazer do jornalismo uma "profissão dos momentos livres" alcançou o melhor êxito. A lei de 29 de Março de 1935 só reconhece, naquele país, como jornalista profissional o que tem por ocupação principal, regular e retribuída, o exercício da sua profissão numa publicação quotidiana ou periódica ou numa agência de informação e que disso tira o principal dos recursos necessários à sua subsistência. Na Alemanha, pode dizer-se que fora das pequenas cidades ninguém exerce funções jornalísticas como simples ocupação acidental. Na Hungria, o jornalismo, na capital do país e em várias cidades importantes da província, é considerado uma profissão permanente. Os casos da sua prática como ocupação

[36] Um caso concreto a que já se fez referência ilustra bem essa transição em Portugal – a transformação da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa (de Lisboa) no Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa (de Lisboa).

acidental são raros. Na Itália, a profissão de jornalista não abrange os "publicistas" que, embora colaborando nos jornais, não fazem disso a sua principal actividade. A Associação da Imprensa Suíça sé reconhece como jornalistas, no verdadeiro sentido da palavra, as pessoas que dedicam à profissão a maior parte do seu tempo. Aquela associação tem quase setenta anos de existência. Reunia, inicialmente, todos os que estavam, mais ou menos, ligados ao jornal. Acerca da sua evolução, escreveu M. Pierre Grellet na *Gazette de Lausanne*: – "À semelhança de todos os organismos corporativos ela teve de efectuar certa concentração profissional e estabelecer a necessária distinção entre aqueles para quem o jornalismo é a profissão de que vivem e aqueles que a consideram principalmente como uma pluma a mais no seu chapéu." Na sua resposta ao inquérito de Genebra, o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, que já em 1924 definia como profissionais da Imprensa "os redactores, repórteres, informadores, fotógrafos ou desenhadores que trabalham na Imprensa diária e pela profissão auferem todos ou uma parte importante dos seus proventos", declarou que o maior número dos escritores que em Portugal fazem do jornalismo a sua profissão só trabalhavam na imprensa (1928) para aumentarem as receitas adquiridas noutros ramos de actividade. E, com evidente lógica, concluía: – esta séria competição faz com que seja insuficiente a remuneração atribuída aos trabalhadores permanentes do jornal e os obrigue, por sua vez, a procurar meios de vida suplementares noutras actividades e force ainda a trabalhar para vários jornais as pessoas que desejam dedicar-se inteiramente ao jornalismo. (…) Stéphane Lauzenne escreveu algum dia uma resposta à pergunta: – "Que é ser jornalista?". São do seu excelente *Sa Majesté La Presse* estas definições pessoais: – "Não é jornalista quem quer. Não se torna jornalista quem tal pretende. O jornalista não é o dramaturgo que, por acaso, escreve um artigo nem o político que habitualmente escreve uma centena. Não o é também o académico que instalado no seu escritório, longe do tumulto da multidão, discorre academicamente sobre os acontecimentos distantes. O jornalista é aquele que só faz jornalismo, que traz tudo para o seu jornal, que só trabalha para o seu jornal, que só tem imaginação para o seu jornal, que corre o mundo para o seu jornal e que quando a noite tomba e quando todos dormem ou se divertem se debruça sobre as provas ainda húmidas ou sobre o chumbo ainda quente e põe o melhor do seu cérebro na confecção de um número de jornal. O jornalista é, numa palavra, aquele que não tem outro ofício senão o de jornalista." (…) No nosso país também sempre se

> atribuiu especial importância, para a classificação profissional, ao princípio expresso (…) pelos termos "principal dos recursos", relacionando a remuneração do trabalho jornalístico com a de outras actividades que o profissional possa desempenhar. Exige-se (…) que o exercício profissional seja feito por forma efectiva, permanente e remunerada. A distinção entre profissionais e colaboradores é estabelecida, em primeiro lugar, pelas empresas ou direcções dos jornais. São elas que indicam a composição dos quadros redactoriais dos seus diários ao Sindicato Nacional, comunicando-lhe, também, as categorias profissionais dos elementos que os constituem.

O jornalismo seria, em consequência, segundo Luís Teixeira, uma verdadeira profissão, pelo que nem todos os colaboradores de jornais podem ser considerados *jornalistas profissionais*. Estes, para ele, conforme se lê no texto seguinte, são verdadeiros "procuradores das multidões", ou seja, representantes do povo na procura de informação. Dentro dessa lógica, o autor enaltece os repórteres, para ele figuras cimeiras do jornalismo profissional e que apelida de "caçadores de sensações" e "perseguidores da vida".

> A reportagem, fulgor e definição do jornalismo moderno, (…) [é destinada] a um mundo que adquiriu com o choque das ideias e a explosão brusca dos acontecimentos uma sensibilidade mais ansiosa (…). À "concisão e à simplicidade" antigas e aconselhadas por Herculano, juntou-se o "gosto do sensacional", tendência que é, no dizer de um observador germânico, "o romantismo dos homens de acção". Surgiram então os trabalhadores profissionais do noticiário, da pequena e da grande reportagem, caçadores de sensações e perseguidores da vida nos seus mistérios, nas suas encruzilhadas, no torvelinho dos seus despistes, na vibração dos seus entusiasmos, no murmúrio dos seus monólogos íntimos.
>
> Quantas vezes, ainda hoje, eles exercem as suas funções entre as suspeitas e a incompreensão de muita gente!...
>
> Olham-se esses homens de gola levantada que saem quase ao amanhecer de umas casa onde se ouve, constantemente, o retinir de muitas campainhas eléctricas, o martelar de máquinas de escrever, coisas que rangem e fazem tremer as paredes, no dizer de Erik Kastner, como se eles fossem elementos de uma reunião de conjurados, morcegos de associações secretas, fantasmas que passassem a noite no capricho de

> organizar visões de pesadelo. Eles cruzam nas ruas escuras, ao alvorecer, com os últimos pares de foliões emborrachados que regressam de uma noite de bebidas e intimidades numa *dancing* de tangos tristes.
> Procuram na modéstia de um quarto andar sem aquecimento, no alto de uma escada sem luz, algumas horas de repouso merecido.
> Dentro de minutos, entre o prato das torradas e a chávena do café com leite, o leitor encontra, no bocejar do seu estremunhamento, fiel, infalível, seguro – o jornal.
> Para isso um grupo de homens trabalhou dia e noite, correndo ansiosamente, primeiro, queimando arrastadamente, depois, em longas horas de cabeça curvada sobre folhas de papel, energias intelectuais, nervos – saúde.
> São esses homens – os jornalistas – os verdadeiros procuradores da multidão. Pelo seu punho ela escreve nas páginas dos diários o registo das suas memórias e das suas ansiedades, dos seus arrebatamentos e das reacções dos seus casos. Ela tudo entrega ao jornalista: – a confidência dos seus pecados e a confissão dos seus delitos; a narrativa das suas ambições e o capricho da sua inconstância, os seus males, os seus infortúnios, as suas queixas e os seus aplausos.
> Todos aqueles homens que envelhecem cedo, moídos pela febre de uma vida intensa e esgotante no labor das redacções, esvaziam sempre a taça do seu destino – brindando pela multidão. Isto lhes dá vaga consciência de servidores de um saboroso ideal que os distingue como uma casta à qual cabem prazer e sacrifício que a mais ninguém compete e ninguém mais exerce com o espírito meio boémio, meio romântico de quem vive a vida em suave intenção de enternecimento amoroso. (…) É que presos do seu ideal, entregues totalmente a esta profissão ingrata, árdua, extenuante mas atraente e tentadora, os homens da reportagem deixam-se queimar, gastar, vivendo só para os seus sonhos pequenos, para as suas ilusões, para as suas lutas íntimas, conduzidos sempre pela doce harmonia de uma "música interior" que só eles escutam e só eles gozam. Construtores de reputações e produtores de popularidade e de prestígio; cumprindo, ao mesmo tempo, na sua alta missão nacional, o serviço das causas mais nobres e das iniciativas mais úteis; sacrificados a todos os estranhos condicionalismos de oportunidade e de circunstância, os trabalhadores do jornalismo, empolgados pela vertigem dos factos que registam e comentam, esquecem-se frequentemente, de si próprios. (TEIXEIRA, 1941, p. 181-184)

Um problema de sempre do jornalismo – profissional ou não – é o da relação com o público. Que relações os jornalistas devem estabelecer com ele? Joaquim Manso (1945, p. 270) é de opinião que o jornalista deve pautar a sua acção por uma certa independência em relação aos gostos do leitor e trabalhar para lhe elevar o espírito. Porém, o autor também está seguro de que um jornal industrial, em concorrência, para sobreviver, tem de encontrar um ponto de equilíbrio entre esse desejo e os interesses e necessidades do público:

> Existe um problema delicado – fundar, lançar e sustentar um jornal, com a intenção de não turvar as águas de que o povo bebe (…). Muito importa que o público não seja escravo do que lê nem o jornalista escravo do seu leitor: devem um ao outro atenções e mútuos respeitos. Entre a quantidade e qualidade convém saber escolher, de modo que, quando aumentam as tiragens e as receitas, isso não signifique que a matéria abafou o espírito.

O exercício profissional do jornalismo, efectivamente, seria fonte de muitas incompreensões por parte do público, que cobraria ao jornalista uma omnisciência que, como qualquer ser humano, ele não possui:

> o profissional do jornalismo exerce extenuante labor, no qual consome muito talento e muita energia (…). Mal imagina o público exigente, que lê distraidamente o jornal e é implacável para com as suas ligeiras imperfeições, que exaustivo labor representam as suas informações, em geral exactas e bem ordenadas. (SOUSA, 1945, p. 266)

Às vezes, o público até consideraria o jornalismo uma "profissão de falhados", como escreve José Ribeiro dos Santos (1941, p. 139), apesar de ser o jornalismo o "alimento espiritual" de muita gente:

> Parece ser ideia por algumas pessoas assente e um tanto divulgada a de que o jornalismo é uma profissão de falhados. Tomar, assim, com esta frieza, uma asserção um tanto disseminada pode ser tido por algumas pessoas como sinal de mau gosto – mas a esses se responde desde já que, se o provérbio manda que se não fale de corda em casa de enforcado, justo é que se deduza a recíproca: que se pode muito bem falar de corda

> em casa de quem não teme a forca (…). Em boa verdade, dentro de um jornal, um jornalista é apenas isto: uma peça dessa complicada máquina de cujo rigoroso funcionamento depende, em cada dia, o melhor ou pior alimento espiritual de muita gente – de quase toda a gente.

De qualquer modo, os jornalistas também cometem erros. Fernando Sousa (1945, p. 265-266), por exemplo, conta várias histórias ilustrativas:

> Um director de revista fazia todos os anos longa viagem com alternância nos mais variados países. As crónicas respectivas, em que abundavam informações (…), tinham o seu público de apreciadores. Abro ao acaso um número e vejo entusiástica referência à Palestina, onde o viajante visitara o templo que encerra os *restos* do glorioso fundador do cristianismo (*sic*). (…) Vem o número seguinte. O viajante estivera às portas de Damasco, onde ocorrera a miraculosa conversão de *Saúl* (*sic*). Nova telefonadela. "Meu caro amigo, olhe que Saúl foi o primeiro rei de Israel, séculos antes de Cristo. O convertido foi Saulo, que se tornou o apóstolo Paulo, e viveu pouco tempo depois de Cristo. Portanto o Saúl (…) é, não o rei Saúl, mas o Saulo transformado em Paulo, o apóstolo." Uma extravagância litúrgica muito em moda agora. As altas personagens que assistem a grandes solenidades religiosas são miraculosamente arrumadas pela reportagem, não na capela-mor, mas no altar-mor! Outros descrevem a procissão de Corpus-Christi e referem que sob o palio leva um prelado o Santo Lenho. E como estes, tantos outros erros!

Por isso, o mesmo autor revela compreensão pela desconfiança de outros face aos jornais:

> o grande químico Chevreul, glória da ciência francesa, celebrou o centenário do nascimento na regência da sua cadeira do Colégio de França. Tendo-lhe perguntado alguém a que atribuía a sua extraordinária longevidade, respondeu:
> – A duas coisas; não bebo vinho e não leio jornais.
> Nada perturbava a serenidade daquele nobre espírito: nem a excitação do álcool, nem a confusão mental originada pela balbúrdia jornalística. (SOUSA, 1945, p. 267)

Numa sociedade que desconfiaria dos jornalistas, que valores deveriam estes cultivar para com a sua conduta lograrem credibilizar a sua profissão e legitimá-la socialmente? Por outras palavras, que valores deveriam presidir à ética jornalística? José Ribeiro dos Santos (1941, p. 139-141) responde acentuando que tendo os jornalistas influência na sociedade e possuem direitos inerentes ao seu exercício profissional, pelo que têm de exercer a sua profissão com responsabilidade "intelectual e moral". Isso passaria por saberem quase omniscientemente o que se passa – mesmo que o jornalismo já então rumasse para a especialização, conforme o próprio autor nota – e pela separação absoluta entre as funções jornalísticas e as publicitárias, problema que então certamente se colocava. E para compensar o facto de o ingresso na profissão não exigir títulos profissionais, Ribeiro dos Santos ainda pede ao jornalista um esforço pessoal de investimento no seu capital cultural:

> Isto (…) leva (…) uma recordação (…): a da influência do jornalista na vida social. Ninguém se furtará, (…) a assinalar esta influência (…).O jornalista (…) pelo alto significado da missão que deve desempenhar (…), tem de se impor pelas suas próprias virtudes – e essas virtudes serão de ordem intelectual e moral. No domínio intelectual – cada um de nós tem de ser uma espécie de enciclopédia viva: saber alguma coisa de tudo – a data de um acordo diplomático, o estilo de certa sinfonia, a tonelagem do cruzador que vai ao fundo, quanto petróleo produz o Iraque, quantos golos marcou o Peyroteu… Há, por certo, a especialização: mas nunca será um jornalista completo aquele que se entronizar no pedestal da sua especialidade e, pretendendo fazer-nos crer que sabe muito tomar à sua conta certo assunto e revirá-lo no mais lúcido comentário, desdenhar aqueloutro tema como indigno da sua atenção.
>
> Para isso, porque a profissão é exercida sem que nenhum título ou preparação especial sejam exigidos, cada um compreenderá (…) o dever de apurar a sua cultura. Hoje, um repórter tem de estar a postos para tudo: para descrever o incêndio na fábrica de qualquer coisa, para recolher e reproduzir as opiniões desta ou daquela sumidade que o *Clipper* pegou ou largou, para comemorar num relâmpago a obra premiada na Academia. Dir-se-á: é exigir muito em troca de muito pouco. Exactamente. A objecção colhe – mas é preciso que não colha. O nobilitamento da profissão é tarefa que incumbe ao próprio profissional (…).

> Um aspecto que nos parece muito digno da nossa atenção é este: o da separação absoluta, rigorosa, entre as funções, por assim dizer, redactoriais e administrativas, jornalísticas e publicitárias. Quer dizer: o verdadeiro código do jornalista vedar-lhes-ia ingerir-se em assuntos de publicidade. Nós sabemos que há publicidade de várias categorias, a do anúncio à Pai Adão, com tarjas e filetes, com letras grossas e ornatos de vário gosto; e a outra, a de alto bordo e "letra miudinha" – que esta tem de ser redigida e que, como dizia um dos mestres do ofício, se toda a gente pode escrever para os jornais, só nós, jornalistas, sabemos escrever em os jornais. (…) Mas aos (…) jornalistas (…) que fizessem parte dos quadros das redacções, seria interdito o trato de assuntos do mesmo género. Isto não quer dizer que o jornalista – alguns há que o fazem – que se dedique também a assuntos dessa índole perca a sua independência. Mas precisamos todos de sentir (…) que essa independência não sofrerá em qualquer emergência a mais leve ameaça de diminuição.

Numa das muitas tentativas de persuadir os pares e o público da enorme dificuldade – mas também da enorme dignidade – da profissão de jornalista, Fernando Alberto Pimentel (1945, p. 142-145) faz um "Elogio do jornalista", num artigo originalmente publicado no diário *República*, a 7 de Novembro de 1943, republicado pelo *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*. Nele, além de sugerir que ao jornalista são exigidas qualidades quase sobre-humanas e total devoção ao trabalho – incluindo aqui a luta pela *cacha* ou a possibilidade de ser morto ao exercer a sua profissão, o autor também reconhece que o jornalista tem, ao fim de contas, um significativo poder simbólico sobre o público:

> Quando o leitor pega no jornal lê-o e depois (…) vende-o a peso. Mas o que está ali é o esforço de bravos batalhadores, (…) cujo nome (…) se mantém ignorado do grande público. Ser jornalista, hoje em dia, representa ser um soldado. A responsabilidade actua sobre ele, e o seu dever tem de ser cumprido custe o custar, pois é absolutamente necessário que o grande público seja informado dia a dia do que se faz no mundo inteiro e essas informações hão-de ser absolutamente concretas e claras. (…) O jornalista não pode basear-se em dúvidas, mas sim em certezas. Perante essa necessidade não pode vacilar; tem de esforçar-se

por conseguir de qualquer modo a certeza, mas sem que ao leitor, seja de que condição for, possam surgir dúvidas. Tem que ser concreto e simples, pois deve atender a que aquilo que escreve é lido por pessoas das mais variadas capacidades mentais. Isso, sem dúvida alguma torna ainda mais difícil o árduo trabalho do jornalista. Além disso tem de ser do seu tempo (…). Tem, necessariamente, de ser crítico e observador, pronto a ver aquilo que não é dito em linguagem corrente e que oculta qualquer coisa. A variedade de notícias faz dele um homem culto, pois isso é fundamental (…). O sacrifício faz parte integrante do seu ser, porquanto não vive para si, mas para o grande público (…).Embora se tivesse melhorado a situação financeira do jornalista, ela ainda não corresponde à desejada recompensa que requere o trabalho intelectual, muito mais penoso e em que se consomem todas as energias do homem. Mesmo perante estas dificuldades a coragem e boa vontade amparam sempre o jornalista, e a palavra "sacrifício" é uma das muitas do seu código de honra. A sua missão é, através de tudo, das maiores inclemências e calamidades, obter de qualquer modo as notícias por tantos disputadas, mas que ele, por amor profissional e orgulho de jornal, tenta obter em primeiro lugar. O jornalista está, como um soldado, no sector onde é necessário. Desde o casamento elegante à mais horrível catástrofe do expresso que descarrila ou choca; rompendo por entre os destroços e vítimas, colhendo fotos e impressões; pugnando, em artigos, pela paz, ou pela melhoria de situação desta ou daquela classe, ele é sempre o primeiro, fazendo justiça como um verdadeiro paladino das novas gerações que é. Entre as mais nobres missões a de jornalista é uma delas. Ao serviço do público, da grande informação, acedendo às necessidades da vida actual, durante a presente guerra, os soldados da imprensa têm tombado no campo de batalha ao lado dos seus irmãos combatentes. Esse sacrifício não é em vão, pois é preciso que a Imprensa seja sempre a primeira a levar ao conhecimento do grande público aquilo que se passa neste mundo devastado pelo mais terrível flagelo. (…) A par dos correspondentes estão os repórteres das actualidades cinematográficas, agentes de informação que, ao lado dos soldados da Imprensa, também têm caído. (…) O público, porém, quase não reconhece o sacrifício feito à colectividade por essa plêiade de rapazes ardorosos, que muitas vezes são até mal vistos. Mas o certo é que cumprem a sua missão por amor à arte e ao grande público, cheios de fé e de energia, numa luta estóica, com todas as dificuldades, combatendo pela Imprensa – a sua bandeira –, que cada moço deseja

> servir, por ela ser a mais útil das instituições modernas. (…) Hoje, que a cada momento se ouve falar em "operações combinadas", é preciso contar que, ao lado dos soldados das cinco armas, outros alinham, ao serviço de uma das mais terríveis, mais poderosas e, ao mesmo tempo, mais benéficas armas: a Imprensa.
> Ela é, sem dúvida, a sexta arma.

O texto de Fernando Alberto Pimentel (1945, p. 143) também é interessante porque permite perceber como se trabalhava nas redacções portuguesas (pelo menos, nas melhor apetrechadas) nos anos quarenta do século passado:

> Entre o jornal do século XIX e o do século XX medeia (…) um século. As condições de trabalho são muito diferentes e por consequência o esforço que ele tem de despender deverá ser muito maior. Das redacções acanhadas e desconfortantes, dos rudimentares meios de informação passou-se às grandes redacções, bem instaladas e arejadas, onde nada falta e onde matraqueiam as máquinas de escrever e o telégrafo põe minuto a minuto os jornalistas a par daquilo que Washington, Londres, Moscovo, Tóquio, Angora, Berlim ou Xung-King pensam. Dos meios de informação rudimentares chegou-se ao aperfeiçoamento das grandes rotativas, que fazem tiragens ontem verdadeiramente impossíveis, hoje verdadeiramente usuais. Se por um lado o trabalho foi simplificado, por outro foi dificultado, em virtude das novas concepções da vida e das enormes responsabilidades que se impõem actualmente e que dificultam a acção do jornalista.

Os jornalistas portugueses da década de 1940 lutavam, efectivamente, pela clarificação conceptual e pela dignificação da sua profissão, que, conforme escreve Pimentel (1945, p. 143), impunha enormes responsabilidades. Isso torna-se patente nos discursos que sugerem ser o jornalismo uma profissão "superior", mesmo que não estivesse sujeita a formação específica:

> E quem foi que nos orientou, esclareceu, informou, ventilou problemas que nos dizem respeito, se tornou o intérprete das nossas opiniões ou dos nossos clamores, trabalhou para nos ser prestável? Um homem que não é convenientemente apreciado – o jornalista.

> Com efeito não há nada que mais espante que o desdém que muita gente afecta pelo jornalismo, considerando-o como o último refúgio das vocações fracassadas. Num país onde pulula o diplomado, que a si mesmo se atribui uma categoria intelectual incomparável, o homem que escreve nos jornais não merece a essa gente a devida consideração (…). Cumpre declarar, antes de mais nada, que é assaz frequente encontrar diplomados medíocres ou com um valor deveras contestável, até mesmo naquilo que estudaram, sem falar na ignorância enciclopédica que muitos manifestam (…). Ao contrário, um jornalista néscio ou ignaro não existe, porque ele próprio, com esses atributos negativos, se estiolaria nas necessidades quotidianas do seu mister. Nas engrenagens de um jornal só se salvam os que possuem autêntico merecimento.
>
> O jornalista não tem curso privativo que o habilite a desempenhar a sua actividade mental e nisso, como já foi acentuado, se pretende basear a inferioridade implícita, dado que o acesso dos postos que ele ocupa se alcança sem habilitações especiais. Mas haverá cursos de talento? Aprende-se em algum sítio aquilo que é mais difícil de fazer, como seja o exprimir com clareza as ideias que se procuram transmitir? Eles que digam, os entes superiores que menoscabam o jornalismo, as torturas que passam quando têm de alinhavar sobre a ciência que inculcam possuir. O que lhes sai das mãos é uma massa informe e sem brilho, que o público, mesmo o versado, não leria se algum director a deixasse inserir nas colunas do seu diário. (GARÇÃO, 1945, p. 8-9)

Mas ser-se jornalista – de *jornal*, bem entendido – não seria uma tarefa fácil. Um texto do então chefe da delegação do diário portuense *O Primeiro de Janeiro* em Lisboa, Manuel dos Santos (1941, p. 39-40), intitulado "O Jornalismo", relembra que entre os jornalistas alguns triunfam, mas outros serão sempre figuras de segunda linha, por muito que todos sejam necessários para a missão crucial do jornalismo – fazer um jornal que fale dos aspectos visíveis e invisíveis da "vida" nas suas diferentes nuances, com respeito pelo público a que este se dirige:

> O jornal – eis a vida. E como a vida é tudo o que passa, o que se vê e não vê, o homem que a capta nas suas variadas manifestações tem do público consideração e até certo ponto respeito ou susto, conforme os assuntos que focar forem do agrado ou desagrado da opinião corrente,

> evidenciem um acto de nobreza ou ponham a descoberto uma miséria moral. (…) Esse homem é o jornalista. É antes de tudo a sua missão social que lhe dá importância; mas se para a sua realização mais alguma coisa possui além do feliz registo esquemático de uma ideia, ou de um acontecimento, então a importância do escriba sobe no conceito público, passando a ser lido com maior interesse, que é como quem diz, recebe a consagração natural ao seu valor. Estes são os "ases", os outros simples figuras ou cartas brancas; mas como no jogo só serve o baralho, na factura do jornal são também indispensáveis todas as cartas, mesmo as de mínimo interesse, porque todas têm lugar e significado próprio.

A responsabilidade pela redacção do "artigo de fundo" corresponderia, ao tempo, ao momento de consagração para vários jornalistas. No entanto, segundo Manuel dos Santos (1941, p. 39-40), essa consagração seria mera ilusão e poderia até transformar-se em desilusão. O autor elogia, assim, as figuras de segundo plano do jornalismo, a "grei" dos jornalistas, os únicos que acabariam por se manter na profissão – uma profissão que, aliás, representaria, no fundo, mais "escravidão" do que "glória":

> Se o vulgo, em geral, não tem preocupações estéticas, ou se mesmo as ideias expandidas o não interessam, outros há porém, que vêem no jornal e na sua expansão uma maneira de se celebrizarem. Para estes o "fundo", ou melhor ainda o grande acontecimento vistosamente enroupado de cores, emotivo, forte de expressão, torna-se sedutor, verdadeiramente sugestivo. Os sonhadores de glória julgam, na sua ilusão, poderem atingir por aquela via o que o seu sonho lhes dita. Puro engano! O certo é que muitos desses iludidos, em qualidades, caem nas redacções dos jornais para iniciar a carreira e a maioria deles saem como entraram, quando a triste realidade lhes mostra que, afinal, o interior está em desacordo com a fachada, que o jornalismo é uma canga, em vez de um colar de pedras preciosas. (…) Pertencentes à grei ficam por fim os mais fortes, os tenazes, os que acabam por vencer pelas qualidades, aqueles que, enredados, lá envelhecem, esperando a saída, que não encontram. (SANTOS, 1941, p. 39-40)

Semelhante elogio à "arraia-miúda" do jornalismo – a grei da profissão sem a qual o jornal não existiria – surge, também, da pena de

Norberto de Araújo (1945a, p. 151):

> A personalidade de um jornal avalia-se dentro da grei da imprensa e a personalidade de um jornalista dentro do seu próprio jornal. Mas um jornal amalgama-se dentro do conjunto do jornalismo de um mesmo país; o jornalista confunde-se dentro do quadro da sua própria casa de trabalho. Isto só se pode notar ao fim de muitos anos, e é este sacrifício do jornalista ao jornal e do jornal à imprensa que enobrece esta arte e valoriza esta profissão. (ARAÚJO, 1945, p. 151)

A "grei da imprensa", em grande medida, traduzia-se na figura do repórter, assim enaltecida por Eduardo Schwalback (1941, p. 51-53):

> E sem que nos seus ombros cintilem as dragonas de general, quem é que, por sua intimidade com o público, se torna indispensável ao leitor (…)? Sem dúvida (…) o repórter (…) O escol de cada classe social não passa sem ler o artigo de fundo, mas uma grande parte do público, (…) só excepcionalmente o lê, preferindo-lhe a notícia, a reportagem. Jornal sem repórter, por mais bem escrito que seja, ou morre à nascença ou goza vida efémera (…) No minarete da sua mesa de trabalho, dando a saber acontecimento de vulto, o repórter, se tem garra leonina, engrandece-se e engrandece o jornal. A sua pena tão depressa é cinzel como bisturi; agora cáustico, logo lenitivo; chora e ri; enroupa e desnuda; avulta e afunda; ora condena, ora absolve; e ao passo que distribui luz e cor pela paisagem, dedilha toda a gama da ductilidade inerente à expressão e ao pensamento, e como a sua garra aguçada aferra o leitor que lhe sai das mãos inteiramente dominado.
>
> Mas por que processos obteve o repórter esse êxito? Pela transformação do jornal em tablado, pelo preparo das cenas e das situações, pela movimentação das personagens, pelo diálogo incisivo, pela graduação do interesse, pelo lance imprevisto ou pela peripécia cómica, enfim, pelo recurso a efeitos teatrais quase sempre seguros para a condução e fecho de (…) uma notícia. (…) Deixa a mesa do trabalho e volta à sua peregrinação diária – (…) e em todos estes movimentos (…), o repórter aparece-nos, sem dar por isso, um criador da tecnografia cénica e como instrutor da recruta preparatória do autor dramático (…) Com a traça deste seu curriculum, (…) fica senhor da grande peça *Este mundo* e dos actores que a representam (…).Se pela noite escura, no seu vaivém

> incessante, topa o Barril do Lixo da Vida, afeiçoa a pena em gancho, veste o sarcasmo de Juvenal e vai *in mente* glosando entre risos (…). Ah! Repórter, Repórter (…)! Por tua mão entram no jornal e são transmitidos ao público os sucessos principais do dia, cujos pormenores investigaste com diligência e destreza para que a tua notícia se imponha pela factura, pela verdade dos factos e pela visão do que os determinou. Depois, o artigo de fundo, se o caso merecer essa honra, a porá em relevo, censurando, aplaudindo ou tirando ilações. Se, porém, do artigo brota uma flor, foi a tua notícia que lhe serviu de haste.
>
> Ah! Meu amigo, obreiro galardoado por teus próprios merecimentos, zela com arreganho a tua dignidade profissional, torna-te rebelde à exploração de sentimentalismos mórbidos e refractário impertinente à detracção, por mais fundo de verdade que se lhe possa lobrigar, e será sempre o esclarecedor da justiça e o látego da injustiça, o clarim anunciador das vitoriosas campanhas que interessam a vida nacional, a bandeira de todas as inovações, o pronto-socorro a todas as desgraças que se deparem no caminho, expondo-as ao público com o brilho da tua pena e a piedade do teu coração e recolhendo em troca a bênção de todos os infelizes por quem a tua mão se estendeu. (…) Só por ti, desempenhas no jornal e na sociedade um lugar cuja responsabilidade, valor e influência moral são indiscutíveis.

Similarmente a Eduardo Schwalback, também Acúrcio Pereira (1941, p. 125-126) elogia a figura do repórter. Alegadamente secundarizado, segundo o autor, no jornalismo português, vivendo no anonimato, o repórter seria, no entanto, para ele, mais importante para os jornais do que outros jornalistas. Ser repórter seria, aliás, segundo Acúrcio Pereira (1941, p. 125-126), uma forma de dar continuidade a uma nobre tradição histórica, que em Portugal teria tido por primeiro expoente o cronista Pero Vaz de Caminha:

> Pero Vaz Caminha (…) é o primeiro repórter português. Nele se reúnem a verdade da narração, a simplicidade expressiva dos dizeres, o sentido da responsabilidade do encargo, o espírito agudo de observação, que sem ele a *Relação do Piloto Anónimo* seria papel descolorido, monótono, de tão miúda pormenorização que o sabor descritivo lhe desfalece no contraste. (…) Mas quantos sacrifícios ignorados, quanto instinto do que mais tarde havia de ser a profissão, se encontram nos

> relatos, sobretudo das guerras com a Espanha que encarniçaram os anos sucessivos à Restauração! Quem animava a fé na independência, quem incendiava o ardor dos patriotas, quem, sempre anónimo, ajudava a cimentar a segunda fundação da nacionalidade, se não o *repórter*? Empunhando a pena de pato ou a caneta de tinta permanente, o *repórter* tem sido em Portugal, talvez mais do que em muitas outras partes do Mundo, o colaborador persistente e anónimo, plebeu de raça e nobre de mester, que a todos os transes nacionais tem oferecido a sua sinceridade, o crepitar do seu amor profissional exclusivo, as humildes provações de todas as horas. Os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Alemanha sabem quem são os seus grandes *repórteres*, que o acontecimento por avantajado também lhes avantaja os nomes e incha a cifra nos cheques dos honorários. Na nossa terra, medida a palmos, o verdadeiro *repórter*, aquele que é base, corpo e alma dos jornais de grande informação, esse nasce e morre anónimo, como nasce e morre pobre. Honestidade de processo, risco pessoal para a boa execução do seu trabalho, desprezo de comodidades, honra na conduta, disciplina na fileira com os camaradas, nenhuma ambição que o leve a invejar as vestes de gala, as festas luzidas, os adjectivos ressoantes ligados aos apelidos. (…) Ao atribuir ao repórter português um antepassado como Pero Vaz Caminha, não quis dar-lhe carta de nobreza que não fosse a da verdade e da dignidade da narrativa. Quem sinceramente amar a sua profissão de jornalista há-de preferir, sem dúvida, a qualidade de *repórter* a outra mais especulosa com que tanta boa gente se orna sem razão nem motivo.

Para se ser um bom repórter, seria preciso assumir riscos, ter alguma latitude interpretativa e expressiva e desenvolver uma ética profissional de respeito pelo próximo. E ainda assim o repórter corria o risco de ser um eterno incompreendido:

> A vida (…) não conta quando a alegria pessoal da conquista de uma notícia pode reclamá-la. Gastam-se os nervos, a paciência torna-se calhau roliço à força de passarem sobre ela as cascatas das vaidades, a luz dos triunfos não o cega, o ruído das aclamações só o arrebata até a hora em que traduz no papel o espectáculo que se lhe oferece. O coração do *repórter* tem de impressionar-se com as lágrimas da criança ou da viúva, com a massa sangrenta do corpo do trabalhador que o desastre mutilou; a sua vista penetra muitas vezes tenebrosas intimidades; ouve

> os gritos despedaçadores das almas em frangalhos. À sua mesa, como o disco de gramofone, mas não maquinalmente como ele, reproduz o que viu e ouviu. Não tudo, é certo, mas apenas porque assim o recomendam o pudor e o respeito pelo próximo. E quantas e quantas vezes os outros, passado o transe, ainda maldizem o *repórter* ou fingem desconhecê-lo! (PEREIRA, 1941, p. 126-127)

Alguns jornalistas, no entanto, consideravam, ainda assim, que o artigo de fundo deveria ser o ponto forte de um jornal, o agente que vincaria a sua personalidade e a sua atitude perante o mundo. Só que o público, soberano, mas hipoteticamente mal formado, para alguns autores, pouca consideração revelaria por esses textos:

> Pode o artigo ser uma obra-prima de doutrinação e da dialéctica. Esbarra muitas vezes com a desatenção do público incapaz de reflexão e solicitado pelas futilidades da vida mental de ocasião. Com que amargura considera o articulista a ineficácia do seu escrito, em que pôs todo o esforço do seu espírito, todo o calor do seu patriotismo, todo o ser poder de convicção. (SOUSA, 1945, p. 267)

Perante as incompreensões e sacrifícios que o jornalismo imporia aos seus profissionais, a falta de consideração e respeito que alguns teriam pela profissão era motivo de revolta. O jornalista brasileiro Ribeiro Couto (1941, p. 81), por exemplo, critica, no *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, a displicência com que alguns políticos usariam a expressão "rapazes de jornal":

> No contacto que tive (…) com o senado (…) (fazendo a reportagem parlamentar para a *Gazeta de Notícias*), ficou-me, entre muitas sensações agradáveis, uma sensação desagradável: a do costume que tinham os velhos políticos de se referirem aos jornalistas. Todos eles (…) diziam sempre:
> – Esses rapazes de jornal…
> A mim, bisonho naquele ambiente, essa designação genérica humilhava-me um pouco. Mesmo quando (…) o tom benévolo parecia significar:
> – Esses sujeitos que passam fome e vivem atrás da gente para surpreender uma novidade e cometer uma infâmia.

Ribeiro Couto (1941, p. 81-83) salienta que os jornalistas faziam inimigos com frequência e a sua acção estaria condenada a levantar eternas suspeições. A sua vida não seria fácil, apesar de todo o aparente poder simbólico que possuiriam:

> Não há, talvez, gente mais detestada em segredo. Nem gente a quem os outros, quase sempre, recorram tanto. Força irresistível, dominadora ostensiva de todo o panorama social, construindo heróis falsos ou verdadeiros, derrubando verdadeiros ou falsos ídolos, o jornal – essa folha de papel que custa um níquel, que interessa durante uma hora – é escrito, na verdade, por uma gente suspeita. De onde vieram esses sujeitos em mangas de camisa, com uma ponta de cigarro ao canto da boca, que rabiscam nervosamente ao fundo da sala? Que pensamentos e ambições estarão por trás dessas fontes inclinadas sobre a mesa? (…) O mais grave, nesse duro ganha-pão de todos os dias, é que cada tira de papel representa, forçosamente, inevitavelmente, pelo menos um inimigo. Não há meio palmo de notícia, de louvor ou de censura, que não traga a certeza de uma hostilidade aberta ou latente. Pode haver, e há sempre, milhares de leitores que lêem com agrado o que o jornal publica; mas há sempre um a quem as palavras impressas marcaram de vingativos desejos. (…) Guarda-se do "rapaz do jornal", rancorosamente, tudo o que ele escreveu "contra". Não se guarda, entretanto, a menor lembrança do que ele escreveu "a favor". Não se faz o inventário dos benefícios que a sociedade lhe deve, pelas campanhas úteis, pelas doutrinas oportunas, pela solidariedade com as boas causas, pela denúncia do crime e pelo louvor à virtude. Há sempre, perdido na multidão, o indivíduo que, sem provas, ergue o dedo acusatório (…):
> – Um sujeito ordinário. Você sabe como é essa gente de jornal…
> Gente curiosa, na verdade! Seria tão simples enveredar por outros caminhos, de mais vastos e silenciosos proventos (…).

Para Ribeiro Couto (1941, p. 83-84), porém, seria uma injustiça ver que enquanto os jornalistas definhavam ao longo da vida, esgotados por praticarem a sua profissão, os burgueses – pequenos e grandes – prosperavam. Mas os jornalistas também teriam os seus pecados. Na versão do autor, por vezes também se devorariam entre si, para divertimento do público:

> Por todos os bairros da cidade, os merceeiros prosperam. Proprietários de padarias, de quitandas, de botequins e de armarinhos constroem magníficos bangalós, ou multiplicam os estabelecimentos (filial do Verdadeiro Bazar Colosso). Os banqueiros, os industriais e outros grandes manipuladores de riqueza privada acumulam fortunas. Ninguém se incomoda com eles. Engordam. Os "rapazes de jornal" envelhecem no artigo, na reportagem, na notícia. Envelhecem pobres. Continuam servindo a toda a gente e em toda a gente provocando o discreto recuo de uma suspeita (…). Quando moram numa casa melhor, com certeza que é o produto de alguma transacção duvidosa (…).
> Num país que nasceu sob o signo da antropofagia, admirar é uma atitude sempre suspeita; achamos muito mais natural a devoração sistemática. O público adora os espectáculos do banquete antropofágico. É por essa razão, talvez, que, muitas vezes, os "rapazes de jornal" se sentam à mesa com vontade de dizer bem, mas acabam dizendo o contrário. Rende muitos mais aplausos entre os espectadores.
> O pior é que os "rapazes de jornal", de vez em quando, também se devoram entre si…
> Quem se diverte muito com isso é o bom comerciante ali da esquina.

Um tema diferente é levantado por Joaquim Leitão (1941, p. 65-70). O autor sugere que a passagem pelo jornalismo é benéfica para os escritores e para os políticos porque os ajuda a objectivarem a expressão e a compreenderem o mundo – em suma, o jornalismo seria a melhor escola para a vida, para dirigentes e dirigidos. No entanto, o seu texto também é relevante para se compreender a informalidade e rudimentaridade, a quase ausência de profissionalismo, no jornalismo português das primeiras décadas do século XX:

> O jornalismo nunca fez mal ao escritor. O abandonado Zola, nos seus tempos de pontífice, aconselhava, em *Une Campagne*, aos jovens homens de letras a deitarem-se de cabeça no jornalismo, que, como os banhos frios para as crianças, fortalecia os dotados de saúde e condições para a vida, e eliminava os fracos. Ele mesmo foi exemplo e demonstração de axioma. (…) Em Portugal (…) temos Camilo, Manuel Pinheiro Chagas (…) e Schwalbach, que viveu como ninguém na imprensa diária (…). Talvez não seja tão sabido que Oliveira Martins e Fialho, (…) foram

redactores do *Repórter* (…), Eça de Queirós, colaborador (…) da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, em cujas páginas Ramalho Ortigão alternava com o camarada das *Farpas*. (…) Então se formos à galeria dos estadistas, (…) também foram periodistas: António Alvas Martins (…), António Rodrigues Sampaio, Mariano de Carvalho, Emídio Navarro, José Maria de Alpoim; e dos mais modernos, o conselheiro Aires de Ornelas, que tinha apaixonado culto pela Imprensa. E estrangeiros? Clemenceau, Loyd George, Gambetta, Cavour, primeiro-ministro do *Rissorgimento*, Mussolini. (…)

Há os inadaptáveis, bem sei. Um desses foi Guerra Junqueiro. A sua prova de inadaptabilidade está toda nesta anedota, que vou contar. Passou-se na redacção do primitivo *Correio da Manhã*, dirigido por Manuel Pinheiro Chagas, jornal político, partidário mesmo, sem capitalistas, era uma empresa pobre, desprovida de meios para pagar colaboradores. Frequentado pela plêiade literária da época, centro de cavaco, ali se reunia toda a gente que tinha talento e a quem as incompatibilidades políticas não fechavam a porta. Um escrevia um eco, outro uma crónica, esta gazetilha, aquele a crítica da peça ou do livro, a impressão de S. Carlos ou de S. Bento. E essa variedade, assegurada ao acaso por um batalhão de periodistas voluntários, comandados pela pena adulta de Pinheiro Chagas, fez do *Correio da Manhã* um jornal brilhantíssimo que demarcou uma das fases em que o brilho – averiguadamente periódico – do jornalismo lisboeta ficou assinalado na tradição.

Ora, entre os frequentadores, tão quotidianos como a folha, contava-se Guerra Junqueiro, e Junqueiro dandy, Junqueiro deputado, o Junqueiro dos *Vencidos da Vida* e da *Musa em Férias*. Certa noite, o Poeta entrou na redacção a bramir indignações contra um carroceiro que vira a bater desalmadamente com o cabo do chicote na pobre alimária.

Pinheiro Chagas perguntou-lhe:

– Você está muito indignado, Junqueiro?

– Estou.

– Mesmo muito?

– Ao rubro!

– Então, olhe, tem aqui papel e tinta: sente-se, escreva um eco, e desanque o desalmado à sua vontade.

Guerra Junqueiro sentou-se à banca. Pinheiro Chagas foi à sua vida. Junqueiro meditou, esboçou uma linha de prosa; rasgou. Pegou noutra tira de papel; tentou novo começo. Não lhe agradou; riscou. Recomeçou.

> Ainda, não. Reflectiu um pedaço e pareceu, enfim, ter encontrado o caminho. Puxou mais para ele o bloco das tiras de papel, molhou a pena… Mas desta vez nem uma letra lançou papel e, como nesse momento Pinheiro Chagas reaparecesse, Junqueiro levantou-se da secretária, e atirando com a caneta para cima da mesa, disse:
> – Não sou capaz de fazer a tal notícia que você quer. Só se for em verso.
> Esta inadaptação explica-se: Junqueiro nunca foi feliz prosador. Não se limitava a escrever verso: pensava em verso. (…) O prosador é outra coisa, carece de outra e mais vasta técnica.
> É ao jornalismo que o escritor fica devendo essa técnica, a sobriedade, a simplicidade, o poder de comunicação, o poder de síntese, faculdades construtivas. Tanto que se conhece às léguas o escritor que passou pelo jornalismo: nas faculdades de movimento e de contenção, na faculdade de criar interesses e teatralização do tema, na eliminação dos desnecessários pormenores, nas qualidades de impressionabilidade, na clareza, na exposição rectilínea da ideia, em tudo quanto pode fazer um escritor senhor da sua principal ferramenta – a linguagem e a arquitectura da concepção, a vida dos temas, a atmosfera, a perspectiva, tudo quanto torna viva a escrita e a emoção e pessoal o estilo, já independizado das influências deslumbradoras.(…) Não se compreende o homem de governo ou mesmo simplesmente o homem dirigente que não saiba manejar a pena. (…) Quanto deve Churchill (…) aos anos de jornalismo (…)! (…) É nessa escola (…) que deve matricular-se a mocidade literária e política que se destina a governar amanhã (…) porque até para a aprender a guardar segredos políticos, diplomáticos e mesmo segredos de amor, não há como o hábito profundo de saber, dia-a-dia, segredos de Estado, e de assistir às grandes amarguras e às tristes mesquinharias dos homens! E em meio algum se está tão em contacto com a vaidade, com a insignificância, com as falhas, com os ridículos, com os defeitos, com as chagas e também com as cintilações da alma humana como no jornalismo. (…) Em suma: o jornalismo é escola para dirigentes… e para dirigidos também. Porque a imprensa participa de campo de batalha e de claustro de mosteiro. Habitua à luta destemida e ensina à reflexão instintiva e constante. Apetrecha para as responsabilidades do mando e do comando, com todos os assomos de independência e de destemor, e prepara para a compreensão do voluntariado renunciante, da reflectida entrega da dedicação sem sombras de receio de que o diminuam. (…) Como não ser isto tudo o jornalismo, se lá dentro funcionam as Escolas

> Gerais da vida! Pelo contacto universal dos assuntos ali se aprendem todas as ciências; pelo contacto obrigatório com o público ali se professa a suprema ciência de conhecer o Homem. (…) Escola para dirigentes, porque está apto a dirigir seja o que for, quem (…) adquiriu a maestria de dirigir os corcéis da inspiração.
> Escola para dirigidos, porque cada número de jornal é um triunfo admirável de harmonia, em que cada um dos homens, que para essa obra concorreram, se apagou com a superioridade de se humildar, pequenina ou grande voz a contribuir para a triunfante beleza do canto coral.

Ao encerrar este ponto, pode afirmar-se, em resumo, que os redactores do *Boletim* do SNJ procuraram transmitir a ideia de que o jornalismo era uma verdadeira profissão cujas fronteiras teriam de ser delimitadas, a exemplo do que sucede nas profissões liberais. Isso exigiu um esforço de conceptualização sobre *quem* poderia ser considerado profissional do jornalismo – indivíduos que exercessem permanentemente a profissão num diário ou numa agência noticiosa, como actividade principal, e fossem remunerados por isso. Assoma dos textos também uma tentativa de fazer dos *repórteres*, dos membros *arraia-miúda* do jornalismo sem a qual não existiriam jornais, frequentemente (e injustamente?) anónimos, os paradigmas da profissão, em detrimento do escol de articulistas, conhecidos, que, em alguns casos, fariam do jornalismo um mero trampolim para outros lugares.

A conceptualização da profissão empreendida pelos colaboradores do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* foi acompanhada por uma luta simbólica em prol da sua dignificação, quer perante os próprios jornalistas, quer perante terceiros. São assim frequentes, no periódico, os apelos à melhoria das condições materiais (salariais) e morais do exercício profissional bem como as sugestões de que o jornalismo é uma profissão difícil e, às vezes, incompreendida, até porque os jornalistas estão sujeitos a erros, como quaisquer seres humanos. Igualmente frequente nos textos dos redactores do *Boletim* do SNJ é o ponto de vista que atribui aos jornalistas qualidades incomuns de devoção e sacrifício – ao ponto de o jornalismo ser mesmo encarado por Joaquim Leitão (1941) como uma boa escola de vida para escritores e políticos.

Segundo os redactores do *Boletim*, dos jornalistas esperava-se uma

enorme cultura geral, apesar de o jornalismo tender, já então, para a especialização. Tendo em conta a influência social do jornalismo, exigia-se-lhes o cultivo de valores profissionais e o desenvolvimento de uma ética de responsabilidade nas relações com o público. Sugeria-se, nesse campo, o respeito pela verdade, a luta pela *cacha*, a separação entre a redacção jornalística e a publicitária ou a independência na decisão editorial, ainda que respeitando necessidades e interesses legítimos do público e das empresas jornalísticas. Mas também se invoca a devoção patriótica à nação, ou melhor dizendo, ao nacionalismo salazarista e, neste sentido, parece que se procura admitir a possibilidade de o jornalismo ceder à propaganda.

4.2 Os meios jornalísticos no discurso do *Boletim* do SNJ

São vários os contributos dos que colaboraram com o *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* à teorização do jornalismo. Uma primeira questão, lata, poderia, desde logo, ser colocada: Qual a natureza do jornalismo? O que é o jornalismo segundo os redactores do *Boletim* do SNJ, maioritariamente jornalistas? O então director do *Diário de Lisboa*, Joaquim Manso, respondia, em 1945, que o jornalismo é, essencialmente, um dispositivo do tempo presente, marcado pelo impacto crescente da informação global, que o jornal acelera. Mas o jornal, para ele, é também um dispositivo que não pode ser confundido com a história:

> O jornalismo é a voz dos acontecimentos, a mobilização geral das aspirações humanas, sempre desejosas de achar uma certeza, um ponto de apoio, mesmo que seja na mais breve das esperanças ilusórias. (…) O jornalismo paga o que deve à moral, à justiça, ao patriotismo e ao próprio Deus e também o que não deve, mas lembremo-nos de que ele não é um produto artificial formado numa retorta, no laboratório de Fausto, visto que se parece, como original e retrato, com a época e a sociedade que lhe deu o ser. Faz parte do ar que respiramos, da luz que nos alumia, da inquietação que nos devora, do pão que comemos, da indignação que nos agita e do clamor que nos amotina. Ele é a imagem da terra, que se renova em vinte e quatro horas. Ele é o momento em que se concentra a

febre do existente como num relâmpago a electricidade do firmamento. (…) Assim é que o jornal está tão profunda e intimamente ligado à vida moderna que suprimi-lo equivaleria quase a suprimir um dos motores vitais da modernidade. Ninguém pensa nisso, evidentemente, pois todos reconhecem que ele é a expressão mais completa e perfeita da mobilidade actual. (…) O jornal é tão natural, tão conforme à idade contemporânea como a onda ao oceano. A curiosidade humana nutre-se dele, pede-lhe diariamente um alimento contra o tédio, a solidão e a tristeza insanável dos que atiram para o ar as suas ansiedades e nada recebem em resposta senão a indiferença e o vácuo. Não é dieta para solitários. Ele reúne, nas suas páginas, uma riqueza apetecida e saboreada, embora fugaz, colhida na terra inteira. Não existe seara rica que cresça e amadureça mais depressa: os grãos de ouro brilham aos nossos olhos, ainda que as nossas mãos frementes os não possam apanhar. Por intermédio dele, Nova Iorque, Londres, Paris, Roma, Rio de Janeiro, Xangai, Tóquio e Moscovo falam, dialogam e discorrem, sob os nossos olhos. Todas as notas se ferem no seu teclado – alegres, tristes, sérias, fúteis, amargas e risonhas. Como num prisma, avistam-se nele as cores do Universo.

(…)

Que é um jornal, no fim de contas?

Uma folha volante que corre de mão em mão, na qual, sob a responsabilidade de alguém, se emitem opiniões e juízos, se narram acontecimentos e se pareciam factos, na hora em que tudo isto ferve, arde ou palpita, na mais rigorosa actualidade. Não é a história que se escreve, antes a imagem viva do tempo que se divide em pedaços e cada um recomporá, segundo critério próprio ou alheio. O jornalismo exige clareza mental, bom senso, visão rápida e segura, sentido moral agudo, a fim de não misturar, na forja em que tem de trabalhar, o certo com o incerto, a paixão cega com a tolerância amável, o episódio inventado com a realidade bem observada. Quando em França se publicavam os três *Mercúrios* – o político, o noticioso e o galante – dizia-se:

– Leiam-se os três, mas esqueçam-se imediatamente.

Insinuava-se desta sorte que o jornal não mata a fome do leitor, porque a mantém acesa para o número seguinte. A sua duração não é como a dos livros – repousada, longa e sapiente, antes à desfilada, de dia para dia, os saltos de povo para o povo, de continente, sem possibilidade de envelhecer, excepto se tropeça e cai num precipício, cavado por si mesmo. (MANSO, 1945, p. 269-270)

Para Norberto de Araújo (1945a, p. 150), porém, o jornalismo é, essencialmente, um repositório histórico. Problematicamente, o autor apela, no entanto, à ideia de que o jornalismo *espelha a realidade universal*, de onde extrairia, aliás, o seu valor histórico:

> A imprensa, mormente a de grande expansão, é, em todos os países, um reflector da vida universal, um quadro cronológico da vida de uma nação. Um jornal – é um arquivo. Folheando-se uma colecção de há um século, toda uma vida que se viveu transparece como se tudo houvesse sido do nosso tempo. A imprensa é, assim, ou pode ser considerada, uma instituição subsidiária da história. (…) O que a caracteriza (…) é a sua capacidade de perpetuar o momento (…).

Apesar de considerar o jornal uma espécie de *espelho da realidade universal com valor historiográfico*, Norberto de Araújo (1945a, p. 151) também assinala, algo paradoxalmente, que o jornalista tem de emprestar alguma *sensação* ao discurso jornalístico para interessar os leitores, desde que o faça respeitando a verdade dos factos:

> O que distingue, porém, a imprensa e individualiza os seus jornais é a quantidade de interesse de que se rodeia a notícia, a soma de imprevisto, o doseamento de realismo, o equilíbrio da narrativa, de modo que a verdade não sofra e o brilho não ofusque os planos. O que distingue um jornal – na ideia, na crítica, no facto, na informação, no acontecimento que toca a sensibilidade de todos os leitores – é o volume de emoção que o jornalista transmite.

A mesma ideia, problemática, do jornal como *espelho da realidade* surge no *Boletim* do SNJ pela mão de Pedro Mayer Garção (1945, p. 7). O autor, no entanto, relembra que um jornal que só viva de factos noticiosos é irrelevante, já que só se torna insubstituível se for, identicamente, um veículo de expressão de ideias:

> Por efémera que seja a vida de um jornal, ele representa, na sociedade moderna, um papel que nenhum outro instrumento de divulgação consegue desbancar. Encarado no tríplice aspecto – educativo, informativo ou meramente reclamativo – qualquer deles contribui

> para o tornar insubstituível, mas é inegável que é no domínio das ideias e dos factos que exerce a sua principal influência. Um jornal só verdadeiramente merece esse nome quando constitui, ao mesmo tempo, um órgão do pensamento e um reflexo da vida da nação e do mundo.

Pedro Mayer Garção (1945, p. 9) afirma, em consonância, que o jornalismo nada mais seria do que um ramo da literatura, embora de uma literatura *urgente* – pois o jornalista viveria cronometrado pelos ponteiros do relógio:

> Porque o jornalismo é um ramo da literatura, com a agravante, sobre qualquer dos outros que se podem cultivar sem urgência, de viver escravizado aos ponteiros do relógio, que avançam, inexoravelmente para o termo dos prazos concedidos. No entanto, é nessa escola febricitante e ingrata que se têm formado os nossos melhores escritores. Veja-se essa florescência de valores que, a cristalizou, ou vai cristalizando, a personalidade literária: Augusto de Castro, Joaquim Manso, António Ferro, Norberto Lopes, Artur Portela, Luís Teixeira, Carlos Ferrão, João Ameal, Forjaz Trigueiros, Luís Oliveira Guimarães, Amadeu de Freitas, Dutra Faria e tantos outros de reconhecido mérito a quem o jornalismo nos seus diversos sectores conferiu, para a elaboração da prosa, as qualidades soberanas da limpidez de raciocínio, da elegância formal e do sentido plástico das proporções.

Eduardo Schwalback (1941, p. 51), por seu turno, encontra interessantes semelhanças entre o jornalismo e o teatro:

> Entre o teatro e o Jornal há uma relação interior e uma diferença exterior. (…) O jornal alveja o leitor; o teatro alveja o espectador. O jornal faz-se para ser lido; o teatro faz-se para ser ouvido. Vêm ambos da mesma raiz; mas não são irmãos, são primos. E nesta consanguinidade, se o exercício do jornal pode cooperar muito na obra do Teatro, mas também o chamado carpinteirismo do teatro muito pode auxiliar a confecção do Jornal. Têm pontos equivalentes os dois, desde o artigo editorial a jogar com o mesmo culminante da peça até às *fioriture* literárias que correspondem às *toilettes* das actrizes: – o fecho dos actos e o fecho dos artigos; a pequena notícia que às vezes provoca um alvoroço e a *rábula* quando despedida a tempo; a acção, o movimento e o imprevisto; artigos

> curtos e cenas curtas; enfim uma série de encontros e paralelismos a toda a hora surpreendidos.

Ao reflectirem sobre a natureza do jornalismo, uma outra questão assomou aos jornalistas portugueses: o que fazer com ele? Qual é o seu papel social, a sua função? O jornalista João Ameal (1941, p. 81-82) responde da seguinte maneira:

> Qual a missão exacta da Imprensa na vida actual? (…) Para uns, à imprensa devem ser reconhecidas todas as liberdades – visto a considerarem apenas fiel espelho da vida que corre. Cabe-lhe, pois, o cómodo papel de reflectir as imagens do mundo – sem reflectir sobre elas. Se estamos numa época de velocidade e intensidade, em que as figuras, os acontecimentos se atropelam e mal dão tempo a uma breve tentativa de ordenação – como há-de a Imprensa ser outra coisa do que o vertiginoso arquivo desta vertigem?
>
> Para outros, a missão da imprensa é precisamente o contrário. O seu papel consistirá em arrumar a casa em desordem, em dar ao público uma visão segura e disciplinada daquilo que à volta se acumula e se baralha num tumulto anárquico. Desde que a nossa era se caracteriza pelo excesso de todas as sensações e pela efemeridade de todos os espectáculos, desde que, na frase expressiva de Paulo Morand, "se vive dez vezes mais depressa, mas talvez dez vezes menos conscientemente" – trata-se de aproveitar a força da imprensa no sentido de fazer dela uma espécie de retardador, que permita ao homem deter-se e meditar acerca do seu caminho e do seu destino.
>
> Em ambas estas teses haverá, talvez, certa porção de verdade, mas creio necessário conjugá-las (…). De facto, a Imprensa deve ser espelho flagrante da vida que passa. A sua primeira finalidade é, sem dúvida, a informação. Acima, porém, da informação (que só ganha em ser diversa e completa), exerce a Imprensa um real ascendente sobre a maioria dos espíritos e pertence-lhe, por isso, um nítido papel social de orientação. Informar, orientar: - em duas únicas palavras, um programa inteiro.
>
> Irei mais longe. O programa tem de ser formulado assim: informar para orientar. A mera informação episódica e indiscriminada (…) deixa quem a recebe em (…) hesitação e estonteamento (…). A orientação que desdenha ou esquece as realidades e se confina numa abstracta zona de ideias puras (…) não fornece as normas necessárias para um juízo

> idóneo e eficaz. Se, porém, após a informação vier a orientação, isto é, se o esforço de compreender e de marcar directrizes for baseado no amplo conhecimento do real, na adesão ao real (como se diz em filosofia), a imprensa terá cumprido totalmente a missão de que está investida.
> E assim a missão da Imprensa poder-se-á condensar numa imagem (…), o jornal deve ser, (…) o companheiro de cada dia. Para isso, será preciso que nele encontremos aquela unidade de pensamento e aquela sinceridade de expressão que (…) nos inspiram confiança (…). Um jornal equivale a esse amigo, que informa ou orienta (…) com uma coerência e uma lealdade sem falhas. Só assim exercerá sobre nós a influência que ambiciona – visto só assim ter, na verdade, o direito de a exercer. Em resumo: espelho, sim – e, ao mesmo tempo, mentor. (…) Um amigo que, depois de atrair a nossa atenção, conquiste em absoluto a nossa confiança.

O autor, no texto anterior, retoma uma tese problemática – a de que o jornalismo espelha a realidade. No entanto, salienta em termos simples e precisos que a missão da imprensa tem duas vertentes: informar e orientar. Para o conseguir, na versão do autor, terá de ser verdadeira e de manter uma certa constância editorial e interpretativa, para assim suscitar a adesão do público.

Norberto de Araújo (1945b, p. 164-165), noutro texto, tenta destrinçar conceptualmente entre jornalismo e imprensa. A sua preocupação fundamental é distinguir a *imprensa como instituição* – grosso modo, corresponderia ao dispositivo formado pelas empresas jornalísticas – do *jornalismo como profissão* (de gente sacrificada). Polemicamente, porém, o autor equipara o jornalismo a uma "arte", embora uma arte com características próprias, que cobraria aos seus executantes enorme responsabilidade e nobreza e um valor fundamental – o respeito pela verdade. Também controversamente, Norberto de Araújo parece defender a introdução de "condicionantes das liberdades" (leia-se, a *censura*) no jornalismo.

> A imprensa é uma instituição; o jornalismo é uma arte. Como instituição a Imprensa tem as suas normas; como arte o jornalismo tem as suas liberdades. Nem as normas podem ser regidas nem as liberdades podem ser viciadas. Imprensa sem regras normativas – seria a anarquia; jornalismo

> sem deveres condicionantes das liberdades seria a indignidade. (…) A sociedade, que a imprensa e o jornalismo servem – nem sempre sabe ou pode fazer a distinção. A imprensa, tornada núcleo da indústria utilitária, não cria apenas, e forçosamente, independências materiais, com êxitos de função lucrativa; ela também dá vítimas – e à sociedade escapa isso muitas vezes. O jornalismo nunca deu independências; deu quase sempre sacrificados.
>
> Quando sucede que o jornalista assume conjuntamente a responsabilidade na liberdade da sua arte e a responsabilidade no exercício directivo e administrativo da sua instituição – trava-se um conflito de consciência. Não por antagonismo ou irreconciliação natas. Mas por susceptibilidades de hierarquia. (…) Há que definir melhor: a imprensa pode, um dia, deixar de ser nobre; o jornalista é que nunca pode deixar de o ser. Porque o desvio da nobreza por parte da Imprensa pode representar um incidente; e o desvio da honra por parte de um jornalista representa sempre uma indignidade.
>
> Se a imprensa é uma ideia, o jornalismo é a sua forma; quando a imprensa é apenas instrumento de informação, o jornalista é a sua voz. A verdade na imprensa é uma, de responsabilidade limitada; a verdade no jornalista é outra, de responsabilidade directa e absoluta. A quebra da verdade, queremos dizer da justiça, na imprensa pode dar uma falência, seguida de concordatas; (…) no jornalista a traição à verdade é sempre um crime, seguido de falência moral. (…) A (…) Imprensa é uma coisa muito respeitável, mas o jornalismo é uma coisa muito sagrada.

Qual seria o principal efeito do jornalismo? Na versão de Pedro Mayer Garção (1945, p. 7-8), ao sintonizar o homem com o mundo, o jornalismo teria o condão de tornar a espécie humana mais solidária:

> O jornal é um mundo – que lhe entra pela alma na forma multivária dos seus aspectos cardiais. Sofrendo, alegrando-se, em todo o caso vibrando com o que se passa à superfície deste planeta que rola não se sabe para onde, o homem sente-se uma partícula vital da grande comunidade e reconhece que a sua dignidade se valoriza à medida que vai sendo menos egoísta. Assim se estabelecem laços de solidariedade através de umas simples folhas de papel que em breve se amarrotam, depois de terem durado, como as estafadas rosas de Malherbe, "o espaço de uma manhã" – ou de uma noite. Todavia, a elas devemos o benefício, sem

> igual, de nos elevar ao plano das mais nobres preocupações, quer sejam de carácter político, filosófico, artístico, social ou internacional.

Augusto de Castro (1941, p. 56-57), por seu turno, evoca a aceleração informativa trazida pelos meios electrónicos de comunicação ao jornalismo e categoriza o jornalismo de rádio como verdadeiro jornalismo, ao mesmo tempo que realça a intensificação das conexões entre os homens em todo o mundo trazida pelo jornalismo – o impresso e o radiofónico:

> O jornalismo – função e obra do jornal – foi o maior agente moral da nossa civilização. Toda a nossa vida foi moldada à sua imagem. Foi o jornalismo que fundou, no mundo, com o imenso desenvolvimento que obteve do meado do século XIX em diante, uma mentalidade nova. Todas as invenções modernas se puseram ao seu serviço: o telégrafo, o telefone, a fotografia, a TSF (…).
> O jornalismo, tornando-se um hábito social e uma máquina do Estado, alargando (…) os seus domínios à ciência, à arte, à notícia, à política, ao desporto, deu ao pensamento não apenas a mobilidade e a vitória do espaço, mas uma expressão original e singular. O homem de hoje pensa jornalisticamente, quer dizer, pensa pela dispersão quotidiana que o jornal imprimiu à vida.
> A capacidade da existência humana ampliou-se em proporções desconhecidas. No interior do seu gabinete, ao canto do seu fogão, no leito, no comboio ou na oficina, através do jornal, o homem moderno recebe o contacto do que se passa no mundo inteiro. (…) E se outras descobertas e outros prodígios vieram completar, sem ofuscar, a missão da imprensa – (a rádio, por exemplo), a verdade é que foi ainda o espírito criado pelo jornal que moldou essas novas realidades. A rádio, transmitindo os acontecimentos, dando o jornal falado – o que faz senão jornalismo?
> O desenvolvimento da curiosidade humana (…) foi (…) o (…) inspirador do (…) movimento de invenções científicas e industriais (…). (…) O jornal deu ao homem de ciência, não apenas o clima, o estímulo de "encontrar" – mas deu-lhe, como deu ao homem de letras e ao artista, essa forma de glória fulgurante e imediata, que é própria da nossa época. Quantos anos levava um inventor, um literato ou um pintor a ser célebre em outros tempos? Em regra, trabalhava para a consagração póstuma,

> escrevia para um grupo, pintava para uma escola. Hoje (…) é-se célebre, instantaneamente, no mundo inteiro.
> (…)
> Actualidade. eis outra palavra que o jornalismo criou e que só o jornalismo explica. A actualidade é um fenómeno colectivo que apenas conheceram o último quartel do século último e o nosso século. O sincronismo da vida e de espírito que a palavra "actualidade" exprime provém do jornal, ou, melhor, da modalidade mental que a palavra "jornalismo" traduz.
> Foi o jornalismo – o jornal impresso ou o jornal falado da rádio, que é filho legítimo do primeiro – que determinou esse facto de incalculáveis aspectos: um cidadão de Baltimore, da Oceânia e um habitante do Peru, comovendo-se simultaneamente ou pouco menos diante da mesma tragédia, sentindo-se enlevados diante do mesmo acto heróico, ou revoltando-se perante o mesmo delito, extasiando-se pela repercussão da mesma obra-prima.

Joaquim Manso (1941, pp. 63-64), num texto intitulado "Lume Vivo", explica, em consonância com Augusto de Castro, que os meios jornalísticos – que ele, sintomaticamente, já alarga da imprensa à rádio e ao cinema – estão sempre a renovar-se. Sublinha também o autor, em consonância, aliás, com Pedro Mayer Garção, que o jornalismo não morrerá enquanto corresponder às necessidades de sintonização com o mundo e de conhecimento evidenciadas pela espécie humana:

> O público encontra-se diante do jornal, da rádio e do cinema que lhe falam das coisas que se passam e lhe alargam o espectáculo da vida, dando-lhe o tamanho (…) dos acontecimentos. Ora o jornal é o operário do tempo: grão a grão, reúne numa ou muitas páginas a poeira dos acontecimentos universais. O cinema é o jardim patente das formas efémeras, das rosas que duram um alvor; a rádio a epopeia e a brevidade dos sons.
> Amigos ou inimigos – o jornal, o cinema e a rádio?
> Servem a mesma causa – nutrir a fome e a febre de maravilhoso que se observa nas multidões. Cada qual, porém, incita a seu modo as necessidades que satisfaz. Podemos saciar-nos de comer e de beber, mas o gosto das novidades – escritas, faladas ou cantadas – não se limita tão facilmente.
> O jornalista, como padre perante o crente ou o médico perante o enfermo,

> tem de compenetrar-se do valor da sua missão – informar, esclarecer e educar. O jornal-baluarte, o artigo-catapulta, a verrina-truculência pereceram.
> Dentro das possibilidades da decomposição e recomposição que a evolução oferece, o jornalismo caminha, renovando-se, "electificando-se", velocitando-se e estabelecendo ordem, lógica e clareza na actualidade disturbada das ideias e dos factos.
> Para ele sucumbir ou definhar, seria necessário que o homem se contentasse com a sua própria sombra, abandonando o resto.

No mesmo sentido de Joaquim Manso, Augusto de Castro (1941, p. 27-29), num discurso que proferiu na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, transcrito no *Boletim*, compara o jornal à rádio e outros instrumentos de comunicação em sociedade, concluindo pelo superior impacto e maior credibilidade do primeiro:

> Os povos, como os homens, instruem-se, entendem-se através dos livros, dos museus, das universidades, da literatura, do cinema, da "rádio", da política e da economia, das relações culturais e de interesses – mas é pelo jornal e no jornal que conversam. (…) O jornal (…) é (…) o companheiro doméstico (…) que se estende ao nosso lado para recomeçar, cada dia, a contar-nos uma nova história – que é, afinal, sempre a mesma história, porque é a vida que se renova e se repete. No fim de contas, é nele que confiamos. Pode a "rádio" dar-nos uma notícia. Sem que o jornal no-la confirme, a notícia fica nos domínios da informação, não entra na realidade. (…) A notícia ouvida só tem a sua carta de crédito quando se transforma em notícia lida. (…) O jornal é, de facto, a base de todo o convívio humano. Todas as outras formas de cooperação espiritual coincidem com ele, mas nenhuma o dispensa. A prova é que nem a expansão prodigiosa do cinema, que explora as suas actualidades, nem a concorrência da "rádio" exerceram a mínima influência sobre as grandes tiragens e sobre a força do proselitismo e a vida industrial da Imprensa. A notícia, a reportagem, a prelecção radiodifundidas são jornalismo ou literatura engarrafados. Faltam-lhes as vitaminas da letra impressa e fresca. Nenhuma força da infiltração e da comunicação é mais forte do que o jornal – que é no fundo, o índice e a imagem de uma cultura.

Para o autor, portanto, o jornal deveria parte do seu impacto e da sua credibilidade ao poder que evidenciaria de alimentar a conversação pública com novos temas, tese já exposta por Gabriel Tarde (1901) e que, de certa forma, antecipa a teoria do agendamento.

Pedro Mayer Garção (1945, p. 8), de alguma maneira, recupera a ideia de Augusto de Castro para enfatizar o grau de imbricação entre um jornal e o seu público. Para o autor, apesar das dificuldades em interessar e ser compreendido por diferentes pessoas, um jornal, alimentando a conversação (dir-se-ia hoje, alimentando a *agenda pública*), contribuiria para sintonizar essas pessoas umas com as outras, com a sociedade e com o mundo à sua volta. Pode inferir-se das palavras do autor que os jornais, ao darem referentes comuns às pessoas que os lêem, seriam, assim, elementos fulcrais para a socialização e aculturação dos indivíduos:

> Destinado a esclarecer as inteligências e a pô-las, por outro lado, ao corrente dos acontecimentos que podem, e devem, interessar o homem contemporâneo, o jornal torna-se, por assim dizer, o factor comum dessa grande entidade que se chama – público; e interessando-o nos mesmos problemas ou nos mesmos episódios cria, entre os seus elementos um fluido de simpatia que os identifica. Podem os assuntos que o jornal versa ser diferentemente interpretados, sentidos ou seleccionados; mas sempre haverá um mínimo de afinidade espiritual que imana os seus leitores. Daí o não se poder viver sem a imprensa – com a qual se passa um duplo fenómeno curioso que vem a ser a subordinação da Imprensa ao leitor e a sujeição do leitor à imprensa.
>
> O pensamento de todo o jornal, por mais elevada ou pragmática que seja a missão que se proponha, consiste evidentemente em ser compreendido do público a que se destina. Tem, para isso, de adaptar-se psicologicamente a ele e ir um pouco ao encontro das suas preferências, dos seus gostos e da sua mentalidade. Não quer isto dizer que seja o leitor que faz o jornal; o jornal, porém, que menosprezasse a maneira de ser do seu leitor falharia à missão essencial de edificá-lo. Desde logo se vê a dificuldade que há em usar de uma linguagem que seja igualmente apreendida por espíritos diferentes, tais como os que entram na composição dos grandes aglomerados.
>
> Em contrapartida o homem actual não pode passar sem a Imprensa diária, espécie de janela aberta sobre a vida em toda a latitude das suas

> manifestações, na qual comunga a curiosidade, cada dia renovada, do seu temperamento e dos seus nervos.

Estaria o jornalismo português a corresponder, no início da década de quarenta do século passado, ao que dele era esperado? Para alguns, a resposta era imensamente positiva – o jornalismo português seria até superior ao que se faria no estrangeiro. Mas esse juízo era baseado em preconceitos:

> No ponto de vista técnico, pode afirmar-se que a imprensa portuguesa está a par da mais adiantada imprensa estrangeira. Fazemos bons jornais, jornais modernos, com boa apresentação gráfica e bem redigidos. Excepcionalmente, um ou outro periódico estrangeiro será mais luxuoso, mas está defendido por uma expansão muito maior e custa bastante mais caro.
>
> No ponto de vista moral, na sua isenção, na forma desinteressada como acarinha todos os assuntos, nacionais ou colectivos, todas as grandes ou pequenas causas justas, a imprensa portuguesa destaca-se das imprensas dos demais países e coloca-se, em relação a elas, num plano muito superior. Com efeito, a imprensa estrangeira, salvo raras excepções, quase não publica uma linha além da sua informação que, de uma maneira ou de outra, não tenha contrapartida material.
>
> Faz-se a propaganda deste ou daquele país, amigo ou não, mediante certa, determinada e elevada subvenção e sem hesitação dir-se-á o contrário se esta cessa. (…) A defesa dos interesses, legítimos ou ilegítimos, de uma companhia, a preconização de um monopólio escandaloso, o enaltecimento de uma iniciativa, o elogio de um escritor, de um poeta, de um arquitecto, tudo isto se pode obter na maioria dos órgãos da imprensa estrangeira, desde que, previamente, se pague na secção de publicidade a avultada soma estipulada. Assim se mantém, lá fora, campanhas, se publicam artigos de fundo, notícias e crónicas, dependendo o seu maior ou menor relevo apenas das disponibilidades e desejos dos clientes. Em Portugal, o quadro é completamente outro – honra nos seja feita. Em primeiro lugar, o conhecimento que temos das empresas jornalísticas existentes permite-nos afirmar que elas, sistematicamente, recusam a publicação de quanto não esteja em harmonia com as normas e directrizes do jornal. Depois, faz-se entre nós uma distinção nítida entre matéria redactorial e publicidade. Esta, quando assume a forma de redigida, fica

> sujeita às alterações que a redacção entenda dever fazer-lhe, só saindo, assim, como notícia aquilo que a empresa entenda poder publicar. Esta atitude é tanto mais de salientar quanto é certo que, como já frisamos, a Imprensa portuguesa é pobre e os grandes jornais estrangeiros são ricos. Pois, apesar disso, ela abdica de receitas que os colossos estrangeiros não hesitam em explorar em larga escala. (ROSA, 1941, p. 110-111)

Mas, com tantos elogios, haveria jornais perfeitos? Segundo Pedro Mayer Garção (1945, p. 10-11), não, pois o jornalista é um homem e, como todos os homens, está sujeito ao erro, tanto mais que trabalha constantemente para *vencer o tempo*:

> Quer isto dizer que tudo o que sai nos jornais seja perfeito? Longe disso. Precisamente na sua imperfeição está a melhor prova da dificuldade da arte. Redigir bem é um trabalho árduo, que nem mesmo a longa prática consegue iludir; mas isto só avalia quem escreve e não ignora que as coisas, antes de estarem no papel, dando a impressão de fáceis e fluentes, estiveram no cérebro que teve de discipliná-las, sabe Deus com que esforço mediativo! Calculem agora (…) o que será ter de escrever todos os dias, compelido pelas exigências horárias da tipografia, pedindo ao cérebro reflexões prontas e apropriadas acerca dos mais variados assuntos!

Joaquim Manso (1945, p. 270) sustenta, no entanto, que o jornal, redigido por seres humanos imperfeitos (que não são anjos nem demónios), imperfeito pela sua própria natureza, tem, pelo menos, o potencial "para se emendar a si próprio":

> O jornal possui força mais que suficiente para se emendar a si próprio, evitando que dos seus defeitos se façam estandartes. O tempo é o seu mestre e o seu conselho. Até para sairmos dos erros, das cismas e dos enganos a velocidade há-de ser moderada. (…) Quando o jornal trafica, mente ou calúnia, desclassifica-se e muda de clima e de espécie. Em qualquer classe, mesmo a mais educada e seleccionada, se dão deslizes e quedas pecaminosas. Os artigos, as notícias, as reportagens, as críticas e as crónicas não são redigidas por anjos, o que não significa que o sejam por demónios.

A crítica ao jornalismo, efectivamente, também esteve presente nas páginas do *Boletim* do SNJ. Fernando de Sousa (1945, p. 265), por exemplo, acentua que o sensacionalismo e a omnipresença de notícias de crime e desporto degradam a qualidade dos jornais:

> O espírito humano anseia pelo conhecimento das coisas novas, em que se manifestem sobretudo as vicissitudes sentimentais da vida privada e pública. O leitor do jornal, depois de percorrer distraidamente as suas colunas, julga-se omnisciente e quer que lhe alimentem essa ilusão. Não se dispensa de penetrar até aos mais íntimos e doentios recessos da paixão e até do vício. Leva assim por vezes o jornal, aos mais recatados lares, elementos de desmoralização, a que é difícil embargar o passo e que se patenteiam agravados na influência malfazeja pela gravura despudorada, que vai da faca homicida ao criminoso revestido de triste auréola de celebridade. Os dramas do pretório ostentam em toda a sua hediondez e ocupam o lugar que de direito pertence às manifestações do pensamento, às legitimas preocupações morais, literárias e artísticas, que deviam ser factores de cultura e civilização do espírito popular.
>
> O jornalismo desenvolve, não raro de preferência, a sua acção coonestada com a coadjuvação prestada às indagações policiais pela intensa reportagem do crime, que torna quase irrespirável a atmosfera. No fundo é o falso ponto de honra da plenitude de informação a inconsciente exploração desmoralizadora da curiosidade mórbida do público, o qual por seu turno impele com as suas exigências o jornal para esse caminho da capitulação com a moral. As tragédias e comédias do cinema complacentemente reclamadas pela imprensa agravam, não raro, essa acção desmoralizadora. (…) A paixão do público pelo multiforme desporto é (…) atendida e excitada pela Imprensa, que às respectivas informações sacrifica parte séria e útil do seu labor.

De igual modo, na versão do mesmo autor, os excessos laudatórios dos jornais portugueses de quarenta também contribuiriam para a perda de qualidade do jornalismo, por muito que isso custasse a quem se via a si mesmo como dono de intelectuais e literários superiores e gostasse de se ver glorificado nos jornais:

> Uma das grandes dificuldades do exercício do jornalismo consiste na feira das vaidades, a que deve consagrar largo espaço. (…) Maior atenção

> e aplauso logram os Ecos de Sociedade com as notícias alambicadas, os aniversários referidos a tempo, o relato complacente das festas elegantes, as partidas e chegadas da gente da boa sociedade. Não se perdoam os erros e omissões nessa secção (…). Há quem mande notícias já redigidas com espaços em branco para os adjectivos laudatórios (…), "O nosso ……. amigo publicou agora um ……. livro, notável pelo ……. valor da doutrina e ……. forma. Vamos lê-lo e tributar-lhe a …….. homenagem que merece." É a lei do menor esforço, cuja observância demanda abundante colecção de adjectivos, criteriosamente aplicados, de *ilustres, distintos, eminentes, queridos, sábios, zelosos, conceituados, respeitáveis* e o mais que agora não ocorre, mas tem de estar pronto à primeira voz. Vêm as ilusões acerca do valor literário de escritos, que, húmidos ainda, passam das colunas do jornal para livros, em que os enfeixam, destinados a vida efémera. Assim se inferioriza a vida literária e o jornal mata o livro, transformando nele a sua medíocre superficialidade. (SOUSA, 1945, p. 267-268)

O exacerbamento laudatório no jornalismo português seria, igualmente, visado por Norberto Lopes (1941, p. 129-131), sinal de que era efectivamente um tema que preocupava os jornalistas nacionais:

> Um jornalista estrangeiro que conhece razoavelmente a nossa língua e os nossos costumes, culto, sensato e viajado, dizia-me em tempos que não sabia de outra imprensa que fosse, com a nossa, tão pródiga em adjectivar laudatoriamente todo o bicho careta a que, por qualquer circunstância, tenha de se referir.
>
> E, de facto, assim é. O adjectivo laudatório tomou o aspecto alarmante de doença endémica nos jornais portugueses. Perdeu-se em absoluto a noção das proporções e raro é o dia em que nos diários não se topa com um sujeito medíocre cujo nome vem pomposamente adjectivado.
>
> De tal modo se banalizou o adjectivo laudatório que não podemos hoje, em boa verdade, avaliar da consideração que as pessoas nos merecem pelo tratamento mais ou menos elogioso que as folhas lhes concedem.
>
> *Distinto*, *ilustre* e *notável* empregam-se nos jornais portugueses com uma facilidade incrível para adjectivar quantas nulidades mais ou menos campanudas carecem de recorrer à publicidade das gazetas. De tal sorte que para este ou para aquele escritor de maior projecção nas letras pátrias já não podemos lançar mão, por insuficientes, daqueles adjectivos, mais

coçados que traseiro de macaco, e temos de recorrer a outros por ventura menos puídos mas cujo brilho começa também a empanar-se.

Insigne, *eminente* e *excelso* conservavam ainda, até há pouco tempo, uma tal ou qual propriedade de emprego. O seu uso, porém, começa a alargar-se de tal modo que em breve teremos algumas dezenas de *insignes* poetas, uma centena de *eminentes* romancistas e pelo menos duas dúzias de *excelsos* polígrafos.

Já não quero falar da facilidade com que se emprega o adjectivo *grande* para designar não uma pessoa ou coisa de invulgares dimensões, mas o talento incomensurável de algum dos nossos contemporâneos que não passa, tantas vezes, de uma inteligência mediana, diante da qual os aduladores se colocam em adoração idólatra.

Deste abuso condenável resulta uma espantosa confusão de valores, de que beneficiam certos arrivistas e videirinhos cujos méritos são diariamente louvados em letra de Imprensa. E assim se inventam as falsas reputações, que constituem uma verdadeira praga a expungir dos jornais portugueses. Há exemplares curiosíssimos que todos nós conhecemos pela sua insuficiência mental e que o grande público tem na conta de autênticas notabilidades, tal é o elogio sistemático que os jornais fazem da sua inteligência e dos seus actos. Eu sei, por exemplo, de um conferencista que nunca escreveu uma linha das suas conferências e que tem falado de cátedra dos assuntos mais complexos e menos acessíveis à sua incultura universal.

Também conheço o forçado das letras que lhe escreve, a troco de uns patacos, os discursos mais ou menos besuntados de ciência balofa que ele impinge a um auditório sonolento e que ajudaram a fazer a sua reputação de pessoa entendida em assuntos económicos.

Pois um belo dia, – isto aconteceu – numa roda de amigos, o nosso homem defendia com tanto calor uma ideia expandida numa das "suas" conferências que se esqueceu de que estava na presença do letrado que lha escrevera e que armara em opositor, para se divertir. E como o "conferencista" se irritasse com a súbita oposição do amigo, voltou-se para ele e exclamou com a maior e a mais perigosa das inconsciências:

– O senhor não percebe nada disso!

– Como não percebo, retorquiu o outro, se fui eu que lhe escrevi a conferência?! Se a ideia não é sua, é minha! E eu posso atacar quando me der na real gana as minhas próprias ideias…

Na informação política, segundo Fernando de Sousa (1945, p. 268), o jornalismo português, primeiro panfletário durante a democracia e depois censurado e domado durante a ditadura militar e o Estado Novo, também merecia reparos:

> O regime dos partidos em que vivemos durante mais de um século fez do jornalismo, com raras e honrosas excepções, instrumento apaixonado e sectário de exaltação de homens e corrilhos. Por vezes à especulação política juntava-se o faccionismo doutrinal (…). Cada caudilho tinha o seu grupo de apaniguados e dispunha de um ou mais jornais enfeudados à sua política e ligados com organizações secretas. A imprensa tornou-se assim dócil instrumento da política e a sua independência, condição essencial de acção útil e louvável, não passava de um mito. Por acção, ou por omissão, pela conspiração do silêncio, pode desorientar a opinião.

O sistema capitalista e a consequente necessidade que os órgãos de comunicação social desenvolvem de captar publicidade seria um dos principais culpados pela ausência de independência que Fernando Sousa (1945, p. 266) atribui ao jornalismo português da primeira metade da década de quarenta do século XX. Essa ausência de independência levaria mesmo a uma espécie de "espiral do silêncio", já que os jornais evitariam propagar informações prejudiciais aos anunciantes:

> A imprensa exerce intensa acção de publicidade (…) pelos reclamos, fontes principais da sua receita. (…) Para que essa publicidade cresça em eficácia multiplicam-se as edições, sacrifica-se o texto a vistosas gravuras multiformes e grossas parangonas. Paga-se caro a informação telegráfica e telefónica de agências numerosas, agências tendenciosas. Recrutam-se elementos de informação em todas as instituições burocráticas, comerciais e industriais. De toda a parte afluem notícias precipitadas, que têm de ser revistas, coordenadas, harmonizadas para que o jornal, precipitadamente elaborado, não seja a imagem do caos. É milagre que não o seja. A acção progressiva do capitalismo procura privar a Imprensa da sua autonomia, agrupando os jornais, submetendo-os a avassaladoras influências financeiras, privando-os de anúncios administrativos como castigo de veleidades de independência, fazendo a conspiração do silêncio contra o desassombro de opiniões.

Interrogação semelhante à de Fernando de Sousa, e igualmente num tom anticapitalista, é lançada por Joaquim Manso (1945, p. 270-271), então director do *Diário de Lisboa*. A busca do lucro, para ele, poderia ser inimiga da verdade. Mas este autor vai mais longe e critica o jornalismo por, às vezes, abusar do seu poder, ainda que lhe "perdoe" em nome dos bens maiores da informação, da orientação e até do sustentáculo afectivo e identitário que ao longo dos tempos ele deu aos povos:

> O jornal encontra-se, ao mesmo tempo, entre o amor da verdade e o amor do lucro.
> Qual dos dois prevalecerá?
> Começa, na primeira página, pelas ideias, e termina, na última, pelos interesses.
> Expiarão as primeiras no ventre dos segundos?
> Será a pena que escreve o desmentido do pensamento que julga?
> O idealismo do articulista acabará sufocado no materialismo (…)?
> (…)
> Eis um dos possíveis vícios do jornal, quando se orienta, não por princípios que revelam escrúpulo e carácter, mas por apetites que traduzem fome virgem e impaciente. (…) Mas, no bem ou no mal, vencedores ou vencidos, sustentando ou traindo um credo, na fé ou na dúvida, na concórdia ou na discórdia, na crença ou na descrença, os povos tiveram no jornalismo uma segurança, um guia, um clarim, uma cidadela e bastantes vezes uma vitória.
> Cometeu erros, sacrificou o justo ao injusto, em certas horas alucinadas, perturbou, alarmou e esqueceu-se de fazer rosto às tentações do poder, do dinheiro e da vingança? Da imprensa pode dizer-se em desabono e afronto quanto se queira, até mesmo acusá-la de ruins acções que não praticou, que resta ainda um precioso tesouro que é dela e só dela, conquistado com brio, dignidade e honra. Dá-se com ela qualquer coisa de parecido com a cólera das mães perante os filhos que não se comportam segundo os bons mandamentos:
> – Vais para uma casa de correcção! Não te posso aturar… É demais!
> Breve, porém, o coração retoma os seus direitos e uma mão carinhosa afaga o rosto lacrimoso, enquanto o instinto murmura baixinho:
> – És o fruto mimoso das minhas entranhas. Merece perdão a tua falta irreflectida. Como poderei viver sem ti, que és ser do meu ser e alma da minha alma?

Já João Pereira da Rosa (1941, p. 109-111) relembra a situação económica periclitante de grande parte das empresas jornalísticas portuguesas da época:

> Materialmente, os jornais do nosso país não vivem desafogados. Pelo contrário, grave é, em muitos casos, a situação das suas administrações. As receitas – venda de exemplares e produto da publicidade – são hoje, como antes da guerra, por força das circunstâncias, escassas. Por um lado, em comparação com as estrangeiras, temos pequenas tiragens. Para isso concorrem, entre outras causas, a falta de instrução do nosso povo, contra a qual o Estado Novo hoje se empenha com afinco; a sua fraca capacidade de compra, mesmo para um artigo extremamente barato e que lhe é vendido com uma margem de lucro insignificante; e o péssimo costume, que a fraca capacidade de compra está longe de explicar inteiramente, e que só em Portugal existe, de se trocarem e emprestarem jornais, servindo assim o mesmo exemplar a inúmeros leitores. Lá fora, em cada casa, regra geral, cada membro da família tem o seu diário ou diários preferidos e compra várias edições por dia. Entre nós, há, quando muito, um periódico em cada lar e, muita vez, um periódico em cada prédio.
>
> De baixo a cima ou de cima a baixo, o jornal percorre andar por andar, lado esquerdo e lado direito! O mesmo diário, no barbeiro, é lido por toda a clientela e, na província, o periódico do clube da terra é disputadíssimo! Imensas pessoas lêem, pois, o mesmo exemplar e por isso, pelas razões apontadas e ainda por alguns outros motivos, as nossas tiragens são bastante limitadas. Por outro lado, as tabelas de publicidade são baixas e não é fácil elevá-las de forma a serem suficientemente remuneradoras. Quanto às despesas, são pesadas. Para verificar que assim é, basta atentar na circunstância de que tanto maior é a tiragem de um jornal, menos as despesas se fazem sentir, visto que estão cobertas pela receita de maior número de exemplares. Além disso, se exceptuarmos o papel e as tintas que variam, toda a preparação, organização e manufactura do jornal – informação, arquivo, redacção, administração, fotografia, gravura, tipografia, estereotipia, etc. – custam o mesmo, quer se tirem mil, quer se tirem centenas de milhar de exemplares. São pobres, pois, os jornais portugueses de hoje e, quanto a recursos materiais, estão bem longe dos grandes diários estrangeiros.

A crítica ao jornalismo português também chega pela mão de Homem Christo (1941, p. 104-107). O autor denuncia, em especial, o enfeudamento do jornalismo ao poder político desde o século XIX até à data em que ele escrevia (1941) e a perda de independência e de qualidade que daí resultava. Para ele, parte do problema residiria na falta de pujança financeira das empresas jornalísticas portuguesas, a braços com tiragens rudimentares porque também rudimentar era a alfabetização dos portugueses. A debilidade financeira geraria, segundo o autor, jornalistas pobres que aproveitavam o ofício para singrarem na vida, às custas da perda da sua própria independência. Ele aponta, inclusivamente, dois casos: o dos jornalistas Emídio Navarro[37] e Mariano de Carvalho[38].

> Em Portugal o verdadeiro jornalismo nem se iniciou ainda. Temos tido grandes vocações jornalísticas naqueles a que se tem chamado "grandes jornalistas". Mas só foram grandes na "forma". Nunca o foram na essência. Faltou-lhes a educação moral e cívica. Faltou-lhes o "carácter". E daí o terem criado uma corrente de descrédito para o jornalismo, acusado, não sem algum fundamento, de desorientador e desmoralizador da Nação.
> (…)
> Portugal teve dois grandes jornalistas na segunda metade do século XIX: Emídio Navarro e Mariano de Carvalho. Foram muito tempo honestos e durante esse tempo gozaram da consideração pública, viveram aureolados… Por fim deixaram-se perverter pelo meio que era péssimo e morreram desprestigiados e achincalhados, o primeiro, o homem das "lamas do Tejo", o segundo, o homem da "outra metade". Não resistiram às seduções da riqueza. Contava-se que Navarro respondia cinicamente às censuras dos amigos, "que durante a sua pobreza honesta, metia as mãos nos bolsos e não encontrava senão cotão". Mariano, durante o mesmo período brilhante do prestígio e da honra chegara a andar, e era

[37] Emídio Navarro nasceu em 1844 e faleceu em 1905. Foi jornalista político, polemista e político, tendo sido ministro das Obras Públicas durante três anos. Como jornalista, fundou dois importantes jornais portugueses do final do século XIX e início do século XX – *O Correio da Noite* e o *Novidades* – ambos ligados ao Partido Progressista (um dos partidos de Governo da fase final da Monarquia) e, depois, progressivamente autonomizados.

[38] Mariano de Carvalho (1836-1905) foi jornalista político, polemista e político, tendo exercido o cargo de ministro da Fazenda e, interinamente, o de ministro do Reino. Membro do Partido Progressista, que acabaria por abandonar, foi, com Emídio Navarro, um dos fundadores do diário *Novidades*, mas distinguiu-se, principalmente, como director do *Diário Popular*.

> certo, com as calças rotas. Pergunta-se: se não vivêssemos num país de analfabetos, se em cada família entrassem jornais, como hoje na Suécia, na Noruega, na Finlândia, etc., se a tiragem dos seus diários fosse quatro ou cinco vezes maior e portanto os seus vencimentos redactoriais bastantes para eles fazerem face a todas as suas despesas, sucederia o mesmo? Não. Para resistir às seduções do prazer, e, até, às exigências do necessário, é preciso possuir a austeridade dos santos.
> (…)
> Depois da guerra, seja quem for o vencedor, a transformação do mundo será completa. (…) O jornalismo não pode continuar a ser o que ele foi na segunda metade do século XIX e princípios do século XX. Não foram jornalistas, foram serventuários dos chefes e dos bandos políticos. Todos, em geral, tanto os monárquicos, como os republicanos. Não orientaram nem moralizaram a vida pública. Desorientaram e desmoralizaram tudo. Os progressistas na oposição achavam mal tudo quanto faziam os regeneradores; os regeneradores tudo quanto faziam os progressistas; os republicanos tudo quanto faziam os monárquicos. Mas, no poder, adoptavam tudo quanto tinham achado mau na oposição com revoltante descaro, com a mais pervertida impudência.
> O jornalismo, para o grande papel que lhe pertence no mundo novo, tem de ser culto, e orientar-se pelos interesses colectivos e não pelo interesse abjecto dos homens políticos e das facções.

No pólo oposto ao de Homem Christo, o escritor Vitorino Nemésio (1945a, p. 155-156), num texto originalmente publicado no *Diário Popular* de 24 de Setembro de 1943, republicado no *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, elogia o jornalismo pré-industrial e critica a "funcionalização" "incolor" do jornalista, que sacrificaria a orientação da opinião em favor da informação passível de ser vendida e dar lucro:

> O jornal perdeu há muito, com a impessoalidade da sua matéria legível e a área absorvente e internacional de uma informação anónima, e por isso irresponsável, aquelas características de constância, tendência e factura original que fizeram dele um grande instrumento de influência no século passado. O artigo de fundo deixou de reflectir a opinião incondicionada do director ou do grupo redactorial que o sustentava. Industrializada a Imprensa, o director de jornal passou a ser um coordenador da indústria noticiosa, garantindo com o seu nome e qualidade do texto, a vivacidade

> da reportagem, o tacto na escolha dos assuntos, o acolhimento reservado ou largo aos mil e um caprichos que assaltam dia a dia uma redacção importante e de que é preciso extrair o maior número possível de solicitações razoáveis.
> Limitado pela neutralidade em religião e em política, pelos fins lucrativos da empresa e pelas circunstâncias de Estado, o director de jornal limita também o seu coeficiente de livre apreciação da matéria doutrinária e informável, diminui a intervenção do seu juízo individual ante os factos, desistindo de uma arbitragem terminante e verdadeiramente judicatória nos conflitos e contradições que são o pão-nosso da alta noite.
> Esta impessoalidade e funcionalização dos jornalistas dirigentes têm, como todas as coisas do mundo, prós e contras. Têm o contra que explica o carácter mais ou menos incolor de um diário, que era um reportório de sucessos combinado com uma tribuna de afirmações e ademanes conhecidos, coerentes, indiferentes à desaprovação ou irritação alheias. É certa que esta parcialidade não desapareceu de todo. Desterrada dos grandes órgãos de informação, que o tempo consagrou como uma espécie de terra comunal, onde cada qual dá a pastar do seu pasto e leva a comer o seu rebanho, ficou reservada aos raros jornais que exprimem o programa de um grupo, os interesses de uma classe, o estilo de vida de um sector. E mesmo nesses jornais teve de se corrigir o princípio da livre opinião, gerador de irredutibilidade e de exclusões, pelo da neutralidade e do ecletismo compatíveis com a linha geral de um programa a cumprir

Vitorino Nemésio (1945a, p. 159) também inventaria os principais problemas do jornalismo e dos jornalistas portugueses no início da década de quarenta, sintonizando-os com as críticas a que davam origem:

> Matéria de leitura; doseamento de mera informação agenciada (telegrafada e reportada) com a reportagem de impressões, com os artigos firmados e a orientação das massas; legitimidade e medida da contribuição tecnológica na composição de cada número; valor e percentagem das páginas e rubricas especiais (arte, literatura, teatro, cinema, desportos, técnicas) compatíveis com as exigências publicitárias e o predomínio da massa noticiária sobre a leitura seleccionada – outros tantos problemas de matéria, difíceis e urgentes de resolver.
> Ao lado desses, a questão profissional, com os seus aspectos múltiplos: preparação, remuneração, quadros; a necessidade de convencer o

> jornalista a separar em si o possível literato ou escritor de livro do perfeito técnico da generalidade e da efeméride. Concisão de escrita, escrúpulo no apuramento dos factos e no emprego das nomenclaturas, sobriedade no perigoso manejo da actualidade, que excita o público para bem ou para mal, conforme o estilo do "en tête". E é um nunca acabar…

A paisagem jornalística portuguesa, contudo, não se esgotava na informação geral, objecto das generalidades das reflexões produzidas pelos autores com textos publicados no *Boletim* do SNJ. Um jornalismo especializado conquistava crescente número de adeptos – o jornalismo desportivo. Tratava-se, porém, de um jornalismo algo incompreendido pelas elites letradas e intelectuais, que veriam muitas vezes nele uma forma de corrupção dos gostos do público. Ricardo Ornellas (1941p. 39-42), no entanto, sai em sua defesa e salienta a sua importância para o país. Identifica, também, o nó górdio do jornalismo desportivo – embora ambicione perseguir valores caros à profissão – como a imparcialidade – acaba, porém, por ser enredado num meio onde as paixões clubísticas, dos leitores e dos próprios jornalistas, são frequentemente exacerbadas:

> O jornalismo desportivo (…) tem detractores, que o consideram fútil, sentencioso, de certo modo exagerado e literalmente pobre. Concita contra si aquele pequeno horror que habitualmente se experimenta em face de coisas que se desconhecem e cujo alcance por isso mesmo se não está em condições de apreciar com justiça e quando se não quer, ao menos ser generoso. Isto é: possui detractores sem razão. (…) Ainda assim conta perto de cinquenta anos. (…) E tem leitura: os melhores jornais da especialidade tiram bem e os próprios diários não podem escusar-se aos grandes acontecimentos, alguns dos quais interessam verdadeiramente de Norte a Sul.
>
> Prosa procurada – acredite-se. Nos diários para a notícia curta e para se convir que a edição está completa; nos jornais da especialidade para o comentário, a opinião ou o relato, que se lêem sempre com entusiasmo e não raras vezes com ansiedade.
>
> Acusa dois senãos principais: da profissão para o leitor – os jornalistas estarem muito perto das agremiações; do leitor para a profissão – a paixão desmedida dos adeptos.
>
> (…)

> Antigos praticantes, (…) os jornalistas desportivos (…) acabam por especializar-se, na maior parte das vezes para virem a saber mais do seu desporto preferido do que sabiam quando o praticavam. Daí a vontade de ensinar que se apodera deles. Ora o jornalista quando praticou pertenceu a um clube; um clube bem encarado é uma família e por mais que uma pessoa se afaste da família o sangue não muda… De modo que o jornalista que mais se abstrai da família, embora a não deixe, é o que consegue ser mais jornalista.
> (…)
> A paixão dos adeptos, que formam naturalmente a grande massa leitora dos assuntos desportivos, deriva por seu lado de factores que não estão apenas adstritos aos que se interessam pelo desporto. (…) Desde logo, como disse António Ferro em tempos, a imparcialidade da crítica fica dependente da parcialidade de quem lê…
> (…)
> Estes senãos têm, no entanto, compensações. Em primeiro lugar porque (…) o (…) jornalista desportivo (…) tem sabido manter o indispensável espírito construtivo através da sua tríplice missão de doutrina, de crítica e de propaganda. (…) Outra compensação consiste na real existência de uma crítica desportiva, que, embora possivelmente moderada na repressão dos actos negativistas do desporto que infelizmente se dão com frequência nos campos, é perseverante, insistente, instrutiva e portanto criadora, além de que goza de independências suficiente para fazer opinião certa, forçar ao acto, expandir a ideia, criar personalidade e firmar o propósito em vista – ser, enfim, útil, positiva, necessária. (…) O jornalismo desportivo, embora com detractores, prossegue bem na sua missão, a impulsionar uma força de que o país muito precisa – ou não seja a mocidade o mais sólido recurso (…) das nações.

Pode afirmar-se, em jeito de consideração final sobre este ponto, que os redactores do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* estavam, pois, cientes dos dilemas profissionais e das críticas que podiam ser feitas ao jornalismo – identificado, principalmente, com os jornais, mas, secundariamente, também com as rádios e com as agências noticiosas. Foi esse, aliás, o ponto de partida para as reflexões que desenvolveram sobre a natureza da sua profissão – uma profissão que desejavam valorizar publicamente aos seus próprios olhos e perante terceiros. Ao fazê-lo,

deram o seu contributo para a construção do Pensamento Jornalístico Português.

Tendo em conta o que se publicou no *Boletim*, o que é o jornalismo segundo os jornalistas portugueses da década de quarenta do século passado? Qual a natureza profunda do jornalismo? O que o jornalismo é de facto? Para eles, seria, essencialmente, um discurso fiel sobre a realidade, nas suas diferentes nuances, ou seja, um *espelho da realidade* e, portanto, um *reflexo* – ou pelo menos um *repositório* – da própria história, do fluir histórico. Paradoxalmente, reconheciam que o jornalista procurava adicionar *interesse* à informação, para suscitar a atenção e a adesão do leitor e que usavam rotineiramente um discurso laudatório enviesado. O culto da expressão é, aliás, um dos argumentos que explicam por que razão o jornalismo também era considerado um ramo da *literatura*, embora de uma literatura diferenciada e *urgente*.

Os colaboradores do *Boletim* do SNJ preocuparam-se, ainda, em mostrar que o jornalismo – cujas missões seriam informar e orientar – acelera os fluxos de informação, sintonizando o homem com o seu tempo. Ao dar referentes comuns às pessoas, alimentando as conversas (agendando temas, dir-se-ia hoje), o jornalismo contribuiria, igualmente, para a socialização e para a solidariedade entre os homens. Contudo, se de um lado da balança estavam essas virtudes, noutro estavam os problemas. O jornalismo também podia errar, segundo explicam alguns dos redactores do *Boletim*. Os erros podiam dever-se às imperfeições da natureza humana (os jornalistas não seriam nem anjos nem demónios, como coloca Joaquim Manso, mas seres humanos falíveis como qualquer outro) e à pressão do tempo, mas também à lógica capitalista de funcionamento do sistema jornalístico, que o empurraria na direcção do sensacionalismo e das irrelevâncias informativas que atraem o leitor. A informação desportiva e as notícias "sanguinolentas" eram colocadas em cheque, como hoje ainda o são.

Conforme se dá conta ao ler o *Boletim* do SNJ, os jornalistas portugueses dos anos quarenta também procuravam fixar um quadro de valores éticos que orientasse deontologicamente a sua conduta. Os valores clássicos da profissão são sistematicamente referidos – nomeadamente o apego à *verdade*, recuperado da tradição historiográfica clássica nascida

na Antiga Grécia, mas também a *independência*, a *neutralidade* e até o *direito à opinião*. Nessa matéria, percebe-se que alguns jornalistas estavam preocupados por terem de redigir textos publicitários, propondo, como actualmente acontece, uma separação entre as funções de *publicitário* e a de *jornalista*. Assim, o *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* dá pistas preciosas para se conhecerem as organizações jornalísticas portuguesas dos anos quarenta – economicamente débeis e enfeudadas aos poderes político (que sobre elas exercia censura) e económico (de quem dependiam para captarem receitas publicitárias) – e o ambiente e as práticas profissionais desenvolvidas no seu seio.

4.3 Os géneros jornalísticos e a prática jornalística no *Boletim* do SNJ

A prática jornalística também foi objecto de reflexão e análise no *Boletim* do SNJ. Rocha Júnior (1941, p. 75-78), por exemplo, discorre, em jeito memorialista, sobre a entrevista, um género jornalístico muito usado – e às vezes, como diz o autor, sem relevância noticiosa – no jornalismo português das primeiras décadas do século XX. As suas palavras dão pistas preciosas para se compreender uma certa informalidade que reinava no jornalismo político português do início do século XX:

> No tempo em que o cavalo de batalha do jornal era a entrevista, o arreburrinho do chefe de redacção era o pobre diabo que tivesse manifestado jeito para a fazer. Compreende-se. O crime, o desastre, a crise, a revolução não se inventam: têm de acontecer; a entrevista, pelo contrário, é como o ar e a água da fonte: está sempre à mão, basta ir buscá-la a qualquer parte. Entrevistava-se Todo o Mundo e Ninguém, sobre Todas as Coisas e sobre Coisa Nenhuma. Um senhor que tivesse desovado um almanaque, outro senhor que tivesse ido passear de burro a Cacilhas eram inevitavelmente convidados: o primeiro a dizer como trabalhava; o segundo a contar as suas impressões. Para valorizar a entrevista exageravam-se os méritos do entrevistado: qualquer bigorrilha era um vulto de excepcional destaque, qualquer matoide um moço cheio de talento. Assim as forjavam reputações e inchavam nulidades (…). Vou recordar dois casos (…)… Tinha havido uma revolução e fora chamado a formar governo João Chagas, ministro de Portugal em Paris. Eu trabalhava na extinta *República*. (…) Quando

António José de Almeida me encarregou de entrevistar João Chagas, eu recebi o encargo com prazer. (…) João Chagas, não sei se sabem, tinha carradas de talento, mas talvez não tivesse nenhum se fosse obrigado a arrecadá-lo no mesmo saco da vaidade. Considerava-se o Máximo, o Divino, o Único. Recebeu-me no salão do Avenida Palace com uma sobranceira desconcertante.

– Que deseja?

Eu também tinha bastante vaidade nos meus vinte anos, no meu talento negativo e na minha cabeleira positiva. Respondi, com equivalente desenvoltura:

– Conhecer o seu programa de Governo!

Nos olhos de Chagas fulgurou a cólera. Compreendi que o grande homem ia procurar humilhar-me, confundir-me, dar-me lições, brincar comigo como o gato brinca com o rato.

– Que idade tem o senhor?

Respondi.

– Há quantos anos anda nisto?

Respondi.

– E imagina então que eu trago aqui na mala um programa do Governo para despejar no seu jornal como quem despeja na panela um pacote de sopa Juliana?

– Eu não imagino coisa alguma, retorqui. Presumo apenas que se V. Ex.ª aceitou o encargo de formar o novo Gabinete foi porque tinha na cabeça as suas ideias, os seus planos, os seus projectos de Governo.

E, para deitar água na fervura, ajuntei umas palavras de lisonja, umas sinceras alusões ao fulgurante espírito do escritor. Ele, porém, não desarmou; mostrou-se ainda mais cruel. E eu, já ressabiado, cheio de sangue na guelra, atirei-lhe com esta:

– Pois se não tem planos, nem ideias, nem projectos, diga-me duas banalidades, que eu cá arranjarei duas colunas!

Disse isso, e julguei que o grande homem me ia bater. Pois, não! Com grande espanto, vi-o sorrir. Chagas lembrou-se de que era diplomata? Impressionou-se com a minha ousadia? Ou quis apenas preparar uma desforra severa? Não sei. Certo é que, muito calmo, quase paternal, declarou o seguinte:

– Muito bem. O senhor, que é capaz de fazer duas colunas com duas banalidades, será capaz de fazer uma coluna com uma palavra?

– Sou, sim, senhor.

– Então, aí tem o meu programa de Governo: "Pacificação".
Vá-se embora e faça uma coluna.
Prometi e cumpri. No dia seguinte, a *República* trazia a entrevista com João Chagas – a duas colunas – sem alusão ao incidente e sem a menor ponta de veneno. Passaram-se anos. Chagas voltou ao seu lugar em Paris. Um belo dia, caí-lhe em casa, levado nas asas de um avião, como companheiro de Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Chagas recebeu-me cordialmente. Conversamos. Percebi que não me reconhecera. Resolvi avivar-lhe a memória:
– Eu sou aquele jornalista assim… assim…
E ele nem me bateu nem me insultou. Pelo contrário. Tratou-me com uma gentileza que é, ainda hoje, uma das mais doces recordações da minha ingrata carreira de jornalista entrevistador.
O segundo episódio passou-se com Guerra Junqueiro. Tinha havido também a consabida revolução. Manuel de Arriaga encarregara Pimenta de Castro de formar governo, e o *Século*, jornal em que eu trabalhava, publicou nas Informações duas linhas aparentemente inofensivas: a notícia de uma conferência entre o Presidente e o Poeta.
Guerra Junqueira recebeu das mãos do criado do Hotel Central o meu cartão-de-visita e fez-se esperar longos minutos. Eu ardia em desejos de o escutar. Que maravilhas de verbo iriam tombar daquela boca de oiro sobre o meu ouvido peludo? Apareceu finalmente, envolto num roupão castanho, com um barrete claro na cabeça. Sentou-se e mandou-me sentar a seu lado, sem proferir palavra. Eu comecei a expor o meu objectivo: dizer aos leitores do *Século* o que se teria passado naquela entrevista (…) com o Presidente da República. Junqueiro continuava calado. Manifestamente, meditava.
A sua catadura era sombria.
Por fim, saiu-se com esta:
– Quer então ouvir-me para *O Século*? Quer ver se eu confirmo a velhaca insinuação do seu jornal, de que o republicano Guerra Junqueiro transige com o ditador Pimenta de Castro? Então escreva lá: A República expulsou o padre Cabral e deixou ficar o Silva Graça; fechou o Quelhas e deixou aberta a redacção do *Século*.
Respondi textualmente:
– Se V. Ex.ª deseja que a sua frase não fique inédita, queira arranjar-lhe outro meio de publicidade. Eu nem a escrevo no *Século* nem a conto na "Brasileira".

Carlos Ferrão (1941, p. 19-23) aborda um género jornalístico, que, ao tempo da publicação do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, ganhava dimensão por causa da II Guerra Mundial, então em curso. O autor dá informações preciosas sobre as rotinas que, em Portugal, presidiam à sua elaboração – baseada nos *takes* contraditórios das agências noticiosas. Ao fazê-lo, defende, identicamente, alguns dos valores centrais ao jornalismo, mesmo no jornalismo analítico e opinativo – intenção de verdade, isenção, fundamento na análise, contenção no prognóstico:

> A guerra veio por em voga, na imprensa portuguesa, a crónica internacional. Por esta expressão deve entender-se o resumo dos acontecimentos, de ordem política e de ordem militar, organizado em termos de ser rapidamente apreendido pelo público. (…) Desta vez são ainda os profissionais da imprensa que (…) assumiram o encargo de relatar e apreciar os episódios confusos da vida internacional, acompanhando, passo a passo, o noticiário telegráfico, vasto e contraditório, para o sintetizar e para o oferecer à curiosidade do público.
> É justo reconhecer que, de maneira geral, o têm sabido fazer com uma isenção, um aprumo e uma boa vontade que compensam sobejamente as deficiências de informação ou os deslizes de interpretação que porventura tenham suscitado no seu caminho.
> O leitor do jornal aprecia mais a profecia ousada do que a análise serena e documentada. A previsão de casos sensacionais a ocorrer interessa-o, de preferência, às explicações fundamentadas do passado que, na maioria dos casos, são as premissas indispensáveis para delinear o futuro. O horror sagrado dos vaticínios, mesmo quando estes afluem generosamente aos bicos da pena, é a primeira condição a que o jornalista aspira para desempenhar com honestidade a sua missão. A sedução dos paralelos históricos, levado até às últimas consequências, constitui outro elemento que tradicionalmente perturba a visão clara das coisas. (…) Sem ter (…) um quadro de técnicos ou de especializados, a nossa imprensa procura corresponder à ansiedade do público e à rapidez vertiginosa dos acontecimentos com o seu tributo apreciável de dedicação e boa vontade. Se juntarmos a estas características, a isenção e a dignidade de que a sua produção se tem revestido, não nos encontraremos em posição muito arriscada quando se fizer o balanço das culpas e das responsabilidades que é, na maioria dos casos, o prémio

atribuído ao jornalista pelo seu esforço e pelas suas canseiras.

O conselho de Carlos Ferrão (1941, p. 22-23) aos jornalistas, para que estes produzam boas crónicas internacionais, é efectivamente a de que se segurem nos valores tradicionais da profissão, nomeadamente na imparcialidade e na intenção de verdade, mas também na sobriedade e no refreamento verbal. A tarefa seria árdua, mas também corresponderia à via que deveria ser seguida:

> Com a tarefa de joeirar as notícias telegráficas, auscultando o seu conteúdo e tomando em conta a sua origem, cabe-lhe a tarefa mais árdua, de se libertar de paixões e de preconceitos, procurando descobrir a verdade no meio das versões contraditórias ou interessadas que, de todos os lados, caiem sobre a sua mesa. É difícil afirmar em que medida exacta o jornalista se deixa influenciar pela opinião feita à sua volta ou exerce, em relação a esta, uma influência apreciável.
> Nos períodos agitados como aquele que atravessamos as duas realidades chegam a confundir-se. A consciência profissional e o sentido moral da actividade jornalística traduzem-se então, praticamente, por um esforço de auto-limitação que deve abranger o âmbito das ideias tanto como o panorama das palavras. Sem abdicar das suas convicções profundas e das suas ideias inabaláveis, o jornalista serve, simultaneamente, o seu ofício e o seu país quando se não deixa contagiar pelo espectáculo dos excessos desencadeados e das fórmulas improvisadas para o serviço das facções que se digladiam. A compostura na expressão e a serenidade na análise são inseparáveis do trato consciencioso dos problemas que, neste momento, dividem e tornam inconciliáveis os grupos em que a humanidade se dividiu. Escolher entre os postulados que se afrontam é uma razão de independência. Só quem sabe escolher, com fundamento, afirma a sua capacidade para criticar e para orientar. Essa escolha nada tem com a imparcialidade que se impõe nos juízos e com a moderação que se exige à sua expressão escrita.

Apesar da apreciação auto-elogiosa do esforço que, segundo o autor, seria feito pelos jornalistas portugueses encarregues da crónica internacional, não é menos verdade que Carlos Ferrão (1941, p. 20-21) aponta algumas debilidades ao sistema jornalístico português na

cobertura da guerra, por muito esforço que os jornalistas de Portugal fizessem para providenciarem uma informação relevante ao público. Haveria, no entanto, algumas formas de inverter a situação – desde logo, enviar jornalistas aos locais dos acontecimentos, algo que, na verdade, a debilidade financeira das empresas jornalísticas nacionais não permitiria:

> As viagens e um conjunto de relações asseguradas em meios bem informados constituem auxiliares preciosos para quem se vê, por dever de ofício, obrigado a tratar a matéria internacional. São recursos de que os nossos profissionais de imprensa só raramente podem lançar mão. No jornalismo português a viagem tem sido exclusivamente utilizada para fins de reportagem (…). Como instrumento de informação não tem sido, porém, utilizada com a necessária largueza. O mesmo deve dizer-se em relação às fontes de esclarecimento e de noticiário tão usadas em outros países. (…) Alguns dos mais importantes quotidianos mundiais, especialmente os ingleses e americanos, e as suas publicações periódicas da especialidade, deslocaram os seus correspondentes de lugares (…) que ainda há pouco eram considerados desérticos sob o ponto de vista profissional. Os nossos jornalistas também se vêem obrigados a prescindir desse recurso. O serviço telegráfico, a leitura da imprensa estrangeira e uma cultura, tanto quanto possível aprofundada, constituem as suas fontes. Estas são utilizadas em larga escala mas não compensam o convívio, que praticamente não existe e a deslocação estudada, que efectivamente se não faz.

A situação de guerra, para o jornalista salazarista Pedro Mayer Garção (1945, p. 10), seria, inclusivamente, uma das justificações para que o jornalismo nacional se travestisse de doutrinação política, ou seja, de propaganda:

> na época especial que atravessamos cabe à imprensa o papel delicado de definir a nossa posição perante o conflito mundial. Essa posição, de estrita neutralidade, foi dada, sem dúvida, pelas chancelarias; mas é à Imprensa que compete salvaguardá-la, por uma catequese constante e lúcida da opinião pública. Particularmente, pode o português sopesar os factos ao sabor das suas simpatias ou da sua faculdade discriminatória. (…) Mas é o jornal que responde pelos nossos sentimentos colectivos,

> dentro do equilíbrio ponderado dos seus textos. A disciplina está aí: na doutrinação desapaixonada dos artigos de fundo; no realce equitativo dos comunicados dos países beligerantes; nas considerações imparciais dos nossos comentadores da guerra; na emoção que exprimimos pelo sofrimento em geral. Quer dizer; tudo o que não fosse isto podia comprometer os destinos da Nação. Esta eventualidade dá bem a medida do valor da imprensa e da sua ressonância externa.

A II Guerra Mundial, efectivamente, gerava informação problemática, já que punha em evidência o sofrimento e a morte. O jornalista Hugo Rocha (1941, 9. 36) aconselhava os seus camaradas a evitarem as "notícias tóxicas", sangrentas, ainda que os leitores as exigissem:

> Em tempos, como os de hoje, em que o noticiário e o comentário das calamidades do mundo perturbam e, até, angustiam todo e qualquer leitor sensível, por copioso e minucioso que é, afigura-se-me mais preciso do que nunca aliviar a prosa das gazetas respectiva aos desvarios e caprichos sangrentos dos homens e das nações com a companhia amável daquilo que se possa ler sem frémitos de horror e sem pensamentos ou sentimentos de pânico. Sei bem, por quotidiana experiência própria, que é o próprio leitor que reclama, às vezes, tal qual o morfinómano, notícias tóxicas – permito-me chamar-lhes assim – em quantidade bastante para lhe manterem a tensão de nervos e a excitação de espírito. Reajamos, porém, já que nos cumpre conduzir a "opinião pública" e não ser conduzido por ela, contra os vícios a que nos habituamos e habituamos os leitores dos "nossos" jornais.

Curiosamente, para o citado autor, o antídoto para a informação sanguinolenta e bélica seria a *literatura amena publicada nos jornais*, capaz de elevar o espírito humano e recordar aos leitores que, apesar das contrariedades da vida, ainda há "sol":

> E, contra tanto veneno de factos e opiniões, preparemos ou diligenciemos preparar o antídoto rigorosamente literário que, longe de amedrontar o leitor, o convença de que a vida e o mundo não estão condicionados apenas aos "comunicados oficiais do Grande Quartel-General" e de que há ainda sol bastante para nos aquecer a alma enregelada por tantas dores colectivas. (ROCHA, 1941, p. 37)

Por isso, o jornalista portuense Hugo Rocha (1941, p. 35-37), ao discorrer, no *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* sobre "As Tradições do Jornalismo Portuense", enfatiza o papel dos jornais portuenses na promoção de uma cultura literária entre as gentes da segunda maior cidade de Portugal. Para o autor, um jornal que à literatura não concedesse espaço seria um jornal sem alma.

> Durante muitos anos, o jornalismo foi, no Porto, feudo de políticos ou comerciantes. Os interesses partidários, defendidos, aliás, com beleza e grandeza, por penas eminentes da política nacional, sobrelevaram, normalmente, os interesses económicos. E foi (…) o jornalismo económico (…) o que determinou a criação do jornalismo noticioso que, em nossos dias, domina. Aconteceu isto (…) com *O Comércio do Porto*, fundado e dirigido por homens do comércio para propaganda e defesa dos legítimos interesses da praça do Porto. Foi mais tarde que, sob a direcção de um intelectual, Bento Carqueja, o mais antigo quotidiano portuense, sem renegar a tradição, enveredou, ousadamente, pelo noticiarismo, até se tornar o grande jornal de informação e opinião que hoje é.
>
> Nas tradições do jornalismo portuense estão, pois, a economia e a política. As letras, porém, tiveram sempre lugar de honra nos jornais da capital do Norte (…) talvez por lhes sobrar mais o espaço (…). Como em meu entender, jornal que o fogo literário, por brando e bruxoleante que seja, não aqueça e ilumine, é jornal com cuja leitura não vale a pena perder tempo, tenho por tão úteis como interessantes todos aqueles que às letras literárias, e não apenas jornalísticas, consagraram espaço e relevo.

Dos textos acima, infere-se que o jornalismo português nos anos quarenta estava, ainda, num estádio rudimentar, embrionário, de profissionalismo. A vida nas redacções era marcada por uma certa informalidade, de que o próprio anedotário profissional dá conta. Recorria-se à produção própria de informação, materializada em notícias, entrevistas e reportagens (a figura do *repórter* é, aliás, idealizada e apresentada como paradigma profissional). Mas ainda assim o jornalismo português estava muito dependente das agências noticiosas internacionais, mormente para a obtenção de informações sobre a guerra – admitindo os próprios jornalistas portugueses, conforme dá conta o *Boletim*, que essas agências pudessem ministrar "notícias

tóxicas", aproveitando para passar propaganda e mentira sob a capa de credibilidade oferecida pelo jornalismo. A solução para ultrapassar esse problema passaria pelo investimento na produção própria de informação, o que se afiguraria problemático ao compreender-se a debilidade económica das empresas jornalísticas nacionais.

O confronto, nunca sanado, entre a alegada orientação do público para as notícias sanguinolentas e sensacionais e a função de promoção da cultura que alguns defendem para o jornalismo também emerge das palavras dos redactores do *Boletim* do SNJ. Os jornalistas portugueses procurariam, possivelmente, encontrar um ponto de equilíbrio na oferta de informação ao público através dos jornais, de maneira a que estes continuassem a ser comprados e a atrair e agradar aos leitores sem abdicarem de uma função de elevação dos espíritos e de promoção da cultura que esses mesmos jornalistas lhes atribuíam.

4.4 A formação em jornalismo no *Boletim* do SNJ

Conforme se referiu, os promotores do Sindicato Nacional dos Jornalistas propuseram, em 1941, no *Boletim* sindical, o lançamento de um curso de formação, certos de que o jornalismo se poderia ensinar e aprender. Mas a ideia da necessidade ou até da utilidade da formação era polémica e havia jornalistas que não a defendiam, nalguns casos talvez porque se sentiriam menorizados por não terem um diploma do ensino superior. Reparem-se nas sintomáticas palavras de Pedro Mayer Garção (1945, p. 9), que vê no jornalismo essencialmente uma arte dentro das artes da expressão literária e que diz que um jornalista se pode formar autodidacticamente:

> Ao jornalista exige-se cultura geral, talento de improvisação, qualidades literárias invulgares, agilidade mental, probidade de espírito. Qual é o curso que inscreve estas cadeiras no seu programa? Eis porque todo o jornalista é um autodidacta. Muitos, por acaso, têm curso superior; mas, quando isso acontece, o que neles sobreleva é o homem de letras que o destacou dos seus condiscípulos e que já era anterior aos êxitos do estudioso, para os quais poderosamente concorreu. E esta é a tese que

> se defende aqui: o jornalismo não é o refúgio das vocações fracassadas, mas o terreno onde só podem florescer as vocações decididamente para ele orientadas. Vocação que se traduz na exposição desassombrada das opiniões que se subscrevem; revela nos conhecimentos que se demonstram e nas diversas teclas que se tocam (desde a crítica de um quadro ou de um livro até à reportagem de uma romaria; desde o artigo sobre uma individualidade até à análise de uma medida ou de um discurso políticos, etc.); e acima de tudo, como que a sua pedra de toque, vocação que se patenteia no colorido estético e conceituoso da composição literária.

O tema da formação específica em jornalismo não teve, porém, grande tratamento nas páginas do *Boletim* do SNJ, eventualmente por ser um tema que suscitava controvérsia no seio dos profissionais, já que alguns – como o próprio Garção – viam no jornalismo uma actividade a que se poderia aceder por simples "vocação", eventualmente complementada pela auto-aprendizagem do jornalista e pelo seu investimento pessoal e autodidáctico na aquisição de capital cultural.

4.5 O Estado Novo e o jornalismo no *Boletim* do SNJ

O período do Estado Novo não foi fácil para o jornalismo português. A ditadura impunha a censura à imprensa, o que reduzia a autonomia dos jornalistas e atentava contra alguns dos valores que contribuíam para o imaginário identitário da profissão, como o da *independência*, o da *liberdade de expressão do pensamento* e o do *respeito pela verdade*. Nem tudo podia ser dito. E havia coisas que tinham de ser ditas, mesmo contra vontade. Ainda assim, alguns jornalistas portugueses de então pareciam apoiar o Estado Novo e admitiam que o jornalismo se tornasse num instrumento da propaganda salazarista, ainda que, paradoxalmente, com "isenção":

> os jornais estão patrioticamente ao lado do Governo, prontos a colaborar em todos os grandes empreendimentos, na propaganda de todas as manifestações públicas, orientando e aconselhando o povo, ajudando-o a discernir o bom do mau juízo, quer em matéria da política externa,

> quer interna, proclamando o caminho traçado pelos dirigentes. Com a maior isenção, os nossos jornais zelam e pugnam pelos interesses dos portugueses, acarinham os seus desejos e fazem-se eco das suas reclamações justas. Não há um acto político, religioso, artístico ou espiritual elevado a que a imprensa portuguesa não tenha dado o melhor do seu concurso, emprestando-lhe o seu entusiasmo, o seu fogo, o poder da sua expansão e força, e contribuindo para o seu êxito. A imprensa em Portugal, pode afirmar-se, tem concorrido dedicadamente para o desenvolvimento de todas as actividades nacionais, já dando-lhes a sua publicidade, já auxiliando todas as iniciativas dignas, já promovendo exposições, concursos, conferências, etc. A educação física, as artes, as letras e as ciências muito lhe devem, dado o carinhoso tratamento que dela recebem, sempre dentro de um espírito da maior isenção.
> É uma imprensa nobre e honrada, que se esforça por colaborar na obra de ressurgimento do país e por bem servir o povo português. (ROSA, 1941, p. 110-111)

Outros aceitavam subordinar o jornalismo à causa nacionalista do Estado Novo, ainda que com algumas reservas e cautelas – pois seria preciso abrir os jornais ao mundo exterior e perdoar eventuais erros em nome do bem maior da sua existência:

> Consideramos o jornal a mais nacionalista de todas as instituições de um povo. O seu nacionalismo é, mesmo, a única razão da sua existência. Os jornais grande-indústria (…), se não forem nacionalistas, não têm nada que fazer na sua terra (…), [mas] aquele nacionalismo não pode, na imprensa, (…) estar alheio ao mundo exterior, às sugestões da cultura e do pensamento de além-fronteiras. E julgamos que ele não pode ser jacobino, isto é: intolerante, hermético, com fronteiras nas almas e correntes de ferro nas ideias. O excesso de nacionalismo é o regresso ao isolacionismo, incomparável com o nosso tempo, e corre perigos iguais aos do internacionalismo desbragado.
> O jornal é o fiel de uma balança, e excessos, se os teve, se os tem – erros, desvios, irreflexões episódicas – eles nada contam, nem pesam, ante o mundo dos benefícios que espalha. (ARAÚJO, 1941, p. 122-123)

Assim, é visível que apesar da repressão da liberdade de imprensa perpetuada pelo Estado Novo, alguns dos jornalistas portugueses do

início da década de 1940 defendiam a política salazarista. Fernando Sousa (1945, p. 267-268), por exemplo, vê com bons olhos o refreamento da liberdade de imprensa, em nome da responsabilidade na condução da opinião pública:

> É exaltada a Imprensa à categoria de sacerdócio e de facto pode e deve exercê-lo. A actual constituição política do País definiu assim a opinião pública:
> "Art.º 22.º – A opinião pública é elemento fundamental da política e administração do País, incumbindo ao Estado defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum."
> Quão longe estamos da liberdade absoluta reivindicada pela imprensa para expor ideias subversivas e excitar as paixões!
> Consideramo-la o que realmente é: uma grande força social com a missão de esclarecer conscienciosamente a opinião conforme o bem comum e assumindo por isso tremendas responsabilidades. Julgou-se, em certo tempo, omnipotente e irresponsável com direito à liberdade ilimitada, senhora absoluta da opinião. (SOUSA, 1945, p. 267-268)

Pedro Mayer Garção (1945, p. 10-11), por seu turno, escreve o seguinte sobre a legitimidade da censura prévia e sobre a uniformidade dos jornais, esta consequência daquela:

> Justamente porque o público não pode dispensar a imprensa, esta tem de ser escrupulosa na substância dos seus temas, levar as consequências dos mesmos até à transparência das suas intenções, sem que jamais ofereça o flanco da ambiguidade às ilações malsãs. Tornou-se famosa a divisa que atribui à Imprensa certo grau de similitude com o pão material, ambos susceptíveis de serem fiscalizados como alimentos que se equiparam.
> Temos de partir do principio que o jornal – concretamente, o jornal português – deixou de ser o órgão de uma clientela partidária para se converter no representante e servidor da nação. Nada que a possa prejudicar deve ter guarida nas suas colunas. A vida da nação nele se espelha, assim nos seus empreendimentos como nas suas ambições, e o jornal torna-se o intérprete dos seus interesses superiores e da sua orientação política.
> Desta forma, quem quiser tomar o pulso às nossas atitudes ou às nossas reacções não tem mais que pegar nos jornais que entre nós se apregoam. A

> uniformidade de vistas com que depara dar-lhe-á, de entrada, a falsa noção de que todos os jornais obedecem a um "mot d'ordre" que lhes sufoca o livre comércio das ideias antagónicas – e concluirá por uma ausência de personalidade em que vislumbra a decadência do jornalismo como tribuna de vozes discordantes, cada uma possuída da sua verdade.
> *Conclusão errónea.*
> A imprensa portuguesa está voluntária e conscientemente integrada no espírito dirigente da nação; e oferecendo, toda ela, o espectáculo de uma unidade sem brechas, demonstra uma solidariedade de onde extrai a sua própria força. Só assim, impondo-se um objectivo que nada desmente, qual seja o de propalar e apoiar as directrizes políticas do Estado, que a ela se afiguram criteriosas, a imprensa consegue a mais útil projecção sobre o estrangeiro. Nunca a imprensa foi tão política como nos últimos tempos, não o parecendo, contudo. Foi ela que, depois de concitar a atenção do país sobre um homem [Salazar] em torno do qual gravita a reabilitação de uma pátria, o indigitou à curiosidade e ao estudo do estrangeiro. Os discursos desse homem, antes de serem divulgados em livro, circularam nos periódicos, cujos ecos foram repercutindo além-fronteiras. E o prestígio adquirido por Portugal, que unificou num sistema económico, moral e político digno de ser olhado lá fora como paradigma, não seria possível sem a força expansional da Imprensa – que sempre tem de fornecer a imprescindível sanção a todas as ideias que queriam triunfar.

O jornalismo português estaria, assim, segundo se infere das palavras do autor, subordinado aos interesses da propaganda política salazarista e seria, mesmo, para consumo interno e externo, um veículo dessa propaganda. O autor, porém, apresenta essa situação como algo *positivo* para o país. E não se interroga, sequer, sobre eventuais fronteiras entre propaganda e jornalismo.

O *Boletim* do SNJ também transcreve, por outro lado, uma moção de Luís Caldeira Lúpi (1945, p. 175) ao II Congresso da União Nacional (realizado em Maio de 1944), partido único do regime, no qual se apela ao Governo para legislar no sentido de viabilizar uma política "imperial" e nacionalista de comunicação social. O texto é importante porque, apesar de ser uma moção política aprovada num congresso do único partido permitido pelo regime salazarista, nacionalista e imperialista,

toca em características problemáticas do jornalismo português da época, alegadamente colonizado informativa e opinativamente pelas agências noticiosas estrangeiras. A sugestão da criação de uma agência noticiosa nacional viria, aliás, a concretizar-se pela fundação da Agência Lusitânia pelo próprio jornalista Luís Lupi, primeiro, e pela fundação da Agência de Notícias e Informações - ANI, depois.

> 1.ª – Que a Imprensa e a Rádio são veículos da maior importância para a formação da opinião pública em todos os acontecimentos nacionais e mundiais. 2.ª – Que depender da informação das agências noticiosas estrangeiras corresponde a entregar a preparação da opinião pública a estrangeiros. 3.ª – Que não há política imperial sem unidade e facilidades de comunicações noticiosas. 4.ª – Que Portugal possui, pelos seus serviços de radiodifusão e de radiocomunicações, os meios para estabelecer este serviço imperial de noticiário. 5.ª – Que a imprensa portuguesa dispõe dos meios necessários para realizar este acto de independência nacional. 6.ª – Que não pode haver países de opinião independente se não possuírem uma Imprensa independente e livre de influências orientadas pelo estrangeiro. 7.ª – Que a imprensa portuguesa, paga e lida por portugueses, é, actualmente, em quase cinquenta por cento, redigida por telegramas e noticiário estrangeira e orientados por interesses estrangeiros.
>
> E assim: – O II Congresso da União Nacional aprova recomendar ao governo da nação e à imprensa portuguesa, a cuja dignidade e probidade presta justa e rendida homenagem: a) a criação de uma agência cooperativa noticiosa, constituída por todos os jornais portugueses, da metrópole, ilhas e ultramar, sem fins lucrativos e, somente, com o fim de obter informações exactas e livres de influências estranhas, para justa e completa informação da opinião pública portuguesa. b) A utilização desses serviços noticiosos em comparticipação de despesas pelas estações de radiodifusão portuguesas. c) A concessão de facilidades e de tarifas especiais em transmissões e recepções por parte dos serviços do estado e das companhias concessionárias dos serviços de comunicações, cabos e rádios, em todo o Império Português. d) Que isso se faça sem prejuízo da liberdade de imprensa e de opinião, deixando aos jornais a faculdade de utilizarem, também, querendo, serviços especiais de agências estrangeiras, devidamente assinados, a fim de o público atribuir o devido valor do noticiário, conforme a origem e a nacionalidade da agência que subscrever as notícias.

Em jeito de balanço, das palavras dos redactores do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* infere-se, desde logo, a existência de fracturas ideológicas entre os jornalistas portugueses de quarenta. Os jornalistas não constituíam um monólito ideológico e havia quem, entre eles, compreendesse e aceitasse as políticas do Estado Novo, mesmo no que respeita ao refreamento da liberdade de imprensa e à censura.

Também se percebe que os jornalistas portugueses estavam conscientes e preocupados quanto à situação de dependência do país em relação às agências noticiosas internacionais – compreendendo-se, assim, a proposta de Luís Lúpi relativa à instituição de uma agência noticiosa nacional, que ele próprio teria ocasião de levar avante.

4.6 A história do jornalismo nas páginas do *Boletim* do SNJ?

De onde provém o jornalismo? Qual a origem da profissão? Das respostas a questões como estas depende muito do imaginário profissional e dos seus valores. Ancorar historicamente o jornalismo seria, aliás, uma forma de lhe conferir dignidade, pois permitir-lhe-ia exibir *pergaminhos históricos*. Para Joaquim Manso (1941, p. 63), então director do *Diário de Lisboa*, as origens do jornalismo estão na propensão humana, histórica, para as novidades:

> A guerra de Tróia tem uma existência histórica assaz enfumada. Apesar disso, vive há pelo menos três mil anos (…). A quem se deve tal prodígio? À palavra humana que se faz canto, discurso, história, lenda, diálogo e narração animada. O tédio sufocaria a humanidade, se não fosse a notícia (…). Noutras épocas, o púlpito enchia os corações. No verbo do pregador respirava a humanidade.
>
> As tribunas multiplicaram-se quando a prédica se desluziu, avolumando-se o cuidado das questões terrenas. Deus subiu para o mais alto, o homem desceu. (…) A teologia responde à alma, o jornalismo ao corpo. No tempo de Ezequiel, Deus falava pela voz do profeta. (…) Eram os profetas de Israel verdadeiros jornalistas, conforme Renan sustenta? Mensageiros da Eternidade, intemporais por isso mesmo.

A exemplo de Joaquim Manso, também Raul Esteves dos Santos (1945, p. 237-238) sustenta uma origem "cultural" do jornalismo, identificando-o com a história oral que, de geração em geração, permitiu às primeiras gerações humanas darem sentido ao mundo:

> O homem, ao iniciar a sua marcha no caminho da civilização, deve ter sentido a necessidade de divulgar às gerações que lhe sucederam o relato dos factos mais salientes de que foi protagonista ou espectador, toda a história dos combates que sustentou e em que saiu triunfante ou sofreu a triste sorte dos vencidos nas trágicas agruras do cativeiro. (…) Era este um dos modos de escrever a história e outras provas que se lhe seguiram e praticaram muito. (…) Assim, a divulgação de notícias, lendas e tradições (…) durante os primeiros séculos antes do aparecimento da escrita, pode ser considerada como que o primitivo jornalismo (…). E essas narrações (…) foram no seu início a recolha do relato dos grandes acontecimentos, que se transmitiam de pais para filhos (…). Dentro deste pensamento não nos parece ousadia poder afirmar-se que o jornalismo é tão velho como o mundo e que (…) o Antigo Testamento aparece nos nossos olhos como um intenso jornal.

As próprias pinturas rupestres, na versão de Raul Esteves dos Santos (1945, p. 238), seriam uma espécie de reportagens gráficas com valor historiográfico:

> Não há exagero em dizer que os homens desenhavam para escrever. As cenas de caçadas, os episódios das lutas, eram, pelo seu carácter emocional, as preferidas nesses desenhos gravados na pedra, em que as figuras do caçador, dos animais e dos guerreiros surgem, por vezes, em traços demonstrativos de uma curiosa observação. Esses vestígios, esses sinais, são a demonstração de que a primeira ambição do homem, após o seu aparecimento à face do globo, foi falar de si próprio, perpetuando, por todas as formas a sua passagem pela Terra. (…) As próprias paredes das pirâmides serviam como de páginas aos egípcios para registar os grandes sucessos da sua história, as façanhas dos guerreiros e o epitáfio sentido de alguns dos seus reis.

De qualquer modo, para Raul Esteves dos Santos (1945, p. 243-245) as *Actas Diurnas* romanas foram o dispositivo do passado cujo

funcionamento mais se aproximaria dos actuais jornais:

> A publicação do *Acta diurna* (…) posto que não (…) sem interrupção, representa um papel importante, quer no tempo da República, quer no do Império. A sua influência, que bem poderia chamar-se a acção da primeira imprensa regular que se conhece, encontra-se ligada aos acontecimentos de maior relevo que ocorreram em Roma durante a vigência dos dois sistemas políticos que a dominaram. (…) Por esse tempo os interesses ilegítimos faziam já sentir a sua influência. Como hoje os negociantes sem escrúpulos, que proviam a cidade, conseguiam fazer inserir nas suas páginas notícias tendenciosas, com o fito de alcançar lucros indevidos. (…) Tácito (…) diz: estes *diarium* eram levados às províncias e aos exércitos, onde se aguardavam, com impaciência, novas da capital (…). As *Actas* tiveram os seus redactores. O jornalista (*diurnarius*) não era (…) um personagem medíocre. Os privilégios de que gozava estão explicitamente consignados no Código Teodesiano. A sua função constituía uma verdadeira profissão, cuja utilidade se reconhecia. Para rebuscar informes, ao que hoje se chama fazer reportagem, havia uma classe de esquadrinhadores, que indagavam tudo quanto na cidade se passava, fornecendo assim a matéria-prima para a redacção do *Acta diurna*. A estes antepassados dos nossos modernos repórteres dava-se o nome de *actuarii*. (…) Cícero dá-nos a entender que, provavelmente, existiam outros jornais além do *Acta*, quando escrevendo ao seu amigo Célio, diz: "vós zombais de mim por vos enviar as notícias que tenho já da colecção de Chrestus". Esta personagem, Chrestus, que é o mais antigo jornalista, cujo nome chegou até nós, era um grego hábil, que manejava com mestria incomparável a arte do reclame e do elogio. Ele era especializado nas notícias sensacionais, sendo-lhe atribuída por certos autores a invenção do *canard* (notícia falsa e inverosímil dada como verdadeira, com intenção mistificadora).

O mesmo autor realça, por outro lado, o valor historiográfico dos jornais, que estariam para os historiadores futuros como os documentos do passado estão para os historiadores contemporâneos:

> A vasta série de informes de carácter histórico, que os documentos do passado, escritos em pedra, tijolo, mármore ou bronze, fornecem aos arqueólogos de hoje, são, sob certos aspectos, exactamente iguais aos

> que aos investigadores do futuro fornecerão as actuais colecções de jornais, partindo-se do princípio de que elas não hajam desaparecido até lá. (SANTOS, 1945, p. 239)

Em Portugal, o jornalismo, tal como é contemporaneamente concebido, remonta, conforme é acentuado no *Boletim*, ao século XVII. O jornalismo teria, assim, também *pergaminhos históricos* no país – e os redactores do *Boletim* do SNJ, com justificado orgulho, não cessam de o realçar:

> Alfredo da Cunha (…) distinguiu as primeiras *Relações* noticiosas sem periodicidade assente, (…) dos jornais propriamente ditos. O privilégio de publicação foi concedido em Novembro de 1641 a Manuel de Gallegos para (…) a *Gazeta* (…), que durou até 1647. (…) Apareceu mais tarde, de 1663 a 1667, o *Mercúrio Português* com as novas da guerra entre Portugal e Castela, da autoria do ilustre polígrafo e diplomata António de Sousa de Macedo (…). Como sucede às origens em geral, ficaram envolvidas em nuvens de controvérsia acrimoniosa as da imprensa periódica, e assim (…) Alfredo da Cunha formula a seguinte conclusão das suas laboriosas investigações: "O que se apura de tudo isto é que, depois de ponderadas as opiniões dos investigadores, ao leitor curioso cabe o direito de continuar a repetir a pergunta – quem foi o primeiro redactor da primeira gazeta portuguesa, o primeiro diarista, como se dizia dantes, ou o primeiro jornalista, como se diz agora?" Não andarei portanto longe da verdade fixando em Novembro de 1641 a aparição regular do primeiro periódico *Gazeta* (…). (SOUSA, 1945, p. 264-265)

Augusto de Castro (1941, p. 55-58) alia as considerações de ordem histórica à reflexão sobre os efeitos sociais e culturais do jornalismo. A sua perspectiva da crescente influência do jornalismo no mundo e em Portugal ao longo dos tempos é positiva. Para o autor, o jornalismo sintonizaria o homem com o mundo e com os outros homens. Seria, igualmente, uma âncora da solidariedade humana:

> Não se pode, evidentemente, comparar a influência moral e a difusão das pequenas folhas volantes, semi-clandestinas, de há três séculos e a prodigiosa repercussão universal do jornal moderno. Não há talvez, entre

as instituições forjadas pelo génio do homem, evolução mais lenta do que a do jornal. A sua história é a história da libertação do espírito humano.
Pode dizer-se que foi desses reduzidos e amarelecidos pedaços soltos de papel, toscamente impressos, de que nos resta pálida imagem, que saíram as maiores forças morais do mundo e, sob esse ponto de vista, a própria génese da Idade Moderna.
Foi do jornal que nasceu esse poder fluídico, flutuante, singular e inexprimível que se chama – a opinião pública. Foi o jornal o criador de um sentimento, nas suas reacções sociais, desconhecido da Antiguidade e mesmo da Idade Média – a consciência de uma solidariedade humana. Essa solidariedade existiu, é certo, no homem Antigo, mas numa forma exclusivamente religiosa. Foi a descoberta da imprensa, primeiro, o jornal, depois, que a tornaram política e activa – do homem para com o homem.
Desenvolvendo até ao extremo – dispersando sob um aspecto, organizando sob outro – o instinto natural da curiosidade, o jornal foi sem dúvida o maior agente, o maior propulsor do espírito inventivo. Suprimam o jornal do mundo: a história humana (não é ousado afirmá-lo) teria sido outra e a própria civilização moderna ficaria despojada de tudo o que constitui a sua expressão dinâmica, a sua comunicabilidade, o seu rimo. O clima do mundo seria diverso – a tal ponto que pode definir-se o homem moderno: o homem que lê o jornal. É o jornal que cria a sensação de "vida exterior" – indispensável a todo o sentimento de vida interior do nosso tempo.
De todas as criações do jornal, o jornalismo, que é a profissão e o culto do jornal, foi a última. O jornal europeu pode ter, mais ou menos, três séculos. O jornal português pode tirar nessa data (…) a sua respeitável certidão de idade. A verdade é que, filho do jornal, o jornalismo, como vício e virtude, é nosso contemporâneo. E nenhuma influência dá mais e melhor a definição e o símbolo da época em que vivemos do que a criação psíquica e social que esta ideia e esta palavra exprimem. (…) Todas as grandes maravilhas da civilização e do Espírito modernos encontraram o seu sentido, a expansão que as consagrou ou a sua plena significação no poder e acção do jornalismo e do clima social que ele criou. O jornal é o ar espiritual que o homem civilizado de hoje, sem dar por isso, respira. Mesmo que não leia jornais, ele vive no seu influxo, recebe o seu ambiente, move-se na sua esfera. O jornalismo é a forma mais viva, mais trepidante e mais universal do espírito moderno. Formou uma nova forma de pensar – e essa é a sua grande conquista, a maior de todas.

O mesmo sentido positivo sobre a evolução do jornalismo – neste caso, em Portugal – emerge da prosa de Norberto de Araújo (1941, p. 122-124):

> O jornalismo cresceu. Foi político e revolucionário, sectário e violento, partidário e também oficioso – mas foi belo em tantas manifestações, das quais foram padrão o *Espectro* (1846 e 47) e a *Revolução de Setembro*, de Rodrigues Sampaio, que durou 51 anos, de Junho de 1840 a Março de 1892.
>
> O jornalismo diário ou o periodismo jornalístico das ideias teve na segunda metade do século passado [século XIX] períodos de intensa beleza, com chispa de génio e imperfeições naturais da humana condição, não isento, pois, de pecados, mas opulento de virtudes, rico de carácter, estimulante e nobre. Acusado tantas vezes de dissolvente no seu todo, só porque em certos períodos a paixão se sobrepôs à reflexão – ele deixou um sulco de brilho, que perdurou nas primeiras décadas do século que corre, e ainda reluz sem o vigor antigo, mas sóbrio e forte.
>
> O jornalismo noticioso, directo ao público, aquele se esquiva à luta dos partidos não fugindo à exposição das ideias, mas tendo o "facto", o "acontecimento", a "notícia" por fulcro, e do qual os nossos grandes jornais de hoje, favorecidos pelo progresso mecânico e pelo desenvolvimento do ambiente, são os continuadores – começou em 1826, timidamente, com o *Periódico dos Pobres*, a 10 réis, que durou até 1847, já a vintém. O *Dez Réis*, depois *Jornal de Utilidade Pública*, foi de 1841 a 1846. Houve mesmo um jornal que se intitulava *O Cinco Réis* (alguns meses apenas de 1843) – destinados às magras bolsas do povo. Reconhecia-se a necessidade do órgão popular, noticioso e crítico, do qual, em 29 de Dezembro de 1864, o *Diário de Notícias* foi a coluna definitiva, logo seguido pelo *Século* (1881), embora este fosse de nascimento político-ideológico, e pelos diários do Porto.
>
> O jornal diário – era uma necessidade da vida social; o "pão de cada dia" não podia ficar circunscrito às mesas do lar. Quando apareceu o primeiro quotidiano, *Diário Lisbonense*, em Maio de 1809 (durou até Maio de 1813), Lisboa teve a sua alimentação diária da notícia. (…) Em rigor – as "relações" e as primeiras "gazetas" previram a notícia, adivinharam que ela é que é o jornalismo vibrante, directo e real. A exposição das ideias – não é outra coisa senão notícia das razões de que cada homem é portador. A divulgação das iniciativas e a propaganda dos

> meios de atingir um progresso social – não são mais do que notícia das necessidades de um povo.
> No século XIX – dissemos – o jornalismo cresceu. E teve uma extraordinária retumbância e alcance nas publicações periódicas literárias, principalmente na *Revista Universal*, de Castilho, e no *Panorama*, de Herculano. A influência destas publicações (e o jornalismo grande, diário, deu por sua vez, sobretudo em Lisboa e no Porto, um grande impulso às letras, artes e ciências); a influência daquelas publicações foi enorme na sociedade portuguesa e na cultura em geral.
> (…)
> A *Gazeta* de 1641 – foi uma precursora tímida, incerta, oportunista; o século XVII não chegou a acertar o passo. O século XVIII começou a abrir clareiras, a despeito da vigilância sobre a Gazeta setecentista, de formação oficiosa. O século XIX – correu a grande cortina. Desde o episódico *Cinco Réis* ao *Diário Notícias* (para citar apenas um jornal representativo) – a nação palpitou no acontecimento e no anúncio, na polémica e na crítica, na notícia e na crónica, na reflexão e na irreflexão, pelo pensamento e pela forma, tanta vez pelo sacrifício e pela virtude.

Do mesmo ponto de vista, Luís Teixeira (1941, p. 181-183) relembra que entre a forma de escrever notícias do passado e as da década de 1940 se nota uma evolução meritória, devido à aparição da reportagem, acompanhada da inevitável emergência do repórter profissional:

> Alexandre Herculano escreveu, certo dia, no *Panorama*, o elogio das *Gazetas* antigas que tinham por objecto principal dar notícias da guerra com Castela e continham, além disso, as novidades ocorridas nos países estrangeiros, as novas publicações literárias de vulto, os óbitos das pessoas notáveis e variedades curiosas.
> Em comentário acrescentou: "Tudo nelas era narrado com tal concisão e simplicidade que seria de imitar pelos periodistas modernos".
> Eis um ponto de vista impossível de aceitar nos nossos dias. Em 1755, no trágico dia um do mês de Novembro, a um sábado, produziu-se em Lisboa um dos mais espantosos acontecimentos de todos os tempos – o terramoto. Em toda a Europa se publicaram "folhas volantes" com o registo apressado do sucedido. Voltaire, Zimmermann, e muitos outros escreveram poemas, ensaios e tragédias sobre o sismo. Apareceram medalhas alusivas, surgiram romances por toda a parte e em Portugal

> também foi notável, pelos anos fora, o número de publicações de vário género inspiradas no horrível pesadelo. Caso vasto e apaixonante para o repórter – como se ocupa dele a Imprensa da época? A *Gazeta* do dia 6, publicada a menos de uma semana da catástrofe, limitou-se a esta nota de impressão: "O dia primeiro do corrente ficará memorável a todos os séculos, pelos terramotos e incêndios que arruinaram uma grande parte desta cidade; mas tem havido a felicidade de se acharem nas ruínas os cofres da fazenda real e da maior parte dos particulares." E pronto…
> Não se suponha, no entanto, que a insuficiência impressionante de informação era característica exclusiva da Imprensa portuguesa.
> Setenta anos depois, em França, sucedia coisa semelhante.
> Napoleão fugira da Ilha de Elba e a 20 de Março, naquele ano de 1815, entrava em Paris, entre as aclamações delirantes da multidão.
> Há um arrepio no congresso de Viena, onde ainda se não calcula a queda da águia, cem dias depois, em Waterloo. O acontecimento apaixona o mundo perturbado de incertezas e de intranquilidade. No entanto, em Paris, o Moniteur, recorda Bainville, limita a sua notícia a estas duas linhas pobres e medíocres de esclarecimento e de objectividade: "O Rei e os Príncipes partiram esta noite. S. M. o Imperador chegou esta tarde". E nada mais…
> A Imprensa esperou ainda muitos anos que Stanley descrevesse no New-York Herald as suas palpitantes e aventurosas peripécias de "enviado especial".
> A reportagem (…) só apareceu, efectivamente, mais tarde. À "concisão e à simplicidade" antigas e aconselhadas por Herculano, juntou-se o "gosto do sensacional" (…). Surgiram então os trabalhadores profissionais do noticiário, da pequena e da grande reportagem (…).

Nem sempre, porém, a história do jornalismo é vista como um processo que necessariamente desembocou em algo superior e melhor ao que existia anteriormente. Vitorino Nemésio (1945a, p. 157-159), por exemplo, é um dos que seguramente não estava certo de que o jornalismo de quarenta do século passado fosse superior ao jornalismo pré-industrial, que teria sido capaz de orientar a opinião no país e cativar os grandes nomes das letras portuguesas:

> As vantagens da imprensa pessoal consistiam principalmente na orientação pública. A cada sector da população – um leme, uma agulha,

um timoneiro. Assim, o estado da opinião numa certa circunstância ou momento era dado pelo exame de todos os periódicos – e sabe-se como esse "tour d'horizon" ainda hoje alimenta um dos processos técnicos do jornalismo industrial: "a revista da imprensa". Grandes jornalistas como António Rodrigues Sampaio (*A Revolução de Setembro*), Teixeira de Vasconcelos (*Gazeta de Portugal*), António Enes (*O Dia*), Emídio Navarro (*Novidades*) puderam assim lançar grandes jornais radicados no público, que, paralelamente aos fins partidários, faziam escola de civismo, criando o amor do "fórum", guiando e adestrando a opinião e o julgamento em face do filme da vida e levando às camadas médias de leitores os produtos requintados da literatura, da arte, do pensamento.

O teatro por exemplo, foi modernizado e difundido em Portugal pelos jornais de 1850 a 1900, que avaliavam as peças, discutiam as interpretações e faziam do actor e da actriz os ídolos do dia. Um dos maiores jornalistas portugueses, António Enes, reuniu na sua personalidade o grande comentador e crítico da vida nacional, o administrador colonial que faz ressurgir um império e o dramaturgo. A geração de autores dramáticos que brilhou nos fins do século passado – Marcelino de Mesquita, D. João da Câmara e tantos outros – criou-se nos jornais. D. João da Câmara foi quase um jornalista profissional. A imprensa prolongava e animava a literatura, supria os fracos benesses que a indústria editorial arbitrava aos autores. Grandes escritores, como Eça de Queirós e Oliveira Martins, dirigiam jornais da província e da capital (*O Distrito de Évora*; *O Repórter*), e periódicos havia, como este último, o de Sampaio, a *Gazeta de Portugal* e as *Novidades*, que eram verdadeiros alfobres de reputações literárias. Camilo desentranhou-se em correspondências provincianas; Fialho foi chefe de redacção de *O Repórter*, onde Moniz Barreto assinava a crítica literária. As *Novidades*, com Manuel Gaio, Eugénio de Castro e Henrique de Vasconcelos, desempenharam o papel de arauto lateral do simbolismo e dos ensaístas de 1890.

A tradição de um jornalismo fortemente personalizado, esteio da cultura e seu alto-falante, começou a ser destruída pela crescente industrialização do jornal, considerado acima de tudo como reportório de notícias e de anúncios. Essa função, durante muito tempo exercida por periódicos do tipo do *Jornal do Comércio*, que no próprio título indicava a sua especialização informativa e prática, foi-se alargando, radicando e predominando sobre o carácter literário e doutrinário do jornal. No segundo quartel do século XIX criara-se um tipo de periódico moldado

> no "magazine" inglês, de que o *Panorama*, da iniciativa de Herculano, foi o mais influente e difundido. Aí, as efemérides da vida civil e mundial ocupavam ainda um espaço mínimo. O "magazine" romântico destinava-se sobretudo a fornecer leitura variada, divulgando a história e a ficção, desenvolvendo o gosto da arqueologia e do pitoresco e alimentando a curiosidade com a narração de casos singulares, anedotas, costumes, progressos técnicos.
>
> Foi este ponto de vista médio do consumo periodístico que o diário de anúncios e novidades, suplantado os jornais políticos e cultos do tipo da *Revolução de Setembro*, veio satisfazer. O movimento da política europeia à roda de 1870 e a invenção do telégrafo facilitaram esse novo modelo – o grande quotidiano, pai do "colosso" e do rotativo, de que o *Diário de Notícias* foi entre nós o precursor. Agora já não era o homem público, literato e polemista, como tinham sido Sampaio, Teixeira de Vasconcelos e moderadamente Brito Camacho, o jornalista-nato como Fernando de Sousa e Homem Cristo, que iam ao leme da empresa, ou o publicista ou o escritor mais ou menos desviados do seu gabinete de trabalho que sacrificavam nas aras da Imprensa, como António Enes em *O Dia* e Oliveira Martins em *O Repórter* – mas um antigo tipógrafo, como o Conde de S. Marçal, que se ligava a um homem de iniciativa, Eduardo Coelho, para lançarem em jornal como verdadeira empresa. A experiência bem sucedida incitou à imitação, e tivemos assim um jornal inicialmente publicado com as velhas características de combate e de literatura – *O Século* (Magalhães Lima, 1881), órgão de um partido nascente de oposição e de revolta, o Partido Republicano – consolidado finalmente como diário de grande informação por um puro profissional (Silva Graça).

Os argumentos de Vitorino Nemésio em favor do jornalismo pré-industrial seriam, aliás, expostos noutro texto, também inicialmente publicado no *Diário Popular* (4 de Outubro de 1943) e republicado no n.º5 do *Boletim do SNJ*, sob o pretexto da análise da publicidade. O texto de Nemésio acaba por ser, igualmente, uma crítica ao capitalismo industrial que tinha passado a comandar o sistema jornalístico em detrimento dos grupos de indivíduos que lutavam por causas políticas e publicavam pequenos periódicos.

"A imprensa é o facho do progresso" – diziam os Acácios e Pachecos de 1900 e de mais tarde. O século XX ensinou isto. O XVIII construíra o carro do Progresso; o XIX breou a estopa ao facho… acendeu o fósforo… Claro que tudo isto são imagens. Mas havia uma verdade no fundo da pintura ridícula. O Progresso era uma certa aceleração dos meios civis de conviver: transportes, comunicações sinalizadas, capilaridade social traduzida no emburguesamento e na proletarização. Revestindo tudo isto uma comparticipação mais ou menos real das massas, através de elites de rápida formação e declínio, na determinação e conduta dos destinos humanos pela política, negócios, ditadura do trabalho. Uma realidade instrumental – a Técnica – começava a impor o seu perfil ao estilo de vida dos homens, a ponto de os cegar para a visão da própria substância do viver.

(…)

A Imprensa acelerou-se como todos os sectores da existência, e, ultrapassando a periodicidade de média hebdomadária (a semana era a unidade do trabalho manual, a medida-ciclo dos campos e cidades: - "esta semana não posso…"; ao sábado, dia de esmola e de soalho esfregado…), o jornal, tornado uma espécie de "kodak" da terra e do acontecer (quantas vezes com edição da manhã e da tarde, suplemento às duas horas nos dias de convulsão … segunda tiragem… "à última hora"), foi perdendo aquela magnífica estabilidade com que guiava a opinião. Os acontecimentos, que se deixavam até então classificar e resumir, metidos nos trilhos previstos, fazendo rotação como as culturas, deixando livres os quatro ou três quintos de papel para dissertação e conselhos, agora invadiam todas as páginas. De coisas inscritas e domadas passavam a ser eles os domadores, e como estiletes mecânicos contra o negro de fumo de um rolo eram eles que, registando-se, acusavam os frenesis do polvo de cem tentáculos.

O jornalista viu-se assim, de um dia para o outro, bloqueado na sua banca e hesitante entre um tinteiro quase seco e um enorme frasco de goma. Pela porta aparentemente pacífica do "comunicado" começaram a entrar os mil projécteis da rua. O anúncio, modesto e ocasional ("vende-se macela em tal parte"…), estabilizou-se, saltou o filete do rodapé, exigiu espaço e evidência, acabou por redigir-se e tomar, como o polvo, a cor da pedra de base. Agora era uma fatia de leitura como o artigo ou o "suelto". E chamou-se publicidade.

O primeiro gesto do jornalista deve ter sido o do dono da casa assaltada.

> Mas logo o assalto tornou-se regra de vida; e, como o anfitrião que, morando em lugar de festanças, se farta de receber e converte a sua casa particular e hospitaleira em hospedaria aberta, o jornalista deixou, por assim dizer, que o leitor dispusesse em sua casa.
> Ao período anárquico seguiu-se então uma tentativa de exploração sensata da nova ordem das coisas. Marcar-se-iam as fronteiras entre o espontâneo e o encomendado, a doutrina da redacção e o logradouro público. Mas, como o grupo dos melancólicos fornecedores de prosa periódica, abancados em volta de um utopista ou de um tribuno, não se entendiam já com o muito movimento da escada, com os montões de anúncios, com as altas pressões, foi preciso chamar alguém que soubesse de partidas dobradas. E então surgiu a empresa.
> De alavanca do progresso, a imprensa passou a escritório de comissões do mesmo ente. Foi o seu entreposto: um barracão iluminado à entrada da barreira e tão ruidosos como uma fábrica.
> É claro que esta conversão de um órgão activo e responsável da vida civil numa espécie de gráfico das colisões sociais e da concorrência não podia fazer-se inteiramente sem perigo da própria Imprensa. O público, consumidor do periódico, desdobrava-se, nesta operação, em beneficiário e em vítima. E se beneficiava duplamente, porque era dele que saíam os interesses publicitados, e a ele revertiam, quando dele mesmo não fossem, sob a forma de acessos fáceis à oferta e procura assoalhadas, perdia em cheio a relativa segurança da informação jornalística, agora abalada pela inconveniente contiguidade de uma doutrina livre e de um noticiário objectivo com o tímido esboço de verdades peculiares e inculcações lucrativas. Onde acaba a dissertação normativa do jornal sobre a vida social e política, para começar o eufemismo sobre o que corre mal, ou a palavra mágica que doura e empurra o produto?
> Não era fácil por termo a semelhante perplexidade, mas a limpeza de horizontes impunha-se à própria imprensa industrial, como a todo o produtor de boa mercadoria. Entretanto fizera-se uma conquista inesperada, e desta vez positiva para o rendimento social e técnico da Imprensa. Nem tudo eram flores de laranjeira no noivado do jornal de tipo antigo com o seu leitor assíduo. A unidade de doutrina e de comando redactorial tinha um preço: a tendenciosidade, o unilateral. O jornal vivia de um grupo político ou religioso, de um cartel filantrópico ou literário. Cada acontecimento tomava nas suas colunas a cor que a redacção procurava fazendo girar o seu prismazinho.

> A vantagem do passo da imprensa privada à industrial foi, à primeira vista, dar num só feixe a refracção da luz eventual de cada dia. Mas a concentração da matéria fazia-se segundo uma afluência desordenada ao postigo da redacção e conforme os recursos de propaganda de quem tinha um menino nascido ou um partido fundado. Tornada uma pista de corridas de reputação e de vantagens, a Imprensa enfrentou o problema da regulamentação do campo e o da técnica de concursos. Passou ela própria a dirigir a grande exibição; reclamou a publicidade; amplificou o pregão matutino. Os proventos da exploração permitiram-lhe melhorar a rede de recolha dos factos e especializar o seu pessoal na selecção das novidades. O jornalista fora até então o que se chamava "escritor público", o publicista: isto é, uma pessoa que submetia questões de interesse geral a um tratamento escrito e periodicamente divulgado. Valia-se, para isso, da sua experiência especial das coisas, da sua tendência teórica e de um vivo apetite de comunicação. Na raiz do velho como do novo jornalista está uma natureza instável, cortical e curiosa – um andarilho, receptor. Foram estas qualidades que a Imprensa moderna explorou e desenvolveu. Aconteceu porém que o enciclopedismo mais ou menos seguro que acompanhava essa volubilidade fundamental na vocação do jornalista foi desaparecendo à medida que a área de solicitações aumentava e que as qualidades de prontidão, rapidez de estímulos, brilho, se impunham como meios de tornar o jornal leve e fácil, em sacrifício da solidez da matéria e da especialidade de tratamento.
>
> O esforço da grande imprensa exerceu-se então principalmente no sentido de atenuar esse desequilíbrio. E o jornalismo profissional encartou-se em duas categorias principais: o pequeno repórter, simples colector de notícias, fotógrafo "à la minute" dos acontecimentos – e o jornalista de firma, também operador de instantâneos, mais clarividente, impressivo e culto, bom espectador. Para aspectos especiais dos diversos ramos da vida recorreu a Imprensa ao colaborador. A síntese dos tempos, os juízos gerais, ficavam a cargo do director de jornal ou do articulista integrado nas suas directrizes. E, zumbindo ao lado de uma verdadeira oficina de operários de goma e do "sucesso", giraram as primeiras rotativas. A duas colunas – o desastre aparatoso ou o ministério caído. Com filete encarnado: "Última Hora". (NEMÉSIO, 1945b, p. 159-163)

Leitão de Barros (1941, p. 151-155) é o único que, no *Boletim*, relembra a importância que em Portugal tiveram o "jornalismo" ilustrado

e os seus protagonistas, apesar da dificuldade de alguns dos projectos dessa índole se imporem. No entanto, o autor tem uma concepção muito ampla do que seria o jornalismo ilustrado, em alguns casos talvez melhor classificado simplesmente como "periodismo ilustrado". O seu texto é, essencialmente, uma evocação – por vezes memorialista – de grandes nomes da ilustração informativa e da caricatura opinativa e, neste sentido, jornalística, bem como do fotojornalismo, que actuaram em periódicos:

> Está por fazer a história do jornalismo português em muitos dos seus aspectos. E o "jornalismo gráfico", o jornalismo dos "bonecos", é talvez um deles. (…) A mais alta expressão dos nossos jornais ilustrados está, para mim, nalgumas páginas de Rafael Bordalo Pinheiro. (…) As páginas sangrentas dos *Pontos nos II* e do *António Maria* eram esperadas em Lisboa como uma guloseima apetitosa da cidade. O Chiado parava para as comprar. O Parlamento cochichava. E a corte, nesses dias, aparecia mais pálida em S. Carlos. O Teatro, a Política, o Mundanismo, resumiam-se, cada semana, no rendilhado dessas iluminuras espontâneas, cheias de um pitoresco exuberante, e onde não havendo rigor de desenho – havia verdadeiro génio de repórter. Há "croquis" de uma sala de "premiére" que dão todo o ambiente de uma época – dos bicos de gás aos "beaux palmiers", às "draperies", aos "mantelets" de chez M.me Fladry, aos "cancans" das "chorus girls" do circo de Price e do Sousa Bastos, às boas parelhas inglesas e às cartolas dos ministros, – de "sapatos de verniz" – como dizia o Eça. A *Paródia*, que substituiu o grande hebdomadário português, com a colaboração de Celso Hermínio, e depois o *Suplemento Humorístico do Século*, onde fez uma longa obra Manuel Gustavo, não atingiram (…) a altura das primeiras páginas, retumbantes de escândalo e de crítica, do *António Maria*. (…) Recordo Leal da Câmara (…) como a nossa mais flagrante encarnação do último jornalista irreverente, quando o lápis livre era, como a pena, uma arma de franco-atirador. Dos desenhadores "sérios" tiveram os jornais portugueses farta colaboração, mesmo sem contar com a passagem fugidia de grandes nomes como Columbano e Soares dos Reis.
>
> E prefiro falar dos desenhadores a falar dos jornais – porque raros foram aqueles jornalistas gráficos que se conservaram muito tempo no mesmo periódico, excepção feita de *O Século*, onde a larga visão de Silva Graça

trazia o seu jornal a par com todas as inovações, e conservava largos anos desenhadores como Roque Gameiro e, depois, fotógrafos, como Benoliel.

Alberto de Sousa e, modernamente, Martins Barata, Stuart Carvalhais e a inimitável Raquel, com Valença – "ancien style" – e Santos Silva (Alonso), Rocha Vieira, Ilberino, Alves e Amarelhe, este na caricatura de teatro – são (…) os mais destacados e pessoais dos desenhadores que trabalham ou trabalharam no (…) jornal (…). Nesse grupo de modernos há certamente vários nomes que ficam. Recordo, entre outros, Bernardo Marques, Botelho, Paulo, os irmãos Rocha – Bernardo e Paulo são já mais ilustradores e pintores do que jornalistas – como o foram e são, António Soares, Barradas e Almada, que foi no entanto o primeiro a dar, ao desenho de pena dos jornais, um original e renovador espírito moderno. Também Raul Lino havia dado já à ilustração, no período hesitante dos primeiros decénios do século, uma orientação moderno, e Cottinelli Telmo concedera ao jornalismo infantil, a divagação de alguns semestres, criando um espírito novo nos periódicos gráficos para crianças, com o seu inolvidável *ABCzinho*.

Parece-me justo evocar nesta "legenda" a figura inconfundível de um dos nossos maiores jornalistas, que trabalhou nas publicações ilustradas, – jornalista em tudo, até na desgraça – Reinaldo Ferreira, criador do *Repórter X*, que foi, depois do *Domingo Ilustrado* e do *ABC*, o mais recente êxito de jornalismo gráfico popular. Reinaldo Ferreira, que eu vi quase descalço em Madrid, que conheci rico em Paris e a quem tive de emprestar umas calças para que pudesse sair de casa em Barcelona (calças que ele quase dobrou ao meio!) era um dos temperamentos mais exuberantes e férteis que passaram pelas redacções de Lisboa. Estou a vê-lo, pequeno, sardento, os olhos verdes e brilhantes – olhos que a doença mudou, no fim da vida – a entrar na redacção da *Capital* com os primeiros linguados onde rabiscava uma notícia sensacional sobre o voo do aviador Sallés, na Amadora – o primeiro avião que o público viu – e a pedir ao Manuel Guimarães um vale de 10 tostões – para irmos os dois às iscas de S. Roque… (…)

Quem pudesse folhear com tempo as colecções dos jornais gráficos e visse os milhares de revistas que não passaram dos primeiros números, sentiria quanto foi sempre difícil fazer vingar em Portugal uma publicação ilustrada. Quantos sonhos, quantos programas rotundos e generosos, quantas directrizes estabelecidas com grave seriedade e logo alteradas

pela pelintrice da Administração, quantas arremetidas não faliram às primeiras sobras amarrotadas e às primeiras devoluções dos recibos de cobrança! Lembra-me agora a tentativa de uma dessas revistas que eu próprio fiz, e que se chamava, sibilinamente, *Sphinx*. Do corpo director fazia parte o actual ministro das Colónias, e dela era director artístico Cottinelli Telmo, o arquitecto de Belém. Era uma autêntica baboseira, graças a Deus, e morreu ao 2.º número.

No entanto, sem a revista gráfica, os documentos da história ficam incompletos. O *Panorama*, a *Revista Universal*, o *Arquivo Pitoresco*, o *Ocidente* e depois a *Ilustração Portuguesa*, o *Xuão*, o próprio e picaresco *Pimpão*, os *Ridículos*, veteranos das publicações do género, o *Sempre-Fixe*, são História – como História será mais tarde, o *Domingo Ilustrado*, o *Notícias Ilustrado* de ontem e o *Século Ilustrado* de hoje, jornais estes que trouxeram para Portugal entre sorrisos incrédulos e pela nossa mão, os modernos processos da gravura em cobre. E, por vezes, a revista ilustrada, história literária é. (…) Nos próprios jornais desportivos, nos jornais femininos, nos jornais infantis – a História fica mais e melhor documentada do que nos arquivos espectaculares. E são os repórteres fotográficos os grandes historiadores modernos da imagem. A lentidão com que o *Ocidente* ou o *Arquivo Pitoresco* anunciavam a linda vista do nosso prestimoso e hábil colaborador Sr. Silva, por ele desenhada com os primores do seu lápis e gravada pelo nosso insigne amigo Sr. Pastor, foi substituída pela fórmula sintética cliché Ferreira da Cunha. E hoje o jornalismo português tem um grupo de rapazes que fazem fotografias para as gazetas, e cujos trabalhos não são inferiores aos dos seus colegas estrangeiros. No Porto, Tavares da Fonseca e Mesquita são, entre outros, bons "kodaks", e em Lisboa, Salgado, Vaissier, Marques da Costa, Armando Silva, os irmãos Novais, serra Ribeiro, o Benoliel, filho, o Franco (…) formam o quadro dos jornais na pesca quotidiana do "boneco". Talvez sem darem por isso eles registam uma História que escapa à mais fina malha de qualquer Censura, ou à eloquência de qualquer política. E tanto o jornalismo gráfico é um elemento essencial que o próprio Estado procura fixar e manter. O Secretariado da Propaganda Nacional edita presentemente uma revista, *Panorama*, por sinal primorosa de arranjo gráfico, que ficará como o documento oficial da imagem de hoje, Mais ainda do que o jornalismo diário – a revista ilustrada é a projecção do seu país de origem. Estrangeiro observador que não conheça o português e que mal aflore a uma "gare" nacional – basta-lhe a mancha, os assuntos,

> o gosto, a cor das capas das nossas revistas, para aquilatar(…) de muitas coisas boas e más acerca do nosso país…

De todos os textos publicados no *Boletim* do SNJ sobre a história do jornalismo, os mais relevantes e abrangentes são, contudo, os de Alfredo da Cunha (1941a; 1941b), antigo director do *Diário de Notícias* e figura central na historiografia portuguesa do jornalismo do final do século XIX e princípios do século XX[39]. Foi ele, nomeadamente, o primeiro autor a tentar determinar uma data – Novembro de 1641 – para o começo do jornalismo em Portugal, ao distinguir as *Relações* ocasionais de Manuel Severim de Faria (que por serem ocasionais não poderiam, segundo ele, ser consideradas um jornal) da *Gazeta* "da Restauração", primeiro periódico português (CUNHA, 1941b). Foi também ele o primeiro autor a evocar a história das organizações jornalísticas portuguesas (CUNHA, 1941a) e a dar conta das fricções e fracturas ideológicas entre os jornalistas de Portugal. Os seus textos ocupam, ambos, dezenas de páginas, não tendo aqui cabimento recuperá-los na íntegra, mas é importante escutar a voz dessa figura incontornável do jornalismo e da historiografia nacionais do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, que condena o regime de censura prévia imposto pelo Estado Novo:

> Está ainda por fazer, ou, ao menos, por publicar, se é que já outrem a escreveu, a história do jornalismo português. (…) Tentei eu essa tarefa (…) sob o título de *Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa* (…). Compreende (…) o que chamei a *época antiga* do nosso jornalismo, ou sejam os 180 anos decorridos desde o aparecimento da *Gazeta* de Novembro de 1641, até à promulgação da Lei que em 1821 instituiu no país o novo regime legal para a imprensa, preceituando a sua liberdade, e, com esta, a abolição da censura prévia. Assim se procurou transformar o velho regime preventivo, que vinha de alguns séculos, em meramente repressivo, passando a castigar-se o delito cometido, mas não obstando à sua prática pelo antecipado exame do escrito a publicar. (…) Pode reputar-se a época *moderna* do jornalismo nacional a que decorre de 1821 a 1890, ano em que terminou o período de mais ampla tolerância

[39] Alfredo da Cunha nasceu em 1863 e faleceu em 1942. A sua obra maior intitula-se *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa* e foi editada, em 1941, pela Academia das Ciências de Lisboa.

de que até agora ele gozou. (…) Inaugurou a época, a que pode chamar-se *contemporânea*, e começa com o reinado de D. Carlos, a primeira reacção do poder contra a acção (…) da imprensa (…) O certo é que, presentemente, ao mesmo tempo que aos jornalistas se lhes exalta e prestigia a profissão, concedendo-lhes regalias especiais, constituindo-os em sindicato e dando-lhes representação na Câmara Corporativa, à imprensa, por um lado aplica-se-lhe o regime – curiosa antinomia de dois vocábulos homógrafos! – da licença (permissão) como preventivo contra a licença (abuso), e por outro, atribuindo-se-lhe "uma função de carácter público", confia-se-lhe o honroso papel de auxiliar dos governantes no que respeita aos assuntos de interesse nacional. Assim é nobilitada e lhe é reconhecido e préstimo pela Constituição vigente.

Ainda (…) recordarei, pelo seu alto significado, alguns considerandos que precedem o decreto (…) de Janeiro de 1930. Nunca, do meu conhecimento, em diplomas oficiais de tal natureza, se exprimiu tão eloquentemente, em relação à imprensa, "o apreço especial por essa instituição, de sobra justificado (são as próprias palavras do relatório) pelo seu carácter eminentemente social".

Nesses considerandos observava o legislador: – que o trabalho do jornalista se realiza em condições que explicam, e em muitos casos desculpam, certos abusos de seus agentes;

– que tais abusos são na maior parte das vezes produto de juízos precipitados resultantes de opressivas exigências de tempo, mais do que da intenção objectiva de delinquir;

– que no actual regime de publicidade jornalística mal se compreendem abusos de liberdade de imprensa, atingindo serviços públicos ou os seus serventuários, suficientemente defendidos;

– que o carácter singular destes delitos exclui no geral dos casos a má fé do agente, muitas vezes determinado até por intuitos nobres;

– que a acção disciplinar de um Governo equilibrado e forte deve aliar a inteligência à energia, e ter sempre em vista, para não pesar de paixão, o aspecto social dos delitos.

E concluía esta defesa de certos senãos do jornalismo, a qual poderia vitoriosamente opor-se tantos exagerados requisitórios que contra ele formulam, por "esperar que a imprensa defenda com amor e dedicação crescente os superiores interesses nacionais, obedecendo pronta e fielmente ao supremo imperativo patriótico".

Estas palavras de esperança, com que o ministro da Justiça de então

> (…) ministrava justiça à imprensa jornalística do seu país, não a tem esta desiludido ou frustrado. Antes ainda não deixou de dar-lhe confirmação e realidade o exemplar patriotismo da sua atitude.

Da abordagem global da história do jornalismo no *Boletim* do SNJ, e abstraindo das dimensões instrutiva e celebrativa (comemoração do tricentenário da *Gazeta* "da Restauração" em 1941) da mesma, fica, principalmente, o contributo dos autores para o reforço da identidade profissional dos jornalistas e da venerabilidade histórica da profissão. Ou seja, para a *dignificação do jornalismo* enquanto importante actividade de comunicação em sociedade ao longo da história.

Considerações finais

Lendo-se o *Boletim* da primeira metade da década de quarenta do Sindicato Nacional dos Jornalistas, percebe-se que três grandes assuntos preocupavam o SNJ nesse tempo: a carteira profissional (que restringiria o título de jornalista aos profissionais da imprensa diária); o contrato colectivo de trabalho, velha reivindicação da classe, desgastada por ritmos intensos e frequentemente nocturnos de laboração (lendo-se os projectos do SNJ, disponibilizados no *Boletim*, sabe-se, por exemplo, que a aposentadoria dos jornalistas somente era conquistada aos 70 anos e que os jornalistas ganhavam pouco e eram enormemente desprotegidos na doença, na velhice e no desemprego); e o curso de formação jornalística (importante para afirmar o jornalismo como *arte liberal* que reúne um corpo de conhecimentos e competências específicas passíveis de serem ensinadas e aprendidas). Também o tricentenário do primeiro periódico português, a *Gazeta* "da Restauração", é evocado no *Boletim*. Relembrar a história do jornalismo é importante para auto-afirmação dos profissionais e, portanto, para o seu imaginário profissional. Assim, como primeira consideração final, pode afirmar-se que, por muito problemática que tenha sido a sua constituição e por muito contestável que possa ter sido a sua actuação, deve dizer-se que, apesar de agir dentro do contexto de um regime ditatorial e totalitário, o Sindicato Nacional

dos Jornalistas teve, no início dos anos quarenta, uma importante acção para a dignificação da profissão e para a definição conceptual da sua natureza e de quem poderia ser efectivamente considerado jornalista. O SNJ procurou, sobretudo, traçar uma fronteira – talvez algo elitista – entre os profissionais, a quem eram outorgados os deveres e os direitos fixados pela lei e pelos acordos corporativos, e os amadores, que por escreverem em jornais se consideravam a si mesmos jornalistas. Tendo o *Boletim* do SNJ em consideração, é correcto afirmar, aliás, que as energias dos jornalistas profissionais portugueses através do SNJ foram mais canalizadas, nos alvores da década de quarenta do século passado, para a melhoria do seu estatuto profissional, e em especial da sua condição sócio-económica, do que para o combate em prol da recuperação das liberdades cívicas, nomeadamente da liberdade de imprensa.

É possível também concluir, em segundo lugar, que o discurso adoptado pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas no *Boletim* é predominantemente informativo e moderado, com pretensão de esclarecimento da suas acções e não de incitamento à luta sindical ou ao combate contra as empresas jornalísticas. Um discurso, portanto, bem enquadrado na ideologia do Estado Novo – que permitia a discussão dos princípios – e nos próprios estatutos sindicais, que rejeitavam, nomeadamente a "luta de classes".

No que respeita à contribuição dos jornalistas portugueses da primeira metade da década de quarenta do século passado para a construção do Pensamento Jornalístico Português, pode dizer-se que eles se preocuparam em dar respostas a questões relevantes para a conceptualização da profissão: Quem somos? O que é e o que faz um jornalista? O jornalismo é "verdadeiramente" uma profissão? Que tipo de profissão? Será o jornalismo uma profissão liberal? Quem "verdadeiramente" é jornalista? De onde vimos? De onde surgiu o jornalismo e como é que a história o conduziu aos dias de hoje? Precisamos de formação para sermos jornalistas? Se sim, que tipo de formação deveremos ter? As respostas a essas e outras questões relevantes para o imaginário e para a identidade profissionais nem sempre foram consonantes, mas foram, normalmente, pertinentes. Sobretudo, elas dão uma panorâmica do que pensavam os jornalistas portugueses de meados do século passado sobre

a sua profissão, daquilo em que estavam unidos e daquilo que os desunia. Portanto, como terceira consideração final, é possível aceitar a hipótese colocada na introdução, pois o *Boletim* do SNJ abordou aqueles que, de acordo com Sousa (coord.) *et al.* (2010), são os temas estruturantes do Pensamento Jornalístico Português anterior a 1974: liberdade de imprensa; necessidade ou não de formação específica em jornalismo e da instituição de cursos de jornalismo; conjuntura jornalística e vida profissional; história do jornalismo; e teoria do jornalismo em geral (englobando-se aqui, nomeadamente, as relevantes questões da delimitação das fronteiras do jornalismo profissional e da natureza do jornalismo).

Referências bibliográficas

ABREU, Jorge de. **Boémia jornalística:** Memórias d'um profissional com 30 anos de serviço na "fileira". Lisboa, Livraria Editora Guimarães, 1927.

AMEAL, João, Missão da imprensa, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, p. 81-82.

ANDRINGA, Diana. Jornalismo: Uma profissão em mudança. Comunicação ao VI Congresso Português de Sociologia, 2008. [On-line]. Disponível em: http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/442.pdf. [Consultado em 7 de Fevereiro de 2011].

ANÓNIMO, Escola de jornalismo, **Gazeta Literária**, n.º 2, Outubro de 1952, p. 26.

ANÓNIMO, Meditações sobre um congresso: O congresso da Federation Internationale des Redateurs en Chef. **Gazeta Literária**, n.º 57, Maio de 1957, p. 71-72.

ANÓNIMO, O primeiro boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 1.

ANÓNIMO, O profissionalismo da imprensa e os seus problemas, **Gazeta Literária**, 3ª série, n.º 8, Setembro/Novembro de 1963, p. 2.

ANSELMO, A. *et al*. **António Rodrigues Sampaio:** Homenagem Prestada à Sua Memória pela Imprensa do Porto. Porto, Real Tipografia Lusitana, 1882.

ARANHA, Pedro Venceslau de Brito. **Factos e Homens do Meu Tempo:** Memórias de Um Jornalista. Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1907/1908.

ARANHA, Pedro Venceslau de Brito. **Mendes Leal Júnior:** Memórias Várias Políticas, Literárias e Bibliográficas. Lisboa, Diário de Notícias, 1886.

ARAÚJO, Norberto de, Imprensa e jornalismo, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 5, 1945b, p. 164-165.

ARAÚJO, Norberto de, O sacrifício do jornalista ao jornal e do jornal à imprensa, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 5, 1945a, p. 150-151.

ARAÚJO, Norberto de. Das *Relações* e da *Gazeta* de 1641 ao jornalismo do século XX. **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, p. 122-124.

BAPTISTA, Jacinto. Peregrinação a lugares remotos da memória (própria e alheia) acompanhada de um relance sobre a actualidade jornalística, *in* **Quem é quem no jornalismo português**. Lisboa, Clube de Jornalistas, p. 11-38.

BRAMÃO, Alberto Alen Pereira Sequeira. **Recordações do Jornalismo, da Política, da Literatura e do Mundanismo.** Lisboa, Livraria Central Editora, 1936.

BRAMÃO, Alberto. **O Jornalismo.** Lisboa, Tipografia Rua da Barroca, 1899.

BRASIL, Jaime. Ainda a propósito da história da imprensa operária em Portugal, **Gazeta Literária**, n.º 13/16, Setembro/Dezembro de 1953, p. 220.

CABRAL, António. **As Minhas Memórias de Jornalista.** Lisboa, Gráfica Santelmo, 1949.

CABRERA, Ana. Os jornalistas no Marcelismo: Dinâmicas sociais e reivindicativas. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Do chumbo à era digital.** 13 Leituras do jornalismo em Portugal. Lisboa, Livros Horizonte, 2010, pp. 71-84.

CARVALHO, Alberto Martins. **Joaquim Martins de Carvalho:** Apontamentos biográficos. Coimbra, Imprensa Académica, 1924.

CASTILHO, Marcio. Censura e imprensa: o "déficit" de autonomia interpretativa do jornalista (1964-1978). **Interin**, n.º 10, 2011, p. 99-111.

CASTRO, Augusto de, Jornal e jornalismo, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, p. 55-58.

CASTRO, Augusto de, O jornal é a base de todo o convívio humano, **Boletim do Sindicato Nacional dos** Jornalistas, n.º 3, Junho, Julho e Agosto de 1941, p. 27-29.

CORREIA, Fernando e BAPTISTA, Carla. Anos 60: Um período de viragem no jornalismo português. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Do chumbo à era digital.** 13 Leituras do jornalismo em Portugal. Lisboa, Livros Horizonte, 2010, pp. 53-70.

CORREIA, Fernando e BAPTISTA, Carla. **Jornalistas:** Do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968). Lisboa, Caminho, 2007.

COSTA CARVALHO. Jornalista, homem de carne e osso. *In:* VIALE MOUTINHO, J. (Org.) **Imprensa, Informar ou Deformar?** Porto, A. Ferreira, 1971.

COUTO, Ribeiro, Rapazes de jornal, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º2, Junho de 1941, p. 81-84.

CUNHA, Alfredo da. **Eduardo Coelho.** A sua vida e a sua obra. Alguns Factos Para a História do Jornalismo. Lisboa, Tipografia Universal, 1891.

CUNHA, Alfredo da. **Jornalismo nacional.** Das malogradas associações de imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses. Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 8 de Maio de 1941. Separata do *Boletim do Sindicato Nacional dos* Jornalistas, n.º 2. Lisboa, Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1941a.

CUNHA, Alfredo da. Relances sobre os três séculos do jornalismo português. **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas** , n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, 1941b, p. 5-36.

FERRÃO, Carlos, A crónica internacional, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 3, Julho e Agosto de 1941, p. 19-23.

FERREIRA, Rafael. **Nos bastidores do jornalismo:** Memórias de Rafael Ferreira. Lisboa, Romano Torres, 1945.

FIDALGO, Joaquim. **O Jornalista em construção.** Porto, Porto Editora, 2008.

FIGUEIREDO, Fidelino S. **O Medo da História.** Lisboa, Guimarães Editora, 1957.

FONSECA, Guimarães. **Carta de Um Solitário ao Primeiro Jornalista Português António Rodrigues Sampaio.** Lisboa, Tipografia Progressista, 1874.

FREIRE, João Paulo. **Escolas de Jornalismo.** Temas Profissionais. Porto, Livraria Educação Nacional, 1936.

GÂNDARA, Alfredo. A minha subserviência, **Gazeta Literária**, n.º 29, Janeiro de 1955, p. 16-18.

GARÇÃO, Pedro Mayer, Missão e projecção do jornalismo na nossa terra, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 5, 1945, p. 7-11.

GOMES, Joaquim Cardoso. **Os militares e a censura. A censura à imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945).** Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

GOMES, Luís F. (comp.). **Os jornalistas do Porto e a sua associação.** Porto, Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1925.

HOMEM CHRISTO, Jornalismo, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, p. 104-107.

LEITÃO DE BARROS, Legenda acerca dos jornais ilustrados portugueses. **Boletim do Sindicato Nacional dos** Jornalistas, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, p. 151-155.

LEITÃO, Joaquim, Escolas gerais, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, p. 65-70.

LOPES, Norberto, Do adjectivo laudatório nos jornais portugueses, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, p. 129-131.

LÚPI, Luís Caldeira. Consolidação da unidade portuguesa através do noticiário internacional na imprensa e na rádio [Transcrição de moção ao II Congresso da União Nacional]. **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 5, 1945, p. 175.

MACIEL, Artur A situação material e moral dos jornalistas [transcrição de discurso], **Gazeta Literária**, n.º 6/7, Fevereiro/Março de 1953, p. 129-130.

MANSO, Joaquim, Lume brando, **Boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, pp. 63-64.

MANSO, Joaquim. O jornalismo. **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 5, 1945, p. 269-273.

MARQUES GASTÃO. **A nobre condição do jornalista diante da literatura**. Lisboa, s/e, 1959.

MATOS E LEMOS, Mário (1964). **Liberdade de imprensa em Portugal.** Mundo Novo e Universidade Portuguesa. Para a Formação da Europa. Lisboa, Edição do Autor, 1964.

NEMÉSIO, Vitorino, Jornalismo: fronteiras da doutrina e da publicidade, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 5, 1945b, p. 159-163.

NEMÉSIO, Vitorino. O problema do jornalismo. **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 5, 1945a, p. 155-159.

ORNELLAS, Ricardo. O jornalismo desportivo. **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 3, Junho, Julho e Agosto de 1941, p. 39-42.

PEREIRA, Acúrcio. Jornais, jornalistas e público, **Gazeta Literária**, 2ª série, n.º 5, Novembro de 1959, p. 11.

PEREIRA, Acúrcio. Pero Vaz de Caminha: O primeiro "repórter" português. **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, p. 125-127.

PEREIRA, Eduardo. **Traços biográficos, políticos e jornalísticos do ex.mo senhor conselheiro José Luciano de Castro.** Lisboa, s/e, 1890.

PEREIRA, J. A. **Homenagem a Eduardo de Noronha**. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1960.

PIMENTEL, Fernando Alberto, Elogio do jornalista, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 5, 1945, p. 142-145.

PORTELA, Artur. **Os mortos falam.** Lisboa, Inquérito, 1943.

PORTELA, Artur. **Reinaldo Ferreira (Repórter X):** Memórias de um ex-morfinómamo. Lisboa, Tipografia Companhia Nacional Editora, 1956.

QUADROS, Luís. **Falta uma escola de jornalismo em Portugal?** Lisboa, Tipografia Oficinas Gráficas, 1949.

RIBEIRO, Juliano. Escolas de jornalistas. O jornalismo será uma profissão que se aprende? **Gazeta Literária**, n.º 5, Janeiro de 1953, p. 101.

RIBKE, Nahuel. Decoding television censorship during the last Brazilian militar regime. The censor as negotiator and censorship as a semi-open interpretative process. **Media history**, vol. 17, n.º 1, 2011, p. 49-61.

ROCHA JÚNIOR, Os bastidores da entrevista, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, p. 75 – 78.

ROCHA, Hugo, Tradições do jornalismo portuense, **Boletim do Sindicato Nacional dos** Jornalistas, n.º 3, Junho, Julho e Agosto de 1941, p. 35-37.

ROSA, João Pereira da, A imprensa portuguesa de hoje. **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, p. 109-112.

ROSADO. Nuno. **A imprensa.** Lisboa, Ministério da Educação Nacional/ Direcção-Geral do Ensino Primário, 1966.

SALGADO, Joaquim. Uma fase palpitante da história da Associação. Luta dos profissionais de imprensa para criação de um organismo de classe de estrutura sindical. **Gazeta Literária**, nº 1, Setembro de 1952; nº 2, Outubro de 1952; nº 3, Novembro de 1952; nº 4, Dezembro de 1952; nº 5, Janeiro de 1953; nº 6/7, Fevereiro/Março de 1953, nº 8, Abril de 1953; nº 9, Maio de 1953; nº 10/11, Junho/Julho de 1953; nº 12, Agosto de 1953; nº 13/14/15/16, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 1953; n.º 21/22, Maio/Junho de 1954.

SALGADO, Joaquim. **Virtudes e malefícios da imprensa.** Escorço Histórico Sobre a Origem, Evolução e Ética do Jornalismo. Porto, Portucalense Editora, 1945.

SAMPAIO BRUNO. **Os modernos publicistas portugueses.** Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores, 1906.

SANTOS, José Ribeiro dos, Da profissão, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, p. 139-141.

SANTOS, Manuel dos, O jornalismo, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 1, Junho de 1941, p. 39-40.

SANTOS, Raul Esteves dos, Origens do jornalismo [transcrição de conferência realizada na *Vos do Operário*], **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 5, 1945, p. 237-245.

SARMENTO, José. **Cidade de mármore**. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1937.

SCHWALBACH, Eduardo. **À lareira do passado:** Memórias. Lisboa, Edição do autor, 1946.

SCHWALBACK, Eduardo, O jornal e o teatro, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro, 1941, p. 51-53.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Projecto de ensino de jornalismo em Portugal.** Separata do boletim *Jornalismo*, II Série, n.º 4, 1971. Lisboa, Nova Lisboa Gráfica, 1971.

SOBREIRA, Rosa Maria. O ensino do jornalismo e a profissionalização dos jornalistas em Portugal (1933-1974). *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Do chumbo à era digital.** 13 Leituras do jornalismo em Portugal. Lisboa, Livros Horizonte, 2010, pp. 17-36.

SOBREIRA, Rosa Maria. **Os jornalistas portugueses 1933-1974.** Uma profissão em construção. Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

SOUSA, Fernando de. [Sem título]. **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 5, 1945, p. 264-269.

SOUSA, Jorge Pedro (coord.) *et al*. **António Rodrigues Sampaio:** Jornalista (e) político no Portugal oitocentista. Covilhã, Livros LabCom, 2011.

SOUSA, Jorge Pedro (coord.) *et al***. O pensamento jornalístico português:** Das Origens a Abril de 1974. 2 volumes. Covilhã, Livros LabCom, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. A discussão sobre a introdução do ensino superior do jornalismo em Portugal: Das primeiras menções ao primeiro curso de graduação. [On-line]. **Verso e Reverso**, ano XXIII, 2009/3, 2009b, n.º 54.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media.** 2ª edição revista e ampliada. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo performativo: O serviço de fotonotícia da Agência Lusa de Informação.** Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1997.

SOUSA, Jorge Pedro. Os pioneiros da teorização do jornalismo em Portugal e a definição do território do jornalismo e dos jornalistas. **Culturas Midiáticas**, vol. II, nº. 2, Julho/Dezembro de 2009, 2009a: 9-30.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. *In*: SOUSA, Jorge Pedro (Org.*)*. **Jornalismo:** História, teoria e metodologia da pesquisa. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008, pp. 93-118.

TARDE, Gabriel. **L'opinion et la foule**. Paris, Alcan, 1901.

TEIXEIRA, Luís, O que é ser jornalista? **Boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas**, n.º 5, 1945, p. 135-141.

TEIXEIRA, Luís, Profissionais do jornalismo, **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, Outubro, Novembro e Dezembro de 1941, p. 181-184.

TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa, Portugália, 1965.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística:** Uma Comunidade Transnacional. Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

TRINDADE COELHO, J. F. **Liberdade de imprensa.** Proposições Apresentadas ao Congresso da União Internacional de Direito Penal. Lisboa, Antiga Casa Bertrand-José Bastos, 1897.

VALENTE, José Carlos. **Elementos para a história do sindicalismo dos jornalistas portugueses.** I Parte (1834-1934). Lisboa, Sindicato dos Jornalistas, 1998.

VÁRIOS AUTORES. **Curso de jornalismo**. Colecção Estudos de Ciências Políticas e Sociais, n.º 60. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1963.

VELOSO, Rodrigo. **Jornalistas portugueses**. 5 volumes. Famalicão, Tipografia Minerva, 1910/1911.

VERÍSSIMO, Helena Ângelo. **Os jornalistas nos anos 30/40.** Elite do Estado Novo. Coimbra, MinervaCoimbra, 2003.

VIEIRA, A. T. **Memórias de um repórter.** Lisboa, edição do autor, 1960.

Fonte documentais

Estatutos do Sindicato Nacional dos Jornalistas de 1934.
Estatutos do Sindicato Nacional dos Jornalistas de 1940.

CAPÍTULO 2

Discurso metajornalístico em Jornalismo, o boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas (1967-1971)[1]

Patrícia Teixeira[2], Liliana Mesquita Machado[3] e Jorge Pedro Sousa[4]

Numa época em que o jornalismo atravessava uma fase de transformações notórias (finais de anos sessenta, inícios de setenta), o Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ) recomeçou a publicação de um boletim, desta vez denominado de *Jornalismo*, tendo saído o primeiro número em Abril de 1967 e o último, da segunda série, em Dezembro de 1971. Estudar esta publicação afigura-se pertinente, não só para se perceberem quais os problemas enfrentados pelos jornalistas portugueses de então, num período marcado pela ditadura e censura do Estado Novo e por uma guerra colonial, mas também para se apurar como contribuíram os redactores do periódico para a construção do Pensamento Jornalístico Português. Este trabalho teve, assim, por objectivo descrever formalmente a referida publicação e,

[1] Pesquisa produzida no âmbito do projecto Teorização do Jornalismo em Portugal: Das Origens a Abril de 1974, referência PTDC/CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP-010124-FEDER-009078, apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) e com co-financiamento da União Europeia através do QREN, programa COMPETE, fundos FEDER.

[2] Mestre em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa. Doutoranda em Jornalismo na Universidade Fernando Pessoa. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

[3] Mestre em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa. Doutoranda em Jornalismo na Universidade Fernando Pessoa. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

[4] Professor catedrático da Universidade Fernando Pessoa e pesquisador do Centro de Investigação Media e Jornalismo. Agregado (livre-docente), pós-doutor e doutor em Jornalismo. E-mail: jorgepedrosousa@gmail.com

através de uma análise quantitativa e qualitativa do discurso, determinar quais os temas que abordou e os enquadramentos que para eles sugeriu. Concluiu-se que três grandes assuntos preocupavam o SNJ nesse tempo: a dignificação da profissão (uma profissão difícil mas poderosa) e a luta por melhores condições de trabalho (materiais, morais, materiais); a necessidade de instituir o ensino do jornalismo; e o debate sobre a imprensa (o seu estado actual e o seu futuro).

Palavras-chave: Jornalismo; jornalistas; sindicalismo jornalístico; Portugal; boletim *Jornalismo* do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Introdução

Nos anos sessenta, o jornalismo nacional foi alvo de transformações notórias: assistiu-se a um rejuvenescimento da classe, a uma maior qualificação dos profissionais, a uma feminização das redacções e a uma ligeira evolução tecnológica na forma de fazer jornalismo. (CORREIA e BAPTISTA, 2007; SOUSA, 2008; CABRERA, 2006) Essas mudanças ocorridas no jornalismo português nos anos sessenta e no início dos anos setenta não se podem, contudo, dissociar de outras ocorrências que ocorriam no país, uma vez que "a história do jornalismo só o é verdadeiramente se for entendida e trabalhada enquanto história social do jornalismo" (CORREIA e BAPTISTA, 2005, p. 1194).

Nessa época, vivia-se sob um regime ditatorial, o Estado Novo, que vigorava em Portugal desde 1933 (ou – sob outra denominação, mas com bases semelhantes – desde 1926). Chegou aos quase 50 anos de durabilidade, trazendo consigo, lado a lado, a censura, que "desde que foi instituída, nunca mais deixou de funcionar. Pelo contrário, desenvolveu-se cada vez mais, tornando-se, a dada altura, num dos aparelhos predilectos do Governo" (FORTE, 2000, p. 46)[5]. De qualquer forma, a censura prévia a que as publicações portuguesas estavam sujeitas era considerada "por vários sectores, mesmo os mais próximos do regime, como um grave erro político, devendo ser suprimida e substituída por uma

[5] Não é, no entanto, fácil o seu estudo, uma vez que "este eficaz instrumento (…) [era] sempre empregue com a máxima discrição e confidencialidade." (PENA, 2007, p. 84)

lei de imprensa, rigorosamente aplicada por juízes competentes (…)". (VERÍSSIMO, 2003, p. 36) Sousa (2008, p. 111) aponta, ainda, que "as dificuldades para o jornalismo durante o Estado Novo não se limitavam à censura e a medidas repressivas (…)." O autor refere que, por vezes, "os órgãos jornalísticos viam-se, também, impedidos de enviar jornalistas ao exterior para cobrir determinados acontecimentos, nomeadamente quando em causa poderiam estar as posições oficiais do regime (…)." (SOUSA, 2008, p. 111) É de dizer que mesmo depois de terminado o governo de António de Oliveira Salazar, e já com Marcelo Caetano no poder, em 1968, a censura à imprensa manter-se-á e a repressão sobre os que desafiavam o Estado Novo também. Porém, houve alturas em que se procurou uma certa abertura do regime – com a Primavera Marcelista. Mas a prometida abertura não se concretizou.

Após a candidatura de Humberto Delgado à presidência, em 1958, vários acontecimentos influenciaram o rumo que o país seguiu (e também o jornalismo): o início e agravamento da guerra colonial, com tantas consequências, quer a nível nacional, quer internacional; o aumento da emigração e suas repercussões; as crises estudantis (nomeadamente as de 1961/1962 e 1969) e a sua confluência com as movimentações de trabalhadores; contradições e lutas internas no seio do próprio regime. Estava, sem dúvida, criado em clima propício à mudança. Correia e Baptista (2007, pp. 66 e 67) mencionam, inclusivamente, que estes acontecimentos se podem, de certa forma, relacionar de forma mais directa com o jornalismo, não só porque os jornais, com maior ou menos facilidade, iam cobrindo o que acontecia, mas também porque alguns jornalistas ou aspirantes a jornalistas tomavam parte nos acontecimentos.

Datam, por outro lado, do período marcelista "as primeiras tentativas de posicionamento dos grandes grupos económicos, no sector da comunicação social, substituindo-se às famílias tradicionalmente proprietárias dos negócios mediáticos" (SOUSA, 2008, p. 111), em busca de prestígio e influência nos meios económicos e políticos (CORREIA e BAPTISTA, 2007, p. 50).

Fidalgo (2008, p. 113) menciona, por seu turno, que é no período compreendido entre as duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), que vão "reivindicar-se, criar-se e solidificar-se as estruturas e

instrumentos essenciais da profissão [de jornalista]: estatuto legal, carteira profissional, escolas, sindicatos, códigos de deontologia, mecanismos de acesso e de controlo", não sendo, porém, um processo fácil, nem linear. (FIDALGO, 2008, p. 113) Todas estas estruturas e todos estes instrumentos tão importantes para a profissão de jornalista iriam consolidar-se nas décadas seguintes, incluindo em Portugal. Aliás, através das publicações do Sindicato Nacional dos Jornalistas (*Boletim*, *Jornalismo)*, é possível perceber que a corporação sempre procurou elevar o estatuto da profissão e obter outras regalias e direitos. Porém, só em 1974, com a Revolução de Abril e a instauração do novo regime é que os jornalistas conseguiram, realmente, "algumas das conquistas que os seus colegas de outros países haviam conseguido em décadas anteriores." (FIDALGO, 2008, p. 130)

No campo jornalístico, Correia e Baptista (2007, p. 51) referem que os anos sessenta se caracterizaram pelo rejuvenescimento da classe profissional dos jornalistas (como consequência da entrada de jovens na profissão), por uma maior qualificação académica dos novos recrutados e, em escala menor, por uma feminização das redacções. Tudo isto ia ao encontro do que acontecia no país, pois, a partir dos anos cinquenta, notou-se, uma evolução positiva no campo cultural, com a redução do analfabetismo e com o crescimento da população estudantil universitária. (CORREIA e BAPTISTA, p. 61) Também Cabrera (2006, p. 171) alude a estas mudanças que iam ocorrendo nas redacções, nomeadamente a tendência que se verificava na baixa da média de idades dos jornalistas, referindo o exemplo do *Diário de Notícias*, onde, em 1960, a média era de 54 anos; em 1965, de 52 anos; em 1969, de 50 anos e em 1973, de 47 anos. A mesma autora, falando da feminização a que se assistia nas redacções, menciona que se verificava uma "tendência geral para o crescimento do sector feminino nas redacções que revela descontinuidade entre 1960 e 1964; estabilidade entre 1966 e 1970 seguido de crescimento contínuo a partir de 1972 e acelerado a partir de 1974" (CABRERA, 2006, p. 172).

O número de jornalistas também aumentou em Portugal nos anos sessenta e setenta. Cabrera (2006, p. 161), analisando o crescimento das redacções, entre 1960 e 1974, revela, igualmente, que o número de jornalistas duplica entre os anos referidos, acentuando-se em 1963,

estabilizando em 1966, para voltar a subir a partir de 1967, crescendo exponencialmente a partir de 1969. De realçar que foi, também, por esta altura que se assistiu a uma ligeira evolução tecnológica nas formas de praticar e conceber o jornalismo, com a generalização do uso do gravador portátil, da máquina de escrever e do telex, nas redacções. (CORREIA e BAPTISTA, 2005, p. 1196)

À época, as escolas de jornalismo começavam a multiplicar-se no estrangeiro (CASCAIS, 2004; FIDALGO, 2008), pelo que as questões do ensino do jornalismo, da necessidade de criar instituições ou cursos dedicados a esse efeito e da formação específica/escolar dos futuros profissionais estiveram, com frequência, na ordem do dia (GRAÇA, 2007; CASCAIS, 2004; SOBREIRA, 2003; SOUSA, 2004). Havendo, como já se disse, quem o pretendesse e ambicionasse, mas havendo, também, quem não concordasse com a necessidade de formação específica para se ser jornalista, os diferentes pontos de vista dos profissionais da imprensa "digladiavam-se" amiúde (FIDALGO, 2008; PINTO e SOUSA, 1999; QUADROS, 1949; SOUSA, 2009). Porém, este foi um processo cheio de atrasos e dificuldades e tal não pode deixar de ser interpretado à luz dos condicionamentos políticos vigentes na época, tal como referem Pinto e Sousa (2003, p. 174), quando mencionam que se verificou uma relação estreita entre o sistema mediático em Portugal e o desenvolvimento político-histórico do país, sendo essa conexão particularmente óbvia no modo como a formação em jornalismo se desenvolveu.[6] Só depois da instauração da democracia é que a situação foi mudando. (PINTO e SOUSA, 2003, p. 174)

A fatia dos profissionais da época que considerava que uma maior e melhor formação corresponderia a um melhor exercício da profissão e a uma maior dignificação da classe dos jornalistas era composta, essencialmente, por jovens que haviam ingressado por essa altura na

[6] Retirada , traduzida e adaptada do original: "The political dictatorship has clearly shaped the relationship between political power and journalists for a long period of time. Once the government had complete controlo ver media content, journalists anded up reproducing state views or printing/broadcasting innocuous news. With the implementation of democracy, the situation was bound to change but it took quite some tie for most media to achieve relative editorial independence from the political establishment. In any case, and despite obvious progress, journalists still lack autonomy as a professional group and their relationship with policy-makers is frequently ambiguous."

profissão. Na sequência do rejuvenescimento na classe profissional, de que falam Correia e Baptista (2007, p. 51), sucedeu que estes profissionais tinham mais habilitações literárias que os seus colegas no activo há mais tempo e tal situação nem sempre era aceite de forma pacífica e cordial. Norberto Lopes foi um deles, como se prova na edição n.º 5 de *Jornalismo*, onde já afirmava:

> Hoje, porém, há uma espécie de jornalistas que julgam saber tudo e estão convencidos de que já nasceram ensinados. São estes meninos-prodígio que comprometem a profissão, dando-se grandes ares de auto-suficiência e desdenhando da experiência dos mais velhos, a quem chamam botas-de-elástico e que consideram simplesmente ultrapassados. Esses, por via de regra, nunca chegam a ser verdadeiros profissionais.[7]

O Sindicato Nacional dos Jornalistas tentou, por mais do que uma vez, desenvolver um curso de Jornalismo. Em 1971, com Marcelo Caetano no poder e numa altura em que estava em curso uma reforma no sector da educação e em que o próprio Governo debatia a liberdade de imprensa (PINTO, 2004, p. 51), o SNJ elaborou o "Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal", justificando a necessidade da sua implementação da seguinte forma:

> (…) só um ensino sistemático pode assegurar um saber mínimo comum, que identifica uma profissão e lhe assegura a subsistência; só um ensino sistemático das condições técnicas da objectividade permitirá ao jornalista o exercício responsável da sua missão fundamental, que é a informação objectiva; só um ensino sistemático pode proporcionar os conhecimentos científicos, psicossociais e tecnológicos que habilitem à utilização eficaz dos meios de informação colectiva e garantam uma informação colectiva idónea; só um ensino sistemático permite a formação de uma consciência profissional comum que facilite a adopção generalizada de rigorosos critérios deontológicos; só um ensino sistemático pode gerar o quadro exigido pela investigação das técnicas e das ciências da informação, de que dependerá o próprio progresso dos

[7] Norberto Lopes, Uma Lição de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, p. 4.

meios de comunicação de massas.[8]

No entanto, o projecto não teve seguimento. Silva Costa[9], no boletim de Dezembro de 1983, procura explicar a razão do insucesso deste projecto. Diz o jornalista:

> Esse projecto pioneiro e exequível, que representava uma aposta corajosa e um desafio à competição da parte de uma classe ainda então predominantemente constituída por pessoas cuja educação académica não ultrapassava o 2.º ciclo dos liceus, esse projecto não resistiu ao conflito de competências e objectivos políticos aberto entre o Ministério da Educação, o Ministério das Corporações e a Secretaria de Estado da Comunicação Social, esta respaldada no temor da própria Presidência do Conselho de ver diluído o controlo implacável do exercício da informação, que Marcelo Caetano conservou mesmo depois de transformar a Censura em Exame Prévio. *Havia gente a mais interessada na tutela de ensino de jornalismo.*[10]

Apesar dos entraves ao desenvolvimento da profissão e apesar de o exercício do jornalismo não ser salarialmente muito atractivo, o sentido de classe profissional estava enraizado entre os jornalistas portugueses, até porque as suas experiências associativas já tinham mais de oitenta anos. De facto, foi ainda antes da instauração da República que foram surgindo as primeiras associações de classe dos jornalistas, dando conta da "progressiva consciencialização profissional dos jornalistas e da sua crescente identificação como grupo profissional autónomo." (SOUSA, 2008, p. 116) Os jornalistas tomaram consciência de que o prestígio que ambicionavam para a sua classe poderia resultar da sua união e da sua força. (CUNHA, 1941, pp. 10 e 11) Começaram, então, a associar-se e a procurar esses possíveis frutos da sua acção colectiva. Porém, viveram muitos anos afastados do sindicalismo, devendo-se tal facto, segundo Valente (1998, p. 79), ao "espírito individualista" que predominava no

[8] Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal, **Jornalismo**, n.º4, Julho/Agosto de 1970, p. 13 a 30.

[9] Silva Costa era, em 1971, presidente da Comissão que elaborou o "Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal" e presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

[10] Silva Costa, Para quando um curso superior de Jornalismo?, **Jornalismo**, Dezembro de 1983, p. 32.

"trabalho intelectual", às próprias características da imprensa periódica, que tinha um papel muito importante "na formação e informação da opinião pública, dos poderes e dos contra-poderes" e à "permeabilidade entre os estatutos de assalariado, director e proprietário (…)". Fidalgo (2008, pp. 129 e 130) acrescenta que esta afirmação profissional também se atrasou devido à ausência de condições básicas de liberdade de expressão e de imprensa, desde o século XIX, num tempo em que, apesar disso, devido à "industrialização e crescente massificação dos meios de comunicação social", se caminhava com passos gigantes para a afirmação da profissão de jornalista.

Foi, assim, longo o percurso que levou os jornalistas portugueses à sindicalização – um caminho, que, conforme se disse, passou pelo passo intermédio do associativismo. Em 1880, foi criada a Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses; em 1886, a Associação dos Jornalistas; em 1897, a Associação da Imprensa Portuguesa; em 1904, a Associação de Classe dos Trabalhadores de Imprensa de Lisboa; em 1907, a (segunda) Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses; em 1921, a Casa dos Jornalistas, mutualista; em 1924, o Sindicato dos Profissionais da Imprensa (de Lisboa), herdeiro da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa e primeiro organismo de índole assumidamente sindical que albergou jornalistas em Portugal. (CUNHA, 1941, p. 34) Porém, a vida desses organismos dos jornalistas portugueses nunca foi longa. Por ser um caso diferente, no que diz respeito ao tempo de actividade, salienta-se a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, que, tendo nascido em 1882, e apesar de ter passado por fases menos boas em que quase findou, sempre conseguiu erguer-se e ainda se mantém como associação, embora de âmbito cultural.

O Sindicato Nacional de Jornalistas foi criado somente em 1934 e por imposição do regime. Freire (1936, p. 45), na altura, referiu que até esse momento nada do que tinha existido em termos de sindicalização de classe lhe merecia algum louvor, uma vez que os jornalistas, até à data, ainda não se haviam convencido de que "a união faz a força". O autor refere, ainda, que achava necessário que se criasse uma organização que fizesse mais pelos jornalistas, pois via-os como uma classe que, nunca soubera servir-se a si própria. (FREIRE, 1936, p. 45) Ou seja, para o

autor, nenhum sindicato/associação/colectividade, até àquele momento, tinha correspondido às verdadeiras necessidades da classe.

De qualquer forma, mesmo sob a tutela do regime, sujeito ao controlo do Estado, numa altura em que não existia liberdade de imprensa e a censura proliferava, o Sindicato Nacional dos Jornalistas conseguiu ir lutando por melhores condições, essencialmente profissionais, para a classe, mantendo-se até hoje (embora redenominado Sindicato dos Jornalistas).

Durante a sua existência, o Sindicato publicou dois boletins, um nos anos quarenta (*Boletim* – 1941-1945) e outro entre finais dos anos sessenta e inícios de noventa (*Jornalismo* – 1967-1993[11]). Ambas as publicações foram publicadas com algumas interrupções.

Este trabalho tem por objecto o *discurso metajornalístico* do boletim *Jornalismo*, entendido como discurso auto-referencial sobre o jornalismo feito por jornalistas numa publicação cujo público-alvo era, também ele, constituído, principalmente, por jornalistas.

O principal objectivo desta pesquisa é descrever a forma e os conteúdos de *Jornalismo*, prestando especial atenção ao enquadramento discursivo dado ao jornalismo e ao exercício da actividade jornalística, num contexto histórico marcado pela ditadura do Estado Novo (1933-1974), pela censura e, ao nível profissional, pelo processo de profissionalização, modernização e rejuvenescimento do jornalismo português a que se fez referência. Ou seja, pretende apurar-se *do que fala* e *como fala* o *Jornalismo* daquilo de que fala. A hipótese a testar é a de que o boletim *Jornalismo* abordou os temas que Sousa (coord.) *et al.* (2010) afirmam terem sido os mais relevantes da teorização portuguesa do jornalismo anterior a 1974 e os temas que mais preocuparam os jornalistas portugueses durante o Estado Novo (direito, liberdade de imprensa, ética, deontologia e opinião pública; necessidade ou não de formação específica em jornalismo e da instituição de cursos de jornalismo; conjuntura jornalística e vida profissional; história do jornalismo; técnicas de expressão jornalística, etc.). Como hipótese colateral a testar, considerar-se-á que sempre que o tema era polémico

[11] Para esta investigação, interessam os números publicados até 1974, ou seja, de 1967 a 1971 (entre 1972 e 1974 não se publicaram quaisquer boletins).

e passível de ser censurado, os redactores de *Jornalismo* optaram por técnicas de dissimulação das ideias que queriam transmitir. Tentou-se responder às seguintes perguntas de investigação:

> 1) Quais os temas abordados pelo boletim *Jornalismo*?
>
> 2) Qual o peso das matérias metajornalísticas em *Jornalismo*?
>
> 3) Quais os temas específicos do discurso metajornalístico em *Jornalismo*?
>
> 4) Quais os enquadramentos sugeridos pelo boletim *Jornalismo* no seu discurso metajornalístico? Ou seja, como olharam os redactores do *Jornalismo* para o jornalismo? Há concórdia ou discórdia entre eles? O boletim *Jornalismo* era suficientemente aberto e polifacetado para dar espaço a opiniões divergentes?
>
> 5) Que conexões poderão hipoteticamente ser estabelecidas entre o contexto da época, os temas abordados em *Jornalismo* e a maneira como esta os abordava?

Para dar resposta a essas perguntas de investigação, recorreu-se à análise do discurso, quantitativa (ou análise de conteúdo) e qualitativa, na linha apontada por Sousa (2006, pp. 343-376). Assim, para apuração dos dados quantitativos pedidos pelas perguntas de investigação 1, 2 e 3, procedeu-se à definição de categorias *a priori*, contabilizando-se as matérias (unidades de análise) nessas mesmas categorias.

A unidade usada foi, assim, a matéria individual, considerando-se, para classificação, o tema dominante da mesma, independentemente do pretexto para a mesma (portanto, por exemplo, uma conferência no Sindicato Nacional dos Jornalistas sobre o "ensino do jornalismo" foi contabilizada na categoria com o mesmo nome e não na categoria "Solenidades e outros eventos"). Não houve lugar a procedimentos amostrais, pois a análise abrangeu todo o universo (ou seja, todos os números da publicação em causa). As categorias criadas são expressas na tabela 1.

Tabela 1
Categorias criadas para análise de conteúdo do Boletim *Jornalismo*

Perguntas de investigação 1) Quais os temas abordados pelo Boletim *Jornalismo*? 2) Qual o peso das matérias metajornalísticas no Boletim *Jornalismo*?	
Categorias	Descrição
Jornalismo e Jornalistas	Todas as matérias relacionadas preponderantemente com o jornalismo: biografias de jornalistas; antologias de jornalistas; matérias sobre história do jornalismo; matérias sobre dilemas e problemas profissionais; questionamento da liberdade de imprensa, peças sobre direitos de autor, etc. Matérias sobre a actuação do Sindicato Nacional de Jornalistas em áreas relacionadas com o jornalismo.
Cultura, conhecimento e actualidade	Matérias relacionadas preponderantemente com a cultura em geral (artes, literatura, textos literários, etc.). Peças destinadas à promoção em geral do conhecimento (história, geopolítica, etnografia, ciências e tecnologia, humanidades, etc.). Matérias sobre a actuação do Sindicato Nacional de Jornalistas na área da cultura e do conhecimento. Peças sobre a actualidade política e económica nacional e internacional. Textos literários em poesia ou prosa.
Legislação e Documentos Administrativos	Transcrição de Leis, Decretos, Actas, Portarias, Comunicados e outros documentos de carácter oficial. Conferências integrais ou resumos das mesmas. Discussão de leis transcritas integralmente.
Outros assuntos	Todas as restantes peças.
Pergunta de investigação 3) Quais os temas específicos do discurso metajornalístico do Boletim *Jornalismo*?	
Categorias	Descrição
Ética, direito e deontologia do jornalismo, liberdade de imprensa e opinião pública	A ética, o direito e a deontologia do jornalismo correlacionam-se intrinsecamente entre si, na medida em que regulam a actividade jornalística. Por seu turno, a liberdade de imprensa emerge das leis e códigos deontológicos e é regulada por eles, ainda que a reflexão sobre ela se possa fazer filosoficamente, sem se abarcarem

	as questões legais. As discussões sobre a influência da imprensa sobre a sociedade e em particular sobre a opinião pública, repousam também, amiúde, sobre o princípio da liberdade de imprensa. Daí que esta categoria abarque todos esses assuntos e ainda as questões do jornalismo e da verdade quando associadas à liberdade ou à falta dela (o que ocorria no Estado Novo, período durante o qual houve censura institucionalizada em Portugal).
Ensino do jornalismo	Peças que abordam a necessidade, ou não, de formação específica para jornalistas, sobre o ensino superior do jornalismo, sobre a estrutura de cursos de jornalismo, sobre a fundação e organização de escolas de jornalismo e ainda sobre a pedagogia do ensino do jornalismo.
Biografias e memórias de jornalistas	Biografias de jornalistas, históricas ou não. Memórias de jornalistas enquanto profissionais do jornalismo. Evocações da vida boémia, mundana ou cultural dos jornalistas e das suas confraternizações em tempos idos.
História do jornalismo	Matérias que incidem sobre a história do jornalismo, a nível internacional, nacional ou local, sobre a história das agremiações profissionais e ainda sobre a história dos órgãos jornalísticos e das tecnologias de apoio ao jornalismo. Excluíram-se as peças antológicas e biográficas, que se consideraram enquanto categorias próprias.
Vida profissional, conjuntura jornalística e relações jornalísticas internacionais	Peças sobre quem é "verdadeiramente" jornalista. Matérias sobre a profissão, o seu dia-a-dia e os dilemas e ambições profissionais desde a óptica do jornalista. Peças sobre a conjuntura jornalística, o mercado, os leitores ou ouvintes, o jornalismo nos países estrangeiros, etc. Peças sobre os sindicatos, os grémios profissionais dos jornalistas e outros profissionais da imprensa (desde que não sejam feitos na perspectiva histórica ou conjuntural).Matérias sobre a vida interna e acção do Sindicato Nacional dos Jornalistas, sobretudo em temas de interesse para o quotidiano profissional da classe. Peças sobre as relações internacionais dos jornalistas portugueses e do Sindicato Nacional de Jornalistas em particular. Matérias sobre o mercado, problemas e dilemas da imprensa regional e local e os seus jornalistas. Matérias sobre congressos de jornalistas. Peças sobre direitos de autor.

Teoria do jornalismo	Peças que teorizam sobre jornalismo e a sua interacção e influência sobre a sociedade e a cultura desde o ponto de vista académico, filosófico ou mesmo científico (sociológico), com excepção das matérias melhor inseridas noutras categorias. Matérias que teorizam sobre as técnicas, géneros e estilos jornalísticos nos diversos meios de comunicação. Peças sobre jornalismo, desenvolvimento e progresso. Matérias sobre jornalismo especializado. Reflexões, em geral, sobre jornalismo que não caibam noutras categorias. Textos sobre comunicação que incluem o jornalismo.
Solenidades, prémios e outros eventos	Peças sobre solenidades como entregas de prémios a jornalistas, comemorações dos aniversários do Sindicato Nacional dos Jornalistas e outros eventos, desde que o tema dominante não justifique a melhor inserção das peças noutra categoria.
Publicações de carácter jornalístico	Peças sobre o surgimento de novas publicações periódicas, sobre comemorações dessas ou de outras publicações; prémios atribuídos às mesmas.
Outros temas jornalísticos	Peças sobre jornalismo não enquadráveis nos temas anteriores e matérias em que não existe um tema jornalístico que se possa considerar predominante.

1. O Sindicato Nacional de Jornalistas – a génese

O Sindicato Nacional de Jornalistas nasceu em 26[12] de Fevereiro de 1934 – data em que foi passado o Alvará – por imposição do regime, sendo a única entidade representativa da corporação permitida pelo Governo. A sua sede era em Lisboa. (CUNHA, 1941, pp. 35 e 36)

Assim, após a dissolução do Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, e num país em que "o direito de associação e reunião era tão coarctado como a livre expansão do pensamento" (FRANCO, 1993, p. 103), o Sindicato Nacional de Jornalistas foi a única entidade representativa da corporação permitida pelo Governo.

[12] Sobreira (SOBREIRA, 2003, p.) diz que é a 24.

Como prova de que o regime estava, de certa forma, acima de qualquer objectivo proposto pelo sindicato, temos o artigo 5.º dos Estatutos onde se diz que os sócios devem subordinar a sua actividade "ao interesse superior da colectividade nacional", ou seja, respeitando, acima de tudo, os interesses da nação.[13]

Foram 104 os jornalistas que logo se inscreveram no Sindicato e aprovaram os primeiros Estatutos. Estes indicavam que podiam inscrever-se como sócios os redactores, repórteres, colaboradores, correspondentes dos jornais estrangeiros, chefes de redacção, directores e subdirectores de publicações periódicas com exercício continuado de uma actividade remunerada em publicações periódicas.[14]

O objectivo central do Sindicato, conforme visado pelos primeiros Estatutos, era, principalmente, a defesa dos direitos e interesses dos jornalistas (do continente e ilhas adjacentes, estejam ou não inscritos). Mas o SNJ também procurava dar alguma protecção à imprensa portuguesa – dentro do que era possível fazer, na época.

Os fins apontados pelos Estatutos do SNJ podem ser resumidos a três: morais, culturais e materiais. Passavam por pugnar pela dignidade da imprensa e dos seus profissionais e fazer observar as regras deontológicas da profissão; promover o aperfeiçoamento cultural e defender os interesses e os direitos dos jornalistas; lançar as bases para a contratação colectiva de trabalho; promover a criação de institutos de assistência na invalidez e na velhice; apoiar a colocação de jornalistas desempregados e por garantir e defender a independência moral e económica dos jornalistas, entre outros.[15]

Prova de que a classe jornalística ia ganhando prestígio na sociedade portuguesa ficou patente na inserção de um membro do Sindicato na Câmara Corporativa, como conta Cunha (1941, p. 36):

> E deve assinalar-se, (…), quanto à consideração de que os trabalhadores da imprensa periódica hoje desfrutam, o facto de o Decreto-lei n.º 24.683, de 27 de Novembro de 1937, que regulou a constituição da Câmara Corporativa, reservar nesta um lugar para o representante do

[13] *Estatutos*, SNJ, artigo 5.º, 1934, p. 2.
[14] *Estatutos*, SNJ, artigo 2.º, 1934, p. 1.
[15] *Estatutos*, SNJ, 1934, pp. 2 e 3.

Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Durante os primeiros anos de existência, o campo de acção do Sindicato Nacional dos Jornalistas passou, então, pela procura de cursos de formação profissional para a sua classe, pela luta pelos fins de previdência e, sempre, pela representação da classe dos jornalistas.[16] Em 1941 encetou mesmo uma tentativa de implementar um curso para jornalistas, que acabou por não passar de isso mesmo, uma tentativa. No mesmo ano, criou-se, finalmente, a Carteira Profissional dos Jornalistas, sendo o Sindicato Nacional dos Jornalistas quem regulava e controlava a sua atribuição.[17]

Também nestes primeiros anos, iniciou-se a publicação de um *Boletim*. O primeiro *Boletim* (assim se intitulava) publicado saiu no ano de 1941. O seu director era Luís Teixeira (Presidente da Comissão Administrativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas) e o editor António Tinoco. Neste primeiro número, publicado no mês de Maio, a direcção e sócios do organismo expunham os propósitos que os levaram a publicar um *Boletim* (que esperavam que viesse a ser mensal) e indicavam do que iriam tratar neste e noutros números da publicação: as suas preocupações enquanto profissionais e enquanto classe (que, na altura, passavam, entre outras coisas, por alcançar a concretização de um contrato colectivo de trabalho – CCT – e por organizar um Curso de Formação para Jornalistas), a vida do sindicato, técnicas jornalísticas e alguns outros propósitos, como, por exemplo, assinalar a comemoração do tricentenário do primeiro jornal português.[18]

Porém, o *Boletim* teve vida curta e, ao fim de 5 números, em 1945, acabou.

Em 1967/68 (primeiros anos de publicação de *Jornalismo*) foram eleitos corpos gerentes para o Sindicato. Para a Assembleia Geral, nomearam-se como efectivos – Presidente: José Estevão Santos Jorge; Secretários: Adelino Duarte Alves e Albano Negrão. Como substitutos – Presidente: José Mimoso Barreto Santinho; Secretários: Raul Alves

[16] **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 1, Maio de 1941, pp. 3 e 4.

[17] **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 1, Maio de 1941, p. 24.

[18] **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, nº 1, Maio de 1941.

Fernandes e Afonso Serra. Para a Direcção, a nomeação de efectivos foi a seguinte – Presidente: José Manuel Pereira da Costa; Secretário: Carlos Artur Simões; Tesoureiro: José Moreira Salsa; Vogais: António Lopes Pacheco e Nuno Rocha. Como substitutos – Presidente: José Moraes Cabral; Secretário: José Manuel Pintassilgo; Tesoureiro: João Alves; Vogais: Carlos Júlio Sereno de Sousa Cabral e Melo Lapa. Para o Conselho Técnico e de Disciplina – Presidente: Leopoldo de Carvalho Nunes; Secretário: Armando Sereno Simões; Vogais: César Augusto Afonso, José Avelino de Sousa Barros, Eduardo Diamantino Faria Caetano. Para a Comissão de Colocações – Presidente: Manuel Emílio Lopes de Campos Ribas; Secretário: Padre Diniz da Luz; Vogal: Alexandre Albuquerque Machado Barbosa.[19]

Nesta época, as conquistas do Sindicato Nacional dos Jornalistas continuavam. Em 1968[20], a Caixa de Reformas dos Jornalistas é transformada em Caixa de Previdência e abono de Família dos Jornalistas (CPAFJ). Segundo os seus termos, seriam despachados para a Caixa Nacional de Pensões (hoje Centro Nacional de Pensões) as modalidades de seguros de invalidez, velhice e morte dos beneficiários da Caixa de Reformas, mantendo-se as pensões de invalidez, velhice e sobrevivência. A CPAFJ destinava-se a proteger os beneficiários e familiares dos jornalistas na doença, maternidade, abono de família e prestações complementares. Dois anos mais tarde, em 1970, a CPAFJ foi integrada no sistema geral de Previdência.[21]

Para o triénio 1970/72 (período durante o qual foram publicados o últimos números de *Jornalismo* relevantes para esta investigação) foram eleitos novos corpos gerentes, ficando a mesa da Assembleia Geral composta da seguinte forma: Presidente: Carlos Júlio Sereno de Sousa Cabral; Secretários: Luís de Barros e Viriato Mourão. Substitutos – Presidente: Adriano de Carvalho; Secretários: Margarida Silva Dias e Abílio Marques Pinto. Para a Direcção foram eleitos os seguintes jornalistas: Silva Costa (presidente); Rudolfe Iriarte, Torquato da Luz, Luís Rosa Duarte e António Augusto Lopes Pacheco. Para substitutos

19 Fonte: http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=117&idselect=51&idCanal=51&p=0

20 Tendo entrado em vigor em 1969.

21 Fonte: http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=5320&idselect=92&idCanal=92&p=0

elegeram-se – Presidente: Manuel Azevedo; António dos Santos, Manuela Alves, João Filipe Salvado e César Príncipe. Para o Conselho Técnico e de Disciplina – Presidente: Mário Gomes Rocha; Secretário: José Carlos de Vasconcelos; Vogais: Manuel Nunes da Fonseca, Figueiredo Filipe e Simões de Abreu. Para a Comissão de Colocações – Luís Brites Mendes Vaz, António Gonçalves Colaço e Manuel Joaquim Ferreira Dias.

Correia e Baptista (2005, p. 1198) referem que, na eleição de 1970, alguns dos corpos gerentes nomeados para o Sindicato Nacional dos Jornalistas eram elementos de uma lista afecta a movimentos de oposição ao regime, que tinham como principal objectivos a luta pela formação profissional dos jornalistas e a melhoria das condições de trabalho dos mesmos.

2. *Jornalismo*: o periódico do Sindicato Nacional dos Jornalistas

Em 1967, ainda durante o Estado Novo, mas numa fase de transformação do jornalismo, como já foi referido nesta investigação, um novo boletim passou a ser publicado pelo Sindicato Nacional de Jornalistas, intitulado de *Jornalismo*. O 1º número saiu em 1967, altura em que, conforme se disse, apesar de ainda se viver num regime ditatorial, o jornalismo português assistia a uma modernização, com a introdução de novas formas de o conceber e de o praticar, que já se vinha fazendo sentir desde 1956 (CORREIA e BAPTISTA, 2007, p. 23). O último número do periódico sindical *Jornalismo* saiu em 1993, embora, para este trabalho, se analisassem exclusivamente os boletins até 1971. Ao longo desses anos, o boletim focou, entre outros assuntos, a vida profissional e a conjuntura jornalística, a actuação do SNJ e a questão do ensino do jornalismo.

João Coito, num texto intitulado "Desde os tempos do trabalho à jorna", publicado no boletim em 1992, classificava *Jornalismo* como uma revista que chegou a ter circulação fora do âmbito sindical e que havia reflectido "as principais movimentações a nível da Informação, como, por exemplo, a renovação tecnológica na Imprensa."[22]

[22] João Coito, Desde os tempos do trabalho à jorna, **Jornalismo**, Janeiro de 1992, p. 8.

2.1. Dados gerais sobre o boletim *Jornalismo* e justificação para a sua publicação

O periódico sindical *Jornalismo* teve várias séries de publicação: nos anos de 1967, 1968 e 1969 publicam-se nove números e esta foi chamada de "nova série" (tendo em conta que este boletim era considerado uma continuação do que havia sido publicado nos anos quarenta – mais precisamente entre 1941 e 1945 – e que se considerava a primeira série, tendo tido cinco números[23]); de seguida, surge uma outra série, desta vez apelidada de "segunda série", iniciada também num número 1 e que foi até ao número 12, relativos aos anos de 1970 a 1971; entre Abril de 1976 e Abril de 1977 publica-se a "terceira série", tendo tido, apenas, três números; Em Junho de 1978 inicia-se a "quarta série" que dura até Novembro de 1979 e tem, mais uma vez, apenas três números; já sem indicação de série, *Jornalismo* surge em Setembro de 1981, tendo publicado, até Dezembro de 1982 mais seis números; entretanto saem dois números especiais dedicados a uma greve e para falar sobre ela em 1983[24]; em Dezembro de 1983 inicia-se nova sequência, novamente sem indicação de série, mas tentando numerar de acordo com a quantidade de boletins que já haviam saído. Feitas as contas, concluiu-se que este seria o número 41 e que a numeração continuaria a partir daí. Porém, este foi número único, uma vez que a publicação de *Jornalismo* foi, mais uma vez, interrompida. Retoma em 1987, com um boletim, correspondente aos meses de Outubro e Novembro a sair para as bancas. Vai manter-se até Abril de 1993, tendo saído um número em 1987, dois em 1988, um em 1989, três em 1990, três em 1992 e um em 1993. Dado o objecto de estudo desta investigação serem as publicações do Sindicato Nacional dos Jornalistas até 1974, todos os números posteriores a essa data não serão objecto de análise (por outras palavras, apenas se estudaram os números publicados até 1971). No entanto, falar-se-á neles quando necessário, se bem que, à partida, de uma forma menos profunda.

A série publicada entre 1967 e 1969 teve como editor J. M. Pereira da Costa, como editor José Estêvão Santos Jorge e como secretário

[23] Nesta altura, não se chamava *Jornalismo*. Intitulava-se de *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*.

[24] O número não está completo, na BPMP.

de redacção e administração Nuno Rocha. A impressão fazia-se na Gráfica Nova Lisboa, que se situava na capital. Anunciava-se como uma publicação bimestral mas, de facto, essa regularidade só se manteve no primeiro ano. Em 1967 saíram os primeiros quatro números, correspondendo aos meses de Junho, Agosto, Outubro e Dezembro. No ano seguinte, já só apareceram três edições (números 5, 6 e 7, Fevereiro, Junho e Novembro, respectivamente). Em 1969 saiu apenas um número, no mês de Julho.

O número de páginas dos boletins desta primeira série variava entre as 32 e as 56[25] (sendo que este último valor corresponde à publicação número 9, de Julho de 1969, a única que saiu em todo o ano).

Aquando do lançamento do primeiro número, da nova série (1967 a 1969), o Sindicato fez questão de justificar a publicação do boletim. Anunciava-se:

> A publicação de um órgão de Imprensa está prevista nos Estatutos do Sindicato Nacional dos Jornalistas. Não será apropriado, no entanto, considerar este Boletim o "órgão da Imprensa" a que neles se alude, "destinado ao estudo dos interesses profissionais e a servir de instrumento de cultura e de informação".
> «Jornalismo» representa apenas um primeiro passo para a concretização de objectivo mais ambicioso: a publicação regular de um Jornal que assegure ampla expansão a quantos problemas interessam os jornalistas portugueses. A Direcção do Sindicato julga, no entanto, que este primeiro passo é de fundamental importância e não duvida de que assim interpreta o pensamento dos jornalistas profissionais portugueses. Será esta publicação o porta-voz dos sócios do Sindicato, proporcionando-lhes uma audiência que era limitada pela falta de veículo apropriado.
> O êxito de *Jornalismo*, as possibilidades da sua expansão e a sua transformação no almejado órgão de Imprensa dependem principalmente – quase diríamos: exclusivamente – do apoio que ao Boletim dispensarem os nossos associados, hoje quatro centenas e dentro em breve, com a extensão do Sindicato ao Ultramar e à Imprensa desportiva, mais de meio milhar.

[25] Não eram contadas a capa e a contra capa, de acordo com aquilo que faziam os responsáveis pela publicação.

> Empenhados, por dever profissional, na difusão das ideias e dos interesses dos outros, é natural que os jornalistas disponham de um órgão no qual possam exprimir o seu pensamento, pugnar pelos seus direitos e tratar de assuntos que interessam à sua actividade. É esta a justificação de "Jornalismo".[26]

A segunda série de *Jornalismo*, publicada entre 1970 e 1993, era impressa na mesma gráfica (Nova Lisboa), mas a direcção e edição tinham novas "caras". A direcção era composta por Manuel de Azevedo, António dos Santos, Manuela Alves e César Príncipe. A edição cabia ao próprio Sindicato Nacional dos Jornalistas e o gráfico era Manuel Vieira.

Apesar de já não indicar a periodicidade, nota-se que a publicação do boletim pretendia ser regular. No ano de 1970, saíram seis números, cada qual respeitante a dois meses (números 1 a 6). Porém, chegados a 1971, saem apenas dois boletins, um correspondendo aos números 7/8/9 e outro aos números 10/11/12. Nesta altura, dá-se uma nova interrupção na publicação do periódico e só em 1977 é que ele volta a ser publicado.[27]

Nos doze primeiros números do boletim *Jornalismo*, da segunda série, o número de páginas da publicação variou entre as 26 e as 188[28] (este último valor corresponde ao último volume de 1971, que agregava três números, 10/11/12).

A justificação e explicação para esta segunda série surge nas páginas iniciais do n.º 1 da mesma (Janeiro/Fevereiro de 1970) e diz o seguinte:

> Não desejamos com esta nova série de *Jornalismo* minimizar o que foi feito, noutras circunstâncias e com outras perspectivas, mas apenas tornar bem claro que não se trata de simples tentativa de melhoria em relação ao anterior. Não. Pretende-se uma radical mudança. E isto porque uma diferente concepção de gerência dos problemas sindicais, uma forma nova de encarar o exercício da profissão terá, fatalmente, de significar

[26] **Jornalismo***,* n.º 1, Abril de 1967, p. 1.

[27] Nessa altura, em 1977, quando o boletim volta a ser publicado, numa terceira série, o número é classificado como um número extra, prova da vontade que a nova direcção do Sindicato tinha de ver restaurada e renovada a sua publicação, ao mesmo tempo que classificavam a existência de um boletim como tarefa prioritária para o organismo. (**Jornalismo**, n.º 3, 3.ª série, contracapa).

[28] A capa e a contra capa já entravam para a contagem do número de páginas, de acordo com aquilo que os responsáveis pela publicação do Boletim haviam feito.

> uma concepção nova do jornalismo. Portanto, um *Jornalismo* novo.
> A nova série de *Jornalismo* não é uma pretensão nossa. Não resulta da ambição vaidosa de um certo número de profissionais que neste momento desempenham funções directivas mais responsáveis no Sindicato. Corresponde, sim, a uma imposição de conjuntura, a uma vontade colectiva.
> Não é fácil fazer uma previsão, sequer aproximada, dos caminhos a percorrer. Serão os caminhos que a classe trilhar. Sabemos só que não serão fáceis. "Esta é a hora de repensar totalmente a função, a responsabilidade, as obrigações e os direitos do profissional da Informação em Portugal", afirmou Silva Costa, o novo presidente da Direcção, no acto de posse dos corpos gerentes do Sindicato, recentemente eleitos. E repensar totalmente os direitos e deveres dos jornalistas, repensar totalmente a sua missão e a forma como a sua actividade se exerce, não é tarefa fácil.
> Por muito dotado que fosse, um pequeno núcleo de profissionais não poderia arcar com tantas responsabilidades. Terá de ser, sim, uma tarefa colectiva, esta de definir alvos e conseguir os meios adequados para os atingir.
> *Jornalismo* será, pois, o espelho desse esforço de todos. Esforço que se não pode confinar aos problemas materiais dos profissionais da Imprensa – embora importantes – mas que terá necessariamente de se alargar para toda a problemática da Imprensa portuguesa, no seu conjunto.
> Este primeiro número da nova série de *Jornalismo* é, porém, mero arranque para essa urgente e dura batalha. De todos nós depende o resultado.
> Sem a participação activa dos jornalistas – realidade colectiva – *Jornalismo* e Sindicato nada significarão de sério e profundo.[29]

Em relação ao formato, todas as publicações (de ambas as séries) mediam entre 27 e 28 cm de comprimento e entre 21 e 22 cm de largura, ou seja, de formato sensivelmente A4. No que à existência, ou não, de secções, diz respeito, em *Jornalismo*, seja qual for a série, não existem, de forma regular e/ou fixa, conteúdos organizados por secções. No entanto, por uma ou outra vez, surgem secções, como, por exemplo, no n.º 1, onde surge uma secção apelidada de "Informação e Formação; ou no n.º 2 ou no n.º 3, onde existe a secção "Do exercício da Profissão"; ou ainda no n.º 4, que insere a secção "Jornais e Jornalistas". Porém, esta

[29] **Jornalismo**, n.º 1, 2.ª série, Janeiro/Fevereiro de 1970, p. 5.

inserção de secções não era nem constante, nem regular. Relativamente à hierarquização dos assuntos, estes também não seguem uma norma fixa, sendo até bastante irregular. O que num número surge como assunto de primeira página da publicação, num outro pode já vir no fim. A solução gráfica não é surpreendente, pois é similar àquela que era adoptada nos jornais de então (SOUSA, 2005, pp. 250-254), mas para quem lia tornava-se desconfortável, pois começar a ler um texto e descobrir que ele continuava várias páginas à frente, num qualquer espaço disponível, não é, de todo, agradável. A paginação padrão é a três colunas, em todos os números. Os caracteres tipográficos não são constantes, podendo apresentar um estilo no título e outro no corpo do texto, por exemplo.

Todos os números do boletim incluíam a seguinte referência, que era, na altura, obrigatória: "Este número de *Jornalismo* foi visado pela Comissão de Censura". O jornal dedicava algum espaço à publicidade, tendo variado o número de páginas que lhe era dedicado, ao longo dos números, das séries e dos anos.

Graficamente, o mais interessante desta publicação eram mesmo as capas, que se apresentavam sempre diferentes e originais. Podia recorrer-se ao uso de fotografias, de desenhos, de simples texto... Por norma, eram coloridas. O que estava sempre presente era o título da publicação, *Jornalismo*, embora com variação no design, e o número e respectiva data da publicação em questão.

Figura 1
Capa do n.º1, Abril de 1967, da nova série de *Jornalismo*



Figura 2
Capa do n.º7, Junho de 1968, de *Jornalismo*

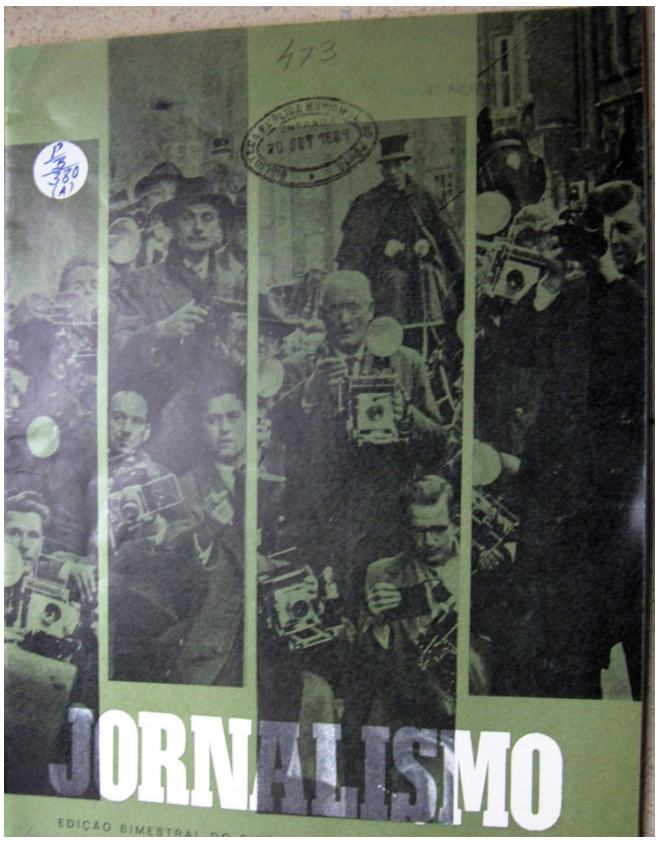


Figura 3
Capa do n.º1, da 2.ª série, 1970, de *Jornalismo*



Figura 4
Capa da 2.ª série, n.º 3, 1970, de *Jornalismo*



Figura 5
Capa da 2.ª série, n.º 6, 1970, de *Jornalismo*

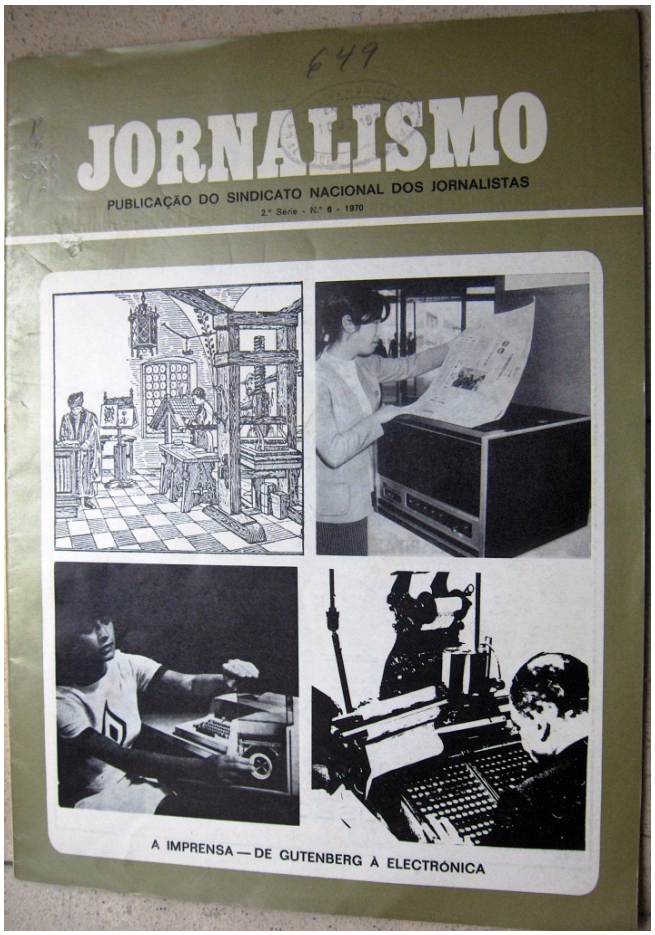


Figura 6
Interior do boletim *Jornalismo*, n.º1, Abril de 1967



A IMPRENSA CRITICA
—MAS QUEM DEVE CRITICAR A IMPRENSA?

Quem pode criticar a Imprensa?

Um problema que interessa directamente aos Jornalistas

A TV, UM "INIMIGO" DA IMPRENSA?

O que define um jornal de «Qualidade»?

Figura 7
Interior do boletim *Jornalismo*, 2.ª série, n.º1, Janeiro/Fevereiro de 1970



TRIÂNGULO DE UMA METAMORFOSE (2)

JORNALISTA: HOMEM DE CARNE E OSSO

A ilusão carismática

Um atestado de incompetência

O sortilégio do sensacional

Livros LabCom

Como já foi referido, o primeiro número de *Jornalismo* veio a lume em Abril de 1967. Para que melhor se perceba a informação relativa aos números que esta publicação teve e respectivas datas, atente-se na seguinte tabela (relembrando-se, no entanto, que o presente estudo abrange, unicamente, o período do Estado Novo, pelo que o último número estudado foi o de Julho a Dezembro de 1971):

Tabela 2 – Dados gerais sobre o boletim *Jornalismo*

***Jornalismo*, nova série**				
Número	**Mês**	**Ano**	**Número de páginas**1	**Publicidade** (em n.º de páginas)
N.º 1	Abril	1967	28	3
N.º 2	Junho	1967	32	5
N.º 3	Agosto	1967	32	4
N.º 4	Outubro	1967	32	3
N.º 5	Dezembro	1967	40	8
N.º 6	Fevereiro	1968	48	8,5
N.º 7	Junho	1968	32	5,5
N.º 8	Novembro	1968	40	6
N.º 9	Julho	1969	56	5,5
***Jornalismo*, 2.ª série**				
Número	**Mês**	**Ano**	**Número de páginas**2	**Publicidade**
N.º 1	Janeiro/Fevereiro	1970	26	7
N.º 2	Março/Abril	1970	52	4
N.º 3	Maio/Junho	1970	24	4
N.º 4	Julho/Agosto	1970	32	3
N.º 5	Setembro/Outubro	1970	40	5
N.º 6	Novembro/ Dezembro	1970	28	4
N.º 7, 8 e 93	Janeiro a Junho	1971	68	3
N.º 10, 11 e 12	Julho a Dezembro	1971	118	0
***Jornalismo*, 3.ª série**				
Número	**Mês**	**Ano**	**Número de páginas**4	**Publicidade**5
N.º 36	Abril	1977	32	-

***Jornalismo*, 4.ª série**[7]				
Número	**Mês**	**Ano**	**Número de páginas**[8]	**Publicidade**
N.º 1	Julho	1978	36	-
N.º 2	Janeiro	1979	44	-
N.º 3	Novembro	1979	36	-
Jornalismo				
Número	**Mês**	**Ano**	**Número de páginas**	**Publicidade**
N.º 1	Setembro	1981	8	-
N.º 2				-
N.º 3				-
N.º 4	Junho	1982	16	-
N.º 5	Setembro	1982	16	-
N.º 6	Dezembro	1982	16	-
Jornalismo				
Número	**Mês**	**Ano**	**Número de páginas**	**Publicidade**
Sem número[9]	Julho	1983	-	-
Jornalismo				
Número	**Mês**	**Ano**	**Número de páginas**	**Publicidade**
N.º 41	Dezembro	1983	36	-
Jornalismo[10]				
Número [11]	**Mês**	**Ano**	**Número de páginas**	**Publicidade**
	Outubro/Novembro	1987	12	-
	Março	1988	20	-
	Agosto	1988	24	-
	Outubro	1989	16	-
	Janeiro	1990	16	-
	Maio	1990	16	-
	Julho	1990	16	-
	Janeiro	1992	20	-
	Maio	1992	20	-
	Setembro	1992	20	-
	Abril	1993	16	

Notas do quadro anterior:

[1] Como já foi referido, nesta série as capas não entrava1m para as contas da numeração.
[2] Como já foi referido, as capas contavam para efeitos de numeração do boletim.
[3] Os números duplos, triplos, etc. permitiam justificar perante as autoridades a periodicidade e constância da publicação, para não se perderem apoios nem o direito ao título.
[4] Neste número, tal como acontecera na nova série, as capas não contavam para a numeração.
[5] Este aspecto não foi analisado, uma vez que estes números já não fazem parte do objecto de estudo. São dadas apenas algumas informações, para que melhor se perceba o assunto que está a ser investigado.
[6] Os números 1 e 2 não estão disponíveis na BPMP.
[7] Quando se inicia a publicação desta série, diz a Direcção do Sindicato: "após sete anos de pausa, volta Jornalismo. Com cara nova, mas mais do que isso: músculos diferentes e mais ambições…" (Jornalismo, 4ª série, nº 1, p.3)
[8] A partir desta série, as capas contam sempre para efeitos de numeração.
[9] Número especial dedicado exclusivamente à greve. Vem o boletim, com doze páginas, mais um jornal, "Jornal da Greve", com quatro páginas.
[10] O grafismo desta série muda, relativamente às anteriores. É mais pequeno, mas também mais parecido com um jornal. Não recorre à cor.
[11] Nesta série, não foi indicada numeração, só mês e ano.

De certa forma, estes dados parecem reflectir o desejo e a ambição que havia, de facto, em produzir uma publicação, por parte dos associados do Sindicato Nacional dos Jornalistas. Porém, tal vontade, parecia acabar sempre por esmorecer, pois as publicações foram sempre perdendo vigor até desaparecerem.

Por vezes, no próprio boletim procurava justificar-se o atraso que este sofria, no que à publicação diz respeito. Em 1971, aquando da saída ao público dos números 7, 8 e 9, referente aos meses de Janeiro a Junho e todos reunidos num mesmo boletim, dizia-se o seguinte: "Devido a circunstâncias de vária ordem, a publicação de *Jornalismo* tem sofrido lamentável atraso. Num esforço de normalizarmos a sua saída, decidimos reunir três números no presente volume (…)."[30]

3. Discurso *metajornalístico* no boletim *Jornalismo*

Em valores absolutos, contabilizaram-se, após análise do conteúdo de *Jornalismo*, um total de 375 peças, de dimensão muito variável. A

[30] **Jornalismo**, n.º 7, 8 e 9, 2.ª série, Janeiro/Junho de 1971, p. 3.

tabela 3 indica os valores aferidos por série de publicação do referido periódico.

Tabela 3
Matérias por série de *Jornalismo*

	1ª série	2ª série	Total de matérias
Número de matérias	287	88	375

Conforme se referiu na introdução, classificaram-se as peças em quatro macro-categorias (jornalismo e jornalistas; cultura, conhecimento e actualidade; legislação e Documentos Administrativos e outros assuntos). Os resultados constam da tabela 4.

Tabela 4
Conteúdos de *Jornalismo* (em percentagem)

	1ª série (%)	2ª série (%)	No total das séries (%)
Jornalismo e jornalistas	96	84	94
Cultura, conhecimento e actualidade	2	1	2
Legislação e Documentos Administrativos	1	14	1
Outros assuntos	1	1	3

Dado o título, dado os autores, dada a finalidade a que se propôs, entre outros parâmetros, seria de esperar que os conteúdos do boletim *Jornalismo* do Sindicato Nacional dos Jornalistas incidissem, de um modo geral, sobre o jornalismo e sobre os seus profissionais, os jornalistas. De facto, a grande maioria das peças da publicação falam sobre estes assuntos, como prova a tabela 4. *Jornalismo* privilegiou, sobremaneira, as matérias sobre jornalismo e jornalistas. Porém, sendo um periódico sindical direccionado para os jornalistas – e eventualmente também para outros agentes do processo jornalístico, como os empresários dos media – seria extremamente surpreendente se assim não fosse.

O valor de conteúdos da categoria "Cultura, conhecimento e actualidade" é bastante baixo. Os colaboradores do boletim usavam-no,

essencialmente, e como já se disse, para falar sobre a sua classe e sobre a sua profissão. Os artigos que se inseriram na categoria referida eram, por norma, informações sobre a publicação de um livro (não relacionado com o jornalismo ou a imprensa) ou notícias sobre a actualidade.

Como exemplo, surge no boletim n.º 3, referente a Agosto de 1967,[31] um artigo onde se fala da publicação de uma obra sobre economia. Chamava-se *A Economia do Século XX* e o seu autor era François Perroux, um ilustre economista francês. Faz-se uma breve apresentação da obra, com excertos da mesma, e aconselha-se a sua leitura.

Relativamente à categoria "Legislação e Documentos Administrativos", nota-se uma maior prevalência de matérias na 2.ª série, publicada entre 1970 e 1971, período durante o qual se negociava um Contrato Colectivo de Trabalho entre o Sindicato Nacional dos Jornalistas e o Grémio Nacional da Imprensa Diária (1970) e se discutia a Lei da Imprensa tanto no seio do SNJ como, depois, na Assembleia Nacional (1971). Daí que em *Jornalismo* se inserissem as discussões, bem como as Leis ou Decretos que daí se originavam, como mostram os exemplos abaixo transcritos das "Bases para um projecto de Lei de Imprensa Aprovadas pela Assembleia Geral do Sindicato" e de "A Discussão da Lei da Imprensa na Assembleia Nacional":

> Bases para um projecto de Lei de Imprensa Aprovadas pela Assembleia Geral do Sindicato
>
> As bases para um projecto de lei de imprensa elaboradas e aprovadas pela assembleia-geral do nosso Sindicato, foram entregues ao secretário de Estado da Informação e Turismo, para serem presentes ao Presidente do Conselho, durante uma entrevista concedida por aquele membro do Governo à direcção do Sindicato Nacional dos Jornalistas, no passado dia 8 de Maio. (…) Os jornalistas presentes salientaram que as bases para um projecto de lei de Imprensa de que se acabava de dar conhecimento ao Governo, correspondiam à opinião emitida pela classe sobre tão importante problema, pois tinham sido elaboradas e aprovadas em assembleia-geral do Sindicato, realizada em 23 de Janeiro do corrente ano, sendo, assim, o primeiro documento surgido em Portugal desde que,

[31] **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 25.

ultimamente, se voltou a pôr a hipótese de publicação de uma lei que regule o exercício da liberdade e do direito à informação. (…)
O documento é do seguinte teor:

Questão Prévia

Entende-se que, em princípio, para assegurar a existência da liberdade de Imprensa não é necessária uma Lei de Imprensa – antes basta consagrar aquela em diploma constitucional e facultar os meios para o seu exercício efectivo. E pode acontecer até que uma Lei de Imprensa não se destine tanto, na prática, a consagrar aquela liberdade, como a impor-lhe restrições.
Por isso, salienta-se como questão prévia, que para atingir a desejada e desejável liberdade de Imprensa, a Lei de Imprensa não será, talvez, necessária, e poderá até ser, porventura, prejudicial. Porém, como na actual conjuntura nacional parece ser impensável outra via, apresentam-se as bases fundamentais que os jornalistas portugueses defendem para a futura Lei de Imprensa, que se impõe debater e publicar com a maior urgência.

Bases Fundamentais

I – Da liberdade de expressão

1 – O direito de liberdade de expressão – que se pressupõe o direito e liberdade de acesso à informação – reconhecido e consagrado no n.º 4 do art.º 8 da Constituição Política, pode ser exercido por todos sem dependência de qualquer censura prévia ou posterior, e sem outros limites ou restrições que não sejam os constantes da presente Lei.
2 – Apenas são considerados abusos de liberdade de Imprensa os crimes previstos no Código Penal, quando cometidos pela Imprensa, devendo-lhe ser aplicadas as penas previstas naquele diploma.
§ único – poder-se-ão eventualmente consagrar algumas medidas tendentes a conseguir uma maior celeridade processual na instrução e julgamento daqueles crimes, mas que não importem, de qualquer maneira, nenhuma espécie de prejuízo nas garantias de defesa.
3 – Todos os crimes de abuso de liberdade de Imprensa deverão ser julgados nos tribunais comuns (e portanto, com exclusão dos tribunais plenários), havendo sempre possibilidade de recurso das respectivas

decisões. Nenhuma espécie de sanções poderá, em qualquer caso, ser aplicada aos jornais ou aos jornalistas por via administrativa. Não podem ser criadas novas incriminações, especificamente para delitos de Imprensa.

4 – Os autores dos escritos, quando indicados na publicação, são os únicos passíveis de procedimento criminal, nos termos das bases anteriores. Na falta de indicação dos autores, a responsabilidade criminal cabe apenas ao director da publicação, ou a quem legalmente o substitua. Ao mesmo tempo, as empresas editoras são responsáveis pelas indemnizações que a favor dos ofendidos venham a ser arbitradas.

5 – As publicações em que sejam cometidos abusos de liberdade de Imprensa são passíveis de sanções, a aplicar também mediante julgamento nos tribunais comuns e em processo próprio, ao qual deve ser apensado o que já tenha ocorrido contra o autor do escrito e (ou) o respectivo director.

6 – Nenhumas sanções podem, em caso nenhum, ser aplicadas às tipografias em que as publicações são feitas, bem assim como àqueles que, de qualquer forma, participam na sua elaboração, distribuição ou venda.

7 – Para a criação e publicação de jornais e revistas não é necessária autorização, habilitação prévia ou caução de qualquer ordem.

8 – Os directores e editores não necessitam de qualquer aprovação para o exercício dos respectivos cargos, devendo apenas exigir-se, quanto aos primeiros, que se verifiquem as condições previstas no n.º 2 do capítulo seguinte e, quanto aos segundos, que possuam as mesmas habilitações exigidas para os directores e que não tenham sido condenados a pena maior por crime doloso.

9 – As publicações são obrigadas a dar o direito da resposta a quem quer que nelas seja atingido por ofensas directas ao seu bom nome e reputação ou referência de facto falso que lhe diga respeito. O direito de resposta deve ser regulamentado em termos semelhantes aos consagrados no Decreto 12 008, de 28 de Dezembro de 1926.

II – Da autonomia dos jornais perante as forças económicas

Reconhecida como "elemento fundamental da política e administração do País", a Imprensa, para que possa ser defendida "de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem

comum" e desempenhar cabalmente uma função de carácter público, precisa gozar da maior independência, perante as forças económicas que a administram e a dirigem, e da maior liberdade perante os poderes públicos, dentro da máxima responsabilidade.
Para isso, a Imprensa não pode desfrutar do regime de monopólio que lhe tem conferido o Estado, quando limita a fundação de novos jornais diários, uma vez que aos poderes públicos incumbe autorizar e fomentar a criação de novas empresas jornalísticas, tal como vem fazendo para outros sectores da produção industrial.
A independência dos jornais perante as forças económicas que os administram e orientam tem de ser garantida com medidas oficiais que estabeleçam as seguintes bases:
1.º - Livre fundação de empresas jornalísticas e de outras empresas informativas e noticiosas, de Rádio, e de Televisão, de âmbito nacional ou regional;
2.º - A direcção dos jornais diários e de todos os não diários, revistas ou publicações cujas tiragens e publicidade o justifiquem, só pode ser assumida por um jornalista profissional com mais de cinco anos de actividade, que não tenha sido condenado em pena maior por crime doloso e que não faça parte dos conselhos de administração de qualquer empresa jornalística, nem ocupe cargo público ou privado (nomeadamente no sector da publicidade) que possa importar perda da independência necessária para o exercício do cargo:
3.º - Plena liberdade sindical, garantida pelas leis internacionais do Trabalho.

III – Das relações dos jornalistas com as empresas

Dentro destes princípios, impõe-se definir, através de um Estatuto, as relações dos jornalistas com as empresas, de modo a fixar os seguintes aspectos profissionais, deontológicos, morais e sociais:
A direcção dos órgãos de informação é da responsabilidade do director (e do subdirector ou director-adjunto, quando existam tais cargos) que deve ser coadjuvado pela chefia e pelo conselho de Redacção;
O Conselho de Redacção é constituído por um número de redactores (e) ou repórteres a determinar, mas que nunca poderá ser superior a sete, e que serão eleitos, bienalmente, por todos os profissionais (excluindo, portanto, os estagiários) de cada jornal, de acordo com critérios e normas

a determinar pelos mesmos profissionais;
Ao Conselho de Redacção incumbe pronunciar-se sobre todos os sectores da vida e da orgânica do jornal que digam respeito ou de qualquer forma se relacionem com o exercício da actividade dos profissionais, devendo ainda ser ouvido pela direcção em todos os assuntos de importância para a vida da publicação que não sejam de natureza administrativa, bem quando estiver em causa a sua orientação.
§ único – Entre as atribuições do Conselho de Redacção, conta-se necessariamente a de eleger os elementos da chefia da redacção ou sancionar a escolha feita, em princípio, pela direcção;
Todos os textos publicitários deverão ser identificados como tal de maneira uniforme e inequívoca;
A liberdade dos jornalistas defenderam nos jornais onde se trabalhem os seus interesses sindicais ou escreverem sobre as iniciativas promovidas pelos seus organismos de classe.

IV – Da liberdade de informação

Os jornalistas reclamam como direitos fundamentais para o exercício sério e consciencioso e para a dignificação da sua profissão, que lhes devem ser expressamente reconhecidos:
A liberdade de informação
O livre acesso à informação
O sigilo profissional
Para defender e salvaguardar estes direitos impõe-se que eles se integrem na legislação sobre a Lei de Imprensa, na qual serão fixadas as seguintes bases:
1.º - É assegurada, por todos os meios, a liberdade da Imprensa informar com objectividade e verdade;
2.º - As limitações legais à liberdade de informação só poderão existir nos precisos limites em que sejam impostas pelos segredos de Estado, pela independência nacional e pela vida íntima dos cidadãos, desde que esta não tenha repercussão pública. Tais limitações devem ficar claramente expressas, sem que a sua interpretação ofereça quaisquer dúvidas e sem que possam ser aplicadas analógicas ou extensivamente;
3.º - O livre acesso às fontes de informação será facultado aos jornalistas profissionais por todos os departamentos, organismos e serviços do Estado e por outros de carácter público, bem como por empresas

comparticipadas pelo Estado ou em que este tenha acções;
4.º - O livre acesso à informação apenas poderá ser impedido em relação aos processos em segredo de justiça ou aos documentos que sejam considerados segredos de justiça ou aos documentos que sejam considerados segredos de Estado ou susceptíveis de pôr em perigo a independência nacional;
5.º - Ao jornalista será assegurado o direito ao sigilo profissional e ninguém – incluindo o Estado e as empresas – poderá usar, directa ou indirectamente, qualquer meio de pressão moral, material ou física que o forcem a revelar as suas fontes de informação. Também os directores e as empresas não poderão revelar tais fontes, quando delas tenham conhecimento, sem prévia autorização, por escrito, do jornalista responsável pela matéria em causa;
5.º - Apenas por decisão judicial dos tribunais comuns – em termos a fixar – poderão os jornalistas, quando tenham revelado matéria prevista nos nºs 2 e 4 deste capítulo, ser obrigados a revelar as suas fontes de informação.[32]

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

A Discussão da Lei da Imprensa na Assembleia Nacional
(De 23 de Julho a 4 de Agosto de 1971)
(…) Entrou na Mesa, ao abrigo da suspensão dos trabalhos, uma proposta de alteração subscrita pelos Srs. Deputados Francisco Balsemão, Ávila de Azevedo e Joaquim Macedo, que vai ser lida. Esta proposta menciona o n.º 2 da base I, mas na Mesa verifica-se, pelos textos, que ela se reporta ao que é agora o n.º 1 da base II,
Foi lida. É a seguinte:
Propomos que o n.º 1 da base II passe a ter a seguinte redacção:
As publicações podem ser periódicas ou unitárias.
(…) Esta proposta apresentada pelos Srs. Deputados Pinto Balsemão e outros consiste no seguinte: enquanto o texto submetido à Assembleia diz: "A imprensa classifica-se em periódica e não periódica.", este diz: "As publicações podem ser periódicas ou unitárias."
(…) Vamos passar à base IV, em relação à qual também há uma proposta de alterações dos Srs. Deputados Pinto Balsemão e outros. (…)
Base IV

[32] **Jornalismo**, n.º 1, 2.ª Série, Janeiro/Fevereiro de 1970, pp. 9, 10 e 11.

(Profissionais da imprensa periódica)
1. Consideram-se profissionais da imprensa periódica, para os efeitos da presente lei, todos aqueles que, por virtude de contrato de trabalho com uma empresa jornalística, fazem das actividades próprias da direcção ou da redacção da imprensa periódica ou das agências noticiosas a sua ocupação principal.
2. Em estatuto próprio serão definidos os requisitos indispensáveis ao exercício da actividade dos profissionais da imprensa periódica e as respectivas categorias, por forma a salvaguardar a sua independência e dignidade.
Proposta de alteração
Propomos que a base IV passe a ter a seguinte redacção.
3. Consideram-se jornalistas, para os efeitos da presente lei, todos os que, habilitados com a respectiva carteira profissional, façam parte da direcção ou da redacção de periódicos ou de agências noticiosas, desempenhando as suas funções com carácter permanente, efectivo e remunerado.
1 .Em estatuto próprio, que será aprovado pela Corporação da Imprensa e Artes Gráficas, serão definidos os direitos e deveres dos jornalistas, os requisitos indispensáveis ao exercício da sua actividade e as respectivas categorias, por forma a salvaguardar-se a sua independência e dignidade.
(…) Por tudo isto, parece indicado dar-se à definição de jornalista uma maior flexibilidade, com vista a abranger todos aqueles que, ligados ou não por contrato de trabalho, fazem do jornalismo a sua preocupação permanente, regular e assídua, tirando dela a maior parte do seu sustento. Penso ainda que é de toda a vantagem inserir na lei de imprensa uma referência expressa à carteira profissional. (…)
Visto que a carteira profissional só é atribuída a quem possua determinadas qualificações e obriga à obediência a regras deontológicas, é coerente e lógico que se mantenha o regime actual em vigor, aliás não expressamente revogado na proposta ou no texto da comissão, e se insira no n.1 da base V uma referência à carteira profissional. (…)

Base V
(Liberdade de imprensa)
(...) este conjunto de argumentos leva-se, por isso, a considerar que, em vez de uma pomposa enunciação pragmática, é preferível, para que a imprensa, como força social, possa desempenhar a sua função de

carácter público, definir com precisão, com rigor jurídico, o princípio da liberdade de expressão de pensamento pela imprensa e os respectivos limites.
Estes limites só serão actuantes e só não serão perigosos se, na realidade, forem definidos rigorosamente. (…)

Base IX
(Direito à constituição de empresas)
(…) Parece-me que este é um dos pontos mais importantes da lei de imprensa que estamos a discutir e a votar. A livre criação de empresas jornalísticas constituí uma das garantias essenciais para a existência efectiva da liberdade de imprensa.
Por um lado, só libertando o condicionamento estritamente político quanto à concessão de novos títulos – se poderá criar uma só concorrência, através da qual melhore a qualidade do produto informativo e através da qual encontrem modos de expressão todas as pessoas interessadas em exprimir o seu pensamento.
Por outro lado, a constituição de novas empresas jornalísticas ou editoriais é condição da maior relevância para contrabalançar o recente movimento de aquisição de títulos por grupos económicos.
Se pretendermos que a censura dos grupos de pressão não venha substituir-se à censura política, devemos facilitar o aparecimento de novas empresas jornalísticas, editoras e noticiosas. Caso contrário, poderíamos ter a lei de imprensa mais liberal do muno… (…)

Base XII
(Ensino do jornalismo)
(…) O primeiro era o da necessidade urgente de um curso de jornalismo, até porque esta lei, que aqui estamos a discutir e a votar, entrará em vigor quando muito dentro de seis meses. E que foi claro quanto ao segundo ponto, que é o da complexidade do ensino do jornalismo.
Afigura-se-me desnecessário acentuar o interesse da consagração na lei do ensino do jornalismo, mas afigura-se-me necessário felicitar a comissão eventual pela iniciativa que tomou de o fazer, visto que nem na proposta governamental, nem no projecto que com o deputado Sá Carneiro subscrevi havia qualquer menção ao ensino do jornalismo. Penso, portanto, que é uma achega importante a que a comissão eventual trouxe para a lei da imprensa.

> Este curso, no entanto, só poderá preencher os requisitos indispensáveis á formação dos jornalistas do nosso tempo se for um curso superior. (…)[33]

Em "Outros assuntos" foram enquadradas as peças que não estavam relacionadas com o jornalismo ou os jornalistas. Como exemplo, temos um artigo, inserido no boletim n.º 2, da 2.ª série, intitulado "A utilização do cartão de crédito e as suas perspectivas no comércio nacional"[34] que abordava, como o próprio título indica, a introdução do cartão de crédito em terras lusas e explicava a sua forma de funcionamento e a sua finalidade.

Tabela 5
Conteúdos metajornalísticos de *Jornalismo* (em percentagem)

	1ª série (%)	2ª série (%)	No total das séries (%)
Ética, direito e deontologia do jornalismo, liberdade de imprensa e opinião pública	7	8	7
Ensino do jornalismo	6	10	7
Biografias e memórias de jornalistas	1	0	1
História do jornalismo	6	4	6
Vida profissional, conjuntura jornalística e relações jornalísticas internacionais	44	57	46
Teoria do jornalismo	12	5	10
Solenidades, prémios e outros eventos	9	1	8
Publicações de carácter jornalístico	5	8	6
Outros temas jornalísticos	10	7	9

A tabela 5 documenta que os editores de *Jornalismo* tinham como grande preocupação a sua vida profissional e a conjuntura jornalística (cerca de 45% das peças). A reivindicação por melhores condições de trabalho, a luta por melhores salários, a procura de maior dignidade

[33] **Jornalismo**, 2.ª série, n.º 10/11 e 12, 1971, pp. 4 a 86.
[34] **Jornalismo**, 2ª série, n.º2, Março/Abril de 1970, p. 50.

profissional estava, constantemente, em debate, nas páginas de *Jornalismo*.

No entanto, a teorização sobre o jornalismo (12%) ocupou, também, bastante tempo de reflexão a estes profissionais, que já demonstravam uma certa preocupação com a sua profissão e com os caminhos que esta ia percorrendo, ocupando-se a tentar perceber que caminhos trilhar para acompanhar qualquer evolução sentida e tentando sempre acompanhar as novidades que iam surgindo.

O valor para a categoria solenidades, prémios e outros eventos (10% das matérias), justifica-se pela necessidade que os profissionais da imprensa tinham de celebrarem e consequentemente, dignificarem a profissão de jornalista e o jornalismo. Ao mesmo tempo, também visavam recompensar os que, por alguma razão, eram considerados modelos a seguir.

A percentagem de matérias dedicadas à ética, direito e deontologia do jornalismo, liberdade de imprensa e opinião pública, ensino do jornalismo e história do jornalismo vai situar-se entre os 6 e os 7%, mostrando ser assuntos que preocupavam os jornalistas. Cada vez mais perto de se criar um curso superior para os profissionais da imprensa, as diversas opiniões sobre o assunto costumavam ser registadas em *Jornalismo*, bem como as propostas desenvolvidas, principalmente pelo SNJ (que em 1970 apresentou o já referido "Projecto de Ensino do Jornalismo em Portugal"). Em relação à história do jornalismo, a inserção destes textos contribuiria para a criação do universo simbólico da profissão de jornalista, ao conceder-lhe referentes identitários. No fundo, é também a celebração da profissão, não de uma profissão qualquer, mas de uma que tem uma história que remonta ao período entre o final do século XVI e meados do século XVII, portanto longa e digna de ser recordada. Numa altura em que ainda se vivia num regime ditatorial, era de esperar que poucos textos falassem directamente sobre a liberdade de imprensa como, de facto, se registou. Quando se abordava o assunto era para falar da dificuldade em expressar livremente a opinião num qualquer país que não Portugal ou para, brandamente, aludir à falta de liberdade de imprensa em terras lusas.

As publicações de carácter jornalístico saídas para o mercado eram

convenientemente anunciadas em *Jornalismo*, não só para dar a conhecer o que de novo havia no sector, mas também, mais uma vez, para se valorizar e elevar o trabalho dos profissionais da imprensa.

Finalmente, como fala o boletim *Jornalismo*, quando o assunto é jornalismo? Isto é, retomando as últimas perguntas de investigação, quais os enquadramentos sugeridos para o jornalismo para *Jornalismo*?

3.1. O discurso auto-referencial sobre o boletim *Jornalismo*

Não são muitos os artigos que falem exactamente sobre o boletim. De quando a quando, surge uma ou outra referência a *Jornalismo*, nomeadamente em textos laudatórios, tal como o que se segue, intitulado "Aplausos a *Jornalismo*" e que foi publicado na edição n.º 3, da nova série, de Agosto de 1967:

> Referimos no último número os aplausos que saudaram o aparecimento de *JORNALISMO* na Imprensa diária e noutros órgãos de Informação, na Metrópole e no Ultramar.
> O segundo número suscitou igualmente amáveis aplausos, que nos dispensamos de pormenorizar. Não queremos, porém, deixar de assinalar um ofício da Corporação da Imprensa e Artes Gráficas, no qual o seu ilustre presidente, sr. dr. Augusto de Castro, nos felicita vivamente pela iniciativa tomada. Agradecemos as felicitações, que têm o valor da autoridade de quem as subscreve.

Ainda sobre o *Jornalismo*, mas não de uma forma tão directa, o jornalista Nuno Rocha refere a dificuldade com que se deparavam para encontrar quem cooperasse na publicação da revista, escrevendo artigos, discorrendo sobre a sua classe e os seus problemas. Queixava-se o autor que os jornalistas portugueses não aproveitavam devidamente o boletim que era deles e para eles:

> Não estava na minha ideia escrever qualquer artigo para este número do Boletim. No entanto, as dificuldades que se têm encontrado – surpreendentes e inexplicáveis – para obter colaboração nacional sobre problemas e técnicas do jornalismo, obrigaram-me a fazer um novo esforço

> no sentido de que não se perca o hábito de ver tratadas nestas colunas assuntos que nos dizem directamente respeito. Embora o Boletim não tenha o carácter de publicação estritamente profissional, seria lamentável perder a oportunidade que se oferece aos jornalistas para exporem as suas próprias ideias sobre a Imprensa. (…)
> A (…) oportunidade não tem sido devidamente aproveitada, permitindo a ilação de que os jornalistas são incapazes e incompetentes e que, logo, o que se lhes paga já é suficiente, se é que não excede o que eles, na realidade, valem. É a estes riscos que se expõe a maioria da classe, se as colunas de *Jornalismo* não forem avaramente aproveitadas para exprimir ideias, concepções, pontos de vista acerca da Imprensa, de molde a criar um clima de respeito e de consideração por quem pode, perfeitamente, ter opiniões precisas sobre o jornalismo.[35]

Em 1969, a publicação de *Jornalism*o já não era tão regular quanto os seus directores e colaboradores, muito provavelmente desejariam. No boletim n.º 9, referente ao mês de Julho do ano referido, explica-se o que poderá conduzir a publicação a um final, bem como se justifica o atraso que este número sofreu.

> Motivos de vária ordem, entre os quais não se encontra ausente um problema financeiro que poderá determinar o final da publicação de JORNALISMO, estão na origem do atraso desta edição do boletim do Sindicato.
> A demora no aparecimento do n.º 9 de JORNALISMO permite-nos, contudo, arquivar nas nossas colunas informações que reputamos de interesse para a classe, além da habitual colaboração de jornalistas portugueses e estrangeiros sobre temas de actualidade para a Imprensa e outros meios de comunicação. (…)[36]

Pode afirmar-se, em jeito de consideração final sobre este ponto, que os redactores de *Jornalismo* demonstraram alguma preocupação em divulgar os elogios que iam sendo feitos à sua publicação, procurando, assim, partilhar com todos os leitores as conquistas da mesma. Nota-se, também, nos redactores do boletim um cuidado em justificar atrasos

[35] Nuno Rocha, Os jornalistas e o progresso dos jornais, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 14.
[36] P.C., **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, p. 1.

na saída de determinado número ou outro qualquer pormenor que necessitasse de explicação. Estas matérias eram, por norma, publicadas no editorial.

3.2. O discurso auto-referencial sobre o Sindicato Nacional dos Jornalistas, sobre a história dos sindicatos e sobre o sindicalismo em geral

As conquistas alcançadas pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas eram, com frequência, motivo de notícia em *Jornalismo*, não só pelo prestígio que conferiam à corporação, mas também porque interessava à classe ver os seus triunfos propagadas. Num texto com o título de "Os Jornalistas deram o exemplo", publicado no boletim *Jornalismo* n.º 1, fala-se do novo contrato colectivo de trabalho que os jornalistas granjearam, com mais regalias para estes, e que tinha a particularidade de ter contribuído não só para a melhoria das condições e trabalho dos profissionais da imprensa diária, como também para outros trabalhadores da imprensa. O texto versava assim:

> Os jornalistas da Imprensa diária passaram a beneficiar, a partir de Junho de 1966, de um novo contrato colectivo de trabalho que entre outras inovações lhes concedeu diuturnidades de dez por cento sobre o salário-base, por cada cinco anos de actividade na mesma empresa, e um subsídio de férias correspondente a cinquenta por cento do vencimento mínimo.
> Estas regalias não eram ainda usufruídas por nenhuma classe profissional entre as que empregam a sua actividade na Imprensa e foram conquistadas através de árduo trabalho levado a cabo pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas. Verifica-se, agora, que esse trabalho, além de ter beneficiado os jornalistas, representou valiosa contribuição para outras classes que trabalham na Imprensa: os tipógrafos inscreverem as diuturnidades e o subsídio de férias, em idênticas condições, no contrato que assinaram em 31 de Março passado e as mesmas regalias constam do convénio que está em negociação entre o Grémio Nacional da Imprensa Diária e o Sindicato dos Empregados de Administração e Revisão.
> Após a homologação do novo contrato dos tipógrafos, numerosos

> destes profissionais exprimiram ao Sindicato dos Jornalistas os seus agradecimentos pela contribuição que indirectamente proporcionamos aos seus interesses. Agradecemos esta manifestação de gratidão.[37]

Em 1967, o Sindicato passa a permitir a admissão dos jornalistas ultramarinos na corporação. Não foi algo que acontecesse de um dia para o outro; foram precisos 22 anos. Em Junho de 1967, é publicado em *Jornalismo*, no boletim n.º 2, do mês de Junho, um artigo não assinado onde se fala da viagem que o presidente da direcção do Sindicato (José Manuel Pereira da Costa) fizera a Angola e Moçambique, durante a qual aproveitou para resolver alguns "problemas relacionados com a efectiva sindicalização dos jornalistas profissionais daqueles dois territórios"[38]. Em Angola, procedeu-se à eleição dos corpos gerentes da primeira secção do Sindicato. As entidades oficiais deste país manifestaram-se de forma positiva relativamente à instalação do Sindicato Nacional dos Jornalistas na província o que iria permitir, conforme registou o presidente da corporação, que os profissionais da imprensa de Angola pudessem continuar a usufruir de certos benefícios e a crescer enquanto classe. O único problema que persistia neste país tinha a ver com a integração no Sindicato dos profissionais que exercessem a profissão em publicações periódicas, problema para o qual o presidente da corporação não estava a ver solução rápida. Dizia-se:

> Trata-se, na realidade, de jornalistas profissionais, muitos vindos da Imprensa diária e vivendo exclusivamente, ou quase exclusivamente, do seu emprego nessas publicações. O problema foi exposto oportunamente ao Sr. Ministro do Ultramar, mas, apesar do cuidado que a direcção do Sindicato tem colocado na sua resolução, afigura-se-nos difícil encontrar o meio de satisfazer os desejos dos nossos colegas de Angola, prejudicados nos seus legítimos interesses e direitos pela legislação que define o jornalista profissional.[39]

[37] Os Jornalistas deram o exemplo, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 8.

[38] **Jornalismo**, n.º 2, Junho de 1967, p. 25.

[39] Jornalismo, n.º 2, Junho de 1967, p. 25.

Em Moçambique, o interesse dos jornalistas desse país em integrarem o Sindicato Nacional dos Jornalistas também era forte. Também eles ambicionavam negociar um acordo colectivo de trabalho que salvaguardasse os seus interesses e contavam com o Sindicato para que ajudasse a atingir esse fim. Aguardavam, ainda, ser incluídos na Caixa de Reformas dos Jornalistas, tendo o Sindicato, através do seu presidente de direcção, assumido que iria procurar concretizar com a maior brevidade essa aspiração. Em Outubro de 1967, na publicação n.º 4 do boletim, transcreve-se um texto de Mimoso Moreira,[40] onde o jornalista noticia o assunto:[41]

> Chegou a Lisboa a notícia de que iria instalar-se em Luanda a delegação angolano do Sindicato Nacional dos Jornalistas. (…)
> Ora a admissão dos profissionais da Imprensa do Ultramar no Sindicato Nacional, embora não seja como a lenda da Nau Catrineta, também tem uma boa história para contar… (…)
> A admissão no Sindicato não foi instada apenas para a posse de uma "carteira profissional" e de um emblema.[42]

As notícias sobre o Sindicato Nacional dos Jornalistas, a sua acção, as suas conquistas, as suas derrotas, as suas lutas, etc., foram constantes no boletim. Sempre que havia mudanças nos corpos gerentes ou na direcção, era, também, motivo para se publicar um artigo em *Jornalismo*. Como exemplo, atente-se no seguinte excerto retirado do boletim n.º 5, de Dezembro de 1967: "O acto de posse dos corpos gerentes do Sindicato que funcionarão no triénio 1967/1969 efectuou-se em 6 de Novembro, em cerimónia que teve larga participação de colegas."[43] Formalidades à parte, o momento era aproveitado para se fazerem balanços do que havia sido feito, para se falar do futuro e para delinear caminhos a seguir:

[40] Um dos jornalistas que mais se bateu pela integração dos seus colegas ultramarinos no Sindicato Nacional dos Jornalistas.

[41] O texto já havia sido publicado no diário "A Província de Angola".

[42] Mimoso Moreira, Subsídios para a história de integração dos jornalistas ultramarinos no Sindicato, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 22.

[43] **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, p. 12.

Esta cerimónia de posse dos corpos gerentes do Sindicato Nacional dos Jornalistas parece-me momento azado para efectuar um balanço do que foi, nos últimos três anos, a vida do organismo que – melhor ou pior – representa os profissionais da Imprensa. Parece-me, também, que esse balanço é, não apenas útil, como indispensável, pois que poderá permitir em visão ajustada das realidades – do que foi feito, do muito que ainda há a fazer – que tocam a uma classe cuja situação de desfavor perante outras só pode ser medida pelo desencanto das desilusões sofridas e pela teimosia com que se persiste no combate por uma dignificação que tem sido bandeira de todos os verdadeiros jornalistas.

Reconheçamos que, apesar de tudo, se percorreu um duro e longo caminho, em que nada foi conquistado sem esforço, em que nenhuma vantagem foi obtida sem recorrer a fatigantes diálogos. Os êxitos tiveram, assim, sabor particularmente doce, embora, por vezes, não tenham passado de pálidos arremessos daquilo que os jornais consideravam justiça concretizar. Comparando-as com as de outras classes, as vantagens, quando nos alcançam, são, via de regra, poucas – e vêm atrasadas. (…)

A dignificação e a valorização da Classe dos jornalistas são já realidades, só possíveis pela coragem e espírito de sacrifício das sucessivas direcções do Sindicato. (…)

O Contrato Colectivo de Trabalho foi a mais importante consequência de tal labor e veio culminar muitos meses de diligências, que nem sempre decorreram pacificamente. Durante elas – bom é recordá-lo – não hesitaram os representantes sindicais em pôr os seus lugares em jogo, ao recusarem abdicar de posições que reflectiam justas e prementes reivindicações da Classe. (…)

Mas, para além da regulamentação das condições de trabalho dos profissionais da Imprensa e das Agências Noticiosas, do Decreto-Lei que actualiza a Carteira Profissional e da inclusão dos jornalistas desportivos e do Ultramar no Sindicato, a Direcção cessante preocupou-se com a satisfação de outras necessidades profissionais, fossem elas de aspecto material ou cultural. (…)

Prosseguindo, afirmou que à nova Direcção cabe tarefa de suma importância: levar a cabo, pelos meios proporcionados ao Sindicato, um passo decisivo na valorização da Classe. Assim, no domínio cultural, e para cumprimento de um preceito estatutário, fora esquematizado um plano, em que figura a edição regular do Boletim do Sindicato, e

> seguir-se-ão, em breve, cursos de aperfeiçoamento e outras iniciativas conducentes ao mesmo objectivo.[44]

Aquando dos 25 anos da Caixa de Reforma dos Jornalistas, aborda-se o tema nas páginas de *Jornalismo*, recordando-se o acontecimento, que tão importante foi para a classe, e felicitando quem sempre lutou por um sistema de previdência para os jornalistas, como foi o caso de Luís Teixeira.

> O ano de 1943 ficou assinalado na vida do Sindicato Nacional dos Jornalistas como um dos de mais profícua actividade na vida do organismo. As principais aspirações da Classe tiveram concretização por essa época. A instituição da Caixa de Reformas (…) coincidiu com outras regalias que iniciaram a efectiva profissionalização da Classe. Citemos, por exemplo, a carteira profissional, o primeiro despacho de salários mínimos e o primeiro projecto do contrato colectivo de trabalho. Na transformação destas aspirações em realidades encontramos sempre o mesmo homem, um camarada que é sem dúvida um dos sócios a quem o Sindicato Nacional dos Jornalistas mais deve: Luís Teixeira. Foi o principal autor de um conjunto de medidas que ainda vigoram com poucas modificações. As dificuldades com que ele e os que o acompanharam tiveram de lutar, para a prevalência de pontos de vista que eram os de todos os jornalistas profissionais, são estendidas na sua justa medida por quantos posteriormente ocuparam funções na direcção do Sindicato e no exercício dos seus cargos efectivamente trabalharam.[45]

A notícia da constituição da primeira cooperativa de jornalistas portugueses, com sede no Porto, foi, convenientemente divulgada no boletim, dado tratar-se de um acontecimento muito importante para a classe.

> Foi fundada no Porto uma Cooperativa de Jornalistas, a cuja constituição do Sindicato ofereceu, desde o seu anúncio, ampla colaboração. Trata-se de uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, sob a denominação de "Jornális-Clube de Jornalistas, S. A. R. L.", com sede

[44] **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, pp. 12 e 13.
[45] **Jornalismo**, n.º 6, Fevereiro de 1968, p. 4.

> naquela cidade e com capital social variável, constituído por acções no valor nominal de 200$00 cada uma.[46]

Esta sociedade procurava, acima de tudo, uma elevação da imprensa, tanto a nível moral como intelectual; uma fomentação de trabalhos e publicações de carácter jornalístico; e, como não podia deixar de ser, a defesa dos interesses dos jornalistas.

> Entre os diversos fins da sociedade apontam-se: elevar o nível moral e intelectual da Imprensa, salvaguardando-a de interesses prejudiciais à sua dignidade e ao seu prestígio; defender justos interesses dos jornalistas profissionais e os seus direitos de autor; fomentar a edição de trabalhos de carácter jornalístico, obras literárias de reconhecido mérito, jornais e revistas, e a instalação de fotografias, livrarias, bibliotecas especializadas, hemerotecas e museu de arte gráfica; promover cursos culturais, exposições, excursões, visitas de estudo, espectáculos, conferências, colóquios e iniciativas de carácter recreativo; promover ainda o bem-estar dos sócios e de suas famílias através da instalação de parques de repouso e de recreio, centros culturais e postos de consulta e tratamento, de acordo com os respectivos regulamentos; dedicar-se a quaisquer outras actividades afins à profissão, permitidas por lei, ou que sejam consideradas necessárias à realização do objectivo social.
> Só poderão pertencer à sociedade jornalistas profissionais, isto é, com a carteira profissional passada pelo Sindicato Nacional de Jornalistas, que residam em qualquer ponto do País.[47]

Uma das acções desenvolvidas pelo Sindicato, no ano de 1968, foi um curso de línguas. O assunto foi divulgado em *Jornalismo*, de modo a propagandear as actividades empreendidas pela corporação.

> Principiou a funcionar no final de Outubro, na sede do Sindicato, um curso de aperfeiçoamento de Inglês e Francês destinado exclusivamente aos consócios.
> Ministrado por professoras das respectivas nacionalidades, o curso realiza-se a título experimental. O horário estabelecido tornou impossível,

[46] **Jornalismo**, n.º 8, Novembro de 1968, p. 24.
[47] **Jornalismo**, n.º 8, Novembro de 1968, p. 24.

> praticamente, a presença de sócios que trabalham nos vespertinos, mas é propósito da Direcção promover cursos semelhantes em intenção desses profissionais, se se concluir que a iniciativa lhes pode ser útil.[48]

O alargamento do Sindicato Nacional dos Jornalistas aos profissionais de jornalismo dos semanários, da televisão, da rádio e das actualidades cinematográficas, aspiração já há muito desejada por estes, foi equacionado em 1969 e foi falado em *Jornalismo* em Julho do mesmo ano, no boletim n.º 9. Dizia o seguinte:

> Considerando legítima a pretensão dos jornalistas de alguns sectores da imprensa não diária no sentido de lhes ser aplicável o regime do Decreto-Lei n.º 46 833, de 11 de Janeiro de 1966, e reconhecida a justiça de conceder tratamento idêntico aos profissionais da informação que exerçam a sua actividade na radiodifusão sonora, na televisão e na produção de documentários de actualidades cinematográficas, importa encontrar o processo de efectivar a realização daquelas aspirações.
> Em face da dificuldade de definir com o rigor requerido a situação de todos aqueles interessados, em termos que permitissem estabelecer, por forma genérica, a sua equiparação aos jornalistas da imprensa diária, entende-se que a solução mais viável consiste em conceder aos Ministérios do Ultramar e das Corporações e Previdência Social e à Secretaria de Estado da Informação e Turismo a faculdade de intervirem nas referidas equiparações, em relação a cada caso e segundo determinada linha de orientação. É este o critério adoptado no presente diploma.[49]

Uma outra iniciativa desenvolvida pelo SNJ, um curso de jornalismo, foi também alvo de atenções e elogios por parte de entidades governamentais, bem como a corporação em geral, o que era sempre conveniente reproduzir em *Jornalismo*:

> (…) Deve levar-se em consideração, por outro lado, que uma iniciativa do Sindicato (o Curso, cuja sessão inaugural noticiámos no número anterior e de que neste descrevemos os actos de encerramento) é significativamente contemplada no preâmbulo do diploma. "Pode

[48] Um Curso de Línguas no Sindicato, **Jornalismo**, n.º 8, Novembro de 1968, p. 24.
[49] **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, p. 43.

> prever-se – diz-se no documento – que o regime agora estabelecido venha a ser completado, a breve trecho, quando, terminados os estudos há muito iniciados, sejam criados cursos oficiais de jornalismo e se estabeleça o princípio geral de preferência para o ingresso na profissão aos indivíduos habilitados com aqueles cursos." (…) Um direito, releve-se, conquistado por mérito próprio e mercê especialmente da acção do Sindicato. É o nosso organismo o único que presentemente na orgânica corporativa faz jus à designação de Sindicato Nacional, por abarcar profissionais da Metrópole e do Ultramar. (…)[50]

A anexação dos jornalistas no Sindicato Nacional dos Jornalistas era considerada, por alguns profissionais, como essencial para garantir o crescimento e desenvolvimento da classe. César Príncipe explora esta questão, num texto onde também refere que os trabalhadores da imprensa devem manter-se unidos em prol do seu progresso.

> Para um Neo-Capitalismo um Neo-Sindicalismo
>
> O jornalista é um profissional da consciência pública, que necessita de uma renovada consciência de si próprio e do alcance das suas funções a nível social e no âmbito da empresa.
> A nossa época exige uma perspectiva de classe em desenvolvimento – a tenta aos métodos da evolução das empresas e do sistema social onde se movimentam. É urgente planificar as necessidades e as exigências pessoais de classe e do país.
> Os jornalistas devem estruturar-se no Sindicato, organização básica de legalização das reivindicações, de aprofundamento táctico das posições contratuais, do diálogo – confronto laminador das deficiências críticas – órgão representativo de intervenção sistemática.
> Pela nossa particularidade de homens da Informação, estamos em circunstâncias de enfileirar na vanguarda sindical num país subdesenvolvido que toma consciência superadora do seu subdesenvolvimento.
> Para isso, precisamos de uma ideologia de classe enquadrada nos condicionalismos vigentes, isto é, de paciência activa, de coragem disciplinada, de solidariedade lúdica – e de um programa de acção elaborado por debates integrados das nossas noções de defesa colectiva.
> O patronato está estruturado nas empresas e nos grémios, o governo

[50] P.C., Problemas do Sindicato e dos jornalistas, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, p. 1.

> numa teia de instituições de regulamentação económico-social. Os trabalhadores têm de actuar em equipa, desde as empresas aos sindicatos, num esquema de dinâmica de grupos interdependentes, porque enfrentam pressões organizadas. (…)
> Temos de coordenar os esforços individuais, participando com personalidade na actividade sindical: já nenhum profissional responsável delega responsabilidades sem participação, como nenhum accionista responsável confia nas boas-intenções dos accionistas-administradores. (…)
> Ao neocapitalismo corresponderá o neo-sindicalismo.
> Ao poder dos presentes e futuros superprémios, a força das centrais sindicais e das confederações de trabalhadores. (…)[51]

No boletim n.º 2 da 2.ª série de *Jornalismo* (correspondente aos meses de Março/Abril de 1970) surge um interessante texto, assinado por Francisco Marcelo Curto e intitulado "Sindicalismo e Sindicatos" onde se faz uma resumida análise da evolução histórica que conduziu ao aparecimento da acção sindical e dos sindicatos. O momento para a sua publicação é considerado oportuno, uma vez que se vivem tempos de agitação sindical, segundo o autor do texto. Esta agitação ou estas manifestações traduzem-se em "colóquios, [nos] grandes títulos da imprensa diária, [nas] declarações do Governo…"[52]

Falando das origens do sindicalismo e dos seguintes, Francisco Marcelo Curto diz:

> O sindicalismo aparece como doutrina para a acção de uma classe a partir, precisamente, das necessidades concretas de agir da classe trabalhadora. As determinantes próximas das primeiras manifestações sindicais aparecem ainda dentro da estrutura corporativa de artes e ofícios. Pretendem já sair do âmbito corporativo, mas os que promovem as acções são ainda homens integrados nas corporações e trabalhadores com certa especialização profissional e nível de vida superior ao da classe trabalhadora. Em 1720 (…) Londres (…) encontrar-se aqui o

[51] César Príncipe, Para um Neo-Capitalismo um Neo-Sindicalismo, **Jornalismo**, n.º2, 2.ª série, Março/Abril de 1970, p. 13.

[52] **Jornalismo**, n.º 2, 2.ª série, Março/Abril de 1970, p. 13.

> embrião dos primeiros sindicatos. No entanto (…) não eram ainda as massas mais pobres e desprotegidas dos trabalhadores que se manifestavam nessa época. (…)
> Já antes da Revolução Francesa e nomeadamente na Inglaterra, os trabalhadores tentavam associar-se, mas é a partir do final do século XVIII que a associação se socorros mútuos vai desempenhar, de alguma maneira, o papel dos futuros sindicatos. Significativo é o facto de a acção sindical se ter começado a exercer muito antes da constituição e funcionamento dos primeiros sindicatos. (…)
> Como surge pois a organização sindical? Segundo Jean Bernard "é da organização horizontal das compagnonnages medievais, associações de operários que se opõem à organização vertical das corporações, que surge a associação sindical". (…)
> Não há, porém, desacordo em que, no século XIX e antes de estar de pé uma organização sindical, a solidariedade operária se vai manifestar através das associações de socorros mútuos, as quais asseguram, mediante uma quotização mínima dos seus associados, subsídios de doença, reformas, despesas de funeral e socorro à viúva. (…)
> (…) a partir do início deste século os sindicatos se encontram organizados ao nível nacional e internacional, sendo certo que, desde então, se têm afirmado neles as tendências reformistas. (…)
> (…) através de uma linha evolutiva irregular, mas que podemos considerar constante, podemos hoje distinguir dois ou três tipos de acção sindical. (…)
> A vitalidade dos sindicatos é hoje um facto indesmentível, não só ao nível nacional como internacional.
> Acrescentemos que a acção sindical esteve sempre, e em grande parte, dependente dos elementos jovens que trazem com eles novo vigor para renovar aquela mesma acção. Educá-los e controlá-los é missão dos sindicatos. (…) O que implica (…) a conclusão de que o sindicalismo não está destinado a institucionalizar-se, pois que os sindicatos serão sempre tonificados, nas suas velhas engrenagens, pelo contínuo movimento histórico, que as contradições sociais e económicas não podem deixar de originar ao nível estrutural e logo individual.[53]

[53] Francisco Marcelo Curto, Sindicalismo e Sindicatos, **Jornalismo**, n.º 2, 2.ª série, Março/Abril de 1970, pp. 14, 15 e 17.

Ao encerrar-se este ponto, pode afirmar-se, em jeito de resumo, que os redactores de *Jornalismo* usaram páginas da sua publicação para comunicar conquistas conseguidas pelo SNJ, como, por exemplo, a admissão dos jornalistas do Ultramar na corporação e a luta pelo ingresso na mesma dos profissionais da televisão, rádio, semanários e actualidades cinematográficas. Pode também dizer-se que se descreveram algumas das actividades desenvolvidas pela corporação, como a colaboração com outros órgãos relacionados com a imprensa e/ou a organização de cursos para jornalistas e se relataram algumas das mudanças ocorridas nos corpos gerentes ou na Direcção do SNJ. Certos textos deste ponto sugerem, ainda, ser extremamente necessário que todos os jornalistas se filiem no sindicato, com base na máxima "a união faz a força".

3.3. O discurso auto-referencial sobre os jornalistas, o jornalismo e a imprensa

O discurso sobre os jornalistas ocupou grande parte das peças do boletim. Fosse através de textos de autores estrangeiros (normalmente jornalistas), ou através dos seus colaboradores directos, em *Jornalismo* a temática nunca se esgotou, o que só prova o quanto o seu debate era importante para a classe, que desejava uma maior dignificação para a sua profissão.

A elevação do estatuto da profissão era uma necessidade que os jornalistas sentiam e pela qual lutavam. Aquando da visita do Papa Paulo VI a Fátima (em 1967), a cobertura jornalística efectuada pelos profissionais da imprensa portuguesa foi de tal modo competente, que os elogios não deixaram de se fazer ouvir. Mateus Boaventura publicou em *Jornalismo* algumas das reacções e opiniões demonstradas.

> A reportagem da visita do Papa foi, na realidade, um êxito para a Imprensa portuguesa.
> O Subsecretário de Estado da Presidência, num ofício muito honroso para o Sindicato, exprimiu-nos a homenagem do governo à dignidade e competência com que os jornalistas portugueses se houveram na conjuntura. O Cardeal-Patriarca de Lisboa e outros altos dignitários da

> Igreja emitiram semelhante opinião. Louvores a que, certamente, os jornalistas não foram indiferentes.
> No entanto, para os profissionais da Imprensa, o melhor agradecimento terá consistido, sem dúvida, no êxito com que serviram o público. Encarregados do relato de um acontecimento que trouxe a Portugal grandes jornalistas de todo o Mundo, os portugueses levaram a cabo a sua missão de uma forma que não receia confronto. Por brio profissional, apenas. Nem haveria, aliás, retribuição material que pagasse o sacrifício de dois dias de trabalho consecutivo, realizado sob a intempérie, lutando contra a precariedade dos meios postos à sua disposição. Foi uma vitória honrosa para as equipas de reportagem que se deslocaram a Fátima. A elas ficou a dever-se o êxito alcançado, em maior ou menos escala, por todos os órgãos da Imprensa diária portuguesa. Bem mereceram, pois, a bênção especial com que o Papa distinguiu os jornalistas portugueses, os repórteres – e repórteres foram na ocasião redactores, subchefes, chefes de redacção e mesmo directores de jornais que estiveram a trabalhar em Fátima – que realizaram a cobertura jornalística da peregrinação de Paulo VI.
>
> À margem de uma peregrinação
> "Aos queridos jornalistas portugueses, por ocasião da nossa peregrinação a Fátima, com ardentes votos de uma obra sempre e cada vez mais sólida de defesa e propagação da verdade em prol de toda a humanidade, concedemos a Nossa Bênção Apostólica".
> Com estas palavras, terminou a visita do Papa Paulo VI à Cova da Iria. Filho de um grande jornalista italiano, ele tem procurado, por várias vezes, definir o papel da Imprensa no mundo em que vivemos. (…)[54]

Uma forma de enobrecer a profissão podia conseguir-se através do contacto com jornalistas de outros países, de forma a trocarem-se ideias, compararem-se modos e técnicas, enfim, ensinar-se e aprender-se mutuamente. Os profissionais da imprensa portuguesa e brasileira perceberam isso mesmo e aventuraram-se a propor um intercâmbio entre jornalistas, como se conta em *Jornalismo*:

[54] Mateus Boaventura, A reportagem da visita de Paulo VI a Fátima mobilizou toda a imprensa portuguesa, **Jornalismo**, n.º 2, Junho de 1967, p. 2.

> Um efectivo intercâmbio de jornalistas brasileiros e portugueses, em regime de estágio, foi proposto no II Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa. Trata-se de uma iniciativa do jornalista brasileiro Alves Pinheiro, integrado na delegação do seu país àquele congresso.
> Segundo esse projecto, os Governos de Brasília e de Lisboa criaram condições especiais, designadamente no sector dos transportes, a fim de que os jornalistas pudessem deslocar-se de um a outro país para estagiarem. As empresas jornalísticas comprometer-se-iam a pagar-lhes o salário mínimo local, sem prejuízo, no entanto, dos vencimentos a que teriam direito como funcionários efectivos. Considerar-se-iam, deste modo, os estagiários hóspedes das empresas jornalísticas ou dos Governos, ou dos próprios órgãos de Informação.[55]

Num texto publicado no boletim *Jornalismo*, redigido com base numa conferência proferida por Fernando Teixeira, onde o autor fala das escolas de jornalismo, surge, também, a sugestão de que os profissionais da imprensa portugueses, da Metrópole e do Ultramar, se devem encontrar mais vezes, seja em forma de intercâmbio, em regime de estágio ou de outra maneira qualquer.

> Outra conclusão a tirar desta conversa despretensiosa: nós, os jornalistas da Metrópole e do Ultramar, quase nos desconhecemos – embora separados apenas por sete horas de avião. Precisamos de fazer tudo que estiver ao nosso alcance para que encontros como este sejam frequentes. Para que jornalistas do Ultramar vão regularmente à Metrópole estagiar em jornais locais e outros de Lisboa venham para aqui e para as outras províncias afastadas. Em tempos, um organismo oficial, já não me lembro qual, consultou os diários metropolitanos sobre se estariam dispostos a receber nas suas redacções jornalistas do Ultramar em regime de estágio. O *Diário Popular* respondeu logo que sim e que contribuiria para a estada desses trabalhadores da Imprensa em Lisboa. Nunca mais, porém, ouvi falar do caso, o que mostra que a ideia não foi por diante. Pois vamos impulsioná-los e que tudo não fique apenas em boas palavras que é, aliás, costume bem português. O jornalista é, na nossa terra, demasiado modesto. Eu sou, por natureza, avesso a procurar lograr qualquer evidência, mas acho que, se pessoalmente, não devemos cultivar vaidades (tão inúteis nesta vida),

[55] Intercâmbio jornalístico, **Jornalismo,** n.º 2, Junho de 1967, p. 25.

> colectivamente devemos afirmar a nossa presença consciente e digna no conjunto das actividades nacionais.[56]

Um artigo interessante e curioso publicado em *Jornalismo* sobre a profissão do jornalista foi o que se segue abaixo e que se titula de "Jornalismo Profissão Perigosa – segundo a UNESCO", onde se refere que esta é uma ocupação perigosa:

> Um recente e documentado estudo publicado pela UNESCO conclui que ser jornalistas implica estar em risco de vida, já que a profissão pode ser considerada a segunda, quanto ao perigo (a primeira é a de pilotos de ensaios).
> O estudo revela que o jornalista vive na incerteza e no inesperado, o que motiva uma morte relativamente prematura, provocada por excessiva tensão nervosa, má regularidade na alimentação e, sobretudo, permanente inquietação devido aos muitos problemas que enfrenta.[57]

A discussão sobre a profissão jornalista não se esgota (o que só prova a tamanha importância que o tema tinha para a classe). Narra-se no boletim *Jornalismo*, n.º 3, de Agosto de 1967, que em Junho e Julho de 1967, o Sindicato organizou um conjunto de debates em "mesas redondas", na sua sede, com o objectivo de analisar a situação do jornalista profissional português. Os próprios organizadores consideraram o tema proposto para estudo "um tanto arrojado"[58], mas útil, pois, entre outros objectivos, procurava "elucidar a direcção do Sindicato quanto ao pensamento da classe acerca dos problemas que se colocam à sua gestão"[59] e só por isso já era francamente positivo.

Os orientadores das mesas foram: César Afonso, que falou da formação profissional; Manuel de Azevedo, que se ocupou da posição social do jornalista; José Rodrigo Carneiro da Costa Carvalho, que analisou a posição do jornalista quanto ao domínio natural; e Leopoldo Nunes, que falou sobre deontologia profissional.

---

[56] Fernando Teixeira, Escolas de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, pp. 17, 18 e 19.
[57] Jornalismo Profissão Perigosa – segundo a UNESCO, **Jornalismo**, n.º3, Agosto de 1967, p. 28.
[58] **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 9.
[59] **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 9.

César Afonso referiu que o problema da formação profissional dos jornalistas deveria ser encarado sob o aspecto psicológico e sobre o aspecto pedagógico. O jornalista salientou:

> A profissão de jornalista, vista não apenas de fora, mas vivida, tem muitos espinhos e está longe de corresponder à auréola de que o público a rodeia, imaginando-a uma profissão privilegiada. Essa auréola é antes uma coroa de espinhos, porque faltam infelizmente aos jornalistas as condições necessárias para poderem exercer a sua actividade. (…)
> A propósito da situação económica dos jornalistas, afirmou que os ordenados auferidos pelos jornalistas, em comparação com os de outras profissões de menor projecção e até de menor relevo social, eram irrisórios, pelo que a maioria tinha que procurar fora da profissão o complemento necessário para se manter dignamente. Esse acréscimo de trabalho implica uma diminuição, por vezes aflitiva, de tempos livres.
> O jornalista, para estar à altura das suas responsabilidades, não pode descurar o estudo dos problemas que tem de versar; daí a necessidade de uma permanente actualização e valorização, para poder responder às crescentes exigências profissionais. A sobrecarga de trabalho por falta de conveniente compensação e de estímulos, dentro das empresas jornalísticas, obriga os profissionais a uma dispersão prejudicial para eles como para os jornais. A burocratização da informação e a economia que as empresas procuram deram como resultado a padronização do noticiário, tornando-se geral o recurso à tesoura (ao corta e cola) e à tradução ou adaptação dos jornais, revistas e livros estrangeiros. (…)
> Tudo o que o Sindicato possa fazer para modificar a situação económica dos jornalistas, proporcionando-lhes condições económicas condignas ou pelo menos aceitáveis, contribuirá para criar as condições psicológicas necessárias à sua valorização.[60]

O jornalista acrescentou, relativamente ao segundo aspecto, o pedagógico, que

> contrariamente à opinião generalizada de que é fácil ser-se jornalista, não basta uma cultura de base, mas se torna necessária uma especialização.
> Há jornalistas que flutuam na profissão, sem terem nem uma cultura de

[60] César Afonso, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, pp. 9 e 10.

> base nem a referida especialização: são pesos mortos das empresas que vegetam ao sabor da indulgência das empresas ou da amizade que criam com os verdadeiros jornalistas.[61]

O jornalista fez, ainda, referência às várias tentativas feitas até ao momento para criar uma escola ou curso de jornalismo em Portugal, aproveitando para sugerir à direcção do Sindicato que "organizasse ainda este ano cursos temporários de disciplinas mais necessárias à valorização profissional."[62]

Manuel de Azevedo, na sua exposição, referiu que este tipo de iniciativa permitia "o diálogo aberto, metódico e sistemático sobre problemas da profissão"[63] e que seria importante que toda a classe tirasse dela proveito, porque "uma classe como a nossa não pode viver de ficções, na medida em que é uma realidade. Os problemas que nos dizem respeito terão de ser analisados por todos nós, se queremos encontrar as melhores soluções e, sobretudo, as *soluções possíveis*."[64]

Convidado a falar sobre a posição social dos jornalistas, diz:

> A posição social do jornalista, mesmo considerando apenas o caso português, tem sido variável ao longo da história. Nada nos garante que o caminho seguido seja ascensional, na medida em que pode haver variados modos de encarar essa posição e, em qualquer dos casos, são muitos os factores que nela interferem. (…)
>
> Ora a importância social de um jornalista depende, em primeiro lugar de si mesmo, das qualidades morais, intelectuais e profissionais que possua. Mas depende igualmente do prestígio da imprensa em que trabalha, do público a que se dirige, da audiência de que disponha, da maior ou menor possibilidade de revelar-se.
>
> Com a industrialização dos meios de informação, fenómeno verificado em todo o Mundo neste século, a Imprensa sofreu profunda evolução,

[61] César Afonso, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 10.

[62] César Afonso, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 10.

[63] Manuel de Azevedo, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 10.

[64] Manuel de Azevedo, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 10.

> facto que não podia deixar de reflectir-se entre nós, embora de forma mais moderada. De qualquer forma, assistimos à progressiva profissionalização da actividade jornalística. Mas, como quase não tínhamos jornalistas profissionais, estes foram sendo recrutados para as tarefas menores e mais penosas do jornal e a pouco e pouco (…) a nossa Imprensa tornou-se estranho panorama de um jornalismo anónimo e rotineiro. Temos de ter a coragem de admitir que pertencemos a um período de transição da Imprensa Portuguesa. Uma classe inteira – a dos jornalistas – está ainda a pagar caras as ilusões de um profissionalismo político que só lentamente poderá derrubar hábitos e tradições da mais deplorável mediocridade.
>
> Todos nós conhecemos exemplos de profissionais dedicados, competentes e entusiastas nas suas tarefas que não só morreram pobríssimos, como viveram ignorados dos seus próprios leitores! (…) A posição social do jornalista dependerá, embora não exclusivamente, da sua preparação cultural e profissional, da sua capacidade intelectual, das suas virtualidades técnicas e do grau de consciência com que serve o público. Dependerá da proporção de humildade e de grandeza que saiba pôr na informação e explicação dos acontecimentos. Dependerá, fundamentalmente, da sua personalidade. (…)
>
> Esta é uma tarefa de toda a classe. Tem de trabalhar para se valorizar a si mesma e, sobretudo, ser exigente para os novos. Quanto mais alto for o nível a que se fizer o recrutamento dos profissionais, quantas mais exigências se fizerem na admissão dos novos jornalistas, mais estaremos a contribuir para a ascensão social da profissão. Defender o autodidactismo na Imprensa, nos dias de hoje, é suicídio. (…)
>
> As empresas, necessitando corresponder às exigências crescentes do público, são forçadas, embora a medo, a procurar melhorar a qualidade do seu produto. (…) Tem de envolver a qualidade jornalística dos textos, o mérito dos comentários, o valor literário das críticas, a competência e actualidade dos conceitos, a oportunidade e interesse das reportagens, o critério da escolha do essencial. (…)
>
> E cada redacção tem de estar preparada para ser ela a fazer o jornal, todo o jornal. (…)[65]

Manuel de Azevedo procura mostrar que a ascensão social do jornalista será tanto maior quanto mais este for um profissional responsável e só

[65] Manuel de Azevedo, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 11.

assim é que poderá conseguir-se o reconhecimento e posição social para toda a classe, não como um "privilégio imerecido" mas como um "reconhecimento justo dos direitos devidos a uma função de utilidade pública"[66].

Ainda sobre o jornalista e sobre o seu papel na sociedade e na formação de uma opinião pública, diz o autor:

> Certamente que cada empresa é (…) uma entidade, com suas particularidades e interesses. Mas cada jornalista servirá melhor a empresa em que trabalha na medida em que melhor servir o público, em toda a sua liberdade de consciência moral e profissional. (…) Mesmo em Portugal, a ideia de que um jornalista é um empregado servil da empresa está a evoluir. (…)
> O jornal tende a ser, portanto, e cada vez mais, o auxiliar indispensável de consciência da opinião pública. Quanto mais esclarecida for a opinião do jornalista, mais prestígio e bom conceito obterá junto do público (…). Constituindo, portanto, uma classe com crescentes responsabilidades culturais, sociais e morais, os jornalistas deverão reclamar as condições adequadas, não só às suas necessidades vitais mas, também, de acordo com as suas necessidades específicas. (…)
> Portanto, é servindo o público que o jornalista digno desse nome se serve a si próprio. Um profissional consciente da sua missão não anda em busca do êxito fácil, não bajula os seus senhores, nem adula as massas. (…) A autoridade moral dá uma coragem correspondente, para afirmar e para exigir. Exigir para si mesmo na proporção que o faz para os outros. (…)
> (…) fazer jornalismo não é representar. É viver perigosamente uma profissão difícil – mas honrosa.[67]

O jornalista, através deste texto, mostra-nos, então, que é justo e importante que o profissional da imprensa procure elevar a sua posição social, pois só desse modo tornará útil a sua intervenção na sociedade. Para o conseguir, deve procurar elevar o seu nível técnico e profissional

[66] Manuel de Azevedo, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 11.

[67] Manuel de Azevedo, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 12.

e procurar, também, servir com isenção e honestidade a comunidade em que se insere.

Costa Carvalho teve a tarefa de discursar acerca da situação material da classe, uma das principais causas de descontentamento entre os jornalistas, uma vez que, em termos de remunerações, contratos de trabalho e previdência social a opinião praticamente geral era de que se estava longe de atingir alguma justiça e equidade.

O autor refere que "o que, em matéria de remunerações, a classe já conseguiu pode não corresponder às exigências do momento, mas favoreceu a aproximação de concretizações futuras"[68] e que "a missão do Sindicato (…) será a de um conseguimento unitário e não seccionado, com apoio e aplauso às iniciativas patronais (…)."[69] Porém, refere também que lhe parece que "o Sindicato não estará em condições de conseguir tão-somente pela influência educativa sobre os seus membros, que os estímulos sociais adequados sejam suficientes e que se prescinda da coação."[70]

No fundo, o jornalista assevera que a classe merece alcançar o bem-estar económico e social "que de imediato acabará por favorecer quem o proporcionar"[71], apesar de, na maioria dos casos conhecidos, isso não se estar a verificar: "(…) não poderá dizer-se que se tenha atendido à especificação de salários capazes de nos porem a coberto da evolução contínua dos fenómenos económicos. Jogou-se e continua a jogar-se com os mínimos"[72].

Costa Carvalho defende, também, para a sua classe o direito a receber "assistência clínica, hospitalar, e abono de família"[73], pois, em termos de previdência social, pouco mais tinham que a Caixa de Reformas. E vai

[68] Costa Carvalho, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 13.

[69] Costa Carvalho, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 13.

[70] Costa Carvalho, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 13.

[71] Costa Carvalho, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 13.

[72] Costa Carvalho, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 13.

[73] Costa Carvalho, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 14.

mais longe ao enumerar as dificuldades por que passam os jornalistas, ao afirmar que "nem sempre o colaborador é visto como um consumidor, mas sim como um produtor, um concorrente a quem importa minorar os ganhos e aumentar as despesas."[74] Perante esta situação, "alguns camaradas [vêem-se] na contingência de recorrer à acumulação de empregos, nem sempre afins ou complementares."[75]

Para este jornalista, o Sindicato deve sempre zelar pelos direitos dos seus associados, procurando um aumento dos vencimentos, pois os valores que se praticavam na época estavam "unanimemente muito desactualizados".[76] Este aumento vai conter a acumulação de empregos, que se considerada "prejudicial ao bom exercício da profissão"[77], pois estorva aquela que deve ser a principal ocupação do jornalista, o jornalismo. Se, no entanto, for realmente necessário uma acumulação de empregos, o profissional deve procurar que este esteja relacionado com a imprensa. Mas, acima de tudo, "o baixo nível de remunerações não serve de desculpa para a inobservância dos deveres básicos da profissão e o Sindicato deve agir vigorosamente, e, se necessário, expulsar da profissão os jornalistas que porventura menosprezem esses deveres."[78]

No mesmo número de *Jornalismo*, (n.º 3, de Agosto de 1967) e num texto já referenciado neste trabalho ("Os jornalistas e o progresso dos jornais" do jornalista Nuno Rocha), o autor discorre sobre aquilo que se passava na Imprensa portuguesa nomeadamente quanto ao aproveitamento que esta fazia das capacidades dos jornalistas. Explicava Nuno Rocha que o anonimato a que os profissionais da imprensa, muitas vezes, se sujeitavam era prejudicial tanto para ele como para a publicação que representava:

[74] Costa Carvalho, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 14.
[75] Costa Carvalho, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 14.
[76] Costa Carvalho, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 14.
[77] Costa Carvalho, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 14.
[78] Costa Carvalho, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 14.

O anonimato em que vive a maior parte dos profissionais tem constituído um erro clamoroso das empresas. Porque é um erro admitir que o jornal se vende por si só, com as suas páginas impressas de um lado e do outro. A matéria-prima do jornal são os jornalistas e está amplamente provado que, sem jornalistas competentes, as empresas soçobram irremediavelmente. (…)

Em Portugal, este aspecto da exploração industrial do jornal está ainda incipiente, o que dá origem ao atrofiamento das empresas que, por sua vez, se reflecte nas dificuldades financeiras que estas enfrentam, e que atingem directamente os jornalistas (empresas sem prosperidade não podem pagar bem a quem nelas trabalha).

Embora com dificuldades, podemos apresentar alguns casos concretos ocorridos em Portugal e que provam a tese de que os jornalistas devem assinar os seus artigos e de que as empresas podem promover o seu desenvolvimento aproveitando os nomes dos seus redactores. O "Diário de Lisboa", por exemplo, tornou-se um jornal vanguardista, porque tinha na sua redacção nomes de grande prestígio, como Norberto de Araújo, Norberto Lopes, Felix Correia, Artur Portela e alguns outros (…) que deram ao jornal (…) uma posição invejável no panorama jornalístico português. O "Diário Popular" que, ainda hoje, usa o critério de se valorizar pela assinatura dos seus redactores, serviu-se também desse moderno processo para se tornar um dos "leaders" das tiragens em Portugal e para conquistar uma posição invejável no meio jornalístico português. O "Jornal de Notícias", do Porto e o "Diário de Notícias" de Lisboa, são outros exemplos de que os nomes dos redactores podem concorrer para o progresso e para o desenvolvimento do jornal.

Em outra escala, podemos ainda socorrer-nos de casos da mesma forma concretos. Na Imprensa especializada, o jornal "A Bola" venceu todos os seus concorrentes, alicerçando a sua força no prestígio e no nome dos seus redactores, hoje conhecidos de lés a lés do País pelo público afecto aos desportos. O jornal "Motor" que, em pouco mais de três anos, se elevou à posição de melhor jornal português do seu género e o de maior tiragem entre os seus pares, utiliza o nome dos jornalistas especializados que ali prestam serviço.

Poder-se-á objectar que nem todos os jornais portugueses (…) dispõem de jornalistas capazes de poderem assinar artigos e susceptíveis de criarem no público interesse pela compra do jornal. Mas (…) [as empresas] devem fazer os recrutamentos de molde a não incluírem nos

> seus quadros jornalistas sem competência nem qualidades para servirem os seus objectivos de expansão e de progresso.
> A tese é esta: os jornais devem ter bons jornalistas e devem utilizar, tantas vezes quantas as necessárias, os seus nomes. É mais próspera a empresa que tem jornalistas que o público conhece do que aquela que os mantém no anonimato. É claro que a estes pontos de vista ligam-se outros de sentido económico-social. Durante muitos anos, as empresas preferiram ignorar os nomes dos jornalistas para, assim, lhes pagarem salários irrisórios. Obviamente, um jornalista conhecido do público cria à empresa obrigações salariais que implicam a modificação de conceitos económicos – completamente ultrapassados.
> O que parece inquestionável é que está condenada a desaparecer a empresa que não se moderniza e não encara as novas necessidades de desenvolvimento que crepitam por toda a parte. A dura batalha do progresso não se ganha a passo de caranguejo.
> Poderia ainda referir que mesmo os jornais mais modernos se encontram longe de saberem aproveitar devidamente os nomes dos seus jornalistas.
> (…)
> A apatia domina o jornalismo português e atrofia o desenvolvimento da Imprensa em todos os seus sectores.79

Este texto não caiu no goto de toda a classe. A contestação veio através de um artigo assinado por Miguel Serrano, no boletim n.º 4, de Outubro de 1967, publicado na mesma secção que o anterior – "Jornais e jornalistas" – e focando-se, essencialmente, no jornalista Nuno Rocha e nas suas opiniões e juízos sobre os jornais e o jornalismo. Expôs Miguel Serrano:

> Ser "Nuno Rocha", eis a solução encontrada por Nuno Rocha para se ser jornalista (na totalidade perceptiva e na essência).
> Não ser Nuno Rocha no domínio da aplicação a subscrever artigos, crónicas, notícias, comentários, entrevistas, cartas ao director, cartas à administração, etc., é negar a condição de ser jornalista de muito brilho, de muito êxito, e negar a própria profissão na sua função ideológico-temática (e outras peculiaridades primárias).

79 Nuno Rocha, Os Jornalistas e o progresso dos jornais, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, pp. 14 e 15.

E Nuno Rocha cita (oh caprichoso conceito da singularidade): são jornais válidos porque "usam o critério de se valorizar pela assinatura dos seus redactores: "Diário Popular" – um dos "leaders" das tiragens em Portugal –, "Diário de Lisboa", "Diário de Notícias", "Jornal de Notícias", "A Bola" e o "Motor". Não são válidos todos os outros, como facilmente se infere. Ou a dedução é uma figura retórica.

E explica depois: "Poder-se-á objectar que nem todos os jornais portugueses – particularmente aqueles que não são referidos neste artigo – dispõem de jornalistas capazes de poderem assinar artigos e susceptíveis de criarem no público interesse pela compra do jornal". (Modéstia à parte).

E acrescentamos nós, à maneira de resinga de menino que não gosta de engolir a pílula sem protestar: seguindo o raciocínio de Nuno Rocha, temos de convir que o autor do melhor artigo recentemente publicado na Imprensa portuguesa foi determinado automóvel, posto a concurso. Isto independentemente da qualidade do jornal e do saber e competência da Redacção.

Com razão (a razão figura aqui com carácter autónomo) Nuno Rocha denuncia a apatia do jornalismo português, mas claro que não se esquece de realçar a excepção que representa o "Motor", o que em boa verdade não deixa de atingir os objectivos que N. R. tem em vista. E aqui, nós desconfiamos! A meta é bastante expressiva. (…)

Agora apenas algumas observações censórias, neste balcão que é de todos nós:

a) Sabe que há colegas seus (desculpe a valência) que preferem só subscrever artigos quando estes forem a autenticidade do seu pensamento?

b) Já reparou que nem todos os jornais e jornalistas estão sujeitos ao mesmo emblema, e que a sua tese é bastante discutível sob determinados aspectos, principalmente nos que dizem respeito à Imprensa portuguesa? Eu sei, meu caro N. R., que é balda generalizada nos jornais portugueses a confusão da notícia com a especulação literária – má literatura como facilmente se compreende – e da verdade dos factos com a deturpação dos mesmos, e que isto pode estar na perturbação da sua tese, embora esta apresente muitos pontos válidos. E o busílis reside aqui precisamente: todos os parágrafos da tese apresentada por você seriam válidos, se os pudéssemos encarar através de uma estrutura realmente analítica, se a verbosidade não tivesse atingido em Portugal o privilégio das grandes

> certezas, se não fosse o caso de se assistir diariamente a um enfático anunciar de certeza, se…
> Enfim, meu caro N. R., admitamos que apenas são válidos e progressivos os jornais por você citados e consequentemente apenas são capazes os jornalistas (inclusive os do "Motor") que preenchem as redacções (que privilégio!) desses mesmos jornais. Admitamos que a admissão nesses mesmos jornais não foi feita por "cunhas", mas por demonstração de valor, etc., etc. e admitamos também que todos os outros jornalistas são incompetentes. Mas admitamos também muitos outros factos. Por que motivo tanta impaciência?
> Meu caro Nuno Rocha, eu acho que, antes de mais, antes da fuga ao anonimato, convém sobretudo que nós, jornalistas, nos tornemos novamente conscientes da nossa existência e que procuremos reconquistar aquela autoconsideração de que necessitamos para uma existência própria – a existência de sermos jornalistas e homens responsáveis na sociedade.
> Meu caro Nuno Rocha, vivemos numa época de perturbação, que pode ser o começo de múltiplos e novos caminhos, numa época da razão para o que mais grita, e a verdade é que gritam mais os que dispõem de órgãos de informação de tal natureza.
> Os outros, como eu, terão que oferecer sempre o flanco, até que pudores que nem a todos ocorrem. No entanto num facto creio: a desmitificação da trama alienatória do jornalismo nunca será conseguida a partir dos seus (seus de você) pressupostos.[80]

Nuno Rocha não ficou indiferente a esta crítica, na sua opinião infundada e sem sentido, tendo respondido a Miguel Serrano pelo mesmo meio que este utilizou: as páginas de *Jornalismo*, nomeadamente o mesmo número. Replicou o jornalista:

> Visado tão directamente – num estilo ultrapassado em jornalismo, pois que a polémica deste tipo desapareceu completamente da grande Imprensa mundial – não posso deixar de notar um facto perfeitamente lamentável no conteúdo barroco (e desactualizado) deste artigo. É quando se insinua, com certa torpeza de intenções, que elogiei o jornal "Motor", por motivos de interesse pessoal.

[80] Miguel Serrano, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 25.

> Esclareço pois, já que não quero envolver-me em lutas estéreis que me levam tempo precioso, o seguinte:
> O jornal "Motor", fundado por mim em 18 de Setembro de 1963, foi vendido a uma empresa em 13 de Maio de 1965, data a partir da qual deixei de lhe prestar qualquer colaboração.
> O conteúdo do artigo, em tudo o mais, não se me afigura digno de nota e, por isso, não lhe dispenso qualquer atenção. Apenas desejo afirmar quanto me penaliza que ainda haja jornalistas com tempo e disposição para polémicas de tipo pessoal, que fizeram a glória dos intelectuais do fim do século, mas fazem cair no ridículo aqueles que as praticam actualmente.
> Não foi para isto que "Jornalismo" se criou nem seria possível ver um tal artigo em revistas como "Express", "Newsweek", "Spiegel" ou em qualquer jornal ou revista de especialização. Recuso-me, por isso, terminantemente, a colaborar num tal tipo de diálogo, o qual, pela minha parte, é encerrado desde hoje.[81]

Nas décadas de sessenta e setenta, a imprensa diária era a principal fonte de informação da população portuguesa, principalmente, devido ao seu baixo custo. Porém, a imprensa não diária crescia de forma intensa e os profissionais que nela labutavam queriam ter regalias idênticas às dos outros jornalistas. Américo Rebordão Corrêa,[82] num texto onde também discorre sobre a situação da imprensa não diária, aborda a situação por que passavam estes profissionais, que amiúde se queixavam ser vítimas de uma menor atenção, só porque um qualquer regulamento os não considerava jornalista.

> Por virtude do reconhecimento oficial da pouca força e influência duma Imprensa não-diária (…), os seus servidores têm sido objecto duma menor atenção, que chegou ao ponto de, provado o seu profissionalismo puro, o mesmo lhe ser negado como atributo. (…) E, (…) é jornalista quem é jornalista, pesem embora todos os regulamentos que se queiram fazer. O indivíduo que faz jornal, numa Redacção, que com isso ocupa a sua vida e que vive disso exclusivamente (…) é jornalista, chamem-lhe o que quiserem! Pois esse simples reconhecimento, esse simples gesto,

[81] Nuno Rocha, Breve resposta, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 25.
[82] Director-adjunto para Lisboa do "Notícia" de Luanda.

> que nem será de justiça porque nem houve razão para pôr a dúvida, tem sido uma meta ambiciosamente desejada pelos que agora nem sabem como definir, oficialmente, a sua profissão. (…)[83]

Um dos assuntos que mais preocupava os jornalistas eram os baixos salários que, por norma, auferiam, dai que todos os acontecimentos que abordassem o tema eram valorizados e partilhados com toda a classe, fossem eles sobre realidades portuguesas ou estrangeiras. Um exemplo ilustrador desta realidade foi publicado no boletim *Jornalismo* n.º 4, referente a Outubro de 1967. Publicou-se na secção "Imprensa, Press, Prensa, Presse", intitulava-se "Os jornalistas norte-americanos exigem maiores salários" e informava que "o "American Newspaper Guild" e os sindicatos filiados vêm travando nos Estados Unidos um combate ininterrupto para o aumento dos salários dos jornalistas. São esses aumentos de vencimentos, aliás, umas das razões da crise que atravessa a Imprensa norte-americana. (…)"[84]

Praticar um jornalismo responsável e de qualidade também era preocupação dos profissionais da imprensa portuguesa. Para ter acesso a uma informação consciente e acertada era necessário que esta fosse obrada por profissionais preparados e bem formados, daí a constante luta pelo curso de jornalismo, que, se cria, iria ajudar a elevar a profissão e quem a praticasse. Este e outros assuntos eram de tal importância e pertinência que sempre que possível divulgavam-se em *Jornalismo*. Para um artigo chamado "Jornalismo e responsabilidade", os colaboradores do boletim reuniram um conjunto de três textos propalados em publicações portugueses e republicaram-nos. O que se segue versa sobre algumas das qualidades que o jornalista deve cultivar: isenção, independência e objectividade.

> As relações entre o nível de desenvolvimento de um país e os seus meios de Informação evidenciam a inviabilidade imediata de uma solução global para os múltiplos problemas enfrentados pela informação em Portugal. Uma Escola Superior talvez contribuísse para melhorar certos aspectos mas não poderia resolver, de momento, todas as dificuldades propostas por e provenientes da formação profissional do jornalista.

[83] Américo Rebordão Corrêa, Os não diários, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 14.
[84] **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 4.

> Todo o jornalista deseja dignificar a sua profissão e não recusa nenhuma oportunidade que nesse sentido lhe seja dada na generalidade: deseja impor a si próprio uma ética superior e obedecer às mais intransigentes regras de objectividade, liberdade e verdade. Em vez de seguir as vias mais fáceis do sensacionalismo, da publicidade (mais ou menos disfarçada), da semilisonja, da pornografia e de toda a exploração para "o mais baixo", o autêntico profissional deseja sinceramente e antes de mais nada ir contra tudo isso.
> Isento, independente, objectivo, alheio à sensação – é o jornalismo a fazer o que o verdadeiro profissional deseja, ainda que lhe faltem conhecimentos técnicos, porque lhe falta uma preparação teórica dada em estabelecimento superior de ensino; não lhe falta porém a prática, quotidianamente vivida, muitas vezes com sacrifícios e riscos; não lhe falta o reconhecimento humano de tantos e tantos casos que falam à sua sensibilidade e ao seu coração; não lhe falta, em suma, a alma da profissão, bem mais importante do que qualquer curso teórico ou diploma de aproveitamento; não lhe falta a consciência de que o jornalismo, fundamentalmente, é um esforço apaixonado e violento para a verdade, sempre a verdade e só a verdade. (*República*, 12 de Agosto)[85]

No número seguinte de *Jornalismo*, n.º 5, republicou-se um artigo intitulado "Identificação dos Jornalistas", anteriormente divulgado no *Jornal de Notícias*. Falava de um hábito, que se vinha tornando rotineiro, de identificar os jornalistas que realizavam reportagens de acontecimentos públicos com uma espécie de placas identificativas, acto que não caía no goto de todos os profissionais.

> Tornou-se moda (que já vai penetrando, até, nas entidades oficiais) imprimir ou moldar emblemas e braçadeiras e cartõezinhos, de gosto geralmente duvidoso, para identificar os jornalistas que realizam as reportagens de cerimónias ou acontecimentos públicos. Juntamente com ofício em que, via de regra, se solicita o apoio dos jornais na divulgação das iniciativas, são remetidos os cartões e os emblemas a utilizar pelos jornalistas que venham a ser encarregados, mais tarde, das respectivas reportagens. (…) Não obstante, a gentileza, que o é, nasce de um erro, de um desconhecimento, de um desrespeito que o longo uso e a larga

[85] Jornalismo e responsabilidade, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 6.

> repetição fizeram cair num hábito, já agora difícil de extirpar. Mas vale a pena escrever.
> É que o jornalista é detentor de uma carteira profissional e de um emblema profissional – e esses são os títulos únicos e bastantes ao exercício da sua profissão, títulos e identificações criados e regulamentados e nível governamental e, portanto, de plena validade.
> Assim como um agente da Polícia não tem de possuir uma braçadeira ou um emblema para cada espécie de serviço de que é encarregado, assim também ao jornalista deveria bastar a identificação como tal para que lhe fosse facultado o "livre-trânsito" nas ruas e mais lugares públicos onde se torne necessário o exercício da profissão, tal como determina o decreto-lei que criou a carteira profissional de jornalista e que nem por muito desactualizada, e em vésperas de reforma, perdeu valor.
> Já é tempo, na verdade, de atender a estas aparentemente pequenas coisas. Ao fim e ao cabo, não se trata de repugnância contra o uso de adornos mais ou menos "folclóricos" na lapela ou na manga do casaco – mas da oposição de quem, tendo um distintivo profissional, logicamente se sente violentado nos seus direitos quando o forçam a "mascarar-se". Ora ponha cada um o caso em si mesmo.[86]

Norberto Lopes, um dos jornalistas mais conceituados da sua época, também colaborou em *Jornalismo*, debatendo a questão da profissão de jornalista, no que esta tem de melhor e pior, os problemas do jornalismo e ainda o estado em que a imprensa se encontrava em Portugal. Num texto cujo título reflecte exactamente aquilo que o seu autor pretendeu fazer (dar "Uma Lição de Jornalismo"), podem obter-se diversos ensinamentos, entre os quais que deve ser o jornalista a servir o jornalismo e não o contrário, como, por vezes, se verifica:

> Um humorista francês disse que "entre as profissões a que se ascende sem ter primeiro dado provas, se contam as de jornalista e de presidente da República". Com efeito, entre nós pelo menos, não há nenhuma escola que habilite para a profissão de jornalista e não são raros aqueles que conseguem ser admitidos sem ter a menor preparação para tal. Eu próprio entrei, no alvorecer dos meus dezoito anos, jovem escolar de Direito, como simples aprendiz, numa escola de jornalistas que se

[86] **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, p. 31.

> chamava O Século, ainda sob a direcção de Silva Graça. Em boa verdade, tanto entre nós como lá fora, as verdadeiras escolas de jornalistas foram sempre os próprios jornais, o que não quer dizer que deixe de se reconhecer a vantagem, até mesmo a necessidade, de as instituir. (…) Grandes jornalistas se fizeram – e esperamos que continuem a fazer-se – nessas escolas. Stéphane Lauzenne, que foi um deles, escreveu: "O jornalismo exige uma vocação, conhecimentos, treino, um espírito bem formado e uma alma bem temperada. O jornalismo não se aprende em dez lições, nem em dez semanas. Aprende-se, como todas as coisas, durante uma vida inteira; aprende-se até à morte". Hoje, porém, há uma espécie de jornalistas que julgam saber tudo e estão convencidos de que já nasceram ensinados. São estes meninos-prodígio que comprometem a profissão, dando-se grandes ares de auto-suficiência e desdenhando da experiência dos mais velhos, a quem chamam botas-de-elástico e que consideram simplesmente ultrapassados. Esses, por via de regra, nunca chegam a ser verdadeiros profissionais.
>
> Outro conceito geralmente aceite é o de que o jornalismo conduz às melhores situações, com a condição de o abandonar a tempo. Aqueles que assim procedem não são, verdadeiramente, jornalistas, porque, se o fossem, teriam criado maior amor à profissão e não desertariam facilmente das fileiras. Há, evidentemente, jornalistas que, em vez de a servirem, se servem dela em proveito próprio, pondo a sua actividade ao serviço de funções mais ou menos respeitáveis mas sempre mais rendosas. E há também aqueles que têm aspirações legítimas e saem do jornalismo, aonde foram buscar experiência, relações e conhecimentos que lhes hão-de ser úteis, para ingressar noutras carreiras, como a diplomacia, a política, a alta finança, a administração privada, ocupando lugares onde a sua inteligência e a sua competência encontram compensações morais diferentes e compensações materiais que o jornalismo nunca lhes poderia dar. (…)[87]

O autor refere ainda que ser jornalista é aliciante e exige muita responsabilidade, embora seja uma profissão em que os proventos costumam ser poucos, o que leva a que alguns dos profissionais se sujeitem a pressões externas para servir "outros interesses" que não o de praticar uma informação isenta e imparcial.

[87] Norberto Lopes, Uma Lição de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, p. 4.

> **Aprendizagem**
> (…) Trata-se na verdade, de uma profissão aliciante, de uma profissão que nem todos compreendem, que alguns invejam e que muitos caluniam. Um jornalista é considerado uma pessoa indiscreta e inconveniente, lisonjeado por aqueles que se servem dele para alcançar os seus fins, mas detestado por aqueles que a sua pena justa ou injusta não poupa a uma crítica acerada. Desvirtuados os seus propósitos honestos, e temidos por aqueles que não têm a consciência tranquila, e que estão sempre à espera de que alguém lhes ponha a calva à mostra, sofrem por um lado a incompreensão de muitos e por outro lado a desconfiança de alguns. Trata-se, na verdade, de uma profissão em que os proventos são poucos e as responsabilidades são grandes. Ela exerce-se, de um modo geral, com perfeita honestidade e a noção exacta dos deveres que lhe competem, mais do que a preocupação reivindicativa dos direitos que lhe assistem. Claro que também há jornalistas menos honestos ou menos responsáveis. (…) Há penas que se põem ao serviço de interesses inconfessáveis e mesmo de interesses políticos, hipotecando a sua opinião a um traficante ou a um regime. Os primeiros abdicam da sua dignidade e os segundos da sua independência, que constituem as duas maiores virtudes de um jornalista e os predicados essenciais para o regular exercício da profissão. (…) A soberania da Imprensa, uma soberania que resistiu sempre aos mais duros golpes que lhe têm vibrado, é hoje geralmente respeitada nos países evoluídos. Para que essa soberania se exerça, a Imprensa requer pluralidade de órgãos e diversidade de opiniões. (…)[88]

Em 1969 é publicado o Decreto n.º 49 064, onde, entre outras coisas, se expõe que a classificação de jornalista profissional iria estender-se aos profissionais de rádio, televisão, semanários e cinema.[89] O acontecimento é louvado e divulgado no editorial de *Jornalismo*.

> A publicação do Decreto n.º 49 064 (*Diário do Governo* de 19 de Junho) é um facto a salientar (…). Mercê deste diploma, a classificação de

[88] Norberto Lopes, Uma Lição de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, p. 4.

[89] Apesar do decreto-lei n.º 49064, de 19 de Junho de 1969 (nunca regulamentado), só após o 25 de Abril de 1974 é que os jornalistas de rádio, televisão e cinema e ainda os jornalistas em regime livre e os correspondentes da imprensa estrangeira passaram a poder aderir ao Sindicato, desde que o jornalismo fosse a sua ocupação principal efectiva, permanente e remunerada.

> jornalista profissional é agora extensiva a camaradas que não estavam ainda abrangidos pelo nosso organismo, nomeadamente os colegas que trabalham em semanários e os que servem o jornalismo na Rádio, na TV e no cinema.(…)[90]

O artigo continua explorando a possibilidade que os jornalistas portugueses estavam prestes a ter de se pronunciar acerca da lei da imprensa, que, sendo dura (uma vez que responsabilizava o profissional de forma mais intensa e previa penalidades duras para quem prevaricasse) era melhor que a censura.

> Da mesma forma não passará despercebida a pretensão de apreciável número de sócios, para que a classe se pronuncie acerca da Lei de Imprensa, cuja elaboração foi anunciada pelo Chefe de Governo quando da sua visita a Luanda. Disse então o Prof. Marcelo Caetano que estava a ser estudado o projecto, "mas que não se poderia terminar com a Censura de um dia para o outro." As suas afirmações, repetidas em entrevista para um jornal estrangeiro, suscitaram um movimento de esperança entre os jornalistas, preferindo ao arbítrio da Censura – por moderada e pouco dominadora que esteja – uma lei que os responsabilize, que preveja, mesmo, penalidades duras para os prevaricadores, para quantos não saibam empregar uma liberdade que só será legítima quando utilizada em proveito do bem comum e não para servir interesses ou grupos particulares.(…)[91]

P. C. (Pereira da Costa, director de *Jornalismo*) aproveita ainda para falar sobre outros problemas que os jornalistas enfrentam, nomeadamente a regulamentação da profissão, com melhores contratos de trabalho.

> A tal problema estão, aliás, associados outros, designadamente a definição de um estatuto jurídico da Imprensa, e, no caso específico do Sindicato dos Jornalistas, a regulamentação da profissão. Só este acto, a almejada regulamentação, tornará operante, através da observância de normas deontológicas, um órgão do Sindicato, o Conselho Técnico e

[90] P.C., Problemas do Sindicato e dos jornalistas, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, p. 1.

[91] Pereira da Costa, Problemas do Sindicato e dos jornalistas, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, pp. 1 e 49.

> de Disciplina, que não tem exercido a missão moralizadora que urge estabelecer no seio da classe, infelizmente (devemos nós, jornalistas, que pugnamos pela verdade, silenciar sobre realidades de todos conhecidas?) contendo elementos irresponsáveis e que se servem da sua situação profissional para servirem interesses pessoais.
> Na situação presente da classe – diremos, até, na agitação que nela se observa – o problema da renovação do contrato colectivo de trabalho para os profissionais da Imprensa diária não é caso de somenos importância. Anunciamos nestas páginas a denúncia do contrato ainda em vigor e podemos acrescentar que brevemente terão início negociações com o Grémio Nacional da Imprensa Diária. (…)
> Há um longo caminho a percorrer, mas podemos desde já fazer nossas as palavras subscritas por Jean-François Brisson, em recente artigo de Le Figaro: "Os jornalistas dignos deste nome resignam-se facilmente a não ser proprietários, mesmo simbolicamente, de nenhuma parcelo do seu jornal, mas não renunciarão jamais ao direito de escrever segundo a sua consciência o que eles crêem ser a verdade. O único meio, aliás, de atingir, numa sociedade moderna, uma informação que, como a justiça, como a saúde, como a educação, assumiu efectivamente a dimensão e o carácter institucional de um serviço público."
> É esta a realidade: a informação é hoje um serviço público. (…)[92]

O jornalista Costa Carvalho também colaborou activamente e de forma assídua com o boletim. Num dos artigos que escreveu, falou sobre o jornalista, apelidando-o de "homem de carne e osso"[93]. Esclarece quem é ou o que é, para si, o jornalista e ainda discute qual a função deste profissional e como deve ele preparar-se para um melhor exercício da sua actividade (aproveitando para abordar, simultaneamente, a questão da pertinência do ensino do jornalismo). O texto foi publicado no boletim n.º 1, 2.ª série, de Janeiro/Fevereiro de 1970.

> O jornalista. Ser jornalista. Parecendo uma repetição pleonástica, o jornalista e o ser jornalista envolvem ideias diferentes. No primeiro dos dois conceitos, está quase exclusivamente o indivíduo; no segundo, a

[92] Pereira da Costa, Problemas do Sindicato e dos jornalistas, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, p. 49.
[93] Costa Carvalho, Jornalista: Homem de Carne e Osso, **Jornalismo**, n.º 1, 2.ª série, Janeiro/Fevereiro de 1970, p. 14.

maneira como ele se realiza. (…)
O que é, pois, um jornalista? O determinismo, empanturrado de agnosticismo, tem levado muita gente a defender e a proclamar que o jornalista é aquele que nasce como tal, remontando com escandalosa sem-cerimónia às insondáveis origens das coisas e das pessoas. Para esses, portanto, jornalista é aquele; é e sempre foi. Não se faz. Eu diria que, em boa verdade, o jornalista nasce, mas para ser feito. (…).
Mas o que é, afinal, o jornalista? O sujeito activo da estrutura da informação? O simples exercitador privado de uma função pública? Um mero executor da comunicação indirecta?
Antes de tudo e acima de tudo, o jornalista é, como diria Unamuno, um "homem de carne e osso – o que nasce, sofre e morre – sobretudo morre – o que come, e bebe, e joga, e dorme, e pensa, e quer, o homem que se vê e a quem se ouve, o irmão, o verdadeiro irmão". (…)
A despeito disto, não é raro que o jornalista adventício tenha de suportar, quando movido pelo esforço de valorização profissional, através do estudo sistemático, os motejos dos veteranos que, quantas vezes só na tarimba, chegam à tal " predestinação" de que proclamam bafejados ab ovo e cujos favores entendem não ser de alcançar enveredando pela qualidade e quantidade das habilitações literárias… A crítica, fácil e desanimadora, assenta, positivamente, em longos anos, de prática que o principiante, e bem, julga dever dispensar para uma mais breve consecução de fins em vista.
Se, por um lado, esta questão de princípios tem procurado retirar méritos à criação de escolas de jornalistas, por outro vem favorecendo e sustentando a realidade de sermos mais tolerados que aceites no seio de uma sociedade caracterizada.
Não é pois de espantar que os "saudosistas" por obstinada rejeição do que de evolutivo se possa ter passado na classe, ou os que, com o nosso consentimento, relacionam o passado com o presente, ainda nos consideram "a rapaziada dos jornais", "a malta das redacções" e quejandas outras coisas com não menor desdouro para nós. (…)
Ora, o que a própria Técnica submete com humildade e pertinência às leis das causas e efeitos, no jornalismo português processa a nível de geração espontânea. E a pergunta "o que é o jornalista" continua, assim, sem resposta.
Não quero dizer com isto que a escola faça tudo. Mas que completa e orienta, isso ninguém pode pôr em dúvida. (…) Também o diletantismo

> e autodidactismo tiveram a sua época na imprensa estrangeira, sem que deles se servissem para todo o sempre ou lhe desaproveitassem autenticidade de valores. (…)[94]

Costa Carvalho aproveita, ainda, para discorrer sobre a forma pouco clara como alguns jornalistas são contratados (ao acaso ou através de cunhas), atitude que ele clássica de inconveniente e irresponsável.

> Não é novidade dizer que, em Portugal, são, ainda e sempre, as empresas que "descobrem" os valores, recrutados ao acaso e com total confiança nos desígnios da Providência ou dos pedidos de intermediários das relações, encostando-se os "eleitos" a um muro de responsabilidades que insuficiências de visão e de estatura não deixam perceber o que se possa passar por detrás dele.
> Da inconveniência de tal prática, hoje um pouco mais limitada pela acção sindical, temos o testemunho do jornalista francês Jean-Maurice Hermann, extraído da sua comunicação no encontro de profissionais realizado em 1956, na cidade de Helsínquia: "Seria muito grave que somente as empresas se ocupassem de formar jovens jornalistas, pois formariam, então, o tipo de profissional comercialmente útil aos administradores dos jornais mais ricos; e nós bem sabemos que nem sempre são os periódicos mais ricos os que melhor correspondem ao que deveria ser um jornal consciente da sua missão. Também não basta criar bons técnicos, que tão-somente seriam dóceis na execução das ordens dos seus empresários. É necessário criar homens conscientes do seu papel, orgulhosos de o poderem exercer, e não mercenários da caneta, cujo talento e aptidões talvez os tornassem ainda mais perigosos. É preciso velar pelo homem da nossa profissão". (…)[95]

A publicação de um Código Deontológico merece, igualmente, um reparo da parte do jornalista, acusando-o de chegar tarde, mas, também, de ser muito ambicionado. Segundo o autor, ele representaria, acima de tudo, uma arma para os jornalistas se defenderem e defenderem a sua profissão.

---

[94] Costa Carvalho, Jornalista: Homem de Carne e Osso, **Jornalismo**, n.º 1, 2.ª série, Janeiro/Fevereiro de 1970, p. 14.

[95] Costa Carvalho, Jornalista: Homem de Carne e Osso, **Jornalismo**, n.º 1, 2.ª série, Janeiro/Fevereiro de 1970, p. 14.

> Nós os jornalistas portugueses, interessados, no momento, pela urgente e necessária publicação do código deontológico da classe, não o podemos aguardar como arma de ataque, mas sim de defesa. Tardiamente vindo ele, como virá, não podemos esquecer que nos compete mais ajustarmo-nos às suas limitações, que o adaptarmos à justa medida das nossas inconsentidas conveniências.
> Esse código de honra sê-lo-á (ou deverá sê-lo), também, o de uma competência que não sofra beliscaduras de considerando-os semelhantes aos que teve um ministro, quando, em Julho do ano passado, impediu os jornalistas de assistir a determinada reunião, por não lhes reconhecer competência para "uma reportagem muito difícil" e temer, de aí, que os problemas a tratar chegassem ao público deturpados. A franqueza do então membro do Governo chegou ao ponto de, para conforto dos humilhados, confidenciar que também ele já fora jornalista, pois tinha escrito programas para a Televisão… (…)[96]

Ainda sobre o jornalista, Costa Carvalho recomenda força e união à classe, pois é seria a melhor maneira de os jornalistas dignificarem a profissão, enquanto partilha o que, para si, é um jornalista digno desse nome:

> Ao advogarmos, logo de início, a ideia de que, como parece provado, a vocação não basta, nem obriga ninguém a ser o que quer que seja; ao saber-se que as empresas jornalísticas não passam títulos que não sejam os da efectiva função; o reconhecermos que também não virão da sociedade atributos especiais ou codificados – que é, então, o jornalista português, para além de empregado deste ou daquele jornal? NADA! (…)
> Só o jornalista português ainda não descobriu que tem de ser a força legal da sua universidade a conferir-lhe um direito inalienável e não a ser investidos pelas empresas em funções que também ela causa a bel-prazer e aparentemente sobre pressões, como agora se convencionou dizer para mascarar faltas de coragem e personalidade. (…)
> As nações têm os governos que merecem; os jornalistas o demérito que se consente. (…)

[96] Costa Carvalho, Jornalista: Homem de Carne e Osso, **Jornalismo**, n.º 1, 2.ª série, Janeiro/ Fevereiro de 1970, p. 15.

> Enquanto isso, e aproveitando-se (senão fomentando-a) da nossa desorganização, as empresas saltam do neo-autoritarismo para o totalitarismo, e deste para as realidades oligopolísticas.
> Frente a uma tal concentração de interesses financeiros, ao reforço do seu totalitarismo económico assente no "pecado mortal" da pressão publicitária altamente rentável, o jornalista português continua a exibir capacete de papel e espada de pau. (…)
> "Um jornalista digno desse nome"
> – Assume a responsabilidade dos seus escritos;
> – Considera a calúnia, as acusações sem provas, a falsificação de documentos, a deformação de factos, a mentira, as mais graves faltas profissionais;
> – Não reconhece senão a jurisdição dos seus pares, soberano em matéria de honra profissional;
> – Não aceita tarefas incompatíveis com a sua dignidade profissional;
> – Exime-se de invocar um título ou uma qualidade imaginários, de servir-se de meios desleais, para obter uma informação ou defraudar a boa fé seja de quem for;
> – Não aceita dinheiro de particulares ou entidades públicas para que a sua qualidade de jornalista, suas influências e relações não sejam susceptíveis de exploração;
> – Não assina artigos de propaganda comercial ou financeira;
> – Não comete plágios;
> – Cita os camaradas dos quais reproduziu qualquer texto;
> – Não solicita o serviço destinado um camarada, não provoca competências oferecendo-se para trabalhar em condições inferiores;
> – Respeita o sigilo profissional;
> – Não se serve da liberdade da Imprensa com intenções reservadas;
> – Reivindica a liberdade de publicar honestamente as suas informações;
> – Não confunde a sua missão com a de um polícia. (…)[97]

Um outro exemplo de reflexão sobre o jornalista e sobre os desígnios da profissão surge pela a pena de Maria Armanda, através de uma comparação ente os jornalistas portugueses e os ingleses, no que a salários diz respeito. Acrescenta uma crítica ao Grémio Nacional da

[97] Costa Carvalho, Jornalista: Homem de Carne e Osso, **Jornalismo**, n.º 1, 2.ª série, Janeiro/Fevereiro de 1970, p. 14, 15, 16 e 17.

Imprensa Diária, pelo facto de ter rejeitado uma proposta do Sindicato Nacional dos Jornalistas que visava um aumento de salários. O artigo foi publicado no boletim n.º 1 da 2.ª série de *Jornalismo*.

> – Onde com números se prova que os justos anseios dos jornalistas portugueses não são apenas os de actualizar os seus vencimentos em relação à astronómica subida do custo de vida, em todo o País. São também – e de nenhum modo secundariamente – o de dignificar a sua profissão como ela merece, de forma a, na independência económica que é condição da própria liberdade, poderem exercer a missão que o Prof. Marcelo Caetano definiu assim:
> "O jornalismo – quer exercido no jornal impresso, quer através do Cinema, da Rádio ou da Televisão – reveste-se para aqueles que têm de o orientar, como directores ou redactores-chefes, da dignidade e da gravidade de uma magistratura." (…)
> Verificamos, portanto, que um chefe de redacção de um grande jornal londrino está normalmente equiparado à categoria de um general. Em Portugal, pelo contrário, as tabelas legais parecem fazer uma distinção alarmante entre a categoria dos altos funcionários da Nação (militares de alta patente, juízes, conselheiros e outros) e um chefe de redacção de um grande jornal diário. E isto é alarmante, como dizíamos, na medida em que ilustra um estado de espírito social, uma situação de facto revelando – para além das expressões de boa-vontade e de falsa consideração pela Imprensa – a pouca importância social de que esta se reveste entre nós: a sua falta de força, (ou de independência?), o papel socialmente subalterno que lhe é atribuído.
> Assim é para admirar que as propostas do Sindicato destinadas a actualizar (…) os salários dos jornalistas, tenham sido rejeitados violentamente pelo Grémio Nacional da Imprensa Diária: é que uma melhor situação económica do jornalista representará, no fim de contas (e no injusto mundo em que vivemos) a dignificação da própria Imprensa.[98]

A assistência médica aos jornalistas portugueses também era uma preocupação da classe e do Sindicato, como o provam alguns textos que se escreveram sobre o assunto e que foram publicados em *Jornalismo*. Em finais dos anos sessenta, inícios de setenta, a assistência médica

[98] Maria Armanda, A dignidade também tem expressão numérica, **Jornalismo**, n.º 1, 2.ª série, p. 24.

aos jornalistas e às suas famílias ainda estava muito longe de agradar a todos e até de ser do conhecimento de todos. No exemplo que se segue, publicado no boletim n.º 3, da 2.ª série, referente aos meses de Maio/Junho de 1970, o jornalista portuense José Maria Guerreiro Goulão, que trabalhava na delegação do Porto de *O Século*, conta um episódio que viveu (através de uma carta dirigida ao presidente do Sindicato), procurando, com ele, alertar para a falta de atenção sobre este assunto (assistência média aos jornalistas). O presidente do Conselho de Direcção de *Jornalismo* responde ao colega, alertando-o para algumas regalias que a classe já havia conquistado, no que a caixa de previdência diz respeito, que, no entanto, pareciam não ser do conhecimento geral, achando por bem, publicá-las no boletim.

> Carta de José Maria Guerreiro Goulão, enviada ao presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas.
> No passado dia 10, tive de ser urgentemente internado no Hospital da Ordem da Trindade (…)
> Dou conhecimento do facto à Excelentíssima Direcção, apenas, para salientar três factos que me parecem de grande interesse para toda a classe e que se for possível sejam publicados no nosso boletim.
> Primeiro: o gesto do médico-cirurgião Sr. Dr. Araújo Teixeira que, com uma dignidade muito pouco vulgar nos nossos dias, obstinadamente, se recusa a cobrar qualquer importância pelo seu trabalho, acrescentando, ainda, que ele e seu filho, também grande cirurgião desta cidade, estão à disposição de todos os Jornalistas, sempre que eles necessitem dos seus serviços profissionais.
> Segundo: a correcção e a prontidão com que o Administrador da Ordem da Trindade, Sr. Artur Duarte, acedeu a marcar-me o quarto para internamento e os substanciais descontos feitos com a hospedagem, aluguer do bloco operatório e medicamentos, por se tratar de um Profissional de Imprensa.
> Terceiro: a prontidão com que a Excelentíssima Administração de "O Século" (…) consentiu em ser liquidada com a devida prontidão, as despesas originadas com o meu internamento na Ordem da Trindade, tendo em conta a circular n.º 6/70 da Caixa de Previdência dos Jornalistas.
> Entretanto quero por este meio solicitar a Vossa Excelência a conveniência de se organizar nesta cidade, o serviço de assistência médica, semelhante

ao de Lisboa, para de futuro evitar-se que ainda tenhamos de pedir favores, quando na realidade temos direitos adquiridos. (…)[99]

Comentário feito pelo presidente do Conselho de Direcção de Jornalismo. O Conselho de Direcção de *Jornalismo* recebeu, da Direcção do Sindicato, cópia desta carta, tendo em vista "a sua eventual publicação no nosso Boletim". Nada nos custa dar-lhe publicidade, dado que contém agradecimentos de um jornalista às entidades que com ele se mostraram atenciosas e generosas, correspondendo assim ao que nos é solicitado. Julgamos, porém, que os termos da carta podem dar origens a confusões, pelo que faremos alguns comentários breves.

Há, evidentemente, vários aspectos a resolver no que diz respeito à assistência médica aos jornalistas portugueses e suas famílias. A Direcção do Sindicato não descurou este assunto e nomeou já duas comissões, uma em Lisboa e outra no Porto, para estudo dos problemas existentes.

Entretanto, o nosso camarada Guerreiro Goulão, se tivesse lido atentamente a circular n.º 6/70 da Caixa de Previdência dos Jornalistas (…) verificaria que esta paga aos beneficiários cem por cento das despesas com intervenções cirúrgicas (…) e 75% do valor dos medicamentos. Os jornalistas (incluindo os do Porto) não têm, nestes casos, de pedir favores. Há um manifesto equívoco do nosso camarada, uma vez que a Caixa, tanto quanto sabemos, está a proceder prontamente à liquidação das contas que lhe são submetidas.

Para conhecimento de todos os profissionais de Imprensa, transcreve-se a Circular n.º 6/70 da Caixa de Previdência e Abono de Família dos Jornalistas a que acima se faz referência e que foi enviada às administrações das empresas jornalísticas, em 11 de Junho de 1970:

A Caixa de Previdência e Abono de Família dos Jornalistas, no desejo de prestar aos seus beneficiários uma maior ajuda, vem solicitar a atenção de Vossa Excelência para o seguinte: Embora esta instituição atribua subsídios regulamentares ou pelo Fundo de Assistência, lamentam-se alguns jornalistas (beneficiários desta Caixa) da dificuldade em disporem de verba que permita a liquidação imediata dos medicamentos ou o pronto pagamento dos honorários clínicos, sendo certo que a Caixa reembolsa o beneficiário de uma percentagem das referidas despesas.

Com vista a evitar essas situações, a Direcção da Caixa de Previdência e Abono de Família dos Jornalistas deliberou comunicar a todas as

[99] **Jornalismo**, n.º 3, 2.ª série, Maio/Junho 1970, p. 5.

empresas contribuintes que, de futuro, e a título experimental, procederá ao reembolso das despesas efectuadas pelos beneficiários e devidamente documentadas, nas seguintes percentagens:

Designação	**Percentagens**	
	Beneficiários	**Familiares**
Consultas médicas (…)	150$00	150$00
Internamento hospitalar (…)	150$00	100$00
Intervenções cirúrgicas	100%	100%
Piso da sala de operações	100%	100%
Médico anestesista	100%	100%
Médico ajudante	100%	100%
Instrumentalista	100%	100%
Análises clínicas e biopsias	100%	100%
Electrocardiogramas	100%	100%
Urografias e cistocopia	100%	100%
Transfusões de sangue	100%	100%
Oxigénio	100%	100%
Serviço de enfermagem e tratamentos médicos	80%	80%
Electrocoagulação	75%	75%
Medicamentos	75%	75%
Agentes físicos	75%	50%

Assim a empresa poderá substituir-se aos seus jornalistas no pagamento das referidas despesas depois a esta instituição as facturas (sempre com a indicação do nome do beneficiário) a fim de serem reembolsadas nas percentagens devidas. Devem os documentos ser enviados mo prazo de 30 dias.[100]

César Príncipe, profissional da imprensa, também discorreu sobre a dignificação da profissão jornalista, focando-se, entre outras, nas vertentes financeira e formativa. Dizia o autor que na sua profissão eram poucos (profissionais), mas que realizavam um trabalho consumido por muitos, daí que fosse de máxima importância apostar-se na formação dos jornalistas, bem como numa melhoria das condições salariais:

[100] **Jornalismo**, n.º 3, 2.ª série, Maio/Junho 1970, pp. 5 e 6.

Precisamos de sindicatos que o sejam e de sócios que se associem. Necessitamos de críticas fundamentadas no contacto com os problemas. Somos poucas centenas de profissionais da Imprensa mas o nosso trabalho é comprado por centenas de milhares de pessoas e lido por alguns milhões. Estamos profundamente entranhados na sociedade e, para as nossas palavras, existem tribunais na História das Consciências: tanto a estagnação como o desenvolvimento têm uma linguagem e fatalmente concorreremos para o atraso ou para a dinamização da lucidez colectiva – para centenas de milhares de portugueses os jornais são a refeição diária das suas opiniões e tomadas de posição.

E as palavras influem mais do que parece na manutenção ou na transformação dos condicionalismos sociais – fazendo ou não o jogo dos interesses minoritários, quase sempre em desacordo com os interesses do público para o qual escrevemos.

Nós, jornalistas, deveremos cultivar a isenção, que não significa indiferença, mas rigor moral de obediência aos factos e isentos apenas de quanto comprometa a objectividade.

Por isso, se colocará com máxima pertinência a questão da formação técnico-humanista dos jornalistas, de uma cultura de vanguarda constantemente exigente (vanguarda na empresa, no sindicato, nas relações públicas).

E, na base de uma multiplicidade de implicações socioprofissionais, está a independência económica, a profissionalização financeira, pois a nível de retribuições pecuniárias não passamos de uma classe de amadores – na generalidade, forçada a gravitar na órbita de grupos, personalidades e instituições para obtenção de outras fontes de receita.

Esta situação exige uma denúncia reflectida: a liberdade de Informação pressupõe a nossa própria libertação – a auto-crítica. E a emancipação económica terá de processar-se no âmbito do trabalho jornalístico para que o jornalismo deixe de ser uma ocupação com certo prestígio mundanista encobridora de manguismo de alpaca e de fretismo, que nos torne satélites contabilizados.

Tal dependência serve para, entre outras finalidades nalguns meios obesos e caciqueiros, nos chamarem com um ar de senhores afáveis "os rapazes dos Jornais".

Os jornalistas autodeterminar-se-ão monetariamente também pela sua maturidade culta e rectidão de princípios, desenvolvendo uma acção sindical metodicamente irredutível e estabelecendo entre a classe uma

> camaradagem hierarquizada na dignidade competente.[101]

Uma outra forma que os jornalistas encontravam para elevar a dignidade da sua profissão era através da inclusão no boletim de notícias relatando episódios em que essa dignificação estivesse patente. O próximo excerto de texto dá conta de um caso em que se retirou a carteira profissional a um jornalista, José António Novais, por este, simplesmente, ter publicado informação sobre uma manifestação juvenil, e de como esta, depois, lhe foi devolvida. A conclusão a que se chega com o episódio dá, precisamente, título ao artigo: "Os ministros passam e os jornalistas ficam".

> Foi devolvida a carteira profissional a José António Novais, correspondente em Madrid dos diários *Le Monde*, de Paris e *Estado de S. Paulo*, do Brasil. Como se sabe, o documento fora retirado a António Novais pelo anterior ministro da Informação e Turismo, Fraga Iribarne. Para falar destes e de outros assuntos avistámo-nos com o admirado e querido companheiro: "A carteira – conta-nos – foi-me retirada por ter publicado uma informação sobre uma manifestação estudantil. Acusaram-me de que os dados da notícia não correspondiam à verdade. Num dos considerandos do Supremo, algum tempo depois, confirmou-se que a minha informação era correcta. Fez-se do meu caso uma questão pessoal. Fui parar duas vezes ao Tribunal da Ordem Pública, embora nunca tenha sido processado, pois o juiz não encontrou provas. Proibiu-se a entrada de *Le Monde*. Enfim, os ministros passam e os jornalistas ficam." O que é natural nestes casos é que os jornais apoiem o seu companheiro. "Efectivamente – disse-me Novais – ao Estado de S. Paulo sugeriu-se que nomeasse outro correspondente. O director respondeu que vai para cem anos que é o director que nomeia os correspondentes. E não estava, de facto, disposto a alterar esta norma."[102]

Deve, talvez, em jeito de consideração final sobre este ponto, reconhecer-se que, em *Jornalismo*, a discussão sobre uma maior

[101] César Príncipe, Nós, Jornalistas… Profissionalização Financeira e Dignidade Competente, **Jornalismo**, n.º 4, 2.ª série, Julho/Agosto de 1970, p. 4.

[102] Florentino Lópes Negrin, Os ministros passam e os jornalistas ficam, **Jornalismo**, n.º 5, 2.ª série, Setembro/Outubro de 1970, p. 31.

dignificação da profissão, fosse essa dignificação de ordem moral, social, material, ou outra, não se esgotava. Os redactores do boletim esforçaram-se por debater o assunto, dando voz a uma classe que precisava de acreditar em si mesma e na utilidade pública da sua profissão para que também os outros acreditassem. Assim, alguns dos textos publicados apelam à melhoria das condições materiais (salariais), morais e sociais do exercício profissional, podendo referir-se como exemplo a discussão sobre a assistência médica aos jornalistas portugueses, que deveria incluir mais direitos, ou a comparação de salários de jornalistas portugueses e de outros países, no sentido de mostrar que as remunerações para um mesmo trabalho apresentavam valores muito díspares, ou, ainda, a discussão sobre a posição social do jornalista, que nem sempre era aquela que estes profissionais consideravam justa.

Outros textos sugerem que o jornalismo é uma profissão difícil, mais ainda, perigosa e, às vezes, incompreendida, até porque os jornalistas estão sujeitos a erros, uma vez que, como qualquer ser humano, são feitos de carne e osso. Mesmo assim, esperava-se deles uma formação acima da média e uma enorme cultura geral. Tendo em conta a influência social do jornalismo, exigia-se-lhes o cultivo de valores profissionais e o desenvolvimento de uma ética de responsabilidade nas relações com o público. Sugeria-se, nesse campo, por exemplo, o respeito pela verdade e pela neutralidade.

Igualmente frequente nos textos dos redactores de *Jornalismo* estavam algumas sugestões de caminhos a percorrer na luta pela elevação da profissão. Assim, propõe-se, por exemplo, a realização de intercâmbios entre jornalistas de diferentes países e/ou a inscrição de todos os profissionais da imprensa em sindicatos.

Como publicação destinada a jornalistas, o boletim *Jornalismo* figurava como um palco onde se poderiam encenar opiniões, contributos e ecos que solidificassem a profissão. O discurso da publicação fazia-se a pensar no presente e no futuro da profissão (sem deixar de apresentar a história que a trouxe até ali) de modo a apontar caminhos seguros que dignificassem de vez os profissionais da imprensa.

3.4. O discurso auto-referencial sobre o jornalismo e a imprensa

A discussão sobre o estado do jornalismo em Portugal também foi frequente em *Jornalismo*. Logo no primeiro boletim que veio a lume, Júlio Sereno aborda a questão do papel e do lugar da informação no mundo. Para o autor, tal como comprova o título do artigo "Informar é intervir no Mundo", a principal função da imprensa é, sem dúvida, a informativa, tanto em Portugal como noutros países.

> É já um lugar-comum dizer-se – não se atentando que as verdades circunstâncias diferem das verdades circunstancialmente interessadas – que a Imprensa dos nossos dias se caracteriza pela função informativa. Querer-se-á dizer que ao período doutrinário sucedeu a época utilitarista: de veículo de ideias político-sociais subordinadas a um grupo ou a um partido, o jornal passou a ser um relato mais ou menos genérico dos acontecimentos de ao pé da porta e dos factos do mundo. (…)
> Mas, na verdade, qualquer de nós, atento aos porquês do *Times*, do *ABC*, e de *Le Monde*, negará, sem dúvida, essas fáceis asserções – só possíveis, aliás, com intuitos circunstancialmente interessados. Nesses órgãos de Imprensa extrafonteiras, ou noutros que queiramos acrescentar a essa lista, aflora um determinado corpo de doutrina: isto é, um apreensível conceito do mundo, que não será necessário fundamentar nas editoriais nem nas ligações, mesmo subtis, mantidas com sectores de opinião – pública, privada ou oficial. Para tanto, bastará analisar os moldes dos noticiários, a forma como são relatados os acontecimentos de ao pé da porta e os factos do mundo – já que o fruto das observações individuais pode assumir, no contexto específico do jornalismo, uma feição de equipa. Diremos: uma opção de conjunto. (…)
> Ora, se tal acontece, se a identidade da função informativa só pode surgir, em termos hegelianos, da não identidade das infra-estruturas, então cada um, cada jornal está a intervir de forma diversa no mundo, tomando este mundo pela comunidade local, nacional ou internacional. Considera-se aqui, obviamente, que informar é intervir, é fornecer elementos para imediatos ou ulteriores juízos de valor em todos os aspectos da vida comunitária. A tiragem de um matutino ou de um vespertino, embora se afigure um conjunto amorfo de notícias que abrange o sangue de uma guerra e o florir das amendoeiras, sem mais consequências que a simples curiosidade logo sobreposta pela edição seguinte, vai, pelo contrário,

> prenhe de uma tremenda potencialidade formativa. Restará estruturar celularmente essa espécie de geleia doutrinária.
> Não estamos, é certo, perante o romântico *Quarto Poder*. Mas o mito utilitarista não resiste a uma formulação correcta: e ao equacionar-se isto em termos objectivos, ao reafirmar-se a permanência formativa do jornal, entramos no âmago de um grave problema. Grave para o jornal e grave no exercício individual da profissão – para o jornalista. O ângulo em que este se situa, a forma como procura captar e transmitir um simples caso de rua ou um evento internacional, a mera interpretação narrativa dos factos, tudo isto contém cargas potenciais de uma eventual resultante dialéctica, isto é, a acção recíproca que se estabelece entre o relato do acontecimento e os caracteres e as opções dos leitores.
> O corolário de um tal processo pode negar ou afirmar este ou aquele sentido de vida comunitária. Porém, se julgarmos o primeiro elemento processual (a notícia) fruto de uma correcta observação dos factos (isto no plano ideal), a negação ou a afirmação polarizar-se-á num único sentido: da comunidade. Objecções ou aplausos serão reflexos extrínsecos. O jornal (ou o jornalista) está a intervir na vida pela forma mais adequada, aquela que baliza o caminho da verdade. Só esta é formativa, susceptível de consequências doutrinárias sadias.
> No entanto, a verdade – melhor: aquilo que vulgarmente se denomina por verdade – não pode ser tomada como um valor absoluto. Antes relativo – no meio, na circunstância, no ângulo de análise, na formação intelectual do próprio jornalista. (…)[103]

Também no primeiro boletim, discute-se o lugar que a televisão vinha vindo a ocupar na sociedade portuguesa. Apesar de, em finais de sessenta, esta estar ainda a emergir, a sua importância crescente parecia já ser clara para alguns, levando a que se discutisse o modo de fazer coexistir e singrar as várias formas de fazer circular a informação. O sugestivo título "A TV, Um "Inimigo" da Imprensa?" ilustrava bem a dúvida e a confusão que este novo meio de comunicação provocava, principalmente, nos profissionais da imprensa escrita.

> Para algumas actividades nacionais a TV é o grande "inimigo". Assim, por exemplo, para as casas de espectáculos, que se queixam amargamente

[103] Júlio Sereno, Informar é intervir no Mundo, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, pp. 4 e 5.

> da concorrência do pequeno "ecrã", citando em seu apoio estatísticas irrefutáveis: o número médio de espectadores por sessão baixou de 352, em 1957, para 308, em 1965. Ora, partindo do facto, assente, de que antes da introdução da Televisão em Portugal o número de espectadores registava o acréscimo anual de um milhão, a situação apresenta-se, na realidade, com cores muito sombrias. Daí uma iniciativa da União dos Grémios de Espectáculos: uma exposição dirigida à RTP, solicitando que… escolha outros dias, que não os sábados e domingos, para "a transmissão de espectáculos especialmente preferidos pelo público"!
>
> No sector da Imprensa também o aparecimento da TV no nosso país e o consequente desvio de matéria publicitária normalmente reservada à Imprensa suscitou preocupações nalgumas empresas jornalísticas. A exemplo, aliás, do que se registou por todo o Mundo. Mas, tal como aconteceu noutros países, os jornais portugueses que resolveram enfrentar o "inimigo" verificaram que nada tinham a temer. Modernizaram-se, expandiram os seus serviços e podemos afirmar, não obstante a ausência de estatísticas apropriadas, que o seu esforço foi compensado com aumento de tiragem e de rendimento da publicidade.
>
> Números recentemente divulgados nos Estados Unidos permitem concluir que o mesmo fenómeno se observa neste país. Em 1966, segundo a Associação Norte-Americana de Proprietários de Jornais, o rendimento de publicidade, somente na Imprensa diária, alcançou 4.850.000.000 de dólares, enquanto as cifras referentes à publicidade na Televisão foram calculados em 2.800.000.000. os números definem uma evolução que vem a acentuar-se nos últimos anos, pois que, no crescimento anual de dinheiro gasto em publicidade, nos Estados Unidos (15.255.000.000 dólares em 1965), declina a participação da Televisão: de 56 por cento, em 1962, desceu para 27 por cento, em 1966, enquanto a Imprensa diária viu aumentada a sua participação, nesse espaço de tempo, de 16 para 49 por cento.
>
> A conclusão – que não precisa de ser comprovada… – é fácil: ao invés de representar um "inimigo" para a Imprensa, a TV é um concorrente salutar. Desde que, evidentemente, não se tente ignorar a sua existência…[104]

O nível com que se escrevia nos jornais, no que se refere à norma, também foi motivo de discussão em *Jornalismo*. Mário Matos e Lemos

[104] A TV, Um "Inimigo" da Imprensa?, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 3.

vê-se a discorrer sobre a forma como os educadores devem ensinar, de modo a elevar o nível daqueles que estão a aprender. Centra-se nos jovens e respectivos professores, alertando ambos para a qualidade daquilo que "consomem", como informação e do quanto uma boa selecção pode ser importante. O texto tem por título "Os educadores e os meios de informação" e inseria-se na secção "Cultura e Informação":

> Queixa-se o mundo de que, de maneira geral, o nível do que se escreve nos jornais é mais do que baixo, baixíssimo, e não só e, Portugal se usa a expressão "literatura de jornal" para classificar uma forma de escrever deficiente e pretensiosa. Isto no que se refere à forma. Há também, no entanto, que considerar o conteúdo, tanto ou mais importante do que aquela, e igualmente julgando com severidade. (…)
> No estado actual do seu desenvolvimento social é muito marcada a diferença de nível de vida, e consequentemente de hábitos de leitura e distracção, entre as populações urbanas, especialmente nos grandes centros de Lisboa, Porto, Coimbra, Luanda, Lourenço Marques e Beira e as rurais. Mas são as primeiras que constituem a massa de utentes – ia escrever consumidores – dos grandes meios de informação: Imprensa, Rádio, Televisão e Cinema, pelo que a elas se referem as observações subsequentes.
> Dois fenómenos caracterizam a época actual: o tempo que aos meios de comunicação dedicam inevitavelmente os jovens e que é quase tanto como o que passam na escola e o poder de compra de que dispõem, seja porque recebem dinheiro dos pais, seja porque o ganham fazendo trabalhos ou dando explicações.
> Em que medida podem, pois, e devem, intervir os educadores?
> A resposta é simples: desenvolvendo, nos jovens, o senso crítico. (…)
> Bom seria, porém, que os mestres se aplicassem a fazer notar aos seus alunos o que, dentro do que preferem, é bom ou mau. A reportagem de um crime pode estar bem feita ou mal feita, tal como o relato de um desafio de futebol. E na música "pop" nem tudo é mau. O que é preciso é distinguir, aprender a distinguir e saber ensinar a distinguir. (…)
> Aos professores compete, portanto, também no campo dos meios de informação, orientar os alunos em todos os aspectos, incluindo a própria publicidade, de modo a que, graças a uma mentalidade crítica consciente, o futuro consumidor – chamemos-lhe assim – saiba, ao olhar para um programa noticioso de TV ou ao ler um jornal, se a qualidade do que lhe

> está a ser servido é, ou não, a que o tempo actual, pouco condicente com amadorismos exige, e evite dessa maneira, perder tempo com factos cuja divulgação só uma muito baixa cultura de massa ainda permite.
> Será este um dos aspectos – apenas um, mas um – a encarar para futura subida de nível dos meios portugueses de informação, quer – insista-se – no que se refere aos temas abordados (o conteúdo), quer à forma.[105]

Ainda no boletim n.º 1, saído em Abril de 1967, começou a publicar-se o primeiro de um conjunto de textos sobre a imprensa, sob o título "A Imprensa Critica – Mas quem deve criticar a Imprensa?". O primeiro desses textos foi assinado por John C. Merril[106] e foi extraído da publicação *Gazette*. Através da sua leitura é possível já se vislumbrar um caminho para a futura questão da auto-regulação e dos provedores de leitores…

Interessante é a introdução que o boletim *Jornalismo*, do SNJ, faz a este artigo, tendo em conta o contexto político da época, que limitava a liberdade da imprensa. Dizia o seguinte: "Um problema candente, que interessa a quantos, em Portugal e no estrangeiro, reconhecem as vantagens de uma Imprensa livre, objectiva e consciente dos seus deveres."[107]

Merril inicia o seu artigo com a sugestiva insinuação de que todos se acham no direito de criticar a imprensa:

> **Quem pode criticar a Imprensa?**
> Toda a gente – o jornalista profissional, o director de um jornal, o educador, o teólogo, o homem de leis, o operário – julga ter competência para criticar ou julgar os jornais. Observa-se, efectivamente, que qualquer pessoa se sente absolutamente qualificada para decidir quais os jornais "bons" e aqueles que não o são, assim como para apreciar a qualidade de qualquer órgão da Imprensa.
> Justifica-se, portanto, a pergunta: quem é qualificado para criticar ou julgar a Imprensa? Os professores universitários de jornalismo pensam que podem cumprir melhor esta missão, devido à sua posição desinteressada e "objectiva". Os mais seguros de si próprios são estes professores, que

[105] Mário Matos e Lemos, Os educadores e os meios de informação, **Jornalismo,** n.º 1, Abril de 1967, p. 20.

[106] Professor da cadeira de Jornalismo da Universidade de Missouri.

[107] **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 2.

> devido à sua formação jornalística, ou às suas investigações sobre o meio, pensam que têm simultaneamente a objectividade académica e a experiência de base necessárias para criticar a Imprensa.
> Os jornalistas profissionais não aceitam, geralmente, estes juízes e críticos dos meios universitários, asseverando que somente aqueles que se ocupam activamente do jornalismo podem ter uma opinião que lhes permita fazer comentários sobre a situação da Imprensa. (…) Em todos os casos, parece haver um acordo tácito entre os dois grupos, segundo o qual a crítica e a análise da Imprensa, se for necessária a sua existência, devem limitar-se ao mínimo. (…)[108]

Merril refere, também, que os jornais têm, por hábito, criticar, não a eles próprios, nem uns aos outros, mas homens, instituições, Governos, etc., procurando, assim, denunciar o que ou quem precisa de ser denunciado. Porém, a própria imprensa, por vezes, comete excessos e aí tem de saber aceitar que, igualmente, a critiquem.

> **Um problema que interessa directamente aos jornalistas**
> Por tradição, os jornais julgam e criticam. Mas não a eles próprios, nem uns aos outros. Ao longo da história do jornalismo, os jornais tiveram muitas oportunidades de relevar toda a espécie de fraquezas em cada instituição social e derrubaram homens, partidos, grupos, leis. Mas quem aponta os defeitos desses mesmos jornais? (…)
> É inegável, tal como afirmam os defensores dos jornais, que a Imprensa democrática ocidental serve para controlar os actos dos Governos. Mas quem, perguntemos novamente, controla os excessos da Imprensa? Aqueles que dizem que não há excessos são, na verdade, cegos, e aqueles que reconhecem que esses excessos existem mas que não devem ser controlados têm uma dupla concepção da moral. Os jornalistas inclinam-se a denunciar com irritação a discrição governamental, as faltas de cooperação e as práticas imorais em diversos sectores das sociedades em que se integram, embora entretanto evoluam nas suas próprias "sociedades fechadas", ao abrigo dos julgamentos, das críticas e, por vezes, das contradições.
> Isto não significa que em cada país não existam núcleos de crítica do

[108] John C. Merril, A Imprensa Crítica – Mas quem deve criticar a Imprensa?, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 2.

> Jornalismo e vozes que se elevam para denunciar periodicamente a irresponsabilidade. Diversas comissões de Imprensa e grupos de jornalistas têm os seus mentores, publicam os seus códigos, entregam-se a generalidades e esperam. Mas esta crítica, esporádica e muitas vezes e isolada, é amiudamente limitada e raramente positiva. É necessário reconhecer que numa certa medida ela é um bem em certas comunidades, em certos momentos e em certas circunstâncias. Não obstante muitos jornalistas reagiram com desdém a este julgamento que não vem das suas fileiras, é certo que uma tal reacção fora da Imprensa serve de ligeiro catalisador ao progresso da Imprensa.[109]

John Merril prossegue com uma apreciação sobre o que define um jornal de qualidade, sendo a independência política, a solidez financeira e a liberdade com que expressa os factos condições que influenciam a qualidade da informação que se produz.

> **O que define um jornal de "Qualidade"?**
> (…) Ultimamente interroguei uma série de professores americanos de Jornalismo sobre esta questão, relativamente aos diários de todo o Mundo. Quais eram as características que determinavam um jornal quotidiano de qualidade no contexto internacional? Os professores, representando vinte e seis Colégios e Universidades dos Estados Unidos, especialistas da Imprensa internacional, formaram o grupo convidado a organizar uma lista de diários que julgassem ser os melhores e a classificá-los por ordem de valor.
> Segundo este grupo, um jornal de "qualidade", no conjunto internacional, será aquele que dê preferência às notícias e às opiniões políticas, económicas e culturais. Será um jornal com uma tradição de liberdade e política e economicamente independente. Deverá possuir uma sólida página de editoriais e fornecer ao leitor considerável quantidade de artigos de segundo plano e explicativos, assim como uma secção de noticiário. Uma boa parte do espaço destes jornais, deverá ser consagrada aos assuntos internacionais. Será ainda necessário um bom estilo em tais jornais e que se distingam pelo cuidado em matéria tipográfica. O seu pessoal deverá ter boa formação e ser empreendedor. Outras qualidades determinantes eram mencionadas, mas o grupo de professores consultados considerou

[109] John C. Merril, A Imprensa Crítica – Mas quem deve criticar a Imprensa?, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 3

> que se revelavam mais importantes as que foram citadas.
> Baseando-se em tais critérios de avaliação, não surpreende que o grupo considerasse entre os melhores do Mundo jornais como *Le Monde*, o *Neue Zurcher Zeitung*, o *Times* e o *New York Times*. (…)
> Assim que as funções e as responsabilidades da Imprensa – da Imprensa responsável, de qualidade – são propostas, definidas e discutidas por pessoas de opiniões diversas, é na verdade difícil encontrar uma medida comum boa e utilizável para definir a "qualidade" de um jornal. Parece, no entanto, que, apesar de todas as dificuldades de avaliação, a maior parte dos investigadores de Imprensa chegará às determinantes fundamentais do citado grupo de professores.[110]

Termina o seu artigo partilhando a convicção de que a imprensa deve ser criticada, tanto interna como exteriormente, mas através de uma crítica responsável.

> **A crítica revela-se um bem para a Imprensa**
> (…) Existe uma crítica séria e inteligente nos países não-autoritários e ela é qualificada para emitir julgamento sobre a Imprensa, mas amiudamente não alcança o seu objectivo. Os críticos são ou demasiado tímidos, ou servem-se da desculpa do desconhecimento. Ou, ainda, observa-se que todo o sector de avaliação lhes parece demasiado complexo e "não-científico". Se os professores de jornalismo e os jornalistas têm esta impressão, porque persistem em fazer análises, a emitir julgamentos e a criticar noutros domínios não relativos à Imprensa? Então, porque é que os jornais continuam a publicar editoriais e rubricas, e críticas de livros e outras?
> A Imprensa precisa de ser criticada – do interior e do exterior. Uma crítica responsável é um bem para a Imprensa como o é na Imprensa. Talvez essa crítica venha a existir em breve; e muitos entre nós julgam que assim deverá ser e que assim deverá acontecer.[111]

[110] John C. Merril, A Imprensa Crítica – Mas quem deve criticar a Imprensa?, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, pp. 3 e 4.

[111] John C. Merril, A Imprensa Crítica – Mas quem deve criticar a Imprensa?, **Jornalismo,** n.º 1, Abril de 1967, pp. 2, 3 e 4.

Nos números seguintes de *Jornalismo*, continuam a publicar-se os textos subordinados ao tema "A Imprensa Critica – Mas quem deve criticar a Imprensa?". No boletim n.º 3, publica-se um texto de Bernard Voyenne[112], intitulado "A Imprensa francesa e o seu espelho" que, embora dedicado exclusivamente à imprensa de França, "é repleto de ensinamentos"[113].

> São raras as obras sobre a Imprensa que souberam evitar os excessos da paixão. De qualquer maneira, este espelho, mais ou menos deformante, no qual em cada época a Imprensa se reviu a ela própria, constitui preciosa fonte de documentação, ao mesmo tempo que nos incita a aperfeiçoa-lo, a fim de deixar, se possível, aos séculos futuros uma melhor imagem do que nós somos e do que devemos ser.
> O nosso primeiro jornalista foi também o primeiro crítico da Imprensa francesa, Théophraste Renaudot. Como não havia então em França mais do que uma "Gazeta", a sua, o esforço de lucidez em que se empenhou teve como objecto a sua própria produção, o que o torna particularmente comovente. O conjunto dos "editoriais" que escreveu, quase cada mês, a partir de 1632, e os prefácios com que acompanhou anualmente a recolha das suas "gazetas" são uma preciosa reflexão do jornalismo em estado nascente sobre si próprio. Poderíamos extrair delas um tratado assaz completo e ainda válido pelo essencial.
> Em geral, Renaudot pede indulgência (ele dirigia-se aos seus clientes!) por uma profissão tão difícil como necessária. (…) [Também] acentua que um jornalista, mais do que qualquer outra pessoa, tem dificuldade em agradar a todos, pois uma das funções dos jornais é precisamente responder às necessidades mais diversas. (…)
> Quando se fala na Imprensa, ainda nos nossos dias, a maior parte das pessoas empunham um revólver ou um moinho de orações; quero dizer que a sua atitude se limita a expor queixas, ou a debitar incríveis mas sonoros lugares-comuns. Só modificaremos este comportamento se conseguirmos emendá-lo desde a escola.[114]

[112] Jornalista, professor de jornalismo e historiador francês.

[113] **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 26.

[114] Bernard Voyenne, A Imprensa francesa e o seu espelho, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, pp. 26 e 29.

Os vários momentos que o jornalismo foi atravessando, fossem em Portugal ou noutros países, também ocasionaram assunto para ocupar as páginas do boletim do Sindicato. A crise da imprensa nos Estados Unidos, no final dos anos sessenta, levou a que se publicasse um artigo intitulado "Crise da imprensa nos Estados Unidos", onde se analisava a situação, ao mesmo tempo que se fazia uma comparação com conjunturas análogas em Portugal. No artigo, de autor desconhecido, podia ler-se, por exemplo, que o número de grandes diários estava a diminuir drasticamente:

> A conhecida revista norte-americana "Fortune" previa, há anos, que em 1970 só existiriam em Nova Iorque três grandes jornais. Acolhido, na altura, com cepticismo, o estudo que continha tal previsão revela-se agora fundamentado: a principal cidade dos Estados Unidos tem neste momento apenas três grandes diários.
> (…)
> Tal como a "Fortune" previu, Nova Iorque tem agora apenas três grandes diários, dois matutinos e um vespertino. (…)
> A crise da Imprensa na América do Norte é um facto e não nos interessa, de momento, averiguar as suas motivações profundas. Observa-se nos Estados Unidos um fenómeno curioso, que só parcialmente explica o desaparecimento de grandes jornais. Os pequenos diários de arrabalde, digamos, que dão primazia aos acontecimentos dos bairros onde se publicam, em detrimento da informação estrangeira e nacional, aumentam prodigiosamente a sua tiragem e em consequência atraem publicidade que é desviada dos grandes órgãos.
> A crise que se regista na América do Norte põe em foco, no entanto, um problema que interessa a todos os jornalistas e não pode passar despercebido à opinião pública. Referimo-nos à tendência para os monopólios na Imprensa, bem exemplificada também na Inglaterra (…).
> Não está provado que a concentração das empresas proprietárias de jornais prejudique a independência da Imprensa – mas talvez não seja necessário fazer a prova… o fenómeno não se regista com acuidade em Portugal, embora todos os jornalistas conheçam tentativas recentes, entre nós, de monopólios de Imprensa. Tentativas só superficialmente bem sucedidas e que provocaram, felizmente, fortes reacções. Também entre nós, em Portugal ultramarino, a concentração levou ao desaparecimento de jornais e fez pender, segundo se julgou, ameaças sobre a independência

> de conceituado diário. Talvez não sejam, por isso, descabidas as considerações insertas num artigo que a revista "Rumo" publicou, há meses, precisamente sobre os monopólios da Imprensa. Dizia a revista:
> "Poderá julgar-se que esta problemática está muito longe das realidades que se nos deparam em Portugal. Mas, para além do seu interesse geral, não nos parece que nos possamos alhear da experiência alheia quando se pretenda, entre nós também, proceder à regulamentação – que se aguarda – de todo este sector da vida nacional. Se não se atender a factos como estes, veremos como – mesmo entre nós e não só por intermédio das agências internacionais e de jornais estrangeiros que cada vez se comprar mais – eles tardarão pouco a repetir-se".[115]

A discussão sobre as diversas fases atravessadas pela imprensa é tema recorrente em *Jornalismo*. Num artigo intitulado de "Um jornal por 30 cêntimos – os mitos e realidades da Imprensa moderna" debate-se o baixo preço dos jornais e o papel que a publicidade tinha para o equilíbrio das contas das empresas jornalísticas. Publicado no mês de Junho de 1967, no boletim n.º 2, notava que a informação era consumida pelos leitores como produto anónimo e despersonalizado, no seguimento da perda de respeito pelos jornais que existia antes da industrialização nos meios de informação:

> Registando um facto que se observa tanto no seu país como noutro qualquer, os autores de uma notável obra publicada recentemente em França ("Un Journal pour 30 centimes", por François Archambault e Michel Ambault) procuram descobrir as razões do fenómeno e colocam uma série de interrogações. O que são os jornais, qual o seu custo real? Como vivem? A publicidade é inofensiva ou, pelo contrário, perigoso meio de pressão? Qual é, em conclusão, o poder real da Imprensa? As respostas que encontrarem constituem, conforme veremos, um esclarecimento que interessa ao público e também aos jornalistas.
> (…) Versando especificamente a Imprensa francesa, a obra coloca problemas e apresenta conclusões válidas para a generalidade dos países. É apropriada, portanto, a definição que acompanha o título. Na realidade, "os mitos e as realidades da Imprensa moderna" são iguais em França e na Inglaterra, nos Estados Unidos e em Portugal. (…)

[115] Crise da imprensa nos Estados Unidos, Jornalismo, n.º 2, Junho de 1967, pp. 18 e 19.

> Milhões de homens e de mulheres extraem as suas informações e muitas vezes dão a sua confiança a um produto "anónimo" e despersonalizado. A questão apresentada desta forma encerra um mundo de implicações de extrema gravidade. Relaciona-se directamente com a "dessacralização" da Imprensa e a perda do respeito inato pelos jornais que existia antes da industrialização nos meios de Informação. Salientam, a este respeito, que o anonimato nos jornais reforçou a identificação da empresa jornalística a qualquer outra empresa comercial e industrial, fixando-se como objectivo único, ou pelo menos principal, a realização de benefícios.[116]

A gestão dos jornais feita pelos próprios jornalistas, não atendendo, assim, a partidarismos, também é discutida neste artigo, na senda de uma tentativa do género ensaiada em França.

> [Em França, após o final da II Guerra Mundial], o Governo, com De Gaulle no poder, aspirava confiar a propriedade e a gestão dos jornais a equipas de jornalistas, sem atender a partidarismos políticos. (…)
> Boas intenções, ficaram em textos de diplomas que não são cumpridos ou não chegaram, sequer, a ser regulamentados… (…)[117]

O artigo refere, ainda, que o custo de um jornal não se revestia apenas de valor material, mas também de um custo intelectual. Numa época em que a informação desempenhava um papel tão determinante na sociedade, o alto valor que um periódico atingia (chegando a ser vendido a um preço inferior ao que havia custado) levava a que tivesse de se cortar nos salários dos jornalistas e nos encargos com a sua formação, ao invés de se reduzir noutros sectores, e a depender enormemente da publicidade.

> Os autores da obra não indicam, dada a diversidade de situações, o custo médio real de um jornal em relação ao preço de venda. Na Imprensa diária francesa, por exemplo, a distribuição absorve de um quinto a um terço do produto de venda, enquanto o papel ascende a trinta

[116] Um jornal por 30 cêntimos – os mitos e realidades da Imprensa moderna, **Jornalismo**, n.º 2, Junho de 1967, pp. 20 e 21.

[117] Um jornal por 30 cêntimos – os mitos e realidades da Imprensa moderna, **Jornalismo**, n.º 2, Junho de 1967, p. 21.

por cento do custo total. De uma maneira geral, no entanto, segundo estudos documentados, mais de metade das receitas totais da Imprensa é aplicada em salários e encargos sociais, com especial relevância para a parte técnica.

Salienta-se, porém, um aspecto curioso: o "custo intelectual" (encargos com a redacção e a informação nacional e estrangeira de que ela se serve) é de somenos importância na feitura duma publicação (…). "Partindo desta constatação – declaram os autores – alguns sociólogos notam que não é de admirar a degradação da condição do jornalista na sociedade contemporânea, não obstante o papel de crescente importância desempenhado pela Informação". (…)

"Para não ofender ninguém, digamos simplesmente que a sociedade moderna ocupou-se mais em reduzir o preço da matéria cinzenta – pelo menos aquela que influi na educação, na informação e na cultura – do que o custo da celulose empregada no papel de impressão e de escrita"…

Note-se, para bem compreender o reparo, que os autores de "Un journal pour 30 centimes" dão como facto provado (…) que o êxito e o valor de uma publicação dependem, sempre, dos jornalistas.

Para muitos órgãos da Imprensa diária francesa o jornal vendido por 30 cêntimos custa 40 e mais à empresa que o produz. Quais, pois, os recursos da Imprensa, os declarados e os ocultos?

Em França e em quase todos os países onde os jornais não são editados por organizações governamentais, a publicidade é o principal sustentáculo das publicações. (…) Mas para captar a publicidade torna-se indispensável possuir grande tiragem e boa influência junto da massa de leitores. (…)

"Pergunta-se se a precariedade dos recursos da Imprensa e a sua corrida aos leitores não constituem fraquezas que podem ser exploradas".

A nova questão encontra resposta adequada. Observa-se que em França, e o mesmo sucede noutros países, as empresas jornalísticas recebem, a vários títulos, auxílios valiosos. A subvenção dada ao consumo do papel, por exemplo, tal como acontece em Portugal. (…) Não quer isto dizer, claro, que os órgãos da Imprensa estejam necessariamente, dependentes dos Governos.

"Hoje – escrevem Archambault e Ambault – os jornais, mesmo os mais poderosos, só têm uma rubrica orçamental que pode ser comprimida: a da redacção. De maneira que geralmente os jornalistas são mal pagos e, por outro lado, a publicidade transformou-se num maná cada dia mais

> indispensável". (…)
> "A Imprensa dos "trusts", os "jornalistas vendidos", as pressões misteriosas do Estado ou dos publicitários, tudo isto participa senão da efabulação popular, pelo menos do mecanismo amplificador dos rumores. É preciso constatar que se está geralmente mal informado sobre a Imprensa. É o cúmulo da não-informação. Este sector devia fazer as suas próprias relações públicas". [118]

Por último, o artigo questiona-se sobre que poder a imprensa terá (ou se terá) quando a rádio e a televisão concorrerem pelo monopólio da informação, mas avança uma resposta, dizendo que os jornais bem-feitos e com visão não estão ameaçados.

> Qual o verdadeiro poder da Imprensa se a Rádio e a Televisão lhe retirarem o monopólio da Informação?
> O julgamento exarado no livro é peremptório: os jornais bem feitos, que servem os seus leitores e os interesses da comunidade em que se integram, não estão ameaçados pelos outros meios de comunicação. A diminuição das tiragens e o desaparecimento de órgãos prestigiosos são consequência inelutável da concorrência a que obriga a industrialização da Imprensa. Será erro julgar que só sobrevivem jornais despolitizados (…), ou que é sempre lucrativa a concessão aos gostos mais baixos do público. É necessário, acima de tudo, que o jornal e os jornalistas se utilizem eficientemente das técnicas da profissão (…).
> Apoiando-se em estatísticas significativas, apuradas em vários países, os autores julgam que a Televisão, em vez de prejudicar a Imprensa, favorece os jornais – desde que sejam bem feitos e supram as lacunas da TV, ou apresentem ao leitor aquilo que foi encontrar no novo meio de comunicação. (…) "A Televisão, longe de ser um concorrente para os jornais, deve ser um estimulante. Ela difunde as notícias e a imagem de uma maneira breve. Desperta a curiosidade do espectador, o qual deve procurar e encontrar no jornal um prolongamento, uma explicação, uma análise da informação. Na medida em que a Televisão suscita a curiosidade do leitor, a qualidade da Imprensa deve ser melhorada, sem cessar".[119]

[118] Um jornal por 30 cêntimos – os mitos e realidades da Imprensa moderna, **Jornalismo,** n.º 2, Junho de 1967, pp. 21 e 22.

[119] Um jornal por 30 cêntimos – os mitos e realidades da Imprensa moderna, **Jornalismo**, n.º 2, Junho de 1967, pp. 20, 21, 22.

Nas décadas de sessenta e setenta, a imprensa diária era a principal fonte de informação da população portuguesa, entre outros motivos, devido ao seu baixo custo. Porém, a imprensa não diária crescia de forma intensa e procurava um nicho de mercado por onde pudesse começar a expandir-se e a aperfeiçoar-se, como já acontecia noutros países. Américo Rebordão Corrêa[120] aborda a temática dos não diários nas páginas de *Jornalismo*, alertando para alguns problemas que este tipo de imprensa enfrentava e sugerindo algumas soluções, como, por exemplo, fazer com que acreditem nele e ter uma boa carteira publicitária:

> Hoje não restam dúvidas a ninguém sobre a tremenda força que a Imprensa não-diária representa na maior parte dos países que possuem, também, uma volumosa e influente Imprensa Diária. O fenómeno é claro como a água, e bem depressa se chegará à raiz da explicação. Grandes e populosas cidades pressupõem logo grandes jornais diários, de tiragens coerentes com a própria grandeza da urbe. Mas (…) grandes cidades, com um potencial tremendo de leitorado, topam-se às dúzias, contíguas, cada uma delas lutando pela sua própria expansão. Isto leva a verificar imediatamente (…) a existência de grandes jornais diários, sim, mas dentro da sua zona de influência, com dificuldades em se imporem na cidade vizinha ou em qualquer outro lugar mais remoto. (…)
>
> Assim, compreende-se porque é que são publicações periódicas não-diárias as que atingem tiragens altíssimas e transmitem, duma só vez, a todo um país e mesmo para fora dele, uma opinião que vai pesar no julgamento de milhões. Não se duvida, sequer, da força opinativa, que chega ao nível internacional, dessa Imprensa não-diária, de que são exemplos alguns semanários que circulam em quase todo o mundo.
>
> Em Portugal, mercê de factores de todos bem conhecidos, o panorama é diferente e as coisas passam-se de maneira muito diversa. País de população relativamente pequena, e língua com dificuldades insuperáveis em transbordar fronteiras, com a agravante do pequeno poder de aquisição, apenas a publicação diária, informativa, de baixo custo por exemplar, logrou chegar a uma parte mais interessada dessa população. O semanário – melhor, a Revista, ilustrada, de actualidades – encara muito grandes obstáculos para conseguir penetração dentro do próprio país, nomeadamente os já referidos: pobre poder de compra, baixa percentagem

[120] Director-adjunto para Lisboa do Notícia, de Luanda.

> de gente interessada e a própria percentagem que pode ler. Acresce a isto um factor importantíssimo: dado o pequeno mercado e, portanto, as consequentes pequenas tiragens, o semanário português de actualidades oferece-se com deficiente qualidade e nível (jornalístico, gráfico e de poder sugestivo) que deixa muito a desejar. (…)
> Mas, aqui, engrenamos num círculo vicioso: o mercado é pequeno porque o periódico pouco oferece; este não dá mais porque não tem meios para investir; e não investe porque o anunciante (comércio e indústria) não acredita na sua eficácia; e não acredita porque a tiragem é pequena. Já vimos que a tiragem é pequena porque o mercado não dá para mais. Como sair desta roda infernal?
> Está dito e redito que enquanto um diário dura um dia uma revista semanal dura sete vezes mais, é lida pela família e ainda serve para ornamentar consultórios. Se o grande anunciante acreditar no alcance do semanário, este poderá praticar (…) uma política de investimento e melhoria que conduz à meta ambicionada. Não será necessário recordar que uma revista perde dinheiro por cada exemplar vendido: só uma boa carteira publicitária a tornará rentável. Alcançada essa meta, o grande semanário, o grande magazine oferecerá então ao comércio e indústria uma cobertura de propaganda que nenhum diário poderá ensombrar – dado que este se debruçará, logicamente, principalmente sobre a sua cidade. (…)
> Tem muito, pois, que caminhar o semanário de actualidades português. E o seu primeiro passo será fazer com que acreditem nele. (…) Com mais ou menos limitações de mercados, com maiores ou menores possibilidades, não nos iludamos: a publicação que conseguirá congregar o interesse à escala nacional, que levará a essa mesma escala uma ideia formativa, que se libertará de regionalismos e olhe os problemas dum vértice em cota mais elevada, essa será sempre um semanário. Pese mesmo a existência de um ou muitos grandes jornais diários com as coerentes zonas de influência. O leitor e comprador do jornal diário – dum jornal diário, seu preferido – não deixará de comprar, igualmente, o grande semanário que se deseja. (…)[121]

A análise à imprensa portuguesa não era, apenas, feita nas páginas de *Jornalismo*. Outros periódicos publicavam textos reflectindo

[121] Américo Rebordão Corrêa, Os não diários, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, pp. 13 e 14.

sobre o assunto. Sempre que se justificava, os redactores do boletim republicavam-nos, como aconteceu com o artigo que se segue e que aborda a temática do jornalismo responsável, enaltecendo a força do jornal e a grandeza da missão do jornalista que deve, acima de qualquer outra coisa, primar pela verdade da informação que faz circular.

> "Extraordinária é, pois, a força do jornal e grande é a missão do jornalista, como intensamente grande é a sua responsabilidade.
> O jornal condiciona muitas esperançosas iniciativas humanas e da sua acção dependem tantas vezes os êxitos ou os malogros de notáveis empreendimentos.
> Quem tem a responsabilidade honrosa de poder servir-se do jornal para informar, esclarecer ou divulgar cultura, tem de pôr acima de tudo e antes de tudo a Verdade, não podendo trair o inviolável respeito que lhe deve e, consequentemente, o respeito que deve aos seus leitores.
> Quem assim não proceder não é digno de que lhe sejam franqueadas as portas do jornal, cujas colunas, com a falta de respeito pela sua própria personalidade, iria fatalmente conspurcar.
> A missão do jornalista só poderá ser nobre quando daquilo que escreve se derramar luz e quando a sua caneta for instrumento vigoroso e inalteravelmente válido ao serviço da Justiça, do Amor e da Verdade." (De Jornal de Viseu, transcrito pelo Diário da Manhã em 30 de Julho)[122]

A crise da imprensa na Grã-Bretanha também foi referida em *Jornalismo*, com alusões aos jornais mais "poderosos" do país, os únicos que podiam encarar o futuro de forma positiva.

> Só dois jornais ingleses podem encarar o futuro sem pessimismo: o *Daily Mirror* e o *Daily Express* – afirmou Cecil King, presidente da poderosa Corporação Editora Nacional.
> King chamou a atenção para o facto de, desde 1957 até agora – isto é, no curto espaço de 10 anos – a circulação dos diários ingleses ter descido para 15 milhões (o que significa ter diminuído mais de um milhão) e a dos jornais dominicais ter passado de 28 para 24 milhões.[123]

[122] Jornalismo e responsabilidade, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, pp. 6 e 28.
[123] Crise na Imprensa da Grã-Bretanha, **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, p. 34.

Norberto Lopes, colaborador assíduo de *Jornalismo*, também se dedicou a observar e analisar os problemas do jornalismo e o estado em que a imprensa se encontrava em Portugal. Ao fazê-lo, procurou que a sua experiência profissional pudesse transparecer, de modo a que alguns ensinamentos ficassem explícitos. Uma das ideias que tenta transmitir é a de que ser jornalista é diferente de ser historiador. Para ele, o jornalista não faz história: testemunha acontecimentos, enquanto o historiador os comenta.

> **Jornalismo e História**
> Há quem seja de opinião que o jornalismo e a História se confundem, o que não corresponde à verdade. Que diferença existe, então, entre o jornalista e o historiador? O jornalista não faz história, limita-se a reunir os materiais para que o historiador a possa fazer. (…) De qualquer modo, o trabalho do jornalista é sempre um documento, palpitante actual, enquanto o trabalho do historiador se confirma a uma análise serena e fria, impregnada de espírito crítico e destituída, pelo menos em teoria, de qualquer paixão. O jornalista testemunha o acontecimento. O historiador comenta-o fora do espaço e do tempo, à luz dos conhecimentos que a Filosofia política põe ao seu alcance. Claro que há, por vezes, precipitações imperdoáveis no trabalho do jornalista. Mas também há erros graves na apreciação do historiador. A pressa leva-nos, com mais frequência do que seria para desejar, a cometer faltas que somos os primeiros a lamentar e a procurar corrigir. Quem pode exigir perfeição a uma obra que nunca está acabada? Louvo-me, mais uma vez, na opinião autorizada de Danton Jobim quando afirma: "Pela sua própria natureza, a informação jornalística é superficial, recolhida e redigida à pressa. O jornalista não pode esperar que a verdade saia do poço. Desce ao fundo e vai surpreendê-la, com a máquina a tiracolo. Mas não tarda a descobrir que a verdade tem muitos rostos e é essa a razão por que se limita a fotografar aquela que, segundo o que lhe dita o seu instinto, pode interessar mais os leitores.[124]

Ao analisar a imprensa, o jornalista distingue a boa da má, sendo boa a que trabalha de forma isenta e imparcial. Reconhece, como função principal do jornalismo, informar e formar a opinião pública. Realça,

[124] Norberto Lopes, Uma Lição de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, pp. 4 e 5.

ainda, a importância da liberdade para se poder partilhar a informação, mas, comodamente, refere que essa liberdade deve ser exercida de forma responsável.

> **Boa e má imprensa**
> Nem toda a Imprensa se pode gabar de possuir opiniões isentas ou as mãos limpas. A par da boa Imprensa, existe a Imprensa menos boa e até a Imprensa francamente má. Glosando um mote muito conhecido, pode dizer-se que os países têm os governos e os jornais que merecem. Nos países de Imprensa dirigida ou condicionada, o conceito de boa Imprensa difere daquele que existe nos países de Imprensa livre. Um jornalista russo não hesitou em escrever: "Todas as dissertações sobre a informação objectiva completa não passam de hipocrisia liberal. O fim da informação – acrescenta não consiste em comercializar as notícias, mas em educar a grande massa dos trabalhadores, em os organizar sob a direcção do Partido com vista a objectivos claramente definidos. Ora esse fim não pode ser alcançado pelo relato objectivo dos acontecimentos". E mais adiante: "A liberdade, a objectividade da imprensa não passam de ficções. A informação é um meio de luta de classes, e não um espelho destinado a reflectir objectivamente os acontecimentos". Quer isto dizer que os direitos do Homem, como escreveu Louis Gabriel-Robinet, director do *Figaro*, se opõem aos direitos do Estado totalitário. É ainda ele que observa com a sua habitual lucidez: "(…) o que, apesar de tudo, estabelece a diferença entre a situação dos países liberais e a dos países totalitários é que, nos primeiros, a existência dos jornais 'inspirados' não exclui de nenhum modo a existência de jornais absolutamente independentes". (…)
>
> **Formar e informar**
> É ponto assente que a Imprensa desempenha duas missões distintas, mas não tão distintas como se possa supor: informar e formar a opinião pública. Em vez de formar, eu preferia talvez interpretar. Com efeito, na sua missão formativa, o jornalista interpreta e traduz a opinião dos seus leitores, levando-os a concluir que emite a sua própria opinião. (…) Não se compreende, na verdade, uma Imprensa que não seja livre, como não se compreende um pássaro que não tenha asas para voar. Essa liberdade, porém, não pode alhear-se da responsabilidade, condição essencial para que a Imprensa não exorbite e cada um tenha plena consciência dos seus

direitos e dos seus deveres.
O fim da Imprensa é, antes de mais nada, informar o público. Há toda a vantagem em o informar amplamente, sem rodeios, sem subterfúgios, sem propósitos, tendenciosos. Manter o público bem informado em tudo quanto diz respeito à Administração é robustecer a autoridade do Poder, é criar um clima de confiança entre dirigentes e dirigidos, sem o qual não pode haver governos que contem com o apoio da Nação. (…) Liberdade de informação… liberdade de crítica… São as duas condições essenciais a uma Imprensa digna desse nome. Mas, como é óbvio, à liberdade deve corresponder sempre a responsabilidade. (…) Tudo quanto se faça contra a Imprensa faz-se contra o público, que tem direito a ser devidamente informado acerca do que se passa no Mundo e esclarecido acerca do que se passa no seu próprio país. Se não houver liberdade de expressão do pensamento, acesso às fontes de informação e o direito ao segredo profissional do jornalista, não somos apenas nós os prejudicados, é também o publico que nos lê e espera da Imprensa o cumprimento integral da missão que em todos os tempos lhe foi confiada.[125]

Norberto Lopes alude, ainda, à crescente importância que a publicidade ganhou no mundo jornalístico, uma vez que, dadas as fracas condições financeiras em que se encontra a maioria dos jornais portugueses, ela é a forma de receita mais legítima a que as redacções e as suas publicações podem recorrer.

Publicidade
Dadas as precárias condições financeiras em que vive hoje a maior parte dos jornais portugueses, que não aumentam de preço há dez anos, quando os seus encargos subiram proporcionalmente à alta verificada em todos os sectores, só a publicidade pode fazer face ao acréscimo de despesas que se tem processado nos últimos anos, visto que a receita proveniente da venda mal chega para pagar o custo do papel que a tiragem consome. A publicidade, porém, se por um lado, constitui uma receita legítima e necessária para um jornal poder viver mantendo a sua independência, por outro lado representa um perigo, quando não há o cuidado de distinguir entre aquela que se pode receber confiadamente e aquela que compromete o bom nome do jornal. Um jornal deve viver dela, mas não

[125] Norberto Lopes, Uma Lição de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, p. 5.

> pode viver para ela. Isto é, hipotecar a sua opinião aos desígnios, nem sempre confessáveis, de certa publicidade e prestar-se a ser instrumento de propaganda, em vez de ser um órgão de informação. Nesse caso, a sua independência correria grave risco. (…) A Imprensa não é, portanto, uma indústria qualquer, assim como o jornal não é um produto vulgar. Se o fosse, as Constituições políticas não decretariam normas para o seu funcionamento, atribuindo-lhe carácter de interesse público. (…)[126]

Nuno Rossini Rosado[127] escreveu um artigo que foi publicado em *Jornalismo* em Outubro de 1967, onde discorreu sobre a imprensa de âmbito local e sobre os jornalistas que trabalham em publicações desta categoria. Este autor defende o princípio de que "todos os jornalistas devem estar integrados no único órgão que com âmbito nacional englobe estes profissionais da Imprensa"[128]. Foi por sua sugestão que, na Corporação da Imprensa e Artes Gráficas se criou uma comissão para o estudo dos problemas que a imprensa regional atravessava.

> O conceito de informação tem merecido, de há alguns anos para cá, uma maior atenção das entidades responsáveis – organismos oficiais e corporativos. Já algumas apreciações sobre o seu sentido amplo foram insertas na publicação que, com maior autoridade, se deve ocupar do assunto – o órgão do Sindicato Nacional dos Jornalistas.
> Dentre os aspecto que a informação oferece, o sector da Imprensa Regional apresenta características curiosas que têm levado alguns estudiosos a debruçarem-se sobre o tema. Com as suas publicações diárias e não diárias, a Imprensa Regional apresenta um vasto campo de interesse que se alarga desde a simples publicidade (considerada esta no seu conceito vulgar) até às chamadas políticas de mentalização. Estas, sobretudo, são salientadas pelos sociólogos como alguns dos objectivos que podem ser atingidos com bastante vigor junto dos leitores da Imprensa Regional – os que compram as publicações e todo o núcleo de familiares ou amigos que, por viverem ou terem nascido na região,

[126] Norberto Lopes, Uma Lição de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, pp. 5e 6.

[127] Jornalista, director do semanário "Notícias de Cartaxo" e membro da direcção do Grémio da Imprensa Regional. "Interessando-se e pugnando há muito pelos chamados órgãos de expansão local, a sua opinião é especialmente autorizada pela obra que vem levando a cabo em prol da Imprensa Regional." **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 19.

[128] **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 19.

sentem o natural prazer de se inteirarem *do que se passou, do que se passa* e daquilo *que se vai passar* no meio que melhor conhecem.

Desde a importância que lhe é atribuída em países como a França ou Inglaterra, junto das diversas facções políticas, até aos objectivos superiores que tocam os domínios da educação, das políticas social e económica concretas, em países como o nosso, a Imprensa da província, exerce, além da missão noticiosa – que se estende até aos mais recônditos lugares do mundo onde se encontram naturais da região – uma outra, não menos importante: servir o processo de desenvolvimento que caracteriza a actual fase social. É, sobretudo, sob este último ângulo que temos de encarar o interesse e valor, no âmbito nacional, de uma Imprensa que, no seu todo, cobre milhões de leitores espalhados pelas províncias metropolitanas e ultramarinas e por países estrangeiros.

Reconhecida a sua importância – aliás, raramente posta em dúvida – a Imprensa Regional espera ver resolvido, além de outros, um problema que respeita ao seu sector não diário e que interessa também a todos os jornais ou revistas, de actualidades e especializados: o reconhecimento dos seus profissionais. O assunto não é novo e exige o devido estudo. A solução poderá ser encontrada através do organismo que, pela sua designação, deverá englobar todos os jornalistas profissionais portugueses – o Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Temos verificado que alguns interessados, ao tratarem o assunto, misturam, por vezes – embora não intencionalmente, cremos – a função dos organismos representativos, chamando à baila aqueles (Grémios) que, rigorosamente, têm como função específica a defesa dos assuntos inerentes às empresas proprietárias dos jornais ou revistas, isto é, das entidades patronais, cujos interesses económicos são diferentes, conforme se trata de Imprensa Diária ou Não Diária.

Voltando ao problema: importa estudar a situação daqueles jornalistas que, não estando presentemente abrangidos pelo Sindicato, exercem, no entanto, as funções nos termos definidos e regulamentados para os profissionais.

Existem – bem sabemos – aspectos que podem prejudicar interesses que se situam no âmbito da Previdência Social; afiguram-se-nos, contudo que, numa última análise, nada impede que se mantenham as situações criadas e se organizem, em moldes convenientes e possíveis, as que resultarem do alargamento do âmbito do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Tal como consideramos de inteira justiça encarar este problema de modo

> a dar-se-lhe conveniente solução, de igual modo entendemos que nada deve perturbar os benefícios já existentes para aqueles profissionais que, trabalhando na Imprensa Diária, constituíram e defendem, justamente, direitos que não pretendem de forma alguma ver diminuídos.
> No bom entendimento, com a colaboração de todos, poderão ser atingidos, estamos certos, os objectivos que exercerão benéficos efeitos em prol de uma maior unidade e força colectiva dos jornalistas portugueses.[129]

A relação da imprensa com a publicidade também foi discutida no periódico sindical *Jornalismo*. O exemplo que se segue fala disso mesmo. É Jorge Rodrigues quem aborda a questão, num texto que fez parte de uma comunicação apresentada aquando do encontro onde se assinalou a tiragem de um milhão e seiscentos mil exemplares do *Diário Popular*.

Como nota introdutória deste trecho, o boletim *Jornalismo* faz a seguinte análise sobre a publicidade e a imprensa:

> Reconhece-se que a publicidade se apoia na Imprensa como um dos mais eficazes meios de que pode dispor, ao passo que o jornal se apoia na publicidade como uma das suas mais fecundas fontes de receita. Não teria sido possível, sem os lucros da publicidade, o moderno dimensionamento industrial da Imprensa, que projectando-a sobre um muito mais vasto mercado, lhe exige por outro lado uma mais complexa estrutura e um mais dispendioso apetrechamento técnico. (…)
> A estreita colaboração a que hoje se assiste entre a Imprensa e a publicidade levanta, é certo, problemas delicados e em constante renovação, visto serem duas forças que, para além dos pontos comuns, procuram dinamicamente alcançar objectivos próprios. (…)[130]

Jorge Rodrigues desenvolve a questão da necessidade que a imprensa tem da publicidade, pelo menos a nível financeiro, o que pode criar obstáculos à independência da imprensa, e questiona que tipos de relações podem surgir entre ambas:

---

[129] Nuno Rossini Rosado, A imprensa regional – sua missão e um problema que urge resolver, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 19.

[130] **Jornalismo**, nº 5, Dezembro de 1967, p. 10.

Todos sabem, também, que a industrialização da Imprensa implicou maiores preocupações no campo económico – e não poucos dirigentes terão mesmo perdido de vista a sua missão primordial de veículo de opinião, a sua função informativa e educadora.

O desenvolvimento da informação comercial, o acelerado ritmo do progresso em todo o mundo da informação publicitária, utilizando técnicas próprias do jornalismo (o artigo, o eco, a entrevista, a reportagem, o inquérito, etc.), são aspectos que não devem ser esquecidos quando se pretenda equacionar, mesmo apressadamente, a problemática de um jornal e da imprensa em geral.

O mesmo se dirá do próprio incremento da publicidade tradicional, que em certos jornais dos EUA chega a ocupar 75% da área total, numa função económica de aproximar o consumidor do produtor, comunicando mensagens e procurando criar estados de espírito.

Da verificação objectiva destes factos a uma conclusão supostamente necessária de que a publicidade é um obstáculo à independência da Imprensa vai uma longa e muito ponderável distância…

Sem pretender reduzir sequer a margem do risco que a questão comporta, dir-se-á, por outro lado e com não menor fundamento, que a publicidade, no seu próprio teor informativo e na sua significação económica, desempenha actualmente uma missão funcional indispensável e que o seu desenvolvimento pode ser, pelo contrário, não apenas um meio de prosperidade, mas de independência e dignidade… já que as pressões ou influências que num jornal se exercem das mais variadas origens e sob as mais diversas formas de expressão podem representar, e representam quase sempre, atentados maiores do que os implícitos à publicidade, contra o exercício da responsabilidade, contra o exercício da responsabilidade cometida à Imprensa, como agente formador e dinamizador de consciências – alavanca actuante se bem utilizada, no sempre operoso mas nobre esforço de aperfeiçoamento e até de reconversão das estruturas de um país. (…)

Mas poder-se-á afirmar que é publicidade toda a informação de algum modo ligada a questões comerciais? Não. Pelo menos se ela for publicada em termos proporcionais ao seu interesse real: Y linhas representarão informação – Yx10, serão publicidade. Assim, dir-se-á antes que uma mensagem informativa assume o carácter de publicidade ou propaganda se constitui uma incitação excessiva ou, mesmo tendenciosa – isto é, se trata de obter do público uma sobrestimação de vantagens reais ou até a

> tomada de consciência de vantagens inexistentes que, aliás, não visam somente a modificar o clima, a psicologia, o sentimento mas tendem a afectar a venda a prazo mais ou menos longo.
> Aproximando-nos dos princípios básicos a extrair, autores modernos concluem, em síntese, que se estará perante uma peça de "publicidade" ou de "propaganda" quando essa peça contém uma informação ou uma incitação excessiva ou tendenciosa, dirigida a um grupo significativo de indivíduos e destinada a modificar a determinado prazo, a favor e em direcção a quem o encomenda, o comportamento de um número determinado de indivíduos. Se os fins são mercantis, denominar-se-á de publicidade, se não são, chamar-se-á de publicidade, se não são, chamar-se-á propaganda. (…)
> A consciência de uma tal realidade não obsta, porém, a que as agências de publicidade não possam, e não devam, até, impor a si próprias uma linha de conduta de que todos, aliás, serão beneficiários – uma linha de conduta tendo por norma fundamental que nenhuma peça de natureza publicitária, utilizando técnicas próprias do jornalismo, isto é, revestindo a forma de entrevista, comentário ou reportagem, deverá deixar de ser submetida espontaneamente pela agência ao critério do jornal, no sentido expresso da aceitação ou não, por parte deste, do título sugerido e até do cariz que se pretendeu imprimir à mensagem e da extensão, desta, inclusivamente. Isto, naturalmente, sem qualquer objectivo de evitar a justa retribuição pelo espaço ocupado, pois que a venda deste, nas condições de dignidade exigíveis, representa afinal, talvez, a única solução efectiva para enfrentar o *deficit* da exploração.
> Como é óbvio, contudo, o juiz último de tudo o que se publica num jornal e da forma como se publica é, sem dúvida, esse próprio jornal na sua expressão de totalidade. (…)
> Para que um jornal possa exercer a missão que até constitucionalmente lhe é cometida no respeitante à formação e orientação da opinião pública, haverá, como condição "sine qua non", de conquistar leitores em número significativo e, para se alcançar esse público, há que fazer certas concessões no que respeita à escolha de assuntos porventura de reduzido nível cultural, mas capazes de cativar o leitor médio (…).[131]

[131] Jorge Rodrigues, Publicidade e Imprensa, **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, pp. 10, 11 e 34.

A (relativa) modernização que os meios de informação iam conhecendo, fazia com que, cada dia mais, se necessitasse e se clamasse por bons profissionais e profissionais bem preparados, que correspondessem às solicitações da sua missão da melhor forma possível. Num discurso proferido por Moreira Baptista, aquando da entrega dos prémios do SNI (Secretariado Nacional de Informação), falou-se desta necessidade de elevar a profissão de jornalista, de modo a melhorar a informação praticada e difundida em Portugal.

> Por outro lado e como consequência emergente deste poderio e dos meios tecnológicos utilizáveis, a concepção clássica do jornalista foi profundamente alterada e o profissional da Informação tem de estar suficientemente preparado para corresponder às solicitações cada vez mais complexas da profissão. O jornalismo dos nossos tempos deixou de ser uma aventura: a redacção de uma notícia para o jornal, para a rádio ou para a TV exige responsabilidade e conhecimentos novos e mais amplos, dada a extensão cada vez maior dos públicos e a importância da formação da opinião pública. No Japão, por exemplo, 3 diários tiram 22 milhões de exemplares em cada dia; nos Estados Unidos, 2500 emissões de rádio servem um público de quase 200 milhões de auditores, e a Europa, dentro de poucos anos, terá 80 milhões de receptores de televisão. Sabendo-se que as agências informativas cobrem com os seus noticiários 98,7 por cento da população mundial, compreender-se-á como, para o político e para o sociólogo, este rápido e decisivo fenómeno de aceleração dos meios de comunicação e de informação têm de constituir motivo de séria e profunda reflexão, uma vez que a essência mesma da comunicação é a inter-reacção que se verifica entre o que transmite e o que recebe.
>
> A Imprensa, a rádio e a televisão desempenham, pois, um papel verdadeiramente decisivo na forma como apresentam os acontecimentos. Por isso, Robert Chapuis afirmou que tanto podem dissipar os mal-entendidos como exacerbar as paixões. Estas afirmações servem para demonstrar a verdadeira força de um novo poder no Mundo que, transpondo fronteiras, insinuando-se nas consciências, formando vontades, tem decisiva importância para o interesse nacional.[132]

[132] Moreira Baptista, O Jornalismo deixou de ser uma aventura, **Jornalismo**, n.º 7, Junho de 1968, p. 21.

Vários foram os jornalistas que se prontificaram a discorrer sobre o jornalismo. O próximo texto é de Marques Pinto e tem o sugestivo título de "Não asfixiem o Jornalismo". Para este profissional, no mundo jornalístico era essencial estar-se sempre actualizado, principalmente porque o jornalismo era "o dia-a-dia"[133]. Destaca uma das características fundamentais do jornal, servir o leitor, que continuaria a manter-se seja qual for a renovação sofrida ou modernização introduzida.

> O jornalismo, no processo de o fazer, na forma da notícia, em todos os seus aspectos, está sujeito, como tantas outras coisas, à evolução, fenómeno natural que o próprio tempo determina ou impõe. Neste caso, tanto pode dizer-se evolução como revolução. Mais: a revolução do jornalismo, isto é, a sua actualização é coisa inevitável, porque, antes de tudo e essencialmente, o jornalismo é o dia-a-dia, é o dia de hoje, o dia de amanhã – nunca o dia de ontem. E a profissão exige, pela sua natureza, que o jornalista esteja em dia, que seja um homem de hoje, um homem de amanhã. (…)
>
> Antes do mais, é justo salientar que também a experiência é condição necessária e indispensável no jornalismo. É preciso filtrar ou peneirar a audácia dos mais novos, refinar as suas qualidades naturais, aproveitar e explorar, ensinando ou simplesmente orientando, os últimos que abraçam a profissão. Condição necessária e indispensável, sim, mas não suficiente. Igualmente necessária e indispensável é a juventude, a novidade, exactamente os introdutores da inovação, a quem se deve a dita actualização do jornalismo. (…)
>
> Não convém exagerar. Nem na juventude, nem na conservação de velhos e ultrapassados processos. A reportagem ou a notícia de hoje não podem ser feitas no estilo de há trinta, vinte, dez anos. O jornal pode conservar uma característica fundamental e servir o leitor, renovando-se constantemente, modernizando-se, adaptando-se, em suma, ao novo dia, ao novo tempo. Nada pior para um jornal dos nossos dias do que o desabafo – que traduz um pensamento e um modo de fazer – dos mais velhos e consagrados de uma redacção: "No meu tempo não se fazia assim!" Eles esquecem-se de que também já foram jovens e de que, quando começaram, quiseram fazer as coisas de maneira diferente, tendo-se-lhes deparado dificuldades idênticas às que estão a criar aos

[133] Marques Pinto, Não asfixiem o jornalismo, **Jornalismo**, n.º 7, Junho de 1968, p. 22.

> novos de hoje. Os jornais do seu tempo estão arquivados na biblioteca. O jornal que se faz hoje é para ser lido amanhã na rua.[134]

Uma dignificação da imprensa pode ser conseguida caso a informação por esta divulgada fosse produzida com mais rigor e objectividade, conjugando-se com um livre acesso à mesma por parte de todos. A obra *Information* de Robert Chapuis aborda este e outros problemas da informação, nomeadamente o modo como esta era divulgada em países tão distintos como a Rússia e os Estados Unidos. O assunto era de tal modo pertinente que a direcção de *Jornalismo* considerou conveniente a divulgação da mesma nas suas páginas.

> **Problemas da informação**
> A Verdade e a Objectividade devem ser os únicos propósitos em qualquer latitude
>
> Em conclusão de um estudo sobre o melhoramento das informações (1952), o Instituto Internacional de Imprensa afirmava, a propósito dos jornalistas junto dos quais efectuara o seu inquérito: "Se pode ser de difícil execução, o desejo que os anima é claro na enunciação: que os habitantes das nações livres tenham acesso às informações de que têm necessidade para compreender os seus semelhantes e para viver em harmonia com eles".
> No seu livro "Morte de uma Liberdade", Jacques Kaiser escrevia, em 1954: "A democracia, pela participação do povo na sua gestão, implica, para cada cidadão, uma escolha permanente. Na ignorância de certos factos, como poderá ela determinar-se? O cidadão deve por isso ter acesso a informações de fontes diversas, conhecer as opiniões contraditórias sobre os acontecimentos, a fim de poder formular uma opinião." (…)
> Os jornalistas soviéticos não concebem que a informação dita objectiva possa estar na via da verdade; ela não é mais do que um "espelho", que não ensina nada e não serve a maior parte das vezes senão para esconder os mais sórdidos interesses. (…) "os jornalistas soviéticos dão as notícias que servem os interesses do povo". Aí reside a sua verdade, que não é mais do que a interpretação oficial – e doutrinal – dos acontecimentos. O leitor ou o auditor soviético não lê ou não ouve nenhuma notícia

[134] Marques Pinto, Não asfixiem o jornalismo, **Jornalismo**, n.º 7, Junho de 1968, p. 22.

importante sem que ela lhe seja explicada: o que deve fixar não é o facto, mas sim o seu significado e unicamente a interpretação que o Partido lhe confere. (…)

Em oposição a esta tradição, os Estados Unidos construíram um culto do "facto", do qual o *Christian Science Monitor* exprimia a doutrina, na sua resposta ao inquérito do Instituto Internacional de Imprensa, em 1952. Para esse jornal, com efeito, a "interpretação das notícias é realmente útil e necessária, mas o contexto de um bom jornal é formado pelas informações". E acrescentava: "Nos nossos dias, os acontecimentos mundiais falam uma linguagem suficientemente eloquente e não é preciso acrescentar-lhes interpretação pessoal. Mostramo-nos demasiadamente condescendentes para com o leitor. Dêem-se-lhe os factos, que ele extrairá, por si próprio, as conclusões."

A verdade é, portanto – nesta concepção – o que aconteceu, o acontecimento. (…) Somente o facto é verdadeiro; ora, unicamente o facto que interessa merece transformar-se numa "informação" e adivinha-se a conclusão deste silogismo: a verdade identifica-se ao interesse que se coloca nas notícias, está ligada a uma mentalidade, segue a opinião e não a dirige. O sensacional adquire, assim, um estranho poder de verdade. (…)

Os riscos produzidos por tal concepção da informação são ainda multiplicados pela concorrência cerrada dos jornais. Ser o primeiro a revelar tal facto, tal acontecimento; ser o único a desenvolver todos os pormenores e a descobrir os segredos: eis muitas vezes a finalidade da Imprensa que vive da informação e também mesmo no que se refere a estações de rádio e televisão, que cedem a este gosto da "revelação" e do sensacional, para desenvolvimento das informações do estilo "confidencial". (…) Desta concepção, Pierre Paraf sublinhava o aspecto moral: "Verdade significa o controle das informações na sua origem, isso quer dizer que não deve sacrificar-se o exacto ao sensacional, que o título não é desmentido pelo texto, que não se joga com os nervos do público, que se tem presente na memória este slogan arvorado pela Imprensa francesa da Libertação: "os factos são sagrados, os comentários são livres". Isto significa que não se deforma, que não se minimizam os acontecimentos essenciais para relevar os factos insignificantes, que não se peca nem por omissão nem por diversão."

Por seu turno, um jornalista americano, Erwin Canham, extraía o aspecto educativo, evocando o papel dos diversos meios de informação.

"A importância dos jornais como fornecedores de notícias diminui

muito… Os jornais devem interpretar, explicar o que significa o acontecimento. Devem confirmar ou modificar o que o observador viu pela Televisão. Amiúde, mesmo, eles dizem-lhe exactamente o que ele viu, porque os seus olhos podem enganar-se, como os seus ouvidos quando escutam a Rádio; é necessário esclarecê-lo, para que ele abandone o acessório e se prenda aos factos com significado real".

Este esboço de programa é aos nossos olhos fundamental; parece-nos que leva em conta as realidades e corresponde às exigências modernas. (…) A esta verdade concorrem pelos seus meios próprios – e com os seus limites – a Rádio que dá conta do acontecimento no mínimo de tempo, a Televisão ou as actualidades cinematográficas, que revelam aos nossos olhos a forma real desse acontecimento, o jornal que finalmente sabe explicar e interpretar em função do seu contexto e em função também daqueles em que o leitor deposita confiança. A verdade forma-se, assim, na consciência de cada um, para esclarecer a sua acção e fundamentar as suas opiniões. (…)

Sugeriu-se já a criação de um Supremo Tribunal da Opinião, encarregado de velar particularmente pela integridade das informações. Falou-se também de um Grande Conselho da Informação. Na realidade, enquanto o estatuto dos informadores não for instituído, é assaz ilusório criar estruturas condenadas à ineficácia ou destinadas a transformar-se em novos meios de repressão.

O controle das informações é muitas vezes confundido com o controle pelo Estado. Uma atenção minuciosa – e por vezes forçada – incide então sobre certas notícias, enquanto outras ficam perfeitamente "livres", qualquer que seja o uso desta liberdade, na reportagem de uma greve, o anúncio de uma catástrofe ou de um escândalo, a publicação de uma notícia internacional.

Solução a esta grave deficiência podia ser procurada na modificação das leis em vigor, mas também ne regulamentação da profissão de jornalistas. Um conselho profissional habilitado a conferir a qualidade de jornalista – pelo menos em certo grau – em função de critérios estritamente profissionais e bem determinados, poderia da mesma forma retirar esta qualidade, a título temporário ou definitivo, em caso de falta grave. Este Conselho deveria abarcar simultaneamente a Imprensa, a Rádio e a Televisão. Em caso de perseguições injustificadas contra um jornalista, poderia protegê-lo contra o ministro ou o Governo, sem por isso ter o papel de tribunal. (Robert Chapuis, Problemas da informação

> – A Verdade e a Objectividade devem ser os únicos propósitos em qualquer latitude.[135]

Em *Jornalismo* falou-se, com alguma frequência, na situação do jornalismo e dos jornalistas de países estrangeiros. Fosse por comparação com o que se passava em Portugal, fosse apenas numa vertente informativa, temos exemplos de vários textos em que a conjuntura jornalística é o principal tema.

Fernando Simões, no texto "Alguns aspectos do jornalismo em Moçambique", publicado na secção "Ultramar" do boletim *Jornalismo*, analisa a fase que se vivia no jornalismo moçambicano, aproveitando para fazer uma breve história da imprensa naquele país:

> Pedem-me um artigo sobre a Imprensa ou o jornalismo em Moçambique, para o boletim que o Sindicato Nacional dos Jornalistas vai editar. Dadas as naturais limitações do espaço e do tempo que me foram dados, não será fácil – para não dizer impossível – atender a tão agradável solicitação. Escrever alguma coisa sobre a Imprensa ou o jornalismo nesta província da África Oriental é um trabalho que se reveste de certas dificuldades, principalmente se atendermos a que o tema se presta, como é óbvio, a considerações bastante amargas e que nem todos considerariam oportunas, principalmente em certas esferas mais ou menos sensíveis!
>
> Por outro lado, a história da Imprensa, que nesta Província se estende por mais de cem anos, não pode ser comprimida em duas modestas folhas dactilografadas. (…)
>
> Em Moçambique o jornalismo enferma daquelas dificuldades que são próprias dos meios pequenos, daquilo que nós por aqui costumamos apelidar de provincianismo.
>
> (…)
>
> Contudo, e não obstante estas naturais dificuldades, pode afirmar-se que nesta província portuguesa e africana a Imprensa atingiu já um nível bastante apreciável e nela militam elementos de reconhecido valor profissional.
>
> Por estes lados a tarefa do jornalista nem sempre é bem compreendida, principalmente por parte daqueles que têm responsabilidades e que

[135] **Jornalismo**, n.º 8, Novembro de 1968, pp. 14, 15 e 16.

> melhor do que ninguém se deveriam aperceber do papel fundamental que a Imprensa desempenha na mentalização, esclarecimento e até orientação doso povos.
> Estou convencido que a este estado de coisas não são estranhas as condições em que os profissionais da Imprensa têm vindo a desempenhar o seu papel. Filiados até há pouco tempo num sindicato a título de empréstimo (por falta de sindicato próprio) e dando embora o melhor da sua boa vontade, não tinham praticamente acesso às fontes de informação – o que em muitos casos ainda hoje acontece – e viram ser-lhes quase sempre negadas as indispensáveis facilidades ao bom desempenho da sua missão informadora. E quantas vezes eram olhados como intrusos ou considerados indivíduos indesejáveis! Foi um caminho tortuoso e cheio de espinhos, este que os jornalistas de Moçambique percorreram ao longo dos anos.
> A primeira medida digna de registo que modificou um pouco o panorama existente até então ficou a dever-se ao almirante Sarmento Rodrigues, ao mesmo tempo governador-geral da Província, que em 28 de Dezembro de 1963 fazia publicar no "Boletim Oficial", sob proposta do Centro de Informação e Turismo, o Diploma Legislativo n.º 2439, criando para os indivíduos ligados à informação pública um cartão de livre trânsito e um distintivo, e determinando que as entidades e autoridades da Província dessem aos seus portadores todas as facilidades possíveis e indispensáveis ao cumprimento da sua tarefa.
> (…)
> O alargamento do âmbito do Sindicato Nacional dos Jornalistas ao Ultramar veio dar forma a uma velha aspiração – velha de muitos anos – dos trabalhadores da Imprensa que por aqui labutavam. Se esta medida outras virtudes não tivesse, teria pelo menos a de facultar aos jornalistas ultramarinos o acesso a um sindicato de profissionais da Imprensa. Mas eu estou convencido de que desta sindicalização algo mais de deve esperar.[136]

A reflexão sobre o jornalismo e sobre a imprensa em toda a sua amplitude estava, como se vê, enraizada no seio da classe jornalística. Um bom exemplo desta realidade, encontra-se na edição n.º 8 (Novembro

[136] Fernando Simões, Alguns aspectos do jornalismo em Moçambique, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, pp. 11 e 14.

de 1968) de *Jornalismo*, onde se mostra que alguns jornalistas de certos periódicos do norte do país, nomeadamente do *Diário de Gaia* e do *Comércio do Porto*, decidiram passar a reunir-se para, em comum, reflectirem sobre a Imprensa. O padre e jornalista Rui Osório escreve um artigo dando conta destes encontros e das discussões neles originadas, procurando sugerir "iniciativas do género (…) a quem tenha interesse sobre estes problemas."[137] Uma das questões que este grupo de reflexão debateu foi o papel do profissional do jornalismo naquele tempo. E algumas das conclusões a que chegaram foram que o jornalista precisa de uma boa formação teórico-prática (de preferência adquirida numa universidade) e de cultivar valores como a integridade:

> A sociedade responsabiliza os jornalistas, depositando neles a confiança suficiente para que a sua acção seja digna e honesta. Eles são uns *expropriados para utilidade pública*.
> Para cumprir uma missão tão invulgar e relevante, os jornalistas não se podem improvisar. À famigerada dijuntiva: Faz-se ou nasce, respondemos que o jornalista deve ter muito que dizer – aquele que muito tem pode repartir pelos outros – e deve saber dizer. Por isso, ainda que nasça qualificado, deve cuidar de capacitar-se cada vez mais. (…)
> O jornalista é o homem da confiança da sociedade na dimensão do diálogo social e tecnificado. A informação objectiva dos factos – *facts are sacred* –, objecto fundamental da Imprensa, nasce na sociedade e dirige-se a ela; os comentários livres e opináveis – *comments are free* – , são da responsabilidade do jornalista que, a partir da actualidade, explica aos homens do seu tempo os *Who, What, When, Where, Why and How* – que, quê, quando, onde, porquê, e como, permitindo-lhes situar-se nos acontecimentos para os compreender e ver neles os homens como num jogo de espelhos.
> Tudo isto só é possível mediante uma progressiva capacitação teórico-prática dos jornalistas. Sem ela, continuarão a merecer a acusação de contribuir para a massificação, uniformização e irresponsabilidade da sociedade. Essa capacitação aliada ao carácter e à integridade que deve adornar todo o homem que se preza, bem como à compreensão espiritual dos conflitos humanos, fazem do jornalista um servidor insubstituível do Bem Comum.

[137] Rui Osório, **Jornalismo,** n.º 8, Novembro de 1968, p. 32.

> Uma capacitação teórico-prática que a experiência não satisfaz plenamente, mas que deveria ser facilitada a nível superior no marco de uma Universidade.[138]

O próximo excerto faz parte de um artigo escrito pelo engenheiro Adelino Amaro da Costa[139] e reveste-se de um grande interesse, uma vez que reflecte uma opinião jovem e, ao mesmo tempo, ligada de forma estreita aos problemas da informação (através do jornal estudantil *Tempo*), focando, essencialmente, a perspectiva que a geração de jovens dos anos sessenta tinha da "imprensa de amanhã".[140] No texto defende-se, ainda, a necessidade de os jornalistas se formarem numa universidade, pois esta poderia habilitá-los a produzirem uma melhor informação:

> **Um duplo interesse**
> (…) Dito de outro modo: a uma opinião pública que, com o andar dos tempos, se vai tornando mais rica, complexa e exigente, deverá corresponder uma Imprensa igualmente mais profunda, mais consciente, mais explicativa.
> Será difícil ascender a uma tal Imprensa sem garantir o nível de preparação que aos jornalistas seja conferido por um ensino de grau superior. Nesta óptica se inscrevem os pedidos, ultimamente feitos com alguma insistência, da criação de um centro universitário de ensino jornalístico. (…)
> Mas a Universidade não surge apenas, e ainda mais nos nossos dias, como a instituição capaz de garantir aos futuros ou actuais jornalistas um melhor nível de preparação e, em consequência, um instrumental mais rico para o exercício do seu trabalho. (…)
> A Universidade reveste-se, assim, para o jornalista português, de um duplo interesse. Nesta perspectiva, justifica-se o tratamento do binómio Universidade-Informação segundo duas vertentes fundamentais: o contributo da Universidade para a melhoria da Informação; o contributo da Informação para o conhecimento da Universidade.[141]

[138] Rui Osório**, Jornalismo,** n.º 8, Novembro de 1968, p. 33.

[139] Editor do jornal universitário de informação "Tempo" e um dos seus fundadores. Formado pelo Instituto Superior Técnico, colaborou, de forma intensa, em vários jornais e revistas.

[140] Adelino Amaro da Costa, A Universidade e a Informação, Jornalismo, n.º 9, Julho de 1969, p. 30.

[141] Adelino Amaro da Costa, A Universidade e a Informação, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, p. 30.

O engenheiro Adelino Amaro da Costa alude, também, à importância que a imprensa assume no contexto da educação, uma vez que o jornal (desde que seja suficientemente explicativo) pode proporcionar aos cidadãos um entendimento mais simples do mundo. Faz, no entanto, um reparo para que se atente na importância e na actualidade daquilo que é divulgado na imprensa.

> Em trabalho preparado para o – há tempos tão falado – Estatuto da Educação Nacional refere-se o Martins de Carvalho à importância da Imprensa no contexto da educação permanente, sublinhando, a propósito, a necessidade de se encaminhar o seu trabalho por trilhos mais conformados à natureza das encostas difíceis que conduzem a um alto cume de desenvolvimento cultural e educativo dos povos. Com inteira razão, apontava a urgência de uma Imprensa de índole explicativa, capaz de proporcionar aos cidadãos um entendimento mais pleno do que acontece na sociedade contemporânea, constituindo-se factor de compreensão da matéria contida nas notícias avulsas do dia-a-dia. (…)
> Mas a verdade é que, salvaguardada a devida proporção, não pode deixar de constituir para nós um modelo precioso aquele que é dado, por exemplo, por um *New York Times*, ou por *Nuevo Diário* (Madrid), que publicam todos os dias editoriais sobre factos importantes e actuais. Dir-se-á: Bem, mas a verdade é que a vida portuguesa não oferece tão largas responsabilidades para o exercício constante de um trabalho de tal envergadura. Mas cremos não ser muito exacta essa afirmação.
> Primeiramente, precisamos reconhecer a importância dos comentários (ou editoriais) como meio de perspectivação do acontecer nacional. Do que se trata é de proporcionar aos leitores, diariamente, a compreensão deste ou daquele acontecimento de natureza política, económica, social, religiosa, educativa ou desportiva. (…) Do que os leitores precisam é do comentário breve, actual, vivo sobre o que se passou na véspera ou no próprio dia, e de que tiveram conhecimento recente. Os leitores necessitam de elementos informativos complementares, necessitam dominar as circunstâncias, entender as incidências, compreender o alcance, vislumbrar as motivações do que se vai passando nos vários processos que se desenvolvem com relevância no viver da sociedade. (…)
> É verdade que, uma vez aceite tal orientação, será preciso dispor de redactores capazes de realizarem as tarefas de comentário. (…) O que se requer é,

> tão-só, a existência de um corpo especializado capaz de, com prontidão, se pronunciar sobre os diversos factos que interessem sem comentados.
> Põe-se, agora, o problema de saber se isso é possível no momento presente. (…) Em matéria puramente política têm-se alguns jornais mostrado capazes de, com presteza, realizar as devidas observações sobre discursos, nomeações, legislação. No campo económico mantêm vários diários a publicação de páginas especializadas, o que significa disporem de pessoas encarregadas de garantir tal publicação e, em consequência, capazes de formularem, em termos críticos, a perspectiva de um determinado sucesso. Para não falarmos, já, das secções desportivas…
> Levantam-se, aqui, por certo, alguns problemas suplementares, nomeadamente pelo que se refere à necessidade de que todo este labor seja realizado com o adequado tratamento jornalístico e com sentido profissional. (…) Necessita-se um domínio completo sobre os factos a comentar. Postula-se uma objectividade que, tantas vezes, é postergada nas áreas do compromisso político ou ideológico.
> Com inteiro respeito pela liberdade das consciências, permitimo-nos observar, a este propósito, que sempre nos produziu uma certa estranheza o enorme apego que certos comentaristas continuam a manifestar pelo ideal político republicano ou, noutros casos, pelo ideal da monarquia, sobretudo numa época em que a contraposição república-monarquia só raramente se põe em termos verdadeiramente operacionais e susceptíveis de impressionar uma opinião pública moderna. (…)
> Em concreto, no jornalismo político sentimos por vezes – e mais ontem do que hoje, o que é compreensível – a falta de uma "garra" que colha certos factos com a força que neles se contém.[142]

Já Abílio Marques Pinto reflectiu sobre o jornal e sobre as diversas formas que este pode adoptar, desde as variações do aspecto gráfico, das tendências políticas ou religiosas assumidas, da qualidade e exactidão da informação, entre outros aspectos. Partilhou essas mesmas reflexões no boletim n.º 1 da 2.ª série de *Jornalismo*, através de um texto que intitulou de "O jornal diferente dos outros".

> O jornal diferente dos outros pode ser assim considerado de muitas

[142] Adelino Amaro da Costa, A Universidade e a Informação, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, pp. 30 e 31.

> maneiras. O aspecto gráfico, a tendência política ou religiosa, a segurança ou insegurança da informação, a sobriedade ou o sensacionalismo, o comentário, a crítica e uma infinidade de outros aspectos são de atender para se dizer do jornal A que é diferente do B. Refiro-me a jornais diários. O leitor habitua-se a um determinado tipo ou estilo e confessa que "não sabe ler outros jornais". (…)
>
> É o conjunto de pormenores, da primeira à última página, da primeira à última linha, as rubricas, a qualidade e o maior ou menor desenvolvimento de noticiário especializado, correspondendo ao interesse ou alheamento de cada um, que dá, ao seu todo, o que cada um tem por característica fundamental. Daí uma das razões porque é preocupação de cada jornal servir, da melhor maneira possível, determinado sector do público e, dentro desta especialização, ser diferente dos concorrentes, individualizar-se, ter personalidade própria. (…) Alguns jornais individualizaram-se individualizando os seus próprios redactores e repórteres – afinal, os seus mais próximos e assíduos colaboradores. A reportagem, a entrevista, o comentário, o apontamento crítico – não a notícia, propriamente dita, nem sequer a reportagem-notícia, é bom de ver – assinados valorizam, é certo, o jornalista, mas também é verdade que valorizam o próprio jornal. A faculdade de assinar um ou outro trabalho funciona, antes de tudo, como estímulo para o jornalista. A responsabilidade de se escrever para o público identificando o autor do escrito é bem diversa da responsabilidade – sempre uma responsabilidade, bem entendido – de se escrever no anonimato. (…) Aquela faculdade representa, portanto, um prémio para o jornalista, prémio que este se esforça por merecer e justificar, aperfeiçoando o mais possível o seu trabalho, atento à responsabilidade já assinalada. Mas não só o jornalista colhe prémio imediato: o jornal beneficia com a qualidade do escrito, para além de obter o já citado benefício de se personalizar consentindo a pública revelação dos nomes e aptidões dos seus redactores e repórteres. (…)
>
> Facilmente se conclui, pois, que os trabalhos assinados fazem uns jornais diferentes dos outros. As notícias anónimas obedecem, como todos sabem, a formas clássicas ou tradicionais, são as chamadas notícias "de chapa". Não é assim obrigatoriamente – mas é assim. Sem o estímulo da assinatura, não interessa ao redactor ou ao repórter dar seja o que for de si próprio, para além do essencial ou suficiente, se redige uma nota anónima. (…)[143]

[143] A. Marques Pinto, O Jornal diferente dos outros, Jornalismo, n.º 1, 2.ª série, Janeiro/Fevereiro de 1970, p. 17.

A evolução (essencialmente tecnológica) que no jornalismo já se começava a notar e que tantas transformações iria trazer, ia-se fazendo sentir no seio da classe. Num artigo assinado por Fernando Dacosta, intitulado "O jornal e os jornalistas do futuro", publicado no boletim n.º 6, 2.ª série, de Novembro/Dezembro de 1970, o jornalista dizia que a electrónica já tinha entrado nas redacções e que o jornalista do futuro iria ter de ser, ainda, mais responsável:

> A evolução (revolução) por que a informação escrita vai passar nos próximos anos pressente-se já com nitidez devido à aplicação da electrónica no seu campo.
> A feitura tradicional dos jornais está, assim, e graças a ela, prestes a desaparecer. Uma nova era desponta (também) neste domínio animada de *velocidade*, de *novidade* surpreendente. (…)
> O jornalista do futuro será, ao contrário do que é hoje, muito mais responsável, estando liberto da maior parte dos serviços que o manietam ainda a burocracismos enfadonhos e a superficialidades confrangedoras.[144]

A evolução e o futuro da imprensa eram assuntos que, como já se viu, preocupavam os jornalistas portugueses. No boletim n.º 6, da 2.ª série, referente a Novembro/Dezembro de 1970, publicou-se em *Jornalismo* um artigo de J. S. Whyte[145] onde se expunha "uma visão científica das últimas inovações obtidas e das conquistas esperadas até ao ano 2000 em matéria de telecomunicações (…)"[146]. A inserção deste texto nas páginas do boletim afigurou-se importante e relevante uma vez que, para os seus editores "o progresso das telecomunicações está indissoluvelmente associado ao aparecimento e evolução dos meios de informação colectiva."[147] E de uma forma algo profética já anunciavam o surgimento de um novo meio de comunicação: "E é provável que o desenvolvimento das telecomunicações determine o nascimento, que

[144] Fernando Dacosta, O jornal e os jornalistas do futuro, Jornalismo, nº 6, 2.ª série, Novembro/Dezembro de 1970, pp. 14 e 15.

[145] Director-Adjunto de Engenharia da Divisão de Estudos de Longo Alcance dos British Post Office.

[146] J. S. White, As telecomunicações no ano 2000, Jornalismo, n.º 6, 2.ª série, Novembro/Dezembro de 1970, p. 4.

[147] J. S. White, As telecomunicações no ano 2000, **Jornalismo**, n.º 6, 2.ª série, Novembro/Dezembro de 1970, p. 4.

alguns acreditam se verifique dentro em breve, de um quinto "mass media" depois da Imprensa, do Cinema, da Rádio e da Televisão – o serviço da transmissão de dados através de computadores.[148]

> O Serviço de telecomunicações mais recente é o da "transmissão de dados" (data transmission): através deste novo meio podem pôr-se computadores a "falar" uns com os outros ou pessoas a "conversarem" com computadores. Estes serviços, iniciados em 1965, estão agora a conhecer um crescimento espantoso, cuja taxa atinge a ordem dos 100% ao ano. (…)
> A mudança mais importante que se operará na natureza dos serviços do futuro em relação aos que conhecemos no passado será talvez a ênfase dada aos meios visuais de telecomunicações de todos os tipos: regista-se uma crescente tendência para esses meios, em contínuo e rápido aumento. (…) Este modo é de transcendente importância, pois aqueles que não se adaptam às novas possibilidades não colherão as vantagens totais que estão ao seu dispor.
> Neste momento estão já a ser ensaiados dois serviços televisivos do futuro: a "Confravisão" (Confravision) e o "videofone" (Viewphone). (…)
> O serviço "Videofone" é semelhante a um serviço telefónico de distribuição, excepto num ponto: a imagem do interlocutor é exibida em simultâneo com a reprodução da sua voz no extremo da linha. (…)
> O método convencional de transmissão a longa distância hoje utilizado recorre a técnica analógicas e a sistemas multiplicadores de divisão de frequência para assegurarem operações de canais múltiplos. Embora estas técnicas tenham prestado grandes serviços durante largos anos e tenham possibilitado o estabelecimento de um sistema telefónico mundial eficiente e de baixo custo, com toadas as consequências benéficas que as pessoas de todo o mundo retiram de tal cometimento, o certo é que na última década o trabalho de investigação tem vindo a ser cada vez mais dirigido pelo conceito da transmissão digital. (…) Outras vantagens da transmissão digital incluem uma estabilidade anteriormente impossível de obter nas propriedades da transmissão dos circuitos a grande distância e uma relativa independência da qualidade na transmissão em relação ao padrão de interferência: a qualidade global da transmissão é mais uma

[148] J. S. White, As telecomunicações no ano 2000, **Jornalismo**, n.º 6, 2.ª série, Novembro/ Dezembro de 1970, p. 4.

> função dos parâmetros iniciais do design que das interferências. (…)
> Muitas das propriedades da transmissão digital são igualmente aplicáveis à "data transmission" e aos circuitos televisionados. Precisamente por isso é que se têm vindo a conjugar esforços para o desenvolvimento de meios de transmissão de altíssima velocidade, larga capacidade e longa distância. (…)
> A par do trabalho de investigação para o aperfeiçoamento destes sistemas digitais de alta capacidade tem sido realizado pelo Post Office, nestes últimos anos, um imenso esforço de investigação de modelos futuros de redes de telecomunicações baseadas em computadores. Modelos extremamente elaborados que indicam o esquema optimum de uma rede dinâmica em expansão foram já traçados e isto leva a crer que, apesar da altíssima capacidade de transmissão característica dos novos meios digitais de telecomunicações, existirá no Reino Unido, no dealbar dos anos 80, a necessidade de uma instalação do tipo com uma extensão superior a 1600 km. (…)[149]

Dos textos acima, infere-se que o jornalismo português nos anos sessenta e setenta passava por algumas transformações de que os redactores de *Jornalismo* tentaram dar conta. Os próprios jornalistas portugueses acharam por bem reunir-se para debater o estado da imprensa de modo não só a compreendê-la, mas também para conseguir acompanhá-la.

Com o discurso de *Jornalismo*, feito muitas vezes com recurso a autores estrangeiros, era possível espremer a importância e o papel que a informação desempenhava no mundo e na sociedade moderna, atribuindo-lhe, a função de formar e informar. Mais: para além da função formativa e informativa, o jornal deveria conseguir interpretar e explicar aquilo que noticiava, nunca esquecendo que era, muitas vezes e em grande parte, o responsável pela moldagem da opinião pública.

Da mesma forma presentes em *Jornalismo* estão textos que abordam o estado da imprensa no estrangeiro (por exemplo, discute-se a crise da imprensa nos Estados Unidos da América e no Reino Unido), de forma não só a comparar situações, mas também a aproveitar para fazer críticas

[149] J.S. Whyte, As telecomunicações no ano 2000, **Jornalismo**, n.º6, 2.ª série, Novembro/ Dezembro de 1970, pp. 4, 5, 6, 7 e 8.

(mais subtis) ao que se passava em Portugal (onde as redacções, amiúde, apresentavam imensas dificuldades económicas e onde os jornais eram muito baratos, fazendo com que a dependência das receitas da publicidade fossem cada vez maiores, fazendo com que a qualidade da imprensa nem sempre fosse a desejada). Aliás, o debate sobre a relação entre a imprensa e a publicidade foi constante em *Jornalismo*.

Também a discussão sobre quem deveria criticar a imprensa foi assunto das páginas de *Jornalismo*, concluindo-se que muitos o poderiam fazer, desde que com intenção construtiva.

Os redactores de *Jornalismo* incluíram, ainda, no boletim, textos onde discorriam sobre o futuro da imprensa. Discutiam a modernização a que se assistia nos meios de comunicação, analisavam a evolução que o jornalismo sofria no dia-a-dia e conjecturavam como seria o jornal e as ferramentas jornalísticas do futuro.

3.5. A liberdade de imprensa

José Carlos de Vasconcelos, jornalista e sócio do Sindicato Nacional dos Jornalistas, num texto publicado em *Jornalismo* no ano de 1992 e que se intitulava de "O combate contra a censura" dizia o seguinte:

> Em Portugal, durante quase meio século de tirania, existiu, de par com outros processos repressivos, a forma mais primária e brutal de destruir aquela liberdade: a censura prévia. Jornalistas de sucessivas gerações sofreram-na terrivelmente na pele, na alma e no corpo, mas os melhores – mesmo conservadores – nunca se conformaram e bateram-se contra ela, enquanto os simples serventuários do poder de modo discreto a amparavam ou mantinham um silêncio conivente. Neste contexto, o Sindicato dos Jornalistas[150] muitas vezes foi demasiado passivo, para não pôr mais na carta.[151]

A interferência da Censura na actividade jornalística, bem como a imposição de uma agenda de acontecimentos, acabava, como seria de esperar, por influenciar as escolhas dos temas, desencorajando a novidade

[150] Na altura, a corporação já havia mudado a denominação, passando de Sindicato Nacional dos Jornalistas para Sindicato dos Jornalistas.

[151] José Carlos Vasconcelos, O combate contra a censura, **Jornalismo**, Janeiro de 1992, p. 14.

e/ou a originalidade. Ao mesmo tempo, era normal que causasse nos jornalistas uma certa frustração e impotência, devido à subalternidade a que estavam sujeitos.

E, de facto, não são tão visíveis quanto se esperariam textos que abordem a questão da falta de liberdade ou de repressão. De forma algo discreta, abordavam-se esses assuntos, dando exemplos do que acontecia noutros países, como se nota, nos dois textos que se seguem.

Num primeiro exemplo, temos dois textos de Mário Matos e Lemos, ambos incluídos num conjunto de três intitulados "Pequenas notas", integrantes do boletim n.º 4, referente a Outubro de 1967. No primeiro desses textos, o autor comenta um episódio ocorrido num Congresso da Associação dos Escritores Polacos, que se havia realizado a 2 e 3 de Junho de 1967 na Polónia. Nesse congresso, Stefan Kisielewski, um escritor católico, apresentou uma moção, pedindo que fosse modificada a Lei de Censura (que datava de 1945 e 1947) e que os censores passassem a ser obrigados a justificar os cortes que fizessem ao material que lhes era apresentado. Esta moção conseguiu aprovação e Mário Matos e Lemos questiona-se como terá sido a reacção dos censores polacos a esta iniciativa, ao mesmo tempo que manifesta o seu agrado com o resultado da proposta.

No segundo texto, analisa um artigo de Rafael Calvo Serer, "ilustre universitário espanhol"[152], intitulado "Eficacia de la prensa libre", onde aborda, entre outras coisas, o assunto dos chefes de Estado que governam com ou sem censura, apontando os benefícios da Imprensa livre. A análise que Matos e Lemos faz da obra leva-o formular uma série de questões acerca da liberdade de imprensa e da censura. Questiona ele, não pretendendo obter respostas, mas procurando produzir o debate:

> 1) – É necessário acabar com a Censura?
> 1-A) – Pois é. Estamos todos de acordo, mas não gostamos nada que os estrangeiros, mesmo quando muito amigos, como é o caso de "nuestros hermanos", no-lo digam.
> 2) – Com certeza que, em matéria de Imprensa, vai tudo bem e reina a mais rousseana das liberdades, para que um ilustre catedrático deixe de se preocupar com a Imprensa do seu país e fale da dos outros

[152] Mário Matos e Lemos, Pequenas notas, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 15.

> (concretamente da portuguesa), num artigo de fraco – mas muito fraco – conteúdo doutrinário?
> 2-A) – Apesar dos processos contra alguns jornalistas e da apreensão de vários jornais, parece – pelos vistos – que vai tudo bem.
> 3) – Depois da morte de Estaline a União Soviética mergulhou no caos devido à falta de liberdade de Imprensa?
> 3-A) – O prof. Calvo Serer não o diz explicitamente, mas parece que é isso que pode inferir-se.
> Agora a sério. Fiquei muito triste com a leitura desse artigo do prof. Calvo Serer. Não evidentemente porque ele aplauda a liberdade de Imprensa. Eu também sou por ela, luto por ela e estou tanto mais à vontade para o dizer quanto já escrevi e publiquei um pequeno ensaio sobre, precisamente, a liberdade de Imprensa em Portugal. Mas apesar de não ser professor universitário sei que a liberdade de Imprensa em países como os Estados Unidos tem a firmá-la alicerces de ordem jurídica e constitucional praticamente desconhecidos em Portugal. E sei que a observação que o prof. Calvo Serer faz de que os governantes só podem ser prejudicados com essa ausência de liberdade de Imprensa é pertinente para Portugal, bem como para apíses de tradição, apesar de tudo, não cesarista. O mesmo já não pode dizer-se relativamente à União Soviética (ou à China), onde a tradição imperial faz com que a limitação de toda a liberdade – seja ela de Imprensa ou não – é encarada de maneira totalmente diferente. (…)
> Vantagens da liberdade de Imprensa? Todas. Até se pode escrever sobre a Imprensa dos outros. Isso em Espanha, claro. Cá, se alguém escrevesse umas coisas sobre a imprensa espanhola (aqui há uns anos poucochinhos) a Censura até era capaz de cortar.[153]

O exemplo seguinte, publicado em *Jornalismo*, composto por excertos retirados do livro *La Presse et L'Argent*, de Jean Schwoebel (redactor de *Le Monde*), e por comentários de Silas de Oliveira, fala da ameaça à liberdade de imprensa em França, levando a que o autor apele aos jornalistas que afirmem uma posição relativamente à questão, enfrentando, se necessário, o próprio Estado:

[153] Mário Matos e Lemos, Pequenas notas, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 15.

Três ideias dominam o pensamento de Jean Schwoebel (…). E que são (…):
O dinheiro – os interesses económicos que governam boa parte da imprensa do "mundo livre". (…)
O Poder – quer dizer, o Estado, geralmente mais preocupado com a justificação da sua administração do que com qualquer espécie de crítica. (…)
Finalmente, a Imprensa ameaçada pela vaga crescente da concentração e do monopólio; e no verdadeiro centro do problema os jornalistas, oprimidos entre a pressão governamental, de um lado, e o suborno sensacionalista, do outro; sendo, no entanto, cada vez mais indispensáveis no processo da informação, e necessitando cada vez mais de tomar nas próprias mãos a responsabilidade e a manutenção dessa informação. (…)
Na opinião do autor, chegou a hora de a Imprensa (neste caso, os jornalistas) afirmar uma posição nova, e levar os outros dois elementos (o Estado e os capitais da empresa) a reconhecerem a respectiva necessidade e validade. Para ele essa atitude é materializada no recente movimento das *sociedades de redactores*, que alastra na França (…)
Significará isso que a Imprensa deva ser dirigida pelo Estado? Não, diz o autor, e apresenta em sua defesa a noção simples e já mencionada de que, frequentemente, o interesse do Estado, no campo da informação, não coincide nem com o dos leitores, nem com o da verdade. O Estado deve, para Jean Schwoebel, garantir a liberdade, garantir os meios, mas não controlar directamente a informação. Manter a sua independência sem ditar a sua *cor*. (…)
Qual é o caminho para essa Imprensa nova? (…)
O caminho apontado é o da integração dos redactores no seio da empresa jornalística, transformada numa sociedade *de lucros limitados*, como associados, ou accionistas, num regime de co-propriedade "que lhes permita participar na eleição dos respectivos dirigentes, no controle das suas actividades e na preparação das grandes decisões que afectem o seu destino e o da empresa". (…)
Os direitos principais que as *sociedades de redactores* defendem para os jornalistas são:
Participação (…)
Como se vê, a participação que os jornalistas pedem incide mais sobre a decisão do que sobre a percentagem nos lucros, o que se está tornando já rotineiro em numerosas empresas, e não chega para colocar nas mãos dos jornalistas a necessária responsabilidade do serviço que prestam.

> Esta reivindicação, e os termos em que os seus defensores a traduzem, é, evidentemente, discutível (e discutida). Mas é algo que os jornalistas portugueses precisavam de conhecer melhor.[154]

Pelos textos acima é possível perceber que o espaço do boletim *Jornalismo* permitia, normalmente com textos de autores estrangeiros, ou de autores portugueses mas sobre situações ocorridos em solo não português, abordar discretamente a questão da liberdade da imprensa, limitada pela política em vigor na altura e sufocada pela interferência da censura. Fala-se de alguns casos de ameaças à liberdade de imprensa fora de Portugal, aproveitando-se para explicar a necessidade de acabar com a censura ou, no mínimo, modificar as suas leis.

Num dos poucos textos que aborda directamente a questão, critica-se o SNJ pelo pouco que havia feito em prol da liberdade de expressão na imprensa.

Quando, em 1971, se discutia uma nova legislação reguladora para a imprensa, o boletim fez questão de acompanhar a discussão na Assembleia Nacional e de a transpor para as suas páginas, mostrando que era assunto de extrema importância e que a reivindicação da liberdade de imprensa e a sua defesa enquanto princípio não estavam esquecidos.

3.6. A questão do ensino do jornalismo

Como já se disse, a questão do ensino do jornalismo estava, nos anos sessenta e setenta, constantemente, na ordem do dia. Por conseguinte, seria expectável que os jornalistas sócios do Sindicato e os redactores do boletim *Jornalismo* discorressem sobre o assunto com relativa frequência, como, de facto, aconteceu.

Aquando da publicação do primeiro número de *Jornalismo*, em Abril de 1967, o assunto foi logo abordado, através da republicação de partes de uma conferência proferida em Luanda por Fernando Teixeira[155], que se intitulou "Escolas de Jornalistas". No texto discorre-se sobre a

[154] Silas de Oliveira, A Liberdade de Imprensa ameaçada em França, **Jornalismo**, 1.ª série, n.º 8, Novembro de 1968, pp. 12 e 13.

[155] Chefe de redacção do "Diário Popular".

questão do ensino do jornalismo em Portugal. As palavras do jornalista tiveram "grande repercussão nos meios da Imprensa daquela província do Ultramar",[156] que já havia experimentado alguns cursos livres de jornalismo.

> A razão principal – disse o dr. Fernando Teixeira – que me levou a ser agradavelmente tentado pela ideia de falar em Luanda sobre escolas de jornalistas foi o saber que, tanto quanto pude averiguar, o primeiro curso de jornalismo dado em Portugal foi precisamente efectuado nesta cidade há já alguns anos. Pelas informações que tenho, o curso foi da iniciativa do Instituto de Angola – a quem exprimo como trabalhador da Imprensa os meus agradecimentos –, da presidência do então capitão-de-mar-e-guerra Frederico Cruz, ao tempo director do *Diário de Luanda* e hoje na Metrópole como comodoro. (…)
>
> **Jornalismo sem curso e sem escola**
> (…) Quero definir-lhes desde já a minha posição perante as escolas e os cursos de jornalismo. Como profissional que principiou a carreira muito novo, quando ainda era estudante universitário e que serviu desse trabalho como meio de obter uma ajuda para conseguir completar o curso, não tive, evidentemente, escola que não fosse a da experiência adquirida na tarefa quotidiana, muito difícil para quem nada sabe sobre um jornal, e a do exemplo dos mais velhos, que eram pessoas competentes e tiveram a paciência de me ensinar. (…) E tinha a impressão de que seria capaz de escrever. Mas escrever para um jornal, como todos sabem, não é o mesmo que ter devaneios pseudo-literários nos verdes anos. Fui, por motivo de premência económica e porque senti que tinha vocação para a profissão, um esforçado, embora modestíssimo, aprendiz de jornalista. (…) Mas logo, nos primeiros tempos de jornalista, aprendi à minha custa a compreender que uma escola ou um curso teriam sido de grande vantagem para mim, como para qualquer outro jovem.
> Eu não acredito que se possa ser bom profissional só porque se frequentou uma escola, mesmo com alta classificação como também penso que para se ser bom actor não é essencial ter estado num Conservatório ou que só se possa ser um bom artista por ter andado nas Belas-Artes. Além da vocação (…) a nossa profissão exige um espírito de sacrifício tão especial e um tal desapego por vida folgada e regrada que só quem lhe

[156] **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 17.

tenha verdadeiro amor pode resistir e fazer carreira. Mas também é verdade que vocação, boa vontade e espírito de sacrifício não bastam. É preciso ter uma base de cultura geral que seja rendosa do ponto de vista formativo.

A que pode ser dada por um curso de liceus ou equivalente, por um curso universitário ou pré-universitário é já muito razoável, embora não seja o ideal. É aqui que deve entrar em acção e escola ou o curso de jornalismo: a fornecer ensinamento práticos, a explicar o que é um jornal, a mostrar como se faz, a interessar o aprendiz pelo conjunto industrial que é um órgão da Imprensa. (…) A honrada tarefa de jornalista não pode ser (nem, felizmente, o é já hoje) sinónimo de trabalho de enciclopedicamente ignorantes, como nos chamaram no século passado. Não podemos infelizmente ser mais do que enciclopedicamente superficiais, mas devemos procurar continuamente aperfeiçoar-nos. A profissão não pode constituir asilo de falhados, nem trampolim para ambiciosos sem escrúpulos. Deve ser honestamente, dignamente, uma profissão especialmente actualizada. Repito: sem que o facto de passar por uma escola ou um curso transforme por encanto de varinha de condão qualquer pessoa num bom jornalista, a aprendizagem orientada parece-me útil. O ideal seria que, em cada jornal, o candidato a jornalista pudesse ser ensinado individualmente e por largo tempo de tudo o que precisa de saber. Na prática, isso é impossível. Sei-o, por experiência própria. (…)

A evolução do jornalismo nos últimos 35 anos

(…) Em Portugal, como todos sabem, não há, à parte os casos episódicos das iniciativas do Instituto de Angola e, recentemente, do *Diário Popular*, quaisquer cursos ou escolas oficiais ou particulares. No estrangeiro, o ensino de jornalismo evoluiu muito nos últimos anos. E embora o seu exemplo nem sempre me pareça ser de seguir abertamente, há vantagem em conhecer os métodos, como adiante veremos, quando lhes falar das minhas impressões colhidas nas escolas de jornalismo que visitei. Essa evolução acompanhou necessariamente o progresso do nosso tempo, tão rápido que bem pode dizer-se que o Mundo avançou mais no último meio século do que nos 200 ou 300 anos anteriores. E a imprensa seguiu, evidentemente, esse extraordinário progresso, quer servindo-se de novos meios técnicos, quer utilizando novos processos de transmitir a informação. Quem me diria a mim, quando comecei

há trinta e cinco anos, que haveria hoje telefones directos ligados da redacção aos locais onde normalmente se passam os acontecimentos que é preciso relatar com urgência, que os carros em que se deslocam equipas de reportagem seriam equipados com emissores de rádio para transmitir as informações rapidamente ao jornal, que a redacção estaria ligada por teleimpressores a todas as agências nacionais e estrangeiras e às delegações fora de Lisboa, que o telex nos poria em contacto instantaneamente com o jornalista em serviço no estrangeiro ou a fonte de informação em qualquer parte do Mundo, que as fotografias poderiam ser transmitidas pela Rádio, que a Televisão, a Rádio e a máquina de gravar tinham o seu lugar e a sua utilidade constantes na redacção, que em cada secretária haveria um telefone e uma máquina de escrever – e que se pagariam, no meu jornal, mais de cem contos pelos direitos de reprodução de alguns artigos de interesse internacional (os de William Manchester), que se gastariam muitas dezenas de contos a enviar um redactor à China ou a outro qualquer país longínquo!

Ora esse progresso rápido deu uma nova dimensão e uma grande responsabilidade aos jornalistas. O profissional da Imprensa, para apreciar conscientemente os problemas do seu tempo e escrever sobre eles, precisa ter hoje uma preparação cada vez mais difícil de obter pelo autodidactismo. (…)

Por isso me parece conveniente que também para nós se façam, sem distinção de categorias profissionais, cursos de aperfeiçoamento livres, de três em três ou de cinco em cinco anos, que podem ser constituídos por uma série de lições a cargo de professores universitários e técnicos de reconhecida competência pedagógica. Essas lições versariam, principalmente, as ciências novas e as aplicadas, chamemos-lhe assim: Física Nuclear, Biologia, Astronomia, Geografia e História, Direito Internacional, Astronáutica, Psicologia, Economia, etc. As lições, uma por dia, poderiam ser dadas ao fim da tarde, à hora a que terminou já o trabalho nos vespertinos e ainda não começou, a fundo, nos jornais da manhã. (…) Como curso livre, não teria exames, nem obrigatoriedade de frequência de todas as disciplinas. Cada um assistiria ao que mais lhe interessasse e faria desse acréscimo de conhecimentos o uso que melhor entendesse.[157]

[157] Fernando Teixeira, Escolas de Jornalismo, Jornalismo, n.º 1, Abril de 1967, pp. 17 e 18.

Para Fernando Teixeira, as escolas de jornalismo eram úteis e urgentes, como o refere várias vezes ao longo do seu artigo, daí que sugira aos jornalistas que sejam eles mesmos a criar os cursos de jornalismo, não ficando à espera que o Estado trate do assunto.

> **O curso de jornalismo organizado pelo *Diário Popular***
> (…) Chegados ao fim desta conversa, que conclusões podemos tirar? A primeira, creio ser a de que as escolas parecem úteis. Por isso, e porque não podemos deixar-nos na cómoda situação de pedir ao Estado que faça tudo, talvez fosse bom que os próprios jornalistas se reunissem e estudassem o assunto e criassem eles próprios as escolas ou os cursos que preparassem os futuros camaradas. (…)
> Mas continuemos: porque não dar nas comunidades de jornalistas da Metrópole e de Angola o primeiro passo em frente neste espaço profissional? Claro que a tarefa é difícil, mas porque não tentar? As escolas seriam de nível universitário, embora, a princípio, funcionassem em regime de cursos livres. Talvez não seja completamente impossível interessar na obra instituições como a Fundação Gulbenkian ou algumas entidades particulares que muito devem à Imprensa, além, evidentemente, das próprias empresas jornalísticas. Os cursos teriam um grau académico que habilitaria ao ingresso nos jornais, embora os proprietários das publicações tivessem, como é natural, toda a liberdade de admitir nos seus quadros, como empregados, quem muito bem entendessem.[158]

No mesmo primeiro número do boletim, também César Afonso discorre acerca da questão do ensino do jornalismo, fazendo, porém, uma abordagem diferente ao assunto, uma vez que questiona a pertinência e necessidade de uma escola de jornalismo, não se opondo à sua existência mas recomendando calma e ponderação na sua concretização.

> Com uma insistência que poderemos classificar como uma obsessão, tem-se falado ultimamente na necessidade de criar, entre nós, uma escola de jornalismo.
> E essa obsessão grassa, não apenas entre particulares como nos sectores oficiais.

[158] Fernando Teixeira, Escolas de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 19.

Julgo ser muita gente, demasiada gente a arrogar-se o direito de organizar uma escola de jornalismo.
Com que intuito? Com que autoridade? Quem deverá, verdadeiramente organizar uma escola de jornalismo? E valerá a pena organizá-la? Quem lucrará com a organização dessa escola? E o facto de não ter existido até agora uma escola de jornalismo e continuar a não existir, terá sido ou será um bem ou um mal? Que interesse podem ter as empresas jornalísticas na criação dessa escola? (…) Quem é que verdadeiramente tem interesse na sua criação? E não haverá já uma escola de jornalismo? São perguntas que se fazem, muito simples mas pertinentes ou impertinentes… (…)
Não haverá já uma escola de jornalismo?
Creio que é no frontão da Escola da Marinha de Guerra da Grã-Bretanha que se encontra esculpida em pedra uma frase que vem a talhe de foice citar: "Mais vale um dia de prática do que uma tonelada de teoria".
Cada jornal tem sido, desde que há jornais em Portugal, a melhor escola de jornalismo. Grandes jornalistas que através de todos os tempos se têm evidenciado nos jornais não tiveram outra escola senão a escola da redacção. (…) Uma vocação precisa de oportunidade para se revelar e para se impor e só a passagem por uma redacção e portanto a experiência do jornalismo poderá revelar um jornalista.
Diplomar jornalistas não será a mesma coisa que fazer jornalistas. O diploma pode ser uma recomendação, mas de recomendações estão os jornais cheios, o mesmo será dizer que para os falhados, mais do que um diploma, vale uma cunha. (…)
E admitindo que a escola formasse bons profissionais, mereceria a pena ser-se jornalista diplomado?
Um curso não vale apenas pelo seu aspecto cultural; importa considerar também as suas possibilidades materiais.
Se se paga tão mal actualmente aos jornalistas, regateando-se-lhes os meios não direi de valorização mas até de sobrevivência, que vencimentos poderiam esperar os futuros diplomados da tão decantada escola de jornalismo?
E seriam eles mais aptos? E admitindo que fossem mais aptos, contentar-se-iam com as condições de vida, por vezes bem miseráveis, em que vivem os actuais jornalistas?
Uma escola de jornalismo?
Sem dúvida, torna-se necessária a sua organização, mas tendo em conta os interesses materiais dos seus frequentadores e dos seus diplomados;

> e tendo em conta também os interesses daqueles que sem escola de jornalismo são autênticos jornalistas, apesar de todas as dificuldades para o serem integralmente e só jornalistas, sem necessidade de serem mais outras coisas para sobreviverem e poderem continuar a ser jornalistas, porque essa é a sua vocação e o seu destino.
> Uma escola de jornalismo?
> Sem dúvida; mas tendo como artigo número um do seu estatuto a certeza de que vale a pena ser jornalista.
> E sem pressas; por fases, que estabelecessem a transição entre o sistema actual, entre a geração actual e a futura geração de jornalistas.
> Em que moldes?
> Os inúmeros organizadores de escolas de jornalismo já trazem há muito no bolso os estatutos da sua escola de jornalismo.[159]

O assunto do ensino do jornalismo foi, igualmente, abordado pelo Reverendo Rui Osório[160] num texto publicado em Outubro de 1967 em *Jornalismo*, onde o sacerdote realçava a dimensão social da informação para justificar a necessidade de se criar o ensino superior para jornalistas:

> Não se exagera ao insistir na dimensão social da informação e, muito menos ainda, no serviço social que os jornalistas prestam ao bem comum. A informação é um fenómeno social, nasce na sociedade e a ela se destina. Os obreiros desta tarefa são os jornalistas que, cônscios da sua responsabilidade, como promotores da opinião pública verdadeira, livre e responsável, sentem a necessidade de uma capacitação técnica, cultural e profissional que os qualifique de harmonia com a confiança que a sociedade neles deposita. Não é por acaso que entre nós se deseja, cada diz mais vivamente, a planificação do ensino do jornalismo. (…)
> Na linha desta sociedade participante, de estilo democrático (…) a única hierarquia tolerável é a que dimana dos dons próprios da pessoa, do esforço de cada um, do trabalho humano. Assim se compreende que os jornalistas não se improvisam e jamais se pode admitir que deles se diga que são os que presumem saber de tudo sem saber de nada.
> Nesta sociedade pluralista, participante, democrática, os instrumentos de comunicação social exercem um papel preponderante. A sociedade

[159] César Afonso, Introdução à escola de jornalismo, Jornalismo, n.º 1, Abril de 1967, pp. 19 e 20.

[160] Sacerdote na diocese do Porto que frequentava, na qualidade de bolseiro desta diocese, o curso de Jornalismo da Universidade de Navarra, Pamplona.

> precisa de estar informada. (…)
> O carácter social da informação ao serviço do bem comum justifica a adequada preparação dos seus servidores – jornalistas – que hão-de ter: carácter, integridade humana e uma compreensão espiritual dos conflitos humanos. Qualidades e exigências que não se obtêm de improviso, mas supõem um grau de maturidade e um esforço de perfeição teórica e prática. Nesta linha, parece-nos, se enuncia o problema da preparação académica dos profissionais da informação.
> A sociedade faz um voto de confiança nos jornalistas e espera deles o melhor trabalho. (…) Não admira que a mesma sociedade (…) pretenda que os instrumentos de comunicação social estejam confiados a técnicos e profissionais capacitados. Quando se dá conta de que assim não acontece, imediatamente nasce a convicção de que o que os jornais dizem é mentira ou, então, gera-se a desconfiança sobre os factos noticiados por se saber que são parciais. (…)
> Uma escola de jornalismo, à semelhança de uma lei de Imprensa, não deve fossilizar alheia à evolução do progresso do país e dos novos problemas postos à sociedade pelos novos tempos.
> Em quase um século de tradição escolar no campo do ensino jornalístico, a combinação destes factores tem exigido adequações múltiplas e processos de revisão distintos de país para país. (…)
> A tendência moderna aconselha a enquadrar o ensino de jornalismo na Universidade ou fora, mas sempre a nível superior. Num caso ou noutro a escolaridade deve satisfazer os seguintes requisitos de um bom jornalista: uma cultura geral sólida e ampla; uma disciplina intelectual; um domínio científico das técnicas do ofício, teórico e prático e um conhecimento concreto dos problemas da Imprensa e da informação.
> O objectivo destes apontamentos, sobretudo para quem ao longo da sua leitura não logrou descobrir a intenção, é apenas fazer-me eco das vozes de quantos têm sugerido a criação de uma escola de jornalismo. Se o arrazoado não convence da sua necessidade, crie-se a escola e ela convencerá por si mesma. [161]

A discussão sobre a necessidade ou não de criar o ensino de jornalismo não se fazia apenas no boletim do SNJ. Outros periódicos publicavam textos reflectindo sobre o assunto. Caso se justificasse, os redactores de

[161] Rui Osório, Escolas de Jornalismo, **Jornalismo**, nº 4, Outubro de 1967, página 14 e 29.

Jornalismo republicavam-no, como aconteceu com o seguinte artigo que fala do ensino do jornalismo em Espanha, como exemplo a copiar, e da necessidade premente de o jornalista conseguir uma melhor preparação para melhor realizar o seu trabalho.

> "Pena é que em Portugal se não siga por caminho semelhante. As empresas estão defraudadas com pessoal sem preparação adequada, embora, frequentemente, com excelentes qualidades e os profissionais, diminuídos, pois nunca poderá exibir um diploma que lhes dê a sua própria dignidade de jornalista. São profissionais de Imprensa.
> É possível que o exemplo da Espanha e de outros países nos leve à criação de uma Escola de Jornalismo. Não faltam as iniciativas e as boas vontades. Isso resultaria finalmente em benefício para o Jornalismo e para o País.
> Numa época em que temos de defender o nosso Ultramar, ameaçado por ódios e interesses estranhos, não seria interessante que tivéssemos uma boa equipa de jornalistas, com excelente preparação, capazes de proclamar a justiça da nossa causa na Europa, na África, na Ásia, na Oceânia?
> É com jornalistas, como muitas vezes se diz, tirados aos inêxitos nas diversas carreiras, das Letras às Ciências, do Direito à Engenharia ou à Medicina, ou ainda com jornalistas sem a mínima preparação básica, que havemos de construir o futuro?
> Devemos reconhecer que grandes virtudes deve ter a nossa raça para que, sem preparação especial, com elementos tirados ao Direito, à Diplomacia, à Literatura e até ao mundo dos negócios, possamos hoje apresentar uma plêiade de jornalistas distintos, em qualquer parte, nascidos de autênticas qualidades jornalísticas, mas também de um esforço ingente e desumano, para se criar algo que não existia.
> Todavia, o mundo evolui. E, no mundo de manhã, pode acontecer que o talento, o esforço e uma certa experiência não cheguem…
> Por isso, nos parece que o exemplo de Espanha é muito de atender." (G. D., em *Novidades*, 31 de Julho)[162]

Os exemplos são vários, pois este assunto era, amiúde, discutido nas páginas de *Jornalismo*. Em 1968, escreve-se o seguinte, a propósito do

[162] Jornalismo e responsabilidade, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, pp. 6 e 28.

I curso de jornalismo promovido pelo Sindicato, iniciativa que muito orgulhava a corporação:

> "A primeira iniciativa do género em Portugal: o curso de jornalismo promovido pelo Sindicato"
> O curso de Jornalismo é realizado graças a uma comparticipação do Ministério das Corporações, concedida através do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, ao abrigo de um programa de aperfeiçoamento profissional que tem contemplado outros organismos corporativos.
> O Ministério concorre para o Curso com a verba de 100.000$00 – quantia insuficiente devida à exagerada ambição da Direcção do Sindicato, que programou a iniciativa, sem atender à sua viabilidade financeira… O problema será solucionado oportunamente (esperamos…) pelos directores, que não ignoram, apesar do seu optimismo, as responsabilidades que à face da Lei lhes incumbe neste aspecto de gestão sindical…
> A Direcção agradeceu oportunamente ao Sr. Prof. Gonçalves de Proença o seu patrocínio, sem o qual o Curso não poderia realizar-se. A seu tempo exprimirá a outras entidades o louvor da Classe pelo seu apoio, mas quer desde já tornar público um agradecimento à colaboração, verdadeiramente entusiástica, que o Sr. Dr. Luís Fontoura, Director do Gabinete de Informação do Ministério das Corporações e secretário do ministro, vem dispensando à iniciativa.
>
> Quando este número do boletim for distribuído principiou já o Curso de Jornalismo promovido pelo Sindicato e os consórcios terão conhecimento de quanto se relacione com a iniciativa, do esquema do curso ao corpo docente, dos objectivos visados aos resultados que se antevêem.
> Consideramos útil, no entanto, registar nas colunas que se seguem elementos de informação sobre o curso, seus antecedentes, projectos anteriores e considerações sem dúvida pertinentes acerca do ensino de jornalismo, peças de um processo que levará, decerto, em data mais ou menos próxima, à instituição oficial desse ensino.
> Sob o aspecto puramente sindical, será de recordar que o curso se insere entre os objectivos inscritos no programa da actual Direcção, juntamente com a solução do problema da Previdência, já alcançada, e um propósito de valorização cultural da Classe que teve início de concretização através

de "JORNALISMO" e prosseguirá por meio de outras realizações.
A Direcção do Sindicato aproveita a oportunidade para manifestar o seu regozijo pelo êxito que coroou o Curso, se as expectativas nele depositadas não forem goradas ao longo da sua efectivação. O acolhimento dispensado pelos consórcios (expresso tanto no volume de adesões, como na categoria profissional dos jornalistas que se inscreveram), o interesse que a ideia despertou entre estranhos à Classe, especialmente universitários, e o patrocínio que nos ofereceram algumas empresas jornalísticas são factores que justificam a nossa satisfação e ao mesmo tempo nos impõem especiais responsabilidades.
Entre os factores enumerados não se estranhará que salientemos o apoio desses consórcios. A confiança que depositam numa iniciativa que visa à sua valorização profissional – e que portanto concorre directamente para a dignificação da Classe – é elucidativo. Significa uma tomada de consciência que noutros domínios e em diferentes oportunidades se observa nos elementos mais válidos do jornalismo português. Como que, digamos, a preocupação de fazerem jus, pelo seu apetrechamento cultural e técnico, às responsabilidades que lhes incumbe e que estão dispostos a assumir em prol do interesse da comunidade que servem. Revela, inegavelmente, uma nova fase no jornalismo nacional, imprescindível para uma presença mais actuante e eficiente da Imprensa portuguesa.

"A opinião do dr. Norberto Lopes – Director de *A Capital*"
"Reputo de maior utilidade a iniciativa que o Sindicato Nacional dos Jornalistas tomou de promover um Curso de Jornalismo tanto para os seus sócios como para os candidatos à profissão que o queriam frequentar. Há muito tempo que venho a defender a ideia da criação de uma Escola de Jornalistas, à semelhança das que existem noutros países, umas oficializadas, outras particulares, e que poderia prestar grandes serviços tanto à nossa classe como à Imprensa à geral, proporcionando aos candidatos a jornalistas de conhecimentos de que precisam para desempenhar com proficiência e eficiência as tarefas que lhes incumbem e elevando o nível intelectual da Imprensa portuguesa, de que não podemos alhear-nos em caso algum, e que tem sido, porventura, um tanto descurado, até pela facilidade com que se recrutam os seus colaboradores.
O esquema elaborado para o curso parece-me corresponder à finalidade que se tem em vista e às virtualidades que dele se esperam. E, se algum

> defeito lhe posso apontar, é o de me parecer demasiado ambicioso. Resta-me apenas fazer votos pelo êxito do empreendimento e felicitar o Sindicato por se ter antecipado à iniciativa oficial, que em nenhum caso deve pôr-se de lado e da qual há a esperar uma solução didáctica de maior vulto e de vistas mais largas.[163]

Ainda no n.º 8 do boletim, começa a publicar-se uma série de textos onde se debatem os problemas específicos do ensino do jornalismo. São assinados por José Lechner[164] e são o resultado de um estudo realizado pelo referido autor, graças a uma bolsa de estudo concedida pela Fundação Calouste Gulbenkian, sendo, simultaneamente, um estudo histórico, descritivo, analítico, comparativo e crítico sobre o ensino do jornalismo "nos países do Mercado Comum"[165]. Dado o momento crucial que o ensino do jornalismo atravessava em Portugal (a necessidade de regularizar a formação dos jornalistas era intensa), o estudo foi uma mais-valia.

José Lechner estudou o ensino do jornalismo em cinco países diferentes, tendo o cuidado de verificar se existiam "pontos comuns entre os diferentes sistemas de ensino do jornalismo, no tempo, no espaço, bem como na forma e na doutrina, em número suficiente para nos autorizar a deduzir daí características constantes."[166] No fundo, procurou uma resposta à questão de saber "em que consiste a especificidade do ensino do jornalismo."[167]

O estudo compreendeu os seguintes pontos:

> 1.º Organização e financiamento dos Estabelecimentos de Ensino (condições de admissão, duração dos estudos, título académico concedido, o estatuto jurídico e recursos financeiros);
> 2.º Corpo docente e estudantes (número total e composição do corpo docente, o número de estudantes inscritos e a sua proporção em relação aos diplomados);

[163] **Jornalismo**, nº 8, Novembro de 1968, p. 2.

[164] Diplomado pela "Ecole Supérieure de Journalism de Lille" e pelo "Institut Français de Presse de l'Université de Paris" e antigo bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian.

[165] **Jornalismo,** n.º 8, Novembro de 1968, p. 3.

[166] **Jornalismo**, n.º 8, Novembro de 1968, p. 3.

[167] **Jornalismo**, n.º 8, Novembro de 1968, p. 3.

> 3.º Equipamento e pessoal permanente (locais, biblioteca e arquivos, material didáctico e pessoal permanente);
> 4.º Os programas: a cultura do jornalista (natureza e variedade das disciplinas ensinadas e respectivas proporções, orientação dos estudos);
> 5.º Classificação tipológica dos estabelecimentos e sua comparação (estrutura institucional e funcional);
> 6.º Crítica das relações do ensino do jornalismo com a profissão e a investigação.[168]

Após um breve resumo histórico sobre o que foi o ensino do jornalismo, um pouco por todo o mundo, Lechner refere que, no momento, existiam 413 estabelecimentos espalhados pelos cinco continentes. E diz ainda:

> As iniciativas emanaram umas vezes da profissão, outras vezes da Universidade, e por vezes mesmo dos poderes públicos. Os argumentos usados para justificar a criação dos estabelecimentos especializados na formação dos profissionais do Jornalismo variavam conforme as iniciativas:
> Os profissionais têm visto no ensino o meio mais seguro de seleccionar os futuros jornalistas de acordo com as suas aptidões; de desenvolver neles o sentido da actualidade e o sentido crítico; de elevar o nível de cultura da profissão; de manter as características de uma imprensa nacional, de responder às necessidades imediatas das empresas.
> As universidades têm-se preocupado sobretudo com as responsabilidades sociais dos jornalistas devido à sua influência sobre a opinião pública. Os pioneiros do Ensino Universitário do jornalismo defendiam a ideia de que a formação técnica devia ser completada pelo estudo científico do fenómeno "informação" bem como pela aquisição de uma cultura geral.
> Enfim, sempre que num país se estabeleceu uma ditadura, o novo governo apoderou-se da imprensa, novas leis fixaram as responsabilidades civis dos directores de publicação e foram tomadas medidas para institucionalizar o Ensino do Jornalismo. (…)
> No entanto, o ensino do Jornalismo, apesar do seu desenvolvimento, encontra ainda muitas dificuldades que o impedem de se impor em toda

[168] José Lechner, Problemas específicos do ensino de jornalismo, **Jornalismo**, n.º 8, Novembro de 1968, p. 3.

a parte e de forma indiscutível.[169]

Dois anos mais tarde, em 1970, os textos provenientes da investigação levada a cabo por José Lechner continuavam a ser publicados em *Jornalismo* (que já ia na sua 2.ª série). Depois de um resumo histórico do ensino do jornalismo (cujo exemplo se transcreveu acima), publicado no n.º 8 do boletim, e de uma descrição analítica da organização e financiamento dos 23 estabelecimentos que fizeram parte do seu estudo, publicado no n.º 9, na edição n.º 2, da 2.ª série, o autor focou o problema do corpo docente e discente nas mesmas 23 instituições em análise.

> Durante mais de meio século, os pioneiros do ensino do jornalismo esforçaram-se por aproximar a teoria da prática pela colaboração entre profissionais da Imprensa e professores universitários ou do ensino secundário. Daí resultou que, já nos nossos dias, nem todos os profissionais calejados duvidam da comunicabilidade dos conhecimentos jornalísticos da mesma forma que nem todas as universidades proíbem com cepticismo a entrada de profissionais calejados como professores.
> Podemos mesmo dizer que tais atitudes reticentes são cada vez mais raras à medida que aumenta o número de pessoas possuindo simultaneamente uma experiência profissional e uma formação universitária. (…)
> O problema da docência em jornalismo é justamente o de saber como e onde recrutar professores que tenham um conhecimento teórico e prático do jornalismo e, ao mesmo tempo, aptidões adequadas para o ensino. O ensino, qualquer que ele seja, também tem as suas próprias exigências independentemente do seu conteúdo.[170]

Em relação às instituições que foram objecto de estudo, José Lechner aponta que "o corpo docente em jornalismo compreende professores não jornalistas e professores jornalistas."[171]

No que aos estudantes de jornalismo dos 23 estabelecimentos

[169] José Lechner, Problemas específicos do ensino de jornalismo, **Jornalismo**, n.º 8, Novembro de 1968, pp. 3 e 4.

[170] José Lechner, Problemas específicos do ensino de jornalismo, **Jornalismo**, n.º 2, 2.ª série, Março/Abril 1970, p. 25.

[171] José Lechner, Problemas específicos do ensino de jornalismo, **Jornalismo**, n.º 2, 2.ª série, Março/Abril 1970, p. 25.

estudados diz respeito, o autor refere que conseguiu encontrar quatro os tipos de candidatos:

> - os que consideram o jornalismo com curiosidade e querem familiarizar-se com ele quase por espírito de aventura;
> - os que vêem no jornalismo uma última salvação ainda honrosa depois de ter falhado nos estudos secundários ou superiores;
> - os que procuram um suplemento prático além (ou durante) a sua licenciatura numa especialidade clássica;
> - enfim, num número muito reduzido, o tipo de pessoas que já têm uma experiência profissional e que querem completar os seus conhecimentos, particularmente teóricos, matriculando-se numa escola ou Faculdade.[172]

Porém, não só do ensino do jornalismo em Portugal, ou da sua necessidade, versavam as linhas de *Jornalismo*. Uma vez que este ainda não se havia estabelecido em terras lusas, por vezes falava-se, no boletim, sobre o ensino do jornalismo noutros países, quiçá para "abanar" as mentes que ainda não haviam interiorizado a necessidade urgente de tal ensino em Portugal. É o caso do artigo intitulado "A aprendizagem do jornalismo em Inglaterra", escrito por John Dodge[173], publicado, primeiramente em *The Times*, publicação inglesa, a 7 de Outubro de 1968 e reproduzido de forma integral, em *Jornalismo*, na edição de Novembro de 1968.

De uma forma algo irónica e sarcástica, o mesmo número do boletim (número 8) aborda a questão do ensino do jornalismo, desta vez na Tailândia, através de um texto com o sugestivo título "Mesmo na Tailândia há (desde 1939) cursos de jornalismo…":

> O ensino do jornalismo generalizou-se a todo o Mundo e mesmo a países que ainda não consideramos muito evoluídos.
> É o caso, por exemplo, da Tailândia, onde foi criado um primeiro curso de formação de jornalistas em 1939, na Universidade de Chulalongkorn. Quinze anos mais tarde, a Universidade de Thammarat estabeleceu um curso de quatro anos, para licenciatura, na Faculdade de Administração

[172] José Lechner, Problemas específicos do ensino de jornalismo, **Jornalismo**, n.º 2, 2.ª série, Março/Abril 1970, p. 26.

[173] Director do Conselho Nacional Britânico para a Formação de Jornalistas.

> Social. Os estudantes em jornalismo, como os outros estudantes desta Universidade, devem seguir cursos de cultura geral nos dois primeiros anos e depois cursos técnicos de informação e de trabalhos práticos. Uma estação de radiodifusão, um laboratório fotográfico e uma tipografia estão à sua disposição, apresentam diariamente um programa de rádio e imprimem um jornal diário, com a tiragem de 2000 exemplares, além de um mensário. Durante as férias, fazem estágios nos jornais e em estações de rádio e televisão.174

O encerramento do I Curso de Jornalismo[175] (que terminou no dia 14 de Maio de 1969) voltou a ser assunto e motivo de conversação, tendo direito às primeiras sete páginas do boletim n.º 9 (Julho de 1969), algumas delas ilustradas com sugestivas fotografias. As várias intervenções proferidas nesse dia foram transcritas para *Jornalismo* e apontavam para a necessidade de uma escola para formar, a nível superior, os jornalistas.

Pereira da Costa, na época presidente do Sindicato, disse que o curso havia constituído "um êxito insofismável"[176] e que os números que exprimiam tal êxito eram "tão elucidativos"[177] que não careciam de comentários. De seguida, explicou os tais números elucidativos e aproveitou a ocasião e a presença de membros do Governo para criticar o atraso que se vivia em Portugal, relativamente ao ensino do jornalismo:

> Os participantes no Curso, entre alunos por frequência e por correspondência, totalizaram 385 interessados, incluindo 187 profissionais. Deste total, 207 acompanharam o Curso por correspondência: cerca de uma centena da Metrópole, 1 de Macau e 2 portugueses residentes em Itália. (…) [O curso despertou] interesse igual entre profissionais – que nele encontraram uma oportunidade de valorização e actualização dos seus conhecimentos – e particulares, quase todos estudantes universitários. Quanto a estes, é sintomática, sem dúvida, a circunstância de ao cabo de quatro meses de realização do Curso ainda assistirem às aulas, na

[174] Mesmo na Tailândia há (desde 1939) cursos de jornalismo…, **Jornalismo**, n.º 8, Novembro de 1968, p. 9.

[175] Iniciado em finais de 1968 e de cujo início já se deu conta, neste trabalho.

[176] Pereira da Costa, O Encerramento do I Curso de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, p. 2.

[177] Pereira da Costa, O Encerramento do I Curso de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, p. 2.

> proporção de oitenta e sete por cento sobre os que inicialmente nele se tinham inscrito (…).
> Não continuarei a apresentar elementos que demonstram a valia da iniciativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas. (…)
> O que pode constituir surpresa é que, precisamente um século após a criação do jornalismo (o primeiro curso, estruturado como tal, nasceu nos Estados Unidos, em 1869), haja ocasião para denunciar em Portugal uma carência que todos admitem, mas ninguém tenta anular. É certo que o atraso na adopção de práticas decorrentes no estrangeiro constitui pecado nacional e não é menos verdade que o problema do ensino do jornalismo se entronca noutros que reflectem um condicionalismo sócio económico com implicações políticas. Está neste caso – além do problema das remunerações aos profissionais e do acesso à Informação e sua divulgação (a liberdade de Imprensa, em suma, cuja defesa incumbe, por estatutos aprovados pelo Governo, ao Sindicato Nacional dos Jornalistas) – uma multiplicidade de aspectos que se relacionam, inclusivamente, com o estatuto jurídico da propriedade dos órgãos de comunicação.
> Todavia, há uma realidade iniludível: para os jornalistas que participaram no Curso, a liberdade inerente à função social da Informação não pode dissociar-se das suas responsabilidades perante a comunidade em que se integram. Acrescentarei, conscientemente: mais ainda do que liberdade, o problema, para eles, é de dignidade. Sabem que a disciplina, que para ser legítima deve basear-se no interesse geral, e o respeito pela autoridade do Estado são valores a preservar. Mas não desconhecem residir na vontade dos homens coadunar os caminhos da liberdade e da responsabilidade com o ritmo do progresso.
> Parece, ao Sindicato Nacional dos Jornalistas, ser chegado o momento para que quem de direito promova a realização de aspirações que não podemos concretizar, por ausência, de uma compreensão que merecemos, nós, os jornalistas, e de uma justiça que ainda não nos foi concedida.[178]

Martinho Nobre de Melo também interveio nesta sessão, enaltecendo o feito do Sindicato e fazendo referências de grande apreço à atitude da corporação, "quanto à responsabilidade da Imprensa Portuguesa

[178] Pereira da Costa, O Encerramento do I Curso de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, pp. 2, 3 e 4.

e sua determinação de se apetrechar para uma presença mais activa na vida social e política do país"[179], não deixando de fazer alusão à falta de liberdade de imprensa que se vivia um pouco por toda a Europa. Martinho Nobre de Melo falou, ainda, da necessidade de os jornalistas "cultivarem a sua vida interior colocando-a acima das contingências das realidades quotidianas, que tendem a absorvê-los, em detrimento da sua alma."[180]

A última intervenção coube ao secretário de Estado de Informação, Moreira Baptista, que, tal como os outros intervenientes, elogiou a iniciativa do Sindicato, referindo que de tão meritória que fora, "vai sem dúvida constituir semente em boa hora lançada em terra úbere para que, breve, a seara seja maior e não longe a colheita ainda melhor.":

> Escolas de Jornalismo?
> Pois estou em crer que sim e nesta afirmação me tenho quedado há alguns anos (…).
> É que o jornalismo – da Imprensa, da Rádio ou da Televisão – não pode apenas ser feito com homens de génio mas com gente normal, desde que sinta nas veias a febre da informação e o desejo de a traduzir em verdade e com o luzimento possível, se brilho não tiver talento para lhe dar.
> Essa seria uma das razões a invocar, mas outra não menos importante existe neste instante em que os meios de comunicação social atingem o cerne do próprio homem, ao constituir elemento duma cebernética que já não é ciência do ou para o futuro mas dos dias que estamos vivendo; e ainda que, mesmo os talentos, poderão ser mais rapidamente revelados, se forem rodeados do ambiente conveniente e apoiados por meios os meias adequados.
> O jornalista é, muitas vezes e entre o mais, o técnico de ideias gerais, mas muitas vezes é também o especialista de religião, de economia, das ciências humanas e das restantes e das Artes e de todos os ramos do conhecimento. (…) Temos, portanto, de cada vez pensar mais no que importa à formação do próprio Homem e como tal dimensionado, pois o que antes de tudo interessa – e esse será a mais válida cultura – é que em cada ocasião (ocasião que se fragmenta em miríades em cada minuto do

[179] Martinho Nobre de Melo, O Encerramento do I Curso de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, p. 4.

[180] Martinho Nobre de Melo, O Encerramento do I Curso de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, p. 4.

> dia) possa saber escolher o trigo do joio, o bom do mau, o belo do feio, num esforço de aperfeiçoamento técnico, sem dúvida, mas temperado sempre pelo sentido humanista que melhor serve o homem como ente social. (…)
> Para além destas razões essenciais, há ainda uma preparação profissional – iria a dizer uma técnica profissional – que a Escola, quando convenientemente equipada como deve, pode formar, desenvolver e realizar. (…)
> Escolas de Jornalismo? Espero bem que sim, conforme o demonstrou a vontade de tantos. E, com urgência, pois nessa plêiade de gente mais nova se terão de encontrar os bons profissionais de agora e os talentos de amanhã.
> Outro não será o desejo da Secretaria de Estado da Informação e Turismo. Esse, também, o meu desejo pessoal.[181]

Sendo também desejo das altas instâncias do Estado, a verdade é que ainda foram precisos mais alguns anos para que o ensino de jornalismo principiasse em Portugal…

Neste mesmo ano de 1969, a questão do ensino do jornalismo foi abordada e muito bem explicada na Assembleia Nacional. O deputado Nunes Barata, numa intervenção onde louvou a iniciativa do Sindicato (organização do I Curso de Jornalismo), referiu que "o livre acesso ao jornalismo [era] uma exigência natural da liberdade de imprensa"[182] e focou, sob vários aspectos, o problema do ensino do jornalismo e da formação profissional dos jornalistas. A sua intervenção foi inserida, na íntegra, no boletim n.º 9, referente ao mês de Julho de 1969 e dizia, de mais notório, que, a exemplo do que sucedida noutros países, se deveria instituir o ensino do jornalismo em Portugal, independentemente das opiniões contra que ainda pudessem existir:

> O jornalismo constitui uma vocação exigente. Para recolher, apresentar e interpretar as notícias, nos variados domínios da Imprensa, do Cinema, da Rádio e da TV, impõe-se possuir grande competência técnica, dominar os progressos crescentes dos meios de informação, compreender e

[181] Moreira Baptista, O Encerramento do I Curso de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, pp. 5 e 6.

[182] Nunes Barata, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, p. 9

ser capaz de fazer compreender a evolução do mundo moderno na sua riquíssima complexidade. A qualidade da informação dependerá, em suma, dos conhecimentos, das aptidões profissionais, do sentido das responsabilidades dos jornalistas.

Em muitos países, depois de formularem "códigos de honra" e de se agruparem em prestigiosas associações, vemo-los igualmente ocupados na criação de centros de formação e aperfeiçoamento. O ensino técnico e a educação cultural procuram harmonizar-se num conhecido empenho de equilíbrio entre a teoria e a prática.

As próprias Universidades têm desempenhado ainda aqui papel de particular relevo. Escolas ou Faculdades de jornalismo ocupam-se não só da imprensa e outros meios de informação, como objecto de investigação pura, na linha da clássica tradição universitária, mas ainda de formar ou valorizar, num jeito pragmático, os que na reportagem ou na redacção servem os jornais, a Rádio, ou outros meios de comunicação social.

Os que se debruçam sobre a Imprensa portuguesa serão naturalmente sensíveis ao alto prestígio dos seus devotados servidores, ao seu contributo generoso, tanto no domínio da Informação como no da opinião. Será em nome do muito que se deve aos nossos jornalistas que se ganha autoridade para pedir o muito mais que importa prodigalizar-lhes. (…)

A inauguração, nos finais de 1968, do I Curso de Jornalismo, promovido pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas, e a notícia de outras ocorrências (…) dão maior oportunidade a insistência que ouso renovar nesta tribuna da criação entre nós de uma Escola Superior de Jornalismo. (…)

A situação presente revela que a hostilidade manifestada há décadas contra as escolas de jornalismo está bastante amortecida. É ainda frequente ouvir-se "que se nasce jornalista". Mas mesmo os que admitem os imperativos da vocação estão igualmente de acordo em que não basta actualmente ser dotado, saber escrever, entregar-se a uma rica imaginação. (…)

Espíritos menos ambiciosos dirão que no condicionalismo português será ousado pedir a criação de estudos superiores de jornalismo. Mesmo no confronto com países pequenos, como a Dinamarca, a situação portuguesa revela-se muito desfavorável. (…)

Na variedade das soluções que se poderão preconizar entre nós, para a criação de estudos superiores de jornalismo, tomo a liberdade de recordar dois caminhos, um a partir do sector público do ensino, outro do sector privado.

Tal como acontece noutros países o curso de jornalismo poderia ser

> enquadrado nas nossas Faculdades de Letras. Não seria, por exemplo, legitimo que a cidade do Porto, de tão nobres tradições em matéria de jornalismo, acolhesse na sua restaurada e esperançosa Faculdade de Letras a primeira secção universitária de jornalismo?
> A via particular poderia resultar da Universidade Católica. (…)
> Seja qual for a solução adoptada entre nós há problemas delicados que convirá encarar desde logo. O primeiro é o do recrutamento de professores. (…)
> Um segundo diz respeito à frequência. (…)
> Obtidos os diplomas surgem questões relacionadas com a colocação e as remunerações.
> O livre acesso ao jornalismo é uma exigência natural da liberdade de imprensa. Daí o condenar-se que só os diplomados possam ter acesso à profissão. Mas a multiplicidade de saídas que esta sociedade, denominada de "mass communications", oferece tem revelado, por toda a parte, não haver carência de lugares mas antes de profissionais habilitados.
> Quanto às remunerações o problema pode pôr-se mesmo independentemente de existirem escolas de jornalismo…[183]

Num texto onde se fala da relação que a imprensa pode estabelecer com a universidade, o engenheiro Adelino Amaro da Costa salienta a importância de uma formação sólida para os profissionais da imprensa. Defende que para que o jornalista seja capaz de produzir informação que possa ser útil à universidade, é preciso que este esteja devidamente preparado. E declara que uma formação superior em jornalismo, feita em universidades, é um caminho a examinar:

> Na verdade, parece problemático realizar as tarefas que acima deixamos indicadas, e bem assim outras que são exigidas pelo trabalho da Imprensa, se não se dotarem os jornalistas com uma preparação que só o ensino superior, de raiz universal e globalizante, pode fornecer.
> Claro que há diversas vias para atingir este objectivo. Sabemos, efectivamente, que trabalham nos jornais portugueses pessoas com formação universitária e, até, diplomados. Poderia ser esta uma solução: a contratação de licenciados para os corpos redactoriais. Mas existem, aqui, várias dificuldades. O jornalismo não é, propriamente,

[183] Nunes Barata, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, pp. 9, 10 e 54.

uma actividade literária de carácter genérico a exigir, tão-somente, uma capacidade de síntese, ou um conhecimento da língua, ou dos processos de narração, ou, sequer, o domínio de certa problemática a que alguns cursos superiores proporcionam acesso. É mais. É, sim, uma actividade literária (a escrita é o meio de comunicação), mas de natureza bem específica, postulando, no seu exercício, uma compenetração profunda de factores pessoais que é difícil encontrar em quem não tenha aquilo a que se poderia chamar uma vocação natural; ou, senão, pelo menos, em quem não disponha de um largo conhecimento sobre os métodos, as técnicas redactoriais, os meios materiais característicos da Imprensa, a par de algum sentido nato acerca do que é ou não importante para a opinião pública e sobre os modos de o comunicar sugestivamente. (…)
Estamos em crer, porém, que a grande solução estará na existência, no âmbito do ensino superior, de centros de formação especificamente consagrados ao jornalismo. (…)
Há, todavia, quem discuta a possibilidade de se conferir uma perspectiva verdadeiramente universitária a um curso de jornalismo, dado o conjunto de disciplinas, bastante heterogéneo, que forma parte do seu plano de estudos. Mas devemos observar que, embora já antigas, as escolas de jornalismo estão em plena evolução. Caminha-se, cada vez mais, para um melhor entendimento sobre o modo como deverá cumprir a sua missão de formadora dos homens da opinião pública. Diversificam-se os estudos, amplia-se o número de anos escolares (recentemente, a Escola de Jornalismo da Universidade de Navarra elevou-o para quatro), garante-se uma preparação mais completa e exigente. (…)
Além de se possibilitar assim uma certa faculdade de reconversão da mão-de-obra intelectual, abrem-se vias mais fáceis para um melhor aproveitamento nos jornais de indivíduos competentes nas diversas matérias profissionais, os quais se encontrariam apetrechados, mediante a frequência de uma escola de jornalismo, para uma compreensão profunda das exigências da Imprensa como veículo específico de comunicação pública. (…) Não se trata de transformar o jornalismo num intelectualismo inacessível e especializado, mas de convertê-lo num instrumento mais límpido e, ao mesmo tempo, mais denso, nos processos de comunicação social. (…) [184]

[184] Adelino Amaro da Costa, A Universidade e a Informação, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, pp. 30, 31, 32, 33 e 49.

Na década de setenta, as tentativas para implementar um curso superior de jornalismo eram cada vez mais, sendo o Sindicato Nacional dos Jornalistas o principal promotor destas iniciativas. A 4 de Fevereiro de 1970, o presidente da corporação, Silva Costa, juntamente com alguns colegas da direcção e outros elementos dos corpos gerentes, entregou ao ministro da Educação Nacional, professor Veiga Simão, o "Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal", aquele que muitos acreditavam vir a criar um curso superior para jornalistas. A comissão de trabalho que estudou o elaborou o referido projecto era constituída por profissionais da imprensa e por diplomados em jornalismo, sendo eles António dos Reis, Cáceres Monteiro, Carlos Pontes de Leça, Jacinto Baptista, João Gomes, José Lechner e Oliveira Figueiredo. No acto de entrega do documento ao ministro, o presidente do Sindicato reiterou a vontade de instituir o ensino do jornalismo. Disse Silva Costa:

> Terá chegado a vez de Portugal possuir ensino de jornalismo a nível universitário? Os jornalistas profissionais deram nesse sentido o primeiro passo, com a aprovação quase unânime do projecto de um Instituto Superior de Ciências da Informação. Esse documento, que confiadamente vimos entregar a Vossa Excelência, constitui o primeiro estudo completo sobre o ensino do jornalismo em Portugal.[185]

O documento prossegue com explicações detalhadas sobre o curso. O momento é, ainda, aproveitado para se falar das opiniões divergentes, que ainda existiam, sobre a questão do ensino do jornalismo, e até para criticar o modo como, por vezes, se chegava à profissão. Refere o presidente do Sindicato:

> Admitimos que o jornalismo não deve ser uma posição fechada, isto é, que nele "sempre haverá lugar para os indivíduos trabalhadores e com talento, sem preparação formal"; mas estamos convencidos de que o Instituto deverá fornecer a corrente principal e queremos que os futuros jornalistas, em vez de traduzirem a estratificação dos privilégios sociais, representem o conjunto da população e estejam também por isso aptos a

[185] Silva Costa, **Jornalismo**, n.º 4, 2.ª série, Julho/Agosto de 1970, p. 10.

> interpretar e a difundir os seus problemas e as suas esperanças.[186]

De modo a reforçar a importância que tinha o prosseguimento e realização deste projecto, foram focadas as recomendações dadas pela UNESCO, que tinha um historial extenso na investigação sobre o assunto e na realização de vários programas de preparação de jornalistas ou equiparados para os meios de comunicação social. Ao mesmo tempo, Silva Costa salientou a utilidade que o curso tinha para os jornalistas portugueses, fazendo notar que

> uma das recomendações acolhidas é a de que "o jornalista, no mundo moderno, necessita de ampla base cultural e da maturidade própria de um diplomado pela Universidade." E o próprio projecto demonstra que a formação de jornalistas requer "preparação que permita o entendimento da ampla problemática suscitada pela informação escrita e audiovisual – e que determina um nível de abstracção e uma compreensão dos fenómenos humanos que só parece poderem ser alcançados em ambiente pautado pela exigência científica e pela formação do espírito crítico, ambiente que é próprio da Universidade." De facto, o exercício do jornalismo, do radiojornalismo, do telejornalismo, do cinejornalismo, supõe uma formação superior em três domínios fundamentais e solidários: as Ciências da Informação (…); a Técnica da Informação (…); e Cultura para a Informação (…).
>
> Os jornalistas não procuram, portanto, um título de prestígio social. (…) Reivindicam o ensino de jornalismo ao nível superior porque no contexto actual da profissão, o conhecimento transmitido no interior das redacções ou adquirido pela via do autodidactismo já não responde às exigências decorrentes da crescente complexidade de informação responsável.[187]

Ao terminar o seu discurso, o presidente do Sindicato reiterou a importância que o bom prosseguimento deste projecto representava para a classe e, simultaneamente, para o Ministério e para a sociedade portuguesa:

---

[186] Silva Costa, **Jornalismo**, n.º 4, 2.ª série, Julho/Agosto de 1970, p. 12.
[187] Silva Costa, **Jornalismo**, n.º 4, 2.ª série, Julho/Agosto de 1970, p. 12.

> (…) a formação de jornalistas que propugnamos juntos de V. Excelência será uma das acções mais reprodutivas deste Ministério, pelos seus reflexos na sociedade portuguesa. E possibilitará a ampla educação permanente que V. Excelência definiu como um dos objectivos da política de educação nacional. É que a qualificação de peritos da informação colectiva promoverá inevitavelmente o aumento do consumo médio da informação em Portugal (…). Oferecerá assim à educação permanente os instrumentos de comunicação eficazes sem os quais seria decerto inatingível.[188]

Para o Sindicato, parecia chegado o momento por que tanto ansiava a grande maioria da classe. Acreditava-se que seria dessa vez que o referido curso era criado, pois parecia estarem reunidas todas as condições necessárias. Dizia Silva Costa que nada parecia "obstar à introdução do ensino de jornalismo em Portugal"[189], muito pelo contrário: "tal ensino é necessário, é possível e é condição imprescindível a que o povo português disponha da informação a que tem direito e que o progresso do país não pode dispensar."[190]

O curso não foi (ainda desta vez) criado, apesar do parecer favorável que o ministro Veiga Simão havia dado ao projecto. Anos mais tarde, no número de Dezembro de 1983 do boletim *Jornalismo*, Silva Costa, num longo artigo partilha a sua opinião acerca da não execução deste projecto, explicando as causas para o seu insucesso, como já foi referido neste trabalho (capítulo 2. "*Jornalismo*: o periódico do Sindicato Nacional dos Jornalistas")

Ainda sobre a questão do ensino do jornalismo e sobre os esforços desenvolvidos pelo sindicato para conseguir a implementação do mesmo em Portugal, há dois artigos no boletim que expõem uma "troca de palavras" que se desenrolara entre Dutra Faria e o Sindicato Nacional dos Jornalistas. Nestes dois textos, são visíveis as diferenças dos pontos de vista de um e de outro acerca da formação universitária para jornalistas, e a sua republicação em *Jornalismo* revelou-se interessante, não só pelo conteúdo informativo de ambos os artigos, mas também para mostrar

[188] Silva Costa, **Jornalismo**, n.º 4, 2.ª série, Julho/Agosto de 1970, p. 12.
[189] Silva Costa, **Jornalismo**, n.º 4, 2.ª série, Julho/Agosto de 1970, p. 12.
[190] Silva Costa, **Jornalismo**, n.º 4, 2.ª série, Julho/Agosto de 1970, p. 12.

que a direcção do boletim não se inibia em publicar (ou republicar, como é o caso, uma vez que os dois textos foram publicados, primeiramente, no jornal *Notícias*), nas suas páginas, artigos com opiniões menos favoráveis sobre a corporação.

> Nível Universitário para o Jornalismo
> (…) É óbvio que Portugal carece de uma escola de jornalismo ou de algo que mais ou menos se lhe assemelhe: já vai muito longe o tempo do jornalismo boémio, a que se acolhiam invariavelmente os que falhavam na universidade ou mesmo já no liceu e em que se exigia ao candidato a jornalista mais graças do que gramática, mais vivacidade do que verdadeiramente cultura e mais atrevimento do que noção da responsabilidade.
> De resto, este do Sindicato não é o primeiro projecto de ensino do jornalismo que se elabora em Portugal. Uma altura já houve mesmo, nos últimos anos do Governo de Salazar, em que tivemos, simultaneamente, nada menos do que quatro projectos sobre a mesa: o Prof. Gonçalves Rodrigues queria o ensino do jornalismo na Faculdade de Letras; o Prof. Adriano Moreira, no Instituto de Ciências Sociais, Políticas e Ultramarinas; o Dr. Paulo Rodrigues, ao tempo subsecretário de Estado da Presidência do Conselho para a Informação, no Palácio Foz; e o Prof. Gonçalves de Proença, ao tempo ministro das Corporações, na dependência directa dos seus serviços. Mas, perante esta avalancha de projectos, cada qual apoiado numa sólida argumentação pelo seu ilustre patrocinador, o Prof. Salazar receou talvez que viesse a haver jornalistas a mais, de certeza sorriu – e nada se fez. (…)
> Outro ponto ainda a discutir: deve ou não o diploma ser condição "sine qua non" para o exercício da profissão? É-o na Espanha. Não o é nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Alemanha… O que seria portanto, lógico era que a direcção do Sindicato Nacional dos Jornalistas – constituída na maioria, por pessoas todas na conta de progressistas – se inclinasse de preferência para o que é norma generalizada nas grandes democracias: mas não.
> No projecto de acordo com o Grémio da Imprensa Diária, os corpos gerentes do Sindicato pretendem condicionar o ingresso na profissão a um exame prévio – por membros do Sindicato eleitos, em assembleia-geral, para constituírem o júri – enquanto se não regulamenta o ensino do jornalismo em Portugal. De onde tem de concluir-se que – na opinião

dos que dirigem presentemente o Sindicato Nacional dos Jornalistas – para se ser jornalista o diploma substituirá, então o exame prévio… o que não parece – nem o diploma nem o exame – excessivamente liberal. Seria tolice, evidentemente, dizer que os melhores jornalistas serão sempre os não-diplomados. Não será, todavia, tolice de menor bojo pretender que não será bom jornalista quem não vier para as redacções com o "canudo" debaixo do braço.
Aliás o que o Sindicato quer exigir dos que se lhe submetem ao exame prévio já a muitos se nos afigura excessivo…
O candidato a jornalista terá de falar fluentemente um idioma estrangeiro pelo menos. Ora grandes jornalistas britânicos e norte-americanos não falam senão o Inglês. Por outro lado, em que é que no desempenho da profissão levará vantagem ao candidato que não fale senão o português (mas bem)o que falar, por exemplo, o grego ou o chinês, o idioma dos últimos maias ou o dialecto, por estalidos, dos boxímanes? (…)
No projecto de ensino do jornalismo, o curso (de nível universitário) seria de cinco anos. Com os três primeiros anos, ter-se-ia direito ao grau de bacharel: com os cinco completos, ao de licenciado – e haveria ainda, doutoramentos em jornalismo. Mas, se todos os jornalistas tivessem obrigatoriamente de passar pela Escola ou Faculdade de Jornalismo, pergunto: onde se recrutariam os repórteres? Quem é que, senhor de um diploma de bacharel ou de licenciado, quereria ser repórter? Ora um jornal pode, em rigor, fazer-se sem editorialistas, sem cronistas internacionais, sem redactores da página económica, sem críticos de teatro, de cinema, de letras, de artes plásticas, mas sem repórteres não se faz.[191]

Opinião do Sindicato
(…) No relatório do "projecto de Ensino do Jornalismo em Portugal" houve a preocupação de demonstrar que o País "carece de uma Escola de Jornalismo", como também afirma Dutra Faria, mas não de "algo que mais ou menos se lhe assemelha", como só concede aquele articulista. (…) Concluiu Dutra Faria que o "diploma substituirá, então, o exame prévio…". Ora a nós parece-nos que o sentido literal e intrínseco da frase só consente uma ilação: o exame por um júri de jornalistas, tal como se encontra programado, subsistirá apenas enquanto não se regulamentar o

[191] Dutra Faria, Nível Universitário para o Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 5, 2.ª série, Setembro/Outubro de 1970, pp. 29 e 30.

> acesso à profissão em função do ensino de jornalismo.
> A este respeito convém repetir que tanto o exame previsto no Contrato como o Projecto de Ensino do Jornalismo reproduzem – mais do que "a opinião dos que dirigem presentemente o Sindicato Nacional dos Jornalistas" como quer o articulista – o consenso colectivo dos jornalistas portugueses. (…)
> O Sindicato Nacional dos Jornalistas lamenta desconhecer totalmente os quatro projectos de ensino de jornalismo que "in illo tempore" foram parar à mesa do articulista. Mas tem forte suspeita de que tais projectos nunca foram publicados; tem a certeza de que nenhum deles representava o ponto de vista da classe dos jornalistas; e, pela descrição que deles faz Dutra Faria, tem a convicção de que eram todos certamente mais ambiciosos do que o do Sindicato dos Jornalistas – excepto na exclusiva subordinação a critérios científicos e pedagógicos, em que o Projecto do Sindicato não teme confronto. (…) Pondo de parte a graciosa menção do dialecto dos boximanes, sem interesse para a economia do exame, defendem que o conhecimento de um idioma estrangeiro também qualifica para o exercício do jornalismo. Visto que o domínio da língua nacional se exige de todos os jornalistas portugueses, entende a classe que um candidato que saiba falar o grego ou o chinês (cingimo-nos às línguas escolhidas pelo articulista) levará para a profissão a vantagem… de falar o grego ou o chinês, isto é, de uma especialização que lhe permitirá ler informações em grego ou em chinês, entender as pessoas que porventura entreviste e só falem o grego ou o chinês.[192]

Os textos anteriores documentam e exemplificam as diferentes opiniões entre os jornalistas sobre o ensino do jornalismo e a necessidade da sua criação. *Jornalismo* deu espaço e voz àqueles que maior interesse (e necessidade) demonstravam na instauração do ensino do jornalismo em Portugal. Entre os redactores e colaboradores do boletim, a ideia de que se tornava cada vez mais necessário criar um curso para jornalistas era praticamente consensual (havia quem achasse necessário, mas não essencial, uma vez que a prática era o mais importante; o curso servia apenas para complementar). Entre aqueles que declaravam urgência na criação de uma escola de jornalismo, as diferenças de opinião residiam em pormenores: quem deveria tutelar o ensino, como é que este deveria

[192] **Jornalismo,** n.º 5, 2.ª série, Setembro/Outubro de 1970, p. 30.

estar organizado, quem o poderia frequentar, etc.

Uma forma que se encontrou para debater o assunto foi expondo casos concretos do ensino do jornalismo noutros países. Estes exemplos serviam não só para expor alguns modelos, mas também para mostrar que os cursos de jornalismo já eram uma realidade praticamente por todo o mundo.

Em *Jornalismo* foi, ainda, possível, ficar a conhecer-se o I Curso de Jornalismo promovido pelo SNJ (1968), uma vez que quer o seu início, quer o seu término foram amplamente divulgados no boletim, bem como o Projecto do Ensino de Jornalismo em Portugal, que o Sindicato organizou em 1970. Instituir o ensino do jornalismo no país representava uma luta difícil mas a corporação acreditava ser capaz de contornar todos os obstáculos que iam aparecendo e vencer a batalha, como se dá conta em *Jornalismo*.

3.7. A teorização do jornalismo

Os jornalistas dos anos sessenta e setenta já teorizavam sobre o jornalismo, revelando, desta forma, uma certa preocupação em compreender a sua profissão. Em *Jornalismo* encontramos exemplos dessa mesma preocupação, em textos onde se teoriza sobre as diversas facetas do jornalismo.

Nuno Rocha é quem primeiramente aborda a questão, num texto onde discorre sobre o papel do repórter no jornalismo daquele tempo. Para o jornalista, "o repórter é o elemento ágil de ideias e de realização rápida, o homem que colhe os elementos no local do facto (…) e os reduz, depois, a notícia breve mas concisa ou à extensa e pormenorizada reportagem"[193]. Atente-se no artigo redigido por Nuno Rocha, cuja publicação na secção "Do exercício da profissão" do boletim *Jornalismo* aconteceu em Abril de 1967:

> Parece ser indiscutível que a Imprensa americana tem mantido, no decorrer da História do Jornalismo, um lugar de primeiro plano. (…) Não esqueçamos que os americanos se mantiveram, depois da descoberta de

[193] Nuno Rocha, O repórter no jornalismo moderno, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 21.

Gutemberg, quase sempre na vanguarda de todo o progresso relacionado com o jornalismo. E, ainda hoje, são eles que mantêm em funcionamento alguns dos maiores jornais e importantes agências de informação, sendo permanentes as suas inovações, principalmente no campo da técnica.

O papel desempenhado pela Imprensa como meio válido e significativo da estruturação das sociedades e das nações originou a transformação do próprio jornalista. Antigamente, este era definido como o indivíduo capaz de redigir artigos e de doutrinar. A informação propriamente dita estava contida no artigo mas não era, nunca, o móbil principal do jornalista. As condições de vida foram-se modificando e chegou o tempo apressado em que a informação passou a desempenhar dentro do jornal o papel principal. Nasceram, assim, os repórteres – profissionais tanto mais importantes quanto mais moderno é o jornal onde trabalham. O repórter é o elemento ágil de ideias e de realização rápida, o homem que colhe os elementos no local do facto – em esquecer um só – e os reduz, depois, a notícia breve mas concisa ou à extensa e pormenorizada reportagem.

Para traçar aqui o quadro da importância que o repórter desempenha no jornalismo moderno socorremo-nos do que, sobre o assunto, escreveu Fraser Bond, professor da Universidade de Nova Iorque, no seu volume "Introdução ao Jornalismo". "O repórter – diz ele – é o elemento essencial da recolha de notícias. Quer trabalhe num sector local, quer faça a cobertura de uma revolução no outro lado do mundo, a sua tarefa é a mesma: vai ao local do acontecimento e obtém a informação que compõe a reportagem. Às vezes, isto não é mais do que uma função de rotina, com perguntas e respostas; mas, noutras, requer inteligência, persistência e habilidade".

Melville E. Stone, antigo gerente da Associeted Press, afirmou por sua vez: "Um repórter inteligente é bem mais valioso do que um director inteligente". Mas voltemos ao Prof. Fraser Bond: "Se resumirmos – declara ele – a receita do que faz um bom repórter, podemos mencionar os seguintes ingredientes: boa educação básica, interesse pela vida; insaciável curiosidade; inteligência capaz de pensar claramente, a fim de escrever claramente; honestidade; confiança em si próprio; persistência capaz de o levar ao fim da reportagem; aparência agradável". E acrescenta: "O repórter é o único representante do jornal que entra em contacto com uma parte considerável do público e com esses contactos cria simpatia para o seu jornal. O repórter chega a conhecer grande número de pessoas

de todas as escalas sociais e, quando desempenha as suas funções com exactidão e honestidade, cria aquela simpatia sem a qual nenhum jornal pode, realmente, prosperar".

O panorama português neste aspecto é limitado tanto que, entre nós, a categoria de repórter é, ainda, infelizmente, inferior à de redactor, não só em vencimento como em hierarquia. É certo que, em jornais modernos e progressivos, ele começa a ser a mola real do noticiário e a sua acção impõe-se como merecedora de especial atenção, sendo quase sempre distinguido pelos chefes com os serviços mais importantes. As Administrações, por seu turno, também já conhecem o valor, hoje em dia, de um bom repórter.

Essas reflexões levam-nos a sugerir que, numa próxima revisão de contrato colectivo de trabalho, sejam reestruturadas as várias categorias profissionais, dando-se ao repórter um vencimento igual ao do redactor – quando, efectivamente, o repórter for capaz de redigir definitivamente uma notícia ou uma reportagem. Nesse caso, deveria reaparecer o repórter-informador (equiparado, em vencimento, ao repórter actual) cuja missão dentro do jornal seria a de auxiliar o redactor e o repórter ou, mais precisamente, elaborar pequenas notícias e trabalhos de expediente. De acordo com uma tal análise e perante a criação, dentro dos jornais modernos, de um lugar – o de redactor-paginador – as redacções deveriam ter a seguinte estrutura: Director; Director-Adjunto; Subdirector; Secretário-Geral; Chefe de Redacção; Subchefe de Redacção; Redactor_Paginador; Redactores e Repórteres; Informadores; Fotógrafos.

As categorias de redactor e de repórter ficariam, pois, totalmente equiparadas, uma vez que uns e outros redigem definitivamente: os primeiros sobre elementos que obtêm na redacção e os segundos com elementos colhidos no próprio local dos acontecimentos. Não se compreende por que motivo a categoria de repórter tem sido minimizada na Imprensa portuguesa e a sua personalidade profissional observada através de tão estreitos ângulos de visão. Na realidade, redactores e repórteres são as traves-mestras das redacções, logo a seguir aos diversos cargos de chefia, e estabelecer diferenças entre eles é iludir as realidades e não querer jogar na carta do futuro. Dir-se-ia, enfim, que sem ser repórter não se pode ser jornalista… Fraser Bond afirma que "o repórter aproveita as oportunidades que o emprego lhe oferece para observar o cortejo humano na sua marcha; para ver dos bastidores

> o drama da política; para por o dedo no pulso de uma grande cidade; e para, por assim dizer, obter aí o "passe de Imprensa" para a grande arena da sua profissão. Parece legítimo afirmar que a categoria de repórter é, verdadeiramente, o maior título de orgulho que um jornalista pode ambicionar.[194]

No mesmo número do boletim e na mesma secção, Eduardo Gageiro discute o lugar do repórter fotográfico nos concursos fotográficos, dizendo que esta não era a melhor forma de promover a valorização profissional deste jornalista:

> Pedem-me algumas considerações sobre a posição do fotógrafo profissional perante os concursos fotográficos. Direi, desde já, que o fotógrafo profissional português não parece encarar os concursos fotográficos como uma forma válida e útil de promover a sua valorização profissional. (…)
> Decerto que o panorama que em primeiro lugar se oferece ao profissional português em matéria de concursos é autenticamente desolador. O que deveria ser o mais aliciante dos prémios portugueses é aquele que é atribuído semestralmente pelo Secretário Nacional de Informação. Quanto a mim, este prémio não dignifica nem quem o conquista nem quem o atribui. O seu valor não ultrapassa a insignificância dos 1.500$00, o que bem justifica que a ele não concorram, por hábito, mais que dois ou três profissionais de Imprensa (sempre os mesmos), enquanto os restantes, se afastam de uma manifestação sem eco nem repercussão que nada significa seja para quem for.
> Ocorrem de forma bem diversa as coisas no estrangeiro. Na vizinha Espanha, a Direcção-Geral de Imprensa atribui um prémio anual de cinquenta mil pesetas para a melhor fotografia, publicada nos jornais do país e, além de muitos outros galardões, a Direcção-Geral das Belas Artes acaba de criar um novo prémio, este de quinze mil pesetas. Primeira daquelas entidades atribui, também, um prémio de cem mil pesetas para a melhor reportagem fotográfica.
> Paralelamente, um pouco por todo mundo se realizam centenas de concursos fotográficos, onde são expostos trabalhos dos melhores profissionais do mundo, representando não apenas uma excelente

[194] Nuno Rocha, O repórter no jornalismo moderno, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, pp. 21 e 22

> forma de contacto, como ainda a possibilidade de boas compensações materiais. Na Haia, por exemplo, realiza-se um concurso destinado apenas a profissionais cujos prémios ultrapassam os trezentos contos. Em S. Paulo, organizado pela Associação Internacional dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos (organismo filiado na UNESCO), os troféus atribuídos aos vencedores são em ouro puro. (…)
> Vejamos, ainda, um outro aspecto. É certo que as entidades e as agremiações portuguesas vivem sempre, inexoravelmente, assoberbadas com problemas de falta de dinheiro, sempre escasso para acorrer a despesas urgentes, raro sobrando para "voos mais altos". A dificuldade tem sido torneada em vários países com o recurso às grandes empresas industriais (no Brasil a Esso contribui com cinquenta contos para um prémio à melhor fotografia de Imprensa). Acredito sinceramente que seria viável fazer-se semelhante tentativa em Portugal.
> Perante o panorama que rapidamente fica exposto, que resta aos profissionais portugueses? Fecharem-se sobre si próprios, ignorarem os progressos alheios, a deixarem "correr o marfim" até que a esclerose recubra toda a sua obra?
> É o que a maioria dos profissionais portugueses se limita a fazer. Eu, porém, jogo na contrária. Sinceramente acredito que a minha frequente (e espero que continue a ser) presença nos certames internacionais tem valorizado de maneira sensível o conteúdo e a forma dos meus trabalhos. Se em Portugal houvesse um prémio que realmente prestigiasse a pessoa a quem é atribuído, se esse prémio correspondesse a uma autêntica consagração ao melhor repórter do ano, creio que as coisas se alterariam rapidamente.[195]

Também da secção "Do exercício da profissão" retiraram-se dois textos intitulados "Jornalismo radiofónico". Estes textos fazem parte de uma série de dois, escritos por Diamantino Faria[196], em 1967. O primeiro deles mostra que os sócios do Sindicato (e os leitores do boletim) se interessavam por esta especialização do jornalismo, numa época em que a rádio até já se havia afirmado, mas em que a televisão, por exemplo, ainda dava os primeiros passos. Sobre o jornalismo radiofónico diziam que era um meio de divulgar a informação, tal como a televisão ou o

[195] Eduardo Gageiro, O lugar do repórter fotográfico, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 22.
[196] Jornalista profissional e presidente do Núcleo de Rádio do S.N.P.T.R.

cinema, e que era necessário que todas as emissoras criassem redacções próprias e que os jornalistas deste meio de comunicação escrevessem as suas próprias notícias:

> Quando a Rádio ensaiava os seus primeiros e trementes passos, com o aparecimento, em diversos países, de estações emissoras que fugiam à inicial e exclusiva transmissão de curtas conversas, para oferecerem ao ouvinte música e outros motivos de interesse – a Imprensa sentiu-se ameaçada.
> Não faltaram os pessimistas a asseverar estarem contados os dias da Informação escrita, se fosse permitido à nova rival enveredar pelos campos tradicionalmente pertencentes ao jornalismo escrito.
> Poucos se aperceberam, de imediato, que a radiodifusão teria de ser um espectáculo informativo. E pela circunstância de sê-lo não iria prejudicar o colosso da Imprensa. A prática viria a demonstrar, mais tarde, que a novel arte coadjuvaria, eficazmente, os meios tradicionais da Informação.
> O jornalismo apareceu na Rádio – mau grado a grande oposição que lhe foi movida – em 1925, simultaneamente com os mais elementares espectáculos radiofónicos. (…)
> Se atendermos a que o jornalismo não é mais do que um meio de expressão, através de veículo determinado, somos forçados a admitir que na Rádio, como no Cinema, na Televisão ou em qualquer outra actividade que sirva para comunicar com o público, haverá sempre cabimento para a Informação.
> E a verdade é que a notícia tomou já posição inabalável na Radiodifusão, sem possibilidades de ser destronada da sua importância. O público procura – nas emissoras, como nos jornais, ou na TV – simultaneamente, distracção e informação. E não aceita uma divorciada da outra. (…)
> Entre nós, a Emissora Nacional foi (como era óbvio!) a primeira estação a reconhecer o interesse e as vantagens de montar redacções próprias para elaboração dos seus noticiários.
> As restantes radiodifusoras adoptaram o sistema, que ainda hoje se mantém – com honrosa excepção para o R.C.P. – de recortarem dos jornais o noticiário, lido, a horas certas, aos seus microfones. E fazem-no sem a elementar adaptação da linguagem escrita, nem sempre conforme com as necessidades da notícia oral.
> Se é verdade que aquele sistema em nada (está demonstrado!) pode prejudicar a Imprensa, já não é tão certo que não prejudique os

> jornalistas, na medida em que são espoliados de um trabalho de si pouco compensador. A notícia que um repórter de qualquer jornal fez para o seu periódico é, sem qualquer pejo, usada nas estações de Rádio sem a mínima compensação para o seu autor.
> A defesa mais primária dos direitos dos jornalistas neste campo levaria à obrigação de as estações radiofónicas comerciais, que à publicidade vão arrancar fortes proventos, terem redacções próprias que, em princípio, poderiam ser servidas por profissionais da Informação. Estes veriam ser aumentados os seus rendimentos, numa actividade afim da carreira que escolheram. (…)
> Qual seria a hipótese de se melhorar tal serviço? Julgamos que, em primeiro lugar, a entrega da orientação de tal sector a profissionais competentes da Informação. Em segundo lugar a Redacção… redigir, embora com base nos elementos cedidos pelas agências.
> De imediato, seria útil conseguir-se integrar no Sindicato Nacional dos Jornalistas o pessoal encarregado dos noticiários das estações emissoras, isso seria básico para uma selecção na admissão, fiscalização das actividades, etc.[197]

O segundo texto de Diamantino Faria foca, novamente, a necessidade de preparação própria que as redacções das rádios devem ter, apela para a necessidade de se organizarem cursos profissionais para jornalistas radiofónicos (insistindo, também, na urgência de se criarem cursos superiores de jornalismo) e insiste nas diferenças entre o jornalismo impresso e o jornalismo radiofónico.

> Jornalismo radiofónico é, hoje, em toda a parte, uma especialização da Informação. Não se compadece com amizades pessoais, nem com interesses particulares. Tem obrigações específicas, embora condicionadas aos interesses gerais. Por isso mesmo o jornalismo radiofónico necessita de uma preparação própria, que entre nós não tem, ainda – infelizmente! – concretização capaz, por falta de locais de aprendizagem.
> Não é raro os jornalistas falarem da necessidade de cursos profissionais, em todos os níveis de escolaridade, incluindo o universitário.
> Todos os países da Europa têm já os seus cursos superiores de Jornalismo.

[197] Diamantino Faria, Jornalismo Radiofónico, **Jornalismo**, n.º 2, Junho de 1967, p. 5-6.

> Nós continuamos no "dolce fare niente", nesta matéria. Embora haja, há alguns anos, um projecto elaborado para se fazer, numa escola superior da Universidade Técnica, algo do género. Por uma razão, ou por outra, o projecto jaz em gaveta hermética, sem qualquer despacho, favorável ou desfavorável.
> (…) o jornalismo radiofónico é especialização. A notícia destinada a ser emitida não pode, de nenhuma maneira, apresentar parecenças com a que tem por finalidade a publicação em jornais. A *massa* a que se destinam, uma e outra, é a *mesma*, mas condicionada por situações e reacções diferentes…
> Enquanto o leitor é pessoa em princípio predisposta a *digerir* a notícia, com um máximo de pormenores; de concentração inteiramente fixada no escrito – o ouvinte está, normalmente, a fazer qualquer outra coisa, enquanto escuta o noticiário.
> É natural, pois, que a técnica seja completamente diferente na elaboração da nova, escrita ou falada. (…)
> Na Rádio tudo tem que ser resumo!
> Exigem-nos as condições da *massa* auditiva; o tempo que ali, mais do que em qualquer outro sítio, é dinheiro; e o próprio ritmo da vida moderna, que não se compadece com delongas.
> (…) um curso de jornalismo que venha a instituir-se não poderá alhear-se da necessidade de pensar, também, no sector da Informação radiofónica. Esperemos que os responsáveis o não esqueçam.[198]

Na sua terceira saída a público, o boletim publicou um artigo denominado "Os Universitários e a Imprensa" onde apresentava as conclusões de um inquérito realizado pelas direcções-gerais da Juventude Universitária Católica e da Juventude Universitária Católica Feminina sobre a opinião dos universitários sobre a Imprensa diária portuguesa. Através dos resultados ficou-se a saber quais eram os hábitos de consumo jornalístico de uma parte da população portuguesa, nomeadamente os jornais mais lidos e apreciados pelos universitários, bem como os menos lidos. A divulgação deste estudo, em *Jornalismo*, revelou-se pertinente, pois aproximava os jornalistas do mundo universitário:

[198] Diamantino Faria, Jornalismo Radiofónico, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 8.

Jornais mais lidos e apreciados pelos universitários:
a) Jornais Diários de Leitura Habitual (…)
– Jornais mais lidos: *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *Diário de Lisboa* e O *Primeiro de Janeiro*;
– Jornais menos lidos: *A Voz*, *Diário do Norte* e *Diário da Manhã*.
Na análise desta questão é importante ter em conta que certos jornais, pelo facto de se publicarem numa dada cidade, têm muito maior expressão nessa cidade e respectiva região (…).
Têm maior expansão em Lisboa: o *Diário de Notícias*, *O Século*, o *Diário de Lisboa*, o *Diário Popular*, o *Novidades* e o *Diário da Manhã*. O *Diário de Notícias*, por exemplo, que é o diário com maior percentagem de leitores no conjunto e no meio universitário lisboeta, conta menos leitores, entre os estudantes de Coimbra e do Porto, do que *O Primeiro de Janeiro*, ou até outros jornais da capital, como o *Diário Popular* ou o *Diário de Lisboa*; estes certamente beneficiam do seu carácter vespertino que lhes evita a concorrência dos mais importantes periódicos nortenhos.
O Primeiro de Janeiro tem maior auditório em Coimbra e evidentemente no porto do que o *Diário de Notícias*. (…)
Dois casos análogos: o *Comércio do Porto* e o *Jornal de Notícias*, cujos leitores se encontram em absoluta maioria no Porto.
Se, de um modo geral, os rapazes lêem habitualmente os jornais, em percentagens mais altas, alguns diários alcançam, no entanto, maior audiência no público feminino universitário: assim acontece, por exemplo, com *O Século* ou o *Novidades*.
Ao invés, o *Diário de Coimbra*, a *República*, o *Comércio do Porto*, o *Jornal de Notícias* e o *Diário da Manhã* agregam um maior número de leitores masculinos. (…)

b) Jornais Diários Mais Apreciados (…)
Conclui-se, para o conjunto de universitários (…) que, não obstante as diversas preferências regionais dos jornais, os jornais mais apreciados são: *Diário de Lisboa*, *Diário Popular*, *O Primeiro de Janeiro* e o *Diário de Notícias*.
As raparigas preferem, no entanto, o *Diário de Notícias*, enquanto os rapazes manifestam maior apreço pelo *Diário de Lisboa*, *O primeiro de Janeiro* e *Diário Popular*.
Os jornais favoritos dos universitários de Coimbra são: *O Primeiro de Janeiro* e *Diário Popular*. Em Lisboa, os estudantes preferem, no

> conjunto, o *Diário de Notícias* e o *Diário de Lisboa*; no caso dos rapazes: *Diário de Lisboa* e *Diário de Notícias*; e, no caso das raparigas: o *Diário de Notícias* e o *Diário Popular*. Finalmente, no Porto, os estudantes manifestam-se a favor do *Primeiro de Janeiro* e do *Comércio do Porto*.
> A preferência por certos diários sofre algumas alterações entre os alunos dos primeiros e últimos anos.
> Na realidade, nos primeiros anos, os rapazes gostam mais do *Diário Popular* e do *Primeiro de Janeiro* e as raparigas do *Diário de Notícias* e do *Diário Popular*. No conjunto, para os dois primeiros anos, as preferências resultam em favor do *Diário Popular* e do *Primeiro de Janeiro*. (…)
> Para o conjunto dos alunos que frequentam os anos mais avançados, os dois jornais favoritos são: o Diário de Lisboa e o Primeiro de Janeiro.
> (…) a secção dos jornais diários que mais interessa o conjunto dos universitários é o *noticiário estrangeiro* (47,1%), logo seguida da relativa às *notícias da vida política nacional* (28,3). (…)
> A atitude dos universitários sobre a matéria diferencia-se significativamente segundo o sexo, sendo de salientar os seguintes aspectos:
> – para além do interesse dominante pelo *noticiário do estrangeiro*, os rapazes procuram acompanhar *as notícias relativas à vida política nacional*, *actualidade internacional* e ao *desporto*; diferentemente, as raparigas dão maior relevo às secções de *arte e letras*, *página feminina* e aos *passatempos*;
> – as raparigas situam em vigésimo e último lugar, dentro das suas preferências, as páginas de *economia* que, no entanto, atraem uma percentagem considerável (11, 9%) do sexo oposto, em contrapartida, como é natural, os rapazes quase que não lêem as páginas femininas. (…)[199].

Este estudo permitiu que os jornalistas percebessem de forma mais clara o mundo universitário, no que às suas leituras jornalísticas diz respeito, ao mesmo tempo que os aproximava de uma realidade que eles próprios desejavam conhecer: a universidade.

No mesmo ano, 1967, Pedro Alvim questionava, procurando, ao mesmo tempo, informar, os leitores de *Jornalismo* acerca do que era um

[199] Os universitários e a imprensa, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, pp. 18, 19 e 20.

"parágrafo noticioso". Fazia-o, diferenciando este do parágrafo literário. E aproveitava, ainda, para criticar o facto de, na imprensa portuguesa, se recorrer, com frequência, a parágrafos literários em detrimento dos noticiosos:

> Qual destes parágrafos noticiosos se pode considerar de feição jornalística moderna: *a)* ou *b)*?
> a) Toda de negro vestida, a pobre mãe só tinha um grito na boca, um grito que comovia até às lágrimas quem o escutava: "Meu filho, rico filho da minha alma que te não torno a ver!" o inocentinho jazia por terra, ensanguentado, com a boquita ainda aberta num sorriso. "Parece dormir" – comentou uma costureirinha com lágrimas nos olhos. A chegada da ambulância pôs termo a tão lancinante cena.
> b) Quando a ambulância chegou, a mãe, uma mulherzinha de negro, chorava sobre o corpo do filho, rodeada pelos circunstantes.
> Nós diremos que *b)*.
> E porquê?
> Porque é sintético, se encontra isento de qualquer lamechice e funciona qual uma imagem na mente do leitor. A sua economia de meios provém da utilização de palavras que se podem considerar básicas, idênticas sempre, mas noticiando sempre coisas novas: *quando, ambulância, mãe, filho, corpo, circunstantes*.
> Mas não se encontrará no período a chamada *nota humana*, aquela observação de momento que emociona o leitor? Encontra-se, sim: *uma mulherzinha de negro*.
> Que reparos nos deve merecer o parágrafo *a)*?
> Os seguintes: 1) é literário; 2) é desonesto; 3) é popular no pior sentido da palavra.
> *Literário*? Sim: "toda de negro vestida", "tinha um grito na boca", a exclamação da mãe, "a boquita ainda aberta num sorriso", o comentário da costureira.
> *Desonesto*? Também: a "costureirinha com lágrimas nos olhos" não se encontrava, certamente, no local do acidente. Trata-se de um elemento falso, exigido pela construção literária da notícia.
> *Popular no pior sentido da palavra*? Nem mais: transforma uma notícia numa história melodramática.
> Atente-se, finalmente, que há um período que desequilibra a pretensa beleza literária de todo o parágrafo: "A chegada da ambulância pôs

> termo a tão lancinante cena." E porquê? Tão-só porque se trata de uma frase verdadeiramente noticiosa, embora com um pequeno senão – o adjectivo lancinante.
> Quando será que, na nossa Imprensa, o parágrafo noticioso vencerá, em definitivo, o parágrafo literário?[200]

O modo como certos textos jornalísticos deviam ser escritos, que tipo de palavras ou frases deviam usar, tudo no interesse de captar e manter o interesse do leitor, eram assuntos que efectivamente motivavam a reflexão por parte dos responsáveis e colaboradores de *Jornalismo*. Em Junho de 1967, no boletim n.º 2, fizeram-no através da republicação de um texto de Ken Graham Thomson[201], intitulado "Questões de estilo", onde se analisavam essas mesmas questões.

> Os jovens jornalistas e os correspondentes regionais deveriam tomar nota das observações do sr. Neal acerca da dramatização excessiva (…).
> "(…) Uma regra geral para toda a reportagem é que deve ser simples e concisa, feita de frases curtas e incisivas. O interesse do leitor diminui rapidamente, quando nas notícias estão disseminadas demasiadas coisas fora de propósito e quando a narrativa se afasta do tema central e adquire a aparência de não conduzir a parte alguma.
> Há momentos em que é preciso ter em conta que a qualidade é mais importante do que a quantidade." – Excerto do livro "Livro de estilo tipográfico" de J. A. Neal
> O livro dá algumas pequenas regras sob os títulos "Jamais" e "Sempre". Eis alguns "jamais": não começar nunca uma frase por um número em cifras; escrevei, por exemplo, "dezasseis anos depois" e não "16 anos depois". Nunca se deve dizer que "abandonou esta vida", ou "deixou de existir" – morreu, simplesmente. Não escreveis nunca "um recorde de todos os tempos", porque, salvo opinião em contrário, um recorde

[200] Pedro Alvim, O parágrafo literário e o parágrafo noticioso, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 9.

[201] Jornalista inglês que trabalhou no "World's Press News" sob o pseudónimo de "Dr. Syntax". Nesta altura, já havia abandonado a profissão, mas continuava a ocupar funções na Associação da Imprensa da Grã-Bretanha, onde, há vinte e um anos, era secretário-adjunto. Também por esta altura havia sido nomeado sócio honorário da National Union of Journalists, da qual era membro há quarenta anos. Ocupava-se, no momento, com os problemas da técnica do jornalismo, escrevendo uma série de artigos sobre o assunto.

> deve ser de todos os tempos. Da mesma forma, não deve escrever-se "absolutamente pela primeira vez", pois é suficiente "a primeira vez".[202]

Reflectir sobre a sua profissão, sobre a sua classe estava, como já se verificou, enraizado na classe jornalística portuguesa. Reflectir sobre o jornalismo radiofónico, sobre telejornalismo (que dava os primeiros passos), ou sobre questões de estilo do jornalismo impresso mostrava que diferentes géneros já se haviam imposto e que os jornalistas tinham noção disso. Além do mais, estes mesmos jornalistas começavam a perceber que cada género requeria um tipo de profissional, um tipo de texto e outras singularidades. O jornalismo especializado, a sua pertinência e a sua necessidade começavam a ser debatidos. Nuno Teixeira Neves, em 1967, abordou a questão, num artigo intitulado "Jornalismo especializado ou a dignificação pela honestidade", publicado no boletim n.º 3, na secção "Do exercício à profissão". Dizia o jornalista que o jornal era para todos mas que nem todos podiam fazer o jornal, e que o jornalismo dependia, essencialmente, da prática e do interesse. Defende, acerrimamente, a especialização dos jornalistas:

> O jornal é feito para toda a gente mas não é toda a gente que faz o jornal. Aqui, como no resto, democracia diz respeito a direitos e não a competências. Qualquer homem deve poder falar através dos jornais: isso justifica entrevistas e inquéritos, as "cartas ao director". Mas o jornalismo é outra coisa. Também não é um dom, uma inspirada flama, uma "vocação". Sujeito à lei das aptidões (aliás, muito plásticas e dependentes dos mais variados factores, e de efeitos anuláveis por livres e imprevisíveis escolhas), depende, no entanto, e acima de tudo, de saber e prática, além de interesse. Conhecimento e técnica combinam-se, inextricáveis, neste mister, embora em proporções diversas conforme os ramos. Porque há ramos em jornalismo, convém dizê-lo desde já, repeti-lo muitas vezes, gritá-lo até, se preciso. Os "faz-tudos" aqui, como no circo, só serviriam para encher as lacunas. Há ramos, pois. E o jornalismo de "mera informação" é também uma especialidade. Aí, a técnica adianta-se ao saber, mas isto é mais aparência do que realidade. Porque cada um verá, conforme saiba e, como for o espírito, a formação

[202] Ken Graham Thomson, Questões de estilo, **Jornalismo**, n.º 2, Junho de 1967, p. 25.

do indivíduo, assim será, cheia ou pobre, viva ou mortiça, esclarecida ou ingénua, a usa percepção dos acontecimentos. É "mera informação" porquê? Se há algo de limitativo, não é no trabalho de informação em si. Esse pode ascender aos mais altos cumes da glória profissional, e há reportagens que são autênticas obras-primas, e opções de heroísmo, indivíduos que pagam com a segurança ou a vida o zelo honroso de informar bem e honesto.

Mas isto requer ainda novas precisões. Porque também (e sobretudo) os factos se "ramificam". Há várias categorias de factos. A sua exacta percepção exige ordens diversas de saberes. (…)

Já ouço algumas objecções. Dirão que confundo o mister do jornalista, varanda aberta para o geral, com a responsabilidade particularizante do técnico ou do perito. Eu sei. Há o papelinho a explicar tudo, o papelinho que nos distribuem quando vamos onde não percebemos nada, ou que nos remetem para a Redacção. Há sempre esse recurso, que os "entendidos", gente mais graúda e de melhor casta, gente bebendo do fino, estende, entre autoritária e piedosa, a uma pobre casta de tipos inferiores. Se o papel contenta os jornalistas e quem os manda, se esperam dele tudo e não o reduzem a mero recurso auxiliar, se aceitam estar ali o eterno refúgio duma impreparação também aceite, seja. Mas causa pena.

Pena que uma classe autorize, por abulia a preguiça mental, ou se sinta compelida a autorizar que lhe imponham uma noção degradada do que sejam factos. Um positivismo inferior, de superfície, reserva apenas, aos jornalistas, a afloração mais fácil doa acontecimentos. Dali para cima, já o sapateiro não pode subir, como na célebre anedota de Apeles. Rebenta uma bomba em Paris, em Rabat ou em Hong Kong – sim, isso é com o jornalista; mas explicar o porquê, apurar o condicionamento dos factos, isso não, isso é com os especialistas na matéria, talvez apenas com os políticos encartados. Ou não interessa sequer, ou metem-se colaboradores de fora, ou vem o tal papelinho. Ora a dignidade do jornalista acompanha a dignidade da noção dos factos. O profissional de Imprensa valerá o que valer a informação a que tem acesso. Um acesso que depende em parte dos outros e em parte de si mesmo. Que é uma questão de liberdade mas também de competência.

Em nível sério, toda a informação tem que ser especializada. Aliás, a "mera informação", ao nível dos olhos e dos ouvidos, sensorial apenas, é hoje fornecida ao público, e com muito mais vantagem, inclusive rapidez, pela TV. Aí o facto, em sua configuração sensível, vai directamente

ao encontro do espectador. Eis porque já sucede esperarem certas personalidades meia hora e mais pelos operadores da televisão, antes de iniciarem importantes actos públicos, coisa inconcebível para "simples jornalistas". O que até está certo. Lamentável apenas não podermos ir, em tantíssimos casos, mais fundo do que a TV. Impossível nos é, aí, reactualizar nossa função. Passar do aparente para o autêntico, do sensível para o racional, dos efeitos para as causas, da mediocridade para o trabalho útil e esclarecedor.

Este vício de espírito (…) degrada, em qualquer parte que seja, uma boa fracção do jornalismo noticioso, e estendeu-se, entre nós, mercê de causas específicas, a muita da actividade redactorial aqui praticada. (…) Pensa-se que o jornalismo é um modo especial de abordar todas as coisas, sejam elas quais forem; que a especialização do *sujeito* não implica opções acerca da categoria do *objecto*. Daí o "enciclopedismo da ignorância", a menoridade intelectual e social duma profissão, o epíteto, tão ofensivo e injusto como explicável, de "rapazes", com que tanta gente "importante" ou que pretende sê-lo, simula familiaridade com (ou posse sobre) os jornalistas. Daí esta coisa vexatória, e que sucede até a profissionais já passantes dos 40 anos de idade, de serem felicitados, uma ou outra vez, por não terem falhado ou confundido o tema de um qualquer artigo, notícia ou reportagem.

Desenganemo-nos: hoje em dia, só é possível enciclopedismo em nível de ignorância e irresponsabilidade. Se a Imprensa deseja ser uma coisa séria tem que optar pela especialização. O senso comum, chamemos-lhe embora bom senso, não serve hoje em dia de coisa nenhuma. (…) Quantos disparates não temos escrito, muitos de nós, por abordarmos problemas estranhos, confiados apenas em nosso bom senso. Ausculte cada um a sua própria consciência. (…)

Enquanto o público não exigir mais do que factos superficiais, a especialização não será urgente, admito-o, embora seja aconselhável ir supondo que as capacidades não permanecem tão gerais e indistintas como se supõe nem as "vocações" tão independentes do saber e da experiência. Mas o público não é tão estúpido como muitas vezes o supomos. Aliás, a sua cultura e as suas exigências aumentam de ano para ano. E, de resto, há vários públicos. E, de entre eles, alguns, e já numerosos, verdadeiramente críticos e desenganados. Se soubéssemos tudo o que se diz do nosso trabalho, andaríamos, muitas vezes, com as orelhas rubras. Sim, nestes últimos dez ou quinze anos, operaram-

> se algumas transformações mentais no nosso país, não muito amplas, pequenas mesmo, mas com dimensão suficiente para não nos devermos deixar cair no erro de supor que as nossas faltas ficam agora tão impunes como outrora. E o público não se esforça muito com ser justo, até ao pormenor, no apuramento das alheias culpas. Reconheçamos, de resto, que isso não tem excessiva importância para ele.[203]

No mesmo número de *Jornalismo*, José Manuel Pintassilgo fala na necessidade de se criar um corpo de correspondentes de guerra (de jornalistas) e pede ao Sindicato que se debruce sobre o assunto, para que todas as notícias relacionadas com episódios bélicos possam primar pela verdade e pelo rigor dos factos (o que, dada a forma como as notícias de guerra corriam, na época, nem sempre acontecia). O texto intitula-se "Correspondentes de guerra":

> Quer dizer, estamos com seis anos e meio de luta nacional [guerra colonial] e não formámos ainda um corpo de correspondentes de guerra (…).
> A informação das três frentes de batalha continua a ser dada por lacónicos comunicados de quartel-general ou, às vezes, por uma série de reportagens, feita quando e como determinam as respectivas empresas jornalísticas. Estará isso certo?
> Não seria altura de se formar um corpo de correspondentes de guerra, em parte pago pelas empresas e em parte subsidiado por quem de direito? (…)
> Aqui está uma missão que entregamos à Direcção do Sindicato, sabedores de que um jornalista português não pode pensar de maneira diferente. Mussolini tinha o cuidado de só deixar formar jornalistas fascistas. No nosso caso é bem diferente; basta serem portugueses.[204]

A paginação o modo como esta deve ser feita também foi motivo de reflexão por parte dos jornalistas do Sindicato. Aproveitando um texto baseado em apontamentos de um curso dado por um técnico da UNESCO, Georges Galipeau, no Centro de Estudos de Ciências e

[203] Nuno Teixeira Neves, Jornalismo especializado ou a dignificação pela honestidade, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, pp. 7 e 8.

[204] José Manuel Pintassilgo, Correspondente de guerra, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 8.

Técnicas de difusão, na Universidade de Dacar, intitulado "Notas sobre técnica – Princípios de paginação", publicado inicialmente num boletim da Federação Internacional de Imprensa e republicado no boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas, em Outubro de 1967, os autores de *Jornalismo* aproveitaram para expor o assunto, esperando que as ideias partilhadas fossem profícuas.

> Qualquer que seja o estilo preferido, existem certos princípios que devem ter-se sempre em conta na boa paginação. São, em resumo:
> 1 – A paginação de um período popular deve causar *impressão*, quer dizer, deve *chamar* a atenção do leitor. Isto é especialmente importante no caso da concorrência entre vários periódicos, pois a apresentação, sobretudo da primeira página, pode concorrer para o aumento da venda. Não confundir, no entanto, *impressão* com *sensação*. Podem fazer-se páginas atraentes, sem deixar de respeitar a escala de valores.
> 2 – A paginação deve ser funcional, ou seja, com uma simples vista de olhos o leitor deve dar-se conta da importância relativa de cada notícia.
> 3 – Como toda a obra de arte, a paginação deve ser *equilibrada*. É evidente que se um determinado espaço da página aparece sobrecarregado com ilustrações e grandes títulos, e o restante apresenta apenas títulos e texto, o resultado será desagradável, até para um profano na matéria. (…) Este [o paginador] é essencial. Sem necessidade de regras, só por instinto, o paginador colocará uma gravura num lado, equilibrando-a com outra no outro lado da página, ou com um texto em corpo maior e dentro de caixa, se não tiver mais gravuras. (…) Em resumo: o paginador deve considerar a página como o arquitecto como a fachada da casa que vai construir, numa total liberdade de concepção que requer, no entanto, certo *equilíbrio*.
> 4 – A paginação deve ser *variada*, de um dia para o outro e de uma página para outra, mas dentro de um mesmo estilo, para não desorientar o leitor.
> 5 – A paginação deve ser *ordenada*: que o leitor não tenha a impressão de que a página é um amontoado de notícias. As notícias devem estar agrupadas, sempre que possível, por temas. (…)
> 6 – A paginação deve ser *arejada*, quer dizer, não demasiado densa e apertada. Neste aspecto há que recordar que o espaço em branco é tão importante como o espaço com impressão.
> 7 – A paginação deve ser *atraente*, posto que é uma obra de arte que

deve agradar.[205]

A procura de definição e caracterização de um estilo jornalístico também levava os jornalistas portugueses a tecerem reflexões, na tentativa de encontrarem aquele que melhor se adequava ao jornalismo luso, ou então, simplesmente a percebê-lo. Muitas vezes, a republicação de artigos de autores estrangeiros nas páginas de *Jornalismo* servia esse propósito, ou seja, dar a conhecer ideias partilhadas e defendidas pela classe jornalística de Portugal, utilizando exemplos do que acontecia noutros países ou usando investigações ou simples ideias já estudadas por outros autores. Neste acaso concreto, é republicado o artigo "O estilo jornalístico" de Philippe Gaillard, retirado do volume *Précis de Journalisme – Le Reportage*, editado pelo Instituto Internacional de Imprensa, na edição n.º 5 de *Jornalismo*, de Dezembro de 1967. Nele, alude-se às particularidades que o estilo jornalístico comporta e enumeram-se algumas das principais características a que deve obedecer: ser concreto, preciso e vivo. Porque jornalismo não é retórica!

> O estilo jornalístico tem algumas particularidades. A primeira é a simplicidade, exigido pelo nível médio de instrução do público, dos leitores, e que também é quase necessária num jornal destinado a intelectuais. Estes últimos, quando folheiam o seu diário, não desejam fazer um esforço particular de compreensão.
> O americano Flesch, depois de uma série de testes "descobriu" que a compreensão de um texto por qualquer público é função da frequência média das palavras utilizadas na linguagem quotidiana, por um lado, e no texto, por outro lado, assim como na brevidade dessas palavras e das frases que elas compõem. Pões esta fórmula em equação, introduzindo-lhe parâmetros e coeficientes, mas tudo isto não resulta mais do que aquilo que os bons jornalistas compreendem há muito tempo: (…)
> – Se pretendeis fazer claramente compreender ao maior número de leitores um longo período de um orador, não hesiteis: cortai cinco ou seis frases… e tentai fazê-lo em linguagem tão brilhante como a do original, mas em estilo jornalístico.
> O principiante tem muitas vezes dificuldade em adaptar-se, sobretudo

[205] Georges Galipeau, Notas sobre técnica – Princípios de paginação, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, pp. 2 e 3.

quando acaba de terminar o seu curso secundário, ou veio do ensino superior. Leu Saint-John Perse e admira a utilização precisa… e preciosa das palavras raras. Destila amorosamente os substantivos rebuscados, ou mesmo arcaicos, nas suas dissertações.

Esta prática terminou, e deve compreendê-lo rapidamente ou mudar de profissão. Quer gostemos, quer lamentemos, o jornalismo não é retórica. Quando se entra numa sala de redacção, é necessário deixar Proust no vestiário. Isto não impede que o retomemos à saída e que "busquemos o tempo perdido" em sua companhia, quando regressamos a casa. Daí tiraremos boas lições. Pelo menos de observação.

O jornalismo não é literatura e a primeira finalidade da redacção jornalística não é artística: é de informar o melhor possível. Mas se por acréscimo se lhe dá arte, o leitor não se queixará.

Os dramaturgos clássicos impunham-se o quadro estrito da regra das três unidades; a sua arte não ficou prejudicada, antes pelo contrário. O nosso quadro de simplicidade não é esterilizante. Nada impede aqueles que têm talento de o desenvolverem, e isso pode mesmo ajudá-los. (…)

Concreto, Preciso…

Simplificar o estilo não é simplificar ou esquematizar o relato do acontecimento. Longe de ser inimiga da precisa, a simplicidade é sua auxiliar. Um estilo nobre, oratório, sonoro, conduz naturalmente o autor a deixar-se conduzir pelas palavras, a negligenciar o seu tema, a distrair-se. Uma frase elementar (um sujeito, um verbo, um objecto) e palavras concretas (substantivos) obrigam a limitar a questão com rigor.

Este rigor é a preocupação constante do jornalista. Mostre uma cena, ou descreva uma acção, ele esforça-se por ser concreto, objectivo. Isto pode não querer dizer que rejeite as suas impressões, mas não tem que desenvolvê-las quando as analisa. Se a descrição for bem feita levará o leitor a sentir por ele próprio as impressões que o teriam penetrado se fosse testemunha do acontecimento.

A melhor reportagem é aquela que não oferece ao leitor a menor ideia feita, a mais pequena síntese, mas que o conduz, discreta e firmemente, a fazer essa síntese, por um trabalho simples e pessoal, a partir dos factos. (…)

De outra maneira, mesmo se cada facto, cada elemento, tiver sido escolhido pelas suas qualidades próprias, o seu interesse, o seu pitoresco, mas sem ser ordenado em função dos outros e da sua totalidade, a

reportagem será infiel, apesar de as suas partes serem autênticas.
O jornalista cuida, pois, da precisão, sobretudo pela escolha judiciosa das palavras, mesmo nos pormenores.
Relatando um jantar oficial, não escreve: "Magníficas flores ornamentavam o centro da mesa". Tal frase só serve para encher; manifestamente, o jornalista procura entender. Não fornece nenhuma informação, porque há sempre flores sobre a mesa de um jantar oficial. É o contrário que, pela sua raridade, seria uma informação. O chefe de redacção atento cortará esta passagem. Mas não a corrigirá. Não pode inventar os pormenores que escaparam ao repórter. Este, se ignora o nome das flores em questão, deveria ter-se informado e escrever: "um ramo de rainúnculos orna o centro da mesa e pétalas de camélias juncam a toalha branca". (…)
A grande regra da redacção jornalística é cada frase, quase cada palavra, deve conter um elemento de informação. Tudo o resto é para cortar impiedosamente, ou para transformar.
É verdade que nem tudo é concreto em todos os assuntos que o jornalista deve tratar. Mas o seu estilo pode sempre sê-lo. Basta-lhe ilustrar uma informação abstracta pelas suas consequências concretas, recorrer às imagens e às comparações.(…)
É sempre fácil, com um pouco de prática, encontrar imagens apropriadas. É necessário, no entanto, procurar que não sejam ambíguas. Pode evocar-se a tartaruga a propósito de uma caravana de campistas, pensando na casa que se muda com os seus habitantes. Mas, queiramos ou não, fazemos ao mesmo tempo surgir a ideia da lentidão no espírito do leitor.
É necessário também evitar as imagens estabelecidas, e de uma maneira geral todos os "clichés" que se empregam maquinalmente. Um bom velho "cliché" de tempos em tempos – "a cadeira abria-lhe os braços", "corria como se tivesse asas" – não é forçosamente mau. Mas, atenção, é necessário reflectir. Para retomarmos o exemplo das flores do jantar, o repórter poderia ser tentado a escrever que perfumavam a sala, mas os rainúnculos e as camélias são inodoros…
Finalmente, as imagens devem ser coerentes. O absurdo domina-nos facilmente se não tivermos cuidado. (…)

… E vivo

Podemos dispor de uma excelente notícia, construí-la cuidadosamente, redigi-la num estilo simples e concreto… e no entanto fazer um

> artigo aborrecido. Porque não fizemos reviver verdadeiramente o acontecimento. A informação não é a autópsia dos factos, é ressurreição. O estilo deve fazer esquecer ao leitor o seu ambiente habitual e transportá-lo ao cenário dos factos que se relatam. Trata-se, digamos, de escrever de uma maneira viva.
> A simplicidade e a precisão são já bons ingredientes de um estilo vivo. A ablação dos adjectivos, das conjunções e dos pronomes relativos aligeira a escrita e evita pesos mortos. Mas é insuficiente. Não é mais do que a preparação do cadáver antes da ressurreição.
> O jornalista, tanto quanto possível, não conta a notícia. Fá-la ver, entender e sentir. Exprime-se no presente, o tempo activo por excelência, sempre que puder. Basta, para compreender a importância desta regra, reescrever no presente qualquer artigo que estava no passado, e comparar: (…)
> Quando foi testemunha de um acontecimento de certa importância, o repórter torna o seu artigo mais vivo se o redigir na primeira pessoa. Ele faz, assim, que o leitor se identifique com ele, que veja com os seus olhos, que ouça com os seus ouvidos, que sinta como ele as cotoveladas da multidão.
> Os únicos limites deste processo: empregado por sistema acaba por fatigar e não pode ser utilizado quanto a acontecimentos de menor importância. Relatar desta forma um banal acidente de circulação seria pretensioso e grotesco.
> É então possível – e aconselhável – fazer intervir a primeira pessoa, sem se meter a si próprio em cena, numa das partes do artigo: dando a palavra aos protagonistas e às testemunhas. Também neste caso podemos reescrever e comparar: (…)
> Não é preciso ir tão longe, no que respeita a citações deste género "para falar verdade". É preciso, evidentemente, velar para que não seja dado a um camponês o estilo de um professor de Letras, mas demonstra mau gosto deixar deslizes de gramática numa citação, seja ela qual for. Salvo, no entanto, se eles são cometidos por um recém-formado em Letras, entrevistado após ter defendido tese. Esses deslizes são, neste caso, um elemento pitoresco da notícia e nela surgirão entre aspas.[206]

A reflexão sobre os jornais e as notícias atingia não só aspectos gerais dos mesmos, mas também aspectos mais específicos. Um desses focos

[206] Philippe Gaillard, O Estilo Jornalístico, **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, pp. 2 e 3.

incidiu sobre o *lead* e a sua pertinência e importância numa notícia. Diz-se, logo de início, procurando, de certa forma, justificar a discussão sobre o assunto que "o *lead* é umas das primeiras regras ensinadas ao candidato a jornalista, em qualquer escola de jornalismo e em qualquer país".[207]

A discussão sobre o *lead*, em *Jornalismo*, fez-se através da republicação de três artigos, de três autores diferentes, de modo a colocar em confronto diferentes pontos de vista sobre um mesmo assunto: Ismael Herraiz, que foi director do *Arriba* e adido de Imprensa da Espanha em Portugal (El Periodismo – teoria e prática, Editorial Noguer, Barcelona, 1960); dr. Domenico Gregório, (publicado em "Metodologia del Giornalismo", edição do Instituto Italiano di Pubblicismo, Roma, 1960) e Luís Amaral, formado em Direito pela Universidade do Distrito Federal e actualmente de *O Jornal* e do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro (extraído de "Jornalismo – matéria de primeira página", Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1967).

Ismael Herraiz começa por apresentar as perguntas típicas a que deve responder um *lead* e refere que, por norma, uma notícia está completa quando isso acontece. Alerta, no entanto, para o facto de nem todas as notícias fornecerem respostas ou dados para tal.

> Ismael Herraiz:
> "O QUANDO e o ONDE nunca devem faltar"
> (…) o que é que interessa ao leitor neste acontecimento? O sistema norte-americano responde com a seguinte simplificação: o quê, quem, quando, onde, como, porquê. A fórmula prática, pois, para converter um acontecimento em notícia, é situar-se perante ele e perguntar: o quê? (o que aconteceu?), quem? (qual, ou quais, os autores?), quando?, onde?, como? e porquê? (quando, onde, como e porque aconteceu?). (…)
> Estas seis perguntas [chamadas as "seis W", porque em inglês contém tal letra que figura como inicial em cinco delas (what?, who?, when?, where? how?, why?)], exigem, efectivamente, não só a indicação do feito e do seu autor, mas também as circunstâncias que são necessárias ao conhecimento completo, segundo exigências que podem considerar-se como mínimas para o Jornalismo. Uma notícia é, sob um ponto de vista elementar, completa quando, como resposta a tais perguntas, nela

[207] Três exposições sobre o "lead", **Jornalismo**, n.º 6, Fevereiro de 1968, p. 10.

> figuram o acontecimento em si, o autor e as circunstâncias de tempo, lugar, modo e causa em que ocorreu. Sem entrar noutros pormenores com respeito a estes seis elementos primários da notícia, esclareçamos que o sujeito (o "quem") tem extensão gramatical: pode ser o homem, singular ou plural, qualquer outro ser, animado ou inanimado, ou os factores naturais.
> Não é preciso que em toda a notícia figurem os seis ou sete elementos (outros autores acrescentam o para quê?). Por vezes, alguns deles podem ser supérfluos. No entanto, o "quando" e o "onde" nunca devem faltar.[208]

Domenico Gregório refere a importância de que se reveste a ordem pela qual se vão apresentando os factos, numa notícia, e fornece algumas sugestões sobre como a elaboração de uma notícia pode ser feita, chamando à atenção para a importância do lead.

> Domenico Gregório:
> "O sistema oferece vantagens"
> De enorme importância na elaboração da notícia é a eleição da ordem com respeito à qual se dispõem os seus vários elementos.
> O acontecimento ou acontecimentos podem ser contados: a) na ordem cronológica em que ocorreram; b) na ordem emotiva em que seriam narrados por um espectador que houvesse sido testemunha ocular (sistema da "pirâmide invertida"); c) começando por o momento ou aspecto culminante ou mais emocionante (como nalguns guiões cinematográficos) e seguindo para diante, de modo que se vá revivendo o acontecimento precedente e logo os seus desenvolvimentos sucessivos, para conseguir um particular efeito dramático. (…) O que se impôs decididamente na Imprensa americana (dela foi importado, embora com modificações, por outros países) é o segundo.
> Todos os estudantes de jornalismo sabem em que consiste o sistema da "pirâmide invertida". Trata-se de redigir a notícia principiando por uma introdução ("lead") que contém, no menor número possível de palavras, os elementos essenciais: "quem?", "como", "onde", "quando" e "porquê". Todos os outros elementos e particularidades da notícia pormenorizam-se na sua continuação, por ordem de importância

[208] Ismael Herraiz, O QUANDO e o ONDE nunca devem faltar, **Jornalismo**, n.º 6, Fevereiro de 1968, p. 10.

> decrescente.
> Este sistema de elaboração oferece as seguintes vantagens: a) representa o método normal, mediante o qual uma notícia importante passa de boca em boca ("a guerra terminou", "os assaltantes de um banco foram descobertos", "Brigitte Bardot chegou a Roma"); b) chama a atenção do leitor para a notícia; c) satisfaz o leitor apressado, porque permite que continue ou não na leitura, segundo o interesse que possa representar o assunto para ele, podendo afirmar-se que deste modo cada leitor se converte em redactor da sua própria leitura, seleccionando, cortando, etc., as notícias; d) facilita a paginação, porque, quando chega a hora de fechar o jornal, podem ser utilizadas total ou parcialmente todas as notícias, sem correr o risco de desprezar a parte mais importante de qualquer delas.
> Não menos dignos de ter em conta são os inconvenientes, a saber: a) conduz sempre o leitor a ler menos; diminuindo logo de início a sua curiosidade e habituando-o à superficialidade; b) desenvolve no jornalista um espírito mecânico e estereotipado, uma prosa incolor e privada de elegância e atractivo; c) pode acontecer que um jornalista pouco hábil escreva um "lead" mastodôntico, para poder integrar nele as respostas às cinco perguntas principais…[209]

Luís Amaral também discorre sobre o *lead* e da forma como este deve ser redigido, explorando a história deste primeiro parágrafo de uma notícia e informando que, apesar do seu uso ser praticamente consensual, o *lead* também granjeia alguns inimigos…

> Luís Amaral
> "O método tem seus inimigos"
> Do inglês "to lead" – conduzir, comandar, manejar, antecipar-se, ou guia, comando, primazia – "lead" passou a designar, há muito, em jornalismo, o parágrafo sintético, vivo, leve, com que se inicia a notícia, na tentativa de fisgar a atenção do leitor. Deve responder a todos os elementos essenciais da informação – o quê, quem, onde, quando, como e porquê. Mais do que em qualquer outra parte da nota ou da reportagem, nele devem ser observadas as regras de estilo: nomes curtos, sintaxe simples,

[209] Domenico Gregório, O sistema oferece vantagens", **Jornalismo**, n.º 6, Fevereiro de 1968, pp. 10 e 11.

vocabulário usual, construção directa. (…) Da forma como é redigido o "lead", depende o êxito da matéria, pois, mesmo que o leitor não queira ou não tenha tempo para continuar a leitura do texto, já ficou inteirado do que se trata com a descrição inicial. Um pouco mais de interesse poderá levá-lo ao "sub-lead" que é, por assim dizer, uma complementação do "lead". (…)

Na apresentação da matéria – tudo o que é escrito para jornal – vários planos podem ser seguidos: ordem cronológica, demonstrativa, pirâmide invertida, etc. De qualquer modo, deve-se dispor a matéria segundo uma ordem de importância decrescente dos factos, de tal maneira que, em caso de necessidade, poderá ser o chefe de reportagem, ou o secretário de redacção ou de oficina, suprimir os últimos parágrafos sem nenhum prejuízo. (…)

Mas, apesar de bastante usado na imprensa mundial, o método da "pirâmide invertida" – que nada tem de novo, pois sempre foi empregado pelas agências internacionais de notícias, desde a época dos pombos-correios de Charles Louis Havas – tem seus inimigos, sobretudo entre aqueles que buscam sempre o aprimoramento do estilo jornalístico.

Baseiam-se as críticas no facto de que a "pirâmide invertida" obriga o jornal a relatar a mesma notícia três vezes – no título, no "lead" e no contexto. Qualificam essa estrutura de grotesca, porque constitui um obstáculo para quem escreve, já que o ponto mais importante da informação vem nas primeiras linhas, ao invés de encontrar-se perto do final. Outra crítica muito comum é que a forma da "pirâmide invertida" é antiquada, um procedimento ilógico.

Com experiência de redacção de notícias desde 1953, quando o extinto Diário Carioca vivia o momento de glória da novidade do "lead". (…) Comenta José Ramos Tinhorão: – Na verdade, com o fim do "nariz de cera" – muitas vezes opinativo e que de certa maneira romanceava o facto acontecido, preparando o leitor psicologicamente para o desfecho – a notícia passava a estruturar-se com base apenas na sua parte substantiva, perdendo inegavelmente o acontecimento relatado muito da sua emoção ou do seu calor humano. Como, porém, o "lead" era contemporâneo do aperfeiçoamento e ampliação dos recursos da reportagem (através da mobilização de equipas para "cobertura" de um mesmo assunto, da facilidade de comunicação do repórter com as suas redacções e da dinamização da técnica fotográfica), o "esfriamento" da notícia foi, evidentemente, compensado pelo fornecimento de uma maior soma

> de dados para conhecimentos do leitor. Foi esse facto, aliás, que desde logo originou a distinção entre notícia e reportagem: a notícia de jornal ficando entendida como a primeira revelação do acontecido ("Os EUA lançaram hoje ao espaço um satélite tripulado pelos astronautas…"), enquanto a reportagem – geralmente publicada dias depois no próprio jornal ou uma revista – vem completar a notícia propriamente dita com a revelação de factos paralelos, humanos ou técnicos (os astronautas são casados e têm filhos, o voo faz parte de um projecto destinado a levar o Homem à Lua, desta ou daquela maneira).[210]

Uma outra parte da notícia que mereceu atenção foi o título. Através da inserção de um texto de Philipe Gaillard, discute-se, em *Jornalismo*, a importância de um bom título, antetítulo ou subtítulo.

É interessante a nota introdutória que se faz ao texto. Dizem os escritores do boletim, em relação à discussão sobre os títulos, que se trata "de um aspecto da técnica da profissão que não interessa somente, ao contrário do que por vezes se julga, a chefes e subchefes de redacção. Todo o jornalista, redactor ou repórter no caso português, deve possuir, pelo menos, ideias elementares sobre a arte de titular."[211]

O texto de Gaillard expõe, principalmente, que é o título que, numa primeira impressão, leva à compra de um jornal e que não é fácil para um jornalista escolher um bom título para as suas notícias, aconselhando os profissionais a que titulem apenas depois de ter escrito o artigo:

> Um artigo bem feito que ninguém lê é um artigo sem qualquer valor. É o título que leva o público a ler. Um mau título altera ou destrói, mesmo, a qualidade de um bom artigo.
>
> O título é difícil de construir. Exige hábito, o sentido do título, que é o dom essencial do verdadeiro secretário de redacção, mas que exige meses de exercício.
>
> O título redige-se normalmente depois do texto, porque pressupõe a perfeita compreensão da informação; uma frase do texto pode por vezes ser intercalada no título; e este deve conter os últimos elementos conhecidos da notícia. Contudo, é muitas vezes útil, e por vezes necessário, redigir o título depois de ter escolhido, posto em ordem e, se

[210] Luís Amaral, O método tem seus inimigos, **Jornalismo**, n.º 6, Fevereiro de 1968, p. 11.

[211] **Jornalismo**, n.º 6, Fevereiro, 1968, p. 14.

> possível, ter construído a informação, mas antes de a redigir.
> Este procedimento é útil porque constitui um teste. Se não se consegue fazer um título satisfatório, é geralmente porque não se compreendeu perfeitamente. É preciso retomar o trabalho preliminar. (…)[212]

O autor fornece, igualmente, algumas dicas sobre como se deve construir um bom título e quais os elementos que o devem constituir. Descreve, também, a forma destacada como este deve surgir na notícia e informa, ainda, que, em alguns jornais, existem redactores especializados em escrever os títulos.

> **A Construção**
> Em certos jornais existe um redactor especializado que redige os títulos, noutros é habitualmente o secretário da redacção. Não há dúvida que um repórter deve ser capaz de fazer o título para o seu trabalho. Se ele possuir uma boa técnica fá-lo-á melhor que o secretário da redacção, porque conhece melhor o conteúdo do seu "papel" e o acontecimento em si mesmo. (…)
> A construção faz-se em dois tempos: separação dos elementos do artigo que poderão ou deverão figurar no título; distribuição destes elementos pelas diferentes partes do título.
> – Os elementos que se destacam são de duas espécies: elementos importantes do tema e elementos de atracção. Esta divisão corresponde às duas funções do título: dar o essencial da notícia e incitar a ler.
> Os elementos importantes são primeiramente elementos de informação bruta: a resposta às seis questões básicas. A estes juntam-se os elementos explicativos do contexto.
> Os elementos de atracção são geralmente pormenores insólitos, pitorescos ou sensacionais, ou ainda as conclusões práticas do acontecimento que dizem respeito ao público. (…)
> As partes do título pelas quais estes elementos devem ser repartidos são o título principal, o elemento central que deverá ser composto em caracteres mais grossos, a introdução do título que precederá o título principal, ou os subtítulos que o seguirão.
> O elemento central constitui, assim, normalmente, o título principal.(…)
> A distribuição dos outros elementos, entre a introdução do título,

[212] Philippe Gaillard, Précis de Journalismo – reportage, **Jornalismo**, n.º 6, Fevereiro, 1968, p. 14.

> ou antetítulo, e os subtítulos, é menos estrita. Ela é feita em função da "maqueta". A única regra é dar a cada elemento uma importância tipográfica proporcional ao seu interesse. A escolha do tipo de letra, a distribuição dos espaços, o uso esquadrias ou outros artifícios de apresentação têm mais interesse que a colocação por cima ou por baixo do título.
> Note-se que o título – mesmo a uma linha sobre uma coluna – do mais pequeno artigo deve dar sempre o máximo de informações. Deve, pelo menos, ajudar o leitor a fazer a sua escolha. (…) A regra é não insistir sobre um primeiro projecto de construção. Não se corrige um mau título: deita-se no cesto dos papéis. E parte-se novamente do zero.[213]

Gaillard fornece, igualmente, indicações sobre a forma como os títulos devem ser redigidos, informando que estes devem prover o máximo de informação possível, no menor número de palavras.

> **A Redacção**
> Antigamente faziam-se títulos-frases: "A sessão parlamentar abriu ontem – A sua ordem do dia comporta…"
> A Imprensa americana faz títulos em estilo telegráfico e limita-se às palavras, absolutamente, essenciais. Não hesita em criar neologismos para dizer mais coisas, não somente com menos palavras, mas também com menos letras. (…)
> O estilo contemporâneo nos jornais dos países de língua francesa está a meio caminho entre estas duas fórmulas. Simplifica-se, abrevia-se, suprimem-se certas palavras mais ou menos expletivas, suprimem-se pronomes relativos e conjunções subordinadas; mas conservam-se certas ligações, artigos e proposições. Escolhem-se as palavras de maior sentido; mas não é suficiente justapô-las, é preciso cimentá-las, mesmo sumariamente.
> Nesta forma diferente é tão verdade para nós, como para os nossos camaradas americanos, que o melhor título é aquele que dá o máximo de informações com um mínimo de palavras. Muitas vezes a primeira redacção pode ser melhorada com o corte das palavras supérfluas. (…)
> – O estilo vivo não é o apanágio do texto. É de grande importância

[213] Philippe Gaillard, Précis de Journalismo – reportage, **Jornalismo**, n.º 6, Fevereiro, 1968, pp. 14 e 15.

> que o título seja redigido em estilo directo, no presente, incorporando citações, etc.
> – O equilíbrio tipográfico deve corresponder a um equilíbrio lógico. Não se corta uma linha onde quer que seja. Não se separa um substantivo do seu artigo ou do seu epíteto, a menos que este epíteto seja suficientemente grande para preencher uma linha. A redacção de um título não se julga senão em função do seu resultado tipográfico. (…)
> – A pontuação é muitas vezes inestética num título. (…) Usa-se praticamente só em citações ou em enumerações. Ainda, neste último caso, obtém-se resultado bastante mais estético substituindo as vírgulas por traços.
> – As apresentações tipográficas complexas são úteis para os títulos longos, os verdadeiros títulos-cabeçalho que surgem em numerosos quotidianos. Qualquer que seja o título, elas facilitam a compreensão.[214]

Os subtítulos também desempenham função importante numa notícia, chamar a atenção, ideia que Gaillard também partilha no seu texto.

> **Os Subtítulos**
> Os subtítulos não correspondem forçosamente às grandes divisões do plano do artigo. A sua função é, antes de tudo, chamar a atenção; são destinados a prender o interesse.
> Por vezes, podem ser descritivos, ou apresentar elementos novos que teriam merecido figurar no título, mas que nele não tiverem espaço. Neste caso, podem ser relativamente longos: 2 linhas a 2 colunas, 4 linhas a 1 coluna, por exemplo. Mas, regra geral, devem ser breves, curtos. Alguns jornais sistematizam o subtítulo numa só palavra. É um pouco arbitrário, mas todos os métodos são bons: o essencial é que haja continuidade de estilo numa mesma peça. (…) É também, como o título, um elemento estético da paginação, e podem variar-se os seus efeitos, colocando-o sobre a margem direita ou esquerda, enquadrando-o em caixa, etc.[215]

E se havia reflexão sobre as partes constituintes de uma notícia, sobre esta também tinha de haver. Quem se dedicou a discorrer sobre o assunto

[214] Philippe Gaillard, Précis de Journalismo – reportage, **Jornalismo**, n.º 6, Fevereiro, 1968, p. 15.
[215] Philippe Gaillard, Précis de Journalismo – reportage, **Jornalismo**, n.º 6, Fevereiro, 1968, p. 17.

foi José Júlio Gonçalves, no boletim n.º 7 da nova série, onde falou das etapas de uma notícia, desde a fase da recolha da informação até à sua elaboração. Num artigo cujo título é "Ciclo de uma Notícia" assegura que o ciclo de vida de uma notícia é como o do ser humano: nasce, cresce, vive e morre. Destaca a fase da recolha como uma das mais importantes do ciclo da notícia e alerta aquele que a recolhe (e que depois vai transmitir) para cultivar valores como a idoneidade e a seriedade.

> As notícias, tal como as pessoas, nascem, crescem, vivem e morrem percorrendo, à semelhança destas, um ciclo que compreende as seguintes operações: recolha, verificação, elaboração, difusão, circulação, percepção-retenção, selecção, vigência e morte. (…) De todas as etapas que integram o ciclo de uma notícia, uma das mais importantes é a de recolha. E, por sua vez, o aspecto mais destacado da recolha dos elementos que hão-de servir de base à elaboração da mensagem ou notícia a transmitir é, sem dúvida, o que diz respeito a quem recolhe tais elementos. Põe-se assim, desde logo, o importante problema da idoneidade de quem prepara a informação, da seriedade de quem informa os técnicos que hão-de dar contorno definitivo à comunicação, informação ou notícia, nas redacções dos jornais, agências, emissoras, etc.
>
> Este problema toma expressão mais viva quando se pensa que a recolha, elaboração e transmissão das informações pode ser feita por jornalistas, correspondentes, simples informadores, funcionários e empregados (ao serviço dos governos, dos jornais, dos emissores e das agências), e que as notícias podem ser uma mercadoria, uma clava política ou uma arma militar. Informar é comunicar e é também influenciar. Daí que assinalemos o importante papel desempenhado por quem recolhe os dados que hão-de servir de travejamento à informação elaborada. Escrevemos estas linhas tendo em mente que, na maior parte dos países, a Informação paga tributo ao controle político, religioso, económico, ético, jurídico, etc., circunstância esta que perturba as relações informador-informado e condiciona, de vários modos e até por um processo de automatismo psicológico, a actividade de quem recolhe os elementos integrantes das informações a comunicar, problema este a um tempo grave e delicado, como facilmente se compreende.
>
> Mas, para além de todo o condicionamento exterior à técnica de recolha da informação, há a evidenciar que o informador ao fazer a colheita

> das notícias tem absoluta necessidade de, por motivos de estabilidade, segurança e fidelidade pessoais, actuar de acordo com a orientação do jornal, agência, posto de T.S.F. ou TV que serve. E tal orientação se em muitos casos é marcada por uma intenção política do Poder, ou dos grupos políticos, culturais, etc., noutros – sobretudo nos países em que a Informação é predominantemente privada (e não estatal ou paraestatal) – depende sobretudo do poder económico, que explora, a seu modo, o gosto dos leitores, auditores e telespectadores. (…)
> Finalmente, para concluirmos estas breves considerações sobre o mecanismo da recolha da informação, ou dos elementos que a estruturam, resta sublinhar que modernamente a busca e captação dos acontecimentos susceptíveis de constituir uma notícia se tornou menos penosa e mais eficiente devido ao progresso tecnológico que pôs à disposição dos jornalistas, operadores, informadores, correspondentes, observadores "fontes acreditadas, fotógrafos, etc., instrumentos que tornam cada vez mais cómoda uma actividade que noutros tempos exigia dos que a ela se dedicavam uma grande capacidade de superação pessoal. [216]

O autor tece também considerações sobre a fase de verificação pela qual uma notícia passa e reforça a ideia de que as informações que vão ser transmitidas devem ser consistentes. Só aí se passa à fase de difusão, onde se procura que a publicação onde a notícia foi inserida seja comprada pelo maior número de leitores.

> **Verificação de notícia**
> (…) A verificação consiste essencialmente na análise dos elementos fornecidos às redacções (das agências, dos jornais, dos serviços de noticiários, etc.) e sua escolha, rejeitando uns, aproveitando outros, fornecendo, em seguida, o material informativo – vestido ou despido de fantasias – aos redactores (existentes em todos os organismos que difundem informações neles adoptadas, seleccionadas ou preparadas) a fim de ser convenientemente adaptado, modificado, corrigido, simplificado, esclarecido, em suma elaborado. (…)
> À semelhança do que acontece com a recolha, também no decurso da elaboração das informações se cometem erros (acidentais, sistemáticos,

[216] José Júlio Gonçalves, Ciclo de uma notícia, **Jornalismo**, n.º 7, Junho de 1968, p. 7.

> intencionais), quer por motivos humanos, quer por motivos técnicos. Com efeito, aos redactores, produtores, etc., ao modificarem, corrigirem simplificarem, esclarecerem, etc., as comunicações, podem, pelos referidos motivos – desvios de óptica pessoal (falta de dados concretos), deficiência técnica (falta de espaços, falta de tempo) – deformar o seu conteúdo-verdade, voluntária ou involuntariamente. (…)
> Uma vez a verificada a consistência das informações e preparadas (elaboradas) estas, segue-se outra fase: a da sua difusão ou transmissão. Ao difundirem ou transmitirem as notícias, as Agências de Informação visam atingir o maior número possível de órgãos de informação, isto é, vender o maior número possível de notícias. Por sua vez, tais órgãos de comunicação procuram por todos os meios possíveis alcançar as várias camadas sociais, alargar a sua área de informação, isto é, o seu campo de difusão de novidades, de propagação de notícias, informações.
> A transmissão, difusão ou comunicação das informações, a despeito dos progressos tecnológicos e culturais de nossos dias, não se faz sem riscos de deformação involuntária. E a explicação é muito simples: é que hoje, mais do que nunca, a Informação visa o grande público e portanto tem que revestir características especiais: ser breve, simples, clara, instantânea (ou quase instantânea). Ora, para ser clara, nem sempre pode ser simples, por sua vez para ser instantânea nem sempre pode ser clara e para ser simples dificilmente poderá ser instantânea, uma vez que se há tarefas difíceis, sem dúvida difíceis são as de resumir, simplificar e aclarar rapidamente notícias cujo conteúdo pode ser constituído por assuntos que vão desde o futebol à desintegração do átomo, desde a Medicina à Astronáutica, desde a Economia à Filosofia ou à Religião, etc. Por isso mesmo, nem sempre é possível o uso da linguagem simples que os especialistas preconizam.[217]

José Júlio Gonçalves faz, ainda, um alerta para os perigos de deformação que uma notícia pode enfrentar, tais como a publicação em páginas poucos lidas ou mesmo a não publicação.

> **Perigos de deformação**
> (…) Verifica-se igualmente a deformação na transmissão quando a recolha é feita em fonte tendenciosa ou deficientemente informada e transmitida

[217] José Júlio Gonçalves, Ciclo de uma notícia, **Jornalismo**, n.º 7, Junho de 1968, pp. 7 e 8.

> sem elaboração objectiva, por comunhão de interesses ou ideias, como acontece no plano da Informação política – não raro desastradamente manipulada por improvisados –, em que os mal-entendidos e outros problemas surgem constantemente.
> Por outro lado, se é justo desejar-se objectividade na Informação, também é bom ter-se presente que quando a informação a comunicar ao público afecta os interesses de grupos (políticos, económicos, intelectuais e até desportivos) vinculados aos órgãos da Informação, estes, com apreciável frequência e por vários motivos, entre os quais um impulso de legítima defesa – já que poucos são os que estão dispostos a falar contra si – sentem-se tentados a suprimir tal notícia ou informação, a limar-lhe arestas incómodas – duas práticas correntes nos domínios da informação – a colocá-la em páginas pouco lidas, fazendo-a seguir de outra notícia (ridícula, dramática, etc.), ou a inseri-la em noticiários de pequena audiência. Isto quando a ética não prevalece sobre o instinto de defesa, a hipocrisia social ou outras tendências. (…)[218]

Em jeito de consideração final sobre este ponto, pode dizer-se que os redactores de *Jornalismo* estavam cientes dos problemas que a sua profissão comportava e das reflexões que podiam ser feitas sobre o jornalismo – principalmente, com os jornais, mas, secundariamente, também com as rádios e com as agências noticiosas. Foi esse, aliás, o início das reflexões que desenvolveram sobre a sua profissão – uma profissão que desejavam valorizar publicamente aos seus próprios olhos e perante terceiros. Ao fazê-lo, deram o seu contributo para a construção do Pensamento Jornalístico Português.

Tendo em conta o que se publicou em *Jornalismo*, percebe-se que os jornalistas portugueses dos anos sessenta e setenta procuraram: analisar variadas questões de forma e estilo das notícias, reflectindo sobre este tipo de texto e sobre as suas partes constituintes (títulos, *lead*, etc.); reflectir sobre aspectos de paginação, analisando os seus princípios; discorrer sobre estilo dos parágrafos, aproveitando para distinguir o parágrafo noticioso do literário. Desta forma, contribuíram para a teorização sobre a notícia e as suas partes constituintes.

Em *Jornalismo*, os redactores reflectiram, também, sobre os diversos

[218] José Júlio Gonçalves, Ciclo de uma notícia, **Jornalismo**, n.º 7, Junho de 1968, p. 8.

tipos de jornalismo, sendo a maioria dos textos dedicados ao jornalismo impresso, mas havendo também lugar para o jornalismo radiofónico e o jornalismo televisivo.

O boletim publica, também, um estudo sobre os hábitos de consumo jornalístico de uma parte da população portuguesa (jovens universitários) de modo a que se perceba que tipo de periódico mais seduz e quais os que menos interessam. Numa altura em que muitas redacções sobreviviam com dificuldades, este estudo poderia produzir algum impacto nas formas de conceber a informação.

Foi, ainda, possível, encontrar em *Jornalismo* reflexões acerca dos próprios profissionais da imprensa, sendo grande parte dos textos sobre os jornalistas da imprensa diária (o seu dia-a-dia, os valores profissionais que defendiam, etc.), mas também se publicaram textos abordando o papel, cada dia mais crescente, do repórter, textos sobre a importância do repórter fotográfico na imprensa de então e textos sugerindo a criação de jornalistas especializados e de correspondentes de guerra.

3.8. Os prémios, as comemorações e outras solenidades

São várias as peças de *Jornalismo* que descrevem solenidades ocorridas, como homenagens ou entrega de prémios a jornalistas ou a publicações jornalísticas e datas festivas das mesmas, ou peças que relembrem personalidades do jornalismo já falecidas e às quais se quer prestar tributo.

Em Abril de 1967, no primeiro número de *Jornalismo*, assinalam-se dos 46 anos do *Diário de Lisboa*. Através das palavras do seu director, Dr. Norberto Lopes, é feita uma breve resenha daquilo que foi o vespertino lisboeta, deixando antever um futuro auspicioso para o mesmo, dada a sua fidelidade a uma linha muito própria, que valorizava a qualidade da informação que veiculava, mesmo que isso lhe retirasse popularidade. O texto intitulava-se "*Diário de Lisboa*: Quarenta e seis anos e uma promessa de renovação" e dizia o seguinte que a celebração da história de um jornal é também uma celebração da própria profissão de jornalista:

O director do *Diário de Lisboa*, dr. Norberto Lopes, declarava no editorial do dia do 46.º aniversário, do prestigioso vespertino lisboeta que "este jornal começou por não se parecer com nenhum outro, devendo uma grande parte do acolhimento que o público lhe dispensou à mocidade de espírito que presidia à sua factura diária, à honestidade dos seus processos e à imparcialidade dos seus juízos críticos". E acrescentava: "E assim tem permanecido pela vida fora, procurando servir o interesse público mais do que o interesse próprio, sacrificando por vezes a popularidade fácil de conquistar a uma linha de rumo da qual não se afastará, seguindo sempre a mesma rota, em vez de navegar ao sabor da corrente e à mercê dos ventos predominantes."

O editorial intitulava-se "Continuidade, fidelidade". Continuidade da acção levada a cabo e fidelidade aos princípios que a informam. Nesse mesmo dia, 7 de Abril, em discursos proferidos no jantar que reuniu os colaboradores do *Diário de Lisboa*, esse rumo e o seu pensamento orientador eram reafirmados. Mas, ao mesmo tempo, fazia-se um anúncio: o jornal vai entrar numa fase de intensa actualização e reestruturação técnica. Observava, a propósito, o dr. Norberto Lopes que em breve os colaboradores do *Diário de Lisboa* sentirão os "efeitos benéficos de uma acção eficiente e prometedora que pressupõe uma iniciativa ousada e uma larga visão do futuro".

Promessa que não pode deixar indiferentes os jornalistas. Os que naquele vespertino trabalham e os que dão o seu contributo a outros órgãos da Imprensa. É que o *Diário de Lisboa* constitui para os profissionais do jornalismo um exemplo. "Sacrificando por vezes a popularidade fácil", como afirmou o seu director, utiliza processos honestos e não altera a sua linha de rumo em concessões a gostos e modas que poderiam revelar-se rentáveis. E, cônscio dos seus deveres, não hesita em adoptar posições que podem desagradar ao grande público, agindo sempre, nos louvores como na crítica, com isenção que nunca foi desmentida. Razões que justificam, estas, a congratulação dos jornalistas portugueses, por saberem que o *Diário de Lisboa* vai registar nova etapa numa carreira que honra o jornalismo.[219]

[219] "Diário de Lisboa": Quarenta e seis anos e uma promessa de renovação na continuidade, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 7.

Aquando da comemoração dos 25 anos do *Diário Popular*, o assunto foi divulgado no boletim, de forma a engrandecer esta publicação e o trabalho por si desenvolvido. O tributo dos "homens" de *Jornalismo* intitulou-se ""Diário Popular: um quarto de século" e enumerava algumas das qualidades deste jornal:

> "Uma das mais puras e das mais belas criações do jornalismo pátrio e uma das mais fortes realizações da própria profissão" é o "Diário Popular", segundo palavras que escreveu o seu director, Prof. Martinho Nobre de Melo, no editorial do dia do 25.º aniversário do vespertino lisboeta. Outros termos encomiásticos para os jornalistas e o Jornal encontrámos nesse artigo e noutros que aparecem a lume nas páginas do número comemorativo, juntamente com a expressão unânime de um sentimento de confiança (por vezes orgulho quase desmedido…) no "Diário Popular".
>
> Devemos, porém, reconhecer que é justificado o orgulho dos homens do "Diário Popular". "Jornal independente, jornal ao serviço do povo português, dos pequenos e dos humildes, jornal informativo e educativo, com a nítida percepção de que mesmo no jornalismo de informação pode e deve haver um jornalismo de missão" (Prof. Martinho Nobre de Melo), o "Diário Popular" conquistou apenas em um quarto de século posição preponderante na Imprensa portuguesa, mercê de dois factores que estão sempre na base do êxito de qualquer empreendimento jornalístico: o trabalho entusiástico de uma equipa redactorial coesa e tecnicamente bem apetrechada e a orientação acertada da Administração. Isto ouviu-se, por estas e outras palavras, no habitual banquete que assinala o aniversário do Jornal – um aniversário que não pode ser indiferente aos jornalistas profissionais, já que festejou um empreendimento para eles honroso.[220]

Na edição n.º 5, de Dezembro de 1967, dedicam-se quatro páginas à homenagem feita ao jornalista Norberto Lopes[221], que havia recebido o "crachá de ouro dos jornalistas". O momento é aproveitado para se

[220] "Diário Popular": um quarto de século, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 7.

[221] Jornalista, natural de Trás-os-Montes, que trabalhou nos jornais: O Século, A Pátria, Última Hora, Diário de Notícias (do qual foi, com Pinto Quartin, fundador) e Diário de Lisboa. Escreveu Teatro e fez Crítica. Dedicou-se à biografia, ao Romance e à Literatura Infantil. Foi presidente da Direcção do Sindicato dos Profissionais da Imprensa e membro da comissão organizadora da Caixa de Reformas dos Jornalistas.

palestrar sobre o laureado, como ilustra o seguinte exemplo:

> O Sindicato dos Jornalistas atribui ao Dr. Norberto Lopes, o "crachá" de oiro da classe, que lhe será entregue nos primeiros dias de Janeiro de 1968.
> A notícia da distribuição foi saudada em toda a Imprensa – tanto na Metrópole como no Ultramar – com manifestações de aplauso que permitem aferir da projecção nacional do homenageado e do respeito que lhe votam colegas e admiradores. Um jantar promovido por um grupo de jornalistas reuniu cerca de quatrocentas pessoas. (…)[222]

Foram várias as personalidades que falaram sobre o homenageado (Ferreira de Castro, escritor, e Leopoldo Nunes, jornalista, por exemplo). Martinho Simões, também jornalista e associado do Sindicato foi escolhido para discursar em nome da instituição, dizendo:

> Quando, em cinquenta anos de uma profissão esgotante, que é luta em cada minuto que passa, se conquista o respeito de amigos, de inimigos e até dos indiferentes; quando se constrói, vivendo sempre na primeira linha de combate pela notícia, pela actualidade, pelo interesse do bem público, pelo progresso do seu jornal; quando, sujeito a condicionalismos sem número, se vence, tendo por únicas armas a modéstia, a ponderação, a agudeza de espírito, a honestidade e a coragem; quando servir no Jornalismo é sinónimo de desprezo por vaidades ou vantagens pessoais; quando a incompreensão nem alcança anular a esperança; quando, à custa de sacrifícios de toda a ordem, usando de processos verticais, se contribui, decisivamente, para o bom nome de um jornal e se o conduz, por caminhos rectos, para o lugar cimeiro que ele ocupa hoje na Imprensa portuguesa; quando nunca se abdica de princípios fundamentais, mesmo que isso ocasione prejuízos de ordem comercial e pessoal; quando não se hesita em renunciar, porque a renúncia é a única solução honrosa – então, quando é assim, quando o jornalista conseguiu ser, por uma vida inteira, por cinquenta anos de trabalho ininterrupto, igual a si próprio e respeitou valores que são imutáveis no tempo e no espaço, somos nós – e não ele – que devemos estar orgulhosos de o termos por camarada; somos nós – e não ele – que devemos estar agradecidos,

[222] **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, p. 14

> porque ele valiosamente ajudou a dignificar a profissão. E pobre será, como recompensa de tão assinaláveis méritos, a oferta de um "crachá". O Dr. Norberto Lopes é um sacerdote do Jornalismo.[223]

No mesmo número do boletim, homenageia-se outro jornalista que também completava cinquenta anos de carreira e de dedicação ao jornalismo: Félix Correia. É novamente Martinho Simões quem faz "as honras da casa" ao dedicar-lhe umas letras, enaltecendo o seu trabalho.

> Há cinquenta anos que o Félix Correia é jornalista. O que é muito, mesmo para aqueles que nunca passaram da mediania na profissão. E o Félix não é desses.
> Para o Félix, os jornais não foram nunca – não são – um meio de ganhar a vida. Sempre representaram a própria vida, o que ela tem de mais nobre, de mais são, de mais puro. O Félix quis ser – e é – um Jornalista com letra grande. Andou na guerra de Espanha, entrevistou Hitler, percorreu, com igual brilho, todos os caminhos do Mundo e todos os géneros da profissão. Podia ter alcançado honras e proveitos – mas não quis. Preferiu permanecer na humildade e na modéstia que lhe favoreciam a independência, de que sempre foi avaro. Em troca, o Félix nunca hesitou em lutar pela razão e pela justiça, nem que lutasse por uma causa perdida.
> O Félix fez cinquenta anos de jornalista. Honrou o Jornalismo como poucos, inalteravelmente honesto, desprendido de vantagens e distinções, com a simplicidade dos homens de verdadeiro talento.[224]

Como já se disse, em *Jornalismo* também se discorria sobre prémios atribuídos a jornalistas ou a jornais. Num artigo intitulado "Melhores Artigos sobre a Costa do Sol", publicado em Abril de 1967 no boletim, aborda-se esse mesmo assunto, descrevendo-se este prémio, o respectivo júri e nomeando-se todos os contemplados:

> Foram atribuídos os prémios dos "Melhores Artigos sobre a Costa do Sol" referentes a 1966.

[223] Martinho Simões, Homenagem ao Dr. Norberto Lopes, **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, p. 14.
[224] Martinho Simões, Félix Correia: meio século de jornalismo, **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, p. 30.

> O júri foi presidido pelo senhor Joaquim Miguel de Serra e Moura, presidente da Junta de Turismo das Costa do Sol, e dele fazendo parte os escritores e jornalistas Óscar Pacheco, Miguel Trigueiros, Ferreira de Andrade, António José Forjaz, Nuno Rosado e doutor Francisco Mata.
> Foram apreciados numerosos artigos, quase todos de alto mérito literário, tendo sido distinguidos com primeiros prémios os trabalhos de Fernando de Castro Pires de Lima e Nuno Rocha, publicados, respectivamente, no "Diário de Notícias" e "Diário Popular", e o de Elsie Lessa, publicado no jornal "O Globo" do Rio de Janeiro.
> O júri resolveu também distinguir os trabalhos de João Martinho de Freitas e Júlio Conrado no "Jornal da Costa do Sol", de Lopes de Oliveira no "Correio do Vouga", de Luz Barbosa no "Correio do Minho" e de Maria Incenso em "O Comércio de Gaia", bem como os publicados na revista brasileira "Reportagem" e no jornal "Voz de Portugal", da Venezuela, respectivamente por Urbiratan Silva e Juan António Iglésias. A estes últimos, o presidente da Junta de Turismo deliberou atribuir prémios aos nacionais e medalhas aos estrangeiros.[225]

Da mesma forma, Nuno Rocha, director do Sindicato Nacional dos Jornalistas e secretário da redacção de *Jornalismo*, após ser galardoado com o "Prémio Afonso de Bragança", vê o acontecimento ser descrito nas páginas de *Jornalismo*. Aconteceu no boletim n.º 9, referente à publicação do mês de Julho de 1969:

> Nuno Rocha (…) foi justamente distinguido com o mais alto galardão concedido em Portugal aos jornalistas profissionais.
> O Prémio Afonso de Bragança, atribuído pela Secretaria de Estado da Informação, assinalou a série de reportagens que efectuou em Moçambique, dando conta objectivamente da luta que se trava naquela província ultramarina.
> Esses trabalhos, reunidos em livro, com o título "Guerra em Moçambique", exprimem o fulgor estilístico e a objectividade de um jornalista que é essencialmente repórter e como tal homem de acção empenhado no testemunho da vida e dos dramas do seu tempo. Observe-se, aliás, que o nosso camarada para já distinguido com vários prémios de jornalismo, em Portugal e na Espanha, é autor da outra obra, "França

[225] **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 27.

– Emigração Dolorosa", que se encontra esgotada.[226]

A morte de profissionais de jornalismo de referência, portugueses ou estrangeiros, também costumava ocupar as páginas de *Jornalismo*. A 29 de Setembro de 1968 falecera Judah Benoliel e no n.º 8 do boletim, saído em Novembro do mesmo ano, é publicado um texto de "homenagem". E, desta vez, o momento é também aproveitado para se fazer uma crítica àqueles que eram ingratos para com os profissionais do jornalismo.

> A morte, em 29 de Setembro, do grande repórter fotográfico Judah Benoliel deixou uma profunda mágoa em todos os seus camaradas de jornalismo. Benoliel conseguira, em 26 anos de profissão, elevar-se a um plano de excepcional relevo, ganhando o direito de poder considerar-se um dos maiores nomes da reportagem fotográfica portuguesa. A sua morte foi sentida não só pelos que privaram intimamente com ele, como por quantos o conheceram no trabalho quotidiano de ilustrar o noticiário do Diário Popular, de cuja redacção fez parte desde a fundação daquele vespertino (…)
>
> Simples e aparentemente ingénuo, Benoliel possuía o segredo da notícia. A sua máquina foi sempre disparada no momento preciso. A sua presença verificou-se, sempre, no local mais próprio. (…)
>
> O combate pela melhor foto, travou-o Benoliel sempre que foi chamado para um serviço. E, quantas vezes, ele próprio fazia a notícia, com uma imagem arrancada do caminho de casa para o jornal.
>
> *Jornalismo* não podia deixar de arquivar nas suas colunas estas palavras sobre Benoliel. (…) Morreu um dos "nossos", um dos que, (…) permaneceu a vida inteira apaixonado pelos jornais, desprezando situações de maior privilégio financeiro.
>
> A morte deste saudoso camarada permite-nos, também, escrever uma breve nota marginal: (…) Aquela manhã em que Benoliel foi a sepultar, não se apagará da memória dos que foram dizer-lhe o último adeus. (…) Nem ministros, nem financeiros, nem actores, nem mesmo os inúteis que Benoliel tantas vezes fotografou e atirou para as páginas do jornal, foram despedir-se dele. Eis uma lição para aprender. A morte do querido Benoliel avivou essa monumental ingratidão dos homens para com os

[226] Nuno Rocha galardoado com o Prémio Afonso de Bragança, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, p. 29.

> jornalistas. Mas também é certo que é essa ingratidão que faz a nossa glória e que nos dá os revérberos inapagáveis de um lugar à parte na sociedade, pois somos os únicos em condições de conhecer de perto a inferioridade e a mesquinhez dos que a compõem…[227]

Sobre este ponto pode afirmar-se, como conclusão, que a inserção de textos versando sobre este assunto era mais uma forma que os jornalistas encontravam para fazer a celebração da sua profissão, reconhecendo-lhe importância e grandeza, e dos seus profissionais, destacando nomes e enfatizando datas. No fundo, procurava elevar-se a auto-estima destes profissionais.

Assim, em *Jornalismo*, incluíram-se textos de homenagem variados: a jornalistas (anos de carreira, prémios, etc.), a publicações (aniversário, prémios, etc.), a artigos (melhor artigo sobre algo, etc.), a fotografias (melhor fotografia, por exemplo), etc.

Considerações finais

Lendo-se o boletim *Jornalismo*, do Sindicato Nacional dos Jornalistas, dos finais dos anos sessenta, inícios de setenta, percebe-se que três grandes assuntos preocupavam o SNJ nesse tempo: a dignificação da sua profissão, traduzido na busca por melhores condições de trabalho, melhores condições salariais, melhor estatuto social, etc.; o início do ensino do jornalismo; e as transformações que o jornalismo atravessava, a evolução que sofria e o futuro que enfrentava.

Assim, como primeira consideração final, pode afirmar-se que por muito contestável que possa ter sido a actuação do SNJ, deve dizer-se que, apesar de agir dentro do contexto de um regime ditatorial, a corporação teve, na época em análise, uma importante acção para a dignificação da profissão, para impulsionar o ensino do jornalismo em Portugal e para introduzir o tema "jornalismo" nas discussões dos profissionais. O SNJ procurou, sobretudo, melhorar os contratos de trabalho dos jornalistas, granjeando salários mais dignos; alargar a entidade a todos

[227] N.R., Judah Benoliel – um fotógrafo que honrou o jornalismo, **Jornalismo**, nº 8, Novembro de 1968, p. 25.

os que trabalhavam na área do jornalismo, não limitando a inscrição aos profissionais da imprensa diária; instituir cursos de formação para jornalistas e dar início ao ensino de jornalismo de nível superior em Portugal; e apoiar a reflexão sobre o jornalismo e sobre os jornalistas.

Tendo *Jornalismo* em consideração, é correcto afirmar, aliás, que as energias dos jornalistas profissionais portugueses através do SNJ foram mais canalizadas, nos finais da década de sessenta, início de setenta, para a melhoria do seu estatuto profissional, e em especial da sua condição sócio-económica, do que para o combate em prol da recuperação das liberdades cívicas, nomeadamente da liberdade de imprensa. Estes profissionais procuravam, também, um sustentáculo teórico e referentes identitários para uma actividade cada vez mais complexa mas também cada vez mais profissionalizada – o jornalismo. Fizeram-no tendo por referente fundamental o jornalismo português, por razões de proximidade e interesse. Contudo, efectivamente, pelas páginas da *Jornalismo* parecem ter passado muitas das preocupações dos jornalistas sobre o rumo que o jornalismo e os jornalistas tomavam, em Portugal e no mundo, nesses tempos de transformação que foram as décadas de sessenta e setenta do século XX

É possível também concluir, em segundo lugar, que o discurso adoptado pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas em *Jornalismo* é predominantemente informativo e moderado, com pretensão de esclarecimento e, principalmente, de reconhecimento das suas acções.

No que respeita à contribuição dos jornalistas portugueses de finais dos anos sessenta e inícios de setenta, do século passado, para a construção do Pensamento Jornalístico Português, pode dizer-se que eles se preocuparam em dar respostas a algumas questões que ainda se colocavam relativamente à conceptualização da profissão: O que é e o que faz um jornalista? Quem "verdadeiramente" é jornalista? De onde vimos? De onde surgiu o jornalismo e como é que a história o conduziu aos dias de hoje? O que devemos fazer para melhor compreender a nossa profissão? Precisamos de formação para sermos jornalistas? Se sim, que tipo de formação deveremos ter? As respostas a essas e outras questões relevantes para o imaginário e para a identidade profissionais nem sempre foram concordes, mas foram, normalmente, pertinentes.

Sobretudo, elas dão uma panorâmica do que pensavam os jornalistas portugueses dos anos sessenta e setenta (início) do século passado sobre a sua profissão, daquilo em que estavam unidos e daquilo que os desunia. Portanto, como terceira consideração final, é possível aceitar a hipótese colocada na introdução, pois Jornalismo abordou aqueles que, de acordo com Sousa (coord.) *et al.* (2010), são os temas estruturantes do Pensamento Jornalístico Português anterior a 1974: liberdade de imprensa; necessidade ou não de formação específica em jornalismo e da instituição de cursos de jornalismo; conjuntura jornalística e vida profissional; história do jornalismo; e teoria do jornalismo em geral (englobando-se aqui, nomeadamente, as relevantes questões da delimitação das fronteiras do jornalismo profissional e da natureza do jornalismo).

Referências bibliográficas

AFONSO, César, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, pp. 9-10.

AFONSO, César, Introdução à escola de jornalismo, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 19-20.

ALVIM, Pedro, O parágrafo literário e o parágrafo noticioso, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 9.

ARCHAMBAULT, François e AMBAULT, Michel, Um jornal por 30 cêntimos – os mitos e realidades da Imprensa moderna, **Jornalismo**, n.º 2, Junho de 1967, p. 20-22.

AMARAL, Luís, O método tem seus inimigos, **Jornalismo**, n.º 6, Fevereiro de 1968, p. 11.

ARMANDA, Maria, A dignidade também tem expressão numérica, **Jornalismo**, 2.ª série, n.º 1, p. 24.

AZEVEDO, Manuel, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 10-12

BAPTISTA, Moreira, O Encerramento do I Curso de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, p. 5-6.

BAPTISTA, Moreira, O Jornalismo deixou de ser uma aventura, **Jornalismo**, n.º 7, Junho de 1968, p. 21.

BARATA, Nunes, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, p. 9-10 e 54.

BOAVENTURA, Mateus, A reportagem da visita de Paulo VI a Fátima mobilizou toda a imprensa portuguesa, **Jornalismo**, n.º 2, Junho de 1967, p. 2.

C., P., Problemas do Sindicato e dos jornalistas, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, p. 1 e 49.

CABRERA, Ana. **Marcelo Caetano: O poder e a imprensa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

CARVALHO, Costa, A situação do jornalista profissional português, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 13-14

CARVALHO, Costa, Jornalista: Homem de Carne e Osso, **Jornalismo**, 2.ª série, n.º 1, Janeiro/Fevereiro de 1970, p. 14-17.

CASCAIS, Fernando. O ensino do/para o jornalismo e a formação profissional. Revista **Comunicação e Sociedade**, n.º 5, 2004.

CLUBE DE JORNALISTAS (coord.). **Quem é quem no jornalismo português**. Lisboa: Clube de Jornalistas, 1992.

COITO, João, Desde os tempos do trabalho à jorna, **Jornalismo**, Janeiro de 1992, p. 8.

CORRÊA, Américo Rebordão, Os não diários, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 13-14.

CORREIA, Fernando e BAPTISTA, Carla. **Jornalistas:** Do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968). Lisboa, Caminho, 2007.

CORREIA, Fernando e BAPTISTA, Carla. Anos 60: um período de viragem no jornalismo português. *In* **Livro de Actas** – 4º SOPCOM, pp. 1191 a 1202. 2005.

COSTA, Adelino Amaro da, A Universidade e a Informação, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, p. 30-33 e 49.

COSTA, Pereira da, O Encerramento do I Curso de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, p. 2-4.

COSTA, Silva, Para quando um curso superior de Jornalismo?, **Jornalismo**, Dezembro de 1983, p. 32.

COSTA, Silva, **Jornalismo**, 2.ª série, n.º 4, Julho/Agosto de 1970, p. 10-12.

CUNHA, Alfredo. Jornalismo Nacional: Das Malogradas Associações de Imprensa à Alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses. Separata do **Boletim** do Sindicato Nacional dos Jornalistas, nº2, Junho, 1941.

CURTO, Francisco Marcelo, Sindicalismo e Sindicatos, **Jornalismo**, 2.ª série, n.º 2, Março/Abril de 1970, pp. 14-15 e 17.

DACOSTA, Fernando, O jornal e os jornalistas do futuro, **Jornalismo**, 2.ª série, nº 6, Novembro/Dezembro de 1970, p. 14-15.

FARIA, Diamantino, Jornalismo Radiofónico, **Jornalismo**, n.º 2, Junho de 1967, p. 5-6.

FARIA, Diamantino, Jornalismo Radiofónico, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 8.

FARIA, Dutra, Nível Universitário para o Jornalismo, **Jornalismo**, 2.ª série, n.º 5, Setembro/Outubro de 1970, p. 29-31.

FIDALGO, Joaquim. **O Jornalista em Construção**. Porto: Porto Editora, 2008.

FORTE, Isabel. **A censura de Salazar no Jornal de Notícias. Da actuação da Comissão de Censura do Porto no Jornal de Notícias durante o Governo de António de Oliveira Salazar**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2000.

FRANCO, Graça. **A Censura à Imprensa (1820-1974)**. Lisboa: Symbolon, 1993.

FREIRE, João Paulo. **Escolas de Jornalismo. Temas profissionais**. Porto, Editora Educação Nacional, 1936.

GAGEIRO, Eduardo, O lugar do repórter fotográfico, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 22.

GAILLARD, Philippe, O Estilo Jornalístico, **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, p. 2-3.

GAILLARD, Philippe, Títulos, Antetítulos e Subtítulos, **Jornalismo**, n.º 6, Fevereiro, 1968, p. 14-17.

GALIPEAU, Georges, Notas sobre técnica – Princípios de paginação, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 2-3.

GONÇALVES, José Júlio, Ciclo de uma notícia, **Jornalismo**, n.º 7, Junho de 1968, p. 7-9 e 29.

GRAÇA, Sara. **Os Jornalistas portugueses: dos problemas da inserção aos novos dilemas profissionais**. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2007.

GREGÓRIO, Domenico, O sistema oferece vantagens, **Jornalismo**, n.º 6, Fevereiro de 1968, p. 10-11.

HERRAIZ, Ismael, O QUANDO e o ONDE nunca devem faltar, **Jornalismo**, n.º 6, Fevereiro de 1968, p. 10.

LECHNER, José, Problemas específicos do ensino de jornalismo, **Jornalismo**, n.º 8, Novembro de 1968, p. 3-4.

LECHNER, José, Problemas específicos do ensino de jornalismo, **Jornalismo**, 2.ª série, n.º 2, Março/Abril 1970, p. 25-26.

LEMOS, Mário Matos, Os educadores e os meios de informação, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 20.

LEMOS, Mário Matos, Pequenas notas, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 15.

LOPES, Norberto, Uma lição de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, p. 4-6.

MELO, Martinho Nobre de, O Encerramento do I Curso de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, p. 4.

MOREIRA, Mimoso, Subsídios para a história de integração dos jornalistas ultramarinos no Sindicato, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 22.

NEGRIN, Florentino Lópes, Os ministros passam e os jornalistas ficam, **Jornalismo**, 2.ª série, n.º 5, Setembro/Outubro de 1970, p. 31.

NEVES, Nuno Teixeira, Jornalismo especializado ou a dignificação pela honestidade, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 7-8.

OSÓRIO, Rui, Escolas de Jornalismo, **Jornalismo**, nº 4, Outubro de 1967, página 14 e 29.

OSÓRIO, Rui, **Jornalismo**, n.º 8, Novembro de 1968, p. 32.

PENA, Alberto. **Salazar, a Imprensa e a Guerra Civil de Espanha**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2007.

PINTASSILGO, José Manuel Pintassilgo, Correspondente de guerra, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 8.

PINTO, Manuel. O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal – notas sobre uma "crise de crescimento". *In* García, Xosé López e Sousa, Jorge Pedro. (2004). **A investigación e o ensino do xornalismo na espazo luso-galego: actas do I Congresso Luso-Galego de Estudos Xornalísticos celebrado os dias 29 e 30 de Outubro de 2002 en Santiago de Compostela**. Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, Sección de Comunicación, pp. 23-42.

PINTO, Manuel E SOUSA, Helena. Journalism education at Universities and Journalism Schools in Portugal, 1999. [Online] Disponível em **http://www.bocc.ubi.pt**

PINTO, A. Marques, O Jornal diferente dos outros, **Jornalismo**, 2.ª série, n.º 1, Janeiro/Fevereiro de 1970, p. 17.

PINTO, Marques, Não asfixiem o jornalismo, **Jornalismo**, n.º 7, Junho de 1968, p. 22.PRÍNCIPE, César, Nós, Jornalistas… Profissionalização Financeira e Dignidade Competente, **Jornalismo**, 2.ª série, n.º 4, Julho/Agosto de 1970, p. 4.

PRÍNCIPE, César, Para um Neo-Capitalismo um Neo-Sindicalismo, **Jornalismo**, 2.ª série, n.º2, Março/Abril de 1970, p. 13.

QUADROS, Luís de. (1949). Falta uma Escola de Jornalismo em Portugal. in **Correio do Minho**. 17 de Setembro de 1949. Braga.
R., N, Judah Benoliel – um fotógrafo que honrou o jornalismo, **Jornalismo**, nº 8, Novembro de 1968, p. 25.

ROCHA, Nuno, Breve resposta, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 25.

ROCHA, Nuno, O repórter no jornalismo moderno, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 21.

ROCHA, Nuno, Os jornalistas e o progresso dos jornais, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 14-15.

RODRIGUES, Jorge, Publicidade e Imprensa, **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, p. 10-11 e 34.

ROSADO, Nuno Rossini, A imprensa regional – sua missão e um problema que urge resolver, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 19.

SERENO, Júlio, Informar é intervir no Mundo, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 4-5.

SERRANO, Miguel, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 25.

SIMÕES, Fernando, Alguns aspectos do jornalismo em Moçambique, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 11 e 14.

SIMÕES, Martinho, Félix Correia: meio século de jornalismo, **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, p. 30.

SIMÕES, Martinho, Homenagem ao Dr. Norberto Lopes, **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, p. 14.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, A TV, Um "Inimigo" da Imprensa?, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 3.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, Crise na Imprensa da Grã-Bretanha, **Jornalismo**, n.º 5, Dezembro de 1967, p. 34.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, Crise da imprensa nos Estados Unidos, **Jornalismo**, n.º 2, Junho de 1967, p. 18-19.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, "Diário de Lisboa": Quarenta e seis anos e uma promessa de renovação na continuidade, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 7.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, "Diário Popular": um quarto de século, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 7.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, Intercâmbio jornalístico, **Jornalismo**, n.º 2, Junho de 1967, p. 25.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, Jornalismo e responsabilidade, **Jornalismo**, n.º 4, Outubro de 1967, p. 6 e 28.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, Jornalismo Profissão Perigosa – segundo a UNESCO, **Jornalismo**, n.º3, Agosto de 1967, p. 28.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, Mesmo na Tailândia há (desde 1939) cursos de jornalismo…, **Jornalismo**, n.º 8, Novembro de 1968, p. 9.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, Nuno Rocha galardoado com o Prémio Afonso de Bragança, **Jornalismo**, n.º 9, Julho de 1969, p. 29.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, Os Jornalistas deram o exemplo, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 8.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, Os universitários e a imprensa, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 18-20.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS. Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal. Separata do boletim **Jornalismo**, 2.ª Série, n.º 4, Julho/Agosto de 1970. Lisboa, Nova Lisboa Gráfica.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, Três exposições sobre o "lead", **Jornalismo**, n.º 6, Fevereiro de 1968, p. 10.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, Um Curso de Línguas no Sindicato, **Jornalismo**, n.º 8, Novembro de 1968, p. 24.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, Um jornal por 30 cêntimos – os mitos e realidades da Imprensa moderna, **Jornalismo**, n.º 2, Junho de 1967, p. 20.

SOBREIRA, Rosa. **Os Jornalistas Portugueses 1933-1974. Uma profissão em construção**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

SOUSA, Jorge Pedro. A discussão sobre a introdução do ensino superior do jornalismo em Portugal: Das primeiras menções ao primeiro curso de graduação. [On-line]. **Verso e Reverso**, ano XXIII, 2009/3, 2009, n.º 54.

SOUSA, Jorge Pedro. **Desafios do ensino universitário do jornalismo ao nível da graduação no início do século XXI**. 2004. [Em linha] Disponível em http://www.bocc.ubi.pt

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.

SOUSA, Jorge Pedro (Org.). **Jornalismo: História, teoria e metodologia da pesquisa**. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

SOUSA, Jorge Pedro (coord.) et al. **O pensamento jornalístico português: Das Origens a Abril de 1974**. 2 volumes. Covilhã, Livros LabCom, 2010.

TEIXEIRA, Fernando, Escolas de Jornalismo, **Jornalismo**, n.º 1, Abril de 1967, p. 17-19.

VALENTE, José Carlos. **Elementos para a História do Sindicalismo dos Jornalistas Portugueses. I parte (1834-1934)**. Lisboa: Sindicato dos Jornalistas, 1998.

VASCONCELOS, José Carlos, O combate contra a censura, **Jornalismo**, Janeiro de 1992, p. 14.

VERÍSSIMO, Helena Ângelo. **Os jornalistas nos anos 30/40. Elite do Estado Novo**. Coimbra, MinervaCoimbra, 2003.

VOYENNE, Bernard, A Imprensa francesa e o seu espelho, **Jornalismo**, n.º 3, Agosto de 1967, p. 26-29.

WHITE, J. S., As telecomunicações no ano 2000, **Jornalismo**, 2.ª série, n.º 6, Novembro/Dezembro de 1970, p. 4-8.

Fontes documentais:

Estatutos do Sindicato Nacional dos Jornalistas de 1934.

Outras fontes:

www.jornalistas.online.pt

(Footnotes):

1. Como já foi referido, nesta série as capas não entravam para as contas da numeração.
2. Como já foi referido, as capas contavam para efeitos de numeração do boletim.
3. Os números duplos, triplos, etc. permitiam justificar perante as autoridades a periodicidade e constância da publicação, para não se perderem apoios nem o direito ao título.
4. Neste número, tal como acontecera na nova série, as capas não contavam para a numeração.
5. Este aspecto não foi analisado, uma vez que estes números já não fazem parte do objecto de estudo. São dadas apenas algumas informações, para que melhor se perceba o assunto que está a ser investigado.
6. Os números 1 e 2 não estão disponíveis na BPMP.
7. Quando se inicia a publicação desta série, diz a Direcção do Sindicato: "após sete anos de pausa, volta *Jornalismo*. Com cara nova, mas mais do que isso: músculos diferentes e mais ambições…" (**Jornalismo**, 4ª série, nº 1, p.3)
8. A partir desta série, as capas contam sempre para efeitos de numeração.
9. Número especial dedicado exclusivamente à greve. Vem o boletim, com doze páginas, mais um jornal, "Jornal da Greve", com quatro páginas.
10. O grafismo desta série muda, relativamente às anteriores. É mais pequeno, mas também mais parecido com um jornal. Não recorre à cor.
11. Nesta série, não foi indicada numeração, só mês e ano.

CAPÍTULO 3

Discurso metajornalístico na Gazeta Literária: um jornal de jornalistas para jornalistas do Porto[1]

Jorge Pedro Sousa[2], Eduardo Zilles Borba[3], Liliana Mesquita Machado[4], Nair Silva[5] e Patrícia Teixeira[6]

A profissionalização e modernização do jornalismo em Portugal foi lenta e turbulenta (VALENTE, 1998; VERÍSSIMO, 2003; SOUSA, 2008, pp. 115-117, 2009a, 2009b; SOBREIRA, 2003, 2010; CORREIA e BAPTISTA, 2007, 2010; CABRERA, 2006, 2010). Assim, embora Portugal tenha acompanhado, desde 1880, a tendência

[1] Pesquisa produzida no âmbito do projecto Teorização do Jornalismo em Portugal: Das Origens a Abril de 1974, referência PTDC/CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP-010124-FEDER-009078, apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) e com co-financiamento da União Europeia através do QREN, programa COMPETE, fundos FEDER.

[2] Professor catedrático da Universidade Fernando Pessoa e pesquisador do Centro de Investigação Media e Jornalismo. Agregado (livre-docente), pós-doutor e doutor em Jornalismo. E-mail: jorgepedrosousa@gmail.com

[3] Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa. Doutorando em Ciências da Informação na Universidade Fernando Pessoa. Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

[4] Mestre em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa. Doutoranda em Jornalismo na Universidade Fernando Pessoa. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

[5] Mestre em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa. Doutoranda em Jornalismo na Universidade Fernando Pessoa.

[6] Mestre em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa. Doutoranda em Jornalismo na Universidade Fernando Pessoa. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

internacional para a fundação de organizações representativas dos jornalistas[7], documentando o crescente sentimento de classe entre aqueles que faziam da redacção de jornais uma ocupação, um ofício ou mesmo uma profissão[8], na verdade essas organizações rivalizaram entre si (CUNHA, 1941). Essa situação prolongou-se, inclusivamente, até à instituição, pelo Estado Novo, do Sindicato Nacional dos Jornalistas como única entidade sindical representativa da corporação, em 1934 (CUNHA, 1941). Além disso, as primeiras organizações nacionais de jornalistas dividiam-se entre aquelas que só admitiam "políticos de jornal" e "escritores de jornal" consagrados, caso, por exemplo, da Associação de Jornalistas de Lisboa (fundada em 1896), e as que tinham entre os seus membros repórteres, noticiaristas e informadores, vistos pelos primeiros como jornalistas de segunda categoria, responsáveis, ademais, pela degradação do jornalismo (CUNHA, 1891, p. 57), o que ocorria, por exemplo, na Associação da Imprensa Portuguesa (fundada em 1897 para agregar profissionais da imprensa sem lugar na Associação de Jornalistas de Lisboa, mais tarde esteve na origem da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa, transformado em Sindicato dos Profissionais da Imprensa[9], em 1924).

[7] Alfredo da Cunha (1941, p. 34) referencia as seguintes: Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, 1880; Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1882; Associação dos Jornalistas (de Lisboa), 1896; Associação da Imprensa Portuguesa, 1897; Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa (de Lisboa), 1904; (2ª) Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, 1907; Casa dos Jornalistas, 1921; Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, 1924, que em 1925 fundou uma Caixa de Previdência, sendo que da fusão destas duas entidades nasceu a Casa da Imprensa, que ainda existe; Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1934. Diz o mesmo autor que tiveram existência efémera ou não passaram da fase de congeminação a Associação dos Escritores e Jornalistas Portugueses (1925), a Sociedade de Homens de Letras, de 1870, a Sociedade dos Escritores Portugueses, de 1926, e outras associações que também admitiam jornalistas.

[8] Não no sentido sociológico do termo, seja funcionalista, seja estruturalista, seja interaccionista (leia-se, nomeadamente, FIDALGO, 2008, pp. 11-64), mas sim num sentido meramente histórico e entendendo-se profissão tão simplesmente como o exercício permanente de uma determinada actividade remunerada, embora isso requeira sempre o domínio de conhecimentos e competências específicos. Por outras palavras, o exercício da profissão de jornalista e, portanto, a definição de quem é e quem não é jornalista dependeria do contexto histórico. De alguma forma, seria jornalista, em cada momento histórico, quem, desempenhando remuneradamente essa actividade profissional, os seus pares reconhecessem como jornalista nesse mesmo momento histórico.

[9] Foi o primeiro sindicato que incluía jornalistas (englobando-se aqui repórteres e informadores), mas não era um sindicato exclusivo de jornalistas (englobando-se, aqui, redactores e repórteres),

É de dizer, em acréscimo, que as denominações de algumas dessas organizações de jornalistas sugerem, polemicamente, a proximidade entre jornalismo e literatura – foi o que ocorreu, desde logo, com a primeira associação nacional de jornalistas, a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, bem como com a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto (AJHLP), entidade fundada em 1882, que publicou o jornal objecto desta pesquisa, a *Gazeta Literária*. A indefinição sobre quem deveria e não deveria ser considerado jornalista e a confluência identitária que para alguns existia entre jornalismo e literatura, provocou, inclusivamente, as suas próprias crises e tensões[10]. Na própria

já que incluía informadores, desenhadores, revisores e outros profissionais da imprensa diária (em exclusivo) desde que auferissem destas profissões o seu rendimento ou a maior parte dele.

[10] A literatura sobre jornalismo publicada em Portugal até 1974 documenta-o. De uma forma geral, pode dizer-se que nos primeiros textos eram elogiadas as competências literárias e a capacidade retórica e persuasiva dos polemistas e políticos que por escreverem em jornais ou por os manterem se intitulavam jornalistas (FONSECA, 1874; ANSELMO, 1882; ARANHA, 1886; PEREIRA, 1890; CUNHA, 1891; ARANHA, 1907/1908; SAMPAIO BRUNO, 1906; VELOSO, 1910/1911; CARVALHO, 1924; SARMENTO, 1937; PORTELA, 1943; 1953; CABRAL, 1949; DACIANO, 1958; PEREIRA, 1960). Um pouco mais tarde, as memórias de jornalistas acentuavam o espírito boémio e mundano, aventureiro e improvisador, mas também solidário, dos repórteres (ABREU, 1927; BRAMÃO, 1936; PORTELA, 1943; FERREIRA, 1945; SCHWALBACH, 1946; CABRAL, 1949; PORTELA, 1956; VIEIRA, 1960). Quando o jornalista doutrinário ou literato deu lugar ao repórter profissional, a lógica, densidade e estilo do argumento deixaram de ser a meta dos jornalistas. Livros de memórias de jornalistas como Jorge de Abreu (1927), Bramão (1936) e Rafael Ferreira (1945) mostram que a obtenção de informação exclusiva em primeira-mão se tornou, ao invés, a demonstração mais clara de competência e valor de um indivíduo como jornalista. Passam a ser elogiadas as capacidades de improviso, de adaptação e resolução dos problemas e de recurso aos mais diversos expedientes para obtenção de informações. Bater a concorrência já não significava ser-se mais persuasivo nem tecer discursos políticos no melhor estilo, mas sim ter-se a informação que mais ninguém tinha. Também transparecem desses textos de memórias (ABREU, 1927; BRAMÃO, 1936; FERREIRA, 1945) as cumplicidades dos membros da "tribo jornalística", como lhes chama Nelson Traquina (2004), unidos pela vida (boémia) que levavam, pela profissão comum e pelos valores profissionais (admiração pelas "cachas", respeito pela qualidade da expressão, apreço pela capacidade de socialização e convivência, sentido de missão...). Numa terceira fase, os textos começam a acentuar o profissionalismo jornalístico (SINDICATO DOS JORNALISTAS, 1971; FREIRE, 1936; QUADROS, 1949). Observa-se, nesses livros, uma evolução no conceito do que é ser-se jornalista em Portugal: em termos simples, o político polemista ou o literato dá lugar ao repórter boémio e este dá lugar ao jornalista profissional. José Manuel Tengarrinha (1965, p. 155) esclarece, no mesmo sentido, que se assiste a uma separação entre os territórios do jornalismo e da literatura a partir de meados de oitocentos. Joaquim Salgado (1945, p. 61-62) explica que a profissionalização dos jornalistas portugueses radica na sua "proletarização", provocada pela industrialização da imprensa. Nuno Rosado (1966, p. 19-23), vê no jornalista um profissional, um repórter, frequentemente especializado. A distinção entre a figura do repórter profissional e do "escritor de jornal" já é para esse autor, que escreve em 1966, um facto.

Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, conforme relata, nomeadamente, o jornal portuense *A Verdade*, em artigos publicados a 11 de Fevereiro, 18 e 25 de Março de 1929[11], ocorreu uma cisão entre os "homens de letras", que desejavam manter a associação como era, e vários jornalistas, que desejavam que a organização optasse pela via sindical e que, inclusivamente, viam com bons olhos a convergência com o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa para a formação de um único sindicato. Aliás, conforme relata Luís Gomes (1925, pp. 143-191) e relembra Joaquim Salgado, em artigos sucessivos publicados na *Gazeta Literária*[12], a via sindical era defendida por vários jornalistas agremiados na AJHLP desde o final da segunda década do século e foi mesmo a cisão entre os que queriam optar pelo sindicalismo de classe e os que queriam manter o carácter cultural da associação que a levaram

Assim, acompanhando um lento mas constante processo de profissionalização dos jornalistas portugueses, transparece dos livros referenciados uma mudança na concepção do jornalismo. Se primeiro a actividade é vista predominantemente como uma ocupação de "escritores de jornal" e polemistas políticos, que usam as suas capacidades retóricas e literárias para persuadir um reduzido número de leitores e que, frequentemente, nem sequer auferem qualquer remuneração, progressivamente passa a ser vista como profissão informativa, remunerada, auto-regulada por uma deontologia própria onde se espelham os valores profissionais, com competências profissionais específicas (como o domínio das técnicas da notícia, da entrevista e da reportagem) que podem ser ensinadas e aprendidas. O jornalismo emerge dessas reflexões como arte liberal, ainda que nem todos se revejam no conceito de "profissão liberal".

[11] O texto de 11 de Fevereiro é assinado pelo jornalista Silveira Freitas e intitula-se "Uma classe que se afirma". Nele, o autor elogia a aproximação entre os profissionais da imprensa de Lisboa, através do respectivo Sindicato, e os profissionais da imprensa do Porto, através da AJHLP, "única organização existente em que os profissionais da imprensa desta cidade podem acolher-se". O texto de 18 de Março não é assinado. Intitula-se "Jornalistas, classe ou grei?", enaltece a possibilidade de os profissionais da imprensa se organizarem como classe (presume-se que através do sindicalismo) e afirma que a AJHLP terá de optar entre os que defendem esta opção e os que não a desejam. Finalmente, o artigo de 25 de Março é assinado por treze jornalistas portuenses (Juliano Ribeiro, Joaquim Salgado, António Abrunhosa, Arnaldo Silva, António Marques da Cunha, António Brochado, Carlos da Silveira Freitas, Teixeira Pinto, Salvador Borga, Martins de Oliveira, C. Machado, António Sarmento e Gabriel Maia) e, relatando o que aconteceu numa assembleia-geral da AJHLP (18 de Março de 1929) destinada a debater uma revisão estatutária que a conduzisse ao sindicalismo, documenta a ruptura de opinião entre os "homens de letras" que não queriam seguir essa via e os jornalistas (nomeadamente os treze que assinam o artigo) que por ela lutavam.

[12] Joaquim Salgado, Uma fase palpitante da História da Associação. Luta dos profissionais de imprensa para criação de um Organismo de classe de estrutura sindical. Gazeta Literária, nº 1, Setembro de 1952; nº 2, Outubro de 1952; nº 3, Novembro de 1952; nº 4, Dezembro de 1952; nº 5, Janeiro de 1953; nº 6/7, Fevereiro/Março de 1953, nº 8, Abril de 1953; nº 9, Maio de 1953; nº 10/11, Junho/Julho de 1953; nº 12, Agosto de 1953; nº 13/14/15/16, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 1953; n.º 21/22, Maio/Junho de 1954, pp. 87-88.

ao encerramento e quase à extinção, em 1933[13].

A divisão entre os jornalistas portugueses que exerceram a profissão antes de 1974 estendia-se à questão do ensino do jornalismo[14]. Autores como Trindade Coelho (1897, pp. 10-11), Quadros (1949), Mário Matos e Lemos (1964), Rosado (1966, p. 21) ou Costa Carvalho (1971) defenderam a necessidade do ensino superior do jornalismo; outros, como Bramão (1899), Veloso (1910/1911), Bento Carqueja (*cit. in* Cunha, 1941, p. 31) e Marques Gastão (1959), certos de que o jornalista se impunha pelos seus dotes retóricos e literários inatos, bradaram contra ela. Numa posição conciliatória, Alfredo da Cunha (1941, p. 32), Freire (1936) e Fidelino de Figueiredo (1957) sugerem que a formação específica dos jornalistas, eventualmente ao nível do ensino superior, deveria ser vista como útil mas não obrigatória. Assim, por causa das divisões no seio da classe, e talvez também por desinteresse ou até desconfiança dos governos do Estado Novo (1933-1974), o primeiro curso português de graduação em Comunicação Social surgiu somente em 1979, na Universidade Nova de Lisboa (UNL). Em 1986, foi fundada a primeira

[13] Joaquim Salgado, Uma fase palpitante da história da associação. Luta dos profissionais da imprensa ara a criação dum organismo de classe de estrutura sindical. Gazeta Literária, n.º 21/22, Maio/junho de 1954, pp. 87-88.

[14] Até 1979, foram várias, embora pouco consequentes, as iniciativas com vista a assegurar a formação superior específica dos jornalistas em Portugal. Alfredo da Cunha (1941, p. 13) afirma que os primeiros a sugerir a criação de cursos de ciências sociais que funcionassem como embrião duma escola de jornalistas foram os promotores da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, ainda em 1879. Também a Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, depois renomeada Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, sugeriu a criação de uma escola de jornalismo. Em 1941, o Sindicato Nacional dos Jornalistas apresentou, infrutiferamente, ao Governo um primeiro projecto de curso teórico e prático de jornalismo. Em 1963, o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos organizou um ciclo de conferências a que, pomposamente, chamou "Curso de Jornalismo". Em 1966, o Diário Popular organizou, com bastante sucesso, um curso de jornalismo nas suas instalações. Este foi seguido, em 1968, pelo curso de jornalismo do Sindicato Nacional de Jornalistas, frequentado por quase 200 interessados. Ainda assim, nenhum curso superior com reconhecimento oficial especificamente denominado como sendo de jornalismo veria a luz do dia em Portugal até à criação da licenciatura em Jornalismo da Universidade de Coimbra, em 1993, apesar do Sindicato Nacional dos Jornalistas ter submetido ao ministro da Educação, em 1971, um Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal, no mesmo ano em que o grupo Borges & Irmão instituiu a Escola Superior de Meios de Comunicação Social, que oferecia um curso de Jornalismo (esta escola, atingida pela vaga de nacionalizações de 1974/75, não vingou). Diga-se, no entanto, que nem hoje a questão da necessidade de formação superior dos jornalistas para acesso à profissão está resolvida. O próprio Sindicato dos Jornalistas não a defende como obrigatória, mas apenas como desejável.

escola superior devotada especificamente ao ensino do Jornalismo: a Escola Superior de Jornalismo do Porto. O primeiro curso superior que optou especificamente pela designação de curso de Jornalismo foi o da Universidade de Coimbra, fundado em 1993.

Ao publicar-se, embora com interrupções, ao longo de quatro séries, entre 1952 e 1971, em pleno Estado Novo, e num momento em que, conforme se observou, existiam tensões e divergências entre os que se diziam jornalistas, a *Gazeta Literária*, ela própria projecto de uma organização que aglutinava jornalistas e "homens de letras", é um objecto de estudo relevante para se compreenderem as perspectivas e sentimentos dos jornalistas portugueses durante a ditadura e em especial durante o período de modernização do jornalismo nacional e de rejuvenescimento e melhoria de formação da classe que decorre entre 1956 e 1968 (CABRERA, 2006; SOBREIRA, 2003; 2010; CORREIA E BAPTISTA, 2007; 2010).

Este trabalho tem, assim, por objecto o *discurso metajornalístico* da *Gazeta Literária*, entendido como discurso auto-referencial sobre o jornalismo feito por jornalistas e homens de letras num jornal cujo público-alvo era, também ele, constituído por jornalistas e homens de letras.

O objectivo geral desta pesquisa é descrever a forma e os conteúdos da *Gazeta Literária*, prestando especial atenção ao enquadramento discursivo dado ao jornalismo e ao exercício da actividade jornalística, num contexto histórico marcado pela ditadura do Estado Novo (1933-1974), pela censura e, ao nível profissional, pelo agitado processo de profissionalização, modernização e rejuvenescimento do jornalismo português a que se fez referência. Ou seja, pretende apurar-se *do que fala* e *como fala* a *Gazeta Literária* daquilo de que fala. A hipótese a testar é a de que a *Gazeta Literária* abordou os temas que Sousa (coord.) *et al.* (2010a) afirmam terem sido os mais relevantes da teorização portuguesa do jornalismo anterior a 1974 e os temas que mais preocuparam os jornalistas portugueses durante o Estado Novo (direito, liberdade de imprensa, ética, deontologia e opinião pública; necessidade ou não de formação específica em jornalismo e da instituição de cursos de jornalismo; conjuntura jornalística e vida profissional; história do

jornalismo; técnicas de expressão jornalística, etc.). Como hipótese colateral a testar, considerar-se-á que sempre que o tema era polémico e passível de ser censurado, os redactores da *Gazeta Literária* optaram por técnicas de dissimulação das ideias que queriam transmitir. Tentou-se responder às seguintes perguntas de investigação:

1) Quais os temas abordados pela *Gazeta Literária*?

2) Qual o peso das matérias metajornalísticas na *Gazeta Literária*?

3) Quais os temas específicos do discurso metajornalístico da *Gazeta Literária*?

4) Quais os enquadramentos sugeridos pela *Gazeta Literária* no seu discurso metajornalístico? Ou seja, como olharam os redactores da *Gazeta Literária* para o jornalismo? Há concórdia ou discórdia entre eles? A *Gazeta Literária* era suficientemente aberta e polifacetada para dar espaço a opiniões divergentes?

5) Que conexões poderão hipoteticamente ser estabelecidas entre o contexto da época, os temas abordados pela *Gazeta Literária* e a maneira como esta os abordava?

Para dar resposta a essas perguntas de investigação, recorreu-se à análise do discurso, quantitativa (ou análise de conteúdo) e qualitativa, na linha apontada por Sousa (2006, pp. 343-376). Assim, para apuração dos dados quantitativos pedidos pelas perguntas de investigação 1, 2 e 3, procedeu-se à definição de categorias *a priori*, contabilizando-se as matérias (unidades de análise) nessas mesmas categorias. A unidade usada foi, assim, a matéria individual, considerando-se, para classificação, o tema dominante da peça, independentemente do pretexto para a mesma (portanto, por exemplo, uma conferência na AJHLP sobre o "ensino do jornalismo" foi contabilizada na categoria com o mesmo nome e não na categoria "Solenidades e outros eventos"). Apurou-se a fiabilidade inter-codificadores (pi). Não houve lugar a procedimentos amostrais, pois a análise abrangeu todo o universo (ou seja, todos os números da publicação em causa). As categorias criadas são expressas na tabela 1.

Tabela 1
Categorias criadas para análise de conteúdo da *Gazeta Literária*

Perguntas de investigação **1) Quais os temas abordados pela *Gazeta Literária*?** **2) Qual o peso das matérias metajornalísticas na *Gazeta Literária*?**	
Categorias	**Descrição**
Jornalismo e Jornalistas	Todas as matérias relacionadas preponderantemente com o jornalismo: biografias de jornalistas; antologias de jornalistas; matérias sobre história do jornalismo; matérias sobre dilemas e problemas profissionais; questionamento da liberdade de imprensa, peças sobre direitos de autor, etc. Matérias sobre a actuação da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto em áreas relacionadas com o jornalismo.
Cultura, conhecimento e actualidade	Matérias relacionadas preponderantemente com a cultura em geral (artes, literatura, textos literários, etc.). Peças destinadas à promoção em geral do conhecimento (história, geopolítica, etnografia, ciências e tecnologia, humanidades, etc.). Matérias sobre a actuação da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto na área da cultura e do conhecimento. Peças sobre a actualidade política e económica nacional e internacional.
Outros assuntos	Todas as restantes peças. Textos literários em poesia ou prosa.
Pergunta de investigação **3) Quais os temas específicos do discurso metajornalístico da *Gazeta Literária*?**	
Categorias	**Descrição**
Ética, direito e deontologia do jornalismo, liberdade de imprensa e opinião pública	A ética, o direito e a deontologia do jornalismo correlacionam-se intrinsecamente entre si, na medida em que regulam a actividade jornalística. Por seu turno, a liberdade de imprensa emerge das leis e códigos deontológicos e é regulada por eles, ainda que a reflexão sobre ela se possa fazer filosoficamente, sem se abarcarem as questões legais. As discussões sobre a influência da imprensa sobre a sociedade e em particular sobre a opinião pública, repousam também, amiúde, sobre o princípio da liberdade de imprensa.

	Daí que esta categoria abarque todos esses assuntos e ainda as questões do jornalismo e da verdade quando associadas à liberdade ou à falta dela (o que ocorria no Estado Novo, período durante o qual houve censura institucionalizada em Portugal).
Ensino do jornalismo	Peças que abordam a necessidade, ou não, de formação específica para jornalistas; peças sobre o ensino superior do jornalismo, sobre a estrutura de cursos de jornalismo, sobre a fundação e organização de escolas de jornalismo e ainda sobre a pedagogia do ensino do jornalismo.
Antologias jornalísticas	Peças de apresentação ou evocação, crítica ou não, de textos jornalísticos elaborados por jornalistas. Apresentação noticiosa de livros sobre jornalismo sem resenha aprofundada dos mesmos.
Resenhas não históricas da imprensa mundial, nacional e regional	Resenhas críticas da imprensa. Revista crítica da imprensa.
Biografias e memórias de jornalistas	Biografias de jornalistas. Memórias de jornalistas enquanto profissionais do jornalismo. Evocações da vida boémia, mundana ou cultural dos jornalistas e das suas confraternizações em tempos idos.
História do jornalismo	Matérias que incidem sobre a história do jornalismo, a nível internacional, nacional ou local, sobre a história das agremiações profissionais e ainda sobre a história dos órgãos jornalísticos e das tecnologias de apoio ao jornalismo. Excluíram-se as peças antológicas e biográficas, que se consideraram enquanto categorias próprias.
Vida profissional, conjuntura jornalística e relações jornalísticas internacionais	Peças sobre quem é "verdadeiramente" jornalista. Matérias sobre a profissão, o seu dia-a-dia e os dilemas e ambições profissionais desde a óptica do jornalista. Peças sobre a conjuntura jornalística, o mercado, os leitores ou ouvintes, o jornalismo nos países estrangeiros, etc. Peças sobre os sindicatos, os grémios profissionais dos jornalistas e outros profissionais da imprensa (desde que não sejam feitos na perspectiva histórica ou conjuntural).

	Matérias sobre a vida interna e acção da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto em temas de interesse para o quotidiano profissional da classe. Peças sobre as relações internacionais dos jornalistas portugueses e da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto em particular. Matérias sobre o mercado, problemas e dilemas da imprensa regional e local e os seus jornalistas. Matérias sobre congressos de jornalistas. Peças sobre direitos de autor dos jornalistas (e não só).
Teoria do jornalismo	Peças que teorizam sobre jornalismo e a sua interacção e influência sobre a sociedade e a cultura desde o ponto de vista académico, filosófico ou mesmo científico (sociológico), com excepção das matérias melhor inseridas noutras categorias. Matérias que teorizam sobre as técnicas, géneros e estilos jornalísticos nos diversos meios de comunicação. Peças sobre jornalismo, desenvolvimento e progresso. Matérias sobre jornalismo especializado. Reflexões, em geral, sobre jornalismo que não caibam noutras categorias. Textos sobre comunicação que incluem o jornalismo.
Solenidades e outros eventos e prémios	Peças sobre solenidades como entregas de prémios a jornalistas, comemorações dos aniversários da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto e outros eventos, desde que o tema dominante não justifique a melhor inserção das peças noutra categoria. Anúncios de prémios para jornalistas.
Outros temas jornalísticos	Peças sobre jornalismo não enquadráveis nos temas anteriores e matérias em que não existe um tema jornalístico que se possa considerar predominante.

A apuração de dados qualitativos sobre o discurso da *Gazeta Literária* restringiu-se à inventariação, anotação e descrição dos principais enquadramentos discursivamente sugeridos para o jornalismo e à tentativa de clarificação das intenções dos respectivos enunciadores. Tendo em conta a vastidão do universo sobre o qual incidiu a análise, criou-se, tal como aconselha Sousa (2006, pp. 352-374), uma grelha de assuntos abordados pela *Gazeta Literária*, para o caso baseada nas

categorias da análise de conteúdo. Seguidamente, lendo-se o periódico em causa, procuraram-se determinar e registar exemplos dos principais enquadramentos sugeridos para esses assuntos, atentando-se nos dispositivos de enunciação usados para o efeito (argumentos, figuras de estilo, exemplos, frases-feitas, cifras, etc.). Em acréscimo, prestou-se atenção a eventuais consonâncias e dissonâncias nos enquadramentos dos assuntos sugeridos pelos diferentes redactores da *Gazeta Literária*.

1. A Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto e a *Gazeta Literária*

A Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto é a mais antiga organização portuguesa de jornalistas em actividade. Foi fundada a 13 de Outubro de 1882, para, conforme definido no preâmbulo dos respectivos estatutos, "honrar a memória de António Rodrigues Sampaio[15], insigne jornalista português, benemérito da pátria e da liberdade". Os seus primitivos estatutos[16] davam-lhe a possibilidade de agir com objectivos mutualistas (Afirmar a obrigação moral do auxílio mútuo na doença ou falta de trabalho e torná-la efectiva pelos recursos pecuniários da associação, se os tiver, ou pela prestação dos serviços da colectividade.), para-sindicais (Promover (…) a defesa dos (…) legítimos direitos e interesses [dos jornalistas].) e ético-deontológicos (Empenhar-se em elevar o nível intelectual e moral da imprensa e reivindicar a justa

[15] É o que se lê no preâmbulo dos estatutos. António Rodrigues Sampaio (1806-1882) foi, no dizer de Sousa (coord.) et al (2010b, pp. 4-5), um profissional do jornalismo doutrinário (profissional no sentido de ser alguém que ganhava a sua vida como redactor de jornais políticos) que chegou a primeiro-ministro, em 1881. Lutador pelas liberdades liberais, era considerado, no final da vida, o patriarca da imprensa portuguesa, quer por ser o mais antigo jornalista português em actividade, quer por causa da sua vida de combate jornalístico pelas causas em que acreditava, o que lhe valeu perseguições e, inclusivamente, a necessidade de viver na clandestinidade durante, pelo menos, duas ocasiões. Paradoxalmente, como ministro e, depois, presidente do Ministério ("primeiro-ministro"), tomou algumas medidas legislativas contra a liberdade de imprensa e chegou a intentar vários processos judiciais contra jornalistas por abuso de liberdade de imprensa (Sousa, coord., et al., 2010).

[16] Aprovados pelo governador-civil do Porto a 15 de Abril de 1885, e segundo Joaquim Salgado ao abrigo do Código Administrativo (Joaquim Salgado, Uma fase palpitante da história da associação, Gazeta Literária, n.º 1, Setembro de 1952, p. 3).

consideração que lhe é devida.).

A designação da associação é representativa das tensões que atravessaram o processo de profissionalização dos jornalistas portugueses. De facto, a junção dos jornalistas aos "homens de letras" parece sugerir a ideia de que o jornalismo é um ramo da literatura. Aliás, hoje em dia a associação, que se mantém em actividade, reúne cerca de 500 sócios, mas muitos deles são escritores, artistas plásticos, professores e cientistas e não jornalistas, acolhendo não apenas portugueses mas também galegos. Nunca foi, assim, uma organização (exclusivamente) de jornalistas. Antes se abriu à vida cultural da cidade do Porto, do Norte de Portugal e da Galiza. Como curiosidade, a primeira mulher associada foi a poetisa e professora Clorinda de Macedo, que se inscreveu em 1901[17].

Apesar disso, a associação interveio várias vezes em defesa dos jornalistas, em especial no início do século XX, quando ainda não estava claramente formulado qual viria a ser o seu patamar de actuação. Assim, conforme relata Luís Gomes (1925, pp. 143-191) e se constata ao folhear a *Gazeta Literária*, para além de ter procurado estabelecer-se numa sede condigna, a Casa dos Jornalistas, a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto perseguiu fins mutualistas (procurou ajudar jornalistas e suas famílias, o que ocorreu, aliás, pelo menos até 1971, conforme indicam os relatórios de contas da instituição publicados na *Gazeta Literária*); tentou promover aumentos salariais para os jornalistas do Porto (1918); fez-se representar em diversos congressos internacionais de jornalistas (Bordéus, 1895; Estocolmo, 1897; Lisboa, 1898; Paris, 1900; Berna, 1902; Viena, 1904; Liège, 1905; Berlim, 1908; Londres, 1909; Trieste, 1910; Roma, 1911, etc.)[18]; protestou contra os condicionamentos da liberdade de imprensa e de actuação dos jornalistas, quer na fase final da Monarquia e durante a I República, quer na Ditadura Militar e no Estado Novo; lutou pela criação, bem-sucedida, de uma carteira de identidade para os jornalistas (1921-1924) que lhes reconhecesse direitos cívicos e profissionais e também, por exemplo, descontos nos

[17] Cf. Gazeta Literária, 1ª série, n.º 50, Outubro de 1956.

[18] Cf. também: João Arnaldo Maia, A história da Associação dos Jornalistas está ligada aos primeiros grandes congressos internacionais da imprensa realizados na Europa, Gazeta Literária, n.º 12, Agosto de 1953, pp. 195-196; nº 13/16, Setembro/Dezembro de 1953, pp. 232-234; n.º 17, Janeiro de 1954, p.p. 8-9; n.º 18, Fevereiro de 1954, pp. 23-24.

transportes públicos; empenhou-se em acções de beneficência em prol dos mais desfavorecidos; desenvolveu iniciativas culturais; criou uma biblioteca e outras estruturas de apoio, como um refeitório; organizou colónias balneares para os filhos de jornalistas e procurou criar uma casa de veraneio para jornalistas, homens de letras e suas famílias; e, em 1952, lançou o seu órgão de comunicação, a *Gazeta Literária*.

O título da publicação – *Gazeta Literária* – demonstra, efectivamente, que a associação se tinha tornado, à época, mais do que tudo, uma organização cultural, como acontece ainda hoje. Os associados que, conforme atrás relatado, quiseram transformá-la numa organização sindical, fazendo-a convergir com o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, apesar de conseguirem, momentaneamente, o controlo da organização, a partir de 1930, perderam o embalo e a própria associação entrou em crise e viu mesmo a sede ser-lhe hipotecada. A criação, em 1934, do Sindicato Nacional dos Jornalistas, único admitido pelo regime corporativo, suprimiria, de vez, qualquer deriva sindical da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

A *Gazeta Literária* teve quatro séries. Iniciou a sua publicação em Setembro de 1952. O seu último número, enquanto publicação regular, data de 1971, embora tenham sido publicados números especiais comemorativos depois disso (o último, o quarto, é de 2007 e comemora os 125º aniversário da AJHLP).

A primeira série, dirigida pelo jornalista Mário do Amaral, compreende 76 números, de formato sensivelmente A4 (21 cm de largura por 29 de altura, o que dá uma superfície por página de 609cm^2), paginada a três colunas, com caracteres tipográficos inconstantes, em especial nos títulos, mas também nos textos (em que até o corpo dos caracteres podia variar)[19]. Cada número tinha entre 16 e 20 páginas, numeradas sequencialmente por volume. Em termos de conteúdo, é a mais relevante das quatro séries da *Gazeta*, mas há alguma desorganização interna, pois não se assiste a uma disposição e hierarquização dos assuntos por secções. O último número, duplo, como vários outros[20], leva a data de Novembro/Dezembro de 1858

[19] A inconstância dos caracteres tipográficos mantém-se em todas as séries da Gazeta Literária.

[20] Os números duplos, triplos, etc. permitiam justificar perante as autoridades a periodicidade e constância da publicação, para não se perderem apoios nem o direito ao título.

(VI volume). O logótipo sofreu algumas alterações, mas, graficamente, o mais interessante desta série, em termos formais, é a introdução de capas e contracapas coloridas (funcionando como cobertura e não como primeira e última página propriamente ditas), primeiro de forma ocasional (números 26/27, de Outubro/Novembro de 1954 – fotografia de um busto de Almeida Gerrett; n.º 32, de 1955 – foto do pintor José Malhoa; n.º 50, de Outubro de 1956 – desenho abstracto) e, depois, regularmente, a partir de Janeiro de 1957 (n.º 53). Essa solução gráfica permitia a inclusão de anúncios no verso das mesmas. As capas traziam reproduções de obras de arte ou fotografias (sendo de realçar as fotografias da sede social da AJHLP, conhecida por Casa dos Jornalistas).

Figura 1
Primeira página do primeiro número da primeira série da *Gazeta Literária*


BM RES 82
GAZ (Nº1, 1952)

GAZETA literária

REVISTA MENSAL

ÓRGÃO E PROPRIEDADE DA ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS E HOMENS DE LETRAS DO PORTO

DIRECTOR E EDITOR: *MÁRIO DO AMARAL*

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: *Rua de Rodrigues Sampaio, 140 — Porto*

Composição e impressão: EMPR. IND. GRÁFICA DO PORTO, L.da *174, R. Mártires da Liberdade, 178-Porto*

VISADA PELA COMISSÃO DE CENSURA

Editorial

O aparecimento de «Gazeta Literária» como órgão da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto marca mais um passo no progresso da nossa velha colectividade, torna realidade um sonho dos trabalhadores das letras do norte do País. Embora modesta, esta iniciativa é motivo de orgulho para os signatários. Porém, não podemos esquecer que, não só este como outros empreendimentos por nós levados a cabo, só foram possíveis mercê da criteriosa administração feita pelas direcções que nos antecederam, presididas pelos srs. Drs. Alfredo de Magalhães, Bartolomeu Severino e Ângelo César a quem, neste momento tão grato ao nosso espírito, queremos saudar efusivamente.

Procurando fazer coincidir a saída do primeiro número com a celebração do nosso 10.º aniversário, tivemos de vencer as dificuldades resultantes da preparação do original em época pouco propícia como a que decorre em período de férias. Daí e não podermos apresen-

(Cont. na pág. 2)

ANO I Setembro de 1952 N.º 1

GAZETA LITERÁRIA

... então eram diaristas os jornalistas de hoje...

A GAZETA LITERÁRIA, apareceu no Porto em 1761 — há perto de dois Séculos. Não foi o primeiro periódico que o burgo teve porque já, em 1740 — uma duzia de anos antes — tivera o celebrado «Zodiaco Lusitano» e havia de nos dar depois, também, o primeiro *jornal político* com o «Leal Portuguez» aparecido em 27 de Junho de 1808.

Mesmo com título idêntico outros apareceram no País: um, em Lisboa mais dum século depois, em 1807 e outro, no Rio de Janeiro, em 1985.

Todavia a importância da GAZETA LITERÁRIA advém-lhe de ser o periodico que verdadeiramente iniciou o jornalismo literário em Portugal.

* * *

Assim quando em 1941, se convencionou comemorar, pela *segunda vez*, o **Tricentenário do Aparecimento do Jornal Português**, que já tinha passado em 1926, pelo menos quinze anos antes, dando-se preferência à Gazeta *em que se relatam as novas* de 1641 e pondo de parte as **Relações** de Severim de Faria, de 1625-626, tivemos a ocasião de fazer uma análise sucinta da vida, nascimento e primeiros passos da Imprensa, e logo, nesse momento, assinalamos, com relevo e carinho devidos, esta GAZETA LITERÁRIA de 1761.

A proposito dela escrevemos então:

«E ainda se não fala de **jornais**, *nem de* **jornalistas**. *Há* **Relações**, *há* **Gazetas**, *há* **Mercurios**, *há* **Expressos**, *ai* **Correios**, *há* **Diários**, *mas não se falara, ainda, em* **Jornais**!

Não há portanto jornalistas.

Há, quando muito, como resa o rabejão da Gazeta Literária, em 1761, saída no Porto, que terá a honra de ser o Cidade lealdoura do **jornalismo literário em Portugal**, *há, quando muito, repetimos, críticos e diaristas — diaristas que nos desenterrem a lingua, laboriosamente, dos afrancesados jornalistas».*

E, em notas marginais, identificavamos o periodico, pondo-o no seu elevado e justo lugar.

Já o abade Diogo Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, dissera *ser a Gazeta o primeiro que neste genero de escrever saiu em Portugal* e já Inocencio, no seu *Diccionario Bibliographico*, afirmara que *«A maneira porque são redigidas as duas testemunha da universalidade de conhecimentos e erudição do Author e mostra alem outros artigos, muitos destes criticos e bem ajuizados, de varias obras portuguezas saidas por aquelle tempo».*

* * *

GAZETA LITERÁRIA é pois um título de tradições e de responsabilidade.

Tradições porque, só por si, evoca o patriotismo cultural do Porto.

Há quase dois séculos ela colocou ao alcance das gentes ilustradas ou curiosas, desde acanhado burgo, o mundo culto de então.

Património cultural do Porto, porque no Porto nasceu, no Porto foi impressa, e por um portuguesa ilustre foi dirigida e redigida na sua maior parte.

E até o facto de, depois dos seus treze primeiros

(Cont. na pág. 2)

GAZETA LITERARIA,
OU
NOTICIA EXACTA
DOS
PRINCIPAES ESCRIPTOS MODERNOS,
Conforme a Analysis, que delles fazem os melhores Criticos, e Litteratos da Europa.

Obra periodica para o anno de 1761.

Ex quo he Prestellar

O EXCELLENTISSIMO SENHOR
JOAM DE ALMADA
E MELLO,
Governador General da Cidade do Porto, do seu Partido, e do todo a Marinha da Beira, &c. &c. &c.
VOLUME PRIMEIRO.
POR
FRANCISCO BERNARDO DE LIMA

PORTO. Na Officina de FRANCISCO MENDES LIMA
M. DCC. LXI.
Com todas as Licenças necessarias.
Vende-se no Porto em Casa do Capitão Manoel Pedroso Coimbra na rua dos Mercadores: Em Lisboa em Casa de Claudio da Seuta na rua de Santa Catharina. Em Coimbra em Casa de Joam José da Silva ao largo de S. João do Bispo.

Prontificação do primeiro número da «Gazeta Literária»

Figura 2
Capas de números da primeira série da *Gazeta Literária* com fotografias da Casa dos Jornalistas



Figura 3
Capa de um número da primeira série da *Gazeta Literária* com reprodução de pintura

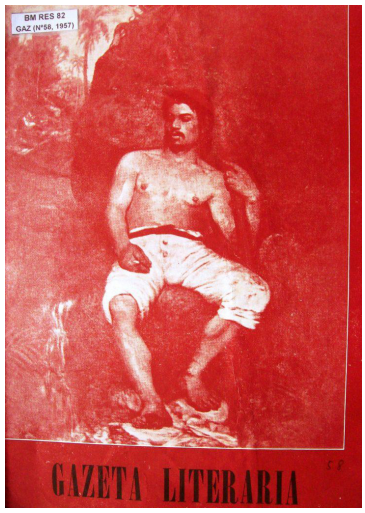
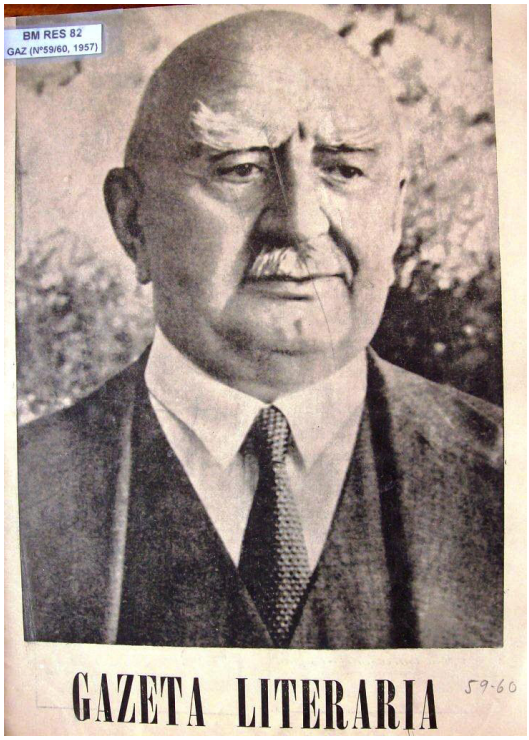


Figura 4
Capa de um número da primeira série da *Gazeta Literária* ilustrada com um retrato



O primeiro número da segunda série da *Gazeta Literária* data de Julho de 1959 e o último de Janeiro a Junho de 1961. Nesta série, foram publicados 24 números, sob a direcção do jornalista M. Carmo Pacheco. O último número é sêxtuplo (n.ºs 19 a 24) e abarca os meses de Janeiro a Junho de 1961. A principal inovação gráfica desta segunda série da *Gazeta Literária* é a transformação do jornal num tablóide. A superfície por página aumentou para 28 cm de largura por 38 cm de altura, o que perfaz 1064cm^2. O logótipo é idêntico em todos os números, que têm entre 16 e 24 páginas, paginadas a cinco colunas (padrão). Os conteúdos não são organizados por secções.

Figura 5
Primeira página do primeiro número da segunda série da *Gazeta Literária*


BM RES 82
GAZ (Nº1, 1959)

GAZETA Literária

Julho de 1959-2.ª Série-N.º 1

Director e Editor: M. Correia Pacheco
Depósito e Propriedade do A. J. N. L. P.
Redacção e Administração: Rua Rodrigues Sampaio, 140 — Porto
Composto e impresso — Ofic. Gráficas de «O Primeiro de Janeiro» — Porto

CONTINUIDADE E RENOVAÇÃO

GAZETA LITERÁRIA reaparece hoje, animada, simultâneamente, por uma ambição de continuidade e de renovação. Continuidade relativamente a uma obra que se iniciou em 13 de Outubro de 1882, data da fundação da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto. Renovação indispensável a todo o organismo vivo, sabido que parar — não acompanhar dinâmicamente a evolução do mundo e o caminhar do tempo — é morrer.

Além dos objectivos de confraternidade e mútuo auxílio entre os associados e suas famílias, a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto tem como fins estatutàriamente proclamados: elevar o nível moral e intelectual da Imprensa e das Letras, reivindicando a justa consideração que lhes é devida; estimular a expansão das melhores obra nacionais de carácter jornalístico, literário, artístico e científico; promover a defesa e salvaguarda das legítimas e superiores aspirações da Literatura Portuguesa e de seus Autores, quer no país, quer no estrangeiro. E entre os meios previstos para a consecução destes fins e da obra de cultura que lhe está implícita, figura a publicação periódica de um órgão informativo, literário, artístico e científico.

Assim nasceu, em Setembro de 1952, a «Gazeta Literária», que hoje reaparece, após uma suspensão de sete meses.

Esta segunda série da «Gazeta Literária» tem ao querer o valor do passado e a lição da experiência, procurará corresponder, cada vez melhor, à missão que lhe compete no presente e relativamente ao futuro. (Continua na 2.ª pág.)

O prémio «António Rodrigues Sampaio» (1957) foi atribuido ao ensaísta JOEL SERRÃO

A Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, como entre nós era instituída nesta cidade para honrar a memória de António Rodrigues Sampaio — insigne jornalista, benemérito da Pátria e da liberdade — a 13 de Outubro de 1882, trigésimo dia do seu falecimento. Na reforma estatutária de 1948 introduziu-se uma séria preocupação a criação de um prémio anual pecuniário denominado «António Rodrigues Sampaio», destinado não só a honrar o patrono da colectividade, mas também a constituir estímulo para os jornalistas e escritores portugueses.

A falta de meios foi impedindo a concretização desse anseio até que a Direcção de 1957, para comemorar condignamente as «bodas de diamante» da Associação, resolveu instituir o Prémio António Rodrigues Sampaio, nem que não pudesse ir além de um valor simbólico. Por felicidade, a Fundação Calouste Gulbenkian decidiu, generosamente, conceder um subsídio destinado a custear a distribuição daquele prémio durante três anos.

Pelo regulamento elaborado o Prémio relativo a 1957, na importância de 10.000$00, seria atribuido ao melhor ensaio ou artigo publicado durante aquele ano, em jornais ou revistas do continente, focando qualquer aspecto da história literária do Porto.

Foi constituído um júri, presidido pelo Prof. António Pires de Lima, presidente da Assembleia Geral da A. J. N. L. P., sem voto, e de que fariam parte o reitor da Universidade do (Continua na 2.ª pág.)

JOEL SERRÃO

VIDA INTERNACIONAL
por ANGELO VAZ

Transformação em marcha

Ao terminar o ano de 1958, escrevia-se na «Gazeta Literária»: «O Comunicado oficial respeitante ao problema de Berlim adoptado pelo Conselho Atlântico, logo a pós, o O. T. A. N., deixa as portas abertas para as negociações, entre o Oeste e o Leste.

O problema militar está também em estudo, discussão, e pendente das resoluções da O. T. A. N.

1958 finda deixando grave assuntos por resolver. Lago-a 1959.

Confiado, não resolvo a liberdade esperança de que o novo ano não se veja assolado, sobretudo, pelo espectro nuclear. O «Solidariedade internacional impõe-o», de dia para dia, cada vez mais!

As palavras proferidas, as conferências realizadas, os factos que se deram, nos cinco meses decorridos de 1959, confirmaram, em larga medida, os vaticínios acima expendidos.

1959 alvoreca com os «mísseis» e com o lançamento experimental de vários foguetões. Seus objectivos foram científicos, teóricos e militares, quer na Rússia, quer nos Estados Unidos.

Procuram-se também impressionar os sentimentos e os espíritos dos multidões. Fazer propaganda, como é usança dizer-se.

Paralelamente, em diplomacia, a campanha epistolar a Khrouchtchev.

Reuniram perspectivas de Conferência ao alto nível, noticiaram de Londres.

Assumiu o elevado cargo de Presidente da «V Repúblicas» e de «Comunidade Franco-Africanas» o general De Gaulle.

Normalizaram-se as relações económicas e financeiras, entre a Inglaterra e o Egipto, interrompidas por causa do caso do Suez.

Mikoyan efectuou a sua viagem turístico-política aos Estados Unidos, com resultados satisfatórios.

Kruschev declarou que o sumiço ao estrangeiro continuaria. De facto assim sucedeu.

A 15 de Janeiro, o Presidente norte-americano afirmou: — «Tanto os Estados Unidos como a União Soviética estão cansados de saber (Continua na 11.ª pág.)

REVOLUÇÃO NO TEATRO EXPERIMENTAL DO PORTO?

O Círculo de Cultura Teatral (sonho de um dia feito obra que cresceu e atingiu grandeza inesperada em tão curto prazo) transcendeu os seus limites e encontra numa verdadeira crise de crescimento. Da variedade e complexidade de problemas que surgiram com o andar dos tempos e o avolumar das responsabilidades, um avultava e em breve se transformava no calcanhar de Aquiles do corpo magnífico: as instalações. O T. E. P. não tinha instalações condignas e o nível do seu trabalho ressentia-se, forçosamente, disso.

Escondido sob os prédios cinzentos, na rua humilde, no fundo do corredor escuro e ingreme, o Teatro de Algibeira, cheio de história, de poesia, ver- (Continua na 6.ª pág.)

NESTE NÚMERO:

- OS COLÓQUIOS LITERÁRIOS E DE ARTE DA ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS, por Oscar Lopes e M. P.
- NOTA TEATRAL, de António Pedro
- PARA QUE, ESPERAR POR GODOT?, por J. A. Mota
- A GRANDE AVENTURA DE AMADEO DE SOUZA-CARDOSO, por M. S.
- MIGUEL TORGA, visto por Alberto Ura
- CINEMA, por Alves Costa e Manuel de Azevedo
- DO ECLECTISMO DA COMPANHIA DO MARQUÊS DE CUEVAS À DANÇA TOTAL DE MAURICE BÉJART, por Tomaz Ribas
- ANTOLOGIA DOS JORNALISTAS — Rapsódia X.
- Entrevistas com Joel Serrão, José Rodrigues Miguéis, Eugénio de Andrade e Maurício Bézart

No próximo número, vários artigos Literários iniciará a publicação do conto de Kalanikhe, «O Mahatma e o Dubon»

MAQUETA DA AUTORIA DE BAPTISTA VERMELHO PARA A CENÁRIO DO PEÇA «O CRIME DA ALDEIA VELHA».

PREÇO: 3 ESCUDOS

A terceira série da *Gazeta Literária* inicia-se com um número duplo, datado de Janeiro a Junho de 1962. Terminará, igualmente, com um número duplo, o 11/12, datado de Julho a Dezembro de 1964. O director e editor desta série foi o conhecido jornalista portuense Joaquim Salgado[21]. O formato continua a ser tablóide e a paginação padrão a cinco colunas, mas a superfície por página é um pouco maior do que a da série anterior (28,5 cm de largura por 39 cm de altura, perfazendo 1111,5 cm^2 por página). Nesta série, cada número possui entre 12 a 20 páginas. Não há organização interna por secções.

[21] O mesmo que escreveu o livro Virtudes e Malefícios da Imprensa, em 1945 (cf. bibliografia). Foi director do jornal A Verdade.

Figura 6
Primeira página do primeiro número da terceira série da *Gazeta Literária*



BM RES 82
GAZ (Nº1/2, 1962)

GAZETA Literária
TERCEIRA SÉRIE

JANEIRO/JUNHO . 1962
N.º 1/2

Director e Editor: Joaquim Salgado
Órgão e Propriedade da A. J. H. L. P.
Redacção e Administração:
Rua Rodrigues Sampaio, 140 — Porto
Composto e impresso:
Tipografia do Carvalhido — Porto

Preço avulso 5$00

RETORNO...

Apresenta-se, de novo, ao leitor, a «Gazeta Literária». Talvez esteja, ainda, combalida do mal que sofreu, paralizando-a cerca de um ano. Mas voltou. E é isso que importa.

Não apenas como revista literária — modesta, embora — mas também como órgão da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, a «Gazeta Literária» tem de subsistir. A isso obriga a tradição de uma Instituição que honra o Porto e que não tem outra pretensão senão congregar jornalistas e escritores nesta Invicta Cidade.

É evidente que só motivos de ordem económica poderiam ter obrigado à suspensão da nossa «Gazeta», o que não será de admirar se atendermos à míngua de recursos com que se vive hoje na casa de Rodrigues Sampaio.

Talvez apareça por aí alguém que nos acoime de teimosos. Deixá-lo. Teimosia sã, esta que nos manda prosseguir e ter fé, confiar, enfim.

Verifica-se, com este número, a mudança de direcção da «Gazeta Literária». A morte levou o anterior director, Eng.º Mário Pacheco, que havia meses tinha manifestado o desejo de abandonar o cargo de director por imperiosos motivos de saúde. Aqui prestamos homenagem à sua memória, lembrando a dedicação e o carinho com que serviu a «Gazeta».

Sucede-lhe o actual Presidente da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, o Jornalista Joaquim Salgado, nome bem conhecido do meio da Imprensa e da cidade do Porto, que dispensa uma apresentação.

E da praxe delinear um programa. Não se justificaria aqui, pois não houve, praticamente, mudanças. São os mesmos os altos objectivos que ditaram a saída do primeiro número. Mantêm-se as directrizes de dignificação dos homens dos jornais, dos homens das letras, da Imprensa, da cultura, numa palavra.

Não pretendemos exorbitar o modesto papel que nos cabe no panorama cultural português. Volta a «Gazeta Literária» combalida da longa ausência dos prelos. Nem por isso reaparece de cerviz baixa ou de mão estendida. Antes reocupa o lugar que lhe pertence de direito e de facto, de braços abertos a toda a colaboração bem intencionada, a toda a ajuda desinteressada e sincera, como sincero e desinteressado será, se Deus quiser e os homens ajudarem, o seu serviço à sombra da bandeira velhinha de 80 anos que homens bons e cheios de ideal ergueram com as mais nobres e elevantadas intenções.

Seria injustiça imperdoável, agora que «Gazeta Literária» reaparece, não prestarmos a nossa homenagem, de respeito e saudade, àquele que foi nosso camarada ao longo de muitos anos, e que assinalou a sua passagem na vida pela obra que é de todos nós, e que a sua vontade heróica, a sua persistência indefectível e a sua iniciativa fecunda souberam realizar, e que se expressa, moral e materialmente, na realidade explendente que é a Casa dos Jornalistas — ou seja a sede social da «Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto».

Já adivinharam por certo que queremos referir-nos a António Loureiro Dias, cujo falecimento se verificou em 8 de Março do ano corrente, após uma doença que o reteve no leito durante cerca de oito anos.

O nosso camarada, que se encontrava na situação de reformado, ingressara no jornalismo profissional em 1904, no diário «O Norte», e fixar-se-ia mais tarde no «Primeiro de Janeiro», jornal onde se conservou até à aposentação, continuando ainda, até ao seu desaparecimento, a ser o seu editor.

O jornalismo desses primórdios do século em nada se parece com o dos nossos dias. Os meios técnicos eram menores do que hoje, o trabalho mais difícil e aturadamente, porque ao repórter cabia não apenas a tarefa de procurar notícias, mas de as explorar conforme a importância delas, trabalho que requeria iniciativa, imaginação, um pouco de audácia e um tanto de sorte. Muitas vezes requeria também sacrifício e devoção total. Mas tudo era compensado quando o assunto se mostrava de facto interessante, digamos mesmo, sensacional, fornecendo elementos para alimentar, durante dias, a curiosidade pública — que nestes casos nunca ficava satisfeita, exigindo sempre mais e mais.

Os grandes acontecimentos, os crimes passionais, as catástrofes de extraordinário vulto, os julgamentos de causas célebres, as comoções colectivas provocadas por sucessos políticos ou sociais, levavam o repórter a estar permanentemente alerta, a fim de que o seu jornal fizesse figura, dando aos seus leitores um noticiário vivo e completo.

Foi neste clima e nestas circunstâncias que Loureiro Dias, como os seus pares dessa época, trabalharam.

Jornalista de rua, ele serviu o «Janeiro» e foi correspondente dos mais importantes diários de Lisboa — nomeadamente o «Século» e o «Notícias».

Todavia o seu espírito profissional não ficou por aí. Sócio da velha Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, ele teve um dia a ideia de conseguir para este organismo uma sede própria. E assim pensando e agindo, fez parte duma Comissão à qual foram atribuídos poderes para a concretização dessa obra. A Comissão, porém, dispersa-se em breve, ou melhor, ficará reduzida a Lourenço Dias. Foi então que surgiu o gigante. Sòzinho, sem ajudas, socorrendo-se dos seus conhecimentos passaais, que eram muitos, Loureiro Dias, obtido o terreno, lançada a primeira pedra, efectua um trabalho exaustivo, que durou alguns anos, e finalmente consegue erguer a Casa.

Os jornalistas seus camaradas ficam espantados com o feito.

Com sede própria, a Associação entra numa fase de vida nova, que aliás nem sempre seria tranquila nem desafogada. Primeiro porque os profissionais de imprensa, formando uma classe, pretendiam mudar a estrutura do organismo, o que implicava a saída de alguns homens de letras; depois, alguns lamentáveis sucessos que daí se seguiram, e que levaram ao encerramento da Associação, à venda em hasta pública do imóvel, à sua recuperação e reabertura por intermédio dum empréstimo — e, seguidamente, uma acalmia que durou anos, e graças à qual, mercê duma administração sensata e moderada, foi possível liquidar a dívida.

Durante esse ciclo agitado em que a estabilidade da Associação parecia abalada (abalada na sua coesão moral e também na sua existência material), os jornalistas, porém, nunca deixaram de prestar a Loureiro Dias a justiça devida, considerando-o o construtor da Casa, que eles próprios revisio-

(Continua na pág. 5)

António Loureiro Dias
FUNDADOR INESQUECÍVEL DA CASA DOS JORNALISTAS

Uma Associação Galaico-Portuguesa

A convite da Asociacion de la Prensa, deslocaram-se a Vigo no dia 1 de Dezembro do ano findo, onde foram recebidos com muito entusiasmo e afectuosidade, alguns dirigentes da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, no propósito de se promover a constituição de um agrupamento de jornalistas e homens de letras da Galiza e do norte de Portugal.

A delegação desta cidade era constituída pelo Presidente e Vice-presidente da Direcção, Srs. Dr. Alberto Ussa e Carlos Valle, pelo tesoureiro, João Pinto Garcia, pelo vogal B. Sousa Dias, além dos jornalistas António Barrote e Daniel Felgueiras. Todos seguiram na companhia do nosso ilustre consócio Sr. Hugo Rocha, chefe de redacção do jornal «O Comércio do Porto», que teve parte muito activa na realização deste encontro.

A recepção na Galiza foi extremamente cordial, quer por parte dos jornalistas de Vigo, quer da rádio, do Círculo Mercantil, quer mesmo das autoridades.

Na Casa da Imprensa de Vigo, após um aperitivo, realizaram-se conversações que tiveram muito interesse entre os dirigentes das duas Associações congéneres.

O distinto presidente de Vigo, D. Gonzalo Rey Alar, apresentou umas bases bem elaboradas para a constituição de uma Associação de jornalistas fronteiriços.

Pelo lado português intervieram nas discussões os Srs. Drs. Alberto Ussa, Carlos Valle e Hugo Rocha e, do lado espanhol, entre outros D. Benedicto Conde, D. José Jacome e D. Júlio Siguenza.

Do lado português, foi proposto o nome de Associação Galaico-Portuguesa de

(Continua na pág. 2)

AS NOSSAS HOMENAGENS À TÉCNICA

COLABORAÇÃO PARA A GAZETA LITERÁRIA

Atendendo ao interesse que temos em publicar o mais breve possível o próximo número da «Gazeta Literária», rogamos o favor da remessa, no mais curto prazo, dos originais dos nossos amáveis colaboradores.

Figura 7
Primeira página do primeiro número da quarta série da *Gazeta Literária*



BM RES 82
GAZ (Nº1, 1969)

GAZETA Literária
REVISTA MENSAL
ÓRGÃO E PROPRIEDADE DA ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS E HOMENS DE LETRAS DO PORTO
INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA (FUNDADA EM 1882)
DIRECTOR: CARLOS VALLE
EDITOR: ERNESTO VARZEA (Balmaceda)
REDACTOR PRINCIPAL: SILVEIRA ASSIS
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: R. de Rodrigues Sampaio, 140 — Porto (SEDE PROPRIA) Telefone 25259
Composição e impressão: Of. Gráf. de «O Primeiro de Janeiro»
VISADA PELA COMISSÃO DE CENSURA
MAIO 1969 — 3.ª Série N.º 1

NOTA DE ABERTURA

Reaparece a «Gazeta Literária» depois de um longo período de silêncio, sem importar aduzir aqui as razões determinantes dessa suspensão.

O que mais interessa considerar é o facto do seu regresso ao convívio dos associados, como órgão da já velha Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

A «Gazeta Literária» tem uma tradição que pode dizer-se remota pois o seu título, que é portuense, foi tomado em 1761 por Francisco Bernardo de Lima.

Esse título veio pelos tempos fora, sofrendo vissicitudes e contratempos, mantendo todavia a sua presença e a sua validade.

Não será heresia afirmar-se que foi na «Gazeta» que se ini-

(Continua na 2.ª pág.)

ELAINE SANCEAU, HOMENAGEADA

Em meados de Abril passado a escritora Elaine Sanceau recebeu grande consagração na séde da nossa instituição durante uma sessão solene a que presidiu o dr. Carlos Valle, Presidente da Direcção, que representava o sr. Governador Civil, ladeado à direita pela homenageada e pelos srs. eng.º Correia de Barros, Reitor da Universidade, Cônsul da Inglaterra, dr. Pinto Ferreira, director do Museu de História da Cidade e D. Marta de Mesquita da Câmara, presidente do Conselho Cultural, e, à esquerda, pelos srs. general Júlio Pereira, comandante da 1.ª Região Militar, dr. Paulo Pombo, que representava o Presidente da Câmara Municipal do Porto, dr. Ronaldo de Carvalho, cônsul do Brasil, dr. Pires de Lima, vice-presidente da Assembleia Geral e prof. Júlio de Brito, director da Escola Superior de Belas Artes.

O Presidente da Direcção, ao abrir a sessão, transmitiu à homenageada os cumprimentos do sr. Governador Civil e, a seguir, disse:

«Quero agradecer a V. Ex.ª a honra que nos deram em ter vindo mais uma vez à nossa casa para se associarem à justíssima homenagem que vai prestar-se a Elaine Sanceau.

Inclino-me respeitosamente diante de V. Ex.ªs para manifestar o nosso reconhecimento pela distinção que nos outorgam com presenças tão ilustres.

Ao senhor cônsul da Inglaterra, há pouco ainda no exercício das suas funções nesta cidade, deixo especialmente os nossos cumprimentos da mais grata simpatia.

Minhas senhoras e meus senhores:

I — A grande escritora Elaine Sanceau, há anos radicada na nossa terra, tem prestado às letras portuguesas e ao nosso próprio país serviços do mais alto apreço.

O governo português já o reconheceu oficialmente quando, em 1953, a condecorou com a Ordem de Santiago, distinção que veio a renovar em 1961

(Continua na 2.ª pág.)

SOUSA ROCHA

(O HOMEM E A SUA OBRA)

Sousa Rocha foi, acima de tudo, um homem sincero e simples.

Dessa sinceridade e dessa singeleza dimanaram, necessàriamente, as razões do êxito da sua vida e da sua obra.

Como homem, teve amigos leais, como escritor e jornalista, teve admiradores convictos.

Apenas em meia dúzia de linhas, as que acima ficam, se traduz admiràvelmente, com toda a verdade, com todo o rigor, a honrosa e brilhante biografia do periodista e autor teatral que foi Sousa Rocha, meu camarada e colaborador desde 1918.

(Continua na 3.ª pág.)

Em Maio de 1969, iniciou-se a publicação da quarta série da *Gazeta Literária*, da qual constam somente quatro números (o último data de Outubro de 1971). Esta série teve por director e editor o jornalista Carlos Valle e por redactor principal o também jornalista Silveira Assis. É, de todas as séries da *Gazeta*, a mais pobre ao nível do conteúdo. Com algum descuido, indicava-se, até, nos dois primeiros números, de que se trataria da terceira série, quando na verdade já era a quarta. O seu formato também é próximo do A4 e muito semelhante ao da primeira série (20,5 cm de largura por 29 cm de altura, perfazendo uma superfície de 594,5 cm^2). O número de páginas por número varia entre as 16 e as 40 (no número final). A paginação padrão é a três colunas. Continua a não haver vestígio de hierarquização e organização dos conteúdos por secções.

Todos os números da *Gazeta Literária* incluíam a seguinte menção, que então era obrigatória: "Visado pela Comissão de Censura". O jornal captava alguma publicidade, possivelmente pelos laços entre os sócios da Associação (entre os quais, por exemplo, o médico e académico Alfredo de Magalhães, que foi presidente da Câmara do Porto e reitor da Universidade da cidade e o banqueiro filantropo Cupertino de Miranda) e os industriais e comerciantes portuenses. Assim, foram publicados anúncios publicitários em quase todos os números.

A disposição da informação na *Gazeta Literária* era irregular e não modular, conforme se nota nas reproduções das primeiras páginas inseridas ao longo do texto. Isso verificou-se, em especial, quando a publicação foi editada em formato tablóide. A solução gráfica não é surpreendente, pois é similar àquela que era adoptada nos jornais de então (SOUSA, 2005, pp. 250-254), mas para o leitor é desconfortável necessitar, por exemplo, de descobrir as "pontas soltas" dos textos que lê ou começar a ler um texto e descobrir que ele continua várias páginas à frente ou mesmo atrás, num qualquer espaço disponível, podendo essas quebras de contiguidade gráfica ocorrer várias vezes num único texto.

Interessantemente, por várias vezes se referem na *Gazeta Literária* os laços da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto

com os jornalistas de países próximos, em especial galegos[22]. Foram até publicados, na *Gazeta Literária*, para além de vários poemas, textos em espanhol[23] e mesmo em galego[24] (algo relevante, já que o galego, como outras línguas espanholas, era ostracizado na Espanha franquista).

2. Discurso *metajornalístico* na *Gazeta Literária*

Em valores absolutos, contabilizaram-se, após análise do conteúdo da *Gazeta Literária*, um total de 3620 peças publicadas. A tabela 1 indica os valores aferidos por série de publicação do referido periódico.

Tabela 1
Matérias por série da *Gazeta Literária*

	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Total de matérias
Número de matérias	1899	945	601	175	3620

Os dados da tabela 1 confirmam que a série mais relevante da publicação é a primeira. Depois, a diminuição do número de peças é gradativa, de série para série, indiciando, possivelmente, um gradual

[22] São várias as peças sobre figuras da cultura galega (a obra de Rosalia de Castro, por exemplo, é evocada no n.º 23/24/25 da 1ª série da **Gazeta Literária**, de Julho/Agosto/Setembro de 1954) e sobre a cultura galaico-portuguesa (tema, por exemplo, de um artigo de Augusto Pires de Lima, publicado no n.º 39 da **Gazeta Literária** (1ª série), datado de Novembro de 1955). O intercâmbio entre os jornalistas do Porto e da Galiza também é constantemente referenciado. Hugo Rocha, por exemplo, escreve, também no n.º 39 da **Gazeta Literária**, um texto sobre o assunto. João Gomes de Oliveira refere, num artigo publicado nos n.ºs 46/47, de 1956, uma visita de uma delegação da AJHLP à Associação da Imprensa de Vigo. A criação de um Círculo de Estudos Galaico-Portugueses é referida no n.º 16/18, datado de Outubro/Dezembro de 1960 (já na 2ª série da Gazeta Literária). O primeiro número da terceira série /Janeiro/Junho de 1962) inclui, logo na primeira página, um texto sobre uma visita de sócios da AJHLP a Vigo, a convite da Associação da Imprensa de Vigo, para promoção de uma associação galaico-portuguesa de jornalistas e homens de letras, tema a que se volta no n.º 4 (Outubro/Dezembro de 1962). No n.º 10 dessa terceira série, datado de Março a Maio de 1964, noticia-se um encontro de jornalistas, escritores e artistas do norte de Portugal e da Galiza em Santiago de Compostela, para criação de uma associação galaico-portuguesa de jornalistas, escritores e artistas.

[23] Francisco Casares, Periodistas de Portugal y España, **Gazeta Literária**, 1ª série, n.º 4, Dezembro de 1952.

[24] Leandro Carré, Un curioso xornal de 1808, **Gazeta Literária**, 1ª série, n.ºs 75/76, Novembro/Dezembro de 1958. Este texto, publicado nas páginas centrais desse número da Gazeta Literária, inclui um encarte de um fac-simile do Diario de la Coruña de 1 de Julho de 1808.

desinteresse da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto pela *Gazeta Literária* ou, eventualmente, a diminuição da capacidade editorial da organização, por eventual falta de empenho dos seus membros na produção do periódico ou mesmo por dificuldades de ordem financeira, ou até por causa de ambos os factores.

Uma leitura, mesmo superficial, da *Gazeta Literária*, no seu conjunto, permite observar, por outro lado, que os conteúdos do periódico se repartem essencialmente por macro-categorias: jornalismo e jornalistas; cultura e conhecimento (nomeadamente literatura, mas também, por exemplo, filosofia, sendo interessantes não apenas os textos sobre filósofos portugueses como Leonardo Coimbra, mas também sobre Nietzsche, Sartre e até sobre o marxismo), actualidade (relações internacionais, política nacional) e outros assuntos (em que avultam os textos literários, principalmente a poesia). A tabela 2 lança luzes, precisamente, sobre a ocorrência desses macro-conteúdos na *Gazeta*.

Tabela 2
Conteúdos da *Gazeta Literária* (em percentagem)

	1ª série (%)	2ª série (%)	3ª série (%)	4ª série (%)	No total das séries (%)
Jornalismo e jornalistas	28	18	19	20	23
Cultura, conhecimento e actualidade	65	77	75	70	71
Outros assuntos	7	5	6	10	6

pi=0,9

A tabela 2 demonstra que, reflectindo a ambiguidade identitária da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, a *Gazeta Literária* deu substancialmente mais atenção à promoção da cultura e dos conhecimentos sobre o mundo e a actualidade do que aos jornalistas e ao jornalismo. Nunca deixou – e certamente não o poderia fazer, sob pena de se afastar das necessidades, interesses e curiosidades informativas de parte significativa do seu público-alvo – de prestar atenção ao mundo

do jornalismo, mas a prioridade da publicação, ao nível dos conteúdos, foi claramente cultural, até porque os jornalistas também se tendem a interessar pelas letras, pela cultura, pelo conhecimento do mundo e, obrigatoriamente, pela actualidade. A *Gazeta Literária* não deixa, porém, de ser um documento relevante para o estudo do jornalismo, dos jornalistas e do Pensamento Jornalístico Português nos anos cinquenta e sessenta.

Assim, no que respeita ao jornalismo, surgem na *Gazeta Literária*, entre outras, matérias sobre as iniciativas da AJHLP, a história da associação, a história do jornalismo e dos órgãos jornalísticos, memórias e biografias de jornalistas, exposições de jornais, as questões fiscais que afectavam os jornalistas portugueses e estrangeiros, os problemas e as conquistas sociais dos jornalistas em Portugal e no mundo, a contratação colectiva, o ensino do jornalismo, os cursos de jornalismo, os direitos de autor dos jornalistas (e escritores), a liberdade de imprensa, o direito ao ingresso (ou não) de jornalistas de desporto no Sindicato Nacional dos Jornalistas, o estatuto da imprensa regional e local e dos seus colaboradores, resenhas da imprensa nacional e mundial, uso da língua portuguesa no jornalismo, etc. É de destacar, no âmbito dos textos sobre jornalismo, a rubrica "Problemas que nos dizem respeito", mais interessante durante a primeira série da *Gazeta Literária*. A tabela 3 descreve a estrutura temática da *Gazeta Literária*, no que respeita, precisamente, ao discurso *metajornalístico* da publicação.

A tabela 3 documenta, em primeiro lugar, uma certa estabilidade nas proporções dos temas abordados nas quatro séries da *Gazeta Literária*. Assim sendo, pode dizer-se que, de uma série para outra, até ao final, não se assistiu a uma alteração substancial da política editorial do periódico no que ao jornalismo e aos jornalistas dizia respeito. No entanto, conforme foi dito, deve recordar-se que se estão a comparar somente percentagens e não valores absolutos. A primeira série, de facto, tem mais matérias, decaindo o número destas de série para série. Portanto, caso se pense em termos de valores absolutos, poderia induzir-se que há um decréscimo gradativo da atenção dedicada a cada tema da primeira para a última série.

Tabela 3
Conteúdos metajornalísticos da *Gazeta Literária*
(em percentagem)

	1ª série (%)	2ª série (%)	3ª série (%)	4ª série (%)	No total das séries (%)
Ética, direito e deontologia do jornalismo, liberdade de imprensa e opinião pública	6	9	10	13	8
Ensino do jornalismo	4	3	4	0	3
Antologias jornalísticas	7	8	7	7	7
Resenhas críticas e não históricas da imprensa mundial, nacional e regional	1	1	1	0	1
Biografias e memórias de jornalistas	16	13	13	14	14
História do jornalismo	7	3	3	4	5
Vida profissional, conjuntura jornalística e relações jornalísticas internacionais	36	36	37	43	39
Teoria do jornalismo	5	7	6	4	5
Solenidades e outros eventos e prémios	9	13	9	8	9
Outros temas jornalísticos	9	7	10	7	9

pi=0,7

Em segundo lugar, pode concluir-se pela aceitação da hipótese inicialmente colocada. Embora fosse uma publicação profissional e não académica, são abordados pela *Gazeta Literária* os temas que Sousa (coord.) *et al.* (2010a) afirmam terem sido os mais relevantes da teorização portuguesa do jornalismo anterior a 1974 e os temas que mais preocuparam os jornalistas portugueses durante o Estado Novo. A questão da censura prévia e a discussão do princípio da liberdade de imprensa; a questão do ensino do jornalismo, nomeadamente da sua

necessidade ou desnecessidade; a história do jornalismo e dos jornalistas (incluindo-se, aqui, as biografias, memórias e antologias de jornalistas); a teorização do jornalismo, que revela um esforço para a compreensão da profissão por parte dos seus próprios executantes; enfim, tiveram acolhimento e eco na *Gazeta Literária* a generalidade dos temas que estruturaram aquele que, de acordo com Sousa (coord.) *et al.* (2010a), foi o Pensamento Jornalístico Português anterior a 1974.

É possível concluir, em consequência, que os jornalistas portuenses, através da *Gazeta Literária*, reflectiram e teorizaram sobre a sua profissão e contribuíram para lhe dar sustentáculo teórico. Aliás, o peso das matérias biográficas e antológicas relativas a jornalistas, e mesmo das peças que abordam a história do jornalismo em geral (no total das quatro séries, 36% das matérias enquadram-se nessas categorias), bem como a presença de matérias classificáveis como "teoria do jornalismo" (5% no total das quatro séries da *Gazeta Literária*), são fruto dessa empreitada de construção de um imaginário profissional, de sistematização de valores profissionais, de definição das fronteiras da actuação aceitável e não aceitável de um profissional e de edificação de referentes identitários sólidos para uma profissão em mudança.

Sublinhe-se que as peças por onde ecoa a história do jornalismo e dos seus principais intérpretes – os jornalistas – fazem ainda mais pela criação do universo simbólico da profissão de jornalista. Elas alimentam o sentido de *perenidade do jornalismo*. Elas alimentam a sensação de que os jornalistas morrem, não são imortais, mas fica a profissão, apesar das mudanças que sofre (tendencialmente encaradas desde um ponto de vista positivo).

É de salientar, ainda, que as matérias biográficas, memorialistas e antológicas atingem, em conjunto, no total das quatro séries da *Gazeta Literária*, uma presença percentual de 21%. Essas matérias alimentam um mito – o mito de que o jornalismo depende do talento e capacidade de indivíduos mais do que do trabalho de um colectivo de indivíduos num contexto organizacional, social e cultural. Esta interpretação não exclui que o talento, o mérito, a criatividade, em suma, a capacidade individual de certos jornalistas, ou seja, a sua *acção pessoal* sobre o jornalismo, não contribua para moldar a actividade, ou diferenciar os vários jornalismos

que se fazem. Mas o jornalismo faz-se, principalmente, no colectivo – e daí o peso dos constrangimentos organizacionais e sociais, das rotinas e doutros factores na configuração do produto jornalístico (cf., por exemplo, a revisão de SOUSA, 2006, p. 107-162).

Entre os temas classificados como *metajornalísticos* abordados pela *Gazeta Literária*, ganha especial relevância, em todas as séries, a categoria "Vida profissional, conjuntura jornalística e relações jornalísticas internacionais" (39% do total de peças sobre "jornalismo e jornalistas" no conjunto das quatro séries da *Gazeta*). Pode interpretar-se esse dado como sendo um reflexo da acção da AJHLP enquanto organização de jornalistas e da *Gazeta Literária* enquanto publicação destinada a jornalistas, ainda que não em exclusivo. Sintomaticamente, em grande parte dos números da *Gazeta Literária* há até a secção intitulada "Problemas que *nos* dizem respeito" [itálico nosso] onde se abordam, principalmente, temas relacionados com a vida profissional dos jornalistas, como se a *Gazeta* fosse, na sua essência, apenas um periódico redigido por jornalistas e direccionado para jornalistas. Assim, pode concluir-se que a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto não ficou à margem da discussão dos problemas de uma profissão em acelerado processo de transformação.

A ocorrência, embora residual, de matérias na categoria "resenhas críticas da imprensa" (1% do total das matérias no conjunto das quatro séries da *Gazeta* Literária) reflecte, por seu turno, a *orientação profissional dos jornalistas para a actualidade*, já que fazer jornalismo significa, em grande medida, responder à questão "o que há de novo?". Mas indicia, igualmente, o interesse dos redactores da *Gazeta Literária* em *saber como se faz jornalismo, inclusivamente noutros pontos do mundo*. Sousa (1997) provou, no seu estudo sobre a produção de foto-informação numa agência noticiosa, que os jornalistas estão constantemente a comparar, avaliando, o seu trabalho com o dos colegas de outros órgãos de comunicação social, para apurarem os processos produtivos. Provou até o mesmo autor que uma das formas de socialização, aculturação e rotinização na profissão ocorre através da imitação do que os jornalistas, à luz dos seus valores profissionais, consideram positivo no que vêem fazer. Assim, parece ser aceitável

afirmar que os redactores da *Gazeta Literária*, ao apresentarem e criticarem enunciados jornalísticos nacionais e estrangeiros tiveram, claro, o objectivo directo de contribuírem para a sintonização dos jornalistas portuenses com a actualidade nacional e internacional mais relevante, mas também, indirectamente, facultaram aos seus camaradas de profissão instrumentos que, ao permitirem o estabelecimento de comparações entre produtos jornalísticos, potenciavam a apuração dos processos de produção jornalística de informação.

Finalmente, uma referência à categoria "Solenidades e outros eventos e prémios". Sendo um órgão de comunicação associativo, a *Gazeta Literária* noticiou os acontecimentos mais próximos – nomeadamente os que diziam respeito à vida interna da própria associação, como as celebrações dos respectivos aniversários. Mas essas peças reflectem, também, *momentos de celebração* da profissão de jornalista. São espaços que – a exemplo de outros, como os textos sobre livros de memórias e as biografias elogiosas de jornalistas – permitem aos profissionais olharem orgulhosamente para si próprios com sentido de pertença a um corpo profissional importante e útil à sociedade. Mesmo a informação sobre prémios ganhos por jornalistas, ou a que os jornalistas poderiam concorrer, trabalha no mesmo sentido, mas também facultava a esses profissionais perceberem que poderiam ter recompensas extras pelo bom exercício profissional, o que constituiria, certamente, um incentivo às *boas práticas profissionais*.

2.1 O discurso auto-referencial sobre a *Gazeta Literária*

A *Gazeta Literária* é apresentada como "um passo no progresso" e um "sonho" concretizado dos "trabalhadores das letras" (sintomaticamente, não apenas dos jornalistas) nortenhos, mas também um "título de tradições e de responsabilidade" por ecoar o "patriotismo cultural do Porto" ao evocar uma anterior publicação portuense também designada *Gazeta Literária* (1761), "periódico que verdadeiramente iniciou o jornalismo literário em Portugal". Evocava, ainda, a *Gazeta Literária do Porto*, promovida pelo escritor Camilo Castelo-Branco. Por isso, o uso desse título implicaria "responsabilidade". Lembra-se, ainda,

a "coragem" dos redactores da primeira *Gazeta Literária*, por terem tido de enfrentar "apertadas censuras".[25] Talvez uma crítica indirecta à própria censura prévia instituída pelo Estado Novo.

2.2 O discurso auto-referencial sobre a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto

Ao recordar a história da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, Joaquim Salgado[26] afirma que esta era um "útil (…) e indefectível" "reduto (…) ao serviço da imprensa e das letras (…) sem jamais deixar de praticar o fecundo preceito de auxílio mútuo" e que os seus promotores introduziram nos estatutos "preceitos salutares, reveladores dum espírito de previsão e duma lúcida inteligência". Reconhece o autor, no entanto, as tensões entre os jornalistas e os homens de letras, que a impediram de ter "feição sindical".

> Mas porque se tratava duma corporação de classe, com duas modalidades distintas, mas com evidentes pontos de contacto, ela cumpria a sua nobre finalidade, manifestando uma acção positiva quando as liberdades da imprensa sofriam insólitas amputações, defendendo os direitos morais e materiais dos jornalistas de profissão, realizando as tarefas culturais que se impunham, exercendo os seus desígnios benemerentes. Consequentemente, os jornalistas eram e são ainda os seus associados que mais de perto seguem a vida da instituição, e também porque a sua situação sob o ponto de vista profissional se define por uma actividade efectiva e regular dentro dos quadros dos jornais (…), era natural e compreensível que a Associação se ocupasse preferentemente dos assuntos que lhes diziam respeito (…).[27]

Autor anónimo afirma, por seu turno, "a solidez e os princípios

[25] Editorial e Gazeta Literária… então eram diaristas os jornalistas de hoje, **Gazeta Literária**, n.º 1, Setembro de 1952, pp. 1-2 e p. 19.

[26] Joaquim Salgado, Uma fase palpitante da história da associação, **Gazeta Literária**, n.º 1, Setembro de 1952, p. 3.

[27] Joaquim Salgado, Uma fase palpitante da história da associação, **Gazeta Literária**, n.º 1, Setembro de 1952, p. 3.

de moral" da AJHLP[28]. Os restantes textos oferecem pontos de vista semelhantes, tanto mais que a associação era referida na sua própria *Gazeta*, sobretudo, pelas suas iniciativas culturais, pelas intervenções sobre os problemas dos jornalistas portugueses e pelas celebrações dos aniversários.

2.3 O discurso auto-referencial sobre os jornalistas e o jornalismo

O que sugerem os redactores da *Gazeta Literária* – e aqueles a quem os redactores do periódico dão voz – que o jornalismo é? Primeiro, entendem-no de uma forma útil – e positiva – ao seu imaginário identitário profissional. Bertino Daciano, por exemplo, ao escrever sobre o *Diário Nacional* publicado no Porto no quadro da Revolução Liberal de Agosto de 1820, escreve que "o jornalismo, bem orientado, consciencioso e entregue em boas mãos, é uma excelente fonte de cultura" lucrando o leitor "conhecimentos, informações e notícias" e o investigador "esclarecimento, pormenorização ou identificação cronológica" de factos.[29] Ou seja, para ele, o jornalismo cumpre, essencialmente, um papel de democratização da cultura, de lubrificação dos fluxos de informação na sociedade e de fonte para a investigação histórica. Norberto Lopes, histórico director do *Diário de Lisboa*, afirmava, por seu turno, também de forma idealizada:

> Como D. Quixote, o jornalista procura bater-se sempre pelas causas justas – quantas vezes até pelas causas perdidas – afrontando, por via da regra, as mesmas incompreensões e a mesma ingratidão (…) do Cavaleiro da Triste Figura. Por isso, a nossa profissão exige (…) faculdade de isenção, espírito de sacrifício e vocação missionária (…). O velho lugar-comum do "sacerdócio da imprensa"[30] não é (…) descabido.

[28] Anónimo, 70º aniversário da fundação da AJHLP, Gazeta Literária, n.º 1, Setembro de 1952, p. 19.

[29] Bertino Daciano, Um velho jornal do Porto, Gazeta Literária, nº 1, Setembro de 1952, pp. 6-7.

[30] A ideia do "sacerdócio jornalístico", originariamente, não estava ligada ao espírito de sacrifício e de missão do jornalista, que deveria, tal como o sacerdote, estar sempre disponível. A noção, inicialmente, estava associada ao jornalismo doutrinário – o jornalista "sacerdote" seria o evangelizador moderno, o profeta de uma causa política, o doutrinador político (cf. Sousa, coord. et al., 2010b, p. 457).

> (…) Desde as primeiras gazetas (…) que o jornalista passou a exercer uma função essencial ao progresso dos povos. Lisonjeado por uns e temido por outros, o jornalismo foi sempre olhado com desconfiança (…). E, no entanto, a ele se devem muitos benefícios, muitas sugestões úteis (…) para o progresso da humanidade. Foram os jornalistas que exerceram (…) grande papel histórico na conquista e na defesa das liberdades públicas. (…) E (…) o jornalismo de opinião (…) contribui (…) para orientar as massas.[31]

Já Acúrcio Pereira é mais irónico:

> Eu não conheço profissão de que se exijam as qualidades mais díspares. Comecemos porque o jornalista deve possuir uma cultura geral, a consciência do humano; deve ser audacioso e prudente; enérgico e paciente; astuto e sincero; desinteressado e apaixonado; rápido e reflexivo; dispor de uma ginástica mental e dum espírito de improvisação que lhe permitam resolver num abrir e fechar de olhos um problema difícil (…).[32]

Nota-se, nas palavras dos autores citados, um esforço teorizador do jornalismo direccionado para a delimitação e solidificação do sustentáculo teórico de uma profissão que se estava a transformar. Os redactores da *Gazeta Literária* andavam, efectivamente, à procura de respostas que permitissem construir teoricamente a identidade da sua profissão ("verdadeiramente", quem é e o que faz um jornalista?). Às vezes faziam-no com um fino recorte plástico – e também idealizadamente, como Acúrcio Pereira:

> O jornalista sofre as inclemências do frio ou do calor, calcorreia a cidade (…) à procura da notícia (…), tem de se informar em vertigem – e de informar-se com exactidão, empanturra-se de discursos (…) balofos, trabalha (…) contra relógio, arrisca-se a não almoçar, a não jantar, a

[31] Norberto Lopes, cit. in Anónimo, O 77º aniversário da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, A conferência do Dr. Norberto Lopes: A imprensa e a sua missão, **Gazeta Literária**, 2ª série, n.º 5, pp. 1-2.

[32] Acúrcio Pereira, Jornais, jornalistas e público, **Gazeta Literária**, 2ª série, n.º 5, Novembro de 1959, p. 11.

> não dormir (…). E todavia, que pitoresca concepção faz o público (…). Para ele, o jornalista é um homem que entra em toda a parte (…), é um homem que pode tudo e sabe tudo. E afinal, não sabe tudo e sabe o que é possível. Ai dele se um pormenor não é exacto, se se esquece de um nome (…). O menos que lhe acontece é ser lapidado com ironias, quando não o acometem com frases rudes. Distribui um elogio, é muito inteligente (…); esqueceu-se do elogio, é um burro ou um malfeitor. E, todavia, sobre os ombros deste homem pesa uma grande responsabilidade (…).[33]

Uma das perguntas sobre o substrato teórico do jornalismo para as quais se procuraram respostas foi a seguinte – seria o jornalismo história? O jornalista Norberto Lopes, citando o académico brasileiro Danton Jobin, disse "A imprensa não é história, assim como o jornalista não é um historiador", pois o primeiro "conta os factos como chegam ao seu conhecimento ou como ele próprio os viu" e "quando comenta um acontecimento não o faz com o fim de servir a história, de pronunciar um juízo definitivo". "O máximo que se pode exigir dele são conclusões provisórias".[34] No mesmo sentido, mas propondo uma certa intemporalidade ao impacto historiográfico do labor diário do jornalista, escreve, com certa razão, o jornalista Jaime Ferreira: "Ser jornalista é escrever, dia a dia, páginas que sirvam de alicerce aos futuros historiadores."[35]

Uma segunda questão colocada com insistência na *Gazeta Literária* foi a da confluência entre jornalismo e literatura, que tinha repercussões num dilema profissional que se arrastava desde o século XIX: poderia um "escritor de jornal" ser verdadeiramente considerado jornalista? Quem verdadeiramente é jornalista? O que verdadeiramente faz um jornalista? A resposta a essas questões mexia com a identidade profissional, em especial com o imaginário e com os valores profissionais dos repórteres.

Para jornalistas como Acúrcio Pereira, o jornalismo era um ramo da literatura, ainda que o jornalismo *profissional* do seu tempo não devesse

[33] Acúrcio Pereira, Jornais, jornalistas e público, **Gazeta Literária**, 2ª série, n.º 5, Novembro de 1959, p. 11.

[34] Norberto Lopes, cit. in Anónimo, O 77º aniversário da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, A conferência do Dr. Norberto Lopes: A imprensa e a sua missão, **Gazeta Literária**, 2ª série, n.º 5, p. 2.

[35] Jaime Ferreira, Elogio do Dr. Norberto Lopes, **Gazeta Literária**, 2ª série, n.º 5, p. 13.

ser confundido com o do passado, nem o repórter profissional da sua época com o aventureiro boémio de antigamente:

> O jornalista não é (…) na actualidade (…) aquele plumitivo que nele se refugiava quando verificava que não tinha jeito para qualquer outra profissão, nem o boémio transviado que corria em busca de aventuras emotivas. O jornalismo é uma profissão, é, quer queiram, quer não, uma modalidade – e que difícil modalidade – da literatura. (…) Escrever nos jornais é muito diferente de todos os outros aspectos da literatura e, todavia, é também literatura (…) de acção directa, com o seu estilo próprio (…). O jornalista, aquele que tem no sangue o vírus do jornalismo, escreve sobre o que presenciou ou lhe narraram (…).[36]

Contudo, uma das respostas teóricas mais relevantes à questão da proximidade entre jornalismo e literatura é dada nas páginas da *Gazeta Literária* não por um português, mas sim pelo professor de Jornalismo da Universidade do Brasil Danton Jobin, numa conferência realizada na Faculdade de Letras de Lisboa, devidamente noticiada pelo periódico. Das palavras de Jobin emerge uma forte destrinça entre jornalismo e literatura, o que contrariava uma das linhas de opinião entre aqueles que, em Portugal, se diziam jornalistas. Com excepção de alguns casos de crónicas e reportagens, o enunciado jornalístico não teria por fim sobreviver ao tempo, assevera Jobin, mas sim causar "impacto" no leitor:

> O jornalismo não é (…) um género literário. O seu fim não é produzir literatura. (…) O impacto sobre o leitor, que é o objectivo, não depende da alta qualidade literária, mas da oportunidade. Um editorial pode comover uma cidade (…) mas não ser digno de uma antologia (…), (…) a proximidade (…) veda ao jornalista a perspectiva histórica e priva-o (…) da perspectiva literária. (…) No fundo (…), o jornalista que se preocupa em escrever bem é o escritor que não se realizou (…), mas (…) os processos jornalísticos modernos não opõem jornalismo e literatura. Seria impossível traçar com nitidez uma linha de demarcação entre um e outra. Essa linha ténue (…) marcará (…) a diferença de ângulo em

[36] Acúrcio Pereira, Jornais, jornalistas e público, **Gazeta Literária**, 2ª série, n.º 5, Novembro de 1959, p. 11.

> que se colocam o repórter e o romancista (…) – um voltado para as exigências imediatas e transitórias do grande público, outro debruçado sobre os temas universais e permanentes (…).[37]

Se jornalismo e literatura são realidades diferentes, ainda que a separação entre elas seja pouco nítida, porquê, então, a sobrevivência dos literatos, dos "escritores de jornal" no jornalismo europeu? Danton Jobin é categórico: por ausência de "especialização" em "grau acentuado" entre os jornalistas europeus. De qualquer modo, algo comungam os jornalistas ocidentais: "Têm (…) a sua actividade crítica limitada (…) por uma série de tabus políticos, morais e materiais".[38] "No fundo – interroga-se Jobin – o que é o jornalismo senão um diálogo diário, superficial, com o leitor, (…) em que um dos interlocutores é mudo e o outro tem de adivinhar-lhe as perguntas?"[39]

Jobin exortou Portugal a fundar uma escola de jornalismo, assinalando, como Pulitzer, que "a única profissão para o qual o homem já nasce preparado e prescinde da escola é a de idiota"[40].

Há que enfatizar, para se compreender o alcance das ideias de Danton Jobin em Portugal, que, efectivamente, o jornalismo português estava, nos anos 1950, a sofrer um processo de transformação que procuraria, certamente, um desejável sustentáculo teórico. O discurso de alguns dos redactores da *Gazeta Literária* acompanha, inclusivamente, essa mudança. Jorge Ramos, jornalista, escrevia o seguinte em 1953:

> O jornalismo há trinta, há quarenta anos, era muito diferente do que é hoje. Viviam-se com paixão os dramas e as comédias duma profissão que exigia invulgar espírito de sacrifício e dedicação sem limites. Noites febris de aventura em reportagens que se tornavam dificílimas numa época em que não se dispunha, como agora, de elementos de rapidez.

[37] Anónimo, Uma conferência do Dr. Danton Jobin sobre jornalismo, **Gazeta Literária**, n.º 56, Abril de 1957, p. 48.

[38] Anónimo, Uma conferência do Dr. Danton Jobin sobre jornalismo, **Gazeta Literária**, n.º 56, Abril de 1957, p. 48.

[39] Anónimo, Uma conferência do Dr. Danton Jobin sobre jornalismo, **Gazeta Literária**, n.º 56, Abril de 1957, p. 48.

[40] Anónimo, Uma conferência do Dr. Danton Jobin sobre jornalismo, **Gazeta Literária**, n.º 56, Abril de 1957, p. 48.

> E noites inteiras de boémia, com escândalos, bom humor, pugilatos, amores, camaradagem, ceias em mil retiros noctívagos, lado a lado com gente grada da literatura e do teatro.[41]

Similarmente, em 1963, em artigo não assinado, salientava-se:

> Há 50 anos (…) não havia (…) profissionalismo. Os jornalistas desse tempo (…) [eram] plumitivos (…) homens de letras, que recorriam à imprensa (…) para exprimirem as suas opiniões, defenderem ideias políticas, comentarem certos temas literários e artísticos. (…) Esse tempo vai longe – e não voltará a repetir-se.[42]

E da mesma forma, o jornalista Acúrcio Pereira, que exercia a profissão desde o início do século XX, escrevia:

> Comparando os jornais desses tempos com os de agora, podem (…) medir a distância não direi de aspecto gráfico – que é enorme – mas de estilo jornalístico. (…) O jornal de hoje pede agilidade, simplicidade, pulcritude, equilíbrio, linguagem fácil sem deixar de ser elegante, e, ainda, o ímpeto sincero e vigoroso. Hoje escrever em jornais deve ser conversar com o leitor. A notícia convém seja simples e sintética porque a prolixidade, o barroquismo, o estilo rebuscado é sempre prejudicial. Mas sobriedade narrativa não quer dizer ausência de emoção ou desprezo pela psicologia das personagens do acontecimento (…). Uma notícia simples e clara tem possibilidade de ser entendida (…).[43]

Miguel Urbano Rodrigues, num texto publicado no *Diário Ilustrado* e devidamente transcrito pela *Gazeta Literária*, reconhece que o jornalismo português era medíocre nos anos quarenta, mas, escrevendo em 1957, invocava os casos dos jornais *O Século*, *Diário de Lisboa* e *Diário Popular* para demonstrar o vento renovador que então varria a

[41] Jorge Ramos, Uma escola de jornalismo, **Gazeta Literária**, n.º 13/16, Setembro/Dezembro de 1953, p. 231.

[42] Anónimo, O profissionalismo da imprensa e os seus problemas, **Gazeta Literária**, 3ª série, n.º 8, Setembro/Novembro de 1963, p. 2.

[43] Acúrcio Pereira, Jornais, jornalistas e público, **Gazeta Literária**, 2ª série, n.º 5, Novembro de 1959, p. 11.

imprensa portuguesa:

> Nós (…) jornalistas portugueses (…) conhecemos as razões profundas e complexas que entravam o progresso da imprensa entre nós (…). A verdade indesmentível e triste é que os nossos jornais, de um modo geral, suportam desvantajosamente a comparação com a maior parte dos quotidianos europeus, de idênticas possibilidades financeiras. Menos espírito de iniciativa, menos imaginação, nível gráfico inferior, excesso de prosas apologéticas e (…) menor personalidade. E o profissional de imprensa médio carecia, entre nós, até há bem poucos anos, daquele mínimo de formação e cultura essencial ao digno exercício das suas funções. A inexistência de toda e qualquer ideia de competição, os mil entraves internos e externos e o nível baixíssimo dos salários estão, sem dúvida, na origem do longo período de hibernação que a nossa imprensa atravessou. Por doloroso que seja confessá-lo, a condição de jornalista em Portugal, nos primeiros quarenta anos, nada teve de brilhante (…). A perda de vitalidade (…) teria (…) sido total se não fossem esforços (…) como os de *O Século* (…) do *Diário de Lisboa* (…) e (…) desse jornal moderno que é o *Diário Popular*.[44]

Assim, Miguel Urbano Rodrigues, talvez com mais optimismo do que com razão, reconhecia que um novo clima imperava no jornalismo português no final da década de cinquenta – com menos corta e cola dos *takes* das agências e entidades oficiais e mais iniciativa de produção própria de informação. O problema principal a resolver para o jornalismo português progredir à altura do seu potencial seria, assim, segundo o jornalista, o da censura prévia, o da ausência de liberdade de imprensa:

> A preocupação em informar em velocidade, com exactidão e de uma forma diferente dos outros, a ânsia de descobrir assuntos novos, de ir ao encontro da curiosidade do leitor deu a algumas redacções o frenesi há muito perdido (…). Os quadros renovaram-se (…). O jornalismo ganhou (…) em autenticidade o que perdeu em comodismo (…). O reinado da tesoura e da cola e do jornalista manga-de-alpaca acabou já em muitas redacções (…). E para que dê um passo em frente (…) falta-lhe apenas

[44] Miguel Urbano Rodrigues, Meditações sobre um congresso, cit. in O congresso da Federation Internationale des Redateurs en Chef, **Gazeta Literária**, n.º 57, pp. 71-72.

> que o estado reconheça (…) a sua maioridade (…), suprimindo a censura prévia (…).[45]

Embora não desconsiderando a relevância do problema da falta de liberdade de imprensa, outro dilema que se colocava aos jornalistas portugueses era o da acelerada profissionalização do jornalismo, que reclamava mais investimento na formação dos e ameaçava os "escritores de jornal" e os que faziam do jornalismo "um biscate". Em 1963, a propósito da negociação de novo contrato colectivo de trabalho, a *Gazeta Literária* defendia, em nome da dignidade da profissão, mais exigência na contratação:

> Como se vê, estamos na presença duma reforma (…) em que o problema do profissionalismo tem de ser encarado (…) a fim de que o acesso à profissão não dependa de um capricho (…), mas sim de um direito conquistado pelo estudo, pela vocação, pela competência, por um diploma em forma. Vem a propósito dizer que o Sindicato defendia (…) que nenhum indivíduo poderia ingressar na profissão sem ter o 2º ciclo liceal. Exigência modestíssima (…). Com essa cláusula, pretendia-se dignificar a profissão, eximindo-a (…) ao (…) regime de "porta aberta" (…). É evidente que o jornalismo não pode, não deve, ser um "gancho", um "expediente de vida", um "recurso de emergência", mas sim uma profissão.[46]

Sintoma da acentuada profissionalização e industrialização que o jornalismo nacional atravessou nas décadas de cinquenta e sessenta do século passado, a negociação de um novo contrato colectivo de trabalho para os jornalistas motivou um intenso debate sobre se se poderia considerar o jornalismo uma *profissão liberal* ou não – e a *Gazeta Literária* reflecte-o em vários artigos. Para vários jornalistas, considerar o jornalismo uma profissão liberal equivaleria a encará-lo como uma actividade que poderia, contraproducentemente, ser exercida por amadores. Repare-se, por exemplo, na argumentação do jornalista

[45] Miguel Urbano Rodrigues, Meditações sobre um congresso, cit. in Anónimo, O congresso da Federation Internationale des Redateurs en Chef, **Gazeta Literária**, n.º 57, p. 72.

[46] Anónimo, O profissionalismo da imprensa e os seus problemas, **Gazeta Literária**, 3ª série, n.º 8, Setembro/Novembro de 1963, p. 2.

Alfredo Gândara, um dos defensores do contrato colectivo:

> Não se pretenda dizer que a chamada proletarização [do jornalismo] foi obra do contrato. (…) O jornalista é tão proletário como o funcionário público, ou como o empregado de escritório, que têm horários de serviço, folgas e licenças estabelecidos por lei ou por mútuo assentimento. (…) Desde que o jornal deixou de ser uma aventura política e literária e se converteu em instrumento de exploração industrial com grandes capitais, conselhos de administração, chefes e subchefes (…), o jornalista teve de deixar a boémia que caracterizava a sua actividade e de submeter-se a uma disciplina inevitável – tão inevitável que gostaria de ver no posto de director (…) ou de chefe de redacção alguns dos últimos abencerragens do jornalismo-profissão liberal. (…) Ninguém contesta (…) que o livro de ponto é a expressão máxima da subordinação do trabalhador a uma regra, a um poder (…). Pois muitos anos antes do contrato – desde o tempo do primeiro despacho sobre o exercício da profissão jornalística – um grande jornal tinha um livro de ponto. Posso perguntar: o que proletarizou a classe, o despacho ou o contrato? Eu respondo: (…) Foram as circunstâncias que condicionam (…) a indústria do jornal.[47]

Não há, por outro lado, jornalismo sem jornalistas. É o que vinca, designadamente, Artur Maciel, que até criticava os jornalistas portugueses de então por se diluírem na designação de "profissionais da imprensa":

> O jornalista possui (…) a inteligência e o tacto da receptividade pública (…) para dar ou criar a notícia, como a cultura de que dispõe para patentear ideias e tomar posições (…). A matéria-prima da redacção é o jornalista e a redacção a operação essencial dentro da indústria do jornalismo (…). Nenhuma empresa jornalística conseguirá criar ou manter a expansão adequada ao seu investimento de capitais quando os jornalistas lhe faltarem.
>
> O jornalista (…) diminuiu-se impensadamente quando deu em preferir a designação de profissional da imprensa. De elemento formativo de uma profissão livre, dotada de uma deontologia própria e com qualificação técnica diferenciada (…), reduziu-se como que a uma mera classe de empregados por conta de outrem. (…) Dentro da empresa, (…) o

[47] Alfredo Gândara, A minha subserviência, **Gazeta Literária**, n.º 29, Janeiro de 1955, pp. 16-18.

> jornalista, uma vez classificado profissional da imprensa, passou a ser considerado como factor de trabalho idêntico e confundível com todos os outros profissionais (…). Pode chegar-se ao cúmulo de fiscalizar-se a produção redactorial por contagem de linhas (…) tal qual como para o trabalho manual de um quadro tipográfico. O desvirtuamento, gerando uma falsa igualdade, faz alastrar a confusão. (…) Se o jornalista (…) passou a merecer humanamente menos cuidado e profissionalmente menos consideração (…), se à defesa da sua saúde e do seu trabalho se vota menos atenção do que à conservação de uma máquina (…), eu pergunto que espécie de jornalismo haverá dentro em breve em Portugal?[48]

Também um elogio ao jornalista profissional surge da pena do jornalista Jaime Brasil, numa guerra de palavras com o académico César Nogueira, a propósito da história da imprensa operária em Portugal. Demonstra o artigo não apenas o orgulho de se ser profissional do jornalismo e a antipatia para com os amadores que ocupavam lugares de profissionais, mas também, colateralmente, diagnostica os entraves à progressão na carreira entre os jornalistas profissionais e denuncia que, no meio da década de cinquenta, havia desemprego entre os jornalistas portugueses.

> Só talvez os jornalistas profissionais entenderão bem o que quer dizer a expressão (…) de "jornal no qual se faz jornalismo". Assim como "nem tudo que reluz é ouro", nem em tudo a que chamam jornais se faz jornalismo. Esta é uma profissão (…). Quem não é jornalista não pode, não sabe, fazer jornais. O sr. César Nogueira declara, com ufania, não ser jornalista profissional, nunca ter recebido um centavo por um artigo e não ter a sua pena alugada. (…) Como uma confidência, porém, pede outra, declaro, com muita ufania, que sou jornalista profissional, recebo salário pelo meu trabalho e tenho a minha pena alugada ao serviço dos leitores, pois são eles que me pagam por intermédio dum patrão (…). (…) Pois é isso: por mim, considero uma indignidade trabalhar de graça numa profissão que não é a sua e na qual há trabalhadores desempregados. É por haver desses amadores, desses intrusos, (…) que usurpam os lugares

[48] Transcrição de discurso do jornalista Artur Maciel, A situação material e moral dos jornalistas, **Gazeta Literária**, n.º 6/7, Fevereiro/Março de 1953, pp. 129-130.

> que nos competem que o jornalismo desceu tanto em Portugal. (…) Os profissionais da imprensa estão (…) à mercê de qualquer pretensioso que de graça queira exibir o seu nome nos jornais (…). Esses intrusos não nos substituem nas obscuras tarefas do expediente, ou das províncias, da reportagem ou do estrangeiro, em primeiro lugar porque não sabem e, se soubessem, isso não daria lustro aos seus nomes. O que lhes interessa são os "artigos de fundo" (…) para dar ao público a impressão de serem eles quem faz o jornal. (…) Se as empresas jornalísticas têm de graça (…) colaboradores (…), não precisam de pagar condignamente aos jornalistas profissionais (…). Confinam-nos, portanto, nas tais tarefas obscuras. Não lhes facilitam o acesso aos superiores escalões da profissão, nem lhes dão os estímulos tanto morais como materiais a que têm direito.[49]

Quais as qualidades que um jornalista deveria ter? O escritor Augusto de Castro, ao escrever, no *Diário de Notícias*, um elogio fúnebre do jornalista Norberto de Araújo, transcrito pela *Gazeta Literária*, afirmava que um jornalista deveria ser perseverante, indiferente aos que zumbiam à sua volta ou aos que o picavam. Mas também que deveria ser um bardo, um cultor da arte da expressão. Uma opinião contrária, por exemplo, à de Danton Jobin, anteriormente referenciada:

> Escrever nos jornais é uma coisa. Ser jornalista é outra. (…) A única diferença entre um homem de letras e um jornalista é que o homem de letras aproveita (…) bocadinhos de papel – e o jornalista deita-os para o ar. Às vezes, lá cai um no chão, mas a maior parte perde-se a voar. (…) O jornalismo é (…) um modo de vida de fogueteiro. O jornalista é quem faz a festa (…). Mas é o público quem dança.
>
> Diz-se que é um mister que queima. (…) E queima porque jornalismo é, essencialmente, profissão de entusiasmo. Entusiasmo por uma ideia, por um acontecimento, por uma figura, por uma paisagem. Às vezes, até, entusiasmo por um pedaço de asno. Porque a grande matéria-prima do jornalista é a vaidade humana. Ele é o cronista dos exibicionismos do seu tempo. (…) Estranha profissão que tem (…) esta essencial característica: o trabalho (…) nunca está completo, renova-se todos os dias e todas as noites (…), nasce e morre ao mesmo tempo. (…) O jornal nunca está

[49] Jaime Brasil, Ainda a propósito da história da imprensa operária em Portugal, Gazeta Literária, n.º 13/16, Setembro/Dezembro de 1953, p. 220.

> concluído. (…) Dentro desta labuta fugitiva (…) o verdadeiro homem da imprensa é uma espécie de caçador de borboletas. Às vezes, engana-se e apanha mosquitos, que zumbem. Outras vezes apanha vespas, que picam. Mas se tem no sangue a vocação e o vício, é a borboleta que o tenta, é atrás dela que corre toda a vida (…) indiferente ao zumbido ou à picadela. Sucede, episodicamente, haver na imprensa outros caçadores. São os que caçam melros. Mas em geral são os adventícios, os que vêm de fora. (…) A imprensa já se faz (…) em série. Os bardos estão a desaparecer. Os acontecimentos, que dantes era preciso ir buscar a casa, escovar, polir e trazer para a rua (…) vêm hoje encaixotados (…).[50]

Por seu turno, ao biografar o jornalista portuense *d'O Primeiro de Janeiro* Guedes de Oliveira, Mário de Figueiredo explica que um bom jornalista seria alguém que reunisse "a intuição da profissão (…), inteligência clara, fortalecida por profunda cultura, conseguida à custa de (…) estudo"; mas relembra, também, que o tempo em que Guedes de Oliveira tinha exercido o jornalismo (entre cerca de 1882 e 1932) tinha sido "um período áureo do jornalismo português quando não havia obstáculos para apreciar assuntos de qualquer ordem"[51]. Aqui, obviamente, está presente uma crítica forte, ainda que indirecta, à censura.

"Em defesa do prestígio do profissional de imprensa" (assim se intitula o artigo), o jornalista Mário do Amaral relembrava, por outro lado, os tempos em que "o exercício da profissão constituía um prazer, mesmo quando se (…) exigiam os maiores sacrifícios" e em que "nunca jornalista algum teve a menor razão de queixa de qualquer membro do Governo junto de quem tivesse de trabalhar". Porém, essas seriam águas passadas, já que, no tempo em que o referido jornalista escrevia, haveria quem tivesse "manifesto desprezo pela função do jornalista", embora "no geral não (…) os altamente colocados". O jornalista ilustra o texto com vários exemplos de "desconsiderações" relatadas pela imprensa em relação ao trabalho dos jornalistas, nomeadamente no que respeita ao acesso às fontes e aos locais dos acontecimentos. E tenta fazer o

[50] Augusto de Castro, Jornalismo, **Gazeta Literária**, n.º 4, Dezembro de 1952.

[51] Mário de Figueiredo, Guedes de Oliveira, profissional de imprensa, escritor e professor, **Gazeta Literária**, n.º1, Setembro de 1952, p. 9.

diagnóstico do problema:

> Muito tem contribuído para se chegar a esta deplorável situação o facto de se fazer hoje o jornalismo de maneira bem diferente da que se fazia (…): entre outros motivos, a dificuldade de acesso às fontes de informação; a facilidade encontrada por toda a gente a inserir as mais variadas notas nos jornais; o prévio fornecimento de todos os discursos a pronunciar em qualquer acto; a espantosa facilidade concedida a qualquer organismo em fazer com que determinada reportagem ou artigo não vejam a luz da publicidade mesmo quando o caso tem aspecto meramente particular; o acolhimento dado a verdadeiras reportagens pré-fabricadas por funcionários (…), tudo isso divorciou os profissionais da imprensa das entidades com quem antigamente contactavam permanentemente (…) o que (…) diminui a imprensa (…).[52]

O contexto histórico determinaria, portanto, para o autor, os problemas que os jornalistas enfrentam em cada momento. A seguinte expressão é exemplificativa: "Depois que o jornalismo se profissionalizou, o carácter liberal que o distinguia dilui-se por completo, opondo-se-lhe as realidades que resultam das próprias condições de trabalho"[53]. Os problemas sociais dos jornalistas portugueses dos anos cinquenta e sessenta, desamparados na doença, no desemprego e na aposentadoria, foram, assim, constantemente evocados na *Gazeta Literária*. Por exemplo, o jornalista Mário do Amaral, então director do periódico, classificava-o como o "delicado problema da acção social e da assistência aos jornalistas" e dizia que ele estava "na vanguarda das preocupações desta classe", num artigo em que exigia à direcção da Caixa de Reformas dos Jornalistas prestação de contas e mais investimento na assistência aos jornalistas do Porto.[54]

O jornalista Loureiro Dias, d'*O Primeiro de Janeiro*, rememorando a história da sede social da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto – a Casa dos Jornalistas (as obras foram inauguradas pelo

[52] Mário do Amaral, Em defesa do prestígio do profissional da imprensa, **Gazeta Literária**, n.º 3, Novembro de 1952, p. 49.

[53] Mário do Amaral, Problemas profissionais, **Gazeta Literária**, n.º 9, Maio de 1953, p. 161.

[54] Mário do Amaral, Caixa de reformas dos jornalistas – mais de três anos de silêncio e improficuidade, **Gazeta Literária**, n.º 2, Outubro de 1952, pp. 1-2.

Presidente da República, Bernardino Machado, a 1 de Fevereiro de 1926; e em 1928 já lá se faziam reuniões), salienta que o exercício da profissão era ingrato, pois não havia protecção social no desemprego nem na aposentadoria: "A classe jornalística tem sido (…) quase nada favorecida e aqueles que somente vivem desta profissão sempre têm lutado com as maiores dificuldades, esperando-os um (…) triste fim de vida"[55].

Interessante, nesse contexto, é o discurso do deputado João do Amaral à Assembleia Nacional, transcrito pela *Gazeta Literária*, no qual o parlamentar associa a condição material à situação moral dos jornalistas:

> Não há imprensa sem jornalistas e não haverá uma imprensa sã sem jornalistas cujas condições de existência lhes não permitam manter um certo nível de cultura, um convívio social respeitável ou que os coloquem sempre perante essa triste alternativa da corrupção ou da indigência.[56]

A quem competiria a resolução do problema da debilidade das condições remuneratórias do jornalismo? Segundo João do Amaral, às empresas jornalísticas:

> É (…) às empresas (…) que directamente compete a solução deste problema. Também é evidente que os capitais investidos na indústria de transformar o papel branco em papel impresso é de tal importância que impõem a essa imprensa a necessidade de zelar (…) pela sua remuneração (…). Mas, ainda a solução deste problema está na expansão progressiva do jornal (…) dentro de um certo condicionalismo moral e técnico e só a competência técnica dos jornalistas estabelecida por uma ética profissional pode imprimir à feitura do jornal o sentido exacto dessa dupla realização, a do interesse espiritual do púbico e a do interesse comercial da empresa. (…) Assim, um grande jornal diário é (…) aquele comando espiritual que mais deve interessar aos dirigentes de uma sociedade política. (…) Importa (…) a mantença de um escol de jornalistas. Se (…)

[55] Loureiro Dias, A casa dos jornalistas, **Gazeta Literária**, n.º 1, Setembro de 1952, pp. 10-11 e 18. Ao tempo, existia apenas a Caixa de Previdência dos Jornalistas, privada, e a Casa da Imprensa, organização mutualista.

[56] Transcrição de discurso do deputado João Amaral, A situação material e moral dos jornalistas, **Gazeta Literária**, n.º 6/7, Fevereiro/Março de 1953, p. 127 e p. 130.

> as empresas (…) se demitirem do dever de recrutarem e manterem esse escol de jornalistas, a imprensa corre o risco de degradação que constitui um verdadeiro perigo social. (…) E (…) poderá dizer-se (…) que o movimento político iniciado no século XVIII e que deu ao povo – com o sufrágio – a soberania veio (…) a atribuir à imprensa a missão de (…) conselheiro (…) do novo e inexperiente príncipe" assim criado (…), (…) imprensa (…) à qual se não deram as condições para bem desempenhar o seu (…) papel de "mentor", desvirtuada como foi pelos interesses capitalistas privados (…).[57]

Não eram, contudo, apenas as questões remuneratórias, o ensino do jornalismo, a forma de aceder à profissão, ou ainda o sempre presente problema da liberdade de imprensa que preocupavam os jornalistas portugueses. Outros problemas, alguns mais prosaicos do que outros, se levantavam. Um deles foi o do segredo profissional, abordado da seguinte maneira pela *Gazeta Literária*:

> Embora (…) se reconheça que a imprensa exerce uma função (…) de interesse público, a verdade, porém, é que os direitos que se lhe outorgam (…) estão (…) sujeitos aos mais estranhos percalços e aqueles que praticam essa nobre actividade vêem-se amiúde expostos a penas e vexames que (…) diminuem (…) a sua missão. (…) Ainda há pouco tempo um tribunal inglês condenou (…) dois jornalistas que se recusaram a declarar qual a fonte (…) para notícias por eles publicadas (…). O curioso, neste caso, é que o tribunal reconheceu (…) a justificação alegada pelos jornalistas (…). Neste assunto, o que é engraçado é que quando o segredo profissional é usado na elaboração de artigos (…) que servem os interesses de entidades responsáveis, a sua invocação é exaltada como virtude (…); mas o mesmo não sucede quando os escritos visam esta ou aquela personalidade (…). Este estado de coisas demonstra (…) que o segredo profissional que os jornalistas reivindicam (…), pois sem eles as fontes de informação (…) secariam (…) – esse segredo só se mantém pela indomável e obstinada intrepidez dos que continuam a saber guardá-lo.[58]

[57] Transcrição de discurso do deputado João Amaral, A situação material e moral dos jornalistas, **Gazeta Literária**, n.º 6/7, Fevereiro/Março de 1953, p. 127 e p. 130.

[58] Anónimo, O jornalismo e alguns dos seus problemas, **Gazeta Literária**, 3ª série, n.º 5, Janeiro/Fevereiro de 1963, pp. 1-2.

Deve, talvez, em jeito de consideração final sobre este ponto, reconhecer-se o esforço desenvolvido pelos redactores da *Gazeta Literária* para, ao teorizarem sobre um campo jornalístico em acentuada transformação, dotarem os jornalistas portuenses e portugueses de valores e de um imaginário que os conduzissem a um entendimento da nobreza e utilidade pública da profissão, ainda que, por vezes, estivessem em desacordo sobre a forma de traduzir essa nobreza e essa utilidade, quer no quotidiano profissional, quer mesmo nos reflexos que deveria ter em matéria de regulação do acesso à profissão.

2.4 A crítica ao jornalismo, os valores jornalísticos e a ética jornalística

A crítica ao jornalismo também estava presente na *Gazeta Literária*. Assiste-se, em primeiro lugar, a uma tentativa de clarificar os valores jornalísticos e quais seriam subalternos em relação a outros tidos como centrais. Por exemplo, intui-se das palavras de Norberto Lopes que o princípio da objectividade da informação poderia ser sacrificado ao valor da actualidade, embora isso pudesse descredibilizar um órgão de comunicação social:

> [A objectividade da informação e a exactidão das notícias não podem] levar a excessos de escrúpulos que impediriam ou retardariam a sua publicação, com prejuízo da actualidade, a deusa a que o jornalismo tem de render culto (…). Eis a razão porque nenhum mortal está como ele [jornalista] sujeito à incoerência. As revisões de juízo, as mudanças de ponto de vista em face de situações novas, desapontam o público e podem desacreditar um jornal. Mas são coisas inevitáveis e os verdadeiros jornalistas mudam com humildade e elegância.[59]

Segundo Norberto Lopes, haveria, porém, um valor central, o mesmo que a historiografia clássica de Tucídides e Xenofonte propunha, que os jornalistas deveriam respeitar – a verdade:

[59] Norberto Lopes, cit. in Anónimo, O 77º aniversário da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, A conferência do Dr. Norberto Lopes: A imprensa e a sua missão, **Gazeta Literária**, 2ª série, n.º 5, Novembro de 1959, pp. 1-2.

> É evidente que uma informação exacta é sempre preferível a uma notícia incompleta e precipitada. É opinião corrente que um jornal que corre, deliberadamente, o risco de publicar notícias deficientes e não controladas sacrifica o presente ao futuro. Há princípios morais a que tem de se submeter o exercício da nossa profissão, princípios que impedem de adulterar conscientemente a verdade ou de deturpar os factos e os textos para servir uma causa (…).[60]

Tão desculpabilizador como Norberto Lopes para com as falhas do jornalista na exactidão da informação é Acúrcio Pereira. Com ironia, diz ele:

> A imaginação é uma (…) arma para resolver problemas, não para inventar acontecimentos sensacionais, e ao menos para não dar causa a desmentidos ou correcções, sim, porque um jornal nunca tem lapsos. Lapso é uma palavra que um jornalista deve apagar do seu dicionário. Acontece uma vez por outra não ser verdade o que narra, mas se é jornalista a valer, errou involuntariamente. E o público não perdoa, apesar de esportular um triste escudo pela gazeta. Já me tem sucedido interpelarem-me por uma notícia não ser exacta. A esses infalíveis costumo responder (…): "E queria por um escudo nada mais do que a verdade?"[61]

A além do valor da verdade, também o valor da independência, para Norberto Lopes, seria central. A independência, dentro do princípio da máxima liberdade para a máxima responsabilidade, convocaria a obediência a um outro princípio – o da contenção verbal:

> O jornal (…) deve manter-se acima e à margem dos partidos, dos interesses privados, das oligarquias reinantes. Mas, mesmo sem serem solidários com o poder, os grandes órgãos de informação têm de ter (…) em conta as responsabilidades que assumem e são obrigados a exprimir-se com certa circunspecção (…). Um grande jornal não se deve empregar

[60] Norberto Lopes, cit. in Anónimo, O 77º aniversário da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, A conferência do Dr. Norberto Lopes: A imprensa e a sua missão, **Gazeta Literária**, 2ª série, n.º 5, Novembro de 1959, pp. 1-2.

[61] Acúrcio Pereira, Jornais, jornalistas e público, **Gazeta Literária**, 2ª série, n.º 5, Novembro de 1959, p. 14.

> a fundo para combater uma pequena falta (…).[62]

Um dos temas mais abordados no campo da crítica ao jornalismo pelos redactores da *Gazeta Literária* é o da alegada mercantilização capitalista da imprensa e da sua subordinação ao lucro, que geraria um escusado sensacionalismo, provocado pela ânsia de conquistar público. Mas Norberto Lopes, debruçando-se sobre a questão, tem uma visão mais optimista do assunto:

> Acusa-se por vezes a imprensa, pelo facto de querer agradar ao maior número possível de leitores, de transigir com o mau gosto e de lisonjear a mediocridade. Claro que esta sentença não se pode tomar à letra. O jornal não deve, só pelo facto de querer captar simpatias e aumentar a sua expansão, lisonjear os baixos instintos de certos leitores, atender às solicitações mórbidas de muitos e transigir com a vulgaridade de tantos. A febre de sensacionalismo, que felizmente vai passando à medida que os jornais sentem a consciência das suas responsabilidades e compreendem o respeito que devem a si próprios, é um dos aspectos mais salientes e deploráveis dessa transigência para com o público (…). A preocupação do sensacional implica (…) uma confusão grave dos valores da informação, corrompe o gosto do público, leva os jornais a adoptar formas afastadas da verdade objectiva que deve constituir a sua maior preocupação.[63]

Pronunciando-se, por seu turno, sobre o modelo norte-americano de jornalismo, num texto em que reflecte sobre a forma como o jornalismo é representado nos romances de escritores dos Estados Unidos, António Brochado enfatiza as suas características negativas, acusando-o de sucumbir a um capitalismo exacerbado que o teria tornado uma actividade maleficamente ultracompetitiva e puramente mercantil:

---

[62] Norberto Lopes, cit. in Anónimo, O 77º aniversário da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, A conferência do Dr. Norberto Lopes: A imprensa e a sua missão, Gazeta Literária, 2ª série, n.º 5, Novembro de 1959, pp. 1-2.

[63] Norberto Lopes, cit. in Anónimo, O 77º aniversário da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, A conferência do Dr. Norberto Lopes: A imprensa e a sua missão, Gazeta Literária, 2ª série, n.º 5, Novembro de 1959, pp. 1-2.

> Mas onde é a concorrência maior para alimentar o público de notícias explosivas é entre (…) os *tabloid*. Entre estes periódicos trava-se uma luta (…) pela conquista de leitores e aumento da tiragem (…). A imaginação não pode parar e é preciso estar sempre a contra-atacar os concorrentes. Chega-se mesmo a estabelecer um serviço de espionagem para furar as "caixinhas". Um jornalismo (…) de loucura. É preciso escândalo (…). É o culto do sensacionalismo (…) base do jornalismo norte-americano. (…)
> Embora o jornalismo tenha universalmente um fundo comum, na América possui características especiais, está submetido às determinantes do meio ambiente, à rigidez da super-industrialização. Os jornais que não estão enfeudados a "cadeias" (…) são escravos do leitor, de influências diversas e – o que é pior – da publicidade. Os jornalistas limitam-se a ser simples operários, embora especializados, dessas grandes fábricas.[64]

Na linha da doutrina católica, o académico e sacerdote Álvaro Vieira de Madureira, num discurso transcrito pela *Gazeta Literária*, prega, também ele, contra a mercantilização do jornalismo e também contra as tentações do jornalista em sucumbir às pressões de agentes de poder ou do próprio público:

> Ninguém ignora, por outro lado, que no mundo da imprensa (…) existe uma escumalha (…) mercantilista (…). Os próprios jornalistas (…), como notou Pio XII (…) estão sujeitos a (…) tentações tanto da parte dos partidos políticos, como das empresas (…), como ainda (…) das opiniões do público que o jornalista não pode seguir sem reservas (…).[65]

O mesmo tom crítico da mercantilização da comunicação social emerge de um texto sobre rádio, da autoria de Amadeu Meireles:

> A rádio está transformada em "banca" de negócios e tudo se passa como se se tratasse de vender batatas (…). Ora, aqui é que começa o mal. (…) Na rádio, o que importa é o pagamento dos contratos de anúncios ou

[64] António Brochado, Como os escritores norte-americanos vêem a imprensa do seu país, **Gazeta Literária**, n.º 6/7, Fevereiro/Março de 1953.
[65] Álvaro Vieira de Madureira, Do difícil problema da tolerância, **Gazeta Literária**, n.º 41/42, Janeiro/Fevereiro de 1956, p. 9.

> programas publicitários (…) o que quer dizer que a rádio é uma empresa comercial, mais nada. (…) A rádio (…) [assim] não tem carácter.[66]

A rádio é acusada, vagamente, pelo autor de pouco servir para a promoção cultural dos cidadãos, já que pouca atenção daria à informação jornalística. Um dos aspectos centrais do texto de Amadeu Meireles, no entanto, é permitir perceber que, profundamente imersos no seu próprio mundo dos jornais, os redactores mais produtivos da *Gazeta Literária* talvez não se tivessem apercebido de que algumas das transformações que estavam a decorrer no jornalismo decorriam da crescente importância do radiojornalismo e do telejornalismo em detrimento da imprensa (escrita) tradicional. Daí que o autor do texto frise, dirigindo-se, também, aos seus colegas, que "pouca gente tem consciência da força imensa da rádio":

> Pouca gente tem *consciência* da força imensa da rádio. Da sua penetração. Nada ou quase nada se faz no que ela tem de mais válido – a *informação*. E se ela é, essencialmente, um veículo de informação, não cumprindo esta determinante, falha logo na sua estrutura. Essa rádio em nada, ou quase nada, tem contribuído para o progresso da massa (…) *espiritual*, *cultural* e *social*. (…) Também ainda não se definiu uma nomenclatura própria. Ainda se dá ao *locutor* um valor que ele não tem. Ainda se não pediu ao *produtor* idoneidade (…). Ainda se não exigiu do *montador* um conhecimento exacto dos elementos que comanda e sua integração numa articulação própria. Se um locutor deve ter uma voz perfeita (…), um locutor-repórter deve ter uma formação cultural excepcional.[67]

Maior compreensão pela actuação das empresas jornalísticas teve, contudo, o autor – anónimo – de um texto transcrito do jornal *O Século* de 10 de Setembro de 1959, transcrito pela *Gazeta Literária*, no qual se chama a atenção para a situação periclitante do sector da imprensa escrita, face ao desvio de publicidade para a rádio e para a televisão:

[66] Amadeu Meireles, Rádio, **Gazeta Literária**, 2ª série, n.º 4, Outubro de 1959, p. 7.
[67] Amadeu Meireles, Rádio, **Gazeta Literária**, 2ª série, n.º 4, Outubro de 1959, p. 7.

> À (…) imprensa não basta (…) o direito de ser livre. É também preciso garantir-lhe as indispensáveis condições de vida independente (…). Apesar de já se ter afirmado que uma empresa jornalística é uma empresa industrial e comercial, não se disse (…) que (…) tem (…) a responsabilidade da defesa dos capitais que movimenta e da obtenção de um lucro legítimo (…). As suas receitas são de duas origens: venda dos exemplares do jornal e publicidade. Ora, ambas as fontes de receita são precárias. As tiragens dos jornais portugueses são bastante reduzidas (…) e (…) nos últimos vinte anos surgiram outros instrumentos de informação que no mesmo terreno da publicidade procuraram receitas (…). A concorrência (…) tornou mais grave ainda a situação dos jornais (…), furtando à imprensa a base principal das receitas indispensáveis à sua vida e independência. Sem essa independência económica, como poderá a imprensa cumprir a sua missão (…) de interesse público? Como poderá sobreviver e (…) informar eficientemente e orientar a opinião do país?[68]

Nas palavras do mesmo autor, seria a debilidade económica das empresas jornalísticas portuguesas que obstaculizariam uma maior performance:

> Toda a gente exige que os jornais discutam com vivacidade e profundidade todos os problemas. Protesta-se contra o facto de a imprensa viver, quanto ao que se passa lá fora, da informação fornecida pelas agências e de não ter redactores qualificados em todas as capitais estrangeiras (…) como se tudo isso não envolvesse uma (…) despesa (…) incomportável (…). Só ninguém reclama – e até acha pouco – contra os favores que a imprensa faz, publicando, sem qualquer remuneração, não só as notas oficiosas e comunicados do Governo (…) mas extractos de decretos que ocupam páginas, extensos discursos de carácter oficial ou particular e referências que só a uma ou a poucas pessoas interessam. E assim, à exiguidade das tiragens e do número de compradores, há que juntar o prejuízo derivado de grandes peças que não dão lucro material nem conquistam novos leitores.[69]

[68] Anónimo, Condições de vida da imprensa, **Gazeta Literária**, 2ª série, n.º 4, Outubro de 1959, p. 7 e p. 14.

[69] Anónimo, Condições de vida da imprensa, **Gazeta Literária**, 2ª série, n.º 4, Outubro de 1959, p. 7 e p. 14.

A preponderância das agências noticiosas nos fluxos internacionais de informação e os desequilíbrios informativos que essa situação gerava, como se vê, não foi ignorada pela *Gazeta Literária*. Aliás, escreve-se sobre o tema, também, a propósito da realização de congressos internacionais da imprensa nos quais "dantes os jornais e os jornalistas portugueses estavam sempre representados"[70].

Mas se a imprensa era alvo de críticas, muitas delas seriam injustas. Transcrevendo um artigo d'*O Século*, a *Gazeta Literária* assim o subscreve:

> Uma coisa (…) não sofre modificação no íntimo do indivíduo levado (…) a situações de onde se olha de alto a humanidade e se cuida de a orientar e dirigir. É a desconfiança com que ele olha para a imprensa. (…) Se a imprensa (…) diz bem (…), não há lisonja (…) com que não a brindem. Se aplaude, chovem sobre ela os louvores (…). Se (…) critica (…), não há impropérios (…) com que não tentem diminuí-la e até abafar a sua voz. (…) Os actores são todos os que se sentem feridos no seu orgulho, nos juízos hipertrofiados que formam a seu respeito, na infinita vaidade que os traz (…) inchados (…). Como são curiosos estes tipos humanos! E como são grotescos quando (…) se põem a dar conselhos à imprensa, a pontificar sobre a sua missão, a ditar-lhe regras de técnica e de moral (…). Como censores, são inofensivos. Como orientadores, (…) são funambulescos. (…) A imprensa, a grande inimiga? Lá isso é! Mas só dos que não têm os dotes de inteligência e de moral necessários para lhe conquistarem a amizade e a simpatia. Não faltava mais nada senão ver a imprensa a (…) glorificar quantos (…) se obstinam em cantar de galo (…)! Nenhum deles tem, afinal, a voz que desejaria ter. E é o que vale.[71]

O mesmo sentimento de injustiça quanto à compreensão do sector da comunicação social emerge de um texto em que se criticam aqueles que combatiam a industrialização da imprensa e a sua alegada cedência aos interesses do mercado:

[70] João Arnaldo Maia, 5 congressos sobre problemas da imprensa realizados na Europa no curto período de um mês, **Gazeta Literária**, n.º 9, Maio de 1953, pp. 149-152.

[71] Anónimo, A imprensa, essa inimiga!, **Gazeta Literária**, n.º 10/11, Junho/Julho de 1953, p. 175.

> Até à grande revolução feita com a iniciativa de (…) Émile Girardin[72] (…), nem a reportagem passava de meia-dúzia de linhas, nem a publicidade dava ensejo ao aumento das tiragens e do número de páginas de cada jornal. Ninguém pode dizer com verdade que a industrialização da imprensa (…) roubou a esse admirável instrumento de divulgação da cultura e de orientação as antigas características de independência e de dignidade; ao contrário, com mais largos meios, de acção, a imprensa exerceu a sua actividade com melhor conhecimento dos factos, das ideias e dos problemas ou questões e mais seguras bases de crítica.[73]

Em conclusão, os redactores da *Gazeta Literária* olharam atentamente para a realidade jornalística à sua volta e fizeram-no, afinal, como jornalistas que, com alguma independência, não pouparam sequer o seu campo de actividade. Mas o que ofereciam como solução para os problemas éticos e deontológicos do jornalismo? A centralidade foi mais na crítica do que nas respostas. No entanto, pelo menos um jornalista apontou um caminho, a que já Cunha (1941, p. 38) se tinha referido e que ciclicamente é debatido, suscitando polémica, entre os jornalistas portugueses. Foi ele Norberto Lopes. A solução? "A criação de uma Ordem dos Jornalistas poderia contribuir para resolver muitos problemas que nos preocupam e para prestigiar uma profissão que todos pretendemos digna e honesta".[74]

2.5 A questão do ensino do jornalismo

No segundo número da *Gazeta Literária* surge um texto de autor anónimo, transcrito do *Jornal de Notícias* de 21 de Outubro de 1952, intitulado "Escola de Jornalismo", em que se apela à fundação de uma escola de jornalismo:

---

[72] Em boa verdade, a industrialização da imprensa data dos anos vinte do século XIX e começa nos Estados Unidos e não com Émile Girardin em França. Todavia, a cultura francesa teve tal impacto em Portugal que a leitura da história do jornalismo, até ao final do século XX, foi acentuadamente francófila.

[73] Anónimo, Condições de vida da imprensa, **Gazeta Literária**, 2ª série, n.º 4, Outubro de 1959, p. 14.

[74] Norberto Lopes, cit. in Anónimo, O 77º aniversário da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, A conferência do Dr. Norberto Lopes: A imprensa e a sua missão, **Gazeta Literária**, 2ª série, n.º 5, pp. 1-2.

> Se para ser jornalista a condição primacial é uma decidida vocação, nem por isso o exercício desta profissão dispensa certos requisitos que só raramente os indivíduos podem adquirir pelo esforço próprio. Lá fora já o problema foi encarado de há muito com sentido inteligente e prático, com a criação de escolas de jornalismo. (…) Para nós, torna-se evidente que uma escola de jornalismo se recomenda (…) não apenas como elemento de cultura geral indispensável a todos aqueles que praticam a profissão, mas como aprendizagem para todos os aspectos técnicos que ela abarca (…), convindo quanto a nós dar ao curso um carácter prático (…), não significando tal critério a dispensa de cadeiras teóricas, como, por exemplo, o conhecimento de duas línguas, história geral e história da imprensa, geografia, literatura, arte, teatro e cinema, dactilografia e taquigrafia, enfim, tudo aquilo que possa constituir um cabedal de cultura que valorize as qualidades naturais de vocação que o jornalista porventura possua. Se todas as profissões exigem aprendizagem – o jornalismo não a pode dispensar.[75]

Esse texto mereceu uma resposta de Juliano Ribeiro, contrária à necessidade da criação de uma escola de jornalismo. Para ele, "O problema a equacionar, simples e decisivo, é este: O jornalismo será uma profissão técnica que se aprende?". E a réplica, a seguinte:

> Volta a falar-se numa Escola de Jornalismo ou de jornalistas (…). Citam-se os exemplos da Argentina, da Espanha e do Brasil, mas não se diz nada sobre os resultados obtidos. Reconhece-se que sem vocação, não é possível "obter" um bom redactor ou um diligente repórter. A vocação acima de tudo, bem entendido. O resto – a escola – viria por acréscimo. (…) Cultura, muita cultura, insistimos. O conhecimento e a prática (…) de uma ou duas das grandes línguas europeias (…). Muita geografia e um pouco de história. O hábito de boas, escolhidas leituras. Tudo isto está certo (…). Quanto à Escola de Jornalistas – que se pronunciem os repórteres do Porto que alheios à escola tão boa conta dão de si![76]

Num número posterior – entre outros que poderiam ser referidos – o

[75] Anónimo, Escola de jornalismo, **Gazeta Literária**, n.º 2, Outubro de 1952, p. 26.

[76] Juliano Ribeiro, Escolas de jornalistas. O jornalismo será uma profissão que se aprende? **Gazeta Literária**, n.º 5, Janeiro de 1953, p. 101.

jornalista Acúrcio Pereira também se pronuncia a favor da instituição de uma escola de jornalismo, por muito que as qualidades pessoais fossem importantes para um jornalista:

> Evidentemente que não é a escola que faz o jornalista, como não é a faculdade que faz o médico ou o advogado (…). Os diplomas autenticam uma preparação, mas não criam a psicologia profissional. [Mas] Uma escola de jornalismo (…) [é importante porque] acabou-se a época em que o jornalismo não reclamava uma cultura. Hoje é indispensável. A intenção é muito, o conhecimento técnico é muito mais.[77]

Os textos anteriores documentam e exemplificam a divisão de opiniões entre os jornalistas sobre a necessidade, ou não, do ensino do jornalismo, que ainda estava muito longe, apesar de, em 1963, a *Gazeta Literária*, por mão anónima, prognosticar que com a fundação de uma escola de jornalismo "se tomarão medidas atinentes a tornar obrigatório o diploma (…) para o ingresso e o reconhecimento da profissionalidade", sendo que a imprensa "só tem a lucrar (…), pois ficará mais dignificada, o nível (…) dos futuros jornalistas não se prestará a equívocos e a situação material da classe melhorará (…), pelo reconhecimento de que o jornalista exerce uma função (…) de serviço público"[78]. Mas apesar de o autor citar o exemplo espanhol, onde os jornalistas diplomados por escolas de jornalismo já seriam maioria, Portugal ainda passaria muitos anos até o jornalismo ser ensinado e investigado nas suas universidades.

2.6 A liberdade de imprensa

Num país amarrado a uma ditadura corporativa que impunha a censura, seria provável que os jornalistas, talvez os profissionais mais atingidos pelos censores, bradassem contra ela e que a *Gazeta Literária* fizesse eco – de forma clara ou dissimulada – desses brados. É o que ocorre em vários números do periódico. Num deles, o jornal publica a Oração de Sapiência

[77] Acúrcio Pereira, Jornais, jornalistas e público, **Gazeta Literária**, 2ª série, n.º 5, Novembro de 1959, p. 11.

[78] Anónimo, O profissionalismo da imprensa e os seus problemas, **Gazeta Literária**, 3ª série, n.º 8, Setembro/Novembro de 1963, p. 2.

sobre tolerância proferida pelo académico e sacerdote Álvaro Vieira de Madureira na abertura do ano lectivo de 1955/1956 no Seminário Maior do Porto, isto porque o autor, entre outros pontos, se debruça sobre "o caso da liberdade de imprensa", investido da autoridade clerical num país de tradição católica e cuja chefia política era exercida por católicos:

> A liberdade de imprensa é um caso de liberdade de expressão e esta liga-se à liberdade de pensamento. Sendo a intolerância, no seu mais largo significado, falta de disposição para admitir nos outros uma forma de ser – pensar, sentir ou agir – diferente ou contrária à nossa, fica sujeita à sua alçada (…) a liberdade de expressão (…). Referindo-se às nações em que apenas "é autorizada a (…) opinião dos partidos que se encontram no poder, a opinião dos chefes ou ditadores" o Sumo Pontífice ensinou: "Abafar a opinião dos cidadãos é (…) um atentado ao direito natural do homem, uma violação da ordem do mundo (…)". (…) Os defensores de uma apertada censura (…) afirmam que a ampla liberdade de imprensa (…) favorece a multiplicação dos erros e dos vícios. Respondemos: (…) surge um perigo muito maior ainda: o de o estado ou os seus turiferários multiplicarem (…) os erros, as arbitrariedades, sem possibilidade alguma de defesa da parte do público. No sistema de ampla liberdade, os erros duns particulares poderão ser combatidos por outros. (…) Dir-se-á ainda: É preciso educar o povo e, portanto, torna-se imprescindível uma apertada censura. Respondo: Será o estado o grande educador do povo? E se o estado for nazi? E se for comunista? Além disso, educar-se-á o povo a usar a liberdade de expressão suprimindo-a?(…) Em consequência, dê-se à imprensa ampla liberdade (…). Não há razão para temores: uma doutrina que não se consegue aguentar na luta, em pé de igualdade legal, com as contrárias (…) não merece sobreviver.[79]

O autor critica, assim, indirectamente, o regime ditatorial salazarista e a imposição de censura aos jornalistas, o que demonstra que a crítica, desde que dentro de uma certa margem e proferidas por académicos e outras "vozes certas" seria tolerada pelo regime.

A *Gazeta Literária* aproveita, efectivamente, todas as citações que pode fazer das "vozes insuspeitas" do regime para esgrimir argumentos

[79] Álvaro Vieira de Madureira, Do difícil problema da tolerância, **Gazeta Literária**, n.º 41/42, Janeiro/Fevereiro de 1956, p. 9.

em favor da liberdade de imprensa. Um dos citados foi o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha:

> O direito mais elementar que a imprensa reivindica é o da sua própria liberdade, sem o que não será (…) permitido falar de opinião pública (…). Querer que a imprensa desempenhe (…) o papel de orientadora da opinião pública recusando-lhe o direito de se exercer livremente representa (…) uma (…) contradição e (…) um contrassenso.[80]

O jornal *República*, mencionado pelo redactor da *Gazeta Literária*, logo aproveitou para reforçar as palavras do governante:

> Para que o jornalismo se revista da dignidade e da gravidade da magistratura e possa ser o melhor orientador e formador de uma opinião pública (…) esclarecida, que (..) traduza a vontade e o sentir dos cidadãos (…), tem de operar em franca liberdade de imprensa, porque não há dignidade sem liberdade. Por isso mesmo é a liberdade de imprensa que ambicionamos para o jornalismo português e de todo o mundo.[81]

É assim que se compreende que, embora de forma dissimulada, Álvaro Ribeiro intitule um artigo "Em defesa da liberdade". Literalmente, o autor defende a liberdade de crítica literária, no respeito pela "pessoa humana", mas nas entrelinhas o que se pode ler é a defesa da liberdade para o país[82]. Contudo, escrevendo em pleno contexto da Guerra Fria, o jornalista Norberto Lopes assinala que o caso português de restrição à liberdade de imprensa não estava isolado:

> É costume classificar a imprensa como Quarto Poder (…). A verdade (…) é que os seus poderes se encontram hoje, em alguns países, bastante reduzidos (…). E não é apenas em alguns países ocidentais que isso acontece. Para lá da "Cortina de Ferro" (…) a imprensa está sujeita a

[80] Paulo Cunha, cit. in O congresso da Federation Internationale des Redateurs en Chef, **Gazeta Literária**, n.º 57, p. 82.

[81] Jornal República, cit. in O congresso da Federation Internationale des Redateurs en Chef, **Gazeta Literária**, n.º 57, p. 84

[82] Álvaro Ribeiro, Em defesa da liberdade, **Gazeta Literária**, n.º 56, Abril de 1957, p. 47.

> limitações que lhe reduzem consideravelmente (…) o direito de crítica.[83]

É igualmente a crítica à censura que surge na *Gazeta Literária* pela mão do jornalista madrileno Francisco Casares, num artigo em que elogia o intercâmbio entre os jornalistas portugueses e espanhóis. O autor reclama a liberdade de imprensa e critica os governantes que não a promovem:

> A missão informativa, como a de orientar a opinião, requer (…) uma força e prestígio que (…) tratam (…) de suprimir). Veremos como se produz a paradoxal proclamação da liberdade de imprensa por parte de estados e estadistas que são os que (…) hipocritamente mais a perturbam ou a desconhecem. É um dever indeclinável assegurar essa liberdade (…) e defender a nobreza de uma função que se vê seriamente ameaçada (…).[84]

A reivindicação da liberdade de imprensa e a sua defesa enquanto princípio é constante na *Gazeta Literária*. Escreve-se assim na publicação que "um dos melhores meios de promover a concórdia nacional e de fixar normas de (…) convivência é o da liberdade de imprensa"; ou ainda, por exemplo, que "A crítica deve ser livre"; e até que "as ideologias defendem-se com o valor dos factos ou atacam-se à luz da crítica (…). O contrário é matar os jornais."[85] Mas, curiosamente, também se abre o campo ao adversário, citando-se a perspectiva do partido único do regime, a União Nacional, que defendia a censura prévia: "A liberdade de expressão (…) não pode (…) comprometer a integridade da opinião pública, deformando-a ou viciando-a. Para tanto, o remédio não estará somente em castigar os abusos, interessando (…) impedir que (…) se pratiquem". E pelo menos, conforme se observa pelo que era publicado na *Gazeta Literária*, haveria, conforme vinca a União

[83] Norberto Lopes, cit. in Anónimo, O 77º aniversário da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, A conferência do Dr. Norberto Lopes: A imprensa e a sua missão, **Gazeta Literária**, 2ª série, n.º 5, pp. 1-2.

[84] Francisco Casares, Periodistas de Portugal y de España, **Gazeta Literária**, n.º 4, Dezembro de 1952, p. 78. [Tradução livre de original em espanhol.]

[85] Anónimo, Liberdade de informação e de crítica, **Gazeta Literária**, n.º 70/71, Junho/Julho de 1958, pp. 63-64.

Nacional, uma certa "liberdade para o debate de princípios".[86] Por isso, a *Gazeta Literária* sugere, já em 1971, numa altura em que se discutia uma nova legislação reguladora para a imprensa, que "se torna exigível encontrar (…) um ponto de equilíbrio (…). Para lá chegar, haverá que fazer o estudo e publicação de uma Lei de Imprensa actualizada e de um Estatuto da profissão (…), criando ao mesmo tempo (…) a Escola de Jornalismo tantas vezes sugerida e esperada"[87]. Percebe-se pois que, para certos redactores da *Gazeta Literária*, a dignificação do jornalismo português não passaria somente pela conquista da liberdade de imprensa, mas também pela promoção do estatuto profissional dos jornalistas – algo que só uma escola superior poderia conferir.

Considerações finais

A primeira grande conclusão que se pode tirar deste trabalho é que os jornalistas portugueses dos anos cinquenta e sessenta procuravam um sustentáculo teórico e referentes identitários para uma actividade cada vez mais complexa mas também cada vez mais profissionalizada – o jornalismo. Fizeram-no tendo por referente fundamental o jornalismo português, por razões de proximidade e interesse. Tenderam, também, a restringir o debate ao mundo dos jornais, não estendendo, significativamente, a discussão ao radiojornalismo, ao telejornalismo ou a outras formas de jornalismo. Contudo, efectivamente, pelas páginas da *Gazeta Literária* parecem ter passado, com algum grau de pluralismo na discussão, com maior ou menor dissimulação, muitas das preocupações dos jornalistas – e também dos académicos – sobre o rumo que o jornalismo e os jornalistas tomavam, em Portugal e no mundo, nesses tempos de transformação que foram as décadas de cinquenta e de sessenta do século XX. Assim, e na linha do que afirmam Sousa (coord.) *et al.* (2010), tal como se colocou por hipótese, encontram-se na *Gazeta Literária*, entre outras, matérias sobre questões académicas (versando, por exemplo, a história do jornalismo, importantes para transmitir um

[86] Anónimo, Liberdade de informação e de crítica, **Gazeta Literária**, n.º 70/71, Junho/Julho de 1958, p. 64.

[87] Anónimo, Imprensa não diária, **Gazeta Literária**, 4ª série, n.º 4, Outubro de 1971, pp. 15, 19 e 26.

sentido histórico de identidade aos jornalistas); peças de cariz técnico (sobre a língua portuguesa no jornalismo, por exemplo); e matérias que focam os problemas e dilemas profissionais (como a questão da contratação colectiva, a falta de segurança no emprego e na aposentadoria ou os protestos contra os obstáculos no acesso aos acontecimentos e às fontes de informação). Por outras palavras, transparecem das páginas da *Gazeta Literária* muitas das angústias dos jornalistas portugueses da época, conscientes de viverem num país pobre onde o sistema jornalístico se ressentia não apenas da falta de liberdade mas também dos grandes constrangimentos materiais, financeiros e humanos das empresas jornalísticas e onde a segurança no emprego e menos ainda na aposentadoria não era uma realidade.

Alguns dos textos mais relevantes da *Gazeta Literária* são, todavia, os que colocam a nu as tensões teóricas entre linhas divergentes no entendimento do jornalismo. De um lado, os que defendiam a proximidade entre jornalismo e literatura e até entre jornalismo e história, para os quais o jornalista se imporia pela sua capacidade retórica e literária e pela sua cultura geral, auto-adquirida, pelo que não necessitaria de aprendizagem específica em jornalismo; os outros encaram o jornalismo como uma *profissão técnica* – ainda que não como *profissão liberal* – que pode e deve ser ensinada e aprendida e que, sendo aparentada com a literatura e com a história, não se pode confundir com elas. Conforme já se disse, o radiojornalismo, o cinejornalismo, o fotojornalismo e o telejornalismo ficaram algo ausentes da argumentação dos redactores da *Gazeta Literária* sobre a necessidade, ou não, do ensino do jornalismo. Talvez porque, num país onde o jornalismo significava, ainda, essencialmente, *jornal impresso*, esses outros jornalismos, para os quais a *necessidade de aprendizagem formal e técnica* talvez seja mais facilmente aceite, não estavam na ordem do dia, apesar da sua importância (o radiojornalismo, pelo menos, seguramente que era importante num país onde parte significativa da população era analfabeta[88], enquanto o telejornalismo

[88] Dados da PorData indicam que, em 1961, 18,6% da população não frequentava ou não concluía sequer os primeiros quatro anos do ensino básico; em 1971, essa percentagem ainda atingia 16,3%. Não existem dados anteriores a 1961, mas estimativas apontam para taxas de frequência do primeiro ciclo do ensino básico (teoricamente obrigatório), na década de 50, entre somente 70 e 80%, pelo que uma percentagem significativa da população não era escolarizada. [Taxa

não o era mais porque a televisão, em Portugal, só deu os primeiros passos em 1956).

Finalmente, deve salientar-se que os jornalistas portugueses das décadas de cinquenta e sessenta do século passado, tal como transparece no discurso da *Gazeta Literária*, tendiam, por outro lado, a defender a *liberdade de imprensa* e uma consequente *ética jornalística* assente no princípio da máxima responsabilidade para a máxima liberdade. Uma ética que preconizava, conforme foi várias vezes sublinhado, a rejeição do insulto, da difamação e da calúnia, mas também a recusa do sensacionalismo e da mercantilização da imprensa provocados pela industrialização capitalista da comunicação social.

Referências bibliográficas

ABREU, Jorge de. **Boémia Jornalística:** Memórias d'Um Profissional com 30 Anos de Serviço na "Fileira". Lisboa, Livraria Editora Guimarães, 1927.

ANSELMO, A. *et al*. **António Rodrigues Sampaio:** Homenagem Prestada à Sua Memória pela Imprensa do Porto. Porto, Real Tipografia Lusitana, 1882.

ARANHA, Pedro Venceslau de Brito. **Factos e Homens do Meu Tempo:** Memórias de Um Jornalista. Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1907/1908.

ARANHA, Pedro Venceslau de Brito. **Mendes Leal Júnior:** Memórias Várias Políticas, Literárias e Bibliográficas. Lisboa, Diário de Notícias, 1886.

BRAMÃO, Alberto Alen Pereira Sequeira. **Recordações do Jornalismo, da Política, da Literatura e do Mundanismo.** Lisboa, Livraria Central Editora, 1936.

BRAMÃO, Alberto. **O Jornalismo.** Lisboa, Tipografia Rua da Barroca, 1899.

real de escolarização, PorData, disponível em www.pordata.pt, consultado em 18 de Janeiro de 2011].

CABRAL, António. **As Minhas Memórias de Jornalista.** Lisboa, Gráfica Santelmo, 1949.

CABRERA, Ana. **Marcello Caetano:** Poder e imprensa. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

CABRERA, Ana. Os jornalistas no Marcelismo: Dinâmicas sociais e reivindicativas. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Do chumbo à era digital.** 13 Leituras do jornalismo em Portugal. Lisboa, Livros Horizonte, 2010, pp. 71-84.

CARVALHO, Alberto Martins. **Joaquim Martins de Carvalho:** Apontamentos biográficos. Coimbra, Imprensa Académica, 1924.

CORREIA, Fernando e BAPTISTA, Carla. Anos 60: Um período de viragem no jornalismo português. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Do chumbo à era digital.** 13 Leituras do jornalismo em Portugal. Lisboa, Livros Horizonte, 2010, pp. 53-70.

CORREIA, Fernando e BAPTISTA, Carla. **Jornalistas:** Do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968). Lisboa, Caminho, 2007.

COSTA CARVALHO. Jornalista, homem de carne e osso. *In:* VIALE MOUTINHO, J. (Org.) **Imprensa, Informar ou Deformar?** Porto, A. Ferreira, 1971.

CUNHA, Alfredo da. **Eduardo Coelho.** A sua vida e a sua obra. Alguns Factos Para a História do Jornalismo. Lisboa, Tipografia Universal, 1891.

CUNHA, Alfredo da. **Jornalismo nacional.** Das malogradas associações de imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses. Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 8 de Maio de 1941. Separata do *Boletim do Sindicato Nacional dos* Jornalistas, n.º 2. Lisboa, Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1941.

FERREIRA, Rafael. **Nos Bastidores do Jornalismo:** Memórias de Rafael Ferreira. Lisboa, Romano Torres, 1945.

FIDALGO, Joaquim. **O Jornalista em construção.** Porto, Porto Editora, 2008.

FIGUEIREDO, Fidelino S. **O Medo da História.** Lisboa, Guimarães Editora, 1957.

FONSECA, Guimarães. **Carta de Um Solitário ao Primeiro Jornalista Português António Rodrigues Sampaio.** Lisboa, Tipografia Progressista, 1874.

FREIRE, João Paulo. **Escolas de Jornalismo.** Temas Profissionais. Porto, Livraria Educação Nacional, 1936.

GOMES, Luís F. (comp.). **Os jornalistas do Porto e a sua associação.** Porto, Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1925.

MARQUES GASTÃO. **A Nobre Condição do Jornalista Diante da Literatura**. Lisboa, s/e, 1959.

MATOS E LEMOS, Mário (1964). **Liberdade de Imprensa em Portugal.** Mundo Novo e Universidade Portuguesa. Para a Formação da Europa. Lisboa, Edição do Autor, 1964.

PEREIRA, Eduardo. **Traços Biográficos, Políticos e Jornalísticos do Ex.mo Senhor Conselheiro José Luciano de Castro.** Lisboa, s/e, 1890.

PEREIRA, J. A. **Homenagem a Eduardo de Noronha**. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1960.

PORTELA, Artur. **Os Mortos Falam.** Lisboa, Inquérito, 1943.

PORTELA, Artur. **Reinaldo Ferreira (Repórter X):** Memórias de um Ex-Morfinómamo. Lisboa, Tipografia Companhia Nacional Editora, 1956.

QUADROS, Luís. **Falta Uma Escola de Jornalismo em Portugal?** Lisboa, Tipografia Oficinas Gráficas, 1949.

ROSADO. Nuno. **A Imprensa.** Lisboa, Ministério da Educação Nacional/Direcção-Geral do Ensino Primário, 1966.

SALGADO, Joaquim. **Virtudes e Malefícios da Imprensa.** Escorço Histórico Sobre a Origem, Evolução e Ética do Jornalismo. Porto, Portucalense Editora, 1945.

SAMPAIO BRUNO. **Os Modernos Publicistas Portugueses.** Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores, 1906.

SARMENTO, José. **Cidade de Mármore**. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1937.

SCHWALBACH, Eduardo. **À Lareira do Passado:** Memórias. Lisboa, Edição do autor, 1946.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal.** Separata do boletim *Jornalismo*, II Série, n.º 4, 1971. Lisboa, Nova Lisboa Gráfica, 1971.

SOBREIRA, Rosa Maria. O ensino do jornalismo e a profissionalização dos jornalistas em Portugal (1933-1974). *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Do chumbo à era digital.** 13 Leituras do jornalismo em Portugal. Lisboa, Livros Horizonte, 2010, pp. 17-36.

SOBREIRA, Rosa Maria. **Os Jornalistas Portugueses 1933-1974.** Uma profissão em construção. Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

SOUSA, Jorge Pedro (coord.) *et al*. **António Rodrigues Sampaio:** Jornalista (e) político no Portugal oitocentista. Covilhã, Livros LabCom, 2010b.

SOUSA, Jorge Pedro (coord.) *et al***. O pensamento jornalístico português:** Das Origens a Abril de 1974. 2 volumes. Covilhã, Livros LabCom, 2010a.

SOUSA, Jorge Pedro. A discussão sobre a introdução do ensino superior do jornalismo em Portugal: Das primeiras menções ao primeiro curso de graduação. [On-line]. **Verso e Reverso**, ano XXIII, 2009/3, 2009b, n.º 54.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media.** 2ª edição revista e ampliada. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo Performativo: O Serviço de Fotonotícia da Agência Lusa de Informação.** Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1997.

SOUSA, Jorge Pedro. Os pioneiros da teorização do jornalismo em Portugal e a definição do território do jornalismo e dos jornalistas. **Culturas Midiáticas**, vol. II, nº. 2, Julho/Dezembro de 2009, 2009a: 9-30.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. *In*: SOUSA, Jorge Pedro (Org*.)*. **Jornalismo:** História, teoria e metodologia da pesquisa. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008, pp. 93-118.

TENGARRINHA, José. **História da Imprensa Periódica Portuguesa**. Lisboa, Portugália, 1965.

TRAQUINA, Nelson. **A Tribo Jornalística:** Uma Comunidade Transnacional. Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

TRINDADE COELHO, J. F. **Liberdade de Imprensa.** Proposições Apresentadas ao Congresso da União Internacional de Direito Penal. Lisboa, Antiga Casa Bertrand-José Bastos, 1897.

VALENTE, José Carlos. **Elementos para a história do sindicalismo dos jornalistas portugueses.** I Parte (1834-1934). Lisboa, Sindicato dos Jornalistas, 1998.

VÁRIOS AUTORES. **Curso de Jornalismo**. Colecção Estudos de Ciências Políticas e Sociais, n.º 60. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1963.

VELOSO, Rodrigo. **Jornalistas Portugueses**. Famalicão, Tipografia Minerva, 1910/1911.

VERÍSSIMO, Helena Ângelo. **Os jornalistas nos anos 30/40.** Elite do Estado Novo. Coimbra, MinervaCoimbra, 2003.
VIEIRA, A. T. **Memórias de um Repórter.** Lisboa, edição do autor, 1960.

CAPÍTULO 4

Informação, Cultura Popular e Turismo (1970-1973), revista do Gabinete Técnico da Secretaria de Estado da Informação e Turismo[1]

Patrícia Teixeira[2] e Liliana Mesquita Machado[3]

O período marcelista

Por que é que a revista *Informação, Cultura Popular e Turismo*, editada entre 1970 e 1973 pelo Gabinete Técnico da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, um organismo governamental, deu atenção ao jornalismo, isto é, à Informação? Talvez porque, ao tempo, o jornalismo atravessava um processo de transformação e modernização que acentuava a sua relevância social. De facto, nos anos setenta do século XX, ainda antes do eclodir da Revolução de Abril de 1974, que viria a pôr fim ao regime do Estado Novo (1933-1974) e já com Marcelo

[1] Pesquisa produzida no âmbito do projecto Teorização do Jornalismo em Portugal: Das Origens a Abril de 1974, referência PTDC/CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP-010124-FEDER-009078, apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) e com co-financiamento da União Europeia através do QREN, programa COMPETE, fundos FEDER.

[2] Mestre em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa. Doutoranda em Jornalismo na Universidade Fernando Pessoa. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

[3] Mestre em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa. Doutoranda em Jornalismo na Universidade Fernando Pessoa. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Caetano no poder[4], o panorama jornalístico português sofreu várias modificações. (CABRERA, 2006, 2010; FRANCO, 1993; SOBREIRA, 2003; SOUSA, 2008, 2010)

As modificações no panorama jornalístico ocorreram, simultaneamente, com outras transformações no campo da sociedade e da economia, que, no entanto, não contemplaram grandes mudanças no campo político. Rosas (1994, p. 546) explica que, quando emergiu, o marcelismo fê-lo, "não como um disfarce demagógico do salazarismo, uma tentativa de o velho regime mascarar a sua continuidade essencial", mas como "o triunfo político de uma corrente reformista", que vinha a manifestar-se já desde décadas anteriores. Ramos *et al.* (2009, p. 698) contam que Caetano, no seu primeiro discurso, a 27 de Setembro de 1968, realçou que desejava um regime onde todos os portugueses se sentissem encaixados, mas onde, também, teria de se manter (ou continuar a manter) a ordem pública e anunciava, ainda, vários projectos de modernização. Porém, a proclamada "Primavera marcelista" acabara por não florir na tão desejada democracia e tornara-se evidente que se tratara apenas de uma operação de cosmética de um regime que teimava em perpetuar-se. No entanto, algumas mudanças foram operadas, por muito superficiais que ter parecido e por muito pouco que tenham vindo alterar os imperturbados conteúdos das instituições. Este facto foi particularmente evidente no que se refere a instituições de carácter repressivo ou propagandístico, como o Secretariado Nacional da Informação e Cultura Popular, que passa a designar-se Secretaria de Estado da Informação e Turismo, e a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) que passa a chamar-se DGS (Direcção-Geral de Segurança). De qualquer modo, à PIDE foram retirados alguns dos seus plenos poderes, a sua actuação foi moderada e a arbitrariedade que a acompanhava desde a sua formação foi diminuída e a Secretaria de Estado, criada em torno do ex-SNI, perdeu, igualmente, muito do seu carácter propagandístico. A Censura muda de nome para Comissão de Exame Prévio e a União Nacional, partido criado por Salazar, em 1930, dá lugar à ANP (Acção Nacional Popular).

[4] Ocupava o cargo deixado vago por Salazar, de presidente do Conselho de Ministros, equivalente ao cargo de Primeiro-Ministro.

O aparelho de Estado também continuou praticamente inalterado embora se tenham efectuado alguns esforços para o modificar. No início de 1970, Marcelo Caetano procede a uma remodelação ministerial, nomeando novos ministros, como, por exemplo, Veiga Simão para a Educação. Este ministro vai dar início a um amplo programa de reforma do ensino, com a criação de novas universidades (Minho, Aveiro, Nova de Lisboa e Évora), seis institutos politécnicos e oito escolas normais superiores. No entanto, o clima nas universidades portuguesas não era o melhor. Os jovens tinham mais possibilidades de acesso ao ensino superior, porém não queriam aceitar as normas escolares e o policiamento das universidades. O governo havia decretado um "estado de excepção" dentro destas instituições de ensino, impondo a presença de forças policiais e facilitando as prisões e os processos disciplinares de alunos das mesmas. As associações estudantis, por exemplo, foram quase todas encerradas. Apesar desta repressão, os protestos estudantis intensificavam-se a cada dia que passava o que também contribuiu para que o regime suspendesse qualquer política de abertura que pudesse estar em curso e a endurecer a censura. Os estudantes contestavam, ainda, o sistema de ensino, os métodos de selecção e os próprios conteúdos programáticos das disciplinas.

Entretanto, mercê da conjuntura internacional e das despesas crescentes com a guerra no ultramar (que continuava), a nação portuguesa começou a sentir os efeitos da inflação, que atingiu os 30%, e da subida do preço dos combustíveis, resultante da crise petrolífera de 1973. Esta situação também era motivo de protesto, por parte da população, tendo como consequência, uma vez mais, a não moderação (ou mesmo o fim) das medidas de repressão. Apesar desta conjuntura, a verdade é que, no começo da década de setenta, com a economia liberalizada, o crescimento do produto interno bruto atingiu valores espectaculares, muito acima da média para estes anos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), da EFTA (Associação Europeia para o Comércio Livre). As transacções económicas faziam-se, agora, sobretudo a nível europeu. O Governo marcelista pôde, inclusivamente, desenvolver os primeiros mecanismos relevantes de um estado social de matriz europeia. Ocorreu um arejamento das mentalidades, provocada

por factores como os progressos na educação, a urbanização, o turismo estrangeiro, a intervenção cultural da Fundação Calouste Gulbenkian e a politização de vários sectores da sociedade portuguesa. Muitos hábitos mudaram, sinal dos novos tempos. Mas os sinais de abertura política do regime que pareciam existir no início do consulado de Marcelo Caetano rapidamente se esfumaram e se transformaram em frustração.

A ligação ao continente europeu reforçou-se pelo fluxo migratório, que prosseguiu em grandes quantidades, tendo por alvo principal a França. A emigração e a guerra contribuíram para fazer baixar o desemprego e as remessas de dinheiro dos emigrantes ajudava a economia a crescer. O que também contribuiu para este crescimento foi a instalação de empresas estrangeiras em Portugal, atraídas pelos baixos salários. Estas empresas introduziram no país regras e rotinas de trabalho contemporâneas. No entanto, os trabalhadores da metrópole não se sentiam satisfeitos com as suas condições de trabalho, com os salários (que eram "consumidos" pela inflação) e com a falta de liberdade sindical. Nesta altura, contudo, as condições de vida das populações melhoraram substancialmente e já eram em número considerável os alojamentos com electricidade, água canalizada e esgotos.

O início dos anos setenta foi, também, marcado por greves, reivindicações e/ou manifestações de rua. Greves dos estudantes, no sector ferroviário, no sector metalúrgico, no sector têxtil, na banca, etc., que, no entanto, não foram capazes de derrubar o governo, mas fizeram mossa. Sentia-se que havia um espartilho que sufocava a sociedade portuguesa e que podia romper-se a cada momento.

Na realidade, a actuação de Marcelo Caetano até se iniciou sob o signo da evolução, retomando o essencial do seu projecto de modernização política, económica, social e até colonial. Mas o peso do regime cedo inflectiu o curso da política a prosseguir que, nomeadamente no que refere à informação, se situará predominantemente na área da continuidade. (FRANCO, 1993, p. 143)

A comunicação e o jornalismo durante o período marcelista

Sousa (2010, p. 369-372) disseca muito bem as influências do período marcelista na comunicação e no jornalismo, nos primeiros anos da década de setenta. Lendo o livro do autor, conclui-se que o próprio Marcelo Caetano, compreendendo a crescente politização da sociedade portuguesa, não só reflectiu sobre a influência da comunicação social na sociedade, como também propiciou ao seu Governo uma atitude comunicacional pró-activa. Além disso, o Governo marcelista também mobilizou os jornalistas para os mais variados eventos e conferências de imprensa, o que fez recrudescer o interesse pelo jornalismo político. A eleição de parlamentares da Ala Liberal para a Assembleia Nacional, em 1969, também contribuiu para intensificar o reencontro do jornalismo português com a política, perdido após o colapso da I República. Mais próximos dos jornalistas e adeptos da democratização do regime e da liberdade de imprensa, os deputados da Ala Liberal – entre os quais Sá Carneiro e Pinto Balsemão – obtiveram visibilidade para as suas propostas graças à comunicação social.

No entanto, após 1971, com o fim da Primavera Marcelista, procedeu-se a uma tentativa de reforço do controlo sobre a comunicação social e a sociedade, exercida pelo Governo de Marcelo Caetano. Porém, a profusão de meios de comunicação social tornou difícil a acção dos serviços de "Exame Prévio". Na imprensa escrita, e também na rádio, projectos jornalísticos diferenciados, com linhas editoriais politicamente matizadas, eram oferecidos aos públicos, que certamente escolhiam aqueles com os quais mais se identificavam. A televisão, cujas emissões regulares, em Portugal, começaram em 1957, foi pouco inovadora: às notícias lidas por um locutor seguiam-se alguns apontamentos de reportagem audiovisual, que copiavam o estilo das "Actualidades" cinematográficas.

No seu segmento, jornais como o *Diário Popular*, o *Diário de Lisboa* e o efémero *Diário Ilustrado* e revistas como *O Século Ilustrado*, a *Flama* e a *Vida Mundial* renovaram o panorama da imprensa. O *Expresso*, surgido em 1973, pela mão de Pinto Balsemão, será, possivelmente, um excelente exemplo do dinamismo empresarial no campo do jornalismo impresso

e da aparição de novos títulos no final do Estado Novo. Outros jornais, porém, ficaram pelo caminho, porque, embora dificultada, a censura não deixava de agir. O semanário *Actividades Económicas*, fundado, em 1973, pelo grupo Torralta, para competir com o *Expresso*, foi sucessivamente boicotado pela censura, o que não é de admirar, dados os temas que procurou tratar (o primeiro número, por exemplo, seria sobre a carestia de vida e logo na primeira página a manchete era "Vida Cara"). Assim, apesar de ter a redacção em plena laboração e de ter lançado uma campanha de publicidade para anunciar a sua saída, o jornal apenas produziu números zero e acabou por ser encerrado. Foi um exemplo concreto de como a censura emperrava o dinamismo da sociedade civil e do jornalismo e prejudicava a própria economia.

Ao nível da profissionalização da actividade jornalística, também se verificaram extraordinários progressos. Esta abandonou, na quase totalidade, a sua característica de "ocupação" ou "ofício" para ir assumindo a condição de *profissão liberal* (CORREIA e BAPTISTA, 2006; 2010; SOBREIRA, 2003). Esta emergência do profissionalismo jornalístico em Portugal vai incrementar a autonomia deste campo profissional, alicerçando-a em valores comuns, regras e deveres, mas também na pugna por direitos, incluindo, obviamente, o direito à liberdade de pensamento e de expressão desse pensamento através da imprensa. Assim, no estertor do Estado Novo, os "novos" valores profissionais dos jornalistas portugueses geraram uma tensão permanente entre estes e as autoridades da ditadura.

Tal como dão conta os factos históricos conhecidos e investigações como as de Correia e Baptista (2006; 2010), baseadas em entrevistas com jornalistas portugueses que exerceram a sua actividade nos anos sessenta e início dos setenta, ou a de Sobreira (2003), ancorada, principalmente, em fontes documentais, conclui-se que, neste período temporal, diminuiu a atitude servil dos jornalistas em relação aos políticos do Estado Novo (alguns jornalistas posicionavam-se, ideologicamente, contra o regime, mesmo no seio do seu sindicato), o Sindicato Nacional dos Jornalistas assumiu um protagonismo inaudito, lutou-se pela liberdade de imprensa e pela instituição de cursos superiores de Jornalismo, desafiaram-se os condicionalismos económicos com imaginação e diminuiu o carácter

improvisado e "desenrascado" da actuação dos jornalistas, em favor de uma atitude mais técnica e rotinizada, mais "profissional", mais ajustada ao ambiente de mudança que se fazia sentir, inclusive no que respeita à introdução de novas tecnologias.

As principais mudanças que se verificaram na época foram o aumento do número de jornalistas, uma descida da média de idades dos mesmos, um aumento das habilitações literárias destes profissionais e um crescimento do género feminino nas redacções.[5] Diz Cabrera (2010, p. 74), procurando explicar estas modificações, que a alteração no Governo, em 1968, associada à política e estratégia de informação marcelista, criou, no público, uma expectativa pública que se consubstanciou na necessidade de uma maior informação por parte dos jornais.

Segundo Roseira (2003, p. 28 e 31), em 1970 havia cerca de 500 jornalistas profissionais e 1274 publicações, sendo que destas, 33 eram publicações diárias; 212 semanários, bissemanários e trissemanários; e 989 publicações de outro tipo. Cabrera (2010, p. 74) acrescenta que, entre 1968 e 1974 o número de jornalistas cresceu de forma acentuada, apresentando um aumento de 51,6%, referindo que as principais razões para este crescimento foram o aumento do número de publicações e de agências de informação; a alteração nos quadros legais que conferiam estatuto de jornalista a novas publicações; e a oferta de maior número de páginas por jornais e maior diversidade de suplementos, em resultado da cobertura de mais assuntos e temas que habitualmente não faziam parte de agenda noticiosa no período anterior a 1968.

Em relação à média de idades, Cabrera (2010, p. 74-75) explica que a diminuição verificada se relacionou directamente com um aumento na demanda de mão-de-obra e com a admissão de estagiários. A autora acrescenta que, entre 1960 e 1974, a maioria dos jornais viu a sua média de idade descer dez anos e que, enquanto a média de idades dos redactores se situava entre os 40 e os 50 anos e a dos repórteres entre os 30 e os 40, os estagiários situavam-se, normalmente, numa média de 20 anos.

[5] De acordo com Cabrera (2010, p. 74) é este aumento do número de jornalistas que tem efeitos na descida na média de idades, no aumento das habilitações literárias, na quantidade de mulheres que acedem à profissão e no desenvolvimento de atitudes reivindicativas e participação sindical da classe.

Relativamente à mencionada feminização das redacções, Cabrera (2010, p. 75-76) indica que é no princípio da década de setenta que esta situação se altera progressivamente, sendo a partir de 1972 que se dá um crescimento contínuo do género feminino nas redacções. Resume a autora (2010, p. 77) que estando ainda longe "de situações de paridade numérica foi (…) no princípio dos anos 70, que se iniciou o processo de entrada de mulheres nas redacções sem restrições, associadas à igualdade na distribuição de trabalho entre homens e mulheres, já que em matéria salarial não havia distinções."

No entanto, a entrada de mulheres nas redacções foi um processo lento, uma vez que elas foram, durante muito tempo, "arredadas da actividade jornalística propriamente dita" (CABRERA, p. 76), pelas mais variadas razões.

Esta aceitação das mulheres nos jornais e a generalização da sua actividade no trabalho de redacção (com uma distribuição de trabalho igual ao do homem) acontece, de acordo com Cabrera (2010, p. 77), numa conjuntura de aumento de procura mais qualificada e de uma oferta ainda restrita.

O aumento das habilitações literárias dos jornalistas observa-se, conforme nos conta Cabrera (2010, p. 78), a partir de 1966, altura em que entrou em vigor o Contrato Colectivo de Trabalho, onde estava estipulado que para o exercício da profissão de jornalista era indispensável possuir o 2.º Ciclo dos Liceus ou equivalente. Já o Contrato Colectivo de Trabalho de 1971 exige como habilitação mínima o 3.º Ciclo dos Liceus (mas só para novas admissões)[6]. Conta Cabrera (2010, p. 78) que, a partir desta data, a direcção do Sindicato Nacional dos Jornalistas teve de mostrar um maior rigor na observação da declaração da habilitação literária por parte dos seus associados.

Ao mesmo tempo que se assistia a todas estas modificações no jornalismo, a classe jornalística procurava, também, pôr um fim à censura, defendendo a liberdade de expressão e de pensamento. A subida de Marcello Caetano ao poder criou expectativas na sociedade portuguesa e o meio jornalístico não pode deixar de aproveitar a oportunidade de colocar na ordem do dia estas questões. (CABRERA, 2010, p. 79-80)

[6] Admitiam-se algumas excepções. (CABRERA, 2010, p. 78)

Por seu lado, Franco (1993, p. 6) refere que, na década de setenta os deputados da ala liberal já reivindicavam, por oposição ao exame prévio, a liberdade de imprensa e reclamavam para a salvaguardar o princípio da aplicação da lei civil aos jornalistas como a forma mais eficaz de prever e impedir abusos na liberdade de informação. No entanto, a mensagem não pegou e tanto a censura à imprensa como a repressão sobre os que procuraram desafiar o regime com palavras se mantiveram até 25 de Abril de 1974.

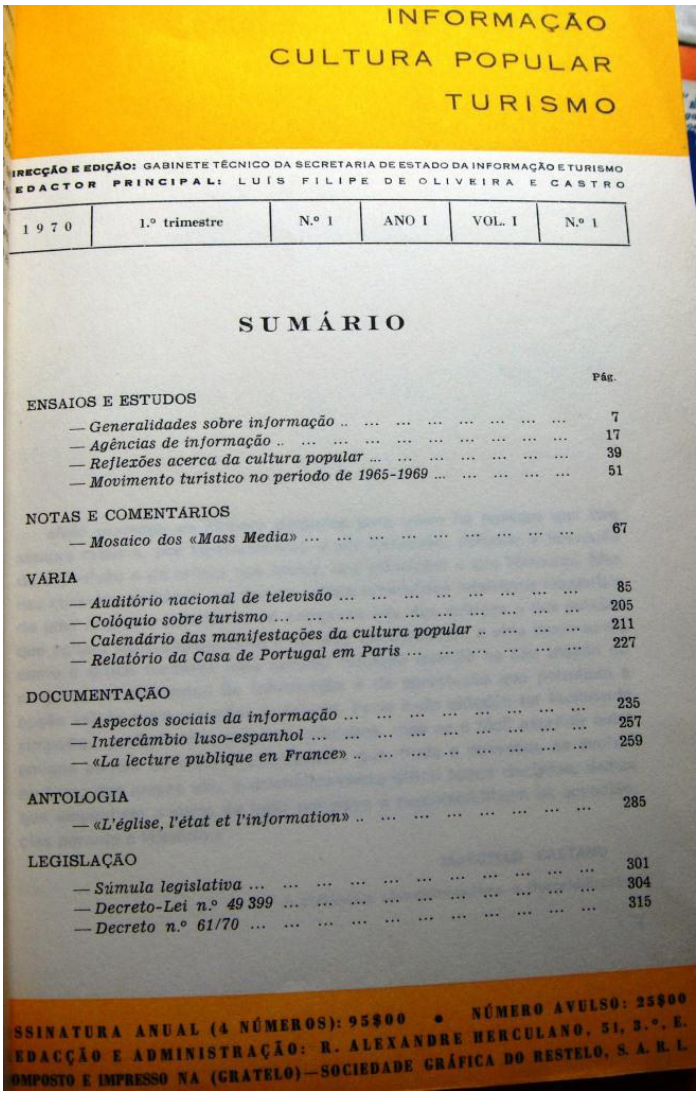
Sousa (2008, p. 111) menciona que as dificuldades para o jornalismo, durante o Estado Novo, não se limitaram à censura e a medidas repressivas (como, por exemplo, a suspensão da publicação por um determinado período de tempo, apreensão de exemplares, multas e mesmo a prisão para jornalistas, editores e vendedores). O autor (2008, p. 111) explica que, por vezes, "os órgãos jornalísticos viam-se, também, impedidos de enviar jornalistas ao exterior para cobrir determinados acontecimentos, nomeadamente quando em causa poderiam estar as posições oficiais do regime (…)."

No que ao ensino do jornalismo diz respeito, em 1971, começou a funcionar a Escola Superior de Meios de Comunicação Social, estabelecimento de ensino privado lançado pelo Instituto Superior de Línguas e Administração (primeira instituição portuguesa de ensino superior privado, fundada em 1962), um efémero um curso de Jornalismo com três anos de duração, extinto após a Revolução de 1974. Um sinal de que, em Portugal, se começava a ver com outros olhos o Jornalismo, cada vez mais perto da sua plena aceitação universitária. Porém, a nível superior, ainda nada havia de concreto e a necessidade cada vez mais urgente de os jornalistas se qualificarem levava a que outras soluções fossem encontradas.

Informação, Cultura Popular e Turismo – descrição geral da publicação e dos conteúdos

Informação, Cultura Popular e Turismo é a primeira revista portuguesa que, no âmbito da comunicação, se pode considerar como tendo intenções "científicas" ou, pelo menos, a primeira, em Portugal, onde se

publicaram artigos científicos sobre comunicação. A sua publicação foi da responsabilidade da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, mais precisamente do Gabinete Técnico deste organismo.



INFORMAÇÃO
CULTURA POPULAR
TURISMO

IRECÇÃO E EDIÇÃO: GABINETE TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO
EDACTOR PRINCIPAL: LUÍS FILIPE DE OLIVEIRA E CASTRO

1970	1.º trimestre	N.º 1	ANO I	VOL. I	N.º 1

SUMÁRIO

Pág.

ENSAIOS E ESTUDOS
— *Generalidades sobre informação* ... 7
— *Agências de informação* ... 17
— *Reflexões acerca da cultura popular* ... 39
— *Movimento turístico no período de 1965-1969* ... 51

NOTAS E COMENTÁRIOS
— *Mosaico dos «Mass Media»* ... 67

VÁRIA
— *Auditório nacional de televisão* ... 85
— *Colóquio sobre turismo* ... 205
— *Calendário das manifestações da cultura popular* ... 211
— *Relatório da Casa de Portugal em Paris* ... 227

DOCUMENTAÇÃO
— *Aspectos sociais da informação* ... 235
— *Intercâmbio luso-espanhol* ... 257
— *«La lecture publique en France»* ... 259

ANTOLOGIA
— *«L'église, l'état et l'information»* ... 285

LEGISLAÇÃO
— *Súmula legislativa* ... 301
— *Decreto-Lei n.º 49 399* ... 304
— *Decreto n.º 61/70* ... 315

SSINATURA ANUAL (4 NÚMEROS): 95$00 • NÚMERO AVULSO: 25$00
EDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: R. ALEXANDRE HERCULANO, 51, 3.º, E.
OMPOSTO E IMPRESSO NA (GRATELO)—SOCIEDADE GRÁFICA DO RESTELO, S. A. R. L.

Fig. 1 – Capa da revista *Informação, Cultura Popular e Turismo*

A Secretaria de Estado da Informação e Turismo nasceu em finais de 1968 para substituir o extinto Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. Cabia-lhe superintender nos serviços e actividades relativos à informação, ao turismo e à radiodifusão sonora e visual, teatro, cinema e outros espectáculos e formas de cultura popular.[7] Desta Secretaria de Estado faziam parte o Gabinete do Secretário de Estado, o Gabinete Técnico, o Conselho Nacional da Informação, o Conselho Nacional do Turismo, o Conselho Nacional da Radiodifusão, a Secretaria-Geral, a Direcção-Geral da Informação, a Direcção-Geral do Turismo, a Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos, os serviços locais, os serviços no estrangeiro, a Comissão de Exame e Classificação dos Espectáculos, a Comissão de Literatura e Espectáculos para menores.[8]

O Gabinete Técnico constituía um serviço de apoio directo do Secretário de Estado, sob a sua imediata superintendência, incumbindo-lhe, designadamente, emitir pareceres, sugerir providências para o aperfeiçoamento dos serviços, acompanhar a execução de planos, empreendimentos ou determinações, coordenar actividades e inspeccionar serviços, reunir e preparar documentação e elementos estatísticos e exercer quaisquer outras funções convenientes ao perfeito desempenho das atribuições da Secretaria de Estado.[9]

César Moreira Baptista foi Secretário de Estado deste organismo, de 16 de Outubro de 1968 até 7 de Novembro de 1973, quando foi substituído por Pedro Pinto. Ao longo deste período, Moreira Baptista manteve uma enorme coerência na orientação que imprimiu ao seu trabalho, procurando, de forma sistemática, transformar o organismo num órgão essencialmente virado para o turismo de massas, para a produção e controlo da informação veiculada pela comunicação social e para a inspecção de certas actividades culturais (sendo neste plano que se situavam os principais problemas de sobrevivência do regime).

[7] Diário do Governo, I série, número 269, 15 de Novembro de 1968. Capítulo I, Art. 1.º Fonte:http://dre.pt/pdf1sdip/1968/11/26900/16751681.pdf

[8] Diário do Governo, I série, número 269, 15 de Novembro de 1968. Capítulo II, Secção I, Art. 3.º Fonte:http://dre.pt/pdf1sdip/1968/11/26900/16751681.pdf

[9] Diário do Governo, I série, número 269, 15 de Novembro de 1968. Capítulo I, Secção II, Art. 5.º Fonte:http://dre.pt/pdf1sdip/1968/11/26900/16751681.pdf

Estas alterações reflectiam também a própria evolução interna deste organismo, que há muito que deixara de ser identificado com uma instituição promotora de actividades culturais, para ser sobretudo um órgão conotado com a censura da imprensa e dos espectáculos.

Moreira Baptista atribuiu muita importância à comunicação social e à censura. Uma das suas primeiras tarefas foi afastar os militares que desde a Ditadura Militar continuavam a dominar as áreas da censura da imprensa e da inspecção dos espectáculos. Mas a mais importante, foi sem dúvida a de tentar criar um corpo de especialistas em comunicação de massas e turismo, promovendo para o efeito estudos e lançando uma publicação regular neste domínio, a revista *Informação, Cultura Popular e Turismo*. Numa altura em que o jornalismo atravessava tantas mudanças mas em que ainda não proporcionava aos seus profissionais, por exemplo, um curso superior, esta publicação oferecia a hipótese de estes publicarem artigos já com uma certa cientificidade.

Desta revista saíram dezasseis números, entre 1970 e 1973. O redactor principal da revista foi, ao longo de toda a sua edição, Luís Filipe de Oliveira e Castro, surgindo o Gabinete Técnico da Secretaria de Estado da Informação e Turismo como director/editor da publicação. No entanto, apesar de manter um redactor principal, a revista contou com a colaboração de vários outros, vindos das diferentes áreas sobre as quais a publicação se debruçava, sendo a grande maioria português, mas apresentando, também, um ou outro estrangeiro (procurando mostrar, também, desta forma, o que de diferente acontecia nos outros países relativamente ao assunto em debate). Ou seja, em *Informação, Cultura Popular e Turismo* publicaram-se textos de etnógrafos, arqueólogos, jornalistas, professores, escritores, políticos, críticos cinematográficos, etc. Muitos destes redactores ocupavam cargos de Estado, sendo um deles o próprio Presidente do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano. Como já se referiu, alguns dos redactores da revista são jornalistas. Neste campo, temos nomes como o de Dutra Faria (jornalista. Director executivo da ANI. Autor de muitos artigos, comunicações e estudos sobre materiais relacionados com a informação.), Jorge Tavares Rodrigues (jornalista. Director-Geral da Agência Latina. Professor da cadeira de Publicidade e Relações Públicas da Escola Superior de

Organização Científica de Trabalho (E. S. O. C. T.). Secretário-Geral do Conselho Territorial Português da International Advertising Association. Presidente da Assembleia Geral do Clube Português dos Publicitários), Correia Marques (jornalista dos mais antigos e consagrados na imprensa portuguesa. Comentador internacional e director de *A Voz* desde 1946, onde criou as secções de noticiário internacional, literária "Bazar das Letras, das Ciências e das Artes", e infantil. 80 anos consagrados à causa da defesa dos mais altos interesses nacionais, através da palavra escrita e falada), José Lechner (diplomado pela Escola Superior de Jornalismo de Lille: diplomado 83.º ciclo, pelo Instituto Francês de Imprensa da Universidade de Paris; chefe do Departamento de Ciências e Técnicas de Informação da S.I.N.A.S.E. – Sociedade de Investigação Aplicada ao Serviço da Empresa) ou José Marques de Melo (professor do Departamento de Jornalismo e Editorialismo da Escola de Comunicações e artes da Universidade de São Paulo). Os outros autores dos textos sobre jornalismo foram Ramiro Valadão – inspector superior da Secretaria de Estado da Informação e Turismo e presidente do Conselho de Administração da RTP; Oliveira e Castro – diplomado pelo Instituto Balmes de Sociologia de Madrid e membro do Instituto Internacional de Civilizações Diferentes e do Centro Europeu de Documentação e Informação; Roger Lovey – advogado e sociólogo suíço; Beckert D'Assumpção – licenciado em História e Filosofia, romancista e ensaísta (trabalhos sobre Filosofia, Psicologia e Informação). Funcionário superior da Emissora Nacional de Radiodifusão; Luís de Pina – crítico e ensaísta cinematográfico. Director da revista *Filme* (1959-1964). Chefe da 2.ª Repartição do Instituto de Meios Audio-visuais de Educação (I. M. A. V. E.); Padre Moreira das Neves – curso teológico do Seminário do Porto. Chefe da redacção do jornal *Novidades* e director do seu suplemento literário "Letras e Artes". Poeta, orador e ensaísta, com vasta obra publicada. Colaborador de vários jornais e revistas e da Emissora Nacional. Membro do Conselho de Programas da Radiotelevisão Portuguesa e da Comissão de Literatura e Espectáculos para menores; Pereira Monteiro – licenciado em Ciências Sociais e Política Ultramarina. Inspector do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar. Colaborador em vários jornais e revistas; Fialho

Ponce – licenciado em Ciências Sociais e Política Ultramarina. Inspector do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar; Nuno de Miranda – escritor ligado aos movimentos estéticos e literários da metrópole e do ultramar. Tendo-se formado em Históricas e Filosóficas, desenvolve uma grande actividade na Imprensa, Rádio e Televisão, tendo sido ainda, congressista em reuniões internacionais no País e no estrangeiro; Francis Dumont – sociólogo francês. Director e fundador do Instituto de Relações Públicas de Paris; Luís Gonzalez Seara – Doutor em Ciências Políticas. Professor de Teoria da Opinião Pública na Escola Oficial de Periodismo de Madrid. Professor-adjunto de Sociologia na Faculdade de Ciências Políticas e Económicas de Madrid. É membro da "International Association for Mass Communication Research" foi secretário-geral do Instituto de Estudos Políticos, do qual é membro, e director do Instituto da Opinião Pública; António Bivar – licenciado em Ciências Económicas e Financeiras. Chefe da Divisão das Relações Exteriores da RTP; Geraldes Cardoso – Director-Geral da Informação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo; Clemente Rogeiro – Presidente da Direcção da Emissora Nacional de Radiodifusão; Beckert d'Assumpção – licenciado em História e Filosofia, romancista e ensaísta (trabalhos sobre filosofia, psicologia e informação). Funcionário superior da Emissora Nacional de Radiodifusão; Adelina Odete – assistente social, com o curso de serviço social do Instituto Superior de Serviço Social. É chefe do Departamento de Serviço Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e superintendente dos Serviços de Acção Social da União das Freguesias do Concelho de Lisboa; Clemente Ferrer Rosello – técnico de publicidade; lucário para realizar estudos da matéria na área do Mercado Comum; Professor da Escola de publicidade de Madrid tendo desempenhado diversos cargos como executivo de publicidade em várias empresas privadas e entidades públicas; Mário dos Reis Príncipe – formado em Ciências Sociais e Política Ultramarina, secretário do Ministro do Interior. Membro do Gabinete de Estudos de Programas da Emissora Nacional, director da Rádio Universidade, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais; José Júlio Gonçalves – professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e de Política Ultramarina onde rege as cadeiras de Introdução à Sociologia,

Sociologia da Informação e Estrutura Social; professor de Sociologia Geral no Instituto Superior de Meios de Comunicação Social; Vera Maria Fernandes – licenciada em Ciências Sociais e Política Ultramarina. Investigadora de temas da Sociologia da Comunicação; João Carlos Beckert d'Assumpção e Amador Marini Castanheira – engenheiro radiotécnico. Chefe da Divisão de emissores da Emissora Nacional de Radiodifusão.

A revista começou, então, a publicar-se em 1970 e terminou a publicação em 1973, tendo uma periodicidade trimestral, periodicidade essa que se manteve ao longo de todo o tempo de publicação, com quatro revistas em cada um dos anos. O número de páginas de cada número variou entre as 164 e as 354.

Nesta revista, de formato A5, foram publicados ensaios, estudos, notas, comentários e antologias sobre assuntos ligados à imprensa, à informação, à publicidade, à cultura popular e ao turismo. Assim, apresentaram-se textos que discorrem acerca de publicidade, de marketing, de cinema, de rádio, de televisão, de livros, da história da cultura popular portuguesa, da movimentação turística portuguesa e estrangeira, de medidas que vão sendo tomadas e que contribuem para o desenvolvimento do turismo em Portugal, etc. É publicada, também, documentação e legislação como, por exemplo, o Estatuto da Imprensa e o Regulamento dos Serviços de Registo da Imprensa.

Ao longo dos quatro anos de publicações, nos 16 números, foram publicados 158 artigos (54, em 1970; 42, em 1971; 35, em 1972; 27, em 1973). Destes 158 artigos, cinquenta deles versavam sobre assuntos relacionados com a comunicação. Dos cinquenta artigos escritos sobre o mundo da comunicação, 32 deles debruçavam-se especificamente sobre o jornalismo. Uma distribuição mais pormenorizada acerca destes dados segue abaixo na tabela 1.

Tabela 1

Ano	Número de artigos sobre comunicação, englobando os artigos sobre jornalismo	Percentagem de artigos sobre comunicação, englobando os artigos sobre jornalismo, no total de artigos da revista	Número de artigos especificamente sobre jornalismo	Percentagem de artigos sobre jornalismo no total de artigos da revista	Percentagem de artigos sobre jornalismo no total de artigos sobre comunicação
1970	21	39%	11	20%	52%
1971	15	36%	9	21%	60%
1972	9	26%	9	26%	100%
1973	5	19%	3	11%	60%

Informação, Cultura Popular a Turismo - Os artigos sobre jornalismo

Os diversos artigos sobre jornalismo publicados em *Informação, Cultura Popular e Turismo* permitem antever que, mesmo tratando-se de uma revista lançada por um organismo governamental, nela parecem ser abordados os temas que Sousa (coord.) *et al.* (2010a) afirmam terem sido os mais relevantes da teorização portuguesa do jornalismo anterior a 1974 e os temas que mais preocuparam os jornalistas portugueses durante o Estado Novo: a história do jornalismo, os caminhos que a Informação trilhava, o crescimento dos diversos meios de comunicação de massas, a formação da opinião pública, a importância da comunicação e da Informação na sociedade, a imprensa periódica e não-periódica; enfim, a generalidade dos temas que estruturaram aquele que, de acordo com Sousa (coord.) *et al.* (2010a), foi o Pensamento Jornalístico Português anterior a 1974, tiveram acolhimento e eco em *Informação, Cultura Popular e Turismo*. Uma análise qualitativa de vários desses textos poderá comprovar se a hipótese é, de facto, passível de ser confirmada.

Ramiro Valadão (1970, pp. 9-14), aborda a questão da comunicação entre os seres humanos, que desde sempre teve gosto e necessidade de ser informado e de se informar. O autor fala, ainda, da evolução dos meios de comunicação e da importância que estes tinham para as populações.

> (…) O jornal, a rádio, a televisão são os meios mais aptos ao cumprimento duma missão cuja importância cada vez mais se avoluma. A evolução das comunicações, como das técnicas que as inspiram e realizam, tem tornado cada mais vital para os homens e para os povos esse alimento do espírito sem o qual já não podem passar. (…)
> Este facto – porque de facto se trata – é comum a todos os países e os estudiosos do problema não têm deixado de o notar em congressos e conferências para dele tirar as conclusões necessárias. (…)
> Ao olhar os anos e séculos que passaram logo se encontra – desde que se almejam relações entre os seres humanos – este desejo de comunicar, este gosto de ser informado e de informar, este prazer de dar a notícia do ocorrido em qualquer parte. Levou tempo a elaborar-se o jornal impresso, mas se a invenção de Gutenberg tornou possível alargar o âmbito de informar, primeiro pelo livro depois pela gazeta, o certo é que, falada ou manuscrita, a notícia corria através dos países e até de toda a Europa, mesmo com a lentidão do cavalo que ainda não era a vapor.
> A pouco e pouco vai-se constituindo, através de enormes vicissitudes e dolorosos obstáculos, o que foi classificado por escritor conhecido como o "quarto poder". Renaudot, o primeiro jornalista que aparece em França, bem o sentiu e afirmou e, em meados do século XVII, Milton publicava a famosa defesa do que considerava essencial para a Imprensa e que constituiu mais tarde bandeira empunhada com frenesi pelos homens da Revolução Francesa.

Valadão (1970, p. 9-14) percorre, também, a longa história do jornalismo, para classificar a profissão de jornalista como sendo apaixonante, gloriosa e heróica mas, ao mesmo tempo, perigosa, uma vez que, a bem do dever de informar, o profissional empenhado é capaz até de *derramar o seu sangu*e.

> Ao contemplar a história do Jornalismo – a sua glória e desdita, as suas virtudes e defeitos, as suas verdades e erros – e ao assinalarmos as variadas formas que assumiu, jornalismo de grande informação ou de opinião; jornalismo de sensação e até de escândalo, sentimos que para além das sinuosidades em alguns momentos e casos verificados, há uma linha fundamental que marca uma constante na valia dos homens que foram capazes de viver com desinteresse e empenho, uma profissão que, sem

> dúvida, é das mais apaixonantes. Nessa profissão se queimam os nervos e, tantas vezes a própria vida para cumprimento do dever de informar, pela alegria de levar aos outros a notícia vivida do acontecimento.
> Nas guerras que periodicamente ensanguentam o mundo lá fica sempre, de mistura com o sangue dos combatentes, o dos soldados da informação que apenas com os seus olhos acompanham as operações. Porém, nas batalhas menos cruentas do dia-a-dia, na rotina da grande ou da pequena cidade, o Jornalismo que verdadeiramente o seja sempre sofre os embates das diversas formações em jogo e dos diferentes problemas em equação.
> Gloriosa e heróica a profissão do Jornalista!

A verdade dos factos é, para Valadão (1970, p. 9-14), de primordial importância no jornalismo. Para tal se proporcionar, é essencial que a imprensa goze de liberdade e que não se deixe afectar pela vontade de agradar a todos.

> No mundo contemporâneo já não é suficiente relatar os factos com verdade, pois é cada vez mais indispensável expor a verdade acerca dos factos. Na realidade – refere-o, entre outros, um estudo da Comissão sobre a liberdade de Imprensa, organizado pela Universidade de Chicago – poderá mentir-se com a verdade quando, por exemplo, se refere um facto exacto mas isolado do contexto sem cuja luz se torna dolorosa escuridão onde todos podem tropeçar e cair.
> A transformação da Imprensa em vastas e poderosas unidades industriais sem as quais não é possível o aproveitamento das espantosas revoluções tecnológicas dos tempos modernos, tornou recordação cada vez mais longínqua em qualquer latitude da terra aquela ideia do pensador que compunha o artigo que escrevia e até distribuía o seu jornal pela localidade onde vivia. Nessa ocasião, a tão falada como discutida liberdade de Imprensa parece que existia em estado puro. Tratava-se de um produto de laboratório, ainda imune dos vírus diversos que, mais tarde, terrivelmente o infectariam.
> Por isso mesmo, o grande jornalista francês Jacques Kayser, no seu conhecido livro intitulado "Mort d'une Liberté", assinala quão grave é o desejo sistemático de agradar ao maior número e como a procura do sensacional pode conduzir a Imprensa que por tais regras se deixa impregnar a objectivos contrários aos interesses do comum. (…)

Ainda navegando pela história do jornalismo, Valadão (1970, p. 9-14) recorda Manuel Severim de Faria, que considera o primeiro jornalista português; as Gazetas que em Portugal se foram publicando; e o jornalismo romântico e político do século XIX até inícios do século XX, que para o autor era concretizado por homens que colocavam a argúcia de uma análise acima das sínteses essenciais à compreensão do meio ambiente.

> Manuel Severim de Faria terá sido o primeiro jornalista português, começando a publicar as suas "Relações" lá pelo ano de 1626 e não se poderá dizer que, dum ou doutro modo, "não tenha satisfeito a curiosidade" de quem o lia, conforme expressamente desejava. Depois tivemos a nossa "Gazeta" e, por aí fora, continuámos com os demais países da Europa, a seguir a evolução do papel impresso.
> Jornalistas notáveis iluminam o século XIX em que os jornais se fundam e se desfazem com bastante facilidade. É a época da política e romântica da imprensa que se prolonga pelo início do século XX, em Portugal, como em toda a parte.
> Homens de inteligência singular fazem da crítica e da polémica autêntica renda de bilros, ofuscando os olhos dos leitores com o raro brilho do seu valor e da sua cultura. Ao recolher-se o ensinamento do tempo poderá ter-se a sensação de alguma frustração intelectual por parte de homens que, nos Conselhos da Coroa ou fora deles, se deleitavam com a argúcia de uma análise sem que se preocupassem grandemente com as sínteses essenciais à compreensão do meio ambiente. Época foi em que, em bastantes casos se desaproveitava o próprio talento, desbaratando-o no gosto de um eco irreverente ou de um artigo violento. (…)

Depois de discorrer sobre o passado, Valadão (1970, p. 9-14) arrisca-se a prever o futuro do jornalismo. Refere que, em qualquer época e em qualquer geração que venha, os jornalistas terão de enfrentar condicionalismos e que, para os enfrentar, uma boa formação cultural será sempre essencial. O autor aborda, ainda, a emergência do jornalista especializado, considerando o facto de extrema importância para o jornalismo.

> A caminho do futuro sucedem-se gerações de jornalistas com os seus arrojos e ardores, com o seu talento e vontade. Cada geração, como

> cada homem, há-de ter as suas características, mas todos terão de ter presente o realismo de situações que necessariamente decorrem de um condicionalismo universal e do que de alguma maneira se refere ao que dentro das nossas fronteiras existe.
> Esse realismo há-de a todos conduzir à indispensabilidade de uma formação cultural cada vez mais profunda. Todos terão a exacta noção de que não há qualquer varinha mágica que transforme a inteligência – mesmo onde a haja em excesso – em tempo de medida e meditação, produto de estudo e análise, que torne as pessoas aptas a considerar os problemas com a profundidade bastante e cada vez mais necessária. Não é já, efectivamente, possível que a leitura apressada de dois manuais transforme as pessoas em economistas e muito menos em técnicos de todas as ciências e artes.
> Assim, a formação do jornalista especializado em cada grau de saber, de acordo com as suas aptidões e gostos, é tendência a desejar ver acentuada na imprensa diária portuguesa que, especialmente, na referente à de Lisboa, Porto, Luanda e Lourenço Marques assinala permanentemente o empenho de servir o conjunto cada vez mais largo e exigente dos seus leitores com a criação de sucessivos suplementos.
> Neste fenómeno julgo integrar-se o florescimento de revistas semanais ilustradas mas com preocupações orientadas para vastas gamas de leitores. Na realidade, essas publicações que ainda não há muitos anos viviam com dificuldades, oferecem agora novo aspecto e atingem significativas tiragens.

Dutra Faria (1970, p. 18-23), por sua vez, discorre sobre as agências noticiosas oficiais e privadas. Destaca as últimas como devendo ser independentes, ao contrário do que sucede com as primeiras. No entanto, admite que, mesmo nas privadas é impossível assegurar que não hajam determinadas influências, sejam estas exercidas por entidades como o Estado ou mesmo um cliente.

> As agências noticiosas privadas são, por definição, independentes, ao contrário do que sucede com as agências noticiosas oficiais. É impossível evitar, porém, que sobre uma agência se não exerçam determinadas influências, que necessariamente estreitam a sua margem de independência: a do Estado (por meio da pressão fiscal e outras) ou a de um sector da sua clientela (por exemplo, o conjunto das associações

> industriais de um dado país) ou mesmo a de um só cliente, mas particularmente poderoso.

Na tentativa de caracterizar os jornalistas que trabalhavam para estes meios de informação, Faria (1970, p. 18-23) reconhece que entre estes e os que trabalhavam nas redacções dos jornais não havia grandes diferenças. Em ambos os casos, exigir-lhes isenção total era tarefa complicada de ver ser cumprida, pois, uns e outros eram humanos.

> Por outro lado, verdade digna do Senhor de La Palisse, os jornalistas que trabalham para as agências noticiosas são homens como os que trabalham nas redacções dos jornais ou como quaisquer outros homens. Vivem num determinado meio social e familiar, têm uma pátria e uma formação ideológica, as suas simpatias pessoais, os seus preconceitos, os seus tabus – e tudo isso conta – influi e pesa na redacção de uma notícia ou de uma crónica (e até no assestar de uma máquina fotográfica) por mais objectivo, por mais imparcial, por mais desapaixonado que se queira ser. Não se lhes pode exigir, pois, um grau tal de isenção que, se fosse possível, os desumanizaria, transformando-os em verdadeiros anjos… (…)
> Afigura-se-me, assim, que é tão errado pensar que as agências de informação privadas são sistematicamente tendenciosas em relação a este ou àquele país, a este ou àquele Governo, a esta ou àquela política, como admitir ingenuamente que o jornalista ao serviço de uma agência pode ir no respeito pela ética da profissão até deixar de ser um homem como outro qualquer, com os seus defeitos, os seus prejuízos, as suas ideias preconcebidas…

Noutros aspectos da profissão, Faria (1970, p. 18-23) já identifica diferenças entre o jornalista que exerce a sua função numa redacção, com hora para entrar e sair, sentado confortavelmente a uma secretária e com jornais e livros ao lado, e um jornalista sem horários fixos, que anda de local em local em busca de informação para depois encontrar um cabine telefónica e poder transmitir para a agência aquilo que descobriu.

> Depois, e há ainda que não esquecê-lo, todo o jornalista, mas principalmente o correspondente de uma agência de informação, nada tem de comum com as pessoas que trabalham todos os dias úteis, das

> tantas às tantas (sempre as mesmas horas, com os mesmos intervalos, no mesmo período de tempo) e à noite, bem jantadas, vão tranquilamente ao cinema, ao teatro – ou ficam em casa, de pantufas, a ver Televisão: quando verdadeiramente dominado pela "paixão da notícia", o correspondente ou o enviado especial da agência dorme quando pode – duas, três horas por noite, sempre que o trabalho aperta; come quando lhe é possível fazê-lo – quanta vez, como almoço ou como jantar, uma sanduíche ou um bolo, porque não há tempo para mais; mantém-se de pé e com os olhos abertos (abertos e atentos só à custa de cafés ou de álcool – e quanto mais frequentes ou mais graves forem os acontecimentos que o solicitem maior esforço ele exigirá de si próprio e dos seus nervos e mais facilmente, portanto, ele será traído pela sua excitação; que é a objectividade (sempre relativa, no entanto) consegue-se sem excessiva dificuldade, quando estamos sentados confortavelmente a uma secretária, com os jornais ao lado e os nossos livros de consulta e os nossos "dossiers" de recortes de Imprensa ao alcance da mão, mas é difícil, tremendamente difícil, sei-o até por experiência própria, quando se telefona uma notícia de qualquer cabine pública, enquanto lá fora, na rua, de que apenas estamos separados por um vidro transparente, a "coisa" ainda está a suceder, como se a víssemos na pantalha do cinema. (…)

As diferenças entre os dois *tipos* de jornalistas continuam. Enquanto os jornalistas de redacção devem, essencialmente, saber escrever, os jornalistas de agência devem saber sintetizar; enquanto os primeiros conseguem controlar relativamente o tempo, os segundos correm contra o tempo. Dutra Faria (1970, p. 18-23) nota mesmo que os jornalistas que trabalhavam em agências eram, por vezes, apelidados de agenciários e que Portugal foi dos últimos países da Europa a ter uma agência nacional de informação internacional.

> O jornalista de agência tem, por sinal, pouco de comum com o que trabalha na redacção de um jornal. Os franceses inventaram mesmo uma palavra para o definir – é o "agenciaire", o agenciário.
> O jornalista que trabalha na redacção de um jornal tem, é evidente, que saber escrever; mas o agenciário tem, sobretudo, que saber sintetizar.
> O que trabalha na redacção de um jornal sabe que até à meia-noite (se o jornal é matutino) pode entregar a sua reportagem; mas para o

> agenciário não há intervalo entre a hora do acontecimento e a hora da sua transmissão – um segundo basta para que se chegue depois de uma agência concorrente.
> Pode dar-se o jornalista propriamente dito ao luxo de "fazer estilo"; "condensar" (dizer muito no mínimo de palavras) tem de ser um verbo presente sempre no espírito de cada agenciário. De resto, há também um estilo telegráfico e que não deixa de ter a sua beleza.
> O jornalista pode antes de mais nada pensar em aprontar o seu trabalho e só depois preocupar-se com fazê-lo chegar à redacção; há sempre tempo. Mas o que não sabe já, antes de aprontar a notícia, como há-de transmiti-la à sua agência sem a mais pequena demora nunca será um autêntico agenciário.
> O jornalista pode dizer que prefere aos outros meios de comunicação o telefone ou o telégrafo. Para o agenciário todos os meios de comunicação servem por igual, desde que rápidos. (…)
> Portugal foi dos últimos países da Europa a ter uma agência nacional de informação internacional.

A reflexão sobre os meios de comunicação social e sobre a sua influência no ser humano era frequente em *Informação, Cultura Popular e Turismo*. Num artigo publicado no 1.º número da revista, em 1970, o carácter social da Informação é tema de discussão. Diz-se que todo o Homem tem direito de conhecer o que se passa à sua volta, bem como a formar uma opinião e que, desde sempre, esta vontade de estar informado, de conhecer o que se passa à sua volta e de transmitir o que viu foi uma realidade.

> A consciência generalizada nos meios sociais evoluídos de que cada homem tem, como ser eminentemente social, o direito de conhecer o que se passa para formar uma opinião e cumprir eficazmente a sua missão em sociedade traduz, desde logo, o carácter social da Informação. Mas a Informação só existe na medida em que o facto tornado notícia entra nos canais da comunicação social que são, no momento actual, a Imprensa, a Rádio, a Televisão, o Cinema, o Livro. E se cada um destes meios possui técnicas e actuações distinta todos visam à satisfação última de informar. Nem sempre, porém,

> os mecanismos da informação foram assim tão perfeitos, todos o sabemos, e longa foi a evolução da técnica e várias as vicissitudes por que passaram os meios de comunicação social: o direito à informação, realidade social do nosso tempo, é o termo de uma larga jornada do homem na sua vida colectiva. E, no entanto, sempre foi uma necessidade premente. Sempre o homem desejou saber o que se passava à sua volta, e sempre comentou e transmitiu o que viu ou imaginou. Daí, que o primeiro instrumento de comunicação social tenha sido a linguagem embora, mesmo nas sociedades primitivas, não tenha sido o único. (…)

No mesmo texto é, também, feita uma observação acerca das datas de aparecimento dos primeiros periódicos, assunto que divide opiniões, segundo o(s) redactor(es) do texto – uns defendem que tal aparecimento se deve basear nas *Relações* de Manuel Severim de Faria, de 1627; outros afirmam ser a *Gazeta da Restauração*, de 1641, o primeiro periódico português. O(s) autor(es) do texto sustentam a segunda hipótese, a *Gazeta da Restauração*.

> Antes de prosseguir, julgo pertinente dar uma ideia do que entre nós se passou: tem-se discutido qual foi a data do aparecimento dos primeiros periódicos portugueses. Defendem uns que tal acontecimento se deve basear no aparecimento das "Relações", datadas de 1627, e entendem outros que começa com a "Gazeta" de 1641, que no seu frontispício indica que publica "com todas as licenças necessárias". Creio que, com o carácter de periódico, será a "Gazeta" que marca o início da publicação dos jornais em Portugal.

Oliveira e Castro (1970, p. 67-82), também deu o seu contributo à revista publicada pelo Gabinete Técnico da Secretaria de Estado da Informação e Turismo. Com base na leitura de alguns estudos, o autor escreveu um artigo sobre alguns aspectos da Informação pelo mundo fora.

Primeiramente, fala das cadeias de televisão nos Estados Unidos. Para além de explorar a relação entre os espectadores americanos e as principais cadeias televisivas deste país, o autor descreve sinteticamente

as actividades destas empresas e o modo como elas operam. Faz, ainda, referência a séries de culto produzidas por certas cadeias e a algumas transmissões (de debates políticos ou eventos desportivos) feitas de forma perfeita, reconhecendo, por tal, o grande poder financeiro destas empresas e, ao mesmo tempo, alguma utilidade pública ao monopólio das cadeias televisivas.

> Na estrutura da televisão americana imperam as três cadeias da C.B.S. (Columbia Broadcasting System), da N.B.C. (National Broadcasting Company) e da A.B.C. (American Broadcasting Company); (…).
> Para os telespectadores americanos a televisão é inseparável das respectivas cadeias, pois qualquer programa que vejam no seu pequeno ecrã traz sempre a marca de quem o produz e transmite. No que respeita aos proprietários das estações locais de televisão, sejam eles senhores ou servos, a maior parte da sua riqueza reside na sua filiação numa determinada cadeia. Esse contrato representa o seu mais caro tesouro depois da licença fornecida pela F.C.C. (Federal Communications Commission). Na luta que se trava entre as grandes empresas no plano nacional, a estação local é um peão ou ao menos um cavaleiro. (…)
> Em seguimento de diversos inquéritos e estudos sobre o funcionamento das cadeias, várias restrições foram impostas: nenhuma organização tem o direito de possuir ou de explorar mais do que uma cadeia; as cadeias não têm o direito de determinar os tempos de emissão das estações filiadas; não têm o direito de assinar contratos de duração superior a dois anos e não lhes cabe controlar as tarifas que praticam as estações filiadas pelas emissões independentes. É-lhes interdito, também, possuir e explorar mais de sete estações de rádio AM, mais de sete estações de rádio FM e mais de sete estações de televisão, das quais só cinco podem ser estações UHF.
> Essas regras, e outras ainda, corrigiram abusos mas não reduziram o predomínio das cadeias. Ele persiste porque, além do mais, os bens que fornecem fazem parte integrante dos serviços de televisão do país e foram reconhecidos como tais pelo Congresso e pela F.C.C. Persiste, ainda e principalmente, porque os programas transmitidos pelas cadeias gozam de larga preferência do público.
> São, de facto, as referidas cadeias que produzem as mais populares séries filmadas, designadamente "Laughin", "Bonanza", "Missão Impossível", etc.; que asseguram as emissões de Bob Hop; que realizam

> as reportagens dos desafios de futebol, profissionais ou universitários; que transmitem as sobre os Jogos Olímpicos, as convenções dos partidos políticos, as campanhas presidenciais, os debates das Nações Unidas, as audições parlamentares e, ainda, que dão relevância e publicidade a outros acontecimentos de maior interesse geral. E a maior parte dessas emissões não seriam difundidas tão rapidamente nem de modo tão perfeito se não assentassem sobre possibilidades financeiras que só as cadeias de televisão dispõem.
> Sendo assim, alguma utilidade pública resulta do monopólio referido, apesar dos seus graves e óbvios inconvenientes.

De seguida, Oliveira e Castro (1970, p. 67-82) faz uma análise à imprensa diária no Japão, comentando que este é dos países com mais tiragem a nível de jornais diários e que estes mesmos jornais têm características únicas, na medida em que são feitos para ser lidos por todas as camadas da população. Para tal, inserem uma grande variedade de artigos e abordam variados temas.

O autor faz, ainda, referência à longevidade da imprensa japonesa, que tem mais de cem anos, e à sua história.

> 48 560 000, tal é a cifra da tiragem de todos os jornais da manhã e da tarde vendidos diariamente no Japão. Esse número corresponde ao 3.º lugar no mundo, depois dos Estados Unidos e da União Soviética. (…)
> Enquanto os jornais nos restantes países têm características diversificadas, os jornais japoneses são únicos. Principalmente porque têm uma difusão verdadeiramente nacional: quer dizer, que se destinam a ser lidos por todas as camadas sociais da população.
> Por isso, inserem uma grande variedade de artigos e de comentários – políticos, diplomáticos, económicos e sociais – e consagram igualmente, lugar destacado aos artigos dedicados à educação, às artes, às ciências e aos lazeres. (…)
> A administração de um jornal japonês depende das receitas da sua venda e da publicidade. (…)
> A imprensa japonesa tem uma história de mais de cem anos. Essa história tem por origem o "Yomiuri Kawarahan" da era Tokugawa; pequeno bloco de madeira, algumas vezes ilustrado, aparecia irregularmente, compilava as notícias da vila e era vendido na rua, lendo-o o vendedor

> em voz alta para suscitar a curiosidade do público. Era uma espécie de Neue Zeitung, muito popular na Alemanha nos séculos XVI e XVII, antes do aparecimento dos verdadeiros jornais.
> Por volta de 1862, no fim do período Tokugawa, o jornal quotidiano Shimbum aparecia no Japão. A imprensa desenvolveu-se lentamente durante os dez anos seguintes, na primeira parte do período Meiji. Os primeiros a aparecer foram os jornais de expressão inglesa editados por estrangeiros e os jornais traduzidos, publicados pelo Governo de Tokugawa. Com o início da era Meiji, as empresas privadas começaram a interessar-se pelo mundo do jornalismo e, em 1872, o primeiro quotidiano nacional o Tóquio Nichi – Nichi Shimbum publicou o seu primeiro exemplar.
> Os jornais japoneses dessa época eram consagrados principalmente a artigos que exprimiam opiniões políticas e, por isso, exerciam uma grande influência sobre a marcha dos negócios do país. Os seus leitores recrutavam-se, sobretudo, entre os intelectuais e a elite dirigente. Seguidamente fizeram a sua aparição jornais destinados a um público mais vasto, com artigos redigidos num vocabulário mais fácil; porque o seu formato eram um quarto dos quotidianos políticos, chamavam-se "pequenos jornais" por oposição aos "grandes jornais" dirigidos às elites. (…)

Na última parte do artigo escrito por Oliveira e Castro (1970, p. 67-82), este dedica-se à análise das dificuldades por que passa a imprensa de grande tiragem da Grã-Bretanha. Segundo o autor, mesmo um grande jornal, com um número elevado de tiragem, não está livre de vir a falir, caso alguma conjuntura inerente à sua publicação mude.

O autor fala, ainda, de alguns grandes diários desta região e do número elevado de exemplares que vendem por dia e faz, também, uma breve referência à história da imprensa na Grã-Bretanha, desde os inícios até à sua época (década de setenta).

> O carácter único da imprensa britânica acaba de ser posto em evidência, uma vez mais no que aconteceu com o *SUN*, ameaçado de desaparecer, em 1969, em virtude das suas dificuldades financeiras. Esse diário matutino da esquerda perdeu perto de 13 milhões de libras esterlinas em oito anos e, em qualquer outro país, seria impossível a falência de um

> jornal diário com um milhão de exemplares. (…)
> Isso prova que, mesmo com tiragem de um milhão, o futuro de um jornal popular não está absolutamente garantido. Mas também é raro que outro país, que não a Grã-Bretanha, possa produzir uma tal abundância de periódicos e de jornais de domingo, com tiragens elevadíssimas, com uma enorme cobertura geográfica e com leitores tapo numerosos no estrangeiro.
> O popularíssimo *Daily Mirror* vende perto de 5 milhões de exemplares por dia: o *Daily Express* 3 milhões e 3 quartos; o *Daily Mail* 2 milhões. O primeiro periódico de qualidade, dispondo de um mercado potencial muito inferior, ultrapassa, de muito, o milhão, pois que as últimas estimativas de venda do Daily Telegraph atingiram 1 milhão e 380 mil exemplares. (…)
> A imprensa popular na Grã-Bretanha nasceu ao mesmo tempo que a lei sobre educação de 1870 – que fez desaparecer o analfabetismo – e a revolução industrial que deu à Grã-Bretanha uma rede de vias-férreas irradiando de Londres. No fim do último século, Alfred HarmsWorth (que viria a ser Northcliffe) fez entrar o jornalismo numa nova era, primeiro com o seu hebdomadário *Answers to Correspondents* (respostas aos correspondentes), e depois com o *Daily Mail*, em 1896. (…) As classes mais favorecidas da sociedade, onde a cultura era tradição, liam nessa altura o *Morning Post* (fundado em 1772), o *Times* (1788), o *News Chronicle* (1846) e o *Daily Telegraph* (1855).
> Foi uma era de prosperidade para a jovem imprensa popular e ao *Daily Mail* juntaram-se o *Daily Express* (1900), o *Daily Mirror* (1903), o *Daily Sketch* (1909) e o *Daily Herald* (1911). (…)
> A televisão fez então a sua entrada fulgurante e, quase de um dia para o outro, transformou uma boa parte da população em "box-watchers", tanto mais absorvidos pelo seu ecrã, quando a novidade se aliava à informação. De início, foram as tiragens que mais sofreram com isso, tendo sido as revistas ilustradas mais sensíveis do que os periódicos. (…)
> Hoje a rivalidade da televisão perdeu, assim, muito da sua força inicial, o pequeno ecrã já não é mágico, faz parte do ambiente, já não terá mais os efeitos espectaculares que teve nos primeiros anos. A publicidade reflui para os jornais que fazem, cada vez mais, impressão a cores. As páginas pré-impressas, inseridas na imprensa corrente, tornam-se cada vez mais frequentes. (…)

> Qualquer que seja o seu mercado particular, todos os jornais se esforçam por melhorar a sua qualidade.

Numa outra contribuição de Oliveira e Castro (1972, p. 7-24) para a revista *Informação, Cultura Popular e Turismo*, o autor falou, de uma forma genérica, sobre a informação. Segundo Castro, a informação, de acordo com os seus efeitos, pode considerar-se funcional (quando os resultados desejados são alcançados) ou disfuncional (quando os resultados pretendidos não se alcançam); com base na fonte, pode ser oficial (se proceder dos poderes públicos) ou não oficial (se a sua proveniência tiver origem em grupos privados), formal (transmitida pelos meios tradicionais – imprensa, rádio, televisão, cinema, etc.) ou informal (transmitida por outros canais – conversas, cartas, panfletos, etc.).

> De acordo com os seus efeitos, a informação pode considerar-se funcional e disfuncional.
> A primeira designa-se assim quando os resultados desejados sejam plenamente alcançados; ou melhor, quando os efeitos sejam coerentes com as causas que tenham motivado o processo informativo.
> Quando isso não aconteça, a informação diz-se então disfuncional.
> Um exemplo que se poderá transpor para muitas situações correntes: uma campanha de saúde pública pode ser desencadeada com o propósito de persuadir as pessoas a procurar uma clínica para fazerem uma revisão completa do seu estado sanitário.
> Na medida em que essa campanha contribua para levantar o moral dos cidadãos, a mesma seria considerada funcional.
> Mas seria disfuncional ao assustar de tal maneira algumas pessoas que estas acabassem por evitar o exame médico com medo de ser porventura descoberta uma doença incurável.
> Qualquer mensagem informativa pode ter, portanto e simultaneamente, efeitos funcionais e disfuncionais o que obriga a cuidados especialíssimos na sua codificação e tratamento.
> Com base na fonte (emissor) de que emane, a informação pode ser oficial ou não oficial, segundo proceda dos poderes públicos ou de grupos privados; formal ou informal, sendo a primeira transmitida pelos meios tradicionais e legalmente reconhecidas (Imprensa, Rádio, Televisão, Cinema, etc.) e a segunda por via de outros canais (telefones, conversas

de pessoa a pessoa, cartas, panfletos, circulares, etc.).

O autor (1972, p. 7-24) explica mais detalhadamente esta questão da informação formal e informal. Diz que quando a informação formal não preenche todos os espaços, a informação informal vai ocupá-lo, muitas vezes na forma de boatos ou rumores. Acrescenta que, para combater as várias matizes da informação informal, é crucial aumentar a informação formal, não a condicionado, e pôr em circulação, mais amiúde, a informação oficial.

> Pode dizer-se que a informação informal ocupa quase sempre o espaço deixado vazio pela informação formal. Isto quer dizer que quando os canais habituais informem com suficiência sobre os vários acontecimentos e situações pouca margem fica para a informação informal. Isto passa-se em particular com os "boatos" ou "rumores" que são a espécie mais conhecida da informação informal. E está provado, pelos sociólogos que se têm debruçado sobre o assunto, que o "boato" é mais corrente nos países que sofrem de subinformação crónica, ou seja, que limitam a transmissão pelos meios de comunicação normais dos factos da realidade quotidiana; estes são assim conhecidos, muitas vezes deturpados e aviltados, pelas vias ínvias dos canais informais.
>
> A melhor maneira de combater o "boato" e outros matizes da informação informal é, portanto, não só aumentar a informação formal, não a condicionando para além do que possa provocar efeitos disfuncionais (também aferidos por tudo quanto possa afectar o equilíbrio social e que à própria lei geral – Constituição e Códigos – e particular – Estatutos da Informação e ou Leis de Imprensa – cumpra prevenir e regular) mas também a prática, sistemática, oportuna e rápida, da informação oficial de modo a criar o indispensável clima de confiança e de sintonia entre o público e os vários serviços da administração do Estado.
>
> A verdade é que quando a Administração Pública – e até a privada – esteja devidamente apetrechada com um sistema eficaz de informação formal para recolha, tratamento e transmissão das inúmeras informações ascendentes, descendentes, horizontais, verticais, internas e externas, nos mais diversos sectores da vida diária, a prevenção dos "boatos" e de outras manifestações informais e disfuncionais é possível mesmo em situações de emergência. (…)

No último ponto deste artigo, Castro (1972, p. 7-24) classifica a informação de acordo com a sua intemporalidade. Assim, esta pode ser quotidiana ou contingente (actual, universal, periódica, etc.), não contingente, ou documental. O autor caracteriza, por fim, a informação quotidiana, que deve ser actual, universal, periódica, etc.

> De acordo com a sua temporalidade, a informação pode ser:
> - quotidiana ou contingente;
> - não contingente;
> - documental (arquivos, bibliotecas, hemerotecas, centros de documentação, discotecas, fototecas, cinematecas, iconotecas, videotecas, etc.).
>
> A informação quotidiana destaca-se porque sendo a emitida normalmente, em forma de notícia e de reportagem, pelos meios de grande alcance – Imprensa, Rádio, Televisão, Cinema – refere-se ao conjunto dos acontecimentos que se sucedem ininterruptamente, revelando os factos da realidade diária, os conhecimentos novos e a cultura no seu evoluir. É, afinal, a informação que contempla a necessidade de manter o contacto permanente com o mundo circundante e de "tomar" o pulso à sociedade em que vivemos. (…) Ora, é impossível estar no mesmo momento em lugares múltiplos. Sendo assim, o receptor não pode partilhar de uma experiência longínqua senão por procuração: é o que vulgarmente se chama "experiência vicarial".
>
> Assim, quem pretenda saber o que se passa na Nigéria ou algures na Bélgica, o seu primeiro gesto não será comprar um bilhete de avião mas abrir o aparelho de rádio ou receptor de televisão, que lhe darão os esclarecimentos desejados.
>
> Ora isto é atributo da informação quotidiana que tem as seguintes e principais características:
>
> a) Ser actual. O que não é actual não é original e, portanto, a medida da informação consome-se. E a actualidade indispensável, longe de ser um somatório aritmético de actos que se produzem, se descobrem ou se renovam, deve ser sempre o resultado de uma visão de conjunto, constituída por "todas as notícias sobre todos os temas, harmónica e proporcionalmente seleccionadas, ordenadas, e servidas ao leitor ou ao destinatário em geral";
>
> b) Dirigir-se não a uma pessoa nem a um grupo específico de pessoas

mas sim a uma colectividade mais ou menos vasta. O seu destinatário é o público, ou seja aquela porção, maioritária ou minoritária, de povo que presta atenção aos fenómenos de interesse geral e que os julga com convicção activa. Afecta o âmbito público e não o privado pelo que exclui todas as mensagens que pertençam À esfera íntima, a menos que estas, por circunstâncias excepcionais, despertam interesse colectivo. O carácter genérico e, portanto, anónimo dos destinatários da informação quotidiana, implica que as mensagens sejam acessíveis a todos os destinatários, de modo a que ninguém deixe de descodificá-las. O importante na difusão, considera Otto Grotte, não se identifica assim com o número de pessoas que recebem a informação mas com a necessidade de que a notícia seja acessível a todos os elementos da colectividade, tanto numa projecção horizontal ou extensiva (dirigida a todos os lugares) como numa projecção vertical ou intensiva (dirigida a todos os estratos sociais). (…)

c) dinamizar a receptividade geral. Isto obriga a que se analise com prévio cuidado não só o conteúdo das mensagens mas também as formas de as expressar (interesse formal) e os desejos do público (interesse objectivo ou psicológico),

d) Ser universal;

e) Ser periódica. A periodicidade mantém um vínculo permanente entre o emissor e o receptor já que a compreensão da informação requer normalmente o conhecimento dos factos prévios oferecidos por edições anteriores: graças à continuidade periódica, os meios informativos animam e acostumam os seus públicos à leitura, à audição ou à visão, engendrando laços de compenetração que dão vida a uma necessidade ou, pelo menos, a um hábito diário. (…)

O conteúdo da informação, geralmente considerada, é praticamente ilimitado, pois, não se define pelo seu objecto mas sim pelos seus fins. No entanto,

a) De uma perspectiva do real, cabe distinguir: a informação empírica que se ocupa da captação e difusão dos factos e fenómenos reais e ideais que são fruto da observação; a informação cultural que tem por objecto a comunicação de conteúdos culturais e artísticos; a informação cientifica dirigida à difusão do conhecimento científico com as características peculiares que o definem,

b) De um ponto de vista dinâmico, pode reconhecer-se a informação histórica que comunica os factos do processo histórico-social; a

> informação actual que se identifica com a quotidiana ou contingente; a informação prospectiva que se reporta aos factos, aos dados e às opiniões na dimensão do futuro,
> c) Do ponto de vista persuasivo, a informação – especialmente a actual – pode vir associada a determinadas técnicas intencionais de pressão psicológica que se proponham influir na opinião pública e no comportamento dos destinatários. (…)

Num outro artigo da autoria de Oliveira e Castro (1972, p. 7-25), o autor discorre sobre o conceito de opinião pública. Segundo ele, a definição dada por Marcelo Caetano é a que melhor explica este conceito. Relembra, também, a explicação proporcionada por Helbert Blumer e por Gaston Berger para, entre as três, proporcionar aos leitores um vasto campo de análise, que lhe permita formar a sua própria significação.

> [Para o] Professor Marcelo Caetano "a opinião pública é constituída pelos juízos compartilhados por grande número de componentes de dado grupo social, de tal modo que um indivíduo ao exprimir algum desses juízos perante os seus concidadãos tenha considerável probabilidade de o não ver repelido, mas sim de encontrar um ambiente de receptividade e de aprovação (…)."
> De todas as definições de opinião pública que se têm divulgado aquela é a que melhor e com maior lucidez desfaz as confusões que não raro se geram à volta dos termos opinião e público. (…)
> Na concepção de Helbert Blumer a "opinião pública representa o público como um todo, na forma como venha sendo mobilizado para agir nesta ou naquela questão, e, nesse sentido, possibilita a acção em conjunto que não é necessariamente baseada no consenso, na relação determinada ou no alinhamento de escolhas individuais. A opinião pública impulsiona-se sempre para alcançar uma decisão, mesmo que essa decisão nunca chegue a ser uma unânime".
> Considerando esta fluidez e a multidão de grupos, subgrupos e de indivíduos que formam e desfazem determinado público em face de determinada situação, é que Marcelo Caetano entra em linha de conta com a existência: de "correntes profundas, ancoradas em crenças, hábitos e tradições, sentimentos e até preconceitos"; "correntes intermédias que dominam épocas de maior ou menor duração com o carácter de modas"

> e "correntes superficiais que são os movimentos quotidianos produzidos acerca de factos, acontecimentos ou pessoas".
> Estas correntes que, segundo Gaston Berger, fazem da opinião pública "um facto humano por excelência, quer dizer ao mesmo tempo social e intersubjectivos" é que estão na base da formação e da mudança das opiniões, que integram o que se convencionou chamar "opinião pública" – não porque seja a opinião que se publica mas porque é a opinião que se manifesta como produto colectivo (maioritário ou minoritário) e que é fruto de compromissos e de concessões constantes, efectivados no quadro sociológico que os determinam. (…)

Num segundo ponto do seu texto, e definido o conceito de opinião pública, Oliveira e Castro (1972, p. 7-25) procura explicar quais são os factores intervenientes na formação da opinião pública. Assim, identifica factores que comportam o complexo das atitudes, factores que provêm da estrutura e dinâmica dos grupos e factores como o assunto ou o acontecimento.

O autor acresce, ainda, que, do ponto de vista da controvérsia problemática, o processo de formação da opinião pública comporta cinco estágios, nomeando-os e explicando-os

> (…) Quando se estudam, em pormenor, todos os factores intervenientes na formação da opinião pública não se pode deixar de ter em conta genericamente:
> - o quadro institucional em que se manifesta;
> - a importância numérica dos participantes integrados na sociedade global;
> - a origem das opiniões;
> - os factores etários, tais como a idade, o sexo, a classe socioprofissional e o nível de instrução dos opinantes;
> - a natureza das opiniões (declaradas ou latentes, claras ou confusas, rígidas ou fluidas, fortes ou fracas, etc.);
> - o objectivo e o domínio opinativo;
> - a posição ideológica dos opinantes.
> Em resumo, são os seguintes os factores que globalmente influem na formação das opiniões:
> - psicológicos;

- sociológicos;
- circunstanciais.

Os primeiros comportam o complexo das atitudes, individuais e colectivas, que no conceito de Alport, "reflectem um estado de disposição mental e nervosa, organizado pela experiência, que exerce influência directa ou dinâmica sobre as respostas individuais a todos os objectos e situações com os quais se relacione." (…)

Os segundos constituem o cerne de toda a problemática da opinião pública, pois sendo esta um fenómeno humano não pode deixar de ser influenciada, na sua essência, pela estrutura e dinâmica dos grupos; pelo "habitat", ou sejam os diferentes modos de vida, sempre ligados à bipolaridade conservantismo-reformismo; pelas redes de comunicação e pelas carências ou satisfações de natureza socioeconómica.

Os terceiros são extremamente móveis e podem definir-se em torno de um só tema: o assunto, ou seja, o acontecimento. Este afecta a opinião porque funciona como informação; não deixando, portanto, de influir também na formulação das atitudes.

A percepção dos objectos, como se sabe, é subjectiva por mais paradoxal que isso pareça. No caso da opinião pública as motivações que determinam o interesse pelo assunto e o afã para a racionalização de mecanismos inconscientes envolvem, de imediato, o acontecimento num halo de subjectividade de que resultam as deformações que acompanham a percepção de um determinado facto. (…)

Do ponto de vista da controvérsia problemática, o processo de formação da opinião pública compreende cinco estágios: 1) o carácter conspícuo de um assunto para uma pluralidade de pessoas, ainda que uma pequena minoria; 2) a discussão do problema, pela qual ele fica mais em evidência; 3) a formulação de soluções alternativas e o estreitamento destas; 4) a mobilização final da opinião para provocar a decisão final e 5) a dinâmica das atitudes, cuja formação, desencadeamento e mudança estão sujeitos aos esquemas (função, ajustamento, defesa do "ego", expressão de valores, conhecimento).

De seguida, o autor (1972, p. 7-25) fala dos métodos de pesquisa da opinião pública, explicando que estes usam metodologia muito próxima da que se usa nos estudos de mercado. Distingue e descreve, ainda, quatro tipos de pesquisa na metodologia dos inquéritos de opinião e fala

das várias modalidades de uso das técnicas que equipara ao de qualquer trabalho científico.

> A metodologia dos inquéritos da opinião é muito vizinha da dos "estudos de mercado". Existem quatro tipos principais de pesquisa, mais ou menos aperfeiçoados:
> a) O estudo da opinião pública em relação com as condições de vida e do meio ambiente;
> b) O estudo da opinião pública relativamente a produtos a lançar no mercado ou cujo incremento do consumo se imponha;
> c) O estudo da opinião pública empreendido para tornar possível o estabelecimento de boas relações entre o governo e os governados, entre os fabricantes e os consumidores ou entre os patrões e os trabalhadores;
> d) O estudo da opinião pública destinado a assegurar a eficácia dos diferentes meios de persuasão ou dos métodos de difusão das ideias e da informação.
> As modalidades de uso das técnicas variam consoante os casos mas o esquema básico permanece o mesmo, seguindo as três fases de todo e qualquer trabalho científico:
> - identificação do problema;
> - formulação de uma hipótese;
> - verificação da validade das conclusões.
> Seja qual for, no entanto, a técnica utilizada o investigador deverá sempre saber:
> - o que deseja encontrar (hipótese geral);
> - como encontrar (hipótese operacional);
> - onde encontrar (escolha da amostra). (…)

Ao terminar este seu artigo, Oliveira e Castro (1972, p. 7-25) tece ainda um comentário acerca da relação entre a opinião pública e o País, dizendo que esta deveria ser exigência de qualquer regime que aspire a fundamentar as suas decisões e normas na legitimidade, na justiça e no respeito pela dignidade do Homem.

> A "Opinião Pública" desta ou daquela forma criada, deste ou de outro modo expressa, é exigência básica de todo o regime que aspire fundamentar as suas decisões e as suas normas na legitimidade, na justiça e no respeito pela dignidade do homem.

> Sendo assim, a Constituição Política da República Portuguesa, no seu artigo 22.º, considera-a "elemento fundamental de Política e administração do País"; logo a seguir, porém, dispõe o mesmo artigo que incumbe ao Estado defender a opinião pública "de todos os factores que a desorientam contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum".
> Estamos, portanto, perante duas vertentes compatíveis de um mesmo problema: a opinião pública exercendo, por um lado, a tripa função "motora, refreadora e sancionadora" e o Estado velando, por outro lado, e com constância, para que a opinião pública seja "consciente e desperta para a defesa dos nossos interesses, actuante e patriótica".

Oliveira e Castro (1972, p. 27-59) contribui, ainda, com um outro artigo para a revista *Informação, Cultura Popular e Turismo*. Nele, o autor fala dos meios de massa usados na difusão da Informação, na sua tarefa se transmitir notícias, referindo os jornais diários, a rádio, a televisão e o cinema. Explica que estes meios só sobrevivem à custa das agências noticiosas e caracteriza os vários tipos de agência que existem bem como a forma como estas organizam o seu trabalho.

> (…) Os meios de massa que servem fundamentalmente a informação, na sua tarefa principal de transmitir as notícias da actualidade quotidiana, são os jornais diários, a rádio, a televisão e, de certo modo, o cinema.
> Estes meios vivem sobretudo da informação que lhes é fornecida pelas agências noticiosas. Estas são empresas comerciais que têm por fim distribuir o maior número de informações válidas sobre as ocorrências de todos os dias.
> Caracterizamos a seguir cada uma dessas actividades.
> 2.1. Agências de Notícias
> (…) Os vários tipos de agências são os seguintes:
> - as que apenas distribuem notícias do próprio país;
> - as que só distribuem noticiário internacional;
> - as que tanto divulgam um como outro;
> - as especializadas como, por exemplo, as que unicamente se interessam por notícias desportivas, ou financeiras, ou comerciais, ou religiosas; e
> - finalmente, aquelas que não se interessam pela notícia propriamente dita mas pela fotografia, ou pela reportagem, ou pela crónica ou desenhos animados (feature).

> Quanto ao seu estatuto jurídico, as agências podem ser privadas, oficiosas ou oficiais.
> Quando privadas podem ser propriedade de uma família (…), de um jornal ou de uma cooperativa de jornais como é o caso da Associeted Press.
> As oficiosas são aquelas em que o Estado exerce grande controlo, directo ou indirecto, e as oficiais, as que funcionam como verdadeiros órgãos do Poder constituído, como é o caso de todas as que existem nos países comunistas.
> O trabalho de uma agência cumpre-se em três fases:
> 1.ª fase: recepção da informação;
> 2.ª fase: tratamento da informação;
> 3.ª fase: distribuição da informação. (…)

De seguida, o autor (1972, p. 27-59) fala do surgimento dos jornais, recuando até às antigas gazetas e falando dos casos da Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. Ao falar do seu tempo, Castro relembra que o jornal sofreu profundas alterações devido ao surgimento da rádio, tendo passado a ser mais explicativo e a justificar e relacionar melhor os factos, para não deixar indispensável. Relembra, também, os progressos técnicos que o jornal, na sua feitura, foi conhecendo e termina afirmando que o jornal constitui um poderoso potentado económico, social e político.

> A ideia básica de um jornal surgiu bem cedo na Europa, na Inglaterra e nos Estados Unidos.
> Assim, o jornal moderno é a combinação de elementos de muitas sociedades e de muitas épocas. (…)
> O emprego da palavra "gazeta", referindo-se a jornais sobreviveu até hoje mas algo mais próximo da ideia moderna de um jornal só apareceu no início de 1600 na Alemanha. Na Inglaterra a imprensa fora introduzida nos fins de 1400 mas foi somente após 1621 que os primeiros antepassados do jornal começaram a surgir. Esses periódicos eram denominados *corantos*; noticiavam assuntos de política exterior mas não eram publicados regularmente.
> A imprensa colonial norte-americana estabeleceu-se, por seu turno, alguns anos antes de a nova Nação se ter formado, distribuindo pequenos jornais e panfletos para elites educadas.

Mas o verdadeiro veículo de massa apareceu (1830) na forma de um jornal de um tostão ("*penny press*") que teve enorme sucesso e se difundiu dentro de poucos anos, dando lugar ao chamado "jornalismo amarelo" (1880) que pelos seus excessos provocou o aparecimento de regras limitadoras do direito de expressão pela imprensa. (…)

O ano de 1920 constituiu mesmo o ponto mais alto da difusão cumulativa dos jornais diários por residências nos Estados Unidos, que é onde o fenómeno da "mass communication" mais expressão apresenta. (…)

De 1920 para cá, com a revelação da rádio nesse ano, das revistas (magazines) em 1930 e da televisão em 1940, a circulação dos jornais sofreu uma grande quebra e as empresas jornalísticas passaram a ver bastante reduzidas as suas receitas publicitárias que foram engrossar os réditos dos meios audiovisuais.

O jornal teve de passar mesmo por uma profunda alteração do seu contexto, já que a rádio o suplantou completamente na velocidade da notícia e a televisão o destronou de vez no que à prova dos acontecimentos se referiu.

O jornal passou, assim, até aos nossos dias, a ter necessidade de ser mais explicativo dos acontecimentos, relacionando e justificando factos e, nesse sentido, continua a ser elemento indispensável e insubstituível na existência diária dos membros da nossa sociedade. (…)

Um jornal implica toda uma estrutura complexa que integra gabinetes de direcção, salas de redacção, mais ou menos especializadas, departamentos de telex e de teleimpressores para ligações locais e internacionais, divisões de composição equipadas geralmente com linotypes, manipuladas por pessoal altamente preparado e onde trabalham os tipógrafos, existem estúdios fotográficos e cabines de telefotos e, ainda, os locais de impressão normalmente apetrechados com grandes rotativas.

Os progressos técnicos, nas formas de impressão, são cada vez mais acentuados caminhando-se para protótipos de automação verdadeiramente revolucionários que no Japão já começaram a dar os seus primeiros passos.

Os jornais de grande difusão não dispensam também bons centros de documentação, hemerotecas, fototecas, iconotecas e videotecas e mantêm serviços de distribuição e de administração de grande porte.

O custo de todos esses serviços é normalmente muito elevado e pode dizer-se que são poucas as empresas jornalísticas que sejam desafogadamente lucrativas.

Hoje em dia atravessa-se mesmo um período de crise, principalmente na Europa, que tem conduzido ou ao encerramento de jornais ou à sua fusão

> com outros.
> Seja como for, o jornal constitui um poderoso potentado económico, social e político, e crê-se que não haverá força capaz de o fazer abalar. (…)

Ao falar sobre a rádio, Castro (1972, p. 27-59) começa por citar Marshall Mcluen, "o monstro sagrado da comunicação", para explicar a importância que a rádio assume na vida dos povos. Fala sobre a história e sobre o rápido crescimento deste meio de comunicação, da sua importância na era do nazismo e termina com a afirmação de que a rádio é o meio por excelência da comunicação oral.

> "A rádio alcança as pessoas na sua intimidade. Estabelece a relação de pessoa a pessoa e abre todo o mundo da comunicação tácita entre o autor-locutor e o auditor. É isto a faceta directa da rádio. É uma experiência pessoal. A rádio provoca uma aceleração da informação que se repercute nos outros meios. Das profundidades sublimadas da rádio surge o eco ressonante das trompas tribais e dos tantãs antigos.
> É que qualquer coisa de inerente à própria natureza desse veículo que tem o poder de transformar o indivíduo e a sociedade numa só e mesma câmara reverberante".
> Assim se pronunciou Marshall Mcluen – o monstro sagrado da comunicação o que é suficiente para justificar a extraordinária importância que a rádio assume na vida dos povos, desenvolvidos e menos desenvolvidos, tornando-se elemento indispensável para os homens. É um meio extenso que chega onde os outros não penetram. (…)
> De 1959 para 1969 o acréscimo de receptores foi de 82, 4% o que só por si dá conta do grande impacto da rádio nas massas. A sua principal característica é a comunicação rápida no que ainda não foi superada por outro veículo. (…)
> Na era do nazismo a rádio foi um elemento fundamental da propaganda como ainda o é hoje do comunismo que o utiliza de forma intensa para espalhar pelos cinco continentes a sua doutrina e os seus motes revolucionários. (…)
> Entre os postos clandestinos que emitem para Portugal destacam-se "A Voz da Liberdade" e "Rádio Portugal Livre". (…)
> Enquanto o jornal é típico da civilização do papel, a rádio é, por excelência, um meio de comunicação oral. Por isso tem alcançado

> grande aceitação e difusão nos países em vias de desenvolvimento, sobretudo após a vulgarização explosiva do suo de transístores. (…)

No seu discorro sobre a televisão, o autor (1972, p. 27-59) volta a auxiliar-se em Marshall Mcluen, quando este afirma que a televisão é um prolongamento do tacto e que permite uma maior interacção entre todos os sentidos. Por este e outros motivos, a televisão era considerada "o mais potente, o mais penetrante e o mais influente meio de comunicação de massas". O autor recorda, ainda, os poucos anos de vida da televisão, em Portugal, e prognostica uma força cada vez maior para este meio.

> É também de Marshall Mcluen o seguinte juízo sobre a televisão: - "a maior parte das técnicas tem um efeito de amplificação que separa claramente os sentidos. A rádio é um prolongamento do auditivo; a fotografia de "alta-fidelidade", uma extensão do visual. A televisão é antes de tudo um prolongamento do sentido do tacto que é o que permite a maior interacção de todos os sentidos".
> É isto a televisão: - um apelo ao concreto; um encurtamento da distância que separa o homem d sua mundovivência.
> Por isso a televisão é hoje considerada o mais potente, o mais penetrante e o mais influente meio de comunicação de massas. (…)
> Há treze anos, ou seja em 1959, não eram senão trinta e cinco os países que possuíam oficialmente uma rede pública de televisão. Na actualidade são cento e setenta.
> Em 1948, o planeta dispunha de três milhões de postos de televisão. Dez anos depois, tinha setenta milhões. (…)
> E quantos são os telespectadores?
> Os técnicos da União Europeia de Radiodifusão e Televisão (U.E.R.) estimam que, diante de cada receptor, se encontram, em média, quatro pessoas. Uma simples multiplicação (251 milhões x 4 telespectadores) permite-nos saber que são mais de 1 bilião no Mundo. (…)
> A força polivalente e extensiva da televisão é pois um facto irreversível que tende a acentuar-se cada vez mais. (…)

Por último, Castro (1972, p. 27-59) fala sobre o cinema, que não considera, com rigor, um meio de comunicação de massa, por este pertencer, primeiramente à arte. Faz referência à concorrência que existe

entre a televisão e o cinema, mas reforça a ideia de que o primeiro nunca irá aniquilar o segundo.

> A televisão, desde o seu aparecimento e no decorrer da sua expansão, tem sido a grande concorrente do cinema. (…)
> É verdade, de facto, que a televisão faz concorrência ao cinema. Mas estamos convencidos de que nunca o destruirá já que este não pode, em rigor, ser considerado como meio de comunicação de massa pertencendo à arte em primeiro lugar. E isto porque o filme não só conserva uma grande quantidade de informação para além do imediato do acontecimento mas também porque, como diz René Clair, "o ecrã abre a porta sobre um mundo cheio de magníficas visões e de sonhos de adolescentes, ao lado dos quais o mais encantador dos corpos aparece imperfeito". (…)

Na última parte do seu texto, Castro (1972, p. 27-59) lamenta e menciona as dificuldades por que passou para conseguir encontrar elementos sobre os meios de comunicação nas estatísticas portuguesas e refere que teve de recorrer aos anuários da Unesco para obter algumas informações. Ainda assim, conseguiu ter acesso a alguns estudos que lhe conferem dados sobre os hábitos de leitura, audição e visão dos portugueses e que ele partilha, resumidamente.

> Antes de terminarmos este capítulo não queremos deixar de assinalar a grande dificuldade em encontrar nas estatísticas nacionais elementos sobre os meios de comunicação. Isto obrigou-nos a recorrer aos anuários da Unesco, com as reservas óbvias.
> É mal que necessita ser corrigido com urgência pois estes dados constituem factores imprescindíveis de análise sociológica. (…)
> Tomando por base, porém, os estudos feitos por várias empresas podemos a elaborar o seguinte (…) quanto às médias ponderadas de hábitos de leitura, de audição e de visão: (…)
> Do cálculo anterior – que incide sobre uma amostra de seis mil e duzentos e oitenta e cinco indivíduos – podem extrair-se as seguintes conclusões:
> a) Que a televisão e o cinema são, de longe, os meios com mais popularidade em Portugal, sendo o primeiro mais extenso quanto ao âmbito das idade;

> b) Que os hábitos de leitura dos jornais e de audição da rádio se revelam baixos mas muito paralelos;
> c) Que as idades compreendidas entre os 15 e os 44 anos são as que maiores percentagens apresentam de hábitos de leitura, audição e visão. (…)
> As percentagens indicadas revelam que o público português – como, de resto, o de todo o mundo – procura principalmente:
> a) No jornal – as notícias pessoais, o sensacionalismo e o comentário explicativo e interpretativo da actualidade circundante;
> b) Na rádio – o poder de sugestão, a instantaneidade da notícia, a diversão musical e a grande gama de opções;
> c) Na televisão – a imagem dos acontecimentos e a reportagem directa que torna o "espectador testemunho". "Ver para crer" é a grande força que impulsiona os homens para o pequeno "ecrã" onde a informação do mundo exterior é recebida como surgindo no interior do grupo primário. (…)

A rádio, a sua história e o seu desenvolvimento, eram assuntos que também interessava analisar e escrever sobre. Beckert D'Assumpção (1970, p. 33-49) fê-lo através de um artigo que publicou em *Informação, Cultura Popular e Turismo*. O autor considerou a rádio como sendo resultado de um processo natural de desenvolvimento da sociedade e como sendo uma meio de comunicação de massas. Diz, também, que este meio se caracteriza por ter uma axiologia própria, o que lhe confere um lugar na sociedade privilegiado.

> A Rádio – radiofonia – é resultante de todo um processo natural no desenvolvimento da sociedade, na evolução do homem. É um meio de comunicação de massas, ou um meio de comunicação social (como hoje também se usa dizer) e, como tal um meio necessário, digamos, mesmo essencial, para que a massa possa consolidar-se, e o homem sobreviver e coexistir. Esse meio tem, por natureza, mais do que artificialismo, uma axiologia própria com sequentes e consequentes domínios que abrangem toda a gama de "acessórios" necessários, também essências e infinitamente difíceis de apreender num todo, de sustentar, equilibrar e desenvolver. Por isso a Rádio, que nasceu puramente técnica, foi evoluindo para quase humana, pelo menos para um auxiliar humano imprescindível, de modo que é contribuição e contribuinte das ciências sociais, da ética

> e da estética, da psicologia e da filosofia. (…) E sociedade (…) só se entende, e só por si se explica, através da comunicação e dos complexos de comunicação que possui e que subiram na sua heterogeneidade a órgão de informação, continuando, contudo, como principal e mais eficiente, o meio oral – a palavra, a língua – que foi, com o rodar dos tempos projectada e difundida muda pela imprensa, e que conseguiu a sua reconsubstanciação (a palavra é grande mas efectiva) com a Rádio, principalmente com as possibilidades de difusão auditiva que esse órgão lhe possibilita. (…)

O autor (1970, p. 33-49), reconhece que a rádio possui uma estrutura sócio-psicológica e que a sua evolução permitiu que o mundo se tornasse mais "pequeno", permitindo que os homens estivessem mais perto uns dos outros e que conseguissem fazer chegar a sua voz mais longe. O homem, ou mais especificamente, os seus sentidos, aliados a um meio, a rádio, conseguiam fazer circular a informação "em todos os tempos e momentos".

> Vem tudo isto com o propósito de concluir que dos homens, dos seus sentidos – receptivos do meio ambiente – nasceram, ou evoluíram, ou simultaneamente se tornaram ambivalentes, os órgãos de comunicação. E dando um salto súbito do mundo da antiguidade para o mundo moderno, fácil, muito fácil nos será verificar a estrutura sócio-psicológica da Rádio: do transporte a grandes distâncias da voz. Pois esse, ou isso a que chamamos transporte, faz parte do tecnicismo do mundo moderno, tentou-se, e conseguiu-se, projectar a voz (mas principalmente ainda a mensagem simples por meio de sinais morse) para mais longe, o que foi festejado com uma vitória da técnica, do domínio do homem sobre a matéria. Mas mais, muito mais do que isso representa essa teleprojecção, ou transporte à distância, de uma mensagem: é que o mundo se tornou de súbito mais pequeno, e o homem mais, muito mais participante do mundo; aos seus órgãos de sentidos, ou de comunicação, juntava-se um auxiliar, um meio, e não um fim, que ia tornar momentânea a ânsia e necessidade de informação do homem em todos os tempos e momentos. (…)

De seguida, Beckert (1970, p. 33-49) procura explicar de que se compõe a comunicação feita pela rádio, dizendo que é a utilização da

voz projectada à distância para informar e, consequentemente propõe-se a esclarecer o que é a informação. Diz Beckert que informar é o conteúdo e o sentido da comunicação. Acrescenta que, na rádio, mesmo a música que passa é comunicação

> Mas de que se compõe a comunicação pela rádio?
> É a utilização da voz projectada à distância para informar.
> E o que é a informação?
> Informar é tudo, é cada passo da nossa vida e o passo da vida dos outros que nos acompanham. Informar é o conteúdo da comunicação e o seu sentido também… e a informação pode ser a mais variada, mas é sobretudo informação de avisos e achados, só que esses avisos e achados podem tomar os mais diversos aspectos, ou formas.
> Na rádio a música é informação de um achado que procura participação…
> E começamos propositadamente com a música, pois poderia parecer a mais distante e improvável das informações. Não. Assim não acontece. Havia e há música na transmissão da gesta heróica de uma Ilíada, ou de *Os Lusíadas*; era assim mais fácil de apreender e decorar para retransmitir: a música é mnemónica e no momento que atravessamos um período histórico musical pop, encontramos nela um aviso de comunhão – necessidade de comunhão – e um achado de participação: *para onde e para quê?* Está fora do nosso alcance. Mas a verdade é que a juventude – e principalmente a juventude como advento de uma nova forma de vida, ou de um mundo novo – convive ao som da música, convive e esbraceja, com a necessidade de juntar mais um sentido, o motor, à comunicação; com a vontade de informar, para formar um mundo comum, uma forma de vida comum, para da diversidade se chegar à uniformidade. Assim a música. (…)

Beckert (1970, p. 33-49) explica, ainda, o que é a opinião, dizendo que esta é uma espécie de aviso, com alguma especificidade e sem direito a discussão. Informa que a rádio é, também, um órgão de opinião e, como tal, cria a diversidade dentro da unidade e vice-versa. O autor considera que é por ser portadora da informação e da opinião que a rádio entra no campo da ética (ética no âmbito das comunicações), pois apresenta-se como sendo útil ao homem em particular e à sociedade em geral. Por esta razão, é importante que não se permita que as comunicações sejam

"poluídas" (com "anúncios e desvios da verdade", como o próprio autor classifica), pois isso vai contra a ética da rádio que proclama o bem comum (o que nem sempre é fácil).

> E o que é opinião?
> Opinião é um aviso, ou um achado, crido concludente, específico e julgado sem direito a discussão. Por isso se usa conhecer a Rádio, como qualquer outro órgão artificial dos sentidos, como órgão de opinião, além de informação e de comunicação… e como órgão de opinião (qualquer órgão de opinião) cria a diversidade dentro da unidade e a unidade dentro da diversidade. E é aqui que a Rádio, portadora da voz, da informação, e desta tornada opinião, entra no campo da ética.
> Ética, no âmbito das comunicações, é tudo, ou seja, toda a informação que possa ser útil para o homem como aviso ou achado que contribua para o bem do homem… e mais longe, para o bem comum, da sociedade, do homem formado por todos os homens.
> Não é ético o que possa levar o homem a contribuir contra si próprio, ou contra o que se poderá chamar o bem comum, só que o bem comum pode ser considerado de diferentes maneiras por cada homem e por cada grupo em si. (…) Ora o universo das comunicações – e vivemos hoje no universo das comunicações, ou na era das comunicações, como muito bem lhe quererão chamar, tem por missão (consciente de uns, inconsciente de outros) ser teia, melhor, sistema nervoso, simultaneamente estrutura e estímulo de uma eficiência ética. Porém, a Rádio, e com a Rádio outros meios de comunicação, não tem sido vigiada no campo ético como de essência lhe é devido. Se hoje nos encontramos pomposamente no ano da poluição (campo também da lide da ética – pois se trata igualmente da defesa espiritual do homem) teremos que pensar, e que tomar em conta, que a Rádio se encontra poluída com anúncios e desvios da verdade que só poderão prejudicar o homem na sua perenidade e roda dentada do imenso maquinismo que representa o todo comum: – a poluição das comunicações, da Rádio em especial, é aquele grão de areia que pode emperrar toda a máquina… e que grão em grão se vai juntando até poder tornar o todo mais fértil num nada de dunas do deserto. (…)
> O que nos interessa, porém, não são os múltiplos problemas levantados pela ética em confronto com a vida moderna, mas os aspectos mais

> prementes da ética na Rádio, muito poderoso meio de difusão da verdade, ou da mentira. Da verdade que pode ser prejudicial ao homem e da mentira que se julga lhe pode ser útil. Mas, como no homem o que pretende é comunicar um aviso ou um achado que seja de préstimo a outro, ou outros homens, é costume difundir pela rádio as mensagens que formam uma opinião chegada à verdade e útil à sociedade, ao maior número… porque a Rádio pretende atingir o maior número. (…)

Na última parte do seu texto, Beckert (1970, p. 33-49) reconhece que, sendo a rádio uma "formadora de opiniões" e um poderosíssimo meio, deve ter cuidado com a informação que transmite, mas, principalmente, com a forma como transmite essa mesma informação, que incorre a graves desvios da verdade quase sem se dar conta do ocorrido. O autor deixa, ainda, algumas dicas de como deve o jornalista radiofónico transmitir a informação para que esta capte a atenção do ouvinte, sem, porém, alguma vez o desviar da verdade.

> Poderá parecer simples informar com verdade pela Rádio, dado que é fácil, com o correr do tempo, descobrir a mentira: há os noticiários que transmitem notícias que cedo ou tarde podem ser desmentidas, se não forem confirmadas; mas na Rádio é possível transmitir informações falsas, ou julgadas verdadeiras, mas com verdade aparente – isto é, na ordem de transmissões das notícias, na sua integração, sequência, na entoação, com que o locutor a lê, nas pausas, nos silêncios que a antecedem ou sucedem, na sua repetição, etc. (…) Como formadora de opinião a Rádio é um poderosíssimo meio, o que se encontra mais perto da comunicação cara-a-cara, de homem-para-homem, com a preferência de ser omnidireccional, com a vantagem, por vezes, de ser anónima, impessoal, uma voz não deste ou daquele, mas que em sociedades menos desenvolvidas, e mesmo nas mais, actua junto das grandes multidões como a voz da consciência da massa. (…)
>
> São obediências estéticas da Rádio (e de outros meios que aqui não nos interessa focar) a sua adaptação às possibilidades de atenção do homem. (…) Assim, qualquer programa de rádio, em si, terá que ter em conta essa sinuosidade da atenção do homem; já não falamos no programa geral, mas nas partes de programa, ou rubricas, que o formam. Tomemos por exemplo um serviço informativo, que também tem a sua estética:

> ora um noticiário, ou uma reportagem, tem que ter em consideração (quem os faz, claro!) que a atenção do homem também sofre de inércia: a atenção do homem tem de ser arrancada – portanto o começo do noticiário importante tem de ser bem *charamelado*, com um bom indicativo, e a primeira notícia tem que ter real interesse para fixar a atenção do ouvinte, atenção essa que, passado momentos, começará a esvanecer-se, precisando, portanto, de nova chamada ao primeiro plano: um noticiário logicamente ordenado no tempo dos acontecimentos, ou geograficamente conduzido, ou ainda com uma sequência de importância social convencionada, não é tão efectivo como um noticiário, e quem diz noticiário diz reportagem, que siga uma ordem sinuosa, com uma introdução tanto quanto possível retumbante, seguido de notícias menores, voltando a acontecimentos com tonalidade humana, recaindo em notícias comentadas e terminando, num clímax, com últimas notícias de capital importância que servirão, por sua vez, de introdução para o noticiário seguinte, agora esperado com expectativa. (…)

Beckert D'Assumpção (1971, p. 11-25) contribui com um outro artigo para a revista *Informação, Cultura Popular e Turismo*. Nele, o autor fala sobre os meios de comunicação de massa e da futurologia. Começa por relembrar qual tem sido a função dos meios de comunicação ao longo dos tempos: transmissão de informação mais ou menos curiosa, sem grande estrutura, para, depois, explicar, que os meios de comunicação de massa se decompõem em três tipos (universo da recolha, círculo fechado da mistura e disseminação universal), todos eles numa fase inicial.

> (…) A grande função dos meios de comunicação de massa tem sido contemplada, até há bem pouco tempo, como simplesmente a de transmissão de informações mais ou menos curiosas, sem base nem estrutura suficiente para encarar por si própria a grande, a imprescindível necessidade da sua existência como salvadora – quiçá! – da interdependência humana do mundo de amanhã. (…)
>
> Mas para que o mundo conviva e conviva com seriedade, precisa de duas forças permanentes; a comunicação e a absolutização do relativo (não um relativo que falsamente se absolutiza, mas na verdadeira absolutização do que hoje se pensa ser só relativo).
>
> Esquematicamente os meios de comunicação de massa decompõem-se

> em três tipos, a saber: universo da *recolha*, círculo fechado da *mistura* (no futuro será de escolha esclarecida) e *disseminação* universal. Todos esses aspectos encontram-se hoje na sua fase inicial, o que quererá dizer: experimental. E como são experiência, terão actualmente os seus aprendizes de feiticeiro que em nenhum lugar mais nocivos poderão ser do que na análise e exploração da motivação para fins meramente de interesse secundário, secundantes de uma sociedade de consumo. (…)

Para o autor (1971, p. 11-25), a principal utilidade dos meios de comunicação, para o Homem, tem sido tornar mais coesa a sua acção na protecção da espécie humana. Acrescenta que os futurologistas devem vislumbrar os diversos meios de comunicação como um meio de união do homem com o absoluto, embora reconheça que tal está muito longe de acontecer

> O pensamento e a actividade do homem tem incidido desde sempre na sobrevivência da sua espécie e, para isso, a primeira e principal utilidade dos meios de comunicação de massa: a tornar mais coesa a acção espalhada do homem para melhor defesa, ou protecção, do género humano – sem o desumanizar, acrescentaríamos. (…)
> O que aconteceu e o que hoje ainda acontece é base do tripé da comunicação de massa: oral, visual e intelectiva. Oral quando o meio é a fala, a comunicação cara a cara, a conferência em recinto fechado, ou em grupo aberto, ou a Rádio como projector; visual quando se trata da mímica, da palavra aliada à imagem, ou a televisão e o Cinema como projectores; intelectiva quando se trata da Imprensa, quando é o homem que se debruça sobre o papel falante através de sinais, quando faz um esforço visual e auditivo (os sinais leitores quase sempre interpretam sons). (…)
> Os diversos meios de comunicação terão que ser vislumbrados – ainda não pretendemos que os vejam em concreto – pelos futurologistas como um único meio de união através da contaminação, digamos cultural, do homem a caminho da sua verdadeira razão de ser: o absoluto! Mas isto é já metafísica… e, por enquanto, os meios de comunicação ainda só servem, e, principalmente, para informações imediatas e só marginalmente (em proporção) para informações mediatas, como no caso das bibliotecas e centros de documentação, sem falarmos nos museus… e jardins

> zoológicos!!! (…)
> Querem uns – e gente que sabe e gente que pensa – que os meios de comunicação de massa tornam os homens como um só: um só desejo, um só futuro, um só passado. Mas, no entanto, a educação permanente e a educação polivalente tentam conquistar mais algo do homem, torná-lo mais consciente e mais participante do mundo ambiente para não apenas deixá-lo mover-se por cordelinhos como títeres na praça. (…)

Por último, Beckert D' Assumpção (1971, p. 11-25) fala do futuro dos meios de comunicação de massa, prevendo que estes venham a ajudar a modelar o mundo. Diz, ainda, que a opinião pública só pode ser reconhecida como tal, quando for posta em confronto com outra opinião pública, de tendência contrária. Termina com a indicação da contribuição dos meios de comunicação de massa para a futurologia: a difusão dos conhecimentos necessários para a criação do ambiente futuro e o da análise das opiniões públicas positivas e negativas formadas por esses mesmos meios de comunicação.

> Ora os meios de comunicação de massa terão num futuro próximo que saber substituir uma configuração teórica monolítica do passado por um pluralismo teórico (Feyerabend), pois que só por si esse pluralismo teórico exige e fomenta a construção de teorias de alternativa… e só assim serão premiadas a originalidade e a audácia tão necessárias a um futurologista e àqueles que em parte serão a sua primeira ferramenta: os homens da comunicação, os homens que terão entre si que combinar e exprimir uma filosofia orientada para o futuro, uma utopia esclarecida (Picht) que sobreviva a toda a Humanidade, conseguindo resolver os seus problemas. (…)
> E é essa possibilidade – dada ao futurologista e propagada pelos homens da comunicação de massa – de projectar e apresentar possíveis modelos de éticas futuras, que fará continuar possível o mundo de amanhã para os homens de amanhã. (…)
> A verdade, porém, é que a opinião pública só se reconhece como tal quando enfrentar o sinal contrário de outra opinião pública, porque se todos tivéssemos a mesma opinião, esta não seria reconhecida, pois uma opinião pública se reconhece no choque com outra… deixando de permeio uma grande massa sem opinião. Aquela massa, ainda não

> convenientemente estudada, a que se usa chamar maioria silenciosa, quando se pretende dela um assentimento tácito, ou ainda aquela outra que em fluxo e refluxo toma por vezes caótica qualquer sondagem de opinião pública. (…)
>
> E assegurando-nos, então das palavras de Jung, que transpomos sem receio para o conjunto dos meios de comunicação de massa – opinião pública, diremos com ele: "A linguagem que eu falo tem de ser ambígua, respectivamente de duplo sentido, para fazer jus à natureza psíquica com seu duplo aspecto. Anseios consciente e propositadamente por alcançar a expressão de duplo sentido, dado que suplanta a inequividade correspondendo mais à natureza do ser. Segundo toda a minha maneira de ser, a minha inclinação levar-me-ia naturalmente a ser inequívoco. Isso não é difícil, mas só é possível a expensas da verdade": (…) Mas o certo é que, seja de que forma for, a informação não é eliminável e com ela também se não pode eliminar a comunicação – e de massas, que contamos cada vez mais compactas.
>
> Temos, portanto, dois aspectos importantes – assim o julgamos – de contribuição dos meios de comunicação de massa para a futurologia: o da difusão dos conhecimentos necessários para a criação do ambiente futuro e o da análise das opiniões públicas positivas e negativas formadas por esses mesmos meios de comunicação – depois há uma combinação de utopias e conhecimentos equívocos, porque humanos, e um caminho direito no futuro para além da ética, uma filosofia, ou uma nova moral normativa num estudo já de metaética… para além das nebulosas e das galáxias os "quasares"; sempre mais além, aprofundando o universo físico e metafísico e sempre só de um ponto de vista: o humano; e nisso e disso o futurologista nada poderá modificar e, para que o entendam, e para que consiga algo numa humanidade de especialistas, ou de quase enciclopedistas de uma imensa teia formada por homens e núcleos de homens, necessária é a coordenação, que só será possível através dos meios de comunicação de massa.

Num outro prisma, Luís de Pina (1970, p. 51-64) propõe-se a analisar as possíveis relações entre o cinema e a informação. Primeiramente, procura definir de que modo se pode produzir informação em cinema, anunciando que esta se caracteriza como uma apresentação audiovisual de factos registados em filme. Com esta resposta, o autor retira, desde

logo, um carácter lato à sua definição. De seguida, Pina resume quais são, então, os factos que inclui no conceito de informação cinematográfica, sendo eles os factos recolhidos no momento do seu acontecer; os factos tratados já a nível de comentário; os factos de uma realidade preparada, construída para o cineasta.

> A informação, em cinema, poderá definir-se como uma apresentação audiovisual dos factos registados em filme. E esta limitação conceitual (apresentação de factos, de eventos) retira desde logo à nossa definição o carácter lato que teria se considerássemos a informação cinematográfica como uma forma de apresentar a realidade, pois julgamos toda a expressão estética da realidade, em certo sentido, uma forma mais ou menos ampla de informação.
> Que factos, pois, que acontecimentos podemos considerar integrados neste conceito de informação cinematográfica?
> Em primeiro lugar, os factos recolhidos no momento do seu acontecer, a vida captada pela câmara no instante em que se produz. E assim, esta primeira atitude da informação cinematográfica ganha forma através dos chamados "jornais de actualidades". A língua inglesa, porventura mais sintética do que a nossa, traduz bem esta ideia quando chama aos jornais de actualidades "newsreels" – à letra, "bobinas de notícias".
> Em segundo lugar, os factos tratados já a nível de comentário, abrangendo entrevistas, reportagens, sínteses de acontecimentos, crónicas, etc. A este tipo de informação o cinema com a parte "magazinesca" dos jornais de actualidades e com os autênticos "magazines" ou "revistas" de actualidades, para continuarmos o símile jornalístico, onde a publicação de tipo "revista" se distingue da publicação tipo "jornal".
> Em terceiro lugar, os factos de uma realidade preparada, construída para o cineasta, e teremos assim, de um modo muito genérico, o filme documental – o documentário informativo, o documentário cultural, o documentário de arte, enfim, toda aquela documentação da vida, da ciência e da arte susceptível de fornecer também uma informação. Chamamos desde já a atenção para o facto de considerarmos incluídos nesta categoria certos filmes de animação, por exemplo, ou até de filmes de evocação histórica que, sem terem carácter de ficção, sem possuírem um suporte verista, traduzem igualmente uma informação audiovisual através das imagens cinematográficas.

Com esta definição, o autor (1970, p. 51-64) exclui do conceito de informação cinematográfica os filmes de ficção pura, embora lhes reconheça alguma capacidade informativa. No fundo, considera que existe uma informação directa e uma indirecta e auxilia-se em Gilbert Cohen-Séat[10] para comprovar o que afirma.

> Ficam excluídos do nosso conceito, portanto, os filmes de ficção pura, os quais podem ainda fornecer informações, claro está, mas não de modo directo, intrínseco, funcional, específico. Nos filmes de ficção, por outro lado, tanto podem ser "informativos" os filmes que revelam aspectos mais ou menos documentais da realidade – "A canção da terra", "A ilha nua", "Paisá", para citarmos algumas obras típicas – como aqueles que mais se afastaram – um "Camões", um "Nibelungos", um "My fair lady", obras de pura fantasia – todos susceptíveis de transmitirem determinados elementos informativos, determinados índices sobre a mentalidade criadora, sobre o estado cultural e social dos povos, sobre as tendências dominantes na sociedade, etc. Qualquer filme, portanto, é perfeitamente "informativo" sobre os seus autores e sobre a realidade em que se produziram.
>
> Esta dualidade do registo cinematográfico – informar por via directa e informar por via indirecta – foi bem salientada por Gilbert Cohen-Séat, que nos diz: "É preciso lembrarmo-nos que a nossa visão do mundo se divide em duas espécies de olhares: um olhar de informação, que nos serve para regular o ajustamento das nossas condutas á situação envolvente, e um olhar de evasão, ligado a um exercício mais livre da nossa percepção, a um estado de curiosidade 'desinteressada'. Dispomos assim de dois registos de atitudes perceptivas".
>
> E continua: "Nas condições normais da vida, a visão de informação predomina: é nela que parece fundamentar-se tudo o que há de positivo e de conforme às nossas necessidades na nossa ligação com o mundo percebido. A outra visão, pelo contrário, corresponde a uma fuga do real pragmático. Implicando um estado de 'distracção' e como que de repouso 8diante e não mais em presença do mundo) ela surgiria por excepção e privilégio".

O autor (1970, p. 51-64) prossegue o seu artigo desenvolvendo a ideia

[10] Gilbert Cohen-Séat (1907, Argélia) foi um jornalista, cineasta, político e académico francês.

de que, mesmo que a ficção cinematográfica possuía um carácter não documental, não se pode negar que todo o filme acaba por constituir um elemento revelador de alguma informação, pois proporciona, quase sempre, alguma visão do mundo.

> Por conseguinte, e mesmo tendo em conta o carácter não documental da ficção cinematográfica, a verdade é que todo o filme acaba por constituir, senão um elemento informativo, pelo menos um índice revelador da visão do mundo que nos proporciona.

No seguimento do seu artigo, Pina (1970, p. 51-64) revela que características da informação cinematográfica considera fundamentais, sendo que todas elas impõe ao meio onde são difundidas um tratamento formal específico:

> Relativamente às características da informação cinematográfica, poderemos considerar diversos elementos fundamentais:
> - Carácter diferido da informação, motivado pelas operações de estúdio e laboratório necessárias para a obtenção das cópias síncronas a projectar;
> - Custo elevado dos meios técnicos utilizados, que retira mobilidade, disponibilidade e generalidade aos filmes de informação;
> - Condicionamento do material informativo aos circuitos de produção, distribuição e exibição cinematográficas;
> - Integração normal do filme informativo num espectáculo total de que é parte e, por conseguinte, sem carácter independente, como o jornal.
>
> Todas estas características impõem a necessidade de dar ao jornal ou revista de actualidades um tratamento formal específico, da mesma maneira que a informação radiofónica ou televisiva.

O autor (1970, p. 51-64) refere, também, que linguagem deve ser usada num filme informativo, pois esta, com o seu ritmo próprio, tem de captar o interesse do espectador.

> A linguagem do filme informativo tem um ritmo próprio, vivo, agradável, sugestivo, bem diverso da do filme puramente documental. Tem de proporcionar, um mínimo de imagens, um máximo de interesse pelo facto focado; montagem e economia narrativa são fundamentais.
>
> Depois, precisa de garantir uma efectividade visual aos temas filmados.

> Esse "impressionismo"de imagem pode não coincidir com a beleza formal, mas é essencial para criar a impressão de verosimilhança no espectador. Ainda aqui, poderemos distinguir entre a linguagem do "jornal" e a da "revista", aquela mais "noticiosa", mais imediata, menos "tratada" do que esta.
> Haverá ainda a considerar, neste domínio a importância da palavra falada. Ao filme informativo não basta a imagem, nomeadamente no caso do jornal de actualidades: será necessário um comentário eficiente, efectivo, que imprima ritmo à notícia e às imagens. (…)

Definida que ficou a informação cinematográfica, Luís de Pina (1970, p. 51-64) prosseguiu o seu texto dizendo que a objectividade e realidade daquilo que é transmitido são de importância crucial, em qualquer meio de informação. No meio cinematográfico, revela-se de uma importância ainda maior, uma vez que, aqui, a imagem adquire um papel relevante e, através dessa mesma imagem, a realidade pode ficar nitidamente expressa aos olhos do espectador, e, a partir daí, poderá avaliar se o todo da informação é fidedigno ou não. Apesar desta advertência, o autor reconhece que a objectividade da informação cinematográfica é algo difícil de conseguir, sendo vários os factores que contribuem para tal.

> Se "ver para crer" é uma reticente profissão de fé, ela sublinha bem, no entanto, a importância do factor visual da informação cinematográfica. Em todo o processo informativo, o autor da informação não se limita a descrever os factos. Implicitamente, ele descreve-os de forma a comunicar, que é o primeiro estágio do convencimento. Uma notícia mal transmitida, ou mal redigida ou mal filmada, não serve. É necessário criar a verosimilhança, a aparência da realidade. A realidade, o facto, por si só, mesmo em toda a sua dimensão, não chega para convencer: preciso orientar a visão do espectador para os elementos que, nesse facto, ajudam a sua comunicação.
> Em cinema, como aliás em TV, ou em fotografia, há uma vantagem aparente sobre os outros meios: a de nos ser comunicada a "visão" dos factos. Mas, apesar disso, o cinema tem de transformar a realidade focada em conceitos dessa própria realidade. Tem que criar uma linguagem no próprio acontecer visual. (…) O filme não tem uma determinada forma apenas porque o seu autor – o artista – lha quis dar, mas porque há regras

> de escolha que impõem determinadas imagens e não outras. A visão do mundo real fica desde logo limitada por essa necessidade, mas é também essa necessidade que lhe dá força. (…)
> Mas a objectividade da informação cinematográfica não é impossível apenas por motivos de ordem estética intrínseca. Outros factores concorrem para isso e, desde logo, a visão pessoal do autor. Mesmo que este se queira despersonalizar, fica sempre a sua marca, pois a notícia cinematográfica não é pura matéria filmada, mas matéria filtrada por uma inteligência e por uma sensibilidade. (…)

O autor (1970, p. 51-64) dedica, ainda, algumas linhas do seu texto à análise da evolução que a técnica cinematográfica foi sofrendo e reconhece, também, que este tipo de informação padece de algumas limitações financeiras. Um filme informativo passa por várias etapas antes de estar terminado, sendo elas a produção, a distribuição e a exibição, e todas elas requerem capital para serem executadas. Não havendo os fundos necessários, a informação produzida pode sofrer "deformações".

> A técnica cinematográfica evoluiu de forma surpreendente e está hoje ao completo dispor da informação filmada. (…)
> No entanto, há limitações, sempre que as entidades produtoras não dispõem da aparelhagem mais moderna, motivo pelo qual, naturalmente, têm cada vez menos lugar os "freelancers" da informação, dia após dia dominada pelas grandes agências noticiosas.
> E chega-se assim ao segundo ponto focado: as limitações de tipo económico e financeiro impostas à informação cinematográfica.
> Qualquer filme informativo, desde o simples jornal de actualidades ao documentário filmado, exige uma produção, uma distribuição e uma exibição. Aqui, faça-se desde logo uma importante distinção quanto á natureza do mercado: terá que diferenciar-se entre o sector comercial e o sector não comercial, entre os circuitos normais e os circuitos especializados. (…)
> Produção – A produção de um jornal ou revista de actualidades é geralmente confiada a uma grande empresa, privada ou estadual, que assume o encargo de realizar os filmes. O seu custo, desde um mínimo destinado a filmagem e laboratório, sem quaisquer outros encargos,

> poderá ser extraordinariamente elevado, de acordo com a natureza dos temas exigidos. (…)
> Ao nível de produção, a amortização dos filmes consegue-se desde logo, se estes forem subsidiados pelo governo, por entidades para-estaduais , por empresas privadas (geralmente sob a forma de publicidade) ou por qualquer outro processo de amortização inicial, já que, muitas vezes, o lucro da exibição pode não chegar para o pagamento integral ou parcial das despesas realizadas com a produção.
> A forma mais utilizada de amortização inicial é a inclusão de publicidade nos filmes informativos e surge, deste modo, o primeiro grande compromisso relativamente à validade e objectividade da informação. A informação continua a existir, mas condicionada à vontade das entidades que subsidiam, desta ou daquela maneira, o filme informativo. A própria expressão formal das imagens, o próprio interesse dos factos apresentados, está condicionado à inclusão de publicidade, directa ou indirecta.
> Distribuição – A distribuição, ao nível mundial e ao nível nacional, dos filmes informativos, depende ainda da capacidade de difusão das respectivas firmas distribuidores, que depende por sua vez dos contratos efectuados com os cinemas. (…)
> Na distribuição, haverá ainda que considerar o número de cópias distribuídas, dependente do contrato estabelecido com a produção. E aqui, também, é o jogo da indústria que conta: quanto mais sólida for a casa produtora, mais cópias pode produzir e vender à distribuidora. (…)
> Exibição – Uma última limitação, derivada ainda da organização da indústria cinematográfica, é a que resulta de um condicionamento da oferta de filmes informativos às salas que os exibem. Assim, a informação cinematográfica não está na dependência da vontade do espectador e, mais do que isso, este limita-se a aceitar a projecção do jornal. Ou seja, o filme de informação não é o motivo principal do espectáculo, salvo quando a própria informação nele contida é de tal ordem que obriga a destacá-lo no programa. (…)

Uma outra limitação indicada por Pina (1970, p. 51-64) diz respeito à orientação ideológica das produtoras. Esta pode comprometer a informação livre e independente que se deseja, se bem que o autor reconhece que este desejo é um tanto ou quanto utópico, tantas são as limitações que se conhecem. Assim, Pina recomenda aos cineastas

dois caminhos, um que passa pelo compromisso ideológico e outro o da recriação estética da realidade. Ambos devem ter, essencialmente, a intenção de procurar a verdade factual para a poderem transmitir de forma cinematográfica.

> A terceira ordem de limitações a uma informação livre e independente (já veremos se esta informação livre e independente é ou não utópica) diz respeito à orientação ideológica das produtoras, considerando-se ideologia como "preferência temática" e não como enfeudamento a este ou àquele sistema de ideias.
> Uma informação objectiva, livre e independente, no estado actual do cinema, parece-nos impossível. O carácter selectivo da linguagem cinematográfica, a forma sintética de exposição de imagens, a dificuldade de os filmes chegarem livremente junto do público, são desde logo importantes limitações, mesmo que se pretenda fazer uma informação livre, objectiva e independente.
> Nesse caso, se a objectividade completa é impossível, restam aos cineastas dois caminhos, que nos parecem honestos e realistas, diante de tais limitações: um, o do franco compromisso ideológico, desde que se conheça a natureza desse compromisso, pois o filme acabará por não enganar ninguém; outro, que poderá coincidir com este, e que é o da recriação estética da realidade, pretexto para uma interpretação artística dos factos. (…) O que importa, ao fim e ao cabo, é uma intenção de honestidade, de procura de verdade factual transmitida através de uma forma sugestiva e realmente cinematográfica. (…)

Na última parte do seu artigo, Pina (1970, p. 51-64) estabelece algumas comparações entre o cinema e a televisão, recordando a forma como esta última absorveu certas características da primeira, passando, de seguida, a centrar-se nas técnicas modernas que fazem parte do mundo cinematográfico. A terminar, tenta conjecturar sobre o futuro da informação cinematográfica, fornecendo alguns conselhos a quem possa interessar uma evolução neste sector.

> No período em que o meio audiovisual mais completo era o cinema, assistiu-se ao apogeu do filme de informação. A TV, porém, vibrou-lhe um duro golpe. Por um lado, absorveu, para uso próprio, a produção

de jornais de actualidades, produzindo ou adquirindo os filmes desse tipo para os transmitir nos seus diversos circuitos informativos; por outro lado, os recursos técnicos da televisão permitem-lhe fornecer os acontecimentos na sua instantaneidade, no momento em que se produzem, eliminando assim o moroso processo de obtenção de cópias próprio do cinema. Finalmente, a TV leva a um público mais vasto uma informação mais ampla, libertando o espectador do condicionamento do filme à sala de cinema. Realmente, concebe-se melhor uma pessoa que acende o televisor para assistir ao telejornal do que uma pessoa que compra o seu bilhete… só para ver o jornal de actualidades. A apropriação da notícia é, agora, muito mais individual. (…)

Se os anos 60 foram os anos do desaparecimento gradual do jornal de actualidades, apesar dos progressos verificados no sector da informação documental, os anos 70 vão assistir, talvez, ao desenvolvimento de um novo meio técnico concebido a partir do princípio do magnetoscópio (vídeo-tape): o EVR (Eletronic Video Recorder). Trata-se de um sistema que regista imagens de TV numa bobina especial de poliéster, depois copiada em laboratório por um processo electrónico. Essas bobinas, depois, são passadas num reprodutor (tele-player), acoplado ao aparelho de televisão, que as faz passar no seu "vídeo". (…)

Claro que o impacto destas descobertas poderá ser, durante algum tempo, contrariado pelos actuais detentores da informação pública, mas não nos admira aguardar um processo de reconversão que dê saída ao aparente confronto de interesses que se está a gerar. (…)

Neste contexto, uma palavra terá de ser dita se pensarmos em Portugal como nação por vários mundos espalhada. A informação cinematográfica portuguesa terá de libertar-se dos processos rotineiros em que vive, da ênfase publicitária ou do tom oficioso dos seus inexplicáveis dez jornais de actualidades, onde só por vezes aflora um sopro de invenção e de dinamismo visual. Tal proliferação explica-se pelas deficientes condições da própria cinematografia nacional, que deixa como via possível de sobrevivência dos produtores o filme publicitário, disfarçado ou não.

Para quando o autêntico jornal português, a revista de actualidades que leve a todo o espaço português o comentário desenvolvido e oportuno, a autêntica descoberta da terra e da vida, a permanente informação das nossas aspirações, dos nossos problemas, das nossas realidades?

Mobilização de capitais, mobilização de vontades, mobilização de um esforço coordenador que produza com regularidade, com verdade e com

> real impacto as imagens de Portugal que importa levar aos olhos e ao coração dos portugueses.

Correia Marques (1970, pp. 13-15 e 23-28), falando acerca da imprensa, assevera que esta, desde cedo, se assumiu como o *quarto-poder*. Reconhece que esta surgiu, essencialmente, com fins normativos e informativos e relembra o início da imprensa periódica em Portugal.

> A Imprensa diária e a Imprensa periódica começou por não existir – diríamos, plagiando a conhecida anedota coimbrã. Mas, nascida, bem depressa se tornou o "quarto-poder". (…)
> A Imprensa nasceu especialmente com fins normativos e informativos. (…)
> No nosso país a imprensa periódica teve começos animados de alto patriotismo. Nasceu pouco depois da Restauração, para dar notícias da guerra nem sempre feliz, e da política também por vezes malsinada por inimigos internos e externos. Era necessário dar dos acontecimentos castrenses e da marcha diplomática, informação conveniente para animar os espíritos em Portugal, inspirando-lhes confiança, e para contrabater a acção diplomática da Espanha preponderante no mundo de então. (…)

A imprensa moderna também tem lugar nas reflexões de Marques (1970, p. 13-15 e 23-28), ao afirmar que esta era, na época, mais moderada e tinha um carácter meramente informativo comparativamente aos séculos anteriores. O autor reconhece, porém, que esta informação assumia, por vezes, aspectos tendenciosos e era, até, copiosa.

> Hoje a Imprensa tem uma feição muito mais moderada que há meio século. Todavia tempo levou que atingisse esta moderação e compostura. Em 1930 o director de um jornal em discussão com outro lhe chamou "insigne sacripanta" e "sacristão da capela das insídias". (…) Mas hoje é outro o panorama geral da Imprensa portuguesa. Como em quase todo o mundo, tomou um carácter especialmente informativo. Mas desta Imprensa moderna se pode dizer aquilo do romancista suíço Eduardo Rod: "Depois que os jornais publicam tantas notícias já a gente não sabe o que se passa." Com efeito é difícil, nos dias de hoje, orientar-se o leitor na selva emaranhada da informação, tão copiosa e em geral tendenciosa.

> Porque a Imprensa é um enorme poder para transviar os espíritos, mesmo que dê só notícias. Muito vai na maneira de as dar: título, tipo escolhido, colocação em página, valem bem pelos comentários ausentes. (…)

A imprensa formativa, que, a bem da verdade, procura comentar acontecimentos e ideias, também merece alguns reparos do autor (1970, p. 13-15 e 23-28). Após explicar as fracas tiragens dos jornais católicos e políticos do seu tempo, Marques reconhece que, no fundo, a imprensa era uma arma, tanto para o bem como para o mal.

> A Imprensa formativa não se dispensa, de em serviço à verdade, comentar os acontecimentos e as ideias. Para isso tem os seus editorialistas e os seus colaboradores. Todos os jornais diários são simultaneamente informativos e políticos. Há, porém, uma imprensa que tem como tema principal doutrinas religiosas ou políticas. (…) Portugal é considerado país católico e nos inquéritos das estatísticas 95% dos portugueses se declaram católicos. Mas a tiragem dos jornais católicos é sempre muito menor que a da imprensa neutra em assuntos religiosos. Porquê? Porque os católicos se desinteressam da defesa das suas ideias pelo meio da letra diariamente impressa. Por isso procuram mais facilmente e insistentemente os jornais neutros. E daí resulta terem os jornais católicos menor tiragem, menos cópia de publicidade, e, portanto, menos páginas, menos que ler, com que entreter o espírito. (…) O mesmo acontece com a Imprensa estritamente política. A sua tiragem (falo do nosso país) é habitualmente reduzida.
> Nos tempos modernos a Imprensa é uma arma poderosa para o bem e para o mal. (…)

Marques (1970, p. 13-15 e 23-28) estabelece, também, uma comparação entre a imprensa e os seus competidores: o cinema e a rádio e a televisão. Estes dois últimos meios são considerados mais ameaçadores, uma vez que podem dar a notícia no momento em que ela surge ou acontece.

> A Imprensa encontrou, no nosso tempo, competidores na expansão e influência: o cinema com as suas "actualidades" foi o primeiro competidor, mas pouco de temer, pois só tarde e muito reduzidamente pode dar notícia dos factos; mas a rádio e a televisão são mais de recear porque dão as notícias no momento em que elas surgem. E a televisão

> além de notícia falada dá a notícia pela imagem.
> Noutro sentido disse Victor Hugo que "ceci tuera cela". Não há dúvida que especialmente os progressos da TV virão a prejudicar a Imprensa.
> Mas o perigo é ainda limitado. Por enquanto a vítima da TV é o cinema. É ver como rapidamente a TV se multiplica e populariza: em muitas cidades, vilas e até aldeias de Portugal os comerciantes a instalam para fruição dos fregueses.
> E todas as noites têm casa cheia. Compreende-se: pelo preço de um café por cabeça, um escudo por cabeça – tem uma família inteira algumas horas de espectáculo. Os bilhetes de cinema vão de 15$00 a 20$00 por pessoa. As casas de espectáculo cinematográfico em Lisboa e Porto sentiram logo os efeitos desta concorrência. E do facto de se queixarem, pedindo alívio de encargos fiscais.
> Inimigo da Imprensa, dizem os jornalistas, é o cinema. Sem dúvida a censura é molesta e impede aos jornais um poder tão português de dizer mal do Governo, mesmo que não haja razão. (…)

Os últimos reparos do autor (1970, p. 13-15 e 23-28) são feitos à censura prévia e à sua actuação no campo da imprensa. O autor comenta, ainda, que esta medida repressiva existirá sempre, na forma de exame prévio ou noutra qualquer.

> A censura prévia às publicações impressas antes de serem impressas ou entregues ao público foi pela primeira vez implantada em Portugal pelo Tribunal do Santo Ofício, estabelecido em 1536. A censura inquisitorial ou exame prévio aos livros data de 1539. (…) Mas a censura prévia, que ora nos interessa, é a que se aplica à Imprensa periódica. Deve dizer-se que ela nasceu com a Imprensa, porque (…) a "gazeta em que se relatam as novas todas…" foi suspensa em 19 de Agosto de 1642, por ser pouco verdadeira e mal escrita.
> A censura existiu no decorrer dos tempos de vez em quando. Hoje encontra-se regulada pelo Decreto n.º 22 469, de 11 de Abril de 1933. (…) Em boa verdade, desde que o jornalista não seja dono do jornal tem sempre uma censura, a da direcção do periódico. E o próprio director, se é apenas um funcionário mais categorizado da redacção, dos interesses da Imprensa para que trabalha, depende quanto ao critério de expor e comentar certos factos. (…)

> Costuma dizer-se que a censura impede os talentos de se manifestarem. De se manifestarem contra o regime vigente, contra os seus princípios fundamentais, contra a ordem social, contra a moral nacional – sim: mas não são estas, forçosamente, as formas de se manifestar o talento. A censura não impede que se escreva bem e com talento e brilho o que é permitido escrever. Da mesma forma se queixam certos escritores das restrições opostas à manifestação do seu pensamento. Pensam eles que só é possível o talento se se escreve contra a ordem política ou social ou contra a moral cristã, base da vida social portuguesa.
> Sendo assim como se entende que o autor deste artigo por vezes se haja mostrado contrário à censura?
> Porque ela o molesta e também porque preferia escrever o que lhe desse na pessoalíssima gana – o que nunca sucederia porque nunca foi, nem será dono de um jornal.
> E assim será sempre, de qualquer forma, de suportar alguma espécie de censura.

Marcelo Caetano, o Presidente do Conselho de Ministros entre 1968 e 1974, também deu o seu contributo à revista *Informação, Cultura Popular e Turismo*. Num artigo onde abordou o conceito e a estrutura da opinião pública, Caetano (1970, p. 189-196) começou por definir o que era a opinião, descrevendo-a como um juízo formado a respeito de algo, para logo de seguida acrescentar que esta se torna pública quando é partilhada por um grande número de elementos.

> A opinião é, por definição, um juízo formado a respeito de certa ideia, de certa pessoa ou de certo facto. E torna-se pública quando compartilhada por grande número de componentes de um grupo social de tal modo que qualquer deles, ao exprimir um juízo, tenha grande probabilidade de encontrar concordância entre os seus concidadãos. (…)

O autor (1970, p. 189-196) continua, procurando ir mais longe na explicação do conceito de opinião pública, o qual, afirma, pode traduzir juízos que apresentam variações, dependendo das épocas e dos locais. Identifica, ainda, três zonas a que estes juízos podem pertencer (zona profunda, zona média e zona superficial).

> A opinião pública traduz em cada época e lugar juízos de diferente estabilidade e valor. Há atitudes sociais ancoradas em crenças, hábitos, tradições, sentimentos e até preconceitos nos quais se alicerça a existência colectiva e que caracterizam uma cultura. Pertencem a esta *zona profunda* os juízos dominantes sobre a família, a propriedade, a moralidade, a educação, a religião… que gozam de grande estabilidade e, por via de regra, só muito lentamente se modificam através de movimentos seculares ou até milenários. (…)
> Há depois uma *zona média* em que os juízos colectivos, sem terem a profundidade e a estabilidade dos primeiros, se formam, dominam e decaem correspondendo a soluções políticas de circunstância, a modas estéticas ou a vogas doutrinárias. (…)
> Vem finalmente o tumulto da opinião formada no dia-a-dia pelos juízos que se fazem e desfazem ao redor de figuras, factos, acontecimentos ocorridos na vida corrente, muitas vezes sob o domínio de primeiras impressões mal esclarecidas e que a reflexão e a informação posteriores corrigirão ou não, mas que o tempo em geral faz esquecer. Esta é a zona superficial sempre agitada por novos interesses e influenciada por novos factores. (…)

De seguida, Caetano (1970, p. 189-196) explica como se forma a opinião pública. Ao tocar neste ponto, refere que os meios de informação ou comunicação são, também eles, formadores de opiniões, se bem que, amiúde, e pelos mais variados motivos, possam transmitir informação com alguma deformação. Reconhece, por esse motivo, que a objectividade da informação possa ser um mito.

> Como se forma a opinião pública?
> Quase sempre quando se formula esta pergunta se tem apenas em vista a zona superficial, isto é, a opinião corrente ou comum sobre os homens ou os factos do momento. Viu-se, porém, que esta opinião é influenciada por crenças profundas e atitudes duradouras, quando elas existam. A educação familiar e religiosa e a classe social ou o meio profissional influem nas atitudes básicas. (…) Os meios de informação – imprensa, rádio, televisão, cinejornais… – formam as opiniões na vida quotidiana, que através da intenção com que dão relevo a umas notícias e minguam o mérito de outras (quando as não omitem), quer pelo comentário de

> que as fazem acompanhar. A objectividade da informação é um mito: só excepcionalmente o repórter que recolhe a notícia, a agência que a transmite, o redactor que a publica não contribuem nalguma coisa, ainda que insensivelmente, para a sua valorização ou depreciação. (…)

Chegando a este ponto, Caetano (1970, p. 189-196) reconhece que a opinião pública é influenciável (pela informação e pela publicidade) e condicionada sobretudo por factores emocionais. Tal origina que o homem que tem acesso à informação e que não a filtra, acabe por formar opiniões nem sempre correspondentes à realidade.

> A opinião pública nos nossos dias tem, assim, muito pouca de espontânea, sendo largamente influenciada pela informação e pela publicidade, esta última ao serviço da propaganda de ideologias ou de interesses, nacionais ou estrangeiros, políticos ou económicos. Cada vez se torna mais difícil ao homem vulgar apreender as noções gerais relativas a um mundo cada vez mais vasto, onde se desenrolam sucessos de natureza e explicação cada vez mais complexas. Por isso a opinião pública é condicionada sobretudo por factores emocionais e não por dados racionais. As apreciações das massas são necessariamente superficiais e tendem a integrar-se num quadro mental simplificador. Cada um em geral procura depois nas informações a confirmação do quadro adoptado. O cidadão ideal que procura a verdade, pesa razões e formula juízos inspirados em critérios de estrito civismo constitui um "tipo" que só excepcionalmente se encontrará. (…)

No seguimento do seu artigo, o autor (1970, p. 189-196) procura explicar como se exprime a opinião pública. Refere que a resposta mais lógica a esta questão seria que esta se expressa através da imprensa. Porém, Caetano afirma que tal não corresponde à realidade, uma vez que a imprensa passa, muitas vezes, por dificuldades (essencialmente financeiras) o que leva a que sejam colocadas sob o domínio de grandes grupos ou mesmo do governo, levando a que os interesses particulares destes acabem por influenciar aquilo que é divulgado. O autor estende esta realidade aos outros meios de comunicação que, amiúde, também se encontram sob a dependência de grandes grupos económicos.

Assim, no seio da imprensa periódica, por exemplo, o que acontece

é que cada periódico acaba por perfilhar uma determinada orientação, levando a que o leitor, ao comprar o seu jornal, acabe por escolher aquele que lhe parece ir mais ao encontro dos seus ideais, aquele que mais parece partilhar das suas opiniões.

Caetano assegura que esta situação não é exclusiva do panorama português e que acontece um pouco por vários outros países.

> A primeira resposta que se é tentado a dar à pergunta de como se exprime a opinião pública, seria a menção da imprensa periódica. Todavia tal resposta não é inteiramente exacta. A imprensa periódica no mundo de hoje exprime apenas episodicamente as correntes de opinião pública do meio social em que se publica. Na verdade, sustentar um jornal, sobretudo um jornal diário, é extremamente caro. Daí que a maior parte dos jornais estejam nas mãos de grupos políticos ou económicos, quando não de governos, cujos pontos de vista defendem e pretendem fazer prevalecer. A estreita dependência em que a subsistência do jornal se encontra da publicidade força-o também a ter em conta os interesses e susceptibilidades dos eventuais anunciantes que pesam muito mais que os assinantes e leitores. O mesmo se pode dizer das cadeias de rádio e televisão.
>
> De maneira geral cada periódico perfilha certa orientação ligada às zonas profunda e média da opinião pública e de harmonia com a qual procura ajuizar dos acontecimentos quotidianos. O leitor procura o jornal mais de acordo com as próprias atitudes nessas zonas, para achar nele a confirmação dos juízos que tende a formular. O articulista susceptível de encontrar a expressão mais eloquente do estado de espírito da maioria dos seus leitores pode então figurar como condutor da opinião.
>
> A experiência em muitos países e em várias ocasiões mostrou nem sempre haver conformidade entre as opiniões que parecem dominantes na imprensa (através da tiragem dos jornais que as sustentam) e as que realmente prevalecem no sufrágio eleitoral ou nas transformações políticas.
>
> Daí a pesquisa da opinião pública feita por institutos oficiais ou particulares através de inquéritos dirigidos a um número de pessoas que possam ser consideradas como amostra significativa do conjunto social, pela variedade das suas idades, classe social, condição económica, cultura, meio profissional, residência, etc. Esses inquéritos tanto podem consistir na resposta escrita a um questionário, como na obtenção de

> respostas orais a entrevistas directas. Pelo apuramento e classificação das respostas obtidas procura-se fazer a sondagem da opinião, determinando as suas tendências relativamente a certa personalidade, a certo acontecimento, a certa ideologia, etc.
> Sondagens frequentes poderão elucidar aproximativamente acerca das flutuações da opinião pública. Há porém, que ter em conta, ao elaborar os resultados, os múltiplos factores de erro que neles podem influir (deficiente elaboração do inquérito, personalidade dos entrevistadores, má compreensão ou má disposição de quem responde, diferente composição das amostras, etc.).

Ao abordar as funções da opinião pública, Caetano (1970, p. 189-196) reconhece que esta tem uma função política, na medida em que poderá desempenhar, na vida do Estado, uma função motora, uma função refreadora ou uma função sancionadora. E, prossegue o autor, o Estado não deve esquecer nunca a existência e importância da opinião pública, criando, se necessário e como já acontece, organismos que zelem pela sua boa condução.

> A opinião pública todavia só influirá no governo de um país quando possa eficazmente exprimir-se, seja através do sufrágio eleitoral ou de *referendum*, seja mediante o aparecimento de líderes que saibam captá-la e traduzi-la.
> A opinião pública poderá então desempenhar na vida do Estado uma função motora, uma função refreadora ou uma função sancionadora.
> Exerce função motora quando reclama iniciativas ou exige reformas. São frequentes em todos os países ocidentais as iniciativas legislativas tomadas pelos governos ou por membros das assembleias a fim de corresponder a movimentos imperiosos da opinião pública. (…)
> A função refreadora traduz-se na fiscalização da vida pública. O comentário dos actos políticos ou administrativos obriga governantes e funcionários a pesar os seus actos e resoluções, ponderando os efeitos que possam ter na opinião. (…)
> A função sancionadora exerce-a a opinião pública aprovando ou condenando atitudes, decisões e personalidades. É a mais grave de todas e aquela que, por isso mesmo, mais desconfianças tem suscitado. Um julgamento justo só pode ser formulado com objectividade, desinteresse

> e conhecimento de causa. (…)
> Seja como for, nos nossos dias nenhum governo pode esquecer a existência da opinião pública e as suas funções políticas. Mas a importância e a gravidade destas forçam também os governantes a não se desinteressar da formação da opinião pública, quer assegurando o fornecimento regular de conhecimentos que a habilitem julgar os factos, quer zelando por que ela não seja inquinada por viciosas deturpações tendentes a conduzi-la a juízos erróneos desfavoráveis ao interesse geral ou aos poderes do Estado. Daí o aparecimento, em quase os Estados modernos, de serviços oficiais de Informação muitas vezes constituídos em Ministério e a dotação de tantos serviços administrativos com secções de "relações públicas". Em Portugal o artigo 22.º da Constituição de 1933 solenemente definiu os princípios de que "a opinião pública é elemento fundamental da política e administração do País, incumbindo ao Estado defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum".

Na última parte do seu texto, Caetano (1970, p. 189-196) discorre sobre as correntes políticas da opinião pública. O autor refere que existem, na estrutura económica da sociedade, duas concepções que se opõe: a capitalista e a socialista. E a estas duas concepções, acrescenta duas atitudes: a atitude conservadora e a atitude radical. A todas elas acresce o meio preconizado para as realizar.

> Nos nossos dias as opiniões estão profundamente divididas a propósito da estrutura económica da sociedade. Duas concepções se opõem: a que podemos chamar *capitalista* e a *socialista*.
> A concepção capitalista assenta na crença em que a sociedade deve respeitar a liberdade essencial dos indivíduos, deixando-a expandir-se através da livre iniciativa motor do progresso, que se traduz na vida económica mediante a empresa privada onde se associa o capital, em regime de propriedade privada, com o trabalho livremente recrutado por contrato, para produção de bens ou de serviços a oferecer num mercado aberto. A propriedade privada dos bens aparece como estímulo da iniciativa e garantia da liberdade individual, pois onde o indivíduo depende de outrem para fruição das coisas, necessariamente carece de liberdade.

> A concepção socialista coloca o valor da sociedade acima dos valores individuais, entendendo que o indivíduo só conta na medida em que participa da vida social e para ela concorre, devendo em troca a sociedade garantir a satisfação das suas necessidades. Assim, nega-se a propriedade privada quer dos bens de produção (colectivismo) quer dos próprios bens do consumo (comunismo) devendo esses bens pertencer à colectividade que regulará os termos da sua utilização. (…)
> A estas duas concepções típicas devemos juntar duas atitudes típicas também: a atitude conservadora e a atitude radical.
> A atitude conservadora é favorável à manutenção do que está e contrária a modificações profundas nas estruturas existentes. Há a tendência para pensar que o conservantismo é uma atitude especificamente capitalista, o que não é exacto: num país socialista encontram-se correntes conservadoras, isto é, satisfeitas com as conquistas realizadas e partidárias da defesa do *statu quo*. (…)
> A atitude radical traduz-se pela impaciência das reformas, o desejo de modificar instituições, a ânsia de melhorar as condições sociais, sacrificando do presente o que houver a sacrificar. Há um radicalismo capitalista, que acredita firmemente na necessidade de salvaguardar a livre iniciativa e a propriedade privada mas para isso julga indispensáveis numa sociedade capitalista reformas que acompanhem a marcha dos tempos e extingam abusos, criando assim um neocapitalismo de profundo sentido social; ou o que, num país socialista, procura restabelecer as instituições capitalistas. (…)
> As correntes de opinião caracterizam-se ainda quanto aos meios preconizados para realizar na política as concepções e traduzir as atitudes. Já vimos que há defensores da inércia, ou por entenderem que é a melhor maneira de contrabalançar o excessivo e impaciente ímpeto dos radicais ou por acreditarem que a actividade é inútil enquanto não se verificarem as condições necessárias ao desencadeamento das leis da História. O outro meio preconizado é a reforma concebida como modificação, por meios jurídicos dentro da ordem estabelecida, das instituições carecidas de correcção, aperfeiçoamento ou substituição.
> Finalmente vem a revolução que consiste na subversão violenta e súbita da ordem estabelecida a fim de substituí-la por uma nova ordem de coisas.

José Lechner (1971, p. 9-17) foi outro dos autores que contribui para

a revista *Informação, Cultura Popular e Turismo*. Num texto intitulado "O Boato" discorreu sobre as relações entre o estado da opinião pública de um país e a informação que se transmite. Da última depende o bom estado da primeira, diz o autor. Se a informação que corre é apenas um "boato", a opinião pública vai-se formar com algumas debilitações.

> O estado de saúde de uma opinião pública, quer nacional quer internacional, é tributário quase que exclusivamente do funcionamento da informação. As perturbações desta afectam aquela, directa, imediata e inevitavelmente.
> Nos países que sofrem de uma subinformação crónica, e para mais adulterada, criam-se canais de informação "informais", essencialmente orais, que veiculam informações incontroláveis: os chamados "boatos" ou "rumores".
> Mas não basta verificar que o "boato" é sintoma das carências ou deficiências da informação colectiva. É preciso dizer também, e logo, que o boato é sobretudo um elemento patogénico, susceptível de provocar na opinião pública verdadeiras epidemias emocionais que se podem traduzir, conforme as circunstâncias, em ansiedade, agressividade, pânico, ou, nalguns casos, em alegria e esperança igualmente doentias. (…)

O autor (1971, p. 9-17) procura, também, expor as características gerais do boato (a sua formação, a sua propagação, as suas funções). Explica ele que o boato é, genericamente, uma notícia anónima que circula livremente, sem se saber de onde vem e para onde vai. E distingue duas categorias de características de boatos: as que dizem respeito ao seu processo de formação e as que explicam os mecanismos da sua propagação.

> Na linguagem corrente a palavra "boato" designa uma notícia que corre de boca em boca e interessa toda a gente sem que ninguém possa saber de onde vem. É uma notícia anónima até porque os próprios autores a apresentam logo de início como uma informação confidencial que tenham recebido de pessoas "geralmente bem informadas".
> Fenómeno colectivo, há muito observado, o boato começou a ser estudado cientificamente por psicólogos sociais americanos durante a última guerra mundial. Hoje em dia o boato é suficientemente conhecido

nas suas bases teóricas para encontrar aplicações operatórias nas práticas habituais da propaganda em geral e da acção psicológica em particular. As experiências feitas em laboratório e em campo sobre boatos artificiais, bem como a análise de conteúdo de diversos tipos de boatos espontâneos estudados ulteriormente, revelam a existência de duas categorias de características do boato: as que dizem respeito ao processo de formação dos boatos e as que explicam os mecanismos da sua propagação.

O processo de formação de um boato é função de um potencial de difusão e de uma intensidade de estimulação, ambos referentes a uma população determinada, numa unidade de tempo dada, numa certa altura histórica e num lugar conhecido. O potencial de difusão (ele próprio dependente da intensidade de estímulo), define-se como o número de pessoas atingidas por um boato durante uma unidade de tempo considerada. (…) Em regra geral, os boatos proliferam e a receptividade das pessoas aumenta na razão directa da falta de informações precisas, exactas e rápidas, sobretudo em circunstâncias graves criadas por acontecimentos ameaçadores como guerras, revoluções, crises económicas e políticas ou catástrofes naturais. Dado que estas mesmas ocorrências fazem evoluir a opinião pública, o potencial de difusão também se altera. O segundo factor de formação de um boato, a intensidade de estímulo, por sua vez, mede-se pela quantidade inicial de mensagem idêntica injectada na população considerada, assim como pelo seu conteúdo. Este factor também só é quantificável no caso dos boatos provocados, seja em situação de experimentação, seja no decurso de uma campanha de propaganda, ou acção psicológica sistematizada.

Quanto aos mecanismos da propagação dos boatos, tudo o que se sabe acerca deles está provado. (Mas ainda não está provado que se saiba tudo). Allport e Postman demonstraram que a propagação dos boatos se efectua seguindo a estrutura das relações afectivas existentes num grupo, e que a transmissão de indivíduo para indivíduo altera a mensagem em conformidade justamente com os sentimentos predominantes no grupo. Com mais precisão, as alterações sofridas pelo boato obedecem a três leis de transformação:

– simplificação progressiva, ou nivelamento, o que quer dizer que os pormenores da história contida no boato se perdem a cada repetição. Uma manifestação que mobilizou milhares de pessoas e levou um dia a realizar-se conta-se em cinco minutos;

– amplificação progressiva, que se traduz por uma acentuação de certos

> aspectos que tomam uma posição reforçada na história. Uma pessoa ferida durante a manifestação será morta no boato, os mortos multiplicar-se-ão e no fim falar-se-á de execuções em massa;
> – assimilação, que significa que a mensagem recebida é reestruturada pelo receptor em função dos seus centros de interesse. Reformulando subjectivamente a história, o receptor confere um sentido e uma coloração particular ao boato. Assim, mesmo alterado, o boato tem sempre uma coerência lógica interna, sem a qual seria incomunicável. (…)

De seguida, Lechner (1971, p. 9-17) tenta explicar para que servem os boatos e por que razão existem. Assim, o autor declara que estes servem, simultaneamente, para explicar situações ambíguas e aliviar a tensão. Considera, também, que, por mais falso que um boato seja, contém sempre alguma informação, apesar de este, com as sucessivas transmissões, ir perdendo a verdade factual que, inicialmente, possa deter.

Para Lechner, o boato quase pode ser considerado uma arma de propaganda.

> O fenómeno boato esclarece-se mais ainda à luz da análise das suas funções psico-sociais: para que servem os boatos? Quais são as suas razões de ser?
> Excluindo os boatos sem grande significação social (bisbilhotices e as conversas de lazer) e considerando apenas os boatos que exprimem atitudes latentes e estados afectivo-emocionais de carácter colectivo, chega-se a uma tipologia funcional muito reveladora. De uma maneira geral, os boatos servem simultaneamente para explicar situações ambíguas e aliviar a tensão, reduzindo as incertezas perante os perigos. Por exemplo, durante a última guerra mundial, a análise a 1000 boatos diferentes recolhidos em todas as regiões dos Estados Unidos permitiu estabelecer uma classificação dos boatos segundo a sua frequência em três tipos funcionais:
> a) – boatos hostis a grupos, pessoas, dirigentes, traidores – e que serviam para aliviar a agressividade pelas acusações contra estes bodes expiatórios, 65%;
> b) – boatos que espelhavam o medo, a ansiedade e o pânico, exagerando informações parciais ou criando acontecimentos imaginários, 25%;

> c) – boatos que exprimiam esperanças, traduzindo o desejo de eliminação dos perigos e o fim da guerra, 25%,
> (boatos não classificáveis, 7%).
> Como se pode ver pelo que fica dito, o boato preenche funções semelhantes às das opiniões, crenças, mitos e fábulas sem se confundir com estes:
> "Quando a razão não encontra o seu alimento de factos, a imaginação engana a sua fome pela compensação da fábula. Qualquer coisa que seja é melhor que nada, e tudo é preferível à angústia."
> O boato é, portanto, uma informação intrinsecamente efabuladora justamente porque nasce como sucedâneo do conhecimento objectivo e controlável. Por outras palavras, mesmo quando um boato contém, inicialmente, uma verdade factual, o seu conteúdo não pode ser confirmado pelos sucessivos receptores e sofre, por isso mesmo, durante a sua transmissão, transformações tais, que o seu fundo de verdade desaparece. Pior ainda: o boato, por mais falso que seja, não deixa de ser informação, e como tal, vai afectar o comportamento dos receptores. (…)
> Em resumo, a análise funcional do boato mostra que este é produto, simultaneamente, da necessidade imperiosa e da carência manifesta de informações completas. É um produto patogénico não só porque resulta de uma doença da informação, mas sobretudo porque, posta em circulação, contamina a opinião pública. Pode estar na origem de preconceitos e estereótipos; pode criar correntes de opiniões hostis, agressivas ou aterrorizadas e pode alterar opiniões ou crenças já estabelecidas. A sua virulência, particularmente no caso dos boatos caluniosos, pode causar delírios colectivos sob forma de linchagem, de "progom" e mesmo de psicose de guerra. As perseguições raciais, os conflitos religiosos e ideológicos abundam em atrocidades originadas por boatos caluniosos. O boato toma assim lugar, naturalmente no arsenal das armas da propaganda.

Ao chegar à última parte do seu artigo, Lechner (1971, p. 9-17) fornece algumas indicações de como se pode criar um mecanismo de defesa contra os boatos. Aponta a prevenção como a melhor solução, passando esta pela observação da forma de circular da informação. É nesta ocasião que se pode evitar que o boato se forme e vá passando de "boca em boca".

> (…) A melhor defesa é, sem dúvida, a prevenção dos boatos pela

> observância das regras mais elementares da higiene da opinião pública, a saber: a livre circulação das informações nacionais e internacionais através dos meios colectivos de informação e a prática regular e sistemática da informação oficial de forma a criar um clima de confiança entre o público e os serviços da Administração pública. Quando a Administração pública está apetrechada com um sistema de informação funcional para recolha, tratamento e transmissão de inúmeras informações ascendentes, descendentes, horizontais, internas, externas, exteriores, interiores nos mais diversos sectores da vida quotidiana, a prevenção dos boatos é possível mesmo em situações de emergência como por exemplo um abalo sísmico, uma epidemia ou inundações catastróficas. Basta informar o público com rapidez e sem ambiguidade para lhe permitir tomar decisões oportunas em tempo útil antes mesmo que a insegurança gere, quase que automaticamente, a irrupção de boatos. Da mesma forma que uma política de saúde acertada deve começar por ensinar às pessoas as regras da higiene física, uma política eficiente de informação é aquela que habitua os indivíduos desde o jardim-de-infância a informarem-se com discernimento para melhor se adaptarem às mudanças do seu meio vital.

A terminar, Lechner (1971, p. 9-17) lembra que as medidas preventivas podem não ser suficientes para impedir um boato de nascer, crescer e se reproduzir, daí que aconselhe, também, uma defesa defensiva, que passe pela detecção, análise e destruição do boato, mal este surja.

> Evidentemente, as medidas preventivas não são suficientes. A defesa antiboato deve ser também uma defesa ofensiva, quer dizer: uma operação de detecção, de análise e de destruição dos boatos em circulação.
> A detecção é relativamente fácil na maioria dos casos. O observador-caçador de boato que ouve só uma vez uma informação oral socialmente significativa, materialmente incontrolável e susceptível de provocar efeitos graves, pode e deve providenciar tão rapidamente quanto possível, para difundir informações oficiais controláveis que provem o contrário das afirmações contidas no boato, e tomar, ao mesmo tempo, medidas capazes de neutralizar os efeitos possíveis do boato. (…) A detecção é mais difícil, nomeadamente para os jornalistas, quando o boato tem como origem as "confidências" oficiosas, as "fugas" simuladas, os "balões de ensaio" e as "indiscrições disfarçadas" dos meios políticos

> que querem "tomar a temperatura" do público (começando pelos próprios jornalistas) através da sua reacção à pseudo-notícia. Os jornais sensacionalistas, sempre atentos a uma boa "caixa", caem na armadilha. Os jornalistas dignos desse nome não publicam notícias incontroláveis ou apresentam-nas como tais, conforme o princípio de que "vale mais ser o segundo a publicar uma notícia verídica do que ser o primeiro a publicar uma notícia falsa". (…) Como qualquer outra mensagem informativa, o boato pode ser analisado pelas técnicas habituais da análise de conteúdo, quer no intuito de conhecer as intenções dos emissores, quer para prever o seu impacto, quer para determinar o sentido e o grau das suas transformações, conforme as leis de simplificação, amplificação e reestruturação. O resultado da análise deve mostrar se o boato é ou não capaz de se consolidar numa conjuntura dada e quais são as medidas mais pertinentes e válidas para destruir os seus efeitos. (…) Na prática, a ofensiva antiboato pela utilização de contraboatos obedece a quatro regras simples:
> – dividir a área considerada (uma cidade, uma região, um país) em zonas de difusão e calcular a intensidade do estímulo em função da densidade da população;
> – escolher os agentes de propagação segundo dois critérios sociométricos:
> a) pessoas que têm muitos contactos directos com o maior número possível de indivíduos (cabeleireiros, médicos, dentistas, sacerdotes, porteiros, motoristas de táxi, empregados de café e de restaurante, etc.);
> b) pessoas que são "leaders" de opinião no seu sector;
> – elaborar uma mensagem tão concisa quanto for necessário para ser mecanicamente memorizável;
> – a injecção deve ser simultânea em várias zonas de difusão e efectivar-se tão confidencialmente ou incidentalmente quanto possível ("Vou confiar-lhe uma informação que deve ficar entre nós…"; "Um amigo muito bem informado disse-me que…"; "Como toda a gente sabe…").

Luíz Gonzalez Seara (1971, p. 19-46) foi um dos autores estrangeiros que escreveu para a revista do Gabinete Técnico da Secretaria de Estado da Informação e Turismo. No seu contributo, falou sobre os efeitos que os meios de massas, ou seja, os meios de comunicação social, têm na formação da opinião pública. Após analisar a sociedade do seu tempo

e de as relacionar com a imprensa, onde constata que os meios de comunicação ganham, cada vez mais, capacidade para influenciar as massas, o autor prossegue referindo que quer a vontade individual de um indivíduo quer a opinião pública são, amiúde, persuadidas e até manipuladas por campanhas propagandísticas.

> En este artículo vamos a ver el fenómeno de la impronta de los medios de masas en la sociedad industrial, y, con mayor concreción, en le campo de la opinión pública, y no desde una consideración ético-valorativa, sino desde una perspectiva que analice los posibles efectos reales de los medios.
> Ya en otro lugar he señalado mil disconformidad con la interpretación peyorativa de nuestra época que encierra la teoría de la sociedad de masas. Una explicación elitista de la historia humana, llevó a infravalorar los fenómenos de masas, dio lugar a una elaboración teórica de gran alcance, en la que participaran agudas y profundas mentes de la intelectualidad europea de este siglo. (…) En lo que respecta a las comunicaciones de masas Léon Bramson ha hecho un resumen de la teoría, en três puntos, a la luz de los resultados en la investigación de las comunicaciones de masas, que, a mi juicio, da una idea aproximada de la cuestión.
> 1.º La moderna sociedad de masas ha desembocado en un derrumbamiento de los grupos primarios y, por tanto, las comunicaciones domésticas juegan un papel relativamente pequeño en la acogida de los medios de masas.
> 2.º El público de las comunicaciones de masas está diseminado: consiste en individuos de diferentes puntos que han sido arrancados de cuajo aislados, que son anónimos y están desligados entre sí.
> 3.º Los medios de comunicación de masas son omnipotentes; pueden influir en las actitudes y en la conducta a voluntad y quienquiera que controle los medios de masas puede manipular los individuos aislados de nuestra sociedad, con verdadera facilidad. (…) Se veía, y se sigue viendo todavía, a la voluntad individual y a la opinión pública, conformadas por gigantescas maquinarias informativas y propagandísticas, a partir de una planificación cuidadosamente calculada sin que se viese, por otra parte, posibilidad de contestar las tremendas preguntas, planteadas por Mannheim, de quién planifica al planificador y cuál de los grupos políticos existentes debe planificarnos.

> La cuestión, por supuesto, nos es para abordarla con frivolidad. Si el planteamiento de la democracia clásica está hecho sobre la base de que el individuo participa igual y libremente en la configuración y gobierno de su sociedad política, desde el momento en que la voluntad y la opinión del individuo vengan inexorablemente conformadas por la maquinaria propagandístico-informativa del grupo político en el poder, la aparente democracia se vuelve un real despotismo dictatorial. (…)

O autor (1971, p. 19-46) alude, ainda, a um estudo efectuado em Espanha sobre a relação do público espanhol com os meios de comunicação social que permitiu concluir, entre outras coisas e de um modo mais geral, que os jornais e a televisão são os meios de comunicação preferidos e usados de modo mais frequente, pelo público, na busca pela Informação. O estudo permitiu, também, perceber que a imprensa escrita é o meio escolhido pelos estratos sociais mais cultos, apesar da desconfiança que ainda se verifica em relação a algumas das notícias veiculadas.

> En otra parte me ha ocupado de la exposición del público español a los distintos medios de masas, comprobando que esa exposición es acumulativa. (…) En distintas encuestas del Instituto de la Opinión Pública se preguntó a los entrevistados por qué medio se habían enterado, fundamentalmente, de ciertos acontecimientos. Resumiendo las respuestas obtenidas (…) parece ser que la televisión y la prensa son los medios más frecuentes por los que se entera la gente, y la radio pasa a un segundo lugar. Pero, por supuesto, esta afirmación es válida únicamente para el conjunto de la población. Al examinar las respuestas, de acuerdo con distintas categorías socioeconómicas, los resultados varían mucho. (…) Cada acontecimiento tiene sus características propias y las informaciones sobre él han estado sometidas a diversas clases de "urgencia" de la noticia, pero, en líneas generales (…) se puede deducir la siguiente conclusión: la gente tiende a enterase fundamentalmente por la prensa, a medida que aumenta su "status" educativo y socioeconómico, y por la radio, a medida que dicho "status" decrece. Igualmente, el sexo tiene una influencia decisiva; en los hombres adquiere más importancia la prensa, y las mujeres, la radio. En cuanto a la televisión, los resultados no están tan claros, pero la tendencia general es paralela a la de la prensa:

> la tendencia a enterarse por la televisión aumenta con el "status" del individuo, entre otras cosas, porque los individuos de "status" más elevado son los que tienen mayor proporción de televisores. (…)
> Parece, por tanto, que la prensa goza de una mayor influencia en los estratos más cultivados, debido, tal vez, a un prestigio tradicional. Sin embargo, a pesar de esos datos que nos hablan de una cierta preponderancia de la prensa a la hora de informar de los acontecimientos, en un sector importante del público se produce una clara desconfianza hacia algunas de sus noticias. (…)
> En un principio pudiera parecer que la baja proporción de personas que saldría a comprar el periódico está en relación con la baja credibilidad de las noticias de prensa. Sin embargo, nos es así. Al poner en relación el hecho de si creen o no las noticias de prensa, con lo que harían para comprobar la certeza de un rumor, no sólo no se da una correlación positiva, sino que, incluso la proporción de los que dicen que saldrían a comprar el periódico, es mayor en el grupo de los que no creen todas las noticias del periódico. Yo diría, por consiguiente, que en la actitud hacia la veracidad de la prensa se tienda a producir una especie de "lugar sabido" de su inexactitud, cristalizado por la desconfianza de largos años de censura, pero que no es tan profunda como parece. A veces tendemos a manifestar muchas reservas hacia las informaciones, y nos creemos que nuestra capacidad crítica es difícilmente influenciable por ninguna clase de propaganda. (…)

No seguimiento do seu artigo, Seara (1971, p. 19-46) auxilia-se num trabalho efectuado por Merton para abordar a questão dos líderes de opinião. Neste ponto, o autor refere que há dois tipos de pessoas influentes, os líderes locais e os líderes cosmopolitas, caracterizando cada um deles e relacionando-os com o tipo de pessoa que influenciam com mais frequência e com mais facilidade.

> Al analizar las relaciones entre los líderes de opinión y las comunicaciones de masas, Merton descubrió la existencia de dos tipos de personas influentes: los líderes "locales" y los "cosmopolitas". Mientras los primeros están más volcados hacia la propia ciudad, hacia los acontecimientos que en ella ocurren, el líder cosmopolita se interesa por un área mayor, ya sea nacional o internacional. Debido a estos distintos

> centros de interés, los dos tipos de líderes están expuestos a medios de masas con características distintas. Mientras el líder cosmopolita tiende a leer revistas de noticias y escuchar comentarios o editoriales de amplio alcance, el líder local se interesa en los periódicos locales, que traen con detalle noticias de su comunidad. Por otra parte, el líder local tiende a ser polimórfico, es decir, se le consulta sobre cosas muy varias, mientras que el cosmopolita es más especialista, suele restringir el campo de materias sobre las que informa.
> El trabajo de Merton supuso una gran aportación al estudio de la influencia personal y de los líderes, y sirvió para seguir perfilando la crítica de la sociedad de masas.

Um outro livro é referido por Seara (1971, p. 19-46), pela importância que apresenta na análise da influência e dos líderes de opinião: o livro *Personal Influence* de Katz e Lazarsfeld. Segundo Seara, estes autores realizaram um estudo através do qual procuraram apurar se as influências pessoais eram mais importantes que a influência exercida pelos meios de massas, em determinadas situações. Concluíram, entre outras coisas, que, nos momentos de tomada de decisão, as influências pessoais tiveram mais importância que os meios de massas.

O autor conclui o seu artigo referindo que um homem informado emite juízos com maior claridade e independência, daí que procurar a informação seja de importância crucial.

> (…) en 1955 aparecerá el libro más importante sobre la influencia y los líderes de opinión: *Personal Influence*, de Katz y Lazarsfeld, realizado sobre una muestra de 800 mujeres en la ciudad de Decatur (Illinois). Los autores trataron de determinar hasta qué punto las influencias personales eran más importantes que los medios de masas, a la hora de tomar decisiones,, en cuatro áreas habituales: compras, modas, asuntos públicos y elección de películas. Estudiaron también el problema del liderazgo, su relación con los medios de masas y la orientación de la influencia es decir, si iba de jóvenes a viejos, de ricos a pobres o viceversa, etcétera. Los resultados del estudio vinieron a confirmar todas las hipótesis anteriores: en la toma de decisiones tuvieron más importancia los contactos personales que los medios de masas; los líderes de opinión aparecieron en los distintos estratos sociales y

> su exposición a los medios, en general, era más alta que la de los no líderes; la comunicación se verificaba, fundamentalmente, en dos pasos, etc. (…) Sin embargo, muchas veces los mensajes llegan directamente a muchos individuos sin que medie ningún líder de opinión; el mismo Lazarsfeld y Berelson lo habían puesto de manifestó en un estudio sobre el voto. Por otra parte, los medios de masas influirán a través de los líderes, pero, al fin y al cabo, ellos influencian a los líderes para que éstos, personalmente, transmitan la influencia a los demás.
>
> Ahora bien, si tampoco hay exagerar la influencia personal, el alcance de los medios aparece dibujado con más claridad. Por un lado, su acción sobre los líderes está bastante mediatizada: por otro, sus mensajes son "seleccionados" por el auditorio. (…)
>
> Los juicios apresurados en contra de los medios de comunicación de masas no suelen reparar en algunos hechos elementales, pero decisivos. Cualquier acusación contra los medios que plantee el problema de la despersonalización, de la masificación del gusto, de la homogeneización del comportamiento o de cualquier otro mal semejante, en nombre de una pretendida auténtica libertad humana, no se ha dado cuenta de los medios de masas, en definitiva, vienen a aumentar la información del individuo y, por consiguiente, su capacidad crítica. El hombre informado puede emitir juicios con mayor claridad e independencia que el miembro analfabeto de una comunidad con escasa comunicación. Y esa información, en la sociedad industrial, procede en una parte muy considerable de los medios de masas.

Clemente Rogeiro (1971, p. 21-52), com um texto intitulado "A rádio como factor de unidade nacional" também contribuiu para a revista *Informação, Cultura Popular e Turismo*. Nesta reflexão, o autor começa por relembrar o nascimento da T.S.F. em França e, anos depois, em Portugal. Refere, também, o primeiro diploma que versou sobre os serviços de radiodifusão, onde constava que todos os serviços que se relacionassem com a radioelectricidade deveriam estar sobre a tutela do Estado, e vários outros que foram sendo publicados, com determinadas alterações ou novas directrizes, procurando moldar a estrutura da Emissora Nacional. Destaca uma passagem da Lei Orgânica da Emissora Nacional, onde se diz que a rádio era, nos anos setenta, um dos mais poderosos meios de difusão cultural, de informação e de

projecção externa.

> A acta do dia 7 de Novembro de 1898 da Academia das Ciências de Paris regista os ensaios de transmissão entre a Torre Eiffel e o Panteão, ensaios que já haviam começado em 26 de Outubro e tinham prosseguido dia-a-dia, até àquela data. (…) Assim nasceu em França a T.S.F., que em Portugal começou a dar os primeiros passos em começos de 1925, com as experiências do radioamador Abílio Nunes dos Santos, no seu emissor de Lisboa.
> Em Outubro desse ano as emissões passaram a ter regularidade, com o indicativo CT-1AA. Foi seu locutor e programador, desde o início, Adriano Lopes Vieira, um dos pioneiros da radiodifusão portuguesa. Outro pioneiro pode considerar-se o Eng.º Manuel Bivar. Ambos se encontram ainda hoje, graças a Deus, ao serviço da Emissora Nacional da qual o segundo continua a ser director técnico. (…)
> Em 27 de Janeiro de 1930, pelo Ministério do Comércio e Comunicações, foi publicado o Decreto n.º 17 899, o primeiro diploma que entre nós surgiu sobre a matéria, o qual considerava como monopólio do Estado os serviços de radiotelegrafia, radiotelefonia, radiodifusão e radiotelevisão e outros que viessem a ser descobertos e se relacionassem com a radioelectricidade. Seriam competentes para administrar, fiscalizar ou explorar os serviços indicados:
> a) – O Ministério do Comércio e Comunicações, por intermédio da Administração-Geral dos Correios e Telégrafos, no continente e nas ilhas adjacentes;
> b) – O então chamado Ministério das Colónias, nas províncias ultramarinas;
> c) – Os Ministérios da Guerra e da Marinha, quanto às comunicações próprias dos respectivos serviços. (…)
> Em Maio de 1932, realizou-se em Lisboa, por iniciativa do jornal *O Século*, o "Congresso Nacional de Radiotelefonia". (…)
> Em 29 de Junho de 1933, novo diploma surgiu no Diário do Governo o Decreto-Lei n.º 22 783. O Ministério que superintendia na radiodifusão no continente e ilhas chama-se, agora, das Obras Públicas e Comunicações. A ele competia, segundo rezava o art.º 6.º: "…estabelecer no continente o sistema de emissoras nacionais de radiodifusão destinadas a assegurar a audição de programas radiofónicos em todo o território do Império

Português e nos centros portugueses do Brasil e América do Norte", anunciando-se no respectivo preâmbulo dos trabalhos de montagem da Emissora Nacional em onda média prosseguiam com celeridade, tudo fazendo prever que a sua inauguração viesse a ser feita em prazo não superior a seis meses.

Neste diploma se estabelecia que as emissoras nacionais seriam exploradas directamente pelo Estado ou por entidades particulares em regime de concessão e compreenderiam:

a) – Uma estação em Lisboa, de onda média, de potência não superior a 20 KW;

b) – Uma estação em Lisboa, de ondas curtas, de potência não inferior a 10 KW;

c) – Uma estação retransmissora de onda média, no Porto, de potência não inferior a 1 KW. (…)

Só às 12 horas do dia 1 de Agosto de 1935 começou a semana inaugural da Emissora, visitada no dia 4 seguinte pelo Presidente da República e pelos ministros do Interior, da Justiça, da Instrução e das Obras Públicas. Como pode ler-se no jornal *O Século*, do dia 5 de Agosto, "a estação que há cerca de quinze meses começou as suas experiências, prestou já ao País grandes serviços quer sob o aspecto cultural e de recreio espiritual, quer como instrumento de propaganda da política de realizações seguida desde 1926". *O Século* recordava, a propósito, a campanha que desenvolvera para a construção de uma Emissora Oficial e para a celebração do I Congresso Nacional de radiotelefonia, ficando assim ligado àquela grande obra e à campanha que despertara o País perante a extraordinária maravilha do século.

Vários diplomas foram, entretanto, sendo publicados a moldar a estrutura jurídica da Emissora Nacional, à medida que o desenvolvimento da sua acção determinava o seu crescimento.

Não vamos fazer a análise desses diplomas nem sequer a sua enumeração. Basta ao nosso propósito transcrever a seguinte passagem preambular da actual Lei Orgânica da Emissora Nacional (Decreto-Lei n.º 41 484, de 30 de Dezembro de 1957):

"…em todos os países modernos a radiodifusão surge, ao lado da imprensa, como um dos mais poderosos meios de difusão cultural, de informação e mesmo de projecção externa dos nossos dias, pelo que a sua importância não pode ser minimizada, particularmente quando, como é o nosso caso, as diversas parcelas do território nacional se encontram

> dispersas por vários continentes e em numerosos países existem fortes núcleos de emigrantes portugueses.

O autor (1971, p. 21-52) continua, evocando algumas transmissões de rádio marcantes (como um discurso do presidente do Conselho ou um jogo de futebol entre o Sporting e o Benfica, por exemplo) para mostrar o quão importante era o meio de comunicação rádio no quotidiano das pessoas, auxiliando-se, ainda, das palavras de Roger Clause para comprovar o mesmo.

> No caso português a rádio assume, aliás, um especial interesse. (…)
> Quando, no dia 2 do corrente, o Senhor presidente do Conselho proferiu o seu vigoroso e decisivo discurso do Porto, pôde simultaneamente ser ouvido em todos os lares do continente onde houvesse ainda que fosse apenas um minúsculo transístor. Igualmente o discurso foi transmitido em onda curta para a Madeira e Açores, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. (…)
> Transmissão semelhante foi feita no passado dia 12, do jogo Benfica-Sporting, realizado em Paris, com transmissão simultânea de apontamentos do jogo de hóquei em patins que à mesma hora, em Montreux, a equipa de Lisboa disputava com a equipa holandesa. E ontem mesmo o "Portugal pelo mundo repartido" viveu um momento de unidade ao acompanhar pela rádio a selecção nacional de futebol no seu jogo com a Escócia.
> Tudo isto foi possível sem dependência de satélites ou de acordos internacionais…
> Na verdade, como escreveu certo autor[11], "…a rádio não encontra nenhum obstáculo à sua acção. Possui virtude divina, o dom da ubiquidade, penetra em toda a parte, a todas as horas, ri-se da distância, zomba do isolamento, não receia qualquer obstáculo erguido na sua frente; transpõe todas as muralhas e todos os precipícios. Escapa à servidão maior da linguagem verbal que, para ser entendida e recolhida, deve reunir um auditório à sua volta, num espaço necessariamente restrito. É o verbo que, a partir de um ponto determinado se faz entender em extensão até aos confins do mundo e em profundidade em todas as classes sociais…". "A emissão radiofónica é dotada de uma força de rotura – poder de

[11] Roger Clause – Le journal et l'actualité, p.136-137.

> choque e de penetração – que franqueia o caminho à sua mensagem. Aguardados e desejados nem o livro, nem o jornal, nem o cinema se apoderam do destinatário com a violência da emissão; esta irrompe na intimidade do lar com uma falta total de discrição ou de tacto; apodera-se do ouvinte sem defesa pois que ele não teve nem oportunidade, nem tempo, nem vontade de se preparar para ouvir; mata sem piedade o silêncio e o recolhimento; encontra o seu caminho nas almas indefesas, indiferentes ou distraídas. Nenhum obstáculo a detém, nem os erguidos entre os homens, os grupos, as classes e as nações, nem os da distância, do isolamento da miséria ou da ignorância". (…)

Ao terminar a sua reflexão, Clemente Rogeiro (1971, p. 21-52) recorda o advento da televisão e as modificações que este acontecimento veio trazer, nomeadamente ao campo da radiofonia. Menciona, com alguma surpresa e agrado, que os dois meios têm conseguido, de certa forma, singrar, cada um no seu segmento, sem se prejudicarem.

Fala, também, do panorama da radiodifusão sonora em Portugal, no momento da escrita do seu texto, onde se verifica um pluralismo radiofónico, marcado pela existência de rádios oficiais e de rádios particulares.

> Naturalmente que o advento da televisão veio modificar a posição da rádio entre os meios de comunicação social, dada a atracção específica que a televisão exerce sobre o público. Mas, com espanto de muitos, verificou-se que, não obstante a rápida expansão da televisão, o número de receptores de rádio nas mãos do público continua a crescer. (…) Frente à televisão, as estruturas da rádio procuraram adaptar-se ao novo condicionalismo, explorando ao máximo as suas possibilidades de rapidez e de maleabilidade. Aumentou o número de horas de emissão; multiplicaram-se e diversificaram-se os programas; exploraram-se as possibilidades técnicas com as emissões em frequência modulada e em estereofonia. Procurando dirigir-se a comunidades geográficas cada vez mais restritas, a rádio tenta integrar-se intimamente na vida quotidiana do ouvinte e servir de factor estimulante às actividades da vida local.
>
> Qual é o panorama da radiodifusão sonora em Portugal?
>
> Como se sabe, em Portugal vigora um regime a que chamarei de pluralismo radiofónico, para empregar um termo tão do agrado desta

> nossa época singular que em tudo pretende ser plural…
> No continente, nas ilhas e no ultramar (com excepção de Moçambique) a par da rádio oficial existe a rádio particular. (…)

Por último, Rogeiro (1971, p. 21-52) fala dos objectivos perseguidos pela Emissora Nacional (assegurar a emissão de programas radiofónicos, exercendo, através deles, uma acção cultura, educacional, informacional e de recreio e contribuindo para um maior conhecimento sobre Portugal no estrangeiro) e procura explicar como é que a emissora em questão faz uso dos meios de que dispões para fazer a difusão da informação.

> Que uso faz a E.N. dos meios de que dispõe? Quais os objectivos que prossegue?
> Nos termos do artigo 2.º da sua Lei Orgânica incumbe à Emissora Nacional:
> 1. – Assegurar a emissão de programas radiofónicos para os territórios portugueses e para os territórios estrangeiros onde residam consideráveis núcleos de portugueses;
> 2. – Exercer, através desses programas, acção continuada de cultura, educação, informação e recreio;
> 3. – Contribuir para mais amplo e profundo conhecimento de Portugal no estrangeiro.
> A E.N. funciona praticamente sem interrupção. Como agente informador que se quer permanente e omnipresente, e em cumprimento da função informadora que a lei lhe impõe, emite boletins informativos de hora a hora e transmitirá, em qualquer momento, notícia excepcionalmente importante ou apelo grave que chegue à sua redacção. Mas os dois momentos informativos fundamentais são os "diários sonoros" transmitidos em O. M., I programa, às 13 e às 20 h, no II programa, às 14 e às 20 h e na O.C., às 15 e às 21 h. (…)
> De índole informativa, embora com características diferentes dos noticiários, são ainda: a rubrica "Momento 71", transmitida diariamente, excepto aos domingos, às 21h em O. M. e às 12.40 em O. C., o actual programa-tipo contém algumas rubricas e a rubrica "Grandes Reportagens" transmitida, normalmente, na última 6.ª feira de cada mês e que desde "Cabora Bassa" até ao "Metropolitano de Lisboa", já produziu trabalhos de grande interesse nacional. Neste capítulo lembro

> ainda a série de reportagens sobre "A viagem da Apolo 14", considerada invulgar por muitos críticos. (…) Para terminar, algumas notas críticas que, em certa medida, também pretendem ser de índole prospectiva.
> Muitas pessoas censuram o pluralismo da nossa estrutura radiofónica em que, a par da radiodifusão oficial, existe uma rádio particular com publicidade comercial. (…) Em certo sentido, tal pluralismo é útil, não tanto pelas possibilidades de escolha que oferece ao ouvinte, mas por uma salutar competição a que conduz.

Moreira Baptista (1971, p. 7-15) deu o seu contributo a *Informação, Cultura Popular e Turismo* através de uma reflexão sobre a opinião pública e os meios de comunicação social. No seu texto, o autor começa por reconhecer a importância da informação no mundo de então (década de setenta), nomeadamente nos comportamentos sociais, resultante do crescimento contínuo que os meios de comunicação têm tido. Reconhece, também, que as "massas" se sujeitam aos impulsos transmitidos pela comunicação social e se influenciam por ela. Daí que as forças que governam o mundo usem estes meios para conseguir fazer chegar a sua acção e as suas ideias a estas pessoas.

> A importância da informação nos comportamentos sociais assume hoje, é já lugar-comum referi-lo, a decisiva importância que resulta dos meios técnicos de que dispõe e que não deixaram de crescer incessantemente nestas últimas décadas. E é-se muitas vezes levado a pensar se são os meios de comunicação que determinam tais comportamentos sociais e as reacções individuais ou dos grupos, ou se são estes que impõem uma adequação dos referidos meios às exigências das sociedades em que vivemos. O que não pode é desconhecer-se a sujeição das "massas" aos impulsos que constantemente lhe são transmitidos pela imprensa, rádio, televisão, livros, cinema e discos.
> Por outro lado, é geralmente sabido que a informação é instrumento largamente utilizado pelas forças que se afrontam no mundo e como os vários blocos ideológicos procuram aperfeiçoar as técnicas da sua acção para, com maior eficiência, dominar as opiniões públicas pondo-as ao serviço dos seus desígnios. Mas porque assim é, também logicamente acontece que nos vários conflitos psicológicos e ideológicos e de interesses, verdadeiras guerras mais ou menos quentes, o comando

> pertence aos que têm maior poder financeiro e mais poderosos meios de intervenção através das grandes agências de notícias, das potentíssimas emissoras, da difusão dos programas que hoje em dia os satélites transmitem ao mundo inteiro a partir das redes de Televisão a que se somam as actuações influentes das empresas cinematográficas e das editoras de livros e discos com difusão à escala mundial. (…)

Baptista (1971, p. 7-15) continua, informando que todos os meios de comunicação se costumam unir, quando têm interesses em manipular determinada informação. No entanto, reconhece que a população está cada vez mais esclarecida e, num futuro próximo, esta dominação da opinião pública exercida pelos meios de comunicação pode trocar de mãos.

O autor refere, ainda, que em Portugal, também há manipulação da opinião pública, conduzindo os intelectos, amiúde, num sentido que é contrário ao do interesse nacional.

> As redacções dos jornais, das emissoras da rádio e da televisão, os produtores de filmes e as editoriais, definidos os objectivos, actuam em extensão e profundidade: ontem para justificar o genocídio do Biafra, mas condenando como a maior afronta feita à Humanidade a guerra do Vietname; defendem-se as acções dos terroristas contra as províncias portuguesas e os actos de banditismo dos terroristas urbanos do Brasil; transformam Che-Guevara num herói quando fomentava a guerra na América do Sul, mas nas mesmas páginas e aos mesmos microfones ou em imagens sugestivas faz-se pressão contra Portugal acusando-o de fomentar a Guerra e pôr em risco a Paz Mundial; procura-se mobilizar a opinião pública contra o governo brasileiro e passam sem consequências os raptos e os atentados. (…)
>
> A sociedade industrial, potente e criadora, deixa os homens mais pobres, embora a meta para a satisfação dos consumos atinja níveis insuspeitados tempos antes. E agora e depois?
>
> Teoriza-se a sociedade pós-industrial que será o tempo da civilização "tecnotrónica", onde a electrónica e a tecnologia condicionarão os comportamentos sociais e humanos e coincidirá com o século da igualdade. (…)
>
> Mas quando pensamos que no mundo crescem constantemente populações, cada vez mais esclarecidas das carências que têm, não

> sei se algum dos técnicos que orgulhosamente profetizam o futuro, poderá assegurar quem comandará os computadores dessa sociedade "tecnotrónica". (…)
> Se nos detivermos em alguns dos problemas que mais ocupam as atenções dos que utilizam os meios de comunicação social ao serviço de um ideário de conteúdo ideológico de raízes marxistas, verificaremos que existe um esforço que não conta para criar a convicção de que o mundo ocidental está em crise irremediável por não ter já em si forças com carga ideológica suficiente para fazer face aos problemas em que se debate, através das estruturas sociais políticas que condicionam os respectivos regimes. (…)
> Sem esmorecimentos, em todos os tons com argúcia indesmentível e fundamentação técnica cuja importância não pode minimizar-se, cria-se na opinião pública um peso opressivo de crise várias, angustiantes pela sistemática escamoteação do que já foi feito e do que é possível fazer pelo domínio tecnológico e pelos valores espirituais. (…) Não estamos isolados no mundo e, cada vez mais se abatem as barreiras que ainda existem para a osmose das influências ideológicas que correm o Mundo: papéis impressos, ondas e imagens vão de todas as partes para toda a parte e, portanto, também para os portugueses. Sabemo-lo todos e sentimos-lhes os efeitos.
> Também entre nós existem maus portugueses que por actuações diversas procuram sensibilizar a opinião pública nacional empurrando-a num sentido, onde não se encontra o interesse nacional. (…)

Ao finalizar, Baptista (1971, p. 7-15) relembra a luta pelo direito à livre expressão de pensamento, que, no momento (década de setenta), tem como objectivo a conquista da opinião do próprio indivíduo. Desta forma, diz o autor, todos poderão contribuir para a defesa da opinião pública nacional, que tem de ser consciente, actuante e patriótica, livre de influências e orientações manipuladas. Termina, recordando o dever e o direito de cada indivíduo de/para intervir responsavelmente.

> Vai já longe o tempo da luta para a conquista do direito livre expressão do pensamento. Agora, mais exactamente desde os princípios do nosso século, o objectivo é a conquista da opinião do próprio indivíduo. Pelo poder dos meios de comunicação social, alargam-se os estratos que

> conduzem a mais ampla expressão da indispensável e influente opinião pública de que o Estado não pode nem deve desinteressar-se. (…)
> Na opinião pública há, para além da influente acção de intervenção dos órgãos de comunicação social, tantos outros processos que podem também actuar com influência tantas vezes decisiva.
> O momento é dos que impõe que todos nos consideramos mobilizados na garantia e defesa da opinião pública nacional que tem de ser consciente e desperte para a defesa dos nossos interesses, actuante e patriótica.
> Os meios de comunicação social em Portugal estão ainda, na sua grande maioria, devotados a tais objectivos. Sabemos que, muitas vezes, essa orientação não será bem servida e até algumas vezes será atraiçoada. Cabe-nos a responsabilidade, o direito e o dever de intervirmos.

Geraldes Cardoso (1971, p. 7-8, 10-15, 17-18 e 20) também discorreu sobre a imprensa e a Informação da década de setenta. O autor propõe-se a explicar o que é a imprensa portuguesa, como é composta, quais as suas particularidades e quais as suas tiragens (informação que, segundo Cardoso é, amiúde, oculta). Para o autor, saber que camada de leitores tem acesso à informação e a que tinha de informação, também é aspecto importante a reter, bem como as suas características (sexo, escalão etário, ocupação, etc.).

> O que é a Imprensa portuguesa?
> A resposta impõe-se, para sabermos exactamente do que falamos.
> O número dos diários matutinos que no continente se publicam é relativamente reduzido: cinco em Lisboa, três no Porto, dois em Braga, um em Coimbra, três em Évora, dois em Beja e um em Santarém – no total de dezassete; quanto aos vespertinos, há quatro em Lisboa e um no Porto.
> Nas ilhas adjacentes publicam-se três diários na Madeira e sete nos Açores.
> Ao todo: 32 diários para mais de nove milhões de habitantes. Estes números, porém, só por si, pouco ou nada dizem. É preciso conhecer as tiragens, que não parece conveniente revelar em público. É necessário saber das camadas de leitores que os diários atingem, matéria das mais controvertidas.
> O assunto tem, naturalmente, interessado a Direcção-Geral da

> Informação. E na medida em que é possível dar a conhecer os elementos que o director-geral egoisticamente guarda para si, em cofre-forte repetidamente consultado, deve informar-se que, no continente, quatro jornais absorvem mais de 65% dos leitores de diários. Alguns estudos permitiram concluir que, em regra, o número de leitores decresce com a idade e que cerca de metade deles se concentra no grupo de vinte anos de vida que vai dos 15 aos 35. Os diários são lidos por toda uma larga gama de profissões, mas cumpre observar que os números recolhidos demonstram que os jornais não conseguiram conquistar ainda umas certas camadas de leitores que se esforçam por atingir. Por último, deve referir-se que enquanto, em relação a alguns diários, o número de leitores de um e outro sexo quase se equipara, em relação a outros o público masculino é quase duplo do feminino. (…)
> Já ouvi dizer perante este panorama, a um pessimista de nascença, citando um escritor francês, que cada país possui a imprensa que merece, querendo com isto significar que a imprensa reflecte as verdadeiras preocupações das massas populares, a sua consciência política e o sentimento da sua responsabilidade. (…)

O autor (1971, p. 7-8, 10-15, 17-18 e 20) aborda, ainda, a questão da imprensa não periódica e menciona que a actividade editorial era, na década de setenta, enorme, comparativamente a décadas anteriores.

> A imprensa não é só a imprensa periódica, naturalmente. Inclui também a imprensa não periódica, isto é, a edição de livros. (…)
> A actividade editorial portuguesa é actualmente enorme, se a compararmos com a de há alguns anos. E, desde o caso único de uma colecção com tiragem de mais de 200 000 exemplares por semana, até aos casos, já hoje frequentes, de tiragens regulares de 10 000, multiplicam-se os exemplos que servem parta demonstrar o grande interesse que o livro tem hoje entre nós. Note-se, aliás, que as estatísticas internacionais nos apontam como um dos países (exceptuados os muito grandes) em que o maior número de obras se editam.
> Pois bem. Em números, isto é a imprensa portuguesa – realidade contudo, muito mais completa se quisermos descer a uma análise atenta das publicações, isto é, do seu conteúdo e se pretendermos uma apreciação detalhada da composição dos quadros e do capital das respectivas

> empresas editoras e um estudo do estatuto profissional dos jornalistas. São questões que por todo o mundo se abordam. (…)

O verdadeiro retrato da imprensa só se conseguirá traçar se forem feitos estudos sistemáticos, conta Geraldes (1971, p. 7-8, 10-15, 17-18 e 20). Mesmo a interferência da censura prévia na imprensa deve ser estudada para que este retrato seja o mais fiel possível.

> Em Portugal, estudos sistemáticos semelhantes não viram ainda, que eu saiba, a luz do dia, mas só eles permitirão apreciar, com toda a clareza, o verdadeiro retrato da imprensa. Tal como só será possível averiguar até que ponto a censura prévia aos jornais de algum modo contribuiu também para lhes modelar a figura, se se fizer uma análise atenta dos cortes ordenados nas "provas" de cada um.
> São estudos que julgo não ser indiscreto se disser que têm sido feitos, embora só parcialmente, na Direcção-Geral da Informação, porque lhe competem. E devem fazer-me a justiça de supor que gostaria de trazer aqui os seus resultados ainda elementares, pois que nenhuma norma legal obriga a que se conservem confidenciais – pelo menos em relação à maioria deles. (…)

A televisão, que se encontrava em permanente evolução, também foi alvo de análise por parte de Cardoso (1971, p. 7-8, 10-15, 17-18 e 20) que adiantava a entrada em funcionamento de satélites de radiodifusão directa e das mudanças que, devido a tal, iriam acontecer.

> Se olharmos para a televisão, sabemos que se prevê para breve (5 ou 6 anos) a entrada em funcionamento dos satélites de radiodifusão directa, as quais consentirão a captação das suas emissões por vulgares aparelhos receptores, a exemplo do que há dezenas de anos ocorre com a radiodifusão sonora. Significa isto que, com mais ou menos garantias acolhidas em tratados internacionais cuja elaboração se esboça (e que tenho podido acompanhar pessoalmente), receberemos em nossas casas a informação televisionada do estrangeiro e poderemos, por outro lado, levar para ali mais facilmente a nossa imagem e cobrir com emissões de televisão também grande parte do nosso território ultramarino. (…) A informação filmada é hoje remetida, através dos satélites, de continente

> a continente e o organismo da televisão espanhola e a Direcção-Geral da Informação do país vizinho assinaram, no passado mês de Março, um acordo com os organismos paralelos da América Latina, através do qual se acertou no envio diário de documentários, nos dois sentidos. Este acordo abrange Portugal e o Brasil, razão pela qual podemos colocar já nas televisões do Sul e do Centro-América e receber dali o noticiário de maior importância. (…)

Geraldes Cardoso (1971, p. 7-8, 10-15, 17-18 e 20) põe, também, em discussão, no seu texto, a questão da liberdade de expressão do pensamento e de liberdade de opinião. O autor defende que o uso dos meios de informação não está, de igual forma, ao alcance de todos os indivíduos e que as empresas jornalísticas, devido à necessidade de obter lucros, arriscam a sua isenção e, por vezes, anulam mesmo a sua liberdade de expressão o que compromete a informação que transmitem e coloca nas mãos de outros o domínio da opinião-pública.

> O fenómeno é geral (só não se pondo nos países comunistas, onde como é sabido, a liberdade de imprensa e a de fundação de empresas jornalísticas são dados inexistentes). E coloca, naturalmente, o problema de saber qual o verdadeiro sentido que hoje pode dar-se à afirmação do direito de "liberdade de expressão do pensamento" e de "liberdade de opinião". Com efeito, a possibilidade de utilizar activamente os meios de informação está, pelas razões apontadas, cada vez menos ao alcance de todos os indivíduos e a dependência em que as empresas jornalísticas se encontram da necessidade de obter lucros que compensem as suas enormes despesas acarreta uma ansiosa procura de publicidade e de público (através do sensacionalismo e de outros meios) que diminui, se não anula, também, a sua liberdade; ou, por virtude de um monopólio, adquirem tal força, que fica nas mãos de qualquer o poder suficiente para dominar a opinião-pública – posição esta que os Estados não deverão consentir. (…)

De seguida, o autor (1971, p. 7-8, 10-15, 17-18 e 20) enumera aquilo que se procurava na informação da década de setenta: acima de tudo, uma ética que possibilitasse a verdade na transmissão dos factos, e, da mesma forma, uma responsabilidade acrescida por parte dos órgãos de

informação, uma vez que tinham o poder de seleccionar a informação que era transmitida (que teria papel fundamental na formação da opinião-pública). Para isto se tornar realidade, o autor menciona que é necessário adicionar uma "justa liberdade", que só as altas autoridades poderão conceder.

> Que procuramos nós alcançar, na informação?
> Pois, em primeiro lugar, porque a informação condiciona e influencia toda a vida humana – consciente e inconsciente, individual e colectiva – entendemos que não pode deixar de pressupor uma ética. Esta ética consistirá, fundamentalmente, em nada transmitir que seja falso e em não omitir o que for verdadeiro. Uma informação capaz deve orientar-se para a revelação e a descoberta da verdade e combater o que possa falsear ou desfigurar essa verdade.
> Parece, porém, evidente que um direito de acesso à informação é, na prática, difícil de regulamentar. As condições da vida moderna não favorecem a possibilidade de uma informação permanente, exaustiva e completa sobre todas as questões que interessam ou podem interessar, em dado momento, à comunidade social, a qual, em regra, não está também preparada para exercitar o seu juízo crítico sobre o material informativo que lhe é fornecido e decidir-se por si, dispensando o concurso dos órgãos da informação.
> Por isso mesmo estes desempenham papel fundamental na formação da opinião-pública, quer seleccionando o noticiário, quer dando relevo a certos factos e acontecimentos, quer minimizando outros, quer, enfim, tecendo glosas para orientar os destinatários em determinada direcção. (…)
> Uma informação adequada, dominada por uma ética subordinada ao respeito da verdade e em regime de inteira responsabilidade dos órgãos da informação é, assim, decerto, o primeiro passo contra o perigo de desorientação a que se refere o preceito constitucional. Mas poderá não ser o bastante; terá de ser acompanhada de garantias contra os desvios e abusos que uma justa liberdade – contraponto da responsabilidade – ainda assim pode proporcionar.
> Daí que a autoridade deva intervir na informação, garantindo, por um lado, aos seus órgãos, essa justa liberdade e, por outro, criando as condições indispensáveis ao exercício desta sem perigo daqueles abusos,

> quer pela educação (processo lento), quer pela adopção de instrumentos jurídicos adequados (isto é, meios de actuação imediata para reprimir tais abusos e evitar as suas consequências), quer ainda pela criação de órgãos destinados à prestação constante de informações seguras.

Ao terminar o seu texto, Geraldes Marques (1971, p. 7-8, 10-15, 17-18 e 20) fala do papel da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, que é o de superintender em serviços e actividades informativas. O autor destaca a pouca presença da imprensa portuguesa nos órgãos de informação internacional e afirma que é preciso lutar contra isso, de modo a que a imagem que os estrangeiros têm de Portugal saia melhorada. E, como última sugestão, aconselha a que imprensa, rádio, televisão, jornalistas e demais intervenientes no processo informativo se unam em busca de uma informação cada dia menos amadora e mais profissional.

> O reconhecimento destas realidades conduziu à instituição, em quase todos os países civilizados, de organismos que têm precisamente por objecto superintender em serviços e actividades informativas. É esse o papel da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, através da Direcção-Geral da Informação. (…)
> Portugal continua a ser, com efeito, para muita gente uma terra longínqua, desconhecida, sobre a qual existem conceitos errados ou voluntariamente falseados – e que é preciso destruir. Tal como acontece em relação a outros países (não estamos neste ponto sós), a nossa presença nos órgãos de informação internacional é escassa e, quando existe, é em geral pintada de cores negras.
> Publica-se, como vimos de começo, um relativamente pequeno número de jornais portugueses no estrangeiro, a nossa imprensa tem escassa penetração no resto do mundo, o papel desempenhado pela rádio é necessariamente insuficiente, e quase só a corrente turística contribui para desfazer, junto da grande massa, a imagem estranha que de Portugal se faz lá fora. (…)
> Esta referência à informação no exterior serve-me, sobretudo, para poder afirmar que, como já uma vez também disse, está passado o tempo de fazermos informação como amadores, arrastados pelos acontecimentos, surpreendidos por eles, quase sempre dominados pela

> catadupa de notícias que nos chove no céu, se escoa pelos fios, se infiltra pelas frinchas, confundindo-se com o boato que insidiosamente se espalha, incendiando um restolho ávido, que com dificuldade os nossos bombeiros (pois também os há na informação!) procuram salvar. (…) A informação portuguesa tem de ter ao seu serviço, ou a auxiliá-la, todo um escol de indivíduos conhecedores e meios abundantes para cumprir o plano traçado. (…)
> A seu lado, a imprensa, a rádio, a televisão, os editores, os jornalistas, os correspondentes, as agências – lutando a mesma luta, quase todos com vontade de acertar, errando muitas vezes por falta de elementos bastantes.
> É todo um exército.
> Precisamente, um exército…
> É isso a informação.

Em 1972, passou a vigorar um novo Estatuto da Imprensa, em Portugal. O Gabinete Técnico da Secretaria de Estado da Informação e Turismo (1972, p. 197-210) achou que seria importante discorrer sobre ele e explicar as principais linhas e ideias que este proclamava. No geral, concordava-se que, à excepção de um ou outro ponto, este estatuto viria beneficiar a imprensa portuguesa, coisa que nenhum dos seus antecessores fizera de forma aproximada. Os responsáveis pelo Gabinete Técnico da Secretaria de Estado da Informação e Turismo consideravam importante que o documento fosse percebido na sua totalidade, de forma isenta e objectiva, daí que tenham solicitado a alguns directores de jornais que se lhes juntassem para que, todos juntos, pudessem falar sobre o diploma e para que os membros do Gabinete Técnico pudessem expor as suas posições.

> Começará, dentro de breves dias, a vigorar o Estatuto da Imprensa. E se creio desnecessário relembrar os caminhos percorridos até chegarmos ao novo regime legal que regulamentará as actividades de tão importante sector da vida nacional, julgo indispensável assinalar que teremos a partir de agora um conjunto de normas que fixa, em todos os seus aspectos, os direitos e deveres de quanto à Imprensa se refere.
> Creio, também, que todos quantos ambicionaram uma lei reguladora do regime da imprensa, que além de eventuais discordâncias sobre

pormenores ou acidentes desse regime, estarão de acordo em que a Imprensa portuguesa vai beneficiar, pela primeira vez, de um Estatuto global e coerente.

Numa perspectiva histórica, isto é, altamente significativo já que, de facto, nenhum dispositivo legal anterior se lhe compara na definição exacta de direitos e deveres e na estatuição das condições em que deverá processar-se, desde o momento em que nasce a vida de um jornal, uma agência ou uma editorial.

É este Estatuto consequência de opções que foi necessário tomar; diferente de outros, não coincide, naturalmente, com a orientação deles, em muitos aspectos. Mas é, sem dúvida, a lei que no condicionalismo dos tempos que vivemos e das circunstâncias em que a nossa comunidade se desenvolve, se considerou como a mais adequada aos interesses gerais.

Não se desconhece, ter havido quem desejasse limitar a nova Lei de Imprensa à simples abolição da censura e à definição de sanções para certas faltas de imprensa. A verdade, porém, é que o mecanismo legal tem de ser bem mais amplo e minucioso por forma a revelar-se capaz de integrar numa conjuntura ampla da imprensa todos os seus aspectos e expressões na promoção dos fenómenos sociais. Nessa ordem de ideias, ressalvando aspectos de pormenor, julgo não me afastar muito do que constitui autêntica reacção ao Estatuto que entrará plenamente em vigor no próximo dia 1, afirmando que a principal objecção foi a que respeita ao "exame prévio".

Não deixarei de anotar que nem a Lei nem o Estatuto impõem exame prévio a todos os textos ou imagens de publicações periódicos. E o Senhor Presidente do Conselho foi, neste aspecto, muito positivo ao esclarecer, ainda há dias, que "o esforço que tem sido feito para aliviar a censura vai prosseguir. Agora a lei limita o exame prévio no tempo e nos assuntos. E com a colaboração das direcções dos jornais será possível reduzir ao mínimo a acção das comissões de exame prévio". Neste pressuposto julgo que convirá que todos façamos um esforço para a compreensão, isenta e objectiva deste diploma para todos nós fundamental. Com esse fim é importante que nos debrucemos sobre o seu estudo atento, desapaixonado e marcado pela preocupação de contribuirmos para que ele fique, efectivamente, a marcar o início de uma nova fase da vida da Imprensa portuguesa e que "essa fase seja de progresso em todos os sentidos e também de colaboração de todos na realização do interesse nacional".

> Foi neste estado de espírito que solicitei a presença aqui dos senhores directores dos jornais criando a oportunidade de lhes expor a nossa posição nesta matéria e para lhes afirmar a nossa intenção de dar e receber colaboração, na certeza de que é nosso propósito reduzir ao mínimo possível intervenções e sanções e, ainda mais do que isso, procurar evitar quanto possa ser arbitrário ou discriminatório. (…)

O Gabinete Técnico da Secretaria de Estado da Informação e Turismo (1972, p. 197-210) começa por resumir a orientação geral que presidiu à elaboração do Estatuto da Imprensa, para depois falar sobre a justificação incluída no preâmbulo do documento. De seguida, explica, de forma lata, como foram definidos os objectivos, divididos os capítulos e inseridos determinados assuntos, passando, depois, para explicações mais detalhadas sobre alguns aspectos. Desta forma, procuraram esclarecer qualquer dúvida que o documento pudesse suscitar, na tentativa de o afirmar não só perante aqueles para quem o estatuto era essencial, mas também perante toda a população.

> A orientação geral que presidiu à elaboração do Decreto-Lei n.º 150/72, a que chamamos Estatuto da Imprensa, pode resumir-se em algumas palavras:
> - em primeiro lugar, como é evidente, impôs-se a necessidade de respeitar escrupulosamente a lei regulamentada, aceitando as suas soluções;
> - para além disso, e mesmo nas matérias que a lei deixava ao critério do Governo, impunha a coerência que a filosofia da proposta inicial e que a lei aceitou não fosse negada – traduz-se ela expressivamente no seguinte trecho do "parecer" da comissão eventual da Assembleia:
> "a iniciativa enquadra-se não já apenas no sentido da descompressão dos direitos e garantias individuais, mas nos domínios da juridicidade quanto à expressão pela imprensa, apontando ou implicando uma tendência ou opção liberalizadora – sem deixar de ter em conta as legítimas precedências do interesse público e as exigências da conjuntura nacional, designadamente as que decorrem da necessidade da defesa do ultramar e da integridade territorial e moral da Nação;
> - em terceiro lugar (e tal como ficou também referido na Assembleia Nacional) teve-se presente que nem a lei nem o seu regulamento têm vocação para o definitivo, estando condicionados pela realidade da

sociedade portuguesa actual. Significa isto que o Governo não considera imutáveis as regras adoptadas e que, ao fiscalizar o seu cumprimento, procurará em cada momento apurar os seus efeitos na mais escrupulosa preocupação por uma progressiva melhoria do sistema.

O Estatuto da Imprensa tem um curto preâmbulo que justifica o motivo por que a regulamentação ficou a constar de um decreto-lei e não, como seria mais curial, de um decreto simples.

Esse motivo é apenas o de que a Lei n.º 5/71 inclui matérias que são objecto de autorizações legislativas, isto é, matérias que reclamam a forma de diploma com força de lei, por respeitarem, por exemplo, a direitos fundamentais: é o caso da constituição de empresas jornalísticas e editoriais, das garantias da liberdade de imprensa, dos limites desta, etc.

O esquema do diploma obedece, tanto quanto foi possível, ao usado na Lei n.º 5/71. Depois de um capítulo destinado a algumas definições, para acerto da terminologia adoptada, em capítulos sucessivos, da vida de uma publicação, tal como a podemos teoricamente conceber: estabelece, inicialmente, o princípio da liberdade de imprensa e os seus limites (isto é: refere as matérias sobre o que é lícito escrever-se e sobre que não deve escrever-se), trata em seguida das empresas que podem levar a cabo a publicação de quaisquer escritos (as empresas jornalísticas e as empresas editoriais e entidades equiparadas), e, depois, das publicações em si – as publicações periódicas, primeiro (isto é, os jornais e revistas), as publicações não periódicas, depois (ou seja, os livros); estas publicações, uma vez impressas, são oficialmente comunicadas a certas entidades (capítulo da "entrega oficial das publicações") e são postas a circular (capítulos da "circulação da imprensa" nacional e estrangeira). Por último, o diploma regulamenta matérias que poderemos considerar complementares: o regime dos profissionais da imprensa (na mediada em que importa ao disposto nos capítulos anteriores), o registo das empresas, das publicações e dos profissionais, o regime extraordinário de exame prévio (só aplicável nos casos em que for expressamente instituído) e o abuso da imprensa, terminando com algumas disposições transitórias. (…)

Convém, porém, fazer notar que as classificações da imprensa constantes do Estatuto (imprensa diária e não diária, de natureza jornalística, especializada, para a infância e adolescência, oficial, oficiosa, nacional, estrangeira e regional) não são uma inovação à face da lei n.º 5/71. Pelo

contrário: são classificações expressamente previstas nessa lei (basta recordar o disposto nas bases XVI, XVII, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI) que se tornou necessário definir e que correspondem a realidades com que dia a dia se depara. (…)

É assim que, mais adiante, no capítulo dos profissionais da imprensa, os requisitos exigidos para director, director-adjunto ou subdirector das diversas publicações variam consoante a sua natureza. Enquanto que para dirigir publicações de natureza jornalística (ou seja, que tenham predominantemente carácter noticioso ou de feição informativa sobre factos ou assuntos de ordem geral e da actualidade) se exige do director, em regra que possua o curso complementar dos liceus ou habilitações equivalente, já o mesmo não acontece em relação aos de algumas outras publicações. E, atendendo à maior ou menor expansão de uma publicação, podem ainda esses requisitos variar consoante a natureza daquela.

Diga-se ainda, a propósito, que alguns dos requisitos são dispensados em relação aos jornalistas possuidores da carteira profissional à data da entrada em vigor do Estatuto e também não são de exigir aos directores actualmente no exercício de funções. (…)

Mas tiram-se ainda outras consequências da classificação: é assim que, seguindo o disposto na Lei n.º 5/71 se dispensam de algumas das exigências, previstas para as restantes, as empresas jornalísticas e as empresas editoriais que editem publicações de carácter científico ou técnico. E é ainda essa classificação que vai permitir ao Governo dispensar de exame prévio ou submeter a regime de exame mais simples algumas publicações periódicas.

A rigidez está assim afastada do sistema, para permitir à imprensa adaptar-se às necessidades do público a que se destina e para consentir a concorrência desejada. Com efeito:

- prevê-se que as publicações de natureza jornalística possam ser também consideradas especializadas ou para a infância e a adolescência;
- admite-se que nas publicações de natureza especializada (não as que se ocupam de assuntos de natureza científica, literária, histórica, artística religiosa, forense, técnica, profissional, bibliográfica ou publicitária) se inclua noticiário directamente relacionado com a matéria as qualifica;
- consente-se que as publicações impressas em Portugal, mas destinadas predominantemente ao estrangeiro, sejam dispensáveis de todas ou algumas das obrigações estabelecidas para as publicações nacionais;

- e aceita-se que as publicações impressas no estrangeiro e destinadas especialmente a Portugal sejam equiparadas às publicações portuguesas.
(…)
O n.º 1 do artigo 14.º do Estatuto traça os limites da liberdade de imprensa através de um esquema muito simples:
- Não é permitida a publicação dos escritos ou imagens que integrem crimes previstos e punidos na lei penal;
- Não é ainda consentida a publicação dos escritos e imagens referidos nas oito alíneas dessa disposição.
Dessa forma regulamentou a base XIII da Lei n.º 5/71, que fora largamente criticada por conter, no dizer de alguns comentadores, regras muito vagas. A infracção daquelas disposições traduz-se em abuso de imprensa.
É necessário salientar aqui que a referida base XIII, assim integrada pela via regulamentar não foi o mais longe, nas limitações previstas, do que a lei até agora em vigor. Limitou-se, nas suas linhas gerais, a equiparar qualquer autor de um escrito a qualquer outro vulgar cidadão: isto é, proibido de praticar os factos que a lei penal pune como crimes. (…)
Também as várias alíneas do citado artigo 14.º do Estatuto, correspondentes a limitações da base XIII, constavam, em parte, da lei anterior:
- a narração de casos de vadiagem, libertinagem e semelhantes, de menores de 18 anos, estava prevista no Decreto n.º 20 431, de 24 de Outubro de 1931;
- a propaganda tendenciosa, instigando oi não cumprimento dos deveres militares ou ao cometimento de actos atentatórios da liberdade da pátria, é punida pela Lei de 12 de Julho de 1912;
- os escritos contra a segurança do Estado, da ordem e da tranquilidade pública estão previstos na Lei de 9 de Julho do mesmo ano de 1912 – lei que, tal como a anterior, era expressamente referida no Decreto n.º 12 008;
- o cometimento de actos atentatórios da integridade e independência nacional era, por sua vez, punido pelo Decreto n.º 2270, de 12 de Março de 1916, para que também remetia a anterior Lei de Imprensa;
- a publicação de peças de processos de nulidade ou anulação de casamento era proibida pelo Decreto n.º 1, de 25 de Dezembro de 1910;
- a publicação de peças de processos de investigação da paternidade ou maternidade ilegítima, com excepção da respectiva sentença, era vedada

pelo Decreto n.º 2 daquela mesma data. (…)
Quanto ao regime aplicável às empresas jornalísticas (isto é: as que se destinam à edição de publicações periódicas) e às empresas editoriais (as que se dedicam separada ou conjuntamente, à edição de publicações não periódicas e à importação) o Estatuto da Imprensa pouco veio adiantar em relações ao que, com algum pormenor, já constava da Lei n.º 5/71.
Convém apenas salientar a este propósito, alguns pontos: (…)
- (…) o Estatuto serviu expressamente a edição de publicações periódicas (que não sejam de natureza jornalística) por quaisquer pessoas ou sociedades, não limitando assim a liberdade que sempre foi concedida às empresas de editarem os seus boletins e revistas,
- por último, regulamentando a base XVII da lei, o Estatuto admitiu expressamente a edição de publicações não periódicas, não só por empresas editoriais, mas pelos próprios autores, por estabelecimentos da indústria gráfica, por empresas jornalísticas, ou por pessoas colectivas de direito público e ainda, por intermédio destas entidades, por qualquer pessoa singular ou colectiva. A única exigência comum é a da existência de um editor (quando este não for o autor), já que a lei o impõe para todas as publicações não periódicas. (…)
Em relação às empresas, as grandes inovações do Estatuto, publicadas no uso da autorização legislativa contida na base XI da Lei n.º 5/71, são as constantes do capítulo V, que respeita à concentração.
A referida base XI estabeleceu, com efeito, que o Governo deverá providenciar no sentido de impedir a concentração de empresas editoriais ou jornalísticas. (…)
É este um dos campos em que se chocam os interesses da liberdade da imprensa com o da sobrevivência das empresas.
O tempo nos dirá se o esquema projectado na convicção de ser o mais equilibrado e conveniente, virá a carecer de aperfeiçoamento. (…)
Estabelece a Lei n.º 5, na sua base IV, que os requisitos indispensáveis ao exercício da actividade dos profissionais da imprensa periódica e as respectivas categorias, serão definidos em estatuto próprio – estatuto que, de momento, é o constante dos diplomas especiais aplicáveis e que é da competência de outro departamento. (…)
Por outro lado, a mesma Lei n.º 5/71 define ainda profissionais da imprensa periódica e estabelece normas sobre a responsabilidade dos directores, sejam estes ou não profissionais.
E prevê a instituição nos serviços centrais de informação de um registo

de profissionais, para o qual há que fixar alguns princípios.
Não pode assim estranhar-se que o Estatuto da Imprensa contenha numerosas regras sobre as referidas matérias.
Em comentário a essas regras, convém observar o seguinte, além do que ficou dito mais atrás:
- tal como resulta do disposto na Lei n.º 5/71, nem o Estatuto nem a portaria complementar exigem a prévia inscrição no registo dos profissionais da imprensa periódica. O registo faz-se logo que há conhecimento da passagem da carteira profissional ou da designação como director de um periódico: (…)
- equiparam-se aos profissionais, quanto aos direitos de acesso às fontes de informação e de sigilo profissional, aqueles que, embora sem contrato de trabalho ou tendo outra ocupação, exerçam de forma efectiva e permanente funções de direcção ou redacção em publicações de natureza jornalística. Assim se faz aplicação, sobretudo em benefício da imprensa regional, das excepções consentidas pela lei regulamentada;
- para permitir utilizar efectivamente o direito de acesso às fontes de informação, admitiu-se que os serviços centrais prestem os esclarecimentos solicitados pelos jornalistas, previu-se a designação de informadores oficiais dos Ministérios e dos restantes organismos e entidades públicas e consentiu-se o alargamento daquela actividade da Direcção-Geral da Informação, através dos seus delegados, à imprensa regional;
- por último, estabeleceu-se uma regra, que se supõe simples, para decisão judicial sobre o direito de manutenção do sigilo profissional, o que até agora não acontecia. (…)
Agora umas breves considerações sobre o capítulo que respeita ao abuso da imprensa.
Conforme resulta da Lei n.º 5/71, o tribunal competente em razão da matéria para conhecer de tais crimes é o que seria se não tivessem sido cometidos pela imprensa. Quer dizer: foi afastada a regra única da competência do tribunal plenário para julgar esses crimes.
O Estatuto veio, porém, acrescentar àquele princípio um outro que importa salientar: o tribunal territorialmente competente para julgar os crimes de imprensa, é o da área da sede da redacção quanto à imprensa periódica, o da área do estabelecimento que efectuou a reprodução, quanto à imprensa periódica e o da sede ou domicílio da entidade crimes de imprensa é o da área da sede da redacção quanto à imprensa

importada.
Exceptua-se o caso das publicações clandestinas e o dos crimes de difamação, injúria ou calúnia, para que há regras próprias. (…)
Antes de terminar a minha exposição desejava recordar que as disposições de lei penal em vigor referidas genericamente no Estatuto de Imprensa são sobretudo as que punem:
- textos ou imagens que atentam contra a integridade e independência do País;
- revelação de segredos de Estado ou quaisquer outras informações de carácter secreto;
- afirmações susceptíveis de prejudicar as relações do estado português com nações estrangeiras;
- afirmações falsas, tendenciosas ou deformadas susceptíveis de fazer perigar o bom nome, o prestígio ou o crédito do País no estrangeiro, ou causar alarme ou inquietação pública;
- ofensa a Chefes de Estado estrangeiros ou a diplomatas acreditados em Portugal;
- ofensas ou injúrias ao Chefe de Estado, membros do Governo, deputados, magistrados, outras autoridades e seus agentes, tribunais e outras corporações públicas e órgãos do Estado;
- o que tenha em vista a alteração da Constituição por meios ilegais;
- quanto incite à suspensão das actividades económicas ou à cessação do trabalho;
- o que faça a apologia ou instigue à prática de crime contra a segurança do Estado;
- o que instigue ou provoque a desobediência colectiva, tente perturbar a ordem ou tranquilidade públicas ou incite à violência ou rebelião;
- o que procure aliciar ou incitar ao não cumprimento dos deveres militares;
- difame, calunie ou injurie qualquer pessoa;
- divulgue informações abrangidas pelo segredo profissional, constitua ultraje à moral pública, tenha por fim qualquer acto de extorsão;
- ameace ou intime com o fim de coagir à prática ou omissão de qualquer acto, provoque a prática de qualquer crime ou falte ao respeito à Bandeira Nacional.
(…) O professor Marcelo Caetano firmemente disse, como a princípio referi, que, com a colaboração das direcções dos jornais, progressivamente se poderia ir reduzindo a acção do exame prévio. Acrescentou, ainda,

> que o jornal tem vasta influência que obriga quem o faz a pôr todo o cuidado na veracidade da informação e na segurança dos julgamentos emitidos. Está aí a delicadeza e importância da profissão do jornalista, que todos queremos, cada vez mais respeitada e mais dignificada.
> Essa profissão tão prestigiada, ao longo dos anos, por personalidades tão eminentes da vida portuguesa assume cada vez maior projecção e, por isso mesmo, cada vez tem maiores responsabilidades.

Mário dos Reis Príncipe deu o seu contributo a *Informação, Cultura Popular e Turismo* com uma reflexão acerca do papel da rádio no Estado Moderno. Este texto foi publicado em dois números diferentes da revista (n.º 12, 1972; e n.º 15, 1973) mas o segundo é continuação do primeiro, como o autor deixa claramente expresso.

O autor (1972, p. 9-64) começa por falar sobre a Informação em geral, caracterizando-a como um dos mais importantes sectores da vida política. Menciona que, por vezes, os governantes e os seus cidadãos apenas conseguem estar em contacto através da informação, informação que, num Estado moderno, é um factor de dinamismo social, de divulgação de cultura e um meio de educação popular.

> A Informação é um dos mais importantes sectores da vida política num Estado moderno, naquele Estado em que o Poder político tem de intervir, em consequência da crescente complexidade da vida social, do incremento de serviços, de funções, do alargamento de relações sociais e das necessidades de cada um quando elas se projectam para além do essencial, naquele Estado em que o Poder político tem de intervir "num número crescente de zonas da vida social onde é solicitado o desempenhar uma função, não de simples regulamentação legislativa e de juiz das actividades privadas, mas de instituidor e mantenedor de serviços e de polícia vigilante do bem comum"[12]
> Parece verificar-se que, numa perspectiva geral, no Estado moderno se avoluma, para além do mais, a crescente complexidade de actividades e preocupações em três grandes domínios da vida social e política: desenvolvimento, política social e saúde e informação. (…)
> Na eventualidade de nem sempre ser possível, na prática, estabelecer

[12] Marcelo Caetano, A Opinião Pública no Estado Moderno, Lisboa, 1965, p. 45.

> um contacto directo entre os governantes e seus representantes e os cidadãos, a informação constitui (e poderá constituir cada vez mais) um meio rápido e típico de realizar esse contacto. (…) Num Estado moderno, a informação é factor de dinamismo social, de divulgação da cultura e um meio, ainda insuficientemente explorado, de educação popular. Numa sociedade que busca o desenvolvimento, à informação não compete apenas uma função recreativa que ajude a preencher apenas as horas de lazer, ócio ou de repouso. (…)

Príncipe (1972, p. 9-64) prossegue, advertindo que a informação deve contribuir para a formação da opinião pública nacional e para esclarecer a opinião internacional sobre Portugal

> A informação deve, cada vez mais, na esfera interna como na externa, contribuir para a formação da imagem da Portugalidade, ajudando a formar a opinião pública nacional e esclarecendo a opinião internacional, permitindo que o português de todas as latitudes se conheça melhor a si próprio, os seus vizinhos, os problemas da sua terra, da sua região, do seu país, levando-o a pensar, despertando para o mundo os mais adormecidos, criando condições psicológicas e sociológicas de participação, de desenvolvimento e de unidade, narrando, esclarecendo, explicando. (…) A informação é, pois, um bem que se incrusta nos interesses e necessidades vitais do homem e da vida social, no seu sentido mais lato.

A necessidade de informar e de ser informado sempre foi uma necessidade do homem, conta Príncipe (1972, p. 9-64). O autor refere, também, que os progressos técnicos alcançados pelos meios de comunicação se mostraram relevantes para a cada vez maior importância assumida pela informação, que se vinha tornando um fenómeno social, chegando a todos as camadas da sociedade e possuindo um carácter cada vez mais universal.

> A necessidade de ser informado, tanto como a de informar, é inata em relação ao homem, e deriva (como também explica) do facto de ele ser um ente eminentemente social. (…)
> (…) "A informação", escreve Robert Chapuis, "constitui uma das bases essenciais da existência humana no século XX: o homem moderno tem

> necessidade de conhecer os acontecimentos políticos, sociais, mesmo anedóticos, que ocorrem no momento em que ele vive, tanto como lhe importa dar a seus filhos uma instrução suficiente" (Robert Chapuis, L'information).
> Com os progressos técnicos alcançados pela Imprensa e outros meios de comunicação, o papel da informação passou a assumir uma importância cada vez maior e a informação tornou-se um fenómeno social, não sendo apenas privilégio de uma minoria rica ou instruída, pois interessa a todas as camadas da sociedade desde que lhe seja dada uma linguagem que todos possam compreender. Assim, a informação, galgando, quer fronteiras sociais, dentro do mesmo país, quer fronteiras nacionais, no mundo inteiro, dirige-se hoje a públicos diferentes, que a não dispensam, e oferece carácter de universalidade de que não pode já desprender-se". (…)

Neste ponto do seu texto, Príncipe (1972, p. 9-64) dedica-se à análise da rádio como meio de comunicação de massa, na medida em que este órgão de informação se relaciona com um público em geral. Explica que imprensa e televisão são também meios de comunicação de massas e que também se caracterizam por fazer penetrar a informação em todas as camadas sociais.

> A Rádio, como meio de comunicação social, tem sido classificada como meio de "comunicação de massa"; numa primeira aproximação, ainda simplista, pode entender-se esta expressão como a relação entre o órgão de informação e o público em geral, a quem aquele se dirige, e que é constituído por um conjunto vasto e indefinido de pessoas, conjunto caracterizado pelo anonimato social e pela heterogeneidade cultural.
> É costume indicar-se como meios de comunicação de massa a Rádio, a Imprensa e a Televisão. Qualquer deles está dotado de grande penetração social, isto é, penetra com facilidade em todas as camadas sociais, qualquer que seja o critério da sua definição. Nenhum deles se dirige especificamente a ninguém ainda que, por vezes, se refiram a assuntos especializados com o fim de obter a certeza de contar com audiências mais ou menos certas, constituídas por ouvintes, leitores ou telespectadores dotados de causas semelhantes da necessidade de possuir a informação. (…)

Também motivo de análise são as características sociológicas da rádio, televisão e imprensa, por parte de Príncipe (1972, p. 9-64), que identifica características e funções próprias em cada um destes meios de transmissão da informação.

Para o autor, a imprensa tem mais impacto junto do público e exige dele um menor esforço psicológico, uma vez que o leitor pode seleccionar o que lê ou escolher o momento em quando o faz. No entanto, este meio de comunicação não chega onde rádio e televisão podem chegar.

Em relação às transmissões radiotelevisivas, Príncipe refere que estas são efémeras e unilaterias, sendo o maior trunfo da rádio e da televisão o controlo que conseguem ter sobre o espaço e o tempo. Informa que a rádio era (no início dos anos setenta) o meio de comunicação social que contava com um público mais numeroso mas prevê, no entanto, que, à imagem do que se passava nos Estados Unidos, esse privilégio viesse, mais tarde, a pertencer à televisão.

> Há quem pense que o incremento da Televisão acabaria por fazer diminuir a importância da Rádio, conseguindo, no entanto, a Imprensa manter a sua respeitável e intocável posição de irmã mais velha. E julga-se que isso se deveria, sobretudo, à curiosidade que o público passou a ter pela inovação que constituiu a Televisão.
> Uma análise imparcial e mais profunda ajudaria a concluir que cada uma dessas três irmãs possui, contudo, características e funções próprias.
> A Imprensa tem um impacto mais importante e duradoiro junto do público e tem a vantagem de exigir do destinatário um menor esforço dos seus mecanismos psicológicos. O leitor pode mais tarde ler com mais atenção uma notícia ou um comentário, pode efectuar uma selecção das notícias sem perder o contacto com o próprio veículo de comunicação, talvez retenha durante mais tempo a informação recebida e pode documentar a sua divulgação, quando feita por sua própria iniciativa; esta é uma das maiores vantagens da Imprensa.
> No entanto, entre a ocorrência de fenómeno social significativo, aproveitado pela Imprensa, e a sua divulgação junto do público, ocorre um período de tempo mais ou menos dilatado, por dois motivos essenciais: porque a impressão dos jornais carece de tempo e porque a Imprensa vive em estreita dependência dos transportes (terrestres, marítimos e

aéreos) para chegar às mais recônditas paragens. A Rádio e a Televisão estão presentes onde a Imprensa pode não chegar.

O progresso da Imprensa no sentido do alargamento da sua penetração em mais vastas camadas sociais depende mais do desenvolvimento cultural (dos leitores e dos jornalistas) e do progresso que se verifique ao nível das chamadas infra-estruturas regionais do que do progresso tecnológico.

Já o mesmo não se poderá dizer da Rádio e da Televisão. (…)

As emissões radiotelevisivas são efémeras enquanto que, por exemplo, no cinema ou no teatro é possível repetir sucessivamente um filme ou uma peça, de tal modo que se pode vir a conhecer a reacção do público, a sua receptividade e os efeitos e consequências dos objectivos assinalados na comunicação.

As emissões radiotelevisivas são unilaterais – característica que cada vez mais se acentua nos meios de comunicação de massa. Parece, no entanto, que a Imprensa vive menos esse problema sobretudo porque a opção que o leitor faz no acto da aquisição do jornal permite indicar uma reacção; é, porém, do consenso geral que os leitores pouco se preocupam em manifestar a sua opinião sobre o jornal, o qual, por outro lado, muitas vezes regista nas suas colunas opiniões dos seus leitores sobre factos diversos. Além disso, o direito de resposta institucionaliza-se mais rápida e eficientemente nas colunas da Imprensa. (…)

A Rádio e a Televisão, mais do que a Imprensa e as actualidades ou documentários cinematográficos, são os grandes triunfadores do espaço e do tempo, assegurando uma difusão imediata e de grande raio de acção, graças a prodigiosas conquistas da técnica. (…)

A Rádio é, por todo o lado, sem dúvida, o meio de comunicação social que conta com um público mais numeroso. O progresso técnico permitirá que a Televisão iguale sob esse aspecto a Rádio; nos Estados Unidos da América do Norte parece ser já facto consumado.[13]

Para se poder fazer uma ideia do público potencial de cada um dos três meios de comunicação de massa, em Portugal metropolitano, poderia dizer-se que a Imprensa diária, que conta com 31 publicações, tem uma tiragem anual de 260 425 000 exemplares o que dá num dia 713 500; a Televisão registou, em 1970 até 31 de Dezembro, 387 512 aparelhos receptores, tendo esse número experimentado nesse ano um acréscimo

[13] Jean Cazeneuve, Sociologie de la Radio-Télévision, PUF, Que sais-je n.º 1026, p. 31.

> de 40 000; e a Rádio, na mesma data, havia já registado 1 405 198, tendo esse número sofrido um decréscimo de cerca de 1500.[14]
> Verifica-se, assim, que a Rádio tem um público potencial cerca de duas vezes superior ao da Imprensa e cerca de três vezes e meia superior ao da Televisão.
> Mas enquanto que a Imprensa (em especial a diária que é a mais relevante como meio de comunicação de massa) dificilmente poderá superar o número indicado – que é, portanto, um potencial máximo –, a Televisão vê o seu prestígio social aumentar e se o telespectador dispusesse de outros canais ou mesmo de outras estações emissoras e se, por outro lado, a cobertura se alargasse a todo o território metropolitano, decerto que o seu público aumentaria decididamente. (…)

Na última parte do seu texto (desta primeira publicação) Príncipe (1972, p. 9-64) discorre sobre a rádio e a opinião pública. Começa por referir que a rádio era, em Portugal, um dos mais poderosos meios de difusão cultural e de informação e um elemento fundamental para a formação da opinião pública. Classifica a opinião pública como um conceito com expressão no comportamento colectivo dos cidadãos e nas relações que estes estabelecem, daí que o poder político não lhe possa ficar indiferente. Neste contexto, insere alguns problemas, como o debate de ideias ou a expressão do pensamento, que se formam, muitas vezes, por acção de grupos que procuram impor, mesmo que de forma discreta, as suas formas de pensar.

> A Rádio em Portugal teve a sua lei orgânica, aplicada à E. N., com a publicação do Decreto-Lei n.º 41 484, de 30 de Dezembro de 1957, que considerava este meio de comunicação social como um dos mais poderosos meios de difusão cultural e de informação. O § único do artigo 2.º dizia mesmo que "a E. N. é um elemento fundamental da opinião pública".
> A opinião pública é um conceito sociológico (e também psicológico) que tem expressão prática no comportamento colectivo dos cidadãos, nas relações sociais criadas no âmbito da organização política da sociedade. É, por isso, um elemento a que o poder político não pode

[14] INE, Estatísticas da Educação, 1970, cap. X.

> ser estranho. E é tanto mais sensível e palpável ou notório quanto mais complexa for a organização política ou quanto mais elevado for o grau de desenvolvimento da sociedade. (…)
> Neste contexto se inserem problemas como o debate das ideias, a expressão do pensamento e o papel dos órgãos de informação, todos inter-relacionados.
> As correntes superficiais formam-se, muitas vezes, por acção de grupos (políticos, económicos, literários ou ideológicos) que procuram impor, habilidosa e ditatorialmente, maneiras estereotipadas de pensamento.
> Por exemplo, os grupos económicos, desvendando os segredos da técnica publicitária, passaram a actuar sobre a opinião pública de acordo com as regras da "persuasão clandestina", criando e explorando reflexos condicionados que levam por vezes o consumidor a tomar atitudes independentes da vontade e da razão. (…)

O autor (1972, p. 9-64), menciona, ainda, que os meios de comunicação social efectuam a expressão do pensamento e divulgam as notícias que permitem o esclarecimento da opinião e que é através deles que os chamados grupos de interesse atingem alguns dos seus objectivos, conseguindo tal proeza pela influência da opinião que conseguem realizar.

Ao falar da liberdade de expressão, Príncipe considera-a como um bem público e, por tal, deverá ser garantida a todos os indivíduos.

> Os meios de comunicação social desempenham uma dupla tarefa: efectuam a expressão do pensamento e divulgam notícias que esclarecem a opinião.
> Os referidos grupos de interesse ou de pressão não poderão realizar os seus objectivos se não dispuserem de órgão de informação poderosos que influenciem a opinião no sentido de conquistar adeptos. Como também uma opinião mesmo maioritária terá uma vida efémera se não for divulgada através dos meios de comunicação. (…)
> A liberdade de expressão é um bem público que, como tal, exige a superintendência e fiscalização do poder político de modo a assegurar a todos a igualdade de oportunidades na sua fruição.
> Por outro lado, são os órgãos de informação que, divulgando uma opinião, contribuem para o aumento da sua vigência.

> A Imprensa tem uma larga experiência nesta matéria.
> É já velha a discussão acerca de "imprensa de opinião" por contraste com a "imprensa de informação". A questão não chega tanto a pôr-se em relação à Rádio e à Televisão na medida em que se acentuou a convicção geral de que os cidadãos pretendem que os meios de comunicação de massa os informem objectivamente, narrando os acontecimentos, não aceitando que os outros pensem em seu nome. (…)

Diferenciando a informação e a propaganda, Príncipe (1972, p. 9-64) diz que o acto de informar se caracteriza pela narração dos acontecimentos, e que esta deve ser o mais autêntica, objectiva e parcial possível, e que a propaganda é, genericamente, a comunicação de ideias com intenção de influenciar o destinatário.

> Há uma nítida diferença entre a informação e propaganda.
> O acto de informar caracteriza-se pela narração ou relato dos acontecimentos e deve ser efectuado com autenticidade e objectividade, isto é: descrevendo o mais fielmente possível a realidade de modo que entre os elementos descritivos e os elementos factuais exista uma coincidência tão aproximada quanto possível; e narrando sem que a óptica pessoal do repórter, jornalista ou noticiarista, afecte o verdadeiro significado do acontecimento.
> A parcialidade traduz-se numa selecção de elementos da notícia, ou até, o que é mais importante, numa selecção de notícias praticada de tal modo que algumas não sejam divulgadas por decisão premeditada e voluntária de quem está investido da função divulgadora das notícias.
> A ordenação das notícias pode estar sujeita também à parcialidade e subjectividade de quem a elabora. O critério de ordenação pode condicionar a vigência da notícia e contribuir para uma interpretação afastada da realidade dos factos. (…)
> De um ponto de vista geral, a propaganda é a comunicação de ideias feita com a intenção de influenciar o destinatário, o auditor. Sob este aspecto, a entidade que faz a propaganda tanto pode ser o agente da autoridade, como o padre, o pai ou simplesmente um indivíduo quando conversa com outro. (…)
> A principal característica da propaganda é a interpretação, o esclarecimento, a contribuição para a aquisição de um conhecimento que

> ficaria incompleto ou deformado sem um comentário ou uma análise crítica que, em vez de alienar o homem, o faça pensar, lhe proporcione o enquadramento no grupo social e lhe suscite o desejo de participação activa e consciente. [15] (…)
> Do ponto de vista de formação e esclarecimento da opinião pública, ponto de vista esse que é político, em sentido lato, os sectores da programação mais relevantes são sem dúvida:
> - os informativos (noticiários, crónicas, reportagens);
> - os comentários, directamente relacionados com os informativos;
> - literários, culturais e científicos.

Mário dos Reis Príncipe, na edição n.º 15 de *Informação, Cultura Popular e Turismo*, continua a sua reflexão sobre a rádio no Estado moderno. Chegando a este ponto, o autor (1973, p. 9-77) acha por bem reconhecer que a informação é um bem público ao serviço do homem e que, por essa razão, pode dizer-se que visa o bem comum. Afirma, também, que a informação é, mais que um direito, é mesmo uma necessidade, pelas mais variadas razões e cita vários autores para corroborar as suas ideias.

> (…) É, pois, fundamental reconhecer que a informação é um bem público ao serviço do homem e nesse sentido visa o bem comum que tem por conceito nuclear o interesse comum, da sociedade, o qual se deve sobrepor aos interesses egoístas e sectários de quem procura condicionar o homem, tentando colocá-lo num plano diverso do da Moral e do Direito.
> A informação, mais do que um direito, é uma necessidade. "Os seres humanos procuram informar-se, saber o que se passa, estar ao corrente dos acontecimentos, por muitas razões; já o dissemos. Destas, porém, é justo destacar, por predominantes, as seguintes: a curiosidade, a segurança, o interesse, a oposição política, a adesão ideológica, a defesa, a evasão, o desejo de saber, o poder falar, etc., etc.".
> "Assim, procura-se, efectivamente, saber que há, que se diz, que se passa por curiosidade. Trata-se de um motivo eterno e inerente à condição de seres que, como o homem, vivem em sociedade. Essa curiosidade pode,

[15] Cf. Andrea Devoto, A Tirania Psicológica, Arcádia.

> todavia, ser natural, sobressaltada, preocupada, científica e até mórbida". [16]
> O homem procura, pelo referido motivo eterno, a informação, necessita dela, vive-a e alimenta-se espiritualmente dela: ele situa-se, portanto, no cerne da problemática da informação. (…)
> A satisfação da necessidade de possuir a informação desencadeia um processo social, uma relação social típica, de tal modo que "ao direito de informar e de defender livremente ideias ou emitir opiniões (…) deverá corresponder o direito da colectividade a ser bem informada e a viver em paz".
> "O direito a obter e a transmitir a informação (…) terá por sua vez de respeitar outros direitos igualmente dignos de protecção: a honra, as relações familiares e profissionais, a intimidade da vida privada".[17]
> A necessidade de possuir a informação explica o direito a ser informado; e este justifica o direito a informar. Mas é do consenso geral que a atribuição, a defesa ou o respeito pelos direitos, entendidos como faculdades conferidas, implica a imposição de obrigações: e este mecanismo, que caracteriza a relação jurídica, tipifica também a relação política e a relação social. (…)

De seguida, Príncipe (1973, p. 9-77) centra-se na informação radiofónica para dizer que esta, seja em forma de "arte", de "ciência", de "técnica", de "doutrina", de "política" tem limites. E esses limites são a Moral e o Direito, sendo fixados pela Política e aplicando-se o mesmo aos outros meios de comunicação de massa. O Homem, esse é o ponto fulcral de todo este processo e é por ele e para ele que a informação deve trabalhar.

> A informação radiofónica, quer como arte (a elaboração e transmissão dos programas reveste-se sempre de uma preocupação estilística, socorre-se de uma habilidade mais ou menos natural dos indivíduos que a promovem e apoia-se em preocupações estéticas), quer como ciência (o conteúdo de certos programas culturais pode não só dar origem a um acto de investigação e estudo como encerra em si mesmo características

[16] José Júlio Gonçalves, Sociologia da Informação, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa, 1963, p. 26.

[17] Actas da Câmara Corporativa, n.º 73, 17 de Junho de 1971, Parecer n.º 27/X, Lei de Imprensa, p. 804.

> próprias de uma actividade que busque a verdade das coisas), quer como técnica (aquele conteúdo pode ter um fim utilitário imediato em relação à vida prática), quer como doutrina (o mesmo conteúdo pode explicitar um conselho acerca de determinado modo de pensar e actuar, ou pode explicitar elementos incluídos numa interpretação da vida e do mundo histórico), quer como política (o conteúdo pode traduzir dados fornecidos por um programa social e político global em relação à sociedade, a ele convindo que os cidadãos, em reforço de coesão nacional, actuem de determinado modo), a informação radiofónica – entendida como toda a comunicação emitida – tem, necessariamente, como limites a Moral e o Direito.
> E é a Política, no sentido teórico, que fixa esses limites. (…)
> O mesmo se pode dizer para os restantes meios de comunicação de massa.
> O homem é o ponto fulcral de toda a vida social e política e a informação deve trabalhar para ele e por ele. (…)

Ao falar do caso da Emissora Nacional (E.N.), o autor (1973, p. 9-77) refere que esta mostra uma missão humanista através do seu regime jurídico, mas que aquilo que mais a caracteriza é a própria programação, onde se inserem conteúdos específicos para determinados sectores da população. E alarga a situação a outras emissoras.

> O regime jurídico da E. N. deixa antever a sua missão humanista mas aquilo que mais a caracteriza é a sua própria programação que, em vez de seguir um critério uniforme, elabora programas específicos, cujo conteúdo permite concluir que se destinam a determinados sectores da população. E o mesmo se passa com as restantes estações radiofónicas e meios de comunicação de massa. (…)

Segundo Príncipe (1973, p. 9-77), também a Igreja tem dedicado alguma atenção aos meios de comunicação de massa. Diz o autor que no *Decreto sobre os Meios de Comunicação Social* se falava, entre outras coisas, na necessidade de informar os utilizadores destes meios de comunicação acerca da sua função e do seu próprio funcionamento, para que façam deles um uso digno e útil. É reconhecida a importância da informação e da opinião pública, daí que estas devam circular de forma

recta, justa e em forma de verdade. O decreto possui, ainda, um ponto onde se aconselha como os técnicos de informação devem ser preparados para a boa execução da sua função e onde se apela à instauração de institutos e faculdades onde os jornalistas possam ser formados.

> Também a Igreja tem dedicado especial atenção a esta matéria desde o Concílio Ecuménico Vaticano II. Cito dois documentos fundamentais: o Decreto sobre os Meios de Comunicação Social e a Carta Apostólica de Paulo VI ao Presidente do Conselho dos Leigos e da Comissão "Justiça e Paz", no 80.º Aniversário da Encíclica Rerum Novarum.
> Diz-se no primeiro daqueles documentos:
> "5. É necessário, sobretudo, que todos os interessados na utilização destes meios de comunicação se formem em consciência recta acerca de tal uso, em especial pelo que se refere a algumas questões acremente debatidas nos nossos dias.
> A primeira questão refere-se à chamada informação, à obtenção e divulgação das notícias. É evidente que tal informação, em virtude do moderno progresso da sociedade humana e dos vínculos mais estreitos entre os seus membros, resulta muito útil e, na maioria das vezes, necessária, pois o intercâmbio público e pontual de notícias sobre acontecimentos e coisas facilita aos homens um conhecimento mais amplo e contínuo da actualidade, de modo que possam contribuir eficazmente para o bem comum e maior progresso de toda a sociedade humana. (…)
> 7. Por outro lado, a narração, descrição e representação do mal moral pode, sem dúvida, com o auxílio dos meios de comunicação social, servir para conhecer e descobrir melhor o homem e para fazer que melhor resplandeça e se exalte a verdade e o bem, mediante oportunos e aperfeiçoados efeitos dramáticos; todavia, para que não se produzam maior dano que utilidade às almas, hão-de acomodar-se plenamente às leis morais, sobretudo se se trata de coisas que merecem o máximo respeito ou que incitam mais facilmente o homem, marcado pela culpa original, a desejos depravados.
> 8. Visto que a opinião pública exerce um poderoso influxo e em todas as ordens da vida social, pública e privada, é necessário que todos os membros da sociedade cumpram os seus deveres de justiça e de caridade também nesta matéria e, portanto, que também, com o auxílio destas meios, se procure formar e divulgar uma recta opinião pública.
> 9. Deveres peculiares competem a todos os destinatários da informação:

> leitores, espectadores e ouvintes que, por pessoal e livre escolha, recebem as informações difundidas por estes meios de comunicação. (…)
> Assim, pois, para que os destinatários da informação cumpram a lei moral, devem cuidar de informar-se oportunamente sobre os juízos ou critérios das autoridades competentes nesta matéria e segui-los segundo as normas de uma recta consciência. (…)
> 11. Um principalíssimo dever moral incumbe, quanto ao bom uso dos meios de comunicação social, aos jornalistas, escritores, actores, produtores, realizadores, exibidores, distribuidores, directores e vendedores, críticos e, além destes, a todos quantos intervêm na realização e difusão das comunicações." (…)
> E ainda quanto aos técnicos da informação:
> "Em primeiro lugar, devem ser instruídos os leigos na arte, doutrina e costumes, multiplicando o número de escolas, faculdades e institutos, onde os jornalistas, guionistas cinematográficas, radiofónicos, de televisão e demais interessados possam adquirir uma formação íntegra, penetrada de espírito cristão, sobretudo da doutrina social da Igreja. (…) Por último, hão-de preparar-se cuidadosamente críticos literários, cinematográficos, radiofónicos, da televisão e outros meios que dominam perfeitamente a sua profissão, preparados e estimulados para emitir juízos nos quais a razão moral apareça na sua verdadeira luz".

Num outro documento da Igreja Católica, a *Carta Apostólica de Paulo VI ao Presidente do Conselho dos Leigos e da Comissão "Justiça e Paz"*, dedica-se um capítulo aos meios de comunicação social. Entre outras coisas, referem-se as mudanças que se vivem na sociedade e a crescente importância que os meios de comunicação social têm vindo a assumir, representando quase que como um novo poder. Assim, o documento reconhece que aqueles que detêm este poder devem saber orientá-lo de forma responsável e consciente. E diz também que aquele que emite a informação, faça parte de um organismo privado ou público, deve haver honestidade de acção e de pensamento.

> O outro notável documento, a Carta Apostólica, dedica um capítulo aos meios de comunicação social (…):
> "20. Entre as mudanças maiores do nosso tempo, nós não queremos deixar de salientar a importância crescente que assumem os meios de

> comunicação social e o seu influxo na transformação das mentalidades, dos conhecimentos, das organizações e da própria sociedade. (…)
> Entretanto, estes mesmos meios de comunicação social, pela sua própria acção, chegam a representar como que um novo poder. E como não interrogar-se, então, sobre os detentores reais de tal poder, sobre as finalidades que eles intentam, sobre os meios que eles adoptam e, enfim, sobre a repercussão da sua mesma acção, quanto ao exercício das liberdades individuais, tanto no domínio político e ideológico, como na vida social, económica e cultural. Os homens que detêm este poder carregam uma grave responsabilidade moral, pelo que respeita à verdade das informações que devem difundir, pelo que respeita às necessidades e reacções que eles suscitam e, ainda, pelo que respeita aos valores que eles propõem.
> Mais ainda: com a Televisão é um modo original de conhecimento e uma nova civilização que se esboça – a da imagem.
> Naturalmente os poderes públicos não podem ignorar a potência crescente e influência dos meios de comunicação social, bem como as vantagens e riscos que o seu uso comporta para a comunidade civil e, ainda, o seu desenvolvimento e real aperfeiçoamento. (…)
> Não poderá haver uma "boa informação", isto é, uma informação que corresponda àquilo que dela se espera, o que provém de um interesse, de uma manifestação espiritual, sem que ao nível de cada um dos elementos se verifique a honestidade de pensamento e actuação.
> Este problema põe-se sobretudo ao nível da emissão, quer dependa do Estado, de um órgão de informação ou de um jornalista.
> O estado, de resto, está, necessariamente, a um nível diferente pois ele é sempre o promotor e o defensor do bem-comum e quanto à informação também lhe compete velar, através de um conjunto de leis orientadoras, pela boa informação, evitando a má informação, aquela que tem em vista enganar, condicionar ou alienar o homem e a sociedade. E quando possua órgãos próprios de informação ele será sempre o primeiro a dar o exemplo de como se deve bem informar, de como se pode fazer propaganda honesta e edificante e de como se deve combater as técnicas de persuasão clandestina ou de tirania psicológica tantas vezes usadas sem disso nos apercebermos. (…)

O documento religioso, citado por Príncipe (1973, p. 9-77), aborda,

ainda, o ponto de vista sociológico neste processo de desenvolvimento que a sociedade e os meios de comunicação atravessam. Refere-se que estes meios constituem um poderoso instrumento de aproximação, compreensão, esclarecimento e conhecimento, e que a informação é importantíssima para elevar o nível cultural e educacional do homem e para o aproximar de outros homens e lugares. Ao terminar, fala de cada meio de comunicação de forma individual, referindo as suas principais características e salientando os seus principais prós e contras.

> Do ponto de vista sociológico, o desenvolvimento desencadeia, sem dúvida, um vasto conjunto de relações sociais e a comunicação social passa a constituir um poderoso instrumento de aproximação, de compreensão, de esclarecimento e de conhecimento.
> Qual a importância da comunicação social? Há quem diga que um país ou uma região é subdesenvolvida porque não tem intercâmbio social e cultural. (…)
> A par da educação, a informação, através dos poderosos meios de comunicação de massa (rádio, TV, imprensa) e também de outros meios de comunicação social, a informação tem um papel capital a desempenhar não só contribuindo para elevar o seu nível cultural, despertando nele o gosto por ser informado, como também informando-o rápida e objectivamente acerca dos problemas da sua terra, do modo de conjugar os seus esforços com os dos vizinhos e do meio de participar, na medida em que souber e for capaz, no estudo e na solução dos problemas típicos da sua terra, da sua região.
> A informação é um modo, talvez o mais barato, eficiente e rápido, de despertar para o mundo o homem que viva em recônditas paragens.
> Claro que primeiro é preciso preparar os meios de comunicação de massa para essa imensa tarefa, mas sem ela não será possível obter um desenvolvimento regional no qual participem activamente os cidadãos da região. (…)
> A comunicação social, permitindo conhecer outras coisas, outros homens e outras terras, leva o cidadão a pensar e esse é o ponto de partida para que ele adquira interesse pelos seus próprios problemas. (…)
> Aos meios de comunicação social está reservada, nesta matéria, uma missão inestimável. Desde a comunicação face a face aos meios de comunicação de massa, todos os veículos de comunicação têm o seu

papel a desempenhar, e quanto mais coordenado, activo, sério e objectivo ele for, maiores serão as possibilidades sociológicas de realizar com êxito a tarefa do desenvolvimento.

Comecemos pela imprensa.

A imprensa de massa, tal como a considerei, em face das suas próprias características, tende a preocupar-se com problemas gerais e verifica-se que os assuntos de âmbito regional são tratados em colunas expressamente elaboradas para o efeito. De resto, este tipo de imprensa nem sempre chega às mais recônditas paragens e a curiosidade que desperta nos leitores das comunidades regionais é sobretudo baseada na necessidade de se estar informado do que acontece em geral no mundo.

Só os correspondentes locais, e em certos casos especiais de reportagens efectuadas por enviados especiais, podem dar uma noção real de alguns problemas típicos das comunidades regionais. (…)

Quanto à televisão, sabemos já como ela reúne condições potenciais que podem ser consideradas excelentes; haja em vista as características da sua programação que é sobretudo cultural, educativa e informativa, e, ainda, a noção exacta do concreto e real e as suas relações estreitas com a realidade da sociedade, observada pelo som e pela imagem.

Essas circunstâncias, aliadas ao entusiasmo do público pela recente e cativante novidade que a televisão constitui, podem transformar, num futuro não muito longínquo, este meio de comunicação num poderoso auxiliar do desenvolvimento regional e de solidariedade entre os homens.

No entanto, entre nós, a televisão não atingiu ainda um estádio de desenvolvimento satisfatório para desempenhar razoavelmente a sua missão de apoio ao desenvolvimento das várias parcelas ou regiões que compõem o Todo nacional: quer porque, mesmo só na metrópole continental, a cobertura do território é ainda modesta quer também porque a sua programação (concentrada em dois canais) não parece ainda convenientemente estruturada para esse fim.

No que diz respeito à rádio, só por si ou conjuntamente com a televisão (o que constituiria uma aliança poderosa), as suas potencialidades são na verdade consideráveis.

A rádio pode, de um ponto de vista de estratégia política, classificar-se como rádio nacional e rádio local; de um ponto de vista de natureza ou de objectivo de exploração, pode também classificar-se em rádio oficial e rádio comercial. (…)

Ora, a E. N. é uma estação emissora que reúne, sem dúvida, excelentes

> condições, quer como rádio nacional, quer como local, para apoiar o esforço colectivo de desenvolvimento. E aos emissores regionais, entendidos como rádio local, pode competir uma decisiva tarefa de revitalização das comunidades locais."

José Júlio Gonçalves (1973, p. 7-32), num texto intitulado "A comunicação social nas sociedades em processo de mudança acelerada" volta a um assunto já abordado mas nunca esgotado, como o próprio título indica. O autor começa por explicar a origem do conceito de massas, origem esta que não reúne consenso mas que o autor localiza na época das lutas ideológicas dos grupos políticos europeus, anteriores à Revolução francesa. Expõe, também, que o uso que se dá ao termo, na época em que vive, é no sentido de referir a sociedade moderna resultante do liberalismo e o estilo de vida a essa época associado, a tal sociedade de massas.

> Há quem faça remontar o conceito de massas a Platão, mas o uso generalizado dos termos massa e massas verificou-se só a partir das lutas ideológicas de grupos políticos europeus imediatamente anteriores à Revolução Francesa, não havendo acordo entre os vários autores que daquelas palavras se servem como valores operatórios a respeito de uma definição universalmente válida. Por nós, (…), utilizamo-los para referir a sociedade moderna resultante do Liberalismo e o estilo de vida que, como "subproduto social e cultural do processo de urbanização e de industrialização", caracteriza a sociedade contemporânea[18], a despeito de uma tal noção ser um tanto fluida, e, quiçá, ambígua.
>
> Da sociedade liberal individualista caminhou-se, como dissemos, através de um processo de mudança taxado frequentemente de revolução social e resultante da industrialização, para as modernas sociedades de massas. Este processo de massificação ganhou, porém, maior vigor, com o urbanismo e a corrida das gentes do campo às cidades (em busca de trabalho menos árduo e melhor remunerado, à procura de comodidades, instrução, prestígio, evidência, anonimato, oportunidade e até diversões). (…)

[18] BRAMSON, Leon – O Conteúdo Político da Sociologia. Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura. 1961. 165/1/p. (p.48).

Gonçalves (1973, p. 7-32) continua o seu discorro, lembrando que as sociedades de massas, da década de setenta, vivem grandes transformações, transformações que acabaram por causar repercussões, nomeadamente, nos meios de informação.

Falando da televisão, da rádio, da imprensa e do cinema, o autor refere que todos os meios sofreram algumas mudanças e, tirando a imprensa que conheceu uma fase artesanal até chegar a uma fase industrial, todos os outros meios conheceram, apenas, a fase industrial.

> Vivemos em nossos dias, numa sociedade de massas em transformação acelerada e é da projecção dos meios de informação no estilo de vida dessa sociedade que passamos a ocupar-nos mais concretamente. (…) Ora, é a informação de destinatário impreciso, a informação para toda a gente, o papel da informação comunitária nas sociedades de massas que importa correlacionar com o processo de mudança.
>
> Pelo que toca aos meios que veiculam a informação comunitária são aqueles humanos e técnicos. E – deixando de lado o livro como meio clássico de comunicação especializada ou comunitária – tais meios englobam a Imprensa, a TSF, a TV e o Cinema. A primeira passou, através de uma longa metamorfose, de artesanal a industrial e os meios audiovisuais, esses, com excepção do cinema, conhecerem praticamente só a última fase, por muito recentes e devido ao espectacular desenvolvimento tecnológico e à cedência de quadros treinados nas lides do jornalismo.

Os meios de informação podem ser assimilados por alguns processos, diz Gonçalves (1973, p. 7-32), tais como a Informação, a Propaganda e a Publicidade. Dá o exemplo do ciclo de uma notícia para explicar o caminho que a Informação percorre até chegar ao destinatário e para lembrar que esta pode sofrer distorções, involuntárias ou não, com o qual é necessário ter cuidado uma vez que, ao chegar ao seu destino, a notícia vai ser usada pelo público como elemento para formar a sua opinião e, por conseguinte, para se formar a opinião pública (a Propaganda e a Publicidade, quando circulam, também interferem nesta formação da opinião pública).

> Em relação aos processos a que estes meios de informação podem ser assimilados, importa referir pelo menos, a Informação, a Propaganda e a Publicidade, em que a base da comunicação compreende uma fonte – a codificação – a transmissão – a descodificação – e o destino.
> Quanto aos efeitos no destino, portanto sobre os destinatários da informação, da propaganda ou da publicidade podem eles ser das mais diversas naturezas.
> Tomemos o exemplo de uma notícia, isto é, do relato de determinado acontecimento (que não o acontecimento em si mesmo). Percorre ela um ciclo que compreende as fases de recolha, verificação, elaboração, circulação, percepção-recepção, retenção vigência e morte. Nestas fases do seu ciclo, a notícia está sempre sujeita à selecção, isto é, a sofrer desvios voluntários ou involuntários, incluindo distorções, recorrendo a artifícios de paginação, de localização e de outras naturezas.
> O impacto destas notícias, como de outras formas de expressão e comunicação, sobre a audiência, conduz à formação da opinião, à idealização da imagem dos povos, a uma tomada de atitude. Não é, porém, generalizado o acolhimento da informação por parte dos que visa atingir. (…)
> Não é, por outro lado, pequeno o grupo dos que vêem e gostam, lêem, compreendem, compreendem e gostam, acreditam, não esquecem e se convencem. E é precisamente sobre este grupo heterogéneo que actua a informação propriamente dita, e bem assim, as duas outras formas especiais de informação: a Propaganda Política e a Publicidade, com vista a formar ou modificar a opinião, a motivar o desejo, a gerar atitudes nas elites e nas massas. (…)

José Júlio Gonçalves (1973, p. 7-32), informa, também, como se devem proteger as populações da informação, propaganda ou publicidade indesejada ou inconveniente, numa sociedade em que estes processos têm cada vez mais força e cada vez mais meios pelos quais se podem propagar. Recorda algumas melhorias nas condições de vida, tais como o aumento da alfabetização entre as populações ou a maior eficiência profissional dos jornalistas, que permitem uma escolha mais acertada daquilo que se consome de entre o que é oferecido nos meios de comunicação social, e menciona algumas das contribuições positivas ofertadas por esses mesmos órgãos, nomeadamente no domínio da

política da informação e formação da opinião pública, da política de ensino, da revelação de valores sociais, etc.

> E como se protegem as populações da informação, propaganda ou publicidade que não desejam receber ou julgam inconveniente ante um continuado aumento do poder de penetração e os esforços para alargamento do mercado e da simples audiência? A origem da comunicação humana perde-se na noite dos tempos e por isso a sociedade dispõe de mecanismos vários que lhe permitem resistir à penetração do que julga ser prejudicial ainda que frequentemente benéfico. (…)
> E como o homem contemporâneo, mercê do progresso tecnológico, do aumento da alfabetização, da melhoria das condições de vida, e da eficiência profissional dos jornalistas, dispõe de muito mais informação e propaganda que os seus antepassados e também tem interesses a proteger em vários planos, propondo-se por vezes estimular o funcionamento normal dos mecanismos do controlo social espontâneo e informal, e também, não raro, dispõe-se a condicionar a liberdade de comunicação, inserindo, nos canais desta, dispositivos de controlo formal, com vista a – segundo uma das justificações mais correntes – proteger as massas de eventual intoxicação.
> Isto tem importância porque os meios de informação comunitária são os mais eficientes animadores da mudança nas sociedades de massas e, como é sabido, o processo de mudança acelera-se ou retarda-se também em função do maior ou menor controlo social a que está sujeito. (…)
> Contribuições positivas dos órgãos de comunicação social no tocante ao processo de mudança em que participamos são, além de outras, as dadas nos domínios da política de informação e formação da opinião pública, da política de ensino, do desenvolvimento político, da correcção da imagem nacional, da revelação de valores sociais, da aceleração do ritmo de mudança, etc. (…)

Por último, Gonçalves (1973, p. 7-32) faz uma referência positiva ao facto de os órgãos de Informação, face às transformações que se operam na sociedade, terem-nas conseguido acompanhar, procurando navegar ao sabor da sua maré.

Termina, aludindo ao papel da Informação comunitária e da Informação colectiva ou especializada, que contribuiu para o aparecimento de

revistas, onde se incluíam temas privilegiados pelas culturas de massas, e faz uma referência ao papel dos meios de comunicação na atenuação das diferenças sociais, geográficas, culturais, etc.

> Falando agora numa ordem mais geral, quanto às atitudes mais correntes dos órgãos de Informação face às transformações sociais que a tecnologia – e outros factores já referidos – subitamente impulsionaram, podemos dizer, que dando-se conta do seu tempo, aqueles, tal, como os peixes têm nadado com a corrente e não contra ela, porque isso seria absurdo.
> Interessante é também o papel da Informação comunitária e da Informação colectiva ou especializada como veículos de ideias positivas importadas dos grandes centros produtores e exportadores de Cultura. Foi esta abertura para as realidades que proporcionou, à custa do sacrifício de algumas páginas ou de certas programações, o aparecimento, por exemplo entre nós, de magazines em que se incluem temas privilegiados da cultura de massas, contribuindo ainda aqui para o processo de mudança. (…)
> É também fundamental, como sublinhamos de passagem, o papel dos meios de Informação comunitária – especialmente nas áreas urbanas e suburbanas – no tocante à selecção de "leaders" e outros valores intelectuais, científicos, artísticos, morais, etc. (…)
> Convém ainda relembrar o papel da Imprensa, da Rádio e da TV na atenuação das diferenças entre os dessincronizados ritmos de mudança da fortuna e da miséria, da cidade e do campo, das gerações jovens e velhas. E isto porque, aproximando a fortuna da miséria, o livro e o jornal prolongam o pensamento, a TSF prolonga a palavra e o Cinema e a Televisão prolongam os olhos da humanidade ansiosa de progresso, mas inquieta com o futuro.

José Marques de Melo, numa contribuição para a revista do Gabinete Técnico da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, abordou o tema dos periódicos semanais ilustrados. O autor (1973, p. 47-64) começa por lamentar a falta de investigação sobre a imprensa não-diária, nomeadamente nos países iberoamericanos, e a tendência das escolas de jornalismo desse países de formarem, essencialmente, profissionais para trabalharem na imprensa diária, relegando para segundo plano qualquer outro tipo de publicações. Por este motivo, o autor propõe-se investigar

o estado do jornalismo semanal ilustrado, uma forma de publicação não-diária, tendo como objectivo principal comparar o jornalismo semanal ilustrado de vários países, através da análise de quatro revistas (*Paris Match* – França; *L'Éuropeo* – Itália; *Stern* – Alemanha; *Life* – Estados Unidos), tendo como ponto de referência a realidade brasileira e a revista *Manchete*.

> Los estudios de Periodismo Comparado se orientan, generalmente, hacia el campo de los diarios.
> Se comprende, hasta cierto punto, tal tendencia, dada la significación social que posee el periodismo diario en la situación actual de desarrollo de la sociedad industrial. Lo que no se justifica es la casi ausencia de investigaciones sobre el periodismo no-cotidiano, sobre todo en las entidades universitarias. Quizá ese fenómeno constituya el reflejo de una orientación pedagógica tradicionalista en el área instrumental (con énfasis en los países iberoamericanos), pues las Escuelas de Periodismo siguen formando profesionales volcados técnicamente hacia las actividades de los periódicos diarios, ignorando las revistas, y, por tanto, los profundos cambios de las informaciones de actualidad en esta fase de "exposición de las comunicaciones". (…)
> Esta investigación – que abarca especialmente al periodismo semanal ilustrado – representa así una toma de posición frente a ese panorama y tiene la intención de contribuir a la sistematización de una metodología adecuada al estudio de los vehículos impresos no-diarios.
> El objetivo principal de este trabajo es el de comparar el periodismo semanal ilustrado de varios países, tomando como punto de referencia la realidad brasileña. Por esto se hizo una selección a cuatro revistas extranjeras: tres europeas – *Paris Match* (francesa), *L'Europeo* (italiana), *Stern* (alemana) – e una norte americana (*Life*), para campararias con una revista del Brasil cuya preferencia recayó sobre *Manchete*. (…)

Marques de Melo (1973, p. 47-64) explica que a revista ilustrada, como meio de comunicação colectivo, abarcava três categorias de mensagens, a própria informação jornalística, a publicidade e o entretenimento, estando esta divisão relacionada com as funções básicas dos meios de comunicação de difusão colectiva: informação, persuasão e passatempo. Nas revistas que o autor analisou, as matérias de informação jornalística

ocupam mais de dois terços do espaço. Por sua vez, o entretenimento é a categoria que ocupa menos extensão nas revistas analisadas. A publicidade, que ocupa um espaço razoável, varia, no que à localização diz respeito, conclui o autor.

> La revista ilustrada, como canal de comunicación colectiva, abarca normalmente tres categorías de mensajes: información periodística, publicidad, y entretenimiento. Esta división corresponde, en líneas generales, a las funciones básicas de los vehículos de difusión colectiva: información, persuasión y pasatiempo.
> En las cinco revistas semanales investigadas las materias de información periodística ocupan más de 2/3 de la superficie impresa. Sólo *Stern* escapa a esa generalización, pues el espacio que dedica a la publicidad (46 por 100) es casi idéntico al que ocupan los mensajes de información periodística (47 por 100).
> *L'Europeo* es la revista que dedica menos espacio a la publicidad (16 por 100).
> En lo que se refiere al entretenimiento, que ocupa proporción reducida de espacio impreso en cada revista, encontramos mayor participación cuantitativa en *Stern* (7 por 100) y *Paris Match* (6 por 100), siendo nula su inserción en *Life*. (…)
> Considerando específicamente los mensajes de publicidad, según la localización en las páginas de las revistas, verificaremos algunas variaciones a partir de los centros focales. La tendencia es la canalización de los anuncios hacia los centros focales de izquierda (páginas pares), lo que significa una valoración espacial de las materias de información periodística. (…)

Outra conclusão a que o autor (1973, p. 47-64) chegou, mostra que os assuntos sobre política, religião e problemas sociais são os que conseguem um lugar mais destacado e com maior número de páginas nas revistas investigadas. Os chamados assuntos femininos (família, crianças, moda e culinária) também ocupam um espaço considerável nestas publicações. Uma das revistas afasta-se da tendência geral e dedica mais espaço a assuntos relacionados com os meios de comunicação colectiva.

> La tendencia dominante en el conjunto de las revistas estudiadas es la

> de atribuir lugar destacado a los asuntos política, religión, problemas sociales. A primera vista, tal comprobación desvinculada de un contexto más general, podría determinar a las revistas semanales ilustradas una orientación "masculina", con vistas principalmente a un público de ese género. Sin embargo, esa impresión inicial (válida por la incidencia cuantitativa) se neutraliza cuando observamos la presencia de asuntos "femeninos", lo que muestra una orientación masculina-femenina.
> A los asuntos específicamente "femeninos" (familia, niños, moda, culinaria), todas las revistas dedican algún espacio. (…)
> *Paris Match* es la única revista que no respeta la generalización inicial. En ella los temas predominantes son los relacionados con los medios de comunicación colectiva (prensa, radio, TV, Cine y también arte, literatura), que ocupan más de 1/3 da la superficie impresa o cerca de la mitad del espacio de las "informaciones periodísticas". (…)
> En contraposición a esa característica significativa de *Paris Match*, la revista *Life* se presenta casi desprovida de informaciones periodísticas sobre las actividades de los medios de comunicación o de las artes y literatura. Su contenido se distribuye básicamente entre tres categorías: "Política, Religión, Problemas Sociales" (37 por 100); "Animales, plantas, paisajes" (17 por 100) y "Familia, niños, moda, culinaria (12 por 100). (…)
> *L'Europeo* y *Stern* presentan una cierta identidad de contenido, valorando los asuntos relacionados com "Política, religión, problemas sociales", "Ciencias y técnicas", "Prensa, radio, TV e cine". Sin embargo, *L'Europeo* dispone de mayor amplitud, pues trata de un mayor número de áreas de lo cotidiano. (…)

Relativamente à inserção de imagens nestas revistas, Marques de Melo (1973, p. 47-64) conclui que o homem é aquele que surge em mais imagens e fotografias, ocupando mais de 50% do espaço, em todas as publicações analisadas. Este homem é normalmente um ser famoso, uma personalidade. Mas também há imagens de homens anónimos. Esta inserção de "vedetas" e "desconhecidos" permite, nas palavras do autor, uma interacção entre o real e o irreal.

> Considerando la importancia de la imagen en las revistas semanales, juzgamos significativo un estudio especial de las fotografías que ilustran

> los mensajes de información periodística. Se trata, por tanto, de un análisis de contenido de fotografías como recursos fundamentales del periodismo interpretativo.
> Elaboramos, como categorías para análisis, un esquema constituido de la forma siguiente: naturaleza (paisajes), seres vivos (animales e hombres) y objetos o seres inanimados (máquinas).
> Los hombres representan, indiscutiblemente, el principal tema de las fotografías estudiadas; ocupan más del 50 por 100 del total del espacio fotográfico, alcanzando índices elevados, como en *Paris Match* (93 por 100), *L'Europeo* (86 por 100) y *Manchete* (84 por 100). (…)
> El hombre que constituye tema de las revistas ilustradas es el hombre individualizado, personificado, apareciendo siempre aisladamente o en grupos. (…)
> Efectivamente, son las personalidades, en el sentido de "vedettes" o "olimpianos" – en la designación de Edgar Morin – que dominan casi totalmente las fotografías analizadas. Personas destacadas en los varios grupos sociales y profesionales, y que, por la posición que desempeñan en la vida real, se tornan objeto de atracción pública. (…)
> Si, por un lado, todas las revistas pretenden divulgar imágenes "olimpianas", ofreciendo al público lector satisfacciones sustitutivas desde el punto de vista proyectivo, por otro se preocupan en presentar fotografías de personas comunes (anónimas, desconocidas del gran público). Generalmente, esas personas comunes se tornan polos de atracción periodística en función de aspectos singulares o sensacionales que poseen en un determinado momento. (…)
> La publicación concomitante de las fotografías de los "olimpianos" y "desconocidos" en las revistas ilustradas, permitiendo una inter-acción entre real y irreal, atiende a una necesidad de liberación síquica del público lector, a través de los mecanismos de proyección e identificación.

Na última parte da sua investigação, Marques de Melo (1973, p. 47-64) falou da parte gráfica das revistas, informando que, por norma, todas elas obedeciam à estrutura habitual de apresentar texto, ilustrações/imagens e espaço em branco (onde se inserem os títulos). Nas cinco revistas analisadas por Melo, a composição gráfica é bastante homogénea com as ilustrações a surgirem de forma maioritária. As fotografias constituem a maior parte das imagens, enquanto que os desenhos e os gráficos têm uma

presença diminuta. Todas elas podem ser coloridas ou a preto e branco.

> El estudio morfológico de las cinco revistas se llevó a cabo en dos etapas aisladas: 1) presentación gráfica, y 2) uso de colores.
> En la primera etapa se hizo la medición del espacio impreso tomando como unidad el centímetro cuadrado; en la segunda etapa se uso la página. (…)
> Desde el punto de vista gráfico, una revista presenta tres recursos para la codificación de mensajes: el texto, las ilustraciones y el espacio-en-blanco (en el cual se colocan los títulos). Este último elemento, más valorado en los últimos tiempos (los del impacto de la TV), se destina principalmente a ejercer atracción visual motivando al lector en el proceso selectivo de las informaciones disponibles en el vehículo y facilitando la legibilidad del texto.
> Las cinco revistas investigadas presentan una composición gráfica prácticamente homogénea, con el predominio mayoritario de las ilustraciones en el conjunto de la superficie impresa. (…)
> Clasificando las ilustraciones verificamos que la gran mayoría está constituida por fotografías. Los dibujos y gráficos, como recursos auxiliares para explicación y la interpretación de los hechos noticiados, tiene poca utilización, principalmente en *Manchete* (1 por 100). (…)
> Como recurso intermediario entre el blanco y negro y el colorido (combinación total de los colores básicos), las revistas ilustradas suelen usar también el blanco y negro y otro color (por ejemplo: blanco y negro y azul). Ese "otro color" contrasta, como el negro, con el blanco del papel, y tiene la función de destacar (ejerciendo atracción visual) algunos elementos de la composición gráfica: título, letrero, símbolo, marca, etc. O es usada como fondo (ocupando toda la página o gran parte de la superficie) en el sentido de realizar el texto.
> Una observación interesante relacionada con el uso de "otro color" además del blanco y negro, está en el equilibrio térmico mantenido por todas las revistas. (…)
> De un modo general, no se observa una relación directa entre la publicidad y uso de colores en las revistas semanales ilustradas.

Na revista *Informação, Cultura Popular e Turismo*, do Gabinete Técnico da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, foram ainda

publicados outros textos que tinham como tema central o jornalismo. Em conjunto com os textos analisados neste trabalho, constituem uma amostra daquilo que certos indivíduos, de alguma forma relacionados com o mundo da comunicação, e em particular com o mundo do jornalismo, pensaram sobre esse mundo, sobre as suas transformações e sobre o seu futuro. Reflectiram sobre alguns aspectos da profissão de jornalista, sobre os meios de comunicação, em geral, sobre outros, em particular, e sobre todo um conjunto de temas jornalísticos que haviam vivido, até ao momento, de certa forma, sem qualquer tipo de estudo ou investigação. Daí a importância que os diversos artigos sobre jornalismo publicados em *Informação, Cultura Popular e Turismo* tiveram, quer no sentido de dar oportunidade de se analisarem e investigarem, com algum grau de cientificidade, estes assuntos, e têm, uma vez que ao estudar o passado estamos a compreender melhor o presente.

Considerações finais

Lendo-se e/ou relendo-se os textos sobre jornalismo, publicados na revista *Informação, Cultura Popular e Turismo*, do Gabinete Técnico da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, que veio a lume entre 1970 e 1973, percebe-se que os principais temas acerca dos quais versavam estes artigos eram: a Informação e a sua importância na década de setenta, bem como o modo como esta era transmitida, por quem, a quem se destinava; os meios de comunicação social ou meios de comunicação de massas, sua evolução e sua utilidade, suas vantagens e desvantagens; o modo como a sociedade, que se encontrava em mudança, se interligava com estes meios; as transformações ocorridas no panorama jornalístico, essencialmente na década de setenta; a opinião pública, sua formação e sua relevância; o jornalismo e os jornalistas no período do marcelismo, em Portugal e além-fronteiras.

É possível, também, compreender que o discurso adoptado pelo Gabinete Técnico da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, nomeadamente na revista em análise, é predominantemente informativo e moderado, com pretensão de esclarecimento, justificação e, porventura, orientação.

Como primeira consideração final, pode afirmar-se que os autores, que colaboraram na revista com a publicação de artigos cuja temática geral era o jornalismo, se preocuparam em reflectir sobre os meios de comunicação social, com especial destaque para aqueles que tinham mais impacto e público, à data a imprensa e a rádio, mas sem esquecer os que emergiam, como a televisão, ou os que, para alguns, se afastavam um pouco do mundo jornalístico, como é o caso do cinema.

Percebe-se o papel importante que quer a rádio, quer a imprensa desempenhavam na formação da opinião pública e percebe-se, também, que se considerava que estes meios de comunicação influenciavam comportamentos, atitudes e hábitos. Vários autores consideraram-nos como factor de unidade nacional e como tendo uma estrutura sócio-psicológica, na medida em que estabeleciam uma relação com o Homem que ia muito além do transmitir-receber informação.

A rádio era considerada um importante meio para transmitir não só informação, mas também cultura, por exemplo, e receava-se que pudesse vir a alterar a sua estrutura devido ao previsto crescimento da televisão. O papel da rádio no Estado moderno era considerado de extrema relevância e a este meio eram atribuídas características como, por exemplo, humanista.

Por sua vez, a imprensa escrita, dona de uma história mais vasta e possuindo uma situação mais firme no panorama informacional, sendo mesmo considerada o quarto-poder, é motivo de investigação devido ao crescimento dos outros meios de comunicação, uma vez que se conjecturam formas de todos os meios existirem e singrarem, e, também, porque se publicaram estudos onde se revelavam as tiragens, o perfil dos leitores e suas preferências temáticas, o que possibilita uma análise tanto ao meio de comunicação como ao seu público. A imprensa não periódica, como é o caso da revista semanal ilustrada, por exemplo, motivaram reflexão por parte de alguns autores, que aproveitaram para lamentar a falta de investigação, em Portugal, sobre este tipo de publicações. Também se falou sobre as agências noticiosas, que cresciam por todo o lado, e comentava-se que os jornalistas que actuavam nestas agências, tinham mais trabalho que um jornalista de redacção. E, embora sendo a revista propriedade de um organismo estatal, por uma ou outra vez,

questionou-se a censura contra a imprensa e a actuação da censura prévia e clamou-se pela liberdade de expressão de pensamento e de opinião.

Ainda que em menor escala, a televisão e o cinema também estiveram em discussão na revista publicado pelo Gabinete Técnico da Secretaria de Estado da Informação e Turismo. Defendia-se que no cinema também havia informação, a informação cinematográfica, daí que não se devesse esquecer este meio quando se falasse no assunto.

Esta reflexão motivava-se e exigia-se, uma vez que estes meios eram de extrema importância na difusão da Informação que, por sua vez, assumia um papel cada dia mais fundamental na sociedade, sendo considerada um direito do Homem. Assim, em *Informação, Cultura Popular e Turismo*, reflectiu-se sobre a Informação, nos anos setenta, e da ética que esta devia seguir para preservar valores fundamentais, como, por exemplo, o valor da verdade na transmissão dos factos. O carácter social da Informação também foi estudado, bem como a sua influência na vida do ser humano.

Tendo *Informação, Cultura Popular e Turismo* em consideração, é correcto afirmar-se que a história do jornalismo esteve, constantemente, presente no discorro dos autores que escreveram sobre assuntos do foro da Informação. A história dos diferentes meios de comunicação social foi abordada, e o seu futuro foi discutido, como prova da preocupação que motivavam naqueles que reflectiam sobre o jornalismo. A Informação e os meios de comunicação fora de Portugal também serviram de tema de pesquisa para alguns dos artigos da revista, sendo alguns deles da autoria de conceituados autores estrangeiros. Na revista discorreu-se, ainda, sobre os jornalistas, a sua história e o seu valor na sociedade de então, procurando elevar-se e dignificar-se a profissão, que tinha enorme contribuição na comunicação entre os seres humanos e que ajudava a que estes se mantivessem informados e que pudessem informar.

Uma outra conclusão a que é possível chegar prende-se com a opinião pública e o crescente interesse que este conceito vinha adquirindo na sociedade. A formação da opinião pública, as suas possíveis deformações, influências ou manipulações, a forma como se exprimia e as suas funções foram alguns dos temas que interessaram os autores. Defendia-se o direito de cada indivíduo ter a sua opinião e

de contribuir para a formação da opinião pública, desde que estivesse suficientemente informado, e essa informação fosse responsável, de modo a não influenciar os outros de forma enganosa ou fraudulenta.

No que respeita à contribuição dos autores que contribuíram para a revista *Informação, Cultura Popular e Turismo* e da própria revista para a construção do Pensamento Jornalístico Português, pode dizer-se que eles se preocuparam em dar respostas a algumas questões que ainda se colocavam relativamente à conceptualização da profissão: De onde surgiu o jornalismo e como é que a história o conduziu aos dias de hoje (anos setenta)? O que se deve fazer para melhor compreender a profissão jornalista? Quais os meios de que se dispõe para fazer circular a Informação e como é que os jornalistas os devem usar? Qual o caminho a percorrer de modo a que o jornalismo e os jornalistas acompanhem as transformações que ocorrem na sociedade? As respostas ou as explicações a estas e outras questões relevantes para o imaginário e para a identidade profissionais nem sempre foram concordes, mas foram, normalmente, pertinentes. Sobretudo, elas dão uma panorâmica do que se pensava, nos primeiros anos da década de setenta do século passado, sobre a sua profissão jornalista e sobre o jornalismo. Portanto, como última consideração final, é possível aceitar a hipótese colocada na introdução, pois *Informação, Cultura Popular e Turismo* abordou e discutiu aqueles que, de acordo com Sousa (coord.) *et al.* (2010), são os temas estruturantes do Pensamento Jornalístico Português anterior a 1974: conjuntura jornalística e vida profissional; história do jornalismo; e teoria do jornalismo em geral.

Referências bibliográficas

BAPTISTA, Moreira. Opinião pública e meios de comunicação social. **Informação, Cultura popular e Turismo**, n.º 6, 1971, p. 7-15).

CABRERA, Ana. Os jornalistas no Marcelismo: Dinâmicas sociais e reivindicativas. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Do chumbo à era digital. 13 Leituras do jornalismo em Portugal.** Lisboa, Livros Horizonte, 2010, pp. 71-84.

CAETANO, Marcello. Opinião Pública. **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 3, 1970, p. 189-196.

CARDOSO, Geraldes. A Imprensa e a Informação. **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 7, 1971, p. 7-8, 10-15, 17-18 e 20.

CASTRO, Oliveira e. Informação. **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 10, 1972, p. 7-24.

CASTRO, Oliveira e. Mosaico dos "Mass Media". **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 1, 1970, p. 67-82.

CASTRO, Oliveira e. Processos da Comunicação IV – Opinião Pública. **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 11, 1972, p. 7-25.

CASTRO, Oliveira e. III – Meios de difusão. **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 11, 1972, p. 27-59.

D' ASSUMPÇÃO, Beckert. Meios de comunicação de massa e futurologia. **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 8, 1971, p. 11-25.

D'ASSUMPÇÃO, Beckert. Para uma axiologia da rádio. **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 2, 1970, p. 33-49.

FARIA, Dutra. Agências de Informação. **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 1, 1970, p.18-23.

FRANCO, Graça. **A Censura à Imprensa (1820-1974)**. Lisboa, IN-CM, 1993.

GABINETE TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO, Aspectos sociais da informação, **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 1, 1970, p. 235-241.

GABINETE TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO. Estatuto da Imprensa, **Informação Cultura Popular e Turismo**, n.º 11, 1972, p. 197-210.

GONÇALVES, José Júlio. A comunicação social nas sociedades em processo de mudança acelerada, **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 13, 1973, p. 7-32.

LECHNER, José. O Boato. **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 5, 1971, p. 9-17.

MARQUES, Correia. A imprensa diária. **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 3, 1970, p. 13-15 e 23-28.

MARQUES DE MELO, José. Periodismo semanal ilustrado, **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 13, 1973, p. 47-64.

PINA, Luís de. Cinema e Informação. **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 2, 1970, p- 51-64.

PRÍNCIPE, Mário dos Reis. O papel da rádio no Estado Moderno. **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 12, 1972, p. 9-64.

PRÍNCIPE, Mário dos Reis. O papel da rádio no Estado Moderno (continuação). **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 15, 1973, p. 9-77.

RAMOS, Rui (coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **História de Portugal**. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

ROSAS, Fernando. O Estado Novo (1926-1974). *In*: MATTOSO, José. **História de Portugal**. Sétimo volume. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

ROGEIRO, Clemente. A rádio como factor de unidade nacional. **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 7, 1971, p. 21-52.

SEARA, Luís Gonzalez. Los efectos de los médios de massas y la opinión pública. **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 5, 1971, p. 19-46.

SOBREIRA, Rosa Maria. O ensino do jornalismo e a profissionalização dos jornalistas em Portugal (1933-1974). *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Do chumbo à era digital. 13 Leituras do jornalismo em Portugal**. Lisboa, Livros Horizonte, 2010, pp. 17-36.

SOBREIRA, Rosa Maria. **Os Jornalistas Portugueses 1933-1974. Uma profissão em construção.** Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. *In*: SOUSA, Jorge Pedro (Org.). **Jornalismo: História, teoria e metodologia da pesquisa**. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008, pp. 93-118.

SOUSA, Jorge Pedro (coord.) *et al***. O pensamento jornalístico português: Das Origens a Abril de 1974**. 2 volumes. Covilhã, Livros LabCom, 2010.

VALADÃO, Ramiro. Generalidades sobre a Informação. **Informação, Cultura Popular e Turismo**, n.º 1, 1970, p. 9-14.

Apêndice

Os artigos sobre comunicação (onde se incluem os artigos sobre jornalismo) inseridos na revista em análise foram os que se encontram descritos na tabela 6.

Tabela 6

N.º1 – Janeiro a Abril - 1970 Título: Generalidades sobre a informação. Autor: Ramiro Valadão – Inspector superior da Secretaria de Estado da Informação e Turismo e presidente do Conselho de Administração da RTP. N.º de página: 7 a 16
N.º1 – Janeiro a Abril - 1970 Título: Agências de Informação Autor: Dutra Faria – Jornalista. Director executivo da ANI. Autor de muitos artigos, comunicações e estudos sobre materiais relacionados com a informação. N.º de página: 17 a 38
N.º1 – Janeiro a Abril - 1970 Título: Mosaico dos "Mass Média" Autor: Oliveira e Castro – Tem vários artigos e estudos publicados, principalmente sobre questões ultramarinas. É diplomado pelo Instituto Balmes de Sociologia de Madrid e membro do Instituto Internacional de Civilizações Diferentes e do Centro Europeu de Documentação e Informação. N.º de página: 67 a 82
N.º1 – Janeiro a Abril - 1970 Título: Auditório nacional de televisão Autor: estudo promovido pela RTP (Radiotelevisão Portuguesa) N.º de página: 85 a 203
N.º1 – Janeiro a Abril - 1970 Título: Aspectos sociais da informação Autor: Texto integral da Conferência proferida pelo Secretário de Estado da Informação e Turismo, a 15 de Maio de 1969 e do Colóquio que se lhe seguiu, no Instituto de Altos Estudos Militares. N.º de página: 235 a 255
N.º1 – Janeiro a Abril - 1970 Título: L'église, l'état et l'information Autor: Roger Lovey – Advogado e sociólogo suíço. N.º de página: 285 a 298

N.º 2 – Maio a Julho - 1970 Título: Para uma axiologia da rádio Autor: Beckert D'Assumpção – Licenciado em História e Filosofia, romancista e ensaísta (trabalhos sobre Filosofia, Psicologia e Informação). Funcionário superior da Emissora Nacional de Radiodifusão. N.º de página: 33 a 49
N.º 2 – Maio a Julho - 1970 Título: Cinema e Informação Autor: Luís de Pina – Crítico e ensaísta cinematográfico. Director da revista *Filme* (1959-1964). Chefe da 2.ª Repartição do Instituto de Meios Audio-visuais de Educação (I. M. A. V. E.). N.º de página: 51 a 64
N.º 2 – Maio a Julho - 1970 Título: "Marketing" e publicidade Autor: Jorge Tavares Rodrigues – Jornalista. Director-Geral da Agência Latina. Professor da cadeira de Publicidade e Relações Públicas da Escola Superior de Organização Científica de Trabalho (E. S. O. C. T.). Secretário-Geral do Conselho Territorial Português da International Advertising Association. Presidente da Assembleia Geral do Clube Português dos Publicitários. N.º de página: 65 a 103
N.º 2 – Maio a Julho - 1970 Título: Auditório nacional de televisão (continuação) Autor: Estudo promovido pela RTP (Radiotelevisão Portuguesa) N.º de página: 131 a 234
N.º 3 – Agosto a Outubro - 1970 Título: A imprensa diária Autor: Correia Marques – Jornalista dos mais antigos e consagrados na imprensa portuguesa. Comentador internacional e director de *A Voz* desde 1946, onde criou as secções de noticiário internacional, literária "Bazar das Letras, das Ciências e das Artes", e infantil. 80 Anos consagrados à causa da defesa dos mais altos interesses nacionais, através da palavra escrita e falada. N.º de página: 13 a 28
N.º 3 – Agosto a Outubro - 1970 Título: Processo de comunicação Autor: Oliveira e Castro N.º de página: 29 a 49

N.º 3 – Agosto a Outubro - 1970 Título: Programas religiosos na televisão Autor: Padre Moreira das Neves – Curso teológico do Seminário do Porto. Chefe da redacção do jornal *Novidades* e director do seu suplemento literário "Letras e Artes". Poeta, orador e ensaísta, com vasta obra publicada. Colaborador de vários jornais e revistas e da Emissora Nacional. Membro do Conselho de Programas da Radiotelevisão Portuguesa e da Comissão de Literatura e Espectáculos para menores. N.º de página: 69 a 76
N.º 3 – Agosto a Outubro - 1970 Título: Opinião Pública Autor: Marcelo Caetano N.º de página: 189 a 196
N.º 4 – Outubro a Dezembro - 1970 Título: Relações Públicas na Administração Autor: Pereira Monteiro e Fialho Ponce – Pereira Monteiro é licenciado em Ciências Sociais e Política Ultramarina. Inspector do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar. Colaborador em vários jornais e revistas. Fialho Ponce é licenciado em Ciências Sociais e Política Ultramarina. Inspector do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar. N.º de página: 7 a 36
N.º 4 – Outubro a Dezembro - 1970 Título: Linguagem – instrumento de comunicação Autor: Nuno de Miranda – Escritor ligado aos movimentos estéticos e literários da metrópole e do ultramar. Tendo-se formado em Históricas e Filosóficas, desenvolve uma grande actividade na Imprensa, Rádio e Televisão, tendo sido ainda, congressista em reuniões internacionais no País e no estrangeiro. N.º de página: 63 a 87
N.º 4 – Outubro a Dezembro - 1970 Título: Mosaico dos "Mass Média" (II) Autor: Oliveira e Castro N.º de página: 91 a 105
N.º 4 – Outubro a Dezembro - 1970 Título: Organismos internacionais relacionados com a imprensa Autor: Listagem feita na base do documento publicado no n.º 7 da Revista *Estudios de Información*, Madrid, Julho a Setembro de 1968. N.º de página: 109 a 119

N.º 4 – Outubro a Dezembro - 1970 Título: Programas de televisão Autor: estudo de audiência elaborado pela "SERTE", por encomenda da Administração da RTP relativo ao ano de 1970. N.º de página: 121 a 226
N.º 4 – Outubro a Dezembro - 1970 Título: Partage du quatrième pouvoir Autor: Francis Dumont – Sociólogo francês. Director e fundador do Instituto de Relações Públicas de Paris. N.º de página: 241 a 250
N.º 4 – Outubro a Dezembro - 1970 Título: Lei do Cinema Autor: Presidência do Conselho, 20 de Janeiro de 1970 – Marcelo Caetano N.º de página: 253 a 266
N.º5 – Janeiro a Março - 1971 Título: O boato – Também está no Pensamento Jornalístico Autor: José Lechner – Diplomado pela Escola Superior de Jornalismo de Lille: diplomado 83.º ciclo, pelo Instituto Francês de Imprensa da Universidade de Paris; chefe do Departamento de Ciências e Técnicas de Informação da S.I.N.A.S.E. (Sociedade de Investigação Aplicada ao Serviço da Empresa). N.º de página: 9 a 17
N.º5 – Janeiro a Março - 1971 Título: Los efectos de los médios de masas y la opinion pública Autor: Luís Gonzalez Seara – Doutor em Ciências Políticas. Professor de Teoria da Opinião Pública na Escola Oficial de Periodismo de Madrid. Professor-adjunto de Sociologia na Faculdade de Ciências Políticas e Económicas de Madrid. É membro da "International Association for Mass Communication Research" foi secretário-geral do Instituto de Estudos Políticos, do qual é membro, e director do Instituto da Opinião Pública. N.º de página: 19 a 46
N.º5 – Janeiro a Março - 1971 Título: Mosaico dos "Mass Media" (III) – Audiência dos meios de difusão em Portugal. Autor: Oliveira e Castro N.º de página: 105 a 133

N.º5 – Janeiro a Março - 1971 Título: Relação das instituições internacionais que se dedicam à investigação da informação Autor: Lista elaborada pela UNESCO e publicada no n.º 9 da revista *Estudios de Información* N.º de página: 137 a 159
N.º5 – Janeiro a Março - 1971 Título: Proposta da lei da imprensa Autor: Ministério da Justiça, 2 de Dezembro de 1970 – Ministro da Justiça, Mário Júlio Brito de Almeida Costa. N.º de página: 195 a 205
N.º 6 – Abril a Junho – 1971 Título: Opinião pública e meios de comunicação social Autor: Moreira Baptista – O texto traz uma nota como sendo um "aproveitamento do texto da conferência proferida pelo Secretário de Estado da Informação e Turismo no Instituto de Altos Estudos Militares, em 23 de Abril de 1971. N.º de página: 7 a 15
N.º 6 – Abril a Junho – 1971 Título: Auditório nacional de televisão Autor: António Bivar – Licenciado em Económicas e Financeiras. Chefe da Divisão das Relações Exteriores da RTP. N.º de página: 105 a 114
N.º 6 – Abril a Junho – 1971 Título: Conferência de imprensa – é o que o poder diz Autor: Extractos retirados de uma conferência de imprensa realizada no SEIT, a 1 de Abril de 1971, pelo director-geral da Informação sobre a política de informação praticada no país e o papel dos meios de comunicação social na projecção da imagem de Portugal no estrangeiro. N.º de página: 131 a 150
N.º 7 – Agosto a Outubro - 1971 Título: A imprensa e a informação Autor: Geraldes Cardoso – Director-Geral da Informação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo. N.º de página: 7 a 20
N.º 7 – Agosto a Outubro - 1971 Título: A rádio factor de unidade nacional Autor: Clemente Rogeiro – Presidente da Direcção da Emissora Nacional de Radiodifusão. N.º de página: 21 a 52

N.º 7 – Agosto a Outubro - 1971 Título: Problemática da televisão Autor: Ramiro Valadão – Inspector Superior da Secretaria de Estado da Informação e Turismo e Presidente do Conselho de Administração da RTP. N.º de página: 53 a 62
N.º 8 – Outubro a Dezembro - 1971 Título: Meios de comunicação de massa e futurologia - PJ Autor: Beckert d'Assumpção – Licenciado em História e Filosofia, romancista e ensaísta (trabalhos sobre filosofia, psicologia e informação). Funcionário superior da Emissora Nacional de Radiodifusão. N.º de página: 11 a 25
N.º 8 – Outubro a Dezembro - 1971 Título: Mosaico dos "Mass Media" (IV) – A era das videocassetes Autor: Oliveira e Castro N.º de página: 103 a 125
N.º 8 – Outubro a Dezembro - 1971 Título: Comunicação Autor: Adelina Odete – Assistente Social, com o curso de serviço social do Instituto Superior de Serviço Social. É chefe do Departamento de Serviço Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e superintendente dos Serviços de Acção Social da União das Freguesias do Concelho de Lisboa. N.º de página: 127 a 132
N.º 8 – Outubro a Dezembro - 1971 Título: Lei de Imprensa N.º de página: 183 a 266
N.º 9 – Janeiro a Março - 1972 Título: Panorama de la publicidad ante el mercado común europeo Autor: Clemente Ferrer Rosello – Técnico de publicidade; lucário para realizar estudos da matéria na área do Mercado Comum; Professor da Escola de publicidade de Madrid tendo desempenhado diversos cargos como executivo de publicidade em várias empresas privadas e entidades públicas. N.º de página: 9 a 21
N.º10 – Abril a Junho - 1972 Título: Informação Autor: Oliveira e Castro N.º de página: 7 a 24

N.º10 – Abril a Junho - 1972 Título: *L'Express* – Entrevista com Marshall Mcluan Autor: *L'Express* N.º 10 N.º de página: 179 a 190
N.º10 – Abril a Junho - 1972 Título: Estatuto da Imprensa N.º de página: 193 a 214
N.º11 – Agosto a Outubro - 1972 Título: Processo da Comunicação IV – Opinião Pública Autor: Oliveira e Castro N.º de página: 7 a 25
N.º11 – Agosto a Outubro - 1972 Título: III – Meios de difusão Autor: Oliveira e Castro N.º de página: 27 a 59
N.º11 – Agosto a Outubro - 1972 Título: Estatuto da Imprensa Autor: Texto da comunicação feita pelo secretário de Estado da Informação e Turismo N.º de página: 197 a 210
N.º11 – Agosto a Outubro - 1972 Título: Regulamento dos Serviços de Registo da Imprensa N.º de página: 213 a 221
N.º12 – Outubro a Dezembro - 1972 Título: O papel da rádio no Estado moderno - PJ Autor: Mário dos Reis Príncipe – Formado em Ciências Sociais e Política Ultramarina, secretário do Ministro do Interior. Membro do Gabinete de Estudos de Programas da Emissora Nacional, director da Rádio Universidade, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais. N.º de página: 9 a 64
N.º 13 – Janeiro a Março - 1973 Título: A comunicação social nas sociedades em processo de mudança acelerada Autor: José Júlio Gonçalves – Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e de Política Ultramarina onde rege as cadeiras de Introdução à Sociologia, Sociologia da Informação e Estrutura Social; Professor de Sociologia Geral no Instituto Superior de Meios de Comunicação Social. N.º de página: 7 a 32

N.º 13 – Janeiro a Março - 1973 Título: Propaganda e contrapropaganda Autor: Vera Maria Fernandes – Licenciada em Ciências Sociais e Política Ultramarina. Investigadora de temas da Sociologia da Comunicação. N.º de página: 35 a 46
N.º 13 – Janeiro a Março - 1973 Título: Periodismo semanal ilustrado Autor: José Marques de Melo – Professor do Departamento de Jornalismo e Editorialismo da Escola de Comunicações e artes da Universidade de São Paulo. N.º de página: 47 a 64
N.º 14 – Abril a Junho - 1973 Título: Para uma regionalização da rádio Autor: João Carlos Beckert d'Assumpção e Amador Marini Castanheira – Engenheiro radiotécnico. Chefe da Divisão de emissores da Emissora Nacional de Radiodifusão. N.º de página: 9 a 57
N.º 15 – Agosto a Outubro - 1973 Título: O papel da rádio no Estado moderno (continuação) - PJ Autor: Mário dos Reis Príncipe N.º de página: 9 a 77

CAPÍTULO 5

Os Boletins da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses e do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa como fonte para os estudos jornalísticos[1]

Patrícia Teixeira[2] e Liliana Mesquita Machado[3]

A fundação da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, em 1880, marcou o início do associativismo jornalístico, em Portugal. Apesar de, ao fim de meia dúzia de anos, esta Associação ter perecido, ela influenciou o panorama jornalístico português e contribuiu para a história do mesmo. O *Boletim* que publicou, em 1884, é fonte para os estudos na área do jornalismo e um excelente meio de se conhecer o mundo jornalístico do último quartel do século XIX.

O Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, criado em 1924, como resultado da reforma dos Estatutos da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, foi a primeira organização

[1] Pesquisa produzida no âmbito do projecto Teorização do Jornalismo em Portugal: Das Origens a Abril de 1974, referência PTDC/CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP-010124-FEDER-009078, apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) e com co-financiamento da União Europeia através do QREN, programa COMPETE, fundos FEDER.

[2] Mestre em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa. Doutoranda em Jornalismo na Universidade Fernando Pessoa. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

[3] Mestre em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa. Doutoranda em Jornalismo na Universidade Fernando Pessoa. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

que, no campo do associativismo jornalístico, adoptou a denominação de sindicato. Também publicou um *Boletim*, do qual se conhecem dois números, um saído em 1926 e outro em 1927. Ambos são fonte para os estudos jornalísticos em Portugal e para o conhecimento sobre uma época determinante para o jornalismo luso.

Este trabalho tem, assim, por objecto o *discurso metajornalístico* do *Boletim* da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses e do *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, entendido como discurso auto-referencial sobre o jornalismo feito por jornalistas, numa publicação cujo público-alvo era, também ele, constituído por jornalistas.

O objectivo geral desta pesquisa é, então, descrever a forma e os conteúdos do *Boletim* da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses (1884) e do *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa (1926-2927), prestando especial atenção ao enquadramento discursivo dado ao jornalismo e ao exercício da actividade jornalística e detectando quais os elementos informativos relevantes que possam servir de fonte aos Estudos Jornalísticos em Portugal, durante o último quartel do século XIX e primeiro quartel do século XX.

Ou seja, pretende apurar-se *do que fala* e *como fala* o *Boletim* da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses e o *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa daquilo de que fala, e em especial *do que fala* e *como fala* quando o assunto é o jornalismo. A hipótese a testar é a de que o *Boletim* da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses e o *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, ao atentar nos problemas e dilemas dos jornalistas e do jornalismo em Portugal, no último quartel do século XIX e no primeiro quartel do século XX contribuíram para os Estudos Jornalísticos portugueses e foram fonte privilegiada para o entendimento da história dos jornalistas em Portugal.

Ao longo da pesquisa, tentou responder-se às seguintes perguntas de investigação:

> 1) Quais os temas abordados pelo *Boletim* da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses e pelo *Boletim* do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa?

2) Quais os temas específicos do discurso metajornalístico do *Boletim* da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses e do *Boletim* do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa?
3) Quais os enquadramentos sugeridos pelo *Boletim* da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses e pelo *Boletim* do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa no seu discurso metajornalístico? Ou seja, como olharam os redactores do *Boletim* da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses e do *Boletim* do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa para o jornalismo?

Para dar resposta a essas perguntas de investigação, recorreu-se à análise qualitativa do discurso do *Boletim* da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses e do *Boletim* do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa. A apuração de dados qualitativos sobre o discurso do *Boletim* da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses e do *Boletim* do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa restringiu-se à inventariação, anotação e descrição dos principais enquadramentos discursivamente sugeridos para o jornalismo e à tentativa de clarificação das intenções dos respectivos enunciadores. Lendo-se o periódico em causa, procuraram determinar-se e registar-se exemplos dos principais enquadramentos sugeridos para esses assuntos, atentando-se nos dispositivos de enunciação usados para o efeito.

1. O panorama jornalístico no último quartel do século XIX e no primeiro quartel do século XX

O cenário jornalístico da segunda metade do século XIX, nomeadamente, das últimas décadas, foi marcado pelo advento da fase industrial da imprensa em paralelo com a profissionalização do jornalismo (FIDALGO, 2008; FRANCO, 1993; SOUSA, 2008, 2010; TENGARRINHA, 1989).

Fidalgo (2008, p. 86) adianta que, até à primeira década do século XX, "se assiste à constituição do jornalismo como profissão, embora com algumas "características particulares e ambiguidades persistentes", que, no entanto, não impediram que os jornalistas mostrassem grande

empenho em se afirmarem enquanto grupo profissional. O autor acrescenta que esta autonomização e valorização dos jornalistas vai ajudar a "definir e modelar o jornalismo moderno, tornando-o em ofício autónomo, valorizado e reconhecido (…)"

Tengarrinha (1989, p. 229) corrobora que, de facto, a modificação da situação do jornalista foi fruto do processo de industrialização da imprensa:

> Já não exercendo simultaneamente as funções de proprietário e redactor, nem se identificando necessariamente com o que escreve, assiste-se à alienação do jornalista em face do jornal como um dos fenómenos mais significativos da imprensa moderna. (…) Agora, (…) é apenas o operário de uma mercadoria que é necessário vender o mais possível e com a qual não está ligado nem pelas ideias nem pelos interesses, pois não participa nos lucros e recebe um salário fixo que lhe permite viver exclusivamente desta actividade.

Fidalgo (2008, p. 96-97) ressalva que estas mudanças na situação do jornalista português vão ajudar a que se comece a forjar uma consciência colectiva da própria profissão, tendo sido o associativismo (que, por esta altura, dava os primeiros passos) um dos factores que contribuiu para tal.

A mudança no contexto jornalístico é marcada, segundo Fidalgo (2008, p. 86), por vários factores: factores políticos (a implementação da democracia e uma maior liberdade de expressão), factores económicos e tecnológicos (o processo da industrialização, a melhoria das comunicações – com o aparecimento do telégrafo eléctrico, que permitiu a transmissão de informação em tempo real – e dos transportes – que permitiram uma mais rápida circulação de mercadorias e pessoas), factores culturais (alargamento da instrução; desenvolvimento do consumo cultural), factores sociais (desenvolvimento dos núcleos urbanos; expansão da classe média) e factores laborais (maior capacidade reivindicativa dos trabalhadores; progresso dos instrumentos de contratação colectiva).

Valente (1998, p. 17) alude, de forma similar, a progressos técnicos e económicos relacionados com a imprensa periódica, para justificar o seu crescimento: "o aumento da capacidade de produção nacional de papel, [e] o recurso a máquinas de impressão cilíndricas, rotativas, facultando

maiores tiragens."

O autor refere, ainda, que, em conjunto com a expansão da mentalidade liberal e dos progressos da instrução pública, "as transformações económicas e sociais, nomeadamente os meios de comunicação sob o impulso do fontismo, ajudam a compreender a passagem a uma nova fase da imprensa e a um novo tipo de jornalismo." (VALENTE, 1998, p. 17)

Ainda nesta época, nota-se um outro fenómeno no jornalismo, o aparecimento do jornalismo popular: uma imprensa de massas com jornais de baixo custo, que permitiu o aumento do número de publicações (FIDALGO, 2008, p. 86; FRANCO, 1993, p. 32). Em Portugal, o fenómeno começa a dar os primeiros passos em 1865[4], com o surgimento no mercado do *Diário de Notícias*, ao preço de 10 réis, enquanto que os outros jornais se vendiam por 40 réis (FIDALGO, 2008, p.94). Diz o autor, sobre o novo jornal:

> (…) Não era só o preço que marcava o carácter inovador e diferente do novo periódico, era, por assim dizer, também o seu projecto empresarial e editorial, que passava pela vontade de fazer um jornal popular, escrito num estilo fácil, essencialmente noticioso e sem os propósitos político-partidários que costumavam caracterizar a generalidade dos títulos da época. (FIDALGO, 2008, p. 94)

Sousa (2008, p. 43) explica que o aparecimento desta imprensa noticiosa de massas fez com que o jornalismo retomasse as suas origens "simultaneamente noticiosas, quanto ao perfil editorial, e empresariais, quanto ao objectivo primordial das publicações – o lucro." O autor acrescenta que este novo jornal se diferenciava não só pelos conteúdos e pelo preço, mas também pelo estilo (que era claro, conciso, preciso e simples), pela forma, nomeadamente no aspecto (paginação a quatro colunas), e pela dimensão (já semelhante aos actuais tablóides) (SOUSA, 2008, p. 102)

Após a aparição do *Diário de Notícias*, a intenção comercial e a ambição informativa da imprensa alastraram-se, como o prova a fundação de vários outros jornais dentro da mesma linha noticiosa (SOUSA, 2008, p. 103).

[4] O primeiro número do *Diário de Notícias* surgiu a 29 de Dezembro de 1964 (número de apresentação).

Todas estas mudanças no panorama jornalístico vão proporcionar o surgimento de um novo público consumidor de jornais e, consequentemente, uma nova vaga de jornalistas, necessária para preencher novos formatos criados pelo recente jornal popular. O próprio periódico assume um cariz mais noticioso que opinativo, como já foi referido, optando por um registo mais objectivo e distanciado, de modo a poder agradar ao auditório mais alargado que se ia formando (FIDALGO, 2008, p. 94-95; TENGARRINHA, 1989, p. 215 e 218). Valente (1998, p. 17) corrobora a ideia, acrescentando que "o desenvolvimento da imprensa operária também reflecte uma realidade em que (…) crescem a ritmo apreciável os potenciais leitores dos periódicos em geral."

Sousa (2010, p. 31 e 33-34) acrescenta que, também nesta altura, o trabalho nas redacções se altera. Estas passam a ter mais jornalistas e mais jornalistas profissionais, (dois quais se destaca a figura do repórter, que adquire visibilidade), a dividir o trabalho das redacções e a estabelecer hierarquias profissionais, a fixar vocabulário específico bem como competências e conhecimentos técnicos associados à profissão, a estabelecer uma diferenciação entre o estilo literário/erudito e o estilo jornalístico, a facilitar a mobilidade dos jornalistas entre os vários órgãos de comunicação social, e a fundar organizações de classe.

Segundo conta Eduardo Coelho (*cit. in* TENGARRINHA, 1989, p. 231), existiam em Portugal e colónias, em 1880, cerca de duzentos periódicos, cada um com uma tiragem diária de cerca de cem mil exemplares. Vinte anos depois, em 1900, Brito Aranha (*cit. in* TENGARRINHA, 1989, p. 233) contava um total de 583 jornais, em Portugal e respectivos territórios ultramarinos.

De acordo com Valente (1998, p. 31-32), o desenvolvimento da imprensa e a profissionalização do jornalismo, que aconteceu, mais cedo ou mais tarde, um pouco por todo o mundo e que contribuiu para que se iniciasse o associativismo entre a classe, levou a que se começassem a realizar congressos e outras iniciativas do género, bem como a que se erguessem as primeiras associações de jornalistas.

No que a congressos diz respeito, saliente-se o 1º. Congresso Internacional da Imprensa, realizado em Antuérpia, de 7 a 12 de Julho de 1894, onde estavam representados 17 países, entre os quais, Portugal.

O momento foi aproveitado pelos jornalistas portugueses para trocarem ideias, confrontarem experiências e para mostrarem aos colegas de outros países como aconteciam as coisas em Portugal. Falou-se, também, da necessidade de se instituir uma organização internacional de jornalistas (VALENTE, 1998, p. 31-33).

Em relação às associações de jornalistas, Sousa (2010, p. 141) explica que, no final do século XIX, "a auto-representação dos jornalistas (…) os fazia verem-se (…) como paladinos morais do bom, do belo, do justo e da verdade, defensores de todas as liberdades e garantes do progresso e do bom governo." Cunha (1941, 9. 10-11) prossegue, relembrando que os jornalistas começaram a formar classe e só assim "tiveram a consciência do prestígio que resulta da sua união e da força que representa a sua acção colectiva." Na senda deste espírito, nasce, em 1880, a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses.

Durante o século XX, Portugal assiste a dois grandes acontecimentos histórico-políticos: a queda da monarquia (1910) e o início da ditadura militar e Estado Novo (1926/1933) [5]. Ambos acabaram por ter influência no curso que o jornalismo seguiu e no modo como se profissionalizou: o primeiro destacou-se por ser uma época de greves, lutas trabalhistas[6], etc.[7], que contribuíram para o crescente sentido de corporação entre aqueles que escreviam nos periódicos, que começavam a ver-se e a sentir-

[5] Ramos, Rui. A Sexta Fundação (1890-1926) in Mattoso, José. **História de Portugal** – sexto volume. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
Torgal, Luís Reis e Roque, João Lourenço. O Liberalismo (1807-1890). in Mattoso, José. **História de Portugal** – quinto volume. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

[6] Tengarrinha (1989, p. 243) refere que, por esta altura, se assiste a um aumento do número de jornais operários, fruto de um crescimento do movimento operário e grevista, com destaque para o aparecimento do primeiro diário *A Greve* (Lisboa, 1908), "que teve grande influência no apoio às lutas dos trabalhadores."

[7] Durante o primeiro quartel do século XX, a agitação social era uma constante, dadas as fracas condições de vida que os portugueses tinham de enfrentar. As populações ansiavam por reformas que lhes proporcionassem melhores condições de vida, (promessas do republicanismo), mas com os governos sempre a cair era impossível pôr em prática quaisquer reformas económicas ou sociais. Essas condições agravaram-se e pioraram ainda mais com a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial. Ora, instigada e ensinada pelos republicanos, ainda no tempo da monarquia, a classe operária ganhou consciência política e aprendeu a organizar-se. Sem um partido político que desse algum tipo de apoio, o operariado soube transformar as suas associações de classe em sindicatos e depois agrupá-los em federações e uniões. No entanto, as greves, as paralisações e os motins eram constantes, agudizando-se a luta de classes e o clima de instabilidade social que irá manter-se ao longo, essencialmente, das primeiras décadas do século XX.

se como classe e a procurar as melhores condições de trabalho para exercer a sua profissão; o segundo actuou de forma intensa e categórica, não no sentido da evolução, mas provocando um atraso no avanço que normalmente se conquista com a passagem dos tempos[8]. (VALENTE, 1998, p. 37-38)

De facto, na 1ª década do século XX, assiste-se a uma proliferação de jornais (SOUSA, 2010, p. 42-43), isto apesar de a liberdade de imprensa, na altura, ter sido cerceada pelos governos monárquicos, dada a instabilidade a que se assistia no campo governativo. Sousa (2008, p. 108) conta que aqueles jornais que se tornavam incómodos para o poder eram "judicialmente processados ou apreendidos, textos ou parte de textos censurados, e alguns jornalistas e editores presos (…) ou degredados."

Tengarrinha (1989, p. 255-256 e 259) acrescenta que, em 1906, as associações de jornalistas existentes, revoltados com esta "compressão das liberdades públicas e, portanto, de repressão da imprensa", entregaram na Câmara dos Deputados um protesto contra o projecto de lei de imprensa proposto por João Franco[9]. Entre outras coisas, o documento dizia:

> Enquanto essas razões não vierem de molde que nos convençam e a convencer o país, a imprensa e os publicistas portugueses: 1.º Considerando que o projecto de lei sobre a liberdade de imprensa é o mais iníquo e violento de quantos têm sido apresentados em Cortes ou decretados em ditadura; 2.º Que o referido projecto é cópia, quase textual, da lei actual em tudo quanto pode vexar e lesar a liberdade de pensamento; 3.º Que o referido projecto elimina da lei actual as garantias que ela consignava; 4.º Que a crítica das bases do projecto importa a rejeição de todo; 5.º Que a reconstituição financeira, económica, moral e intelectual da Nação é impossível com uma imprensa coacta; 6.º Que nenhuma reforma de largo alcance político ou social se faz sem, previamente, ouvir os interessados, a comissão de protesto, repudiando integralmente o projecto de lei sobre a liberdade de imprensa presente à Câmara dos Deputados, pede aos seus membros que,

[8] O novo regime veio a caracterizar-se por ser, entre outras coisas, autoritário, conservador e opressor, estendendo, também, essa opressão à imprensa, sob a forma de censura. Com a censura, o jornalismo e os jornalistas sofreram alguns dos maiores golpes da sua história.

[9] Presidente do Conselho de Ministros, à data (1906).

> inspirando-se nas práticas democráticas do espírito moderno, poupem à Nação um atentado inútil e, em vez de hostilizar a maior força social do nosso tempo, dêem à Imprensa as garantias de que anda privada, mantendo as já conquistadas, abolindo a censura e a apreensão e restabelecendo o júri para todos os delitos de pensamento, sem excepção.

A imprensa portuguesa desta fase final da Monarquia fazia, assim, eco das tensões sociais de uma época em que "se digladiavam os monárquicos, os republicanos, os socialistas, os trabalhistas (alguma imprensa operária) e os anarquistas." (SOUSA, 2010, p. 40).

Valente (1998, p. 37) nota que, neste início do século XX, o jornalismo começava a afastar-se da concepção segundo a qual "as qualidades de proprietário, de editor e de jornalista eram assumidas por uma única pessoa que lutava pela liberdade de imprensa no seu interesse comum." O autor observa, ainda, que

> a industrialização e a comercialização da impressão e o facto das receitas publicitárias se terem tornado a principal fonte de receita e de lucro da imprensa periódica, separaram o proprietário e o editor daquele que era o verdadeiro autor do periódico, o jornalista, que era, então, na verdade, um assalariado.

Ao chegar-se a 1910, com a instauração da República, restituiu-se de imediato o direito de livre expressão do pensamento através do jornalismo, tendo-se, no entanto, ao longo dos anos seguintes, tomado medidas que tornavam esta liberdade algo limitada (TENGARRINHA, 1989, p. 260). Sousa (2010, p. 41) dá, inclusive, conta de algumas situações de violação desta liberdade de imprensa, como assaltos e destruição de instalações de jornais. Como o novo regime garantia o direito à greve, foram várias as que ocorreram neste período, levando a uma situação de agitação constante nas ruas que só contribuiu para a descredibilização do Governo, já de si frágil[10]. Do rescaldo de uma dessas greves (ocorrida em 1921), a Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de

[10] Valente (1998, p. 48) refere que o agudizar da situação e a adesão às greves de jornalistas e repórteres levou a que alguns periódicos fossem compostos tipograficamente por militares.

Lisboa[11] vai atravessar quatro anos de penumbra, mas, ao reformular os seus conceitos de organização, transformar-se-á em Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, em 1924.

2. A Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses – a primeira associação de classe

A Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses é, para alguns autores, nomeadamente Cunha (1941, p. 34) aquela que podemos considerar como a primeira organização associativa dos jornalistas portugueses.

Foi fundada em 10 de Junho de 1880, aquando das comemorações do terceiro centenário da morte do poeta Luís Vaz de Camões (*Boletim*, 1884, 1.ª série, n.º 1, p. 24). No entanto, a ideia de criar uma "Sociedade de Homens de Letras", à semelhança do que existia em França, havia já sido discutida, uma década antes, por alguns nomes sonantes da época, como o eram, por exemplo, Rodrigues Sampaio, Andrade Corvo, Ramalho Ortigão e Pinheiro Chagas, que se propunham a criar uma sociedade onde fosse possível "substituir a força da associação à fraqueza do isolamento para defender e fazer valer, pelo poder comum, os interesses morais e materiais dos seus membros em geral e de cada um em particular." (CUNHA, 1941, p. 12). A ideia da criação de uma associação de classe foi bem acolhida, "porque todas as boas ideias novas acharam, naquele parêntese de actividade e renovação mental, ambiente favorável." (CUNHA, 1941, p. 12)

Porém, apenas a 17 de Maio de 1879 se voltou a abordar a questão, quando se combinavam as referidas comemorações do 3º Centenário da morte de Camões, na Sociedade de Geografia, em Lisboa. A ideia concreta da criação desta associação foi lançada por Eduardo Coelho – que também foi quem, elaborou os Estatutos – iniciando-se, assim, aquilo que acabou formalizado cerca de um ano depois.

No mês de Abril de 1880, mas precisamente dia 3, começaram, então, os preparativos para se criar a Associação de Jornalistas e Escritores

[11] Que havia sido fundada em 1904.

Portugueses. De acordo com o que refere Valente (1998, p. 20), realizou-se uma reunião da imprensa de Lisboa, mais uma vez na sede da Sociedade de Geografia, onde estavam representados 18 das quarenta publicações com sede na capital. À mesma mesa, sentaram-se representantes dos vários jornais publicados na época, tais como Rodrigues da Costa, que presidiu, do *A Revolução de Setembro*; Magalhães de Lima, do *Comércio de Portugal*; e Eduardo Coelho, do *Diário de Notícias*. A reunião iniciou-se com a proposta de se criar a já referida Associação e, de seguida, Magalhães de Lima sugeriu que se constituísse uma comissão da Imprensa, que pudesse impor-se como órgão motor das comemorações do centenário de Luís de Camões, "secundarizando por completo a Sociedade de Geografia e inutilizando, praticamente, a hipótese de uma comissão oficial." (VALENTE, 1998, p. 20)

A recém-criada comissão da imprensa reuniu-se, cinco dias depois, a 8 de Abril, contando, desta vez, com a presença de representantes de 47 publicações periódicas, o que revelava o interesse que este acontecimento havia despertado no seio da classe. Cria-se (por necessidade) uma comissão executiva, eleita através de votos, cuja distribuição foi a seguinte: Eduardo Coelho – 43; Teófilo Braga – 42; Luciano Cordeiro – 40; Ramalho Ortigão – 37; Rodrigues da Costa – 35; Magalhães Lima – 35; Batalha Reis – 20; Pinheiro Chagas – 18; e Visconde de Juromenha – 17 (VALENTE, 1998, p. 20). Desta forma, ficaram representadas todas as correntes presentes na imprensa de Lisboa.

Dias depois, a 20 de Abril, são aprovadas as bases da associação e a comissão publica o seu projecto de celebração do centenário de Camões, partindo do princípio, tal como refere Macedo (1995, p. 323 a 344):

> (…) de que essas comemorações deveriam ser mais de manifestação popular do que "simples comemoração literária", uma vez que "o facto imortalizado na obra do grande poeta e simbolizado na pessoa dele é a mais poderosa afirmação da nossa nacionalidade", assim como "o mais glorioso testemunho da acção deste povo no bem da humanidade e na civilização do mundo.

O jornal *A Revolução de Setembro* relatou alguns dos primeiros actos desta organização portuguesa de jornalistas. Na edição de 13 de Junho

de 1880, contava-se como decorreu a sessão de fundação da Associação e enaltecia-se a iniciativa.

> Teve efectivamente lugar na quinta-feira, 10, a fundação solene da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses. Foi numa das salas da Sociedade de Geografia que teve lugar tão simpático e significativo acto. Às 10 horas da manhã do referido dia reuniram-se nas salas da já benemérita Sociedade uns duzentos jornalistas e escritores portugueses, os seis jornalistas madrilenos, a deputação dos de Badajoz, correspondentes de jornais ingleses, franceses, brasileiros, americanos, o representante da Agência Havas, o senhor Aubertin, o ilustre tradutor de Camões, vindo expressamente da Grécia a Lisboa para assistir ao centenário, etc. Isto diz um colega e prossegue: – "Na sala próxima estava a exposição camoniana com as publicações de homenagem, os quadros, os bustos, os relevos, as medalhas, as coroas dedicadas ao poeta. Assumiu a presidência da assembleia o jornalista decano, António Rodrigues Sampaio, sendo secretários, primeiro, o senhor Rodrigues Costa; segundo, Eduardo Coelho. Tinham-se distribuído na sala, a todos os concorrentes, exemplares impressos das bases da associação.
> O presidente abriu a sessão congratulando-se com a imprensa pela honra que ia ter de inaugurar uma associação que tantas vantagens morais podia trazer à classe. Mandou ler as bases e propôs à assembleia uma manifestação de regozijo pela presença dos jornalistas e escritores estrangeiros, que nos davam tão subida prova de confraternidade. Leram-se diversos telegramas de felicitação à Associação dos Jornalistas e Escritores e assinou-se a acta da sessão, que previamente fora escrita, sendo encerrada a assembleia e recebendo o presidente e a mesa abraços e felicitações. Quando os escritores associados iam sair para se incorporarem no préstito cívico triunfal com os alunos das várias escolas de Lisboa, que nesse momento estavam em acto solene, fixando no pedestal da estátua a coroa de bronze, vieram estes em considerável número saudar com vivas entusiásticos a imprensa, a sua comissão executiva, os diversos membros desta, a liberdade, o progresso e a Pátria. Das janelas da casa da Sociedade de Geografia, lhes corresponderam alguns membros da comissão. Em seguida ao que foram todos saudar o monumento, onde foi colocada a coroa, que tem a seguinte legenda: A Camões – Os Estudantes em 1880. O presidente das escolas reunidas, o senhor Tavares, aluno da escola médica, proferiu

> um eloquente improviso. Novas vivas aos progressos da Pátria e da civilização, aos membros da comissão executiva, às classes académicas, à geração nova, etc., foram levantadas e todos se dirigiram pelo Chiado para a praça do Comércio, indo os académicos na frente. Ao entrar nas ruas da baixa foram saudadas as comissões populares dos festejos e a população e senhoras de Lisboa. (*A Revolução de Setembro*, 13 de Junho de 1880)

Foram vários os nomes das letras e da política envolvidos na fundação desta Associação. Cunha (1941, p. 14) menciona: Teófilo Braga, Luciano Cordeiro, Ramalho Ortigão, Magalhães Lima, Pinheiro Chagas, António de Castilho, entre muitos outros, como exemplo. António Rodrigues Sampaio, redactor principal do jornal *Revolução de Setembro*, foi eleito presidente da Associação.

Alguns dos primeiros sócios foram: Rodrigues Sampaio, Emídio Navarro, António Enes, Sousa Viterbo, Júlio César Machado, Mariano Carvalho, Brito Aranha, Urbano Castro; publicistas como Adolfo Coelho, António de Cerpa, Vilhena Barbosa, Latino Coelho, Júlio de Vilhena, Bulhão Pato, entre outros poetas e escritores. (CUNHA, 1941, p. 14)

Um aspecto curioso e a salientar tem a ver com a composição da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, no que aos 239 sócios diz respeito. Entre eles, não se encontram nomes como o de Antero de Quental, Camilo Castelo Branco, Cesário Verde, Eça de Queiroz, Fialho de Almeida, Guerra Junqueiro, João de Deus, Oliveira Martins e muitos outros. E no Porto, das cinquenta entidades convidados para as comemorações, pela Comissão Literária, só quinze responderam.

Na Acta da primeira reunião da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, publicada, quatro anos mais tarde, no seu *Boletim* (1884, 1.ª série, n.º 1, p. 24), ficaram patentes os propósitos da sua fundação, bem como registada a presidência que a assistia:

> Acta da sessão solene da fundação da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses
>
> Pelas 10 horas da manhã do dia 10 de Junho de 1880, em que Portugal celebra e comemora o terceiro centenário da morte de Luís de Camões, reuniram-se na sala da Sociedade de Geografia os jornalistas e escritores portugueses, convocados pela comissão executiva que a imprensa de

> Lisboa, na assembleia dos seus representantes, encarregara de organizar o programa das comemorações e festas do mesmo centenário, a fim de em sessão pública e solene, fundarem a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, como facto inicial da sua união e do seu absoluto acordo ante o ideal dos progressos da pátria. Achavam-se também presentes a este acto alguns escritores e jornalistas estrangeiros, que de seus países tinham vindo, em grata demonstração de confraternidade internacional e literária, dar maior lustre às festas nacionais portuguesas. Tomou a presidência o Sr. Rodrigues Sampaio, redactor principal da Revolução de Setembro, o jornal mais antigo do país e ele mesmo o decano da imprensa.
> Declarou aberta a sessão e explicou o seu fim especial. Mandou ler pelo secretário J. C. Rodrigues Costa as bases em que esta associação é fundada e que foram aprovados pela imprensa, e ordenou ao secretário Eduardo Coelho a leitura desta acta, que, por abreviação de tempo se achava já lavrada, na conformidade do programa, e disse:
> - "Está fundada a Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses"; encerrando a sessão para que pudessem os associados ir saudar a estátua de Luís de Camões, como o símbolo da nacionalidade Portuguesa, no grande cortejo cívico triunfal pela imprensa organizado.
> Lisboa, sala da Sociedade de Geografia, 10 de Junho de 1880
> O Presidente da Assembleia
> António Rodrigues Sampaio
> O 1º. Secretário
> J. C. Rodrigues da Costa
> O 2º. Secretário
> Eduardo Coelho

A 20 de Agosto de 1880, a Comissão Executiva da Imprensa elabora os Estatutos da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses que, a 14 de Outubro, são aprovados por alvará do Governo Civil de Lisboa. Nos primeiros artigos encontram-se expressos os fins da Associação, nomeadamente os fins de beneficência e socorro, e a noção de que no seu seio coexistem sectores bem diferenciados.

> 1º.) Promover e defender os interesses legítimos, morais e materiais das colectividades ou corporações formadas pelas classes que a constituem individualmente os dos seus associados em tudo que diga respeito ao

exercício da sua profissão.
a) Consequentemente considera a sua primeira obrigação moral e o objecto dos seus constantes esforços o elevar o nível da imprensa à altura da primeira instituição social dos povos livres e civilizados, para cujo fim procurará o acordo dos seus associados e porá em acção todos os meios que julgar eficazes;
b) Buscará igualmente influir o mais directamente que possa mos progressos da literatura, das ciências, das artes, da educação e instrução pública, das instituições, enfim, da civilização portuguesa;
c) Para estes fins, e excluindo completamente a influência de quaisquer predilecções ou interesses partidários, usará dos meios de propaganda escrita e oral, de representação e de todos os que sejam compatíveis com o seu decoro e natureza.
2º.) A Associação é a procuradora natural dos seus associados nos seus interesses profissionais. Por isso a administração diligenciará a negociação ou colocação mais vantajosa dos seus trabalhos e da sua actividade intelectual, tratando com os editores e com as empresas literárias, teatrais, etc., na forma em que entender dever fazê-lo, ou que oportunamente seja regulamentado.
a) Quando os recursos da Associação o permitam, será criado um cofre de coadjuvação editorial para as obras dos associados, que a administração entenda, por si e com o parecer de um júri especial, deverem ser publicadas por conta da Associação.
3º.) A Associação fundará na sua sede e com o contingente de todos os sócios e de quaisquer ofertas de livros e jornais de indivíduos e corporações portuguesas e estrangeiras uma biblioteca do jornalismo português.
a) Esta biblioteca terá um gabinete de leitura franqueado a todos os sócios e a qualquer categoria de indivíduos que oportunamente a Associação resolva admitir como seus apresentados;
b) Nesse gabinete haverá, além dos jornais, os telegramas do dia e os elementos necessários para os sócios poderem trabalhar, escrevendo seus artigos, correspondências ou quaisquer composições literárias;
c) O regulamento interno determinará o gozo destas e de outras vantagens que tornem praticamente útil à profissão dos sócios esta instituição.
4º.) A Associação estabelecerá prelecções e conferências literárias, artísticas, científicas e sociológicas, ou cursos de ensino de qualquer ramo de conhecimentos; e buscará dar impulso à fundação de quaisquer escolas populares especiais.

> a) Poderá realizar nas suas salas a exposição de qualquer obra de arte nacional.
> 5º.) A Associação publicará, quando os seus meios económicos o permitam, uma crónica mensal, ou uns anais em que se registem os seus trabalhos e se faça a história da sua actividade e serviços. (*Estatutos*, 1880)

Estes Estatutos são considerados por Valente (1998, p. 22) "mais como expressão das primitivas aspirações dos jornalistas e escritores associados do que fórmula ordinária e consagrada de preceitos regulamentares".

O princípio fundamental que a Associação proclama tem a ver com a livre expressão de pensamento dos seus sócios, dentro da corporação, desde que respeite a harmonia fraternal, aspecto primordial e uma das bases da instituição:

> Livre manifestação do pensamento dos seus sócios no seu grémio; cumprindo, por isso, à administração fazer acatar as suas opiniões, quando convenientemente manifestadas, garantir-lhes a mais ampla liberdade e procurar evitar-lhes o choque dos antagonismos que possam perturbar a harmonia fraternal, que é a base da força, da existência e da utilidade desta instituição. (*Estatutos*, 1880)

Os fins de beneficência e socorro, na senda do que era desejado pela classe, demonstravam que a Associação estaria empenhada em prestar auxílio, em caso de necessidade, aos seus sócios e seus familiares:

> A Associação prestará extraordinariamente, e segundo os seus recursos, socorros aos seus associados em qualquer grande e nobre infortúnio; protegerá, na proporção justa e possível, a família desamparada de qualquer sócio falecido; criará um fundo especial de socorros pecuniários, quando o seu desenvolvimento e prosperidade o permitem, para aliviar os sofrimentos de quaisquer dos seus sócios inabilitados, caídos em desgraça absoluta e compreendidos nas disposições do regulamento especial aprovado pelo Governo. (*Estatutos*, 1880)

Ainda nos Estatutos, é possível perceber que a Associação clama para si uma acção paternal, amorosa e conciliadora, oferecendo-se para resolver questiúnculas ou outra espécie de desavenças entre sócios ou amigos:

> A Associação funciona afectuosamente, e do modo mais discreto, como tribunal de família para trazer os associados a acordos honrosos nas suas dissidências, no interesse do seu decoro pessoal e dos créditos seus e das respectivas corporações.
> a) Para este fim, a administração, de seu moto próprio, ou por aviso e a rogo de qualquer sócio, amigo de algum dos sócios inimizados, diligenciará estabelecer o acordo entre os contendores;
> b) Um júri de honra para os conflitos de carácter mais grave ocorridos na imprensa será estabelecido pela assembleia, pelo modo que ela julgar mais autorizado e respeitável, a fim de dar a esses conflitos soluções pacíficas e dignas, funcionando nos casos em que a sua intervenção seja invocada ou aceite e reconhecida. (*Estatutos*, 1880)

Quatro anos depois, no final de 1884, entendeu-se que seria necessário proceder a uma reforma dos Estatutos. Foi aprovado um novo texto, por alvará de 3 de Janeiro de 1885, e os fins da Associação ficaram enunciados de forma mais sintética e sistemática que em 1880. Eram eles:

> 1º.) A convivência e confraternidade dos sócios;
> 2º.) O estudo de todos os ramos dos conhecimentos humanos;
> 3º.) O desenvolvimento das belas letras e das belas artes;
> 4º.) Promover especialmente os progressos das ciências, das artes e da instrução pública, com relação aos interesses de Portugal;
> 5º.) Abrir discussões, conferências, cursos acerca dos assuntos científicos, artísticos ou literários, assim como fazer larga propaganda, sobretudo da prática dos conhecimentos humanos;
> 6º.) Elevar o nível da imprensa periódica à altura de uma verdadeira instituição social dos povos livres e civilizados;
> 7º.) Formar uma biblioteca e um gabinete de leitura;
> 8º.) Diligenciar o acordo entre os sócios e a extinção de suas dissidências, no que diga respeito a questões da imprensa;
> 9º.) Promover e defender os interesses legítimos, morais e materiais das colectividades ou corporações formadas pelas classes que a constituem e individualmente os dos seus associados em tudo que diga respeito ao exercício da sua profissão e aos seus estudos e escritos;
> 10º.) Socorrer os sócios em caso de infortúnio, ou a família desamparada de qualquer sócio falecido. (*Estatutos*, 1885)

Apesar de algumas iniciativas culturais de certa importância[12], a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, fundada, como já foi mencionado, em 1880, acabou por se ir "definhando e ao fim de uma dúzia de anos estava praticamente inactiva." (VALENTE, 1998, p. 26). A reforma nos Estatutos, segundo Cunha (1941, p. 15) mais não foi do que "um balão de oxigénio aplicado a quem estava moribundo." Cunha (1941, p. 17) faz referência a um jornalista da época, Cândido Barbosa, que terá proferido a seguinte afirmação: "é mais fácil meter Rossio na Betesga, do que associar jornalistas.". Sobreira (2003, p. 35) aponta o dedo às diferentes opções políticas dos diversos sócios como principal causa para a vida efémera desta Associação.

3. *Boletim* da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses

A Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses publicou um *Boletim*, iniciado em 1884 e do qual se conhece apenas um único exemplar. Tem 24 páginas.

Na contra-capa do *Boletim* são dados a conhecer alguns dos nomes importantes da Associação e que, de alguma forma, contribuíram para a publicação deste exemplar, não sendo, no entanto, com a autoria de artigos. Assim, são referidos Eduardo Coelho e Manuel Pinheiro Chagas, como presidentes honorários da Associação; João Carlos Rodrigues da Costa, vice-presidente honorário; novamente Manuel Pinheiro Chagas, desta vez como presidente da Direcção; José Elias Garcia, vice-presidente da Direcção; António Cândido de Figueiredo, 1.º secretário; Manuel Emygdio da Silva, 2.º secretário; Leonildo Augusto de Mendonça e Costa e Ignácio de Almeida Hirsch, vice-secretários; e José Miguel dos Santos, tesoureiro. Ainda nesta página há uma nota, onde a Associação e os seus membros se defendem de possíveis contestações a algum dos artigos

[12] Cunha (1941, p. 15-16) faz menção a uma exposição de quadros de Columbano e Ramalho (pintores); lições sobre epopeias homéricas dadas por Adolfo Coelho; participação nas solenidades comemorativas em honra de Camões, em Coimbra, e de Calderon de la Barca, em Madrid; uma exposição camoniana organizada por Brito Aranha; um curso público de História Universal, dado por Consigleri Pedroso; preparação do Congresso das Associações.

publicados. Diz: "A Associação não toma sob a sua responsabilidade as opiniões dos autores dos artigos publicados no *Boletim*."

Fig. 1
Capa do primeiro número do *Boletim* da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses

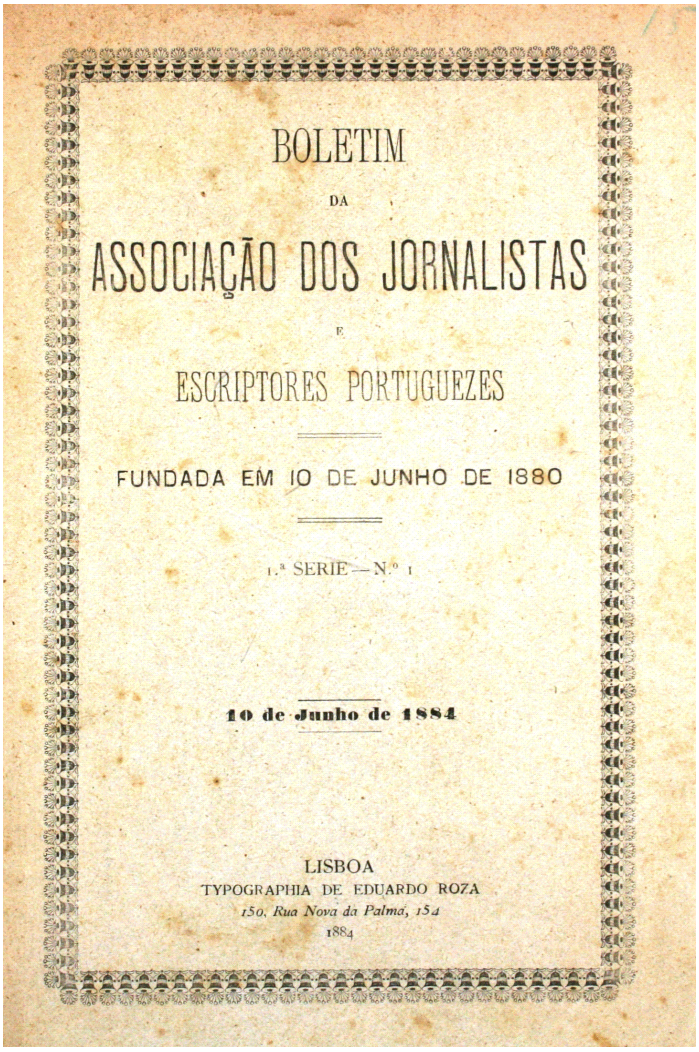
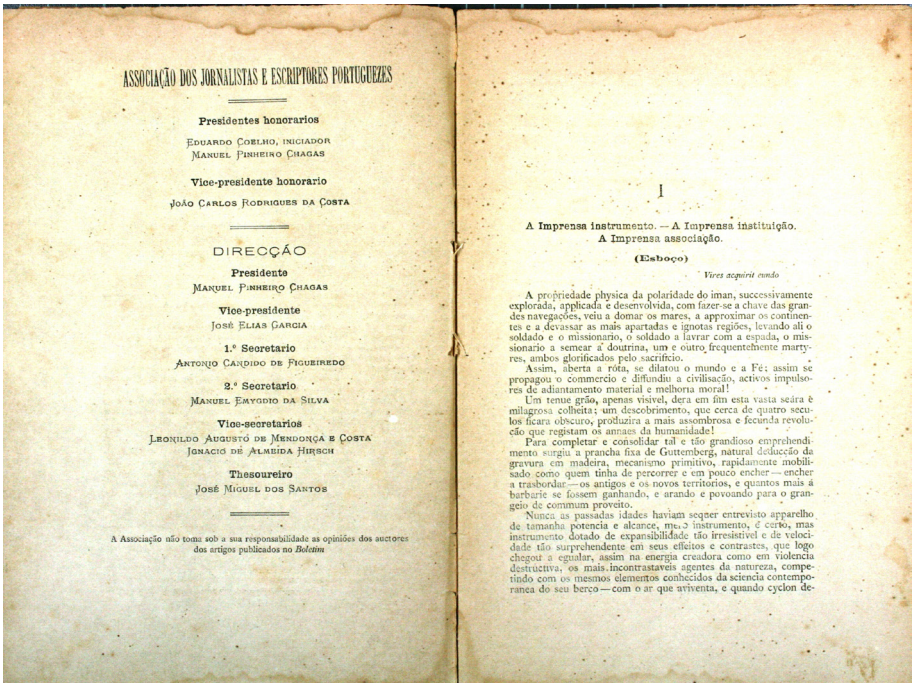

BOLETIM
DA
ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS
E
ESCRIPTORES PORTUGUEZES
FUNDADA EM 10 DE JUNHO DE 1880
1.ª SERIE — N.º 1
10 de Junho de 1884
LISBOA
TYPOGRAPHIA DE EDUARDO ROZA
150, Rua Nova da Palma, 154
1884

Fig. 2
Contra-capa e primeira página do primeiro número do *Boletim* da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses



ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS E ESCRIPTORES PORTUGUEZES

Presidentes honorarios

EDUARDO COELHO, INICIADOR
MANUEL PINHEIRO CHAGAS

Vice-presidente honorario

JOÃO CARLOS RODRIGUES DA COSTA

DIRECÇÃO

Presidente
MANUEL PINHEIRO CHAGAS

Vice-presidente
JOSÉ ELIAS GARCIA

1.º Secretario
ANTONIO CANDIDO DE FIGUEIREDO

2.º Secretario
MANUEL EMYGDIO DA SILVA

Vice-secretarios
LEONILDO AUGUSTO DE MENDONÇA E COSTA
IGNACIO DE ALMEIDA HIRSCH

Thesoureiro
JOSÉ MIGUEL DOS SANTOS

A Associação não toma sob a sua responsabilidade as opiniões dos auctores dos artigos publicados no *Boletim*

I

A Imprensa instrumento. — A Imprensa instituição. A Imprensa associação.

(Esboço)

Vires acquirit eundo

A propriedade physica da polaridade do iman, successivamente explorada, applicada e desenvolvida, com fazer-se a chave das grandes navegações, veiu a domar os mares, a approximar os continentes e a devassar as mais apartadas e ignotas regiões, levando ali o soldado e o missionario, o soldado a lavrar com a espada, o missionario a semear a doutrina, um e outro frequentemente martyres, ambos glorificados pelo sacrificio.

Assim, aberta a rota, se dilatou o mundo e a Fé; assim se propagou o commercio e diffundiu a civilisação, activos impulsores de adiantamento material e melhoria moral!

Um tenue grão, apenas visivel, dera em fim esta vasta seára è milagrosa colheita; um descobrimento, que cerca de quatro seculos ficara obscuro, produzira a mais assombrosa e fecunda revolução que registam os annaes da humanidade!

Para completar e consolidar tal e tão grandioso emprehendimento surgiu a prancha fixa de Guttemberg, natural deducção da gravura em madeira, mecanismo primitivo, rapidamente mobilisado como quem tinha de percorrer e em pouco encher — encher a trasbordar — os antigos e os novos territorios, e quantos mais á barbarie se fossem ganhando, e arando e povoando para o grangeio de commum proveito.

Nunca as passadas idades haviam sequer entrevisto apparelho de tamanha potencia e alcance, meio instrumento, é certo, mas instrumento dotado de expansibilidade tão irresistivel e de velocidade tão surprehendente em seus effeitos e contrastes, que logo chegou a egualar, assim na energia creadora como em violencia destructiva, os mais incontrastaveis agentes da natureza, competindo com os mesmos elementos conhecidos da sciencia contemporanea do seu berço — com o ar que avventa, e quando cyclon de-

Desta forma, iniciam-se os artigos escolhidos para figurarem neste *Boletim*. O primeiro intitula-se "A Imprensa instrumento. – A Imprensa instituição. A imprensa Associação." e foi escrito por Mendes Leal. Nele, o autor (1884, p. 3-4) fala da evolução que a imprensa sofreu ao longo dos tempos. Começa por relembrar Guttemberg e a sua invenção, um instrumento que viria a converter-se, anos mais tarde, em instituição. Nessa altura, foi importante organizá-la e dessa organização e desenvolvimento nasceu a imprensa-associação.

> Para completar e consolidar tal e tão grandioso empreendimento surgiu a prancha fixa de Guttemberg, natural dedução da gravura em madeira, mecanismo primitivo, rapidamente mobilizado como quem tinha de

> percorrer e em pouco encher – encher a transbordar – os antigos e os novos territórios, e quantos mais à barbárie se fossem ganhando, e arando e povoando para o granjeio de comum proveito. Nunca as passadas idades haviam sequer entrevisto aparelho de tamanha potência e alcance, meio instrumento é certo, mas instrumento dotado de expansibilidade tão irresistível e de velocidade tão surpreendente em seus efeitos e contrastes que logo chegou a igualar, assim na energia criadora com em violência destrutiva, os mais incontrastáveis agentes da natureza, competindo com os mesmos elementos conhecidos da ciência contemporânea do seu berço – com o ar que aviventa, e quando ciclo devasta – com a chama que alumia, e consome quando incendeia – com a água que fertiliza, e quando inundação submerge – com a terra, em fim, que toda se desentranha em frutos nutrientes e quando a funda combustão a convulsiona toda se decompõe em ruínas desastrosas e se destrança em lavas devorantes.
> Este ascendente influxo da imprensa instrumento deu origem à imprensa-instituição. Era uma força: importava organizá-la.
> Toda a força, que se não organiza, dissipando-se constitui perigo. (…)
> Da organização resultam faculdades; das faculdades adquiridas, necessariamente outras tantas proporcionais responsabilidades. Sem elas vem a anarquia e com a anarquia o regresso à barbárie.
> No mundo moral, assim como no mundo físico, e em recta justiça, ainda mais naquele do que neste, não pode subsistir emprego de força arbitrário e absoluto, não pode porque não tem ponderação que lhe regule e coordene os movimentos. Onde faltar essa, como evitar o desequilíbrio de onde provem o excesso? E qual organismo, por mais sólido e robusto, deixou de perecer de seus excessos?
> É lei fatal e inexorável, confirmada por nunca interrompidas provas.
> De um lado os direitos; do outro logo os deveres. Por cada direito seu dever. (…)
> Do desenvolvimento da imprensa-instituição, com suas contingências e riscos, espontaneamente brotou a imprensa-associação, que nesta data conta com quatro anos de fundado.

Depois desta introdução e explicada a sua interpretação do conceito imprensa, Leal (1884, p. 5) prossegue, recomendando à Associação que baseie a sua acção de mútuo auxílio no conselho, na vigilância, no esforço e na responsabilidade. De seguida, dirige-se aos jornalistas e escritores que compõem o núcleo da Associação, elogiando-os e recordando-lhes

que os poucos anos da sua instituição podem explicar alguma possível falta de experiência, mas que o tempo lhes trará isso e muito mais. Todos estes pontos fazem com que o artigo seja fonte para os estudos jornalísticos portugueses.

> Associação – principalmente nos que pelo jornal ou pelo livro, tem também, e em larga parte, encargo d' almas – não é só mútuo auxílio; é ao mesmo tempo consulta recíproca, permanente conselho, vigilância colectiva, reunião de esforços, condensação de luzes. E bem se pode ter tudo isto por instintiva ou antes intuitiva emanação do sentimento das responsabilidades que acima ficam ao de leve enunciadas, para que outros melhor as definam e acerca delas discorram.
>
> De jornalistas e escritores se compôs este núcleo inicial, que lógico e desejável fora ver ampliado com todos os que em qualquer forma da ciência e da arte dão forma, alento e vida às variadas criações do engenho e manifestações do pensamento.
>
> Os jornalistas, obreiros incansáveis de um edifício jamais interrompido e nunca terminado, rápidos arquivistas dos factos quotidianos, devem ser os primeiros em pensar nesta englobação, a fim de opor um centro atractivo à dispersão e fraccionamento, que desvirtuariam a instituição. Após estes, e com estes porque muitos quinhoam também os labores periodísticos, vieram os escritores, isto é, os que no livro ou na cena com mais lazer e meditação, utilizam o pecúlio recolhido nas impressões diárias e adaptam a mais longa vida os frutos da corpulenta árvore cujas folhas se renovam sem cessar. (…)
>
> Mas a Associação tem apenas quatro anos de existente, e essa não é ainda a idade da experiência. Uma infância, uma promessa, um alvor de madrugada. A própria Associação, cônscia do seu recente advento, não se conceituará do outro modo, porque sabe que aos mais novos se abre mais largo o horizonte e o futuro.

Num texto da autoria de José Miguel dos Santos, tesoureiro da Associação, o escritor dirige-se aos seus companheiros estrangeiros e procura dar-lhes a conhecer a instituição, na altura em que ela faz quatro anos. O artigo está, propositadamente, redigido em francês, inicia-se com um "Pour nos Confréres de l'Étranger" e tem por título "Le 10 juin 1882". Nele, Santos (1884, p. 6) conta como foi fundada a associação e

quem foram os seus principais mentores, elogiando a sua iniciativa e o seu esforço.

> Heureusement la bonne volonté de quelques uns de des membres fit triompher cette instituition que s'est déjá rendue utile, plus qu'il ne serait permis d'exiger de ses forces.[13]

Santos (1884, p. 6-7) fala, também, de algumas iniciativas da Associação, nomeadamente um curso de línguas e um concurso internacional na área das ciências e da literatura, e refere alguns apoios que, ao longo dos quatro anos de existência, têm conseguido.

> Un véritable lycée fonctionne régulièrement depuis le mois d'octobre 1883. Quelques centaines d'élèves des deux sexes se sont inscrits dans les classes gratuites de français, anglais, allemand, portugais, latin, grec, géographie, histoire universelle, économie politique, physique, chimie, histoire naturelle, philosophie, mathématique (trois cours) et de la tenue des livres.
> La Société de Géographie de Lisbonne et Mr. Melicio, directeur propriétaire du *Comércio* de Portugal ont mis leurs vastes salons à la disposition de notre association et plusieurs classes y ont fonctionné durant un certain laps de temps. Malgré le bon vouloir de la Société de Géographie et de Mr. Melicio, les classes durent quitter ces locaux.
> Dans ces circonstances, notre association demanda l'appui de Mr. Le Ministre de l'Instruction publique, lequel, il faut l'espérer, ne tardera par à se déclarer protecteur d'une œuvre qui a pour soi la sympathie générale.
> Nonobstant l'exigüité de nos moyens, des secours pécuniaires ont déjà été alloués à des familles de journalistes décédés, etc.
> Dû à l'amabilité de nos confrères nationaux et étrangers, notre bibliothèque commence à avoir une certaine importance.
> Notre association reçoit presque tous les journaux de Lisbonne et un grand nombre de journaux de la province et de l'étranger, ce qui constitue pour le présent et pour l'avenir un trésor littéraire, scientifique et historique.
> L'association célèbre aujourd'hui, son quatrième anniversaire, dans la parfaite confraternité de tous ses membres et voyant devant elle un

[13] Tradução: Felizmente, a boa vontade de alguns membros fez triunfar esta Associação, que já se tornou mais útil do que seria de esperar e de se exigir das suas forças.

horizon déblayé des ténèbres du passé.
Un concours international, littéraire et scientifique est ouvert dans les conditions du programme ci- dessous:

SCIENCES
1.ère Section - Traités sur l'instruction primaire.
2.ème » - » » » secondaire.
3.ème » - » » » supérieure.
4.ème » - » » » spéciale.
5.ème » - Monographies sur un point quelconque de l'histoire des langues romaniques.

LITTÉRATURE
6.ème Section – Poésies (sujet libre).
7.ème » – Nouvelles et romans.
8.ème » – Critiques artistiques.
9.ème » – Drames et comédies.
10.ème » – Mémoires de littérature comparée des langues romaniques.

Les manuscrits doivent être écrits très lisiblement en portugais, en espagnol, en italien ou en français, et envoyés à l'association jusqu'au 31 aout prochain, accompagnés : 1.º d'un pli cacheté renfermant le nom de l'auteur et portant à l'extérieur une devise reproduite en tête du sujet ; 2.º de la désignation de la section dans laquelle on veut concourir ; 3.º d'un mandat postal de 1$000 réis (fr. 5,50) pour droit d'inscription.
La distribution solennelle des prix aura lieu au mois de décembre 1884.[14]

[14] Tradução: Uma escola funciona regularmente desde Outubro de 1883. Várias centenas de estudantes de ambos os sexos foram matriculadas em classes livres de Francês, Inglês, Alemão, Português, Latim, Grego, Geografia, História Universal, Economia Política, Física, Química, Ciências da Natureza, Filosofia, Matemática (três cursos) e Escrituração. A Sociedade de Geografia de Lisboa e o Sr. Melício, director e proprietário do Comércio Portugal, colocou seus salões amplos à disposição da nossa Associação e várias aulas funcionaram lá durante algum tempo. Apesar da boa vontade da Sociedade de Geografia e do Sr. Melício, as aulas tiveram de abandonar as instalações. Nestas circunstâncias, a nossa Associação pediu o apoio do Sr. Ministro da Instrução Pública, que, esperamos, em breve, venha a declarar-se, protector de uma obra que reúne simpatia geral. Não obstante a pequena dimensão do nosso meio, uma ajuda pecuniária já foi atribuído a famílias de jornalistas mortos, etc. Devido à amabilidade dos nossos confrades nacionais e estrangeiros, nossa biblioteca começa a ter algum significado. A nossa Associação recebe quase todos os jornais em Lisboa e um grande número de jornais na província e do estrangeiro, o que constitui, para o presente e para o futuro, um tesouro literário, científico e histórico. A Associação celebra, hoje, o seu quarto aniversário, em perfeita comunhão com todos os seus membros e vendo atrás dessa comunhão um horizonte negro a ser já passado.

Um outro artigo publicado no *Boletim*, assinado por Manuel Ferreira Ribeiro, é uma espécie de biografia de António Rodrigues Sampaio, sócio fundador e presidente honorário da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses. No texto, o autor (1884, p. 7) relembra o falecimento do jornalista, em 1882, e as imponentes manifestações de respeito que recebeu de toda a imprensa portuguesa e que o jornal *A Revolução de Setembro* reproduziu. Dá conta, também, de algumas homenagens que lhe foram dedicadas e outras que ainda estão a ser preparadas, todas elas consideradas mais que justas e merecidas. Ribeiro anuncia, por último, que a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, como mostra da sua admiração pelo jornalista, iria publicar neste primeiro número do *Boletim* um retrato de Sampaio em gravura.

> O conselheiro António Rodrigues Sampaio, sócio fundador e presidente honorário da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, falecido a 13 de Setembro de 1882, recebeu da parte de toda a imprensa do país imponentes manifestações de respeito, e que foram cuidadosamente reproduzidas na *Revolução de Setembro.*
>
> Trata-se de fundar na terra da naturalidade do saudoso publicista uma escola, e a imprensa do Porto editou, como homenagem à memória do príncipe dos jornalistas portugueses, um notabilíssimo trabalho, em que se inscreveram brilhantes artigos de cada uma das redacções dos jornais

---

Uma competição internacional, literária e científica é aberta nas condições do programa abaixo:

CIÊNCIA
1.ª Secção – Tratados sobre o ensino primário.
2.ª Secção – Tratados sobre o ensino secundário.
3.ª Secção – Tratados sobre o ensino superior.
4.ª Secção – Tratado sobre o ensino especial.
5.ª Secção – Monografias sobre um qualquer ponto da história das línguas românicas.

LITERATURA
6.ª Secção – Poesia (objecto livre).
7.ª Secção – Novelas e romances.
8.ª Secção – Crítica artística.
9.ª Secção – Drama e Comédia.
10.ª Secção – Memórias de literatura comparada das línguas românicas.

Os manuscritos devem estar escritos, de forma legível, em português, espanhol, italiano ou francês, e enviado para a Associação até ao próximo dia 31, acompanhados de: 1. envelope lacrado contendo o nome do autor e no exterior uma reprodução do assunto principal; 2. º designação da secção em que quiser competir, 3. um bilhete postal de 1$000 réis (fr. 5,50) para a inscrição. A distribuição solene dos prémios será realizada em Dezembro de 1884.

www.labcom.pt

> da cidade invicta.
> É realmente mimosa e imorredoura a coroa, que lhe entreteceram os jornalistas do Porto, e deixam agradável impressão portuense, lamentando a queda do roble gigante que assombrara o país inteiro.
> Diz-se que alguns dos mais dedicados amigos do nosso herói lhe desejam construir um mausoléu, e muitos dos seus admiradores fazem ardentes votos para que não fique esquecido o monumento público consagrado à memória do ilustre campeão da liberdade.
> A Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, como testemunho da sua admiração pelo eminente jornalista, faz acompanhar o primeiro número do seu *Boletim* com um esplêndido retrato em gravura e não deixará de tomar parte em todas as manifestações que se preparem ao mais justo e mais prestante dos cidadãos portugueses.

O jornalista António Rodrigues Sampaio, mais precisamente a sua vida e a sua época, foram assunto em mais que um artigo deste *Boletim*, o que só prova a importância que tinha para a instituição associar o seu nome ao do jornalista/político e, ao mesmo tempo, mostra o prestígio que o seu nome representava, mesmo depois da sua morte (ocorrida em 1882). Mostra, também, que o *Boletim* procurou, ao destacar figuras proeminentes do jornalismo, elevar a profissão e dignificar o jornalismo.

É novamente Manuel Ferreira Ribeiro (1884, p. 14-15) quem escreve o artigo, que intitula de "António Rodrigues Sampaio e a sua época" e onde começa por elogiar a capacidade do povo português em reconhecer e apreciar os seus heróis e segue discorrendo sobre as qualidades de um povo que ele considera que se preocupa com o que o rodeia, com o seu país e com as suas gentes.

> Tem Portugal pouco mais de oito séculos e meio de existência, e não sente enfraquecida a sua organização social. Atesta-o a vitalidade do povo, que sabe apreciar os seus heróis, que sabe ser grande nas tremendas horas da luta e que se entrega ao trabalho nas horas da paz, deixando inteira independência aos seus homens de estado.
> Pode oferecer vacilações profundas a política, podem ser exageradas as paixões, as largas pugnas da imprensa e do parlamento, mas os seus feitos não se estendem até às mais íntimas camadas sociais. O país, consciente das suas forças, não se abala, porque se acostumou a reconhecer que as

> lutas da liberdade em si mesmas encontram a correcção. Não se fomenta por isso a anarquia, sempre esterilizadora, nem se abusa da liberdade pleníssima que desfrutamos e a cuja luz fica campo aberto para todas as actividades, para todas as aspirações.
> O povo vive tranquilamente, seguindo a sua marcha progressiva e aperfeiçoando-se nos seus labores agrícolas e industriais, mas não se diga que ele é indiferente ao que se possa em redor de si. Engana-se, por certo, ilude-se com as aparências quem assim o pensar.
> Não é indiferente o povo que se entusiasma ante os feitos dos seus antepassados; não é indiferente o povo que tem nos seus anais epopeias como a de 46, heróis como os de 1820 e legisladores como os de 1834; não é indiferente o povo, de onde, num momento, brotam homens de acção e oradores que lhe sustentam a liberdade; não é indiferente o povo que celebra centenários como os de Pombal e Camões e que produz certames científicos, como os do Palácio de Cristal do Porto e os da Real Tapada da Ajuda em Lisboa; não é indiferente o povo que sabe estimar os seus monarcas, respeitando-se e fazendo-se respeitar nos mais extraordinários ajuntamentos; não é indiferente o povo que sabe assimilar as mais belas concepções do progresso e que sempre se interessou por tudo o que é grande, nobre, simpático, verdadeiramente patriótico.

Após esta apreciação e análise sobre aos portugueses, Ribeiro (1884, p. 15-16) prossegue enaltecendo os progressos que se notam no país e que fazem com que o autor considere Portugal, prestes a entrar no século XX, como um dos países mais respeitados e afamados, apesar de alguns entraves ao desenvolvimento que o colocam na cauda dos países civilizados em alguns vectores. Reconhece que as gerações modernas revelam maior dificuldade em dar valor à história e aos heróis que fizeram parte dela mas que tal não impede que se admita a grandeza do país.

> Mas ainda mesmo que a geração moderna, a representante da nação portuguesa no último quartel do século XIX, não se entusiasmasse sob a influência dos seus heróis, dos seus poetas, dos seus oradores, dos seus homens notáveis, da sua fértil tradição, uma das mais heróicas e das mais brilhantes, os melhoramentos de toda a ordem que se estão realizando em todas as povoações, no país e nas colónias no país e nas colónias, mostram à evidência que a nação portuguesa rejuvenesce, adquire vigorosas forças e se firma mais e mais, preparando-se para ser uma das

primeiras no convívio das nações civilizadas ao findar do século XIX, como já o fora ao finda do século XV.

E porque razão Portugal não há-de ser, ao entrar no século XX, uma das nações mais afamadas e mais respeitada?

Foi audacioso nas descobertas e nas conquistas, e soube oferecer ao mundo um dos maiores poetas da renascença e um dos mais vastos impérios dos tempos modernos. Portugal era pequeno no território, mas gigante na alma e nas aspirações, no trabalho e no sacrifício. Assombrou os povos pela heroicidade das suas façanhas.

Tem hoje, como então, um império a fecundar, e a ciência a desenvolver, e pode fazer-se admirar e respeitar no seu poder colonizador e nas batalhas do progresso e da civilização, em que já se tem mostrado superior.

Mas é na verdade relativamente curto o período de paz, o tempo consagrado aos trabalhos científicos e industriais, e Portugal chegou a meados deste século extenuado pela educação inteiramente abstracta que davam ao povo e pelas lutas, que sustentou nos séculos XVII e XVIII e pelas que teve que sustentar ainda nos tempos modernos, qual a mais sangrenta, qual a mais encarniçada, qual a mais dolorosa. Findara assim a primeira metade do século XIX, e no tempo, depois decorrido, não era possível fazer mais nem melhor.

Há graves faltas, muitas irregularidades e deficiências no trabalho industrial e científico, pode mesmo dizer-se que a nossa educação sob este ponto de vista ainda é muito abestracta e defeituosa, incompletíssima, o que faz esperar a toda a hora uma transformação radical nos métodos de estudo e de ensino, como já se operou nos da Instrução Primária, chegando o exagero ao ponto de se rodearem as criancinhas de instrumentos e meios de estudo que ainda não há nos liceus nem nas academias!

Mas não é fácil reformar tudo, e bem ao mesmo tempo, e justo é reconhecer que Portugal com os seus 32 anos de paz, tendo que atender aos melhoramentos materiais do país, em que tem dispendido milhares de contos de réis; tendo que atender às suas colónias, pelas quais tem sacrificado muitas vidas e muito capital; tendo que fazer e refazer toda a sua legislação política, social, escolar, científica, industrial e económica, e mal tendo tempo para a experiência, a verdadeira luz do progresso, o principal critério de toda a verdade, não podia acompanhar o movimento evolutivo da França, da Inglaterra, da Alemanha e de outras nações

> mais favorecidas. Ser-lhe-ia materialmente impossível e pouco importa se diga que ele vai na cauda das mais nações civilizadas, quando se atenta na animação que se observa por toda a parte, quando se repara na vivíssima esperança, com que se alimentam os obreiros do progresso, quando se atende à vivacidade cerebral, brilhantemente manifestada em conferências, nas associações, nos cursos e em publicações variadíssimas. É realmente enorme, larguíssima, poderosa, constante a propaganda revolucionária, a divulgação dos bons princípios democratas. E ninguém melhor lhe pode conhecer os efeitos e o alcance do que o professor que está dirigindo cursos livres, do que o professor que assiste aos trabalhos escolares fora do mundo oficial. Cumpre dar-lhes a direcção mais consoante com as novas aspirações e com o novo meio que se vai formando. Estamos em plena renascença e os horizontes que se abrem diante de nós são bem mais complexos, bem mais largos, do que o eram às portas da idade moderna.
>
> Portugal segue na cauda das nações civilizadas, mas bem se patenteia a tranquilidade da sua consciência pela firme esperança de que, em breve, pode melhorar de posição. Tem a certeza de que trabalha e confia na franqueza do seu viver, na sã moral do povo e na grandeza do seu carácter. Quer o progresso pela ordem, a moralidade pelos exemplos e as reformas políticas pela ciência. Já ninguém duvida de que estamos num período de transformação política e social, e se nela se empenham os partidos políticos militantes, os homens de estado, os sábios e os publicistas, a imprensa, os homens mais eminentes do país, os próprios monarcas.

Ribeiro (1885, p.16) termina, recordando a homenagem feita pela Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses a Rodrigues Sampaio (a publicação de um retrato seu no *Boletim*) e prometendo a publicação de um estudo acerca do jornalista/político, num próximo artigo.

> É por certo bela a campanha, cheia de atractivos, e prepara-se para ali tomar parte o que há de mais alto em todo o país. E, portanto, é bem apropriada a hora para se fazer a fotografia de uma das mais brilhantes épocas da nossa vida histórica e pôr bem em relevo os trabalhos de um dos seus maiores heróis, do grande publicista António Rodrigues Sampaio.
>
> Repetiremos pois mais uma vez o que fez em prol da liberdade política e da imprensa o grande lutador da palavra, o valente organizador do princípio associativo e da instrução do povo, e procuraremos ajuntar a

> um estudo da sua notável individualidade como jornalista, como cidadão e como estadista.
> Tais serão os assuntos dos subsequentes artigos.

Zeferino Brandão (1884, p. 13-14), também neste primeiro número do *Boletim*, aproveitou a data de lançamento da publicação, 10 de Junho de 1884, para relembrar que, precisamente quatro antes, se fundara a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses. Num breve texto, dá conta do valor que se reconhece à instituição, apelando a todos que contribuam para o seu engrandecimento, não esquecendo tudo o que já foi feito. Ao relembrar a história da instituição, o autor, através do *Boletim*, está a dar o seu contributo para os estudos sobre a própria história do jornalismo.

> Fundada no memorável dia 10 de Junho de 1880, a benemérita Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, celebra hoje o seu quarto aniversário, publicando o primeiro número do seu *Boletim* e satisfazendo por este meio um dos fins da sua instituição.
> Saudamos jubiloso a simpática empresa e se no-lo permitissem os nossos confrades, pedir-lhe-íamos que concorressem todos para o engrandecimento dela repetindo-lhes com o Mantuano:
> *Manibus date lilia plenis!*
> Mas não nos ofereçam unicamente as flores viçosas e perfumadas do seu espírito ardente; também os frutos já sazonados da sua observação inteligente e do seu aturado estudo.
> São efémeros os ardis das imaginações ainda as mais luminosas, ao passo que as verdades do bom senso nunca morrem.
> O maior mérito das obras literárias consiste, a nosso ver, na conciliação, que fizer o autor, das leis eternas do gosto. Ensinar, sem desagradar, ou melhor, agradando.
> O conhecido verso de Horácio completa o nosso pensamento:
> *Omne tulit punctum qui miscuit utile dulci.*

De modo a realçar alguns dos feitos da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, C. Goodolphim (1884, p. 18) publica um pequeno artigo no *Boletim*, onde fala do nascimento da instituição e da força que tal acontecimento veio trazer à sociedade. Admite que nem

todos os fins da Associação têm sido plenamente compreendidos, mas a publicação de um boletim vem dar voz e vem permitir mostrar e prestar serviço, desde que se coopere na sua feitura. Mais uma vez, contribui-se para a história do jornalismo português.

> A Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses nascendo da solenização d' um grande facto nacional, veio erguer uma força poderosa, reunindo todas as actividades intelectuais, num pensamento grande e levantado, qual é o da solidariedade.
> - Não têm sido ainda compreendidos os seus fins de um modo pleno, não estão ainda sob a bandeira da associação todos os que a ela devem pertencer. Um dia os veremos reunidos neste grémio de irmãos.
> A associação, que é a força, está organizada; faltava-lhe a voz, que é o jornal, aí está hoje o seu boletim. Que todos cooperem para o seu engrandecimento e assim prestarão um serviço não só à classe, mas ao progresso; e à ciência, que é a grande voz dos séculos.

Da leitura do *Boletim* da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses é possível depreender que os seus colaboradores abordaram, principalmente, temas jornalísticos, como a evolução da imprensa ou o modo como se apresentava o jornalismo numa determinada época. A Associação, as suas actividades e os seus principais nomes também foram temas para artigos que figuraram neste *Boletim*. Todos os artigos permitem compreender que o *Boletim* é contributo importante para os Estudos Jornalísticos em Portugal.

4. O Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa – o primeiro sindicato

O Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa resultou da reforma dos Estatutos da Associação de Classe dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, que havia sido fundada em 1904. Esta transformação foi aprovada em Assembleia Geral de 15 de Dezembro e requerida em

26 de Dezembro de 1924, tendo sido aprovados os novos Estatutos por alvará de 27 de Dezembro de 1924.[15]

Os Estatutos do Sindicato diziam que podiam ser sócios efectivos, os redactores, os repórteres, os informadores, os revisores, os fotógrafos e os desenhadores que trabalhassem na imprensa diária. Podiam, ainda, ser admitidos sócios correspondentes de outras terras. (*Estatutos*, 1924, Artº. 7.º).

Os fins do Sindicato eram, segundo os mesmos estatutos, mais ou menos os que haviam sido os das outras associações congéneres:

> a) estudar as necessidades e defender os interesses económicos, morais e profissionais dos seus associados;
> b) manter entre a classe toda a coesão, para a mútua e sólida defesa dos interesses comuns:
> c) elevar o nível moral e intelectual da Imprensa;
> d) intervir nos conflitos entre jornalistas e entre estes e as empresas.
> (*Estatutos*, 1924, Artº. 3.º)

Defender os interesses dos seus associados, continuava a ser a principal tarefa da corporação e a conquista da carteira de identidade terá sido a sua principal conquista, como fica expresso nos Estatutos: "Com a presente reforma pretende a velha associação dos profissionais da imprensa alargar a sua esfera de acção e torná-la mais profícua e útil aos seus componentes." (*Estatutos*, 1924)

Para atingir os fins enunciados, o Sindicato refere que irá:

> Artº. 4.º
> a) promover periodicamente congressos de profissionais da Imprensa, onde serão tratados os interesses materiais e morais colectivos, ventilados todos os assuntos concernentes à vida jornalística, tanto os de carácter puramente intelectual, como industrial, comercial ou técnico;
> b) estabelecer uma escola de jornalismo cujo programa, inspirado embora

[15] Valente (1998, p. 56) refere que a transformação da Associação de Classe em Sindicato comprova que, em Portugal, "o sindicalismo dos jornalistas – desde logo a nível dos conceitos – acompanhava atempadamente a evolução registada na Europa." Assim, compreende-se a resposta que o Sindicato havia dado a um inquérito onde se considerava o único defensor dos interesses da profissão, e referia que a Associação portuense (Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto) os defendia muito pouco.

> em exemplos estrangeiros, se deverá adaptar às necessidades do meio;
> c) organizar e desenvolver uma biblioteca composta principalmente de livros, revistas e outras publicações que interessem à classe;
> d) promover conferências sobre assuntos que digam respeito à classe ou que possam interessar à imprensa, à cultura popular ou ao progresso das ideias;
> e) facultar aos sócios, na sede social, conforto, cultura física, diversões e todos os elementos do estudo e informação indispensáveis ao seu trabalho profissional;
> f) manter estreitas relações com os organismos congéneres, nacionais e estrangeiros, e esforçar-se pela permuta de visitas de [] jornalísticas;
> g) publicar periodicamente um Boletim, onde serão transcritos os relatórios e contas dos corpos gerentes, e relatórios das secções e as comunicações de sócios que interessem à colectividade. (…)
>
> Artº. 5.º
> a) aderir à respectiva federação profissional ou de industria e à união local das corporações profissionais;
> b) inscrever-se, mediante aprovação da assembleia geral, nos organismos da Imprensa com carácter internacional, existentes ou que venham a constituir-se, e tomar parte nos Congressos Internacionais de Imprensa, por meio de delegados ou observadores, indicados oportunamente pela assembleia geral; (*Estatutos*, 1924, Artº. 4.º e Artº. 5.º)

Assim, este primeiro sindicato apresentava como assuntos e tarefas do seu interesse: promover congressos para os profissionais de imprensa; organizar e desenvolver uma biblioteca; publicar periodicamente um boletim; regular a questão da carteira de identidade profissional, elaborar um contrato colectivo de trabalho; dar resposta ao Inquérito da Repartição Internacional de Jornalistas sobre as condições de vida dos jornalistas; proceder à instalação do Sindicato em edifício próprio; pugnar pelo estabelecimento de uma escola de jornalismo[16] e de uma Caixa de Previdência dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.

A 22 de Dezembro de 1924, através do Decreto nº. 10.401, é criada a Carteira de Identidade de Profissional da Imprensa, para gáudio do Sindicato. Valente (1998, p. 52) alerta que, no entanto, o processo ainda foi

[16] Cunha (1941, p. 30-31) refere que o estabelecimento de uma escola de jornalismo não reunia opinião favorável de todos os filiados.

recheado de incidentes e que o texto inicial do Decreto sofrera algumas alterações, tendo nova publicação em 1 de Janeiro de 1925. Logo em 1925, são passadas pela Direcção do Sindicato, 266 carteiras, sendo 195 a sócios efectivos, 3 a sócios auxiliares e 68 a profissionais de imprensa não sócios (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, 1927, p. 27). O autor refere, ainda, que assim que ficaram definidos os princípios da carteira profissional, esta trouxe, imediatamente,

> um conjunto de facilidades de acesso a serviços como "livre-trânsito" nos Passos Perdidos e no Porto de Lisboa, a redução de preços nos caminhos-de-ferro e descontos em vários hotéis, restaurantes, termas e farmácias. (VALENTE, 1998, p. 53)

No ano de 1925, o Bureau International du Travail ou Repartição Internacional do Trabalho[17] realiza um inquérito sobre as condições de trabalho e vida dos jornalistas. Valente (1998, p. 53) refere que são consultadas cerca de 60 organizações, grupos e associações profissionais e um certo número de particulares, em 33 países[18] e que a iniciativa resultou de uma sugestão apresentada pela Associação Internacional dos Jornalistas. O Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, contactado pelo Bureau Internacional du Travail, traçou um quadro da situação em Portugal, publicando no seu *Boletim*[19] o questionário e as suas respostas.

Ainda no ano de 1925, mais precisamente em 31 de Dezembro de 1925, a Direcção do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa apresentou um relatório seguido do projecto de Contrato de Trabalho Jornalístico, indo ao encontro daquilo que era, há muito, uma aspiração dos jornalistas, mas que nem todos haviam, ao momento, conseguido.

Em 1926, o número de profissionais inscritos neste sindicato era de cerca 280 e o seu presidente de Direcção era Ferreira de Castro. Durante o seu mandato, promoveu um protesto contra a censura e igualmente

[17] Forma como surge traduzido no *Boletim* (1926, p. 28).

[18] Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, Chile, Cuba, Checoslováquia, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Grécia, Hungria, Índia, Itália, Japão, Letónia, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Polónia, Portugal, Roménia, Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, Espanha, Suécia, Suíça, Estados Unidos, Uruguai.

[19] O resultado só foi publicado dois anos depois, quando o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa já publicava um *Boletim*.

contra a pena de morte, pedida por alguém, em carta aberta à Assembleia Nacional, para os crimes políticos. (VALENTE, 1998, p. 65). É, também, nesta altura, que a organização publica o seu *Boletim*.

5. *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa

O Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa publicou um *Boletim*, do qual saíram dois números, um em 1926 e outro em 1927. O primeiro tem 82 páginas e o segundo 40.

Fig. 3
Capa número um do *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa

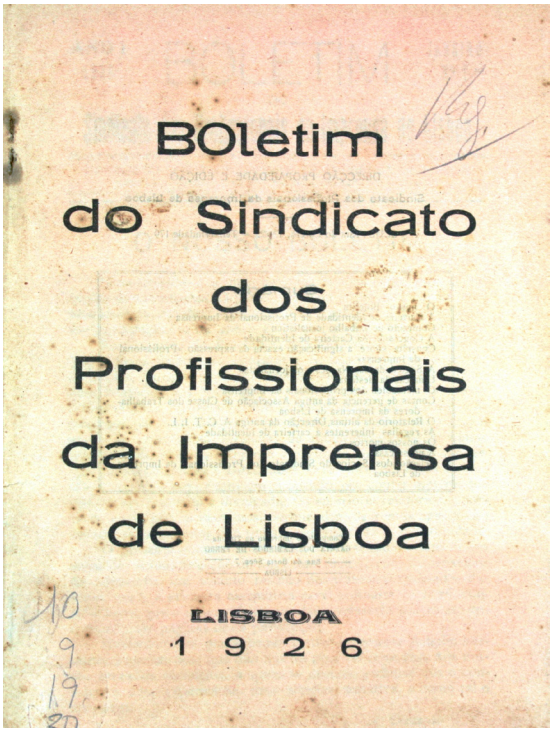


Fig. 4
Contra-capa e primeira página do número um do *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa



DIRECÇÃO PROPRIEDADE E EDIÇÃO
Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa

SEDE: Rua do Loreto, 13, 2.º — Tel. Trindade 179

Sumário

O nosso Boletim
A Carteira de Identidade de Profissional da Imprensa
Contracto de trabalho jornalistico
A Concessão da Carteira de Identidade
Consulta sôbre a significação exacta da expressão «Profissional da Imprensa»
A Sociedade das Nações e os jornalistas
Uma cabala desfeita
O mensalões dos profissionais da Imprensa
Contas de gerencia da antiga Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa
O Relatorio da ultima Direcção da antiga A. C. T. I. L.
As regalias inherentes á carteira de identidade
Os nossos mortos
A nossa casa
Relação dos Socios do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa

Composto e impresso na Tip. da
GAZETA DOS CAMINHOS DE FERRO
Rua da Horta Séca, 7
LISBOA

ANO I
1926

BOLETIM

JANEIRO
N.º 1

DO

Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa

DIRECTOR, PROPRIETARIO E EDITOR:
SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE IMPRENSA DE LISBOA
SEDE: Rua do Loreto, 13, 2.º — Telefone Trindade 179 — LISBOA
Composto e impresso na TIPOGRAFIA DA GAZETA DOS CAMINHOS DE FERRO — Rua da Horta Seca, n.º 7, 1.º

O NOSSO BOLETIM

São escusadas quaisquer palavras de apresentação em publicações desta natureza. O publico restrito a que se destinam sabe bem quais os seus objectivos, que, no caso presente, são os expressamente consignados na alinea g) do art. 4.º dos nossos Estatutos.

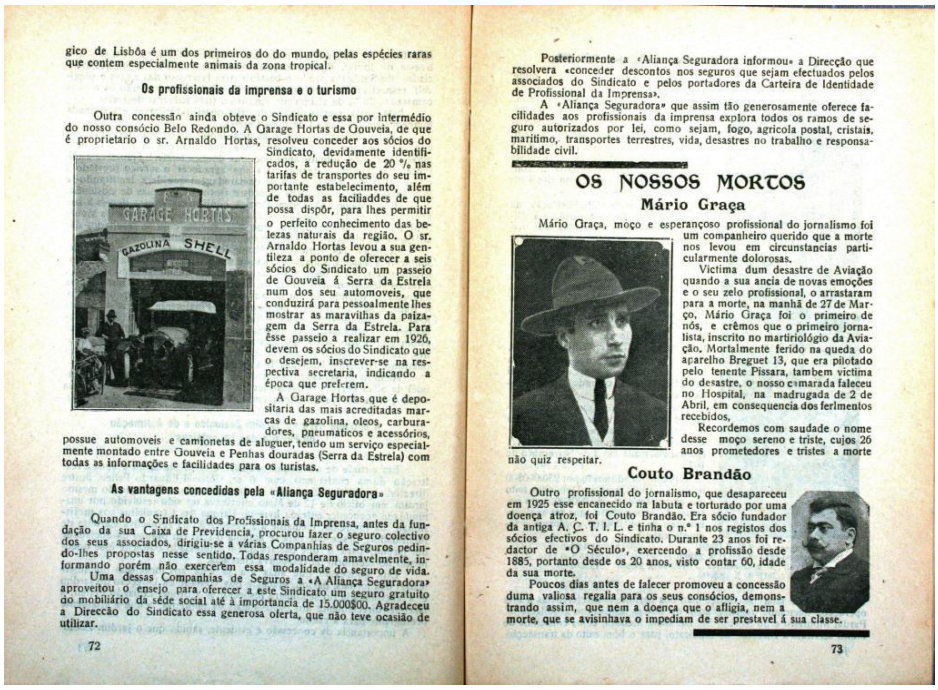
Este número do Boletim excede todavia um pouco o limite fixado nessa disposição estatutária. Se não insere comunicações de sócios, porque nenhuma nos foi entregue para esse efeito, nem relatórios das Secções, porque nenhuma está ainda constituida, publica diplomas e outros documentos que julgamos de interesse para os filiados neste Sindicato Profissional. Contem ainda as contas das gerencias da antiga Associação de Classe dos Trabalhadôres da Imprensa a partir de 1919, ultimo ano em que foram publicadas e distribuidas. O relatório dos actos da ultima gerencia de 1924 é tambem publicado, por conter matéria que cumpre ser registada e divulgada. Os anteriores relatorios, a partir de 1919, não os inserimos, porque alem de irem ocupar muito espaço, reconhecemos que tinham perdido toda a oportunidade.

O presente número do Boletim ficará sendo o relatório dos actos da actual direcção do Sindicato. Sem que nos dispensemos de apresentar um sucinto resumo dos trabalhos realisados durante 1925, á primeira assembleia geral ordinária de 1926, consideramos, que o desenvolvimento desse relatório deverá ser encontrado nas paginas desta publicação.

Evidentemente que sabemos conter o presente Boletim bastantes imperfeições, que não nos foi possivel remediar. Aos nossos prezados consócios, a quem se destina, pedimos que o considerem uma experiencia, uma simples tentativa, e como tal o apreciem.

A Direcção

Fig. 5
Página interior do número um do *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa



gico de Lisbôa é um dos primeiros do do mundo, pelas espécies raras que contem especialmente animais da zona tropical.

Os profissionais da imprensa e o turismo

Outra concessão ainda obteve o Sindicato e essa por intermédio do nosso consócio Belo Redondo. A Garage Hortas de Gouveia, de que é proprietario o sr. Arnaldo Hortas, resolveu conceder aos sócios do Sindicato, devidamente identificados, a redução de 20 % nas tarifas de transportes do seu importante estabelecimento, além de todas as facilidades de que possa dispôr, para lhes permitir o perfeito conhecimento das belezas naturais da região. O sr. Arnaldo Hortas levou a sua gentileza a ponto de oferecer a seis sócios do Sindicato um passeio de Gouveia á Serra da Estrela num dos seu automoveis, que conduzirá para pessoalmente lhes mostrar as maravilhas da paizagem da Serra da Estrela. Para êsse passeio a realizar em 1926, devem os sócios do Sindicato que o desejem, inscrever-se na respectiva secretaria, indicando a época que prefirem.

A Garage Hortas que é depositaria das mais acreditadas marcas de gazolina, oleos, carburadores, pneumaticos e acessórios, possue automoveis e camionetas de aluguer, tendo um serviço especialmente montado entre Gouveia e Penhas douradas (Serra da Estrela) com todas as informações e facilidades para os turistas.

As vantagens concedidas pela «Aliança Seguradora»

Quando o Sindicato dos Profissionais da Imprensa, antes da fundação da sua Caixa de Previdencia, procurou fazer o seguro colectivo dos seus associados, dirigiu-se a várias Companhias de Seguros pedindo-lhes propostas nesse sentido. Todas responderam amavelmente, informando porém não exercerem essa modalidade do seguro de vida.

Uma dessas Companhias de Seguros a «A Aliança Seguradora» aproveitou o ensejo para oferecer a este Sindicato um seguro gratuito do mobiliário da séde social até à importancia de 15.000$00. Agradeceu a Direcção do Sindicato essa generosa oferta, que não teve ocasião de utilizar.

Posteriormente a «Aliança Seguradora informou» a Direcção que resolvera «conceder descontos nos seguros que sejam efectuados pelos associados do Sindicato e pelos portadores da Carteira de Identidade de Profissional da Imprensa».

A «Aliança Seguradora» que assim tão generosamente oferece facilidades aos profissionais da imprensa explora todos os ramos de seguro autorizados por lei, como sejam, fogo, agricola postal, cristais, maritimo, transportes terrestres, vida, desastres no trabalho e responsabilidade civil.

OS NOSSOS MORTOS

Mário Graça

Mário Graça, moço e esperançoso profissional do jornalismo foi um companheiro querido que a morte nos levou em circunstancias particularmente dolorosas.

Victima dum desastre de Aviação quando a sua ancia de novas emoções e o seu zelo profissional, o arrastaram para a morte, na manhã de 27 de Março, Mário Graça foi o primeiro de nós, e crêmos que o primeiro jornalista, inscrito no martirológio da Aviação. Mortalmente ferido na queda do aparelho Breguet 13, que era pilotado pelo tenente Pissara, tambem victima do desastre, o nosso camarada faleceu no Hospital, na madrugada de 2 de Abril, em consequencia dos ferimentos recebidos.

Recordemos com saudade o nome desse moço sereno e triste, cujos 26 anos prometedores e tristes a morte não quiz respeitar.

Couto Brandão

Outro profissional do jornalismo, que desapareceu em 1925 esse encanecido na labuta e torturado por uma doença atroz, foi Couto Brandão. Era sócio fundador da antiga A. C. T. I. L. e tinha o n.º 1 nos registos dos sócios efectivos do Sindicato. Durante 23 anos foi redactor de «O Século», exercendo a profissão desde 1885, portanto desde os 20 anos, visto contar 60, idade da sua morte.

Poucos dias antes de falecer promoveu a concessão duma valiosa regalia para os seus consócios, demonstrando assim, que nem a doença que o afligia, nem a morte, que se avisinhava o impediam de ser prestavel á sua classe.

www.labcom.pt

Fig. 6
Capa número dois do *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa

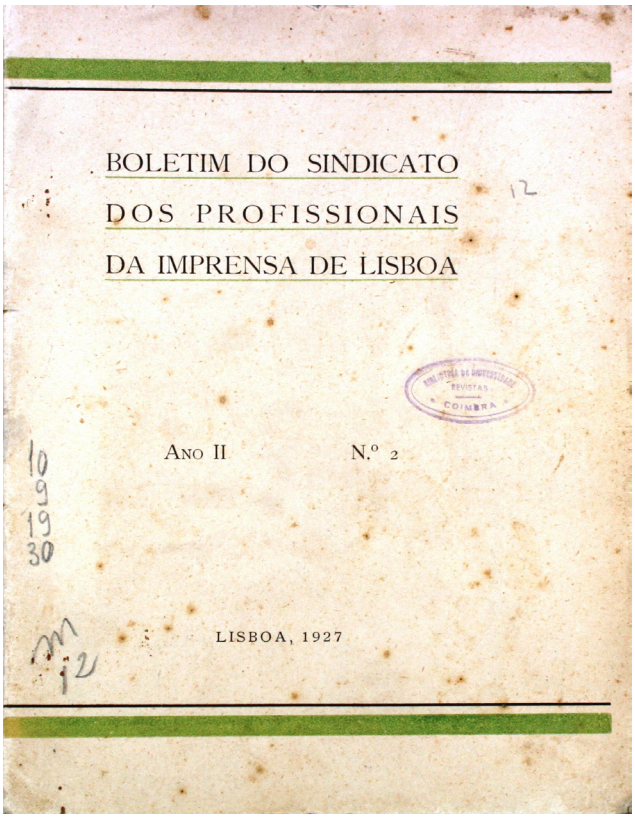
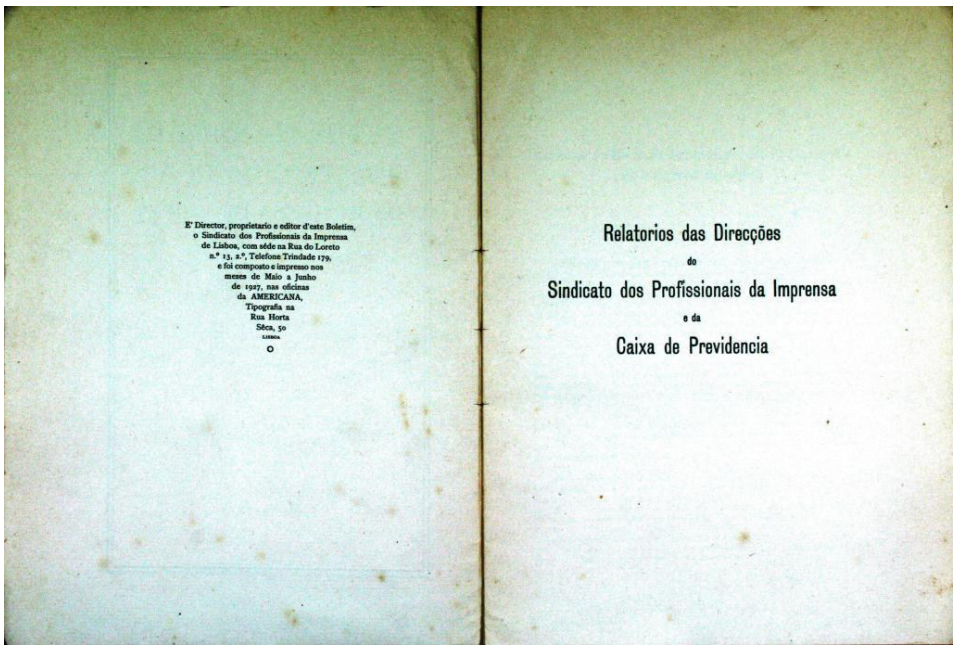


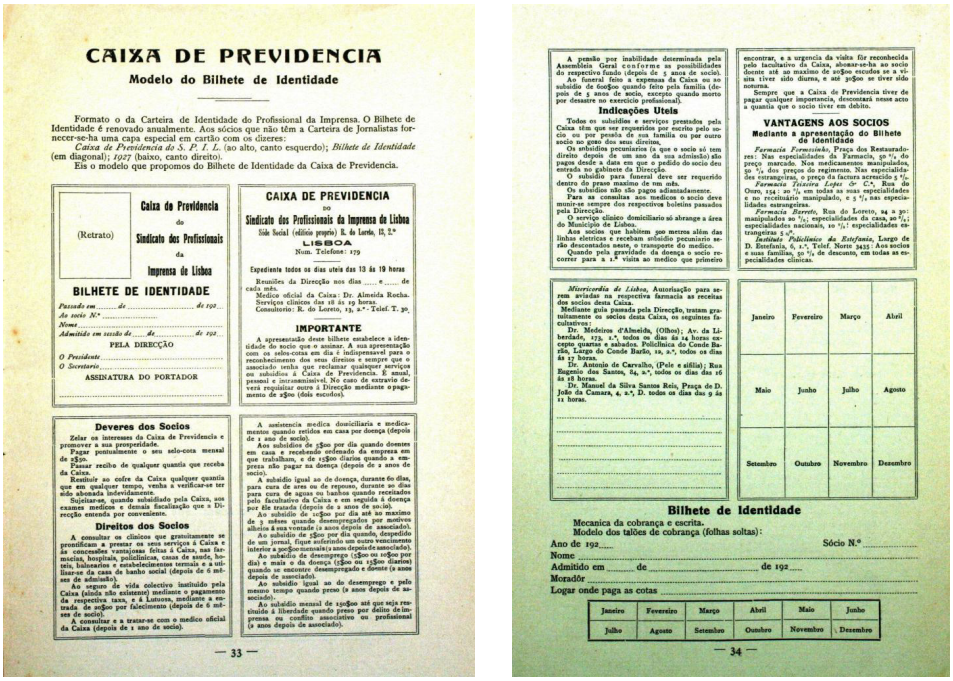
Fig. 7
Primeiras páginas do número dois do *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa



E' Director, proprietario e editor d'este Boletim, o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, com séde na Rua do Loreto n.º 13, 2.º, Téléfone Trindade 179, e foi composto e impresso nos mezes de Maio a Junho de 1927, nas oficinas da AMERICANA, Tipografia na Rua Horta Sêca, 50 LISBOA

Relatorios das Direcções
do
Sindicato dos Profissionais da Imprensa
e da
Caixa de Previdencia

Fig. 8
Modelo do Bilhete de Identidade do jornalista para a Caixa de Previdência, publicado no número dois do *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa



CAIXA DE PREVIDENCIA

Modelo do Bilhete de Identidade

Formato o da Carteira de Identidade do Profissional da Imprensa. O Bilhete de Identidade é renovado anualmente. Aos sócios que não têm a Carteira de Jornalistas fornecer-se-ha uma capa especial em cartão com os dizeres:

Caixa de Previdencia do S. P. I. L. (ao alto, canto esquerdo); *Bilhete de Identidade* (em diagonal); *1927* (baixo, canto direito).

Eis o modelo que propomos do Bilhete de Identidade da Caixa de Previdencia.

(Retrato)

Caixa de Previdencia do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa

BILHETE DE IDENTIDADE

Passado em ..... de ..... de 192..

Ao socio N.º .....

Nome .....

Admitido em sessão de ..... de ..... de 192..

PELA DIRECÇÃO

O Presidente .....

O Secretario .....

ASSINATURA DO PORTADOR

.....

CAIXA DE PREVIDENCIA

Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa

Séde Social (edificio proprio) R. do Loreto, 13, 2.º

LISBOA

Num. Telefone: 179

Expediente todos os dias uteis das 13 ás 19 horas

Reuniões da Direcção nos dias ..... e ..... de cada mês.

Medico oficial da Caixa: Dr. Almeida Rocha. Serviços clinicos das 16 ás 19 horas. Consultorio: R. do Loreto, 13, 2.º - Telef. T. 30.

IMPORTANTE

A apresentação deste bilhete estabelece a identidade do socio que o assinar. A sua apresentação com os selos-cotas em dia é indispensavel para o reconhecimento dos seus direitos e sempre que o associado tenha que reclamar qualquer serviços ou subsidios á Caixa de Previdencia. É envial, pessoal e intransmissivel. No caso de extravio deverá requisitar outro á Direcção mediante o pagamento de 2$00 (dois escudos).

Deveres dos Socios

Zelar os interesses da Caixa de Previdencia e promover a sua prosperidade.

Pagar pontualmente o seu selo-cota mensal de 2$50.

Passar recibo de qualquer quantia que receba da Caixa.

Restituir ao cofre da Caixa qualquer quantia que em qualquer tempo, venha a verificar-se ter sido abonada indevidamente.

Sujeitar-se, quando subsidiado pela Caixa, aos exames medicos e demais fiscalisação que a Direcção entenda por conveniente.

Direitos dos Socios

A consultar os clinicos que gratuitamente se promtificam a prestar os seus serviços á Caixa e ás concedem vantajosas feitas á Caixa, nas farmacias, hospitais, policlinicas, casas de saude, hospicios, balnearios e estabelecimentos termais e a utilisar-se da casa de banho social (depois de 6 mêses de admissão).

Ao seguro de vida colectivo instituido pela Caixa (sinda não existente) mediante o pagamento da respectiva taxa, e á Loteria, mediante a entrada de 2$00 por falecimento (depois de 6 mêses de socio).

A consultar e a tratar-se com o medico oficial da Caixa (depois de 1 ano de socio).

A assistencia medica domiciliaria e medicamentos quando retidos em casa por doença (depois de 1 ano de socio).

Aos subsidios de 5$00 por dia quando doentes em casa e recebendo ordenado da empresa em que trabalham, e de 15$00 diarios quando a empresa não pagar na doença (depois de 2 anos de socio).

A subsidio igual ao de doença, durante 60 dias, para cura de ares ou de repouso, durante 20 dias para cura de aguas ou banhos quando receitados pelo facultativo da Caixa e em seguida á doença por ele tratada (depois de 4 anos de socio).

Ao subsidio de 10$00 por dia até ao maximo de 3 mêses quando desempregados por motivos alheios á sua vontade (2 anos depois de associado).

Ao subsidio de 5$00 por dia quando, despedido de um jornal, fique soffrendo um outro vencimento inferior a 30$00 mensais (2 anos depois de associado).

Ao subsidio de desemprego (5$00 ou 10$00 por dia) e mais o da doença (5$00 ou 15$00 diarios) quando se encontre desempregado e doente (2 anos depois de associado).

Ao subsidio igual ao do desemprego e pelo mesmo tempo quando preso (2 anos depois de associado).

Ao subsidio mensal de 150$00 até que seja restituido á liberdade quando preso por delito de imprensa ou conflito associativo ou profissional (3 anos depois de associado).

— 33 —

A pensão por inabilidade determinada pela Assembleia Geral conforme os possibilidades do respectivo fundo (depois de 5 anos de socio).

Ao funeral feito a expensas da Caixa ou ao subsidio de 60$00 quando feito pela familia (depois de 5 anos de socio, excepto quando morto por desastre no exercicio profissional).

Indicações Uteis

Todos os subsidios e serviços prestados pela Caixa têm que ser requeridos por escrito pelo socio ou por procu de sua familia ou por outro socio no gozo dos seus direitos.

Os subsidios pecuniarios (a que o socio só tem direito depois de um ano da sua admissão) são pagos desde a data em que o pedido do socio deu entrada no gabinete da Direcção.

O subsidio para funeral deve ser requerido dentro do praso maximo de um mês.

Os subsidios não são pagos adiantadamente.

Para as consultas aos medicos o socio deve munir-se sempre dos respectivos boletins passados pela Direcção.

O serviço clinico domiciliario só abrange a área do Municipio de Lisboa.

Aos socios que habitem 500 metros além das linhas electricas e recebam subsidio pecuniario serão descontados neste, o transporte do medico.

Quando pela gravidade da doença o socio recorrer para a 1.ª visita ao medico que primeiro encontrar, e a urgencia da visita fôr reconhecida pelo facultativo da Caixa, abonar-se-ha ao socio doente até ao maximo de 10$00 escudos se a visita tiver sido diurna, e até 30$00 se tiver sido nocturna.

Sempre que a Caixa de Previdencia tiver de pagar qualquer importancia, descontará nesse acto a quantia que o socio tiver em debito.

VANTAGENS AOS SOCIOS

Mediante a apresentação do Bilhete de Identidade

Farmacia Formosinho, Praça dos Restauradores: Nas especialidades da Farmacia, 50 °/₀ do preço marcado. Nos medicamentos manipulados, 50 °/₀ dos preços do regimento. Nas especialidades estrangeiras, o preço da factura acrescido 5 °/₀.

Farmacia Teixeira Lopes & C.ª, Rua do Ouro, 154: 20 °/₀ em todas as suas especialidades e no receituário manipulado, e 5 °/₀ nas especialidades estrangeiras.

Farmacia Barreto, Rua do Loreto, 24 a 30: manipulados 20 °/₀; especialidades da casa, 20 °/₀; especialidades nacionais, 10 °/₀; especialidades estrangeiras 5 °/₀.

Instituto Policlinico da Estefania, Largo de D. Estefania, 6, 1.º, Telef. Norte 3435: Aos socios e suas familias, 50 °/₀ de desconto, em todas as especialidades clinicas.

Misericordia de Lisboa, Autorisação para serem aviadas na respectiva farmacia as receitas dos socios desta Caixa.

Mediante guia passada pela Direcção, tratam gratuitamente os socios desta Caixa, os seguintes facultativos:

Dr. Medeiros d'Almeida, (Olhos); Av. da Liberdade, 173, 2.º, todos os dias ás 14 horas excepto quartas e sabados. Policlinica do Conde Barão, Largo do Conde Barão, 50, 2.º, todos os dias ás 17 horas.

Dr. Antonio de Carvalho, (Pele e sifilis); Rua Eugenio dos Santos, 84, 2.º, todos os dias das 16 ás 18 horas.

Dr. Manuel da Silva Santos Reis, Praça de D. João da Camara, 4, 2.º, D. todos os dias das 9 ás 11 horas.

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
Maio	Junho	Julho	Agosto
Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

Bilhete de Identidade

Mecanica da cobrança e escrita.

Modelo dos talões de cobrança (folhas soltas):

Ano de 192..... Sócio N.º .....

Nome .....

Admitido em ..... de ..... de 192.....

Morador .....

Logar onde paga as cotas .....

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

— 34 —

No primeiro número do *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, indica-se que a Direcção, Propriedade e Edição da publicação é da responsabilidade do Sindicato. A apresentação e a justificação para a produção de um *Boletim* é feita pela própria Direcção do Sindicato na página de abertura da publicação (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa, 1926, p.1). Nela pode ler-se, entre outras coisas, que não se inseriram comunicações de sócios, uma vez que nenhum deles assim o desejou, nem as entregou para tal efeito, e que os objectivos inerentes à publicação do *Boletim* estão presentes nos Estatutos, daí que não haja necessidade de se reproduzirem novamente.

> São escusadas quaisquer palavras de apresentação em publicações desta natureza. O público restrito a que se destinam sabe bem 1quais os seus objectivos, que, no caso presente, são expressamente consignados na alínea g) do art. 4.º dos nossos Estatutos
> Este número do Boletim excede todavia um pouco o limite fixado nessa disposição estatuária. Se não insere comunicações de sócios, porque nenhuma nos foi entregue para esse efeito, nem relatórios das Secções, porque nenhuma está ainda constituída, publica diplomas e outros documentos que julgamos de interesse para os filiados neste Sindicato Profissional. Contém ainda as contas das gerências da antiga Associação de Classes dos Trabalhadores da Imprensa a partir de 1919, último ano em foram publicadas e distribuídas. O relatório dos actos da última gerência de 1924 é também publicado, por conter matéria que cumpre ser registada e divulgada. Os anteriores relatórios, a partir de 1919, não os inserimos, porque além de irem ocupar muito espaço, reconhecemos que tinham perdido toda a oportunidade.
> O presente número do Boletim ficará sendo o relatório dos actos da actual direcção do Sindicato. Sem que nos dispensemos de apresentar um sucinto resumo dos trabalhos realizados durante 1925, à primeira assembleia-geral ordinária de 1926, consideramos que o desenvolvimento desse relatório deverá ser encontrado nas páginas desta publicação.
> Evidentemente que sabemos conter o presente Boletim bastantes imperfeições, que não nos foi possível remediar. Aos nossos prezados consócios, a quem se destina, pedimos que o considerem uma experiência, uma simples tentativa, e como tal o apreciem.

Uma vez que a responsabilidade dos textos é exclusivamente da Direcção do Sindicato, todos eles são assinados por "A Direcção" ou, então, surgem sem qualquer assinatura.

O *Boletim* inicia-se com um texto intitulado "A Carteira de Identidade de Profissional da Imprensa", onde se dá conta da nova publicação do Decreto n.º10.401, segundo o qual ficaria à responsabilidade do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa (depois de aprovado pelo Ministério do Interior) a atribuição dos passes da imprensa, ou seja, a carteira de identidade de profissional da imprensa, aos jornalistas. Esta atribuição estava, inicialmente, a cargo da polícia, o que causava descontentamento entre a classe jornalística e provocava várias situações

desagradáveis. Com esta medida, acordada entre os profissionais da imprensa e os directores dos jornais, veio a constituir "um inegável triunfo para a (…) classe" (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, 1926, p. 2-3). Páginas depois, num texto intitulado de "A Carteira de Identidade" (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, n.º 1, 1926, p. 66-73) continuam a ser enumeradas as regalias inerentes à atribuição deste cartão de identificação dos jornalistas. Assim, refere-se o livre-trânsito nas Salas dos Passos Perdidos do Congresso da República e o acesso à Tribuna n.º 2 da Câmara dos Deputados; a livre entrada no Cais e Entrepostos do porto de Lisboa; redução de 50% nos transportes em caminho-de-ferro feito pela Sociedade Estoril; facilidades em hotéis e restaurantes; reduções de preço na Farmácia Formosinho; descontos nas Termas de Monte Real; entrada livre no Jardim Zoológico; 20% de desconto nas viagens feitas pela empresa Garagem Hortas de Gouveia; e benefícios na "Aliança Seguradora". Todos estes benefícios eram considerados altamente prestigiantes para a classe e contribuiriam para a melhor realização do trabalho do jornalista (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, n.º 1, 1926, p. 66). Entre as regalias já referidas, este documento permitia, também, que os jornalistas pudessem usufruir de um desconto de 75% nas linhas de caminho-de-ferro do Estado, bem como de licença gratuita para uso e porte de arma de defesa (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, 1926, p. 4-5). Ao falar sobre este assunto, o *Boletim* está, definitivamente, a ser fonte para os Estudos Jornalísticos portugueses.

No mesmo primeiro número do *Boletim*, surge um outro artigo sobre a carteira de identidade, desta vez destinado a esclarecer alguns aspectos que terão ficado menos claros e que terão suscitado dúvidas (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, 1926, p. 18-24). Este surge em forma de perguntas e respostas, sendo as perguntas colocadas pelo Sindicato e as respostas dadas por membros da Junta Consultiva, nomeadamente José Pontes (p. 18-21), Álvaro Maia (20-23) e Campos Lima (p. 23-24). As perguntas colocadas foram:

> CÓPIA – Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa: A Direcção do Sindicato dos Profissionais da Imprensa pede aos dignos membros

> da Junta Consultiva que se dignem a emitir o parecer sobre os seguintes pontos:
> 1.º - Deve ser passada a Carteira de Identidade criada pelo Decreto 10401 de 22 de Dezembro de 1924, a todos os directores dos jornais diários?
> 2.º - Deve ser passada a mesma carteira os críticos literários, teatrais, musicais ou de arte, que não exerçam outra função na imprensa?
> 3.º - A carteira pode ser passada aos directores e redactores das publicações periódicas não diárias, que não insiram reportagens nas suas colunas?
> 4.º - Pode ser passada a Carteira aos antigos profissionais da Imprensa, embora os jornais a que pertencem se encontrem actualmente suspensos?
> 5.º - Aos antigos jornalistas que há mais de um ano não exercem a profissão, deve ser passada a Carteira de Identidade?
> Lisboa, 30 de Janeiro de 1925
> O Secretário-geral

O contrato de trabalho jornalístico foi outra das lutas encabeçada pelo Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa. Esta era uma ambição para muitos profissionais, apesar de não ser, de todo, novidade para as empresas jornalísticas portuguesas, uma vez que, em Portugal, estas já faziam contratos com algum do seu pessoal. No relatório sobre o contrato de trabalho jornalístico que o Sindicato dos Profissionais da Imprensa publicou no seu *Boletim* (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, 1926, p. 8-9), a corporação explica que elaborou as bases do contrato a pedido dos seus consócios, que sentiam estar numa situação desvantajosa em comparação com, por exemplo, os tipógrafos. Refere-se, também, que as bases foram elaboradas de acordo com aquilo que era a organização do trabalho jornalístico estrangeiro, nomeadamente segundo o contrato de trabalho que vigorava para os jornalistas italianos.

> A direcção do Sindicato recebeu dos seus consócios o encargo de elaborar as bases de um contrato de trabalho que deveria ser apresentado a uma das primeiras assembleias a efectuar depois da incumbência. (…)
> O contrato de trabalho entre jornalistas e proprietários de jornais, cujas bases elaboramos, é por enquanto uma aspiração e para muitos uma novidade. Não será porém novidade para as empresas jornalísticas, pois a indústria dos jornais é das raras que, entre nós, têm contratos colectivos com o seu pessoal. Desde 2 de Agosto de 1919, que se estabeleceu uma

> organização de trabalho para vigorar nas tipografias dos jornais diários de Lisboa, firmada pelas respectivas empresas e delegados da federação do Livro e do Jornal. Essa organização, posteriormente modificada, em Dezembro de 1923, ainda vigora e todos nós sabemos como ela é escrupulosamente respeitada pelas partes contratantes, o que permitem estarem os tipógrafos numa situação muitíssimo mais vantajosa, quanto a horários, salários, etc., do que os jornalistas.
>
> É vexatório para a nossa classe que tal suceda, pois os serviços que prestamos à imprensa são tão valiosos, pelo menos, como os dos tipógrafos. Não queremos mal a esses profissionais, pelas regalias que souberam conquistar, nem reivindicamos para nós superiores vantagens. Limitamo-nos a pedir que autêntico tratamento nos seja dado.
>
> As bases do contrato elaboradas por esta Direcção são manifestamente diferentes das da Organização aludida, que quase só encara o problema dos salários. São diferentes e muito mais suaves. Procurámos na organização do trabalho jornalístico no estrangeiro as necessárias directrizes para elaborar as bases que abaixo seguem, o contrato do trabalho que vigora para os jornalistas italianos, foi aquele que seguimos mais de perto. Contudo, a diferença dos meios e das condições da vida profissional, levaram-nos a modificar profundamente o contrato-tipo a que nos reportamos.
>
> Dado que não existe entre nós legislação que proteja o trabalho jornalístico, o que não sucede em Itália e noutros países, teremos de incluir nas bases da convenção, a estabelecer, princípios inteiramente novos e talvez um pouco estranhos a contratos desta natureza.

No mesmo texto (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, 1926, p. 9-10), a Direcção do Sindicato informa que foi necessário adoptar uma definição de profissional de jornalismo, por motivo da concessão da carteira de identidade. Assim, seria jornalista todo aquele que obtivesse desta actividade a maior parte dos seus proventos. No relatório referem-se, também, entre outros aspectos. Distinguem-se, por exemplo, algumas categorias dentro da profissão jornalistas e mencionam-se as alterações pretendidas nos vencimentos e nas horas de trabalho. Estabelecem-se aspectos relativamente a despesas de viagem, a despedimentos e respectivas indemnizações e, ainda, assistência em caso de doença.

> A definição de profissional adoptada cremos que é a única lógica e digna. Não é razoável que tenha exigências, quem faz do jornalismo

um passatempo ou uma ridícula exibição de vaidades quando não um rótulo de negócios escuros. Consideramos, todavia, que dada a deficiente remuneração do trabalho jornalístico entre nós, raríssimas pessoas poderão fazer dele a sua profissão única retribuída e daí o abrir-se a excepção para os que do jornalismo aufiram a maior parte dos seus proventos.

Se incluímos nas bases da nossa Convenção as categorias superiores a chefe de redacção é por entendermos que os directores e os redactores principais de jornais devem ser profissionais do jornalismo e não só cavalheiros com habilidade para escrever e que se prestam a todas as subserviências em face das empresas. Qualquer redactor-repórter ou redactor, pode ser chefe de redacção, redactor-principal ou director do jornal, funções que exerce eventualmente e que pode deixar sem desdouro, para voltar a ser só redactor-repórter ou redactor. No jornalismo não há postos como na hierarquia militar, há mérito e aptidões e eventualmente a relativa confiança das empresas ou proprietários de jornais e é essa confiança que faz e desfaz os directores e chefes de redacção, que, quando o deixam de ser, não ficam deprimidos no seu prestígio profissional.

Sobre vencimentos e horas de trabalho nada mais é do que um esboço o que deixamos exarado na Convenção. Bom é, porém, acentuar que os vencimentos indicados constituem o limite mínimo que jamais deverá ser ultrapassado. Não nos permitimos sequer falar no vencimento único, deixamos às empresas e aos directores de jornais amplíssima liberdade para remunerarem conforme for de justiça o trabalho dos jornalistas que com eles colaborem. Evidentemente que o trabalho nocturno deve ser sempre muito melhor pago do que o trabalho diurno, por óbvias razões de ordem higiénica. (…)

A Convenção encerra uma novidade sobre o pagamento de despesas com reportagens fora da sede do jornal. As despesas de reportagem e transportes ficarão a cargo dos jornalistas, primeiro, para que as regalias obtidas, das empresas de Caminhos de Ferro e Hotéis não vão reverter em benefícios dos industriais do jornalismo; segundo, por um princípio de moralidade e de prestígio da profissão. O jornalista, por via de regra, em serviço fora da sede do jornal é obrigado a despesas que podem chamar-se de representação, que, ou paga do seu bolso ou se coíbe de fazer por um critério de economia, o que redunda em seu desprestígio, ou faz, apresentando a conta aos proprietários dos jornais, que o sujeitam a todos os vexames exigindo recibos etc. e que muitas vezes lhe mandam descontar nos vencimentos as importâncias dispendidas. (…) As indemnizações

> por despedimento, as melhorais de vencimentos, por períodos de cindo anos, as gratificações anuais e a assistência na doença e na inabilidade são princípios decalcados do Contrato de Trabalho jornalístico em Itália, com ligeiras modificações, e cujas vantagens desnecessário será enumerar. (…)

O Projecto do contrato jornalístico era composto por vinte e cinco bases e todas elas foram expostas no *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, 1926, p. 11-17).

> (…) Base III
> Para os efeitos da presente Convenção consideram-se jornalistas profissionais todos os indivíduos, filiados no respectivo Sindicato profissional, que exerçam efectivamente e há mais de dois anos, pelo menos, a sua actividade na imprensa diária e do jornalismo façam a sua profissão única retribuída, desempenhando quaisquer das seguintes funções: directores, subdirectores, redactores principais, chefes de redacção, redactores-repórteres, redactores e repórteres, incluindo-se no número dos redactores-repórteres os cronistas políticos, parlamentares e desportivos, os critérios artísticos e os correspondentes de jornais ou agências de informação jornalísticas e os seus ajudantes, quando não sejam só repórteres; no dos redactores os articulistas, redactores de expediente e das secções de estrangeiro e das províncias, e no dos repórteres, os desenhadores-repórteres e os repórteres fotográficos.
> § Único
> Transitoriamente são considerados profissionais do jornalismo os indivíduos de quem trata esta base, ainda que não façam do jornalismo a sua profissão única retribuída, devendo porém provar, que recebem da sua actividade na imprensa a maior parte dos seus proventos. (…)
> Base V
> A direcção do jornal, de acordo com a respectiva administração, fixará os vencimentos a pagar aos jornalistas, tendo em atenção que aos directores, subdirectores e redactores principais nunca poderão ser pagos vencimentos mensais inferiores a 2.000 escudos; aos chefes de redacção e articulistas, a 1.500 escudos; aos redactores-repórteres, a 1.000 escudos; aos redactores, a 800 e aos repórteres, a 500 escudos. (…)
> Base X
> Em caso de doença, o jornalista deverá receber os seus vencimentos por

> inteiro, durante os primeiros três meses dela, e reduzido em 50% nos três meses seguintes. Findo esse prazo, fica ao arbítrio do proprietário do jornal rescindir o contrato, pagando porém a indemnização fixada na base XIII.
> Base XI
> Ao jornalista com mais de 60 anos de idade e, pelo menos, 20 de trabalho consecutivo no mesmo jornal serão dispensados os seus serviços e assegurada pelo proprietário desse jornal uma pensão de inabilidade, que nunca poderá ser inferior a 50% do vencimento que percebia ao atingir esse limite.

O significado da expressão "profissional da imprensa" também suscitou dúvidas. No *Boletim* (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, 1926, p. 25) diz-se que a Direcção do Sindicato da Repartição dos Serviços de Segurança Pública do Ministério do Interior tomou conhecimento de que surgiram questões acerca do significado da expressão, tendo, por isso mesmo, solicitado ao Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa um "exacto e justo" significado do termo, para que este não levantasse mais incertezas e para que a concessão da carteira de identidade decorresse sem percalços. O Sindicato assim o fez e emitiu não só uma resposta esclarecendo o termo mas também um parecer de Campos Lima, da Junta Consultiva (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, 1926, p. 26-27).

> O significado que julgamos dever dar-se à *expressão profissional da imprensa* é o seguinte:
> - Profissional da Imprensa é todo o indivíduo que exerça assiduamente a sua actividade na imprensa periódica, nas funções de redactor, repórter, repórter-fotográfico, desenhador-repórter e revisor, e desse exercício aufere todos os seus recursos financeiros ou a maior parte deles. (…)
> Assim uma categoria de profissionais há, a dos revisores que não precisa desse documento para cabalmente exercer as suas funções. A esses profissionais tem sido recusada sistematicamente a Carteira. Em compensação, e em virtude de parecer favorável da nossa Junta Consultiva, temos passado a Carteira de Identidade aos Directores de jornais que a têm pedido, embora alguns não possam ser rigorosamente considerados profissionais da imprensa. É que se reconheceu que a sua função de orientadores do trabalho profissional, de chefes de oficina,

> exige facilidades, pelo menos iguais às daqueles que realmente trabalham na Imprensa.
> É manifesta a distinção que fazemos entre jornalista e profissional da Imprensa: pode-se pertencer a qualquer das classes, sem pertencer necessariamente à outra. E todavia, à volta da confusão, que se pretende estabelecer, considerando sinónimas as duas expressões, que residem os erros de interpretação ao Decreto n.º 10.401, já citado.
> Se profissão é modo de vida, como definem os dicionaristas, é impossível de conceber um modo de vida, que não seja remunerado licita ou ilicitamente. Daí o fixar-se como condição essencial para ser considerado profissional da imprensa, o receber paga pelo exercício da profissão, paga que deve atingir a totalidade dos recursos financeiros de quem a recebe ou a maior parte deles. (…) Se não se fixou só a totalidade dos recursos financeiros como condição única para ser considerado profissional, foi porque o meio jornalístico português não é de molde a compensar razoavelmente o labor dos que nele vivem. Em Portugal o profissional da imprensa tem que lançar mão de outros recursos para poder viver, ou que trabalhar simultaneamente para três e quatro jornais, o que é uma maneira de morrer mais depressa. Daí a grande maioria dos que na imprensa trabalham pertencer cumulativamente ao professorado, ao funcionalismo público, militar e civil, encontrando-se mesmo muitos dos nossos colegas entre os empregados bancários e de escritório. Para documentar esta afirmação bastará dizer que de 300 profissionais da imprensa que exercem a sua actividade em Portugal, nem 10% vivem exclusivamente da profissão jornalística. Não são porém amadores os restantes; porque amador como antónimo de profissional, é todo aquele que procede tal como se exercesse a profissão, só pelas compensações de ordem moral ou intelectual que dela lhe advém, ou ainda por mera vaidade pessoal. Ora os profissionais da Imprensa portuguesa são suficientemente inteligentes para desprezar tais gloriolas. Se o seu extraordinário e quase ignorado esforço não é compensado, como o deveria ser, é por falta de um regulamento e de um horário de trabalho e da fixação dos vencimentos mínimos, coisas de que os poderes públicos nunca se lembraram, nem tiveram quem lhas lembrasse.

Como já foi referido, em 1925, a Repartição Internacional do Trabalho elaborou um inquérito, a pedido de muitos profissionais do jornalismo e da própria Associação Internacional dos Jornalistas, para saber como

eram as "condições de existência" desta classe. Coube ao Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa responder às questões, tendo publicado no primeiro número do *Boletim* tanto as perguntas colocadas (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, 1926, p. 29-31), como as respostas (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, 1926, p. 32-35).

Das respostas dadas pelo Sindicato, é possível depreender que a situação dos jornalistas portugueses não é muito boa, uma vez que quase todos eles têm outro emprego quer do Estado quer particular e que num universo de cerca de 300 jornalistas, apenas uns 30 conseguem viver exclusivamente da profissão. Refere-se, ainda, que os salários são exíguos e que os jornalistas sentem falta de independência para poderem realizar melhor o seu trabalho. As necessidades mais prementes são de uma nova lei de imprensa, de um regulamento de trabalho, de um seguro fiável em caso de doença, aposentação ou falecimento, de uma fixação de salários mínimos e de duração do trabalho e o reconhecimento dos direitos de autor aos jornalistas, bem como mais liberdade para escrever. As respostas mostram, também, que os contratos feitos eram maioritariamente contratos verbais, o que não garantia muita segurança. Ao inserir este texto no seu *Boletim*, o Sindicato está a contribuir para a história sobre os jornalistas portugueses e para os Estudos Jornalísticos em Portugal.

> A Resposta do Sindicato dos Profissionais da Imprensa ao inquérito da repartição Internacional do Trabalho
>
> Dentro do prazo fixado pela Repartição Internacional do Trabalho a direcção dos Sindicatos Profissionais da Imprensa de Lisboa elaborou as seguintes respostas ao questionário, não deixando de reconhecer a deficiência delas, que se explica a grande parte pela falta de elementos estatísticos e de dados precisos sobre as condições de existência dos profissionais do jornalismo:
>
> I – Regime Legal da Imprensa
> (…) 2.º - As responsabilidades judiciais nas quais incorrem, sucessivamente os autores dos artigos, os editores responsáveis e os proprietários dos jornais ou tipografias por excesso de liberdade de imprensa, são: prisão até

dois anos e nunca inferior a três meses, multa e indemnização ao ofendido.
3.º - As publicações ofensivas para o Chefe de Estado ou Chefes dos Estados estrangeiros, pornográficas ou escritas em linguagem provocadora, podem ser apreendidas pelas autoridades policiais. (…)

II – Mercado do trabalho
1.º - Colocação – Em Portugal não existem escritórios de colocação para os jornalistas. O nosso Sindicato pretende, porém, instituir um para serviço dos seus sócios desempregados.
2.º - Falta de trabalho – Assinala-se actualmente uma certa falta de trabalho entre os jornalistas, falta aliás pouco sensível. Não se nota uma falta de trabalho mais acentuada em qualquer estação.
3.º - Emprego de senhoras – O número das senhoras jornalistas é muito reduzido e a proporção em relação aos homens é de 2%. As condições de emprego são idênticas para os dois sexos.
4. º - Emprego de estrangeiros – Há também um pequeno número de estrangeiros na profissão. Talvez 2% em relação aos jornalistas portugueses. Este número mantém-se estacionário desde 1914 e as condições de trabalho são as mesmas que as dos nacionais.
5.º - Categoria de empregos – Há duas categorias-tipos: redactor e repórter (informador), mas estas categorias não são distinguidas nos contratos, porque não há contratos, ou antes, só existem contratos verbais.

III – Contratos de Trabalho
Não se encontram em Portugal, quer na legislação, quer no uso, vestígios de contratos de trabalho para jornalistas, nem individuais, nem colectivos. Para os conflitos de natureza económica os jornalistas têm uma solução muito imperfeita nos tribunais de arbitragem, (Árbitros Avindores) compostos de delegados dos patrões e delegados dos operários, tal como os outros empregados na indústria ou no comércio.

IV – Condições de Trabalho
Não há em Portugal nenhuma lei ou diploma oficial regulamentando as condições de trabalho dos jornalistas. Nem sobre a duração do trabalho, nem sobre o trabalho de noite, nem sobre o descanso semanal (não há semana inglesa), nem sobre férias, nem sobre condições de higiene. Há somente sobre acidentes de trabalho, o Decreto-lei de 24 de Julho de 1913, modificado pela legislação de 1919, sobre o assunto, em que os jornalistas têm as mesmas atenções que os operários das outras indústrias.
Não há também regras uniformes sobre qualquer destes pontos. A prática

corrente sobre o descanso semanal e férias é, só nos grandes jornais, um dia de repouso por semana, para toda a gente, dez dias de férias anuais para os repórteres (informadores), 15 ou 20 dias para os redactores e 30 para os redactores-chefes e redactores-principais. Estas lamentáveis condições de trabalho não sofreram nenhuma modificação desde 1914.

V – Os Salários

Os salários dos jornalistas diferem muito. Para melhor compreensão reduzi-los-emos ao padrão-ouro (libra sterlina).

As categorias que recebem ordenado fixo são os redactores, compreendendo-se, no número deles. Os redactotres-chefes e redactores-repórteres e os repórteres (informadores). Os primeiros recebem de 3 a 10 £ (os redactores-chefes dos grandes jornais, 12 a 15 £), os segundos de 2 a 5 £. Há além disso o pagamento por colaboração de 3 a 10 shl. por artigo, em média 5 shl.

As despesas de reportagem – muito reduzidas, aliás, porque não há grandes reportagens no estrangeiro, - são pagas integralmente pelos proprietários dos jornais. Não há em regra despesas anexas para os profissionais, é possível que as haja para os colaboradores.

Os salários sofreram desde 1914, um aumento de 2.000 %em moeda portuguesa, exceptuando os salários dos redactores-chefes, para quem esta percentagem foi de 1.000 %.

Os salários dos tipógrafos foram aumentados de 3.00 a 4.00 % e o custo de vida em 3.700 %.

VI – Instituições de Previdência

Não há instituições de previdência independentes para os jornalistas. As associações de imprensa e também o nosso Sindicato têm Caixas para assistir aos seus associados em caso de doença, desemprego, prisão por delito de imprensa e caso de falecimento, para a família, se ela tiver necessidade.

VII – Organização da Profissão

Há em Portugal quatro associações jornalísticas, quer de jornalistas e escritores. A mais antiga é a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, que defende muito pouco os interesses da profissão, tendo também anexa uma instituição de previdência: o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, antiga Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, que é o único que defende os interesses da profissão e que tem também uma instituição de previdência para os seus sindicatos; a Casa dos Jornalistas cujo fim é a fundação de

> uma casa de repouso para os jornalistas aposentados; e a Associação dos Escritores e Jornalistas Portugueses, muito recente. A antiga Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, era quase só uma instituição de previdência da qual aproveitavam os jornalistas em caso de doença e de desemprego e as suas famílias em caso de falecimento.
> O actual Sindicato é actualmente o único defensor dos interesses da profissão. Obtivemos recentemente a "Carteira de Identidade de Profissional da Imprensa", que o nosso Sindicato concede e que o Ministério do Interior autentica; obtivemos também o bónus de 75% nas linhas dos Caminhos de Ferro do Estado e 50% em algumas outras: actualmente procuramos obter a fixação dos salários mínimos e a da duração do trabalho.
> O nosso Sindicato mantém relações com o movimento sindicalista operário, não existindo entre nós organização sindical de intelectuais ou de patrões.
>
> VIII – Situação Geral e Votos
> Pelo exposto vê-se que a situação dos jornalistas em Portugal é muito má. Quase todos os jornalistas têm outro emprego quer do Estado quer particular. Há em Portugal cerca de 300 jornalistas dos quais talvez só 30 vivem exclusivamente da profissão.
> Os males mais graves são: a exiguidade de salários e a necessidade de independência no trabalho jornalístico.
> Reformas mínimas desejáveis: uma lei de imprensa inteligente, um regulamento de trabalho e o seguro em caso de doenças, aposentação ou falecimento.
> Votos a formular: fixação dos salários mínimos e da duração do trabalho, reconhecimento dos direitos de autor aos jornalistas e da liberdade de escrever.

O *Boletim* também serviu, como já ficou patente, para esclarecer situações relacionadas com os profissionais do jornalismo, nomeadamente aqueles que eram associados do Sindicato, e situações relacionadas com a própria instituição. Num dos textos publicados, o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa fala de uma "cabala" perpetrada pelo estadista Vitorino Guimarães que terá feito publicar no *Diário do Governo* um decreto (Decreto 10:882), onde determinava que se entregasse à Associação dos Escritores e Jornalistas Portugueses "o monopólio da concessão da Carteira de Identidade a cerca de três mil

jornalistas da província, cuja qualidade de profissionais seria atestada pelos… Governadores Civis" (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, n.º 1, 1926, p. 36).

> Tendo sido criada pelo decreto n.º 10.401, publicado no "Diário do Governo" n.º 1, 1.ª série, de 1 de Janeiro do ano corrente, a Carteira de Identidade destinada aos profissionais do jornalismo, conforme o modelo apresentado pelo Sindicato dos Profissionais da Imprensa, e cometido ao mesmo sindicato o encargo de fornecer a referida Carteira aos jornalistas que a ela tenham direito; sendo certo que existem actualmente em Lisboa mais duas agremiações de jornalistas com existência legal, nas quais se encontram agremiados muitos que ao sindicato não pertencem; não sendo justo nem equitativo que apenas sobre uma dessas associações pesem os encargos e obrigações resultantes da execução do aludido decreto, encargos e obrigações que, bem como quaisquer regalias, por todas devem ser partilhadas; convindo para isso estabelecer tanto os encargos como as regalias ao mesmo pé de igualdade para todas as associações em que os jornalistas de Lisboa se encontram filiados, não onerando ou favorecendo apenas uma delas em benefício ou detrimento de outras (...).
> Artigo 1.º - É tornado extensivo à Casa dos Jornalistas e à Associação dos Escritores e Jornalistas Portugueses o encargo do fornecimento da Carteira de Identidade, criada pelo decreto 10.401, aos jornalistas seus associados que o não sejam também do Sindicato dos Profissionais da Imprensa, ao qual esse encargo havia sido cometido pelo citado decreto.
> § único. Para cumprimento do disposto no artigo 8.º do decreto n.º 10.401, aos jornalistas dos restantes distritos do país onde não haja constituída associação de classe, será a respectiva Carteira fornecida pela Associação dos Escritores e Jornalistas Portugueses, a reclamação do interessado, autenticada pelo governador civil do respectivo distrito.

Indignado com a situação, o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa publicou um conjunto de textos, onde se dava conta da má recepção que o decreto teve e das várias manifestações de apoio que o Sindicato recebeu, nomeadamente do jornal *Diário de Notícias* (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, n.º 1, 1926, p. 37-38) e de vários grupos de jornalistas. A própria Direcção do Sindicato publicou o seu texto de protesto (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais

da Imprensa de Lisboa, n.º 1, 1926, p. 38-39), mas, numa atitude equitativa, também aceitou publicar textos de jornalistas ou publicações que não estavam totalmente desagradados com a referido decreto e suas deliberações. Entretanto, realizaram-se várias reuniões e mesmo uma assembleia magna de jornalistas para discutir o assunto e ajustar uma forma de contornar a situação, mas, mais tarde, o decreto acabou por ser revogado, numa sessão da Câmara dos Deputados.

Diário de Notícias

A publicação deste decreto, referendado pelo ministro demissionário sr. Vitorino Godinho, surpreendeu todos os profissionais da Imprensa, pelo que representa de lesivo dos seus interesses e do bom nome de uma classe que começará agora a conquistar as regalias que os seus camaradas de todo o mundo usufruem há largos anos.

De facto, o presente decreto inutiliza completamente a obra realizada pelo Sindicato dos Profissionais, obra tão simpática a todos os jornalistas que ainda há pouco foi consagrada num banquete de homenagem à sua direcção.

A carteira dos Profissionais da Imprensa passa pelo actual decreto a ser um farrapo nas mãos de toda a gente, à semelhança do que sucedia com os antigos bilhetes de identidade que se passavam no Governo Civil. (…)

Para que vem, pois, este decreto? Qual o seu fim? Dar a carteira dos profissionais da Imprensa a toda a gente. Apenas isto. Ora é contra esse abuso que todos os jornalistas vão protestar.

O texto de protesto da Direcção do Sindicato

A direcção do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa resolveu protestar contra a doutrina do decreto n.º 10.882, de 27 do corrente, que vem satisfazer as aspirações daqueles que, abusivamente, pretendem gozar das regalias concedidas aos profissionais da Imprensa pelo decreto n.º 10.401, inserto no Diário do Governo de 1 de Janeiro do corrente ano, que criou a respectiva Carteira de Identidade.

O decreto agora publicado, ao qual a Casa dos Jornalistas e o Sindicato dos Profissionais da Imprensa foram estranhos, visa simplesmente a permitir que uma associação de escritores, que não tem os seus estatutos aprovados pelo Governo, distribua pelos seus associados a Carteira de Identidade, com as regalias inerentes, que só aos jornalistas foram

concedidas e são devidas.
O indignado protesto da direcção do Sindicato filia-se nos absurdos considerandos e irrita doutrina da parte dispositiva do decreto, no qual até se farta à verdade, dizendo que existem em Lisboa três agremiações de jornalistas, com existência legal, quando só duas a têm, a Casa dos Jornalistas e o Sindicato dos Profissionais, sendo os presidentes de ambas as entidades quem assina, com o delegado dos directores dos jornais diários, as aludidas carteiras.

Nos últimos textos publicados no primeiro número do *Boletim*, informam-se os leitores sobre o falecimento de profissionais de jornalismo (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, n.º 1, 1926, p. 73), dá-se conta do estado da sede do Sindicato (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, n.º 1, 1926, p. 74) e fornece-se uma relação (nome e data de admissão) de todos os sócios efectivos da instituição (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, n.º 1, 1926, p. 75-80).

No n.º 2 do *Boletim*, saído em 1927, o Sindicato aproveitou para divulgar junto dos seus associados o Relatório (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, n.º 2, 1927, p. 5-9), onde dava conta das tarefas resolvidas pela Direcção bem como das várias actividades desenvolvidas, ao longo do curto mandato. No texto (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, n.º 2, 1927, p. 5-6), falou-se da atribuição da carteira de identidade dos jornalistas, uma das bandeiras do Sindicato, e das novas regalias que, entretanto, se juntaram às já conseguidas. Assim, passou a ser possível aos jornalistas entrar gratuitamente em diversas salas de teatro, quando anteriormente apenas o podiam fazer em uma; conseguiram-se, também, descontos em mais hotéis e, ainda a possibilidade de enviar telegramas noticiosos.

Relatório da Direcção do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa
Prezados consócios:
Cumprindo prescrições estatuárias vem a direcção deste Sindicato dar contas do curto mandato que por assembleia-geral lhe foi conferido.
Lutou esta direcção com um grave obstáculo para resolver problemas de grande interesse: o indiferentismo da classe que não comparecia nas

> assembleias-gerais convocadas, como aconteceu com a que havia de tratar da questão das "Carteiras de Identidade" e da Lei de Imprensa e censura prévia.
> A questão da "Carteira de Identidade" apresentava um aspecto bem grave: a existência do decreto António Maria da Silva que esfrangalhava a regalia máxima da classe. Obtida a necessária autorização da assembleia-geral, realizaram-se as *démarches* que foram coroadas de êxito. O decreto António Maria da Silva foi, como é do domínio de toda a classe, revogado. (…)
> Com a revogação do decreto que perdurou durante bastantes meses, obteve-se uma vitória de largo alcance e suprimiu-se a mais vexatória disposição que um governo, arbitrariamente tem arremessado contra uma classe sempre pronta, na sua excessiva benevolência, a arrancar da obscuridade pigmeus que depois afrontam.
> Entrada nos teatros – Quando esta Direcção tomou posse havia apenas um teatro que concedia entrada livre aos jornalistas, mediante a apresentação da "Carteira de Identidade".
> A fim de tornarmos extensiva esta concessão a todas as casas de espectáculos fizemos várias sugestões junto das empresas respectivas. O "Nacional", o "Trindade", o "Apolo", o "Ginasio", o "Eden" e o "Politeama" acederam às nossas solicitações, nas quais colaboraram com uma espontaneidade e uma eficácia que merece enaltecerem-se os nossos camaradas Jorge Faria, Norberto Lopes e Pereira Coelho. (…)
> Regalias para a "Carteira" – Pretendemos juntar à carteira mais uma regalia: a faculdade de enviar telegramas noticiosos mediante a sua apresentação, substituindo o bilhete passado pela Administração dos Correios e Telégrafos. Não o conseguimos por se opor à nossa pretensão o regulamento telegrafo-postal. Julgamos, entretanto, útil continuar estas *démarches* junto do ministro do Comércio que, certamente, por portaria, poderá fazer essa concessão. Este caso, infelizmente por resolver, seria assunto para tratar numa assembleia-geral, que não tempo de convocar. (…)

No mesmo Relatório (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, n.º 2, 1927, p. 7), contam-se, também, alguns casos de prisões de jornalistas e das diligências efectuadas pelo Sindicato para resolver as situações, uma vez que os motivos que levavam à prisão eram, por norma, injustos e pouco claros, alguns mesmo com contornos de "rancores" pessoais.

> Prisão de Jornalistas – Em Novembro passado, chegou até nós a notícia de que o nosso camarada Victor Machado, tinha sido preso. Ignorávamos os motivos, como aliás, os ignorava o próprio preso. Procurando informes junto do ministro do Interior e do comandante da polícia, foi-nos afirmado que Victor Machado se encontrava preso à ordem do ministério da Guerra. Logo pedimos uma audiência ao respectivo ministro. Recebidos pelo sr. General Aguiar, foi-nos dito, textualmente que: "o homem estava preso à ordem das 'ligações' 'por andar a dizer mal disto…'"
> Como o motivo da prisão não era desonroso, e embora o facto de "andar a dizer mal disto", não constituísse delito de imprensa, intercedemos junto das autoridades competentes pela libertação de Victor Machado, o que conseguimos.
> Transcorrido pouco mais de um mês, nova prisão. Desta vez coube a sorte a Eduardo de Sousa, vice-presidente substituto da Direcção. Imediatamente procuramos o Sr. Ministro do Interior que amavelmente ordenou o interrogatório deste nosso camarada. Afim, averiguou-se apenas isto: Eduardo de Sousa fora vítima dos rancores de certa polícia, dissolvida horas depois da sua prisão. Eduardo de Sousa foi, pois, posto em liberdade, como era de Justiça. (…)

Do Relatório (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, n.º 2, 1927, p. 8-9), constam, ainda, os esforços desenvolvidos pelo Sindicato para conseguir uma aproximação com outras classes, referindo, como exemplo, a participação na festa de aniversários da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, e a questão da liberdade de imprensa e do combate à censura, que consideravam difícil de contornar, mas do qual não davam mostras de pretender desistir.

> Aproximação com outras classes – Achamos da máxima conveniência para os profissionais da Imprensa de Lisboa a aproximação com as diferentes classes intelectuais, quer sejam camaradas nossos, vivendo e trabalhando noutras cidades do país e no estrangeiro, quer sejam escritores ou artistas. Assim, não descurámos a nossa representação na festa anual dos nossos camaradas do Norte, que comemoravam mais um aniversário da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto.
> Por sugestões nossas, procura-se organizar naquela cidade, onde existe o maior núcleo de profissionais da imprensa, depois de Lisboa, um Sindicato profissional intimamente ligado ao nosso.

> Foi a primeira vez que, entre os jornalistas do país (os profissionais bem entendido), se trocaram impressões que devem resultar altamente benéficas para a classe.
> O Movimento da Classe – Entramos, finalmente, no período agudo deste relatório. Eleita a Direcção deste Sindicato, *malgré tout*, foi arvorada uma bandeira, em que se inscrevera o combate à censura e à Lei da Imprensa; forçoso era encontrar os meios de o fazer, pois que, o largo período decorrido sob esse regime não comportaria um movimento de protesto, sem que factos palpáveis o confirmassem.
> O julgamento e a prisão de Félix Correia, veio pôr a nu, para a classe, os perigos dessa lei e a cobardia da censura que a não deixará discutir. Levado o caso à Assembleia Geral foi ali declarada a greve geral e princípio.
> Trabalhou afanosamente a Direcção para dar cumprimento a esta deliberação. Organizou comités e agiu quando pôde, muitas vezes sob a ameaça de represálias, que chegaram até à ordem de prisão.

No *Boletim* n.º 2 do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, é, ainda, publicado o Relatório da Direcção da Caixa de Previdência (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, n.º 2, 1927, p. 10-14), onde se refere que é "próspera a situação financeira da Caixa de Previdência do Sindicato". Diz-se, também, que este trabalho foi realizado da melhor maneira possível, apesar da pouca experiência neste tipo de tarefas (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, n.º 2, 1927, p. 10).

> Diligenciámos cumprir o melhor que pudemos e soubemos o espinhoso mas honroso mandato que nos foi confiado pela Assembleia Geral, e se bem que não nos julguemos com direito a louvores, desobrigamo-nos hoje da nossa missão cônscios de a termos desempenhado com a melhor boa vontade de acertar. E se faltas houve de que tenhamos a pedir que nos reveleis, ousamos atribui-las não ao nosso pouco zelo, mas à nossa pouca experiência e, sobretudo, tratando-se da primeira gerência de uma instituição nova, à falta de elementos transmitidos pela prática a direcções anteriores, que nos servissem para pautar o procedimento a seguir em certos casos.

Ao longo do Relatório (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, n.º 2, 1927, p. 10-14) vai falar-se do regulamento

interno, da distribuição do fundo social, da administração do prédio, da cotização, de subsídios e donativos, de receitas extraordinárias, de serviços médicos, da lutuosa, dos sócios beneméritos, das vantagens obtidas para os sócios, de seguros, etc.

Ambos os relatórios referidos são contributos importantes para os Estudos Jornalísticos em Portugal, na medida em que dão a conhecer a realidade profissional dos jornalistas e dos jornais portugueses.

No n.º 2 do *Boletim*, publicam-se, também, as contas do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, n.º 2, 1927, p. 15-26), bem como a imagem do modelo do "bilhete de identidade" da Caixa da Previdência (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, n.º 2, 1927, p. 33-35) e, uma vez mais, a relação dos sócios do Sindicato (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, n.º 2, 1927, p. 37-40).

A leitura do *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa permite perceber quais os assuntos que mais preocuparam a corporação: a atribuição da carteira de identidade profissional da imprensa e as correspondentes regalias; o contrato de trabalho jornalístico; a resposta ao inquérito da Repartição Internacional do Trabalho sobre as condições de existência dos jornalistas; a instalação do sindicato em edifício próprio e condigno. A publicação é, também, importante contributo para a historio do jornalismo português e fonte crucial para os Estudos Jornalísticos em Portugal.

Considerações finais

Lendo-se o *Boletim* da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, publicado em 1884, e que teve um único número, e o *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, de 1926-1927, saindo um número em cada ano, é possível perceber que os principais temas sobre os quais os autores se debruçavam foram: a imprensa e a sua evolução; o jornalismo nas suas diferentes épocas e nos seus variados aspectos; a vida, as lutas e as actividades desenvolvidas

tanto pela Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses como do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa; os jornalistas e as suas acções; as conquistas e as vitórias conseguidas para a classe.

As várias fases por que passaram a imprensa e o jornalismo foram motivo de discussão e debate no *Boletim* da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses e no *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa. Também se encontram artigos, historiando a vida da Associação e do Sindicato. A Associação, apesar de ter uma existência curta e pouca experiência no campo do associativismo (dado ter sido a primeira organização associativa de jornalistas em Portugal) mostrava grande força e impacto na sociedade. Já o Sindicato, trilhando um caminho já desbravado, preocupou-se mais com a sua afirmação, uma vez que havia sofrido uma reforma nos Estatutos e era necessário justificar as mudanças ocorridas. De qualquer das formas, todos estes textos são um contributo importante para a história do jornalismo e, especificamente, um contributo essencial para se poder contar a história do associativismo e sindicalismo jornalístico em Portugal.

Mas os textos onde se abordavam as acções desenvolvidas e as lutas travadas por ambas as colectividades, apareceram, com maior destaque, nas páginas dos boletins, uma vez que era, principalmente, desta forma os seus membros conseguiam mostrar algum do trabalho feito. Um curso de línguas e um concurso internacional na área das ciências e da literatura foram algumas das iniciativas promovidas pela Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses. A conquista da carteira de identidade de profissional da imprensa, através da qual eram proporcionadas uma série de regalias aos jornalistas; a elaboração das bases de um contrato de trabalho; a contribuição para um estudo sobre a condição de existência dos jornalistas; e as lutas encabeçadas na luta pela liberdade de imprensa e pela liberdade de expressão dos jornalistas salientaram-se por entre as várias acções desenvolvidas pelo Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa. Todos estes temas foram explorados em textos publicados nos boletins, no intuito de valorizar ambas as corporações e marcar a sua posição na sociedade.

Dois textos sobre António Rodrigues Sampaio, enaltecendo as suas qualidades como profissional e como homem, revelam que, ao destacar

um jornalista de topo, os profissionais do jornalismo procuravam estender, também, esta elevação a outros nomes representativos da classe, fazendo, desta forma, uma elevação da profissão e lutando por uma maior dignificação da mesma. Os textos em que se abordavam os temas das prisões ou outro tipo de represálias (injustas, segundo os mesmos) de determinados jornalistas e a respectiva luta para que a justiça fosse feita, iam no mesmo sentido, de mostrar o quanto a profissão jornalista era importante para a sociedade e o quanto esta já se havia afirmado.

É possível, também, compreender que, para discorrer sobre estes temas, nos boletins, o discurso adoptado quer pela Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, quer pelo Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa foi, predominantemente, informativo com pretensão de esclarecimento das suas acções perante, principalmente, os seus pares, mas também perante a sociedade em geral, a quem esperavam dar-se a conhecer e mostrar a sua actuação.

Assim, como grande consideração final, podemos dizer que, de facto, ambos os boletins são fonte para os estudos jornalísticos, uma vez que centravam as temáticas dos seus artigos em temas relacionados com o jornalismo e com os jornalistas e, como tal, contribuíram para o entendimento da história dos jornalistas portugueses e para os Estudos Jornalísticos em Portugal. É certo que nenhum dos boletins teve uma publicação sistemática e continuada, mas a sua presença no panorama jornalístico português é essencial para que se percebam as conjunturas e mesmo o pensamento jornalístico das épocas em que foram publicados.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORES PORTUGUESES, **Estatutos**, 1880.

BRANDÃO, Zeferino. 10 de Junho de 1884, **Boletim da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses**, 1.ª série, n.º 1, Junho de 1884, p. 13-14.

CUNHA, Alfredo da. **Jornalismo nacional.** Das malogradas associações de imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses. Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 8 de Maio de 1941. Separata do *Boletim do Sindicato Nacional dos* Jornalistas, n.º 2. Lisboa, Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1941a.

FIDALGO, Joaquim. **O Jornalista em Construção**. Porto: Porto Editora, 2008.

FRANCO, Graça. **A Censura à Imprensa (1820-1974)**. Lisboa: Symbolon, 1993.

GOODOLPHIM, C. X, **Boletim da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses**, 1.ª série, n.º 1, Junho de 1884, p. 18.

LEAL, Mendes. A Imprensa instrumento. – A Imprensa instituição. A imprensa Associação., **Boletim da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses**, 1.ª série, n.º 1, Junho de 1884, p. 3-5.

MACEDO, Jorge Borges de. Camões – símbolo e mito no século XIX Português: da erecção da estátua ao Tricentenário (1867-1880). In MEDINA, João (dir.). **História de Portugal**. Volume VIII. Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995.

RAMOS, Rui. A Sexta Fundação (1890-1926). *In* Mattoso, José. **História de Portugal** – sexto volume. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

RIBEIRO, Manuel Ferreira, António Rodrigues Sampaio, **Boletim da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses**, 1.ª Série, n.º1, Junho de 1884, p. 7.

RIBEIRO, Manuel Ferreira. António Rodrigues Sampaio e a sua época. **Boletim da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses**, 1.ª Série, n.º1, Junho de 1884, p. 14-16.

SANTOS, José Miguel dos. Pour nos Confréres de l'Étranger. Le 10 juin 1884. **Boletim da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses**, 1.ª série, n.º 1, Junho de 1884, p. 5-7.

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA IMPRENSA DE LISBOA, **Boletim do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa**, n.º 1, Janeiro de 1926, p. 1-80.

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA IMPRENSA DE LISBOA, **Boletim do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa**, n.º 2, Maio-Junho de 1927, p. 1-40.

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA IMPRENSA DE LISBOA, **Estatutos**, 1924.

SOBREIRA, Rosa Maria. **Os Jornalistas Portugueses 1933-1974.** Uma profissão em construção. Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

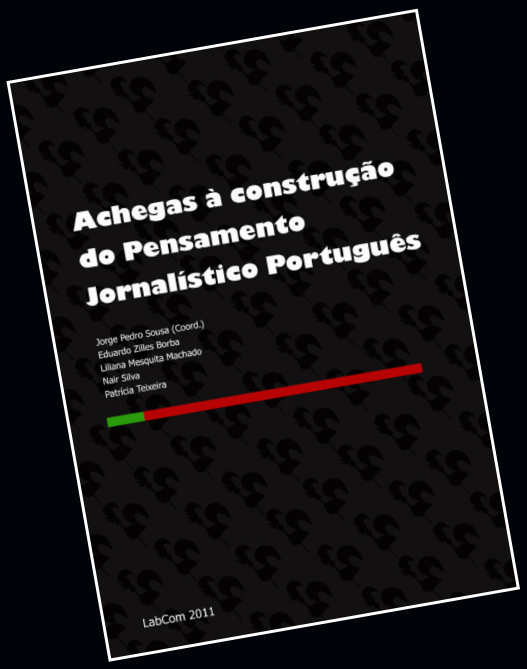
SOUSA, Jorge Pedro (coord.) *et al.* **O pensamento jornalístico português: Das Origens a Abril de 1974**. 2 volumes. Covilhã, Livros LabCom, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro (Org.). **Jornalismo: História, teoria e metodologia da pesquisa**. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

TENGARRINHA, José. **História da Imprensa Periódica Portuguesa**. Lisboa, Caminho, 1989.

TORGAL, Luís Reis e Roque, João Lourenço. O Liberalismo (1807-1890). *In* Mattoso, José. **História de Portugal** – quinto volume. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

VALENTE, José Carlos. **Elementos para a História do Sindicalismo dos Jornalistas Portugueses. I parte (1834-1934)**. Lisboa: Sindicato dos Jornalistas, 1998.



Livro produzido no âmbito do projecto "Teorização do Jornalismo em Portugal: Das Origens a Abril de 1974", referência PTDC/CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP-01-0124-FEDER-009078, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE) do Quadro Comunitário de Apoio III, comparticipado pelo Fundo Comunitário Europeu FEDER.